



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

GENTES|TERRAS: O OUVIR MÚTUO DAS GEOGRAFIAS INDÍGENAS

Jones Dari Goettert e Juliana Grasiéli Bueno Mota

GEOGRAFÍAS DE MUERTE VERSUS TEJIDOS TERRITORIALES DE VIDA: OTROS MODOS DE ELABORACIÓN POLÍTICA (MÉXICO)

Diana Itzu Gutiérrez

ACERCA DE LA POSCOLONIALIDAD Y EL DESARROLLO COMO PARADIGMA DE TRANSFORMACIÓN SOCIAL EN AMÉRICA LATINA

Yanga Villagómez Velázquez

TERRITORIALIDADES INDÍGENAS NO MÉXICO E A EXPERIÊNCIA DO POVO MASEUAL DE CUETZALAN (PUEBLA): DIÁLOGOS E CONTRIBUIÇÕES PARA AS LUTAS INDÍGENAS NO BRASIL

Otávio Gomes Rocha

GEOGRAFIA E POVOS INDÍGENAS: UM PANORAMA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Emerson Ferreira Guerra e Roberta Carvalho Arruzzo

O MOVIMENTO INDÍGENA CONTEMPORÂNEO E A GEOGRAFIA

Gilberto Vieira dos Santos e Antonio Thomaz Junior

TERRITORIALIDADE INDÍGENA: TRAJETÓRIAS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA ALDEIA NO PARQUE INDÍGENA DO XINGU (PIX) – MATO GROSSO – BRASIL

Keyte Ferreira de Lira e Onélia Carmem Rossetto

LIMOLAYGO TOYPE: AS ASSEMBLEIAS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DOS XUKURU DO ORORUBÁ

Beatriz Barbosa da Silva, Claudio Ubiratan Gonçalves, Avelar Araujo Santos Junior e Luana Elis Oliveira Pinto

DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO PERÍODO DITATORIAL

Delaide Silva Passos e Gabriela Solidario de Souza Benatti

TERRAS INDÍGENAS EM ÁREAS DE TRANSIÇÃO CERRADO-AMAZÔNIA EM RONDÔNIA: O CASO DA T. I. TUBARÃO LATUNDE

Maria Lucia Cereda Gomide e Carlos Aikanã

O USO DE ELEMENTOS DE ETNOMAPEAMENTO NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM TERRAS INDÍGENAS

Elson Pereira de Almeida e Maria Rita Vidal

A NATUREZA DE UM TERRITÓRIO NO SERTÃO DO NORTE DE MINAS GERAIS: A AÇÃO TERRITÓRIAR DOS XAKRIABÁ

Cássio Alexandre da Silva

POR CAMINHOS E ANDANÇAS INDÍGENAS (A GEOBRICOLAGEM COMO TRILHA)

Jones Dari Goettert e Juliana Grasiéli Bueno

2020



Revista NERA nº. 54

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira**

CONSELHO EDITORIAL

**Antonio Augusto Rossotto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Hannah Wittman
Wendy Wolford**

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

**Juliana Grasiéli Bueno Mota
Jones Dari Goettert**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2020**

Revista NERA (RNERA) nº. 54

EDITORES

Camila Ferracini Origuéla
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Rossoto Ioris
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi
Wendy Wolford
Hannah Wittman

ORGANIZADORES DO DOSSIÊ

Juliana Grasiéli Bueno Mota
Jones Dari Goettert

CONSELHO CIENTÍFICO

Antonio Augusto Rossotto Ioris – Cardiff University (Cardiff, País de Gales)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Carolina Gonçalves Leite – UFPE (Recife, PE, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Ana Rute do Vale – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Anderson Antônio da Silva – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carolina Russo Simon – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Daniela Pessoa de Goes Calmon – International Institute of Social Studies (The Hague, Holanda)
Danilo Borja – University of Calgary (Calgary, Canadá)
Débora Assumpção e Lima – UNICAMP (Campinas, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Elieni Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Evandro César Clemente – UFG (Jataí, GO, Brasil)
Fábio de Oliveira Pitta – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flamarion Dutra Alves – UNIFAL-MG (Alfenas, MG, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil)
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UFTM (Uberaba, MG, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Carlos Dantas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UnB (Brasília, DF, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UFSC (Florianópolis, SC, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez - UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsmán - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)

Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
 Maria Clara Salim Cerqueira – UFMG (Belo Horizonte, Brasil)
 Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
 Matias Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
 Michele Linder – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Munir Jorge Felício – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Sedeval Nardoque – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Thiago Araújo Santos – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Valdemar João Wesz Junior – UNILA (Foz do Iguaçu, PR, Brasil)
 Valmir José Valério – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virginia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

CAPA

Lucas Pauli – USP (São Paulo, Brasil)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
1999 – interrompida	2015 – ano 18, nº 29
2000 – ano 3, nº. 3	2016 – ano 19, nº 30
2001 – interrompida	2016 – ano 19, nº31
2002 – interrompida	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2003 – interrompida	2016 – ano 19, nº33
2004 – ano 7, nº. 4	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2004 – ano 7, nº. 5	2017 – ano 20, nº35
2005 – ano 8, nº. 6	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 7	2017 – ano 20, nº37
2006 – ano 9, nº. 8	2017 – ano 20, nº38, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 9	2017 – ano 20, nº39, Dossiê
2007 – ano 10, nº. 10	2017 – ano 20, nº 40
2007 – ano 10, nº. 11	2018 – ano 21, nº 41
2008 – ano 11, nº. 12	2018 – ano 21, nº 42, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 13	2018 – ano 21, nº 43
2009 – ano 12, nº. 14	2018 – ano 21, nº 44
2009 – ano 12, nº. 15	2018 – ano 21, nº 45, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 16	2019 – ano 22, nº 46
2010 – ano 13, nº. 17	2019 – ano 22, nº 47, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 18	2019 – ano 22, nº 48, Dossiê
2011 – ano 14, nº. 19	2019 – ano 22, nº 49
2012 – ano 15, nº. 20	2019 – ano 22, nº 50
2012 – ano 15, Dossiê	2020 – ano 23, nº 51
2012 – ano 15, nº. 21	2020 – ano 23, nº 52 – Dossiê
2013 – ano 16, nº. 22	2020 – ano 23, nº 53
2013 – ano 16, nº. 23	2020 – ano 23, nº 54
2014 – ano 17, nº. 24	
2014 – ano 17, nº. 25	Quadrimestral
2015 – ano 18, nº 26, Dossiê	ISSN 1806-6755
2015 – ano 18, nº 27	

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

9	GENTES TERRAS: O OUVIR MÚTUO DAS GEOGRAFIAS INDÍGENAS PEOPLE LANDS: THE MUTUAL LISTENING OF INDIGENOUS GEOGRAPHIES GENTE TIERRAS: LA ESCUCHA MUTUA DE LAS GEOGRAFÍAS INDÍGENAS Jones Dari Goetter e Juliana Grasiéli Bueno Mota
35	GEOGRAFÍAS DE MUERTE VERSUS TEJIDOS TERRITORIALES DE VIDA: OTROS MODOS DE ELABORACIÓN POLÍTICA (MÉXICO) GEOGRAPHIES OF DEATH VERSUS TERRITORIAL TISSUES OF LIFE: OTHER MODES OF POLITICAL ELABORATION (MEXICO) GEOGRAFIAS DA MORTE VERSUS TECIDOS TERRITORIAIS DA VIDA: OUTROS MODOS DE ELABORAÇÃO POLÍTICA (MÉXICO) Diana Itzu Gutiérrez Luna
59	ACERCA DE LA POSCOLONIALIDAD Y EL DESARROLLO COMO PARADIGMA DE TRANSFORMACIÓN SOCIAL EN AMÉRICA LATINA ABOUT POSTCOLONIALITY AND DEVELOPMENT. A PARADIGM OF SOCIAL TRANSFORMATION IN LATIN AMERICA A PROPOS DE LA POSTCOLONIALITÉ ET DU DÉVELOPPEMENT. UN PARADIGME DE TRANSFORMATION SOCIALE EN AMÉRIQUE LATINE Yanga Villagómez Velázquez
90	TERRITORIALIDADES INDÍGENAS NO MÉXICO E A EXPERIÊNCIA DO POVO MASEUAL DE CUETZALAN (PUEBLA): DIÁLOGOS E CONTRIBUIÇÕES PARA AS LUTAS INDÍGENAS NO BRASIL INDIGENOUS TERRITORIALITIES IN MEXICO AND THE EXPERIENCE OF MASEUAL PEOPLE OF CUETZALAN (PUEBLA): DIALOGUES CONTRIBUTIONS TO THE INDIGENOUS STRUGGLE IN BRAZIL TERRITORIALIDADES INDÍGENAS EN MÉXICO Y LA EXPERIENCIA DEL PUEBLO MASEUAL DE CUETZALAN (PUEBLA): DIÁLOGOS Y CONTRIBUCIONES A LA LUCHA EN BRASIL Otávio Gomes Rocha
115	GEOGRAFIA E POVOS INDÍGENAS: UM PANORAMA DA PRODUÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA GEOGRAPHY AND INDIGENOUS PEOPLES: AN OVERVIEW OF CONTEMPORARY BRAZILIAN PRODUCTION GEOGRAFÍA Y PUEBLOS INDÍGENAS: UNA VISIÓN GENERAL DE LA PRODUCCIÓN BRASILEÑA CONTEMPORÂNEA Emerson Ferreira Guerra e Roberta Carvalho Arruzzo

O MOVIMENTO INDÍGENA CONTEMPORÂNEO E A GEOGRAFIA

137

THE CONTEMPORARY INDIGENOUS MOVEMENT: AND GEOGRAPHY

EL MOVIMIENTO INDÍGENA CONTEMPORÂNEO Y GEOGRAFÍA

Gilberto Vieira dos Santos e Antonio Thomaz Júnior

163

TERRITORIALIDADE INDÍGENA: TRAJETÓRIAS PARA IMPLANTAÇÃO DE UMA NOVA ALDEIA NO PARQUE INDÍGENA DO XINGU (PIX) – MATO GROSSO – BRASIL

INDIGENOUS TERRITORIALITY: TRAJECTORIES FOR THE IMPLEMENTATION OF A NEW VILLAGE IN THE XINGU INDIGENOUS PARK (XIP) – MATO GROSSO – BRAZIL

TERRITORIALIDAD INDÍGENA: TRAYECTORIAS PARA IMPLANTACIÓN DE UNA NUEVA ALDEA EN EL PARQUE INDÍGENA DEL XINGU (PIX) – MATO GROSSO – BRASIL

Keyte Ferreira de Lira e Onélia Carmen Rossetto

186

LIMOLAYGO TOYPE: AS ASSEMBLEIAS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL DOS XUKURU DO ORORUBÁ

LIMOLAYGO TOYPE: INDIGENOUS ASSEMBLIES AND THE CONSTRUCTION OF THE TERRITORIAL IDENTITY OF THE ORORUBA XUKURU

LIMOLAYGO TOYPE: ASAMBLEAS INDÍGENAS Y LA CONSTRUCCIÓN DE LA IDENTIDAD TERRITORIAL DEL ORORUBÁ XUKURU

Beatriz Barbosa da Silva, Claudio Ubiratan Gonçalves, Avelar Araujo Santos Junior e Luana Elis Oliveira Pinto

212

DESENVOLVIMENTO E TERRITÓRIOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NO PERÍODO DITATORIAL

DEVELOPMENT AND INDIGENOUS TERRITORIES IN THE BRAZILIAN AMAZON IN THE DICTATORIAL PERIOD

DESARROLLO Y TERRITORIOS INDÍGENAS EN LA AMAZONIA BRASILEÑA EN EL PERÍODO DICTATORIAL

Delaíde Silva Passos e Gabriela Solidário de Souza Benatti

233

TERRAS INDÍGENAS EM ÁREAS DE TRANSIÇÃO CERRADO-AMAZÔNIA EM RONDÔNIA: O CASO DA T. I. TUBARÃO LATUNDE

INDIGENOUS RESERVE IN THE TRANSITION AREA CERRADO-AMAZONIA IN RONDÔNIA: THE CASE OF THE T.I. TUBARÃO LATUNDE

TIERRAS INDÍGENAS EN ZONAS DE TRANSICIÓN CERRADO-AMAZONAS EN RONDÔNIA: EL CASO DE T. I. TUBARÃO LATUNDE

Maria Lucia Cereda Gomide e Carlos Aikanã

259

O USO DE ELEMENTOS DE ETNOMAPEAMENTO NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM TERRAS INDÍGENAS

THE USE OF ELEMENTS OF ETHNOMETRY IN GEOGRAPHY EDUCATION
IN INDIGENOUS LANDS

EL USO DE ELEMENTOS DE ETNOMAPEAMIENTO EN LA ENSEÑANZA DE
GEOGRAFÍA EN TIERRAS INDÍGENAS

Elson Pereira de Almeida e Maria Rita Vidal

**A NATUREZA DE UM TERRITÓRIO NO SERTÃO DO NORTE DE MINAS
GERAIS: A AÇÃO TERRITORIAL DOS XAKRIABÁ**

284

THE NATURE OF A NORTHERN TERRITORY OF MINAS GERAIS-BRAZIL
SERTÃO'S: THE TERRITORIAL MOVEMENT OF XAKRIABÁ

LA NATURALEZA DE UN TERRITORIO EN EL SERTÓN DEL NORTE DE
MINAS GENERALES: LA ACCIÓN TERRITORIAL DE LOS XAKRIABÁ

Cássio Alexandre da Silva

**POR CAMINHOS E ANDANÇAS INDÍGENAS (A GEOBRICOLAGEM COMO
TRILHA)**

303

THROUGH INDIGENOUS PATHS AND WANDERINGS (GEO-BRICOLAGE AS
A TRAIL)

A TRAVÉS DE CAMINOS Y ANDANZAS INDÍGENAS (GEOBRICOLAGEM COM
O SENDERO)

Jones Dari Goetter e Juliana Grasiéli Bueno Mota

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

330

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

362

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Gentes|terras: o *ouvir* mútuo das Geografias Indígenas

Jones Dari Goettert

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
jonesdari@ufgd.edu.br

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
julianamota@ufgd.edu.br

Resumo

“Ouvir uma pedra!”: assim resumimos metaforicamente a proposta deste texto. “Ouvindo-a”, ecoamos: (1) palavras índias, sobretudo de Ailton Krenak e Davi Kopenawa; (2) crítica à separação de espaço e lugar, em encontro entre Antropologia (Tim Ingold) e Geografia (Doreen Massey); (3) um jeito índio de relação gentes e terras nos *tristes trópicos*, de Claude Lévi-Strauss; e (4) a indissociabilidade gentes e terras (e águas) traduzida na palavra “sentipensar”, ensinada por pescadores camponeses-indígenas colombianos. E que aqui “ouvir uma pedra” seja um acontecimento, um ato, um território, sensibilizando a todas e todos para as experiências pulsantes que as geografias indígenas ensejam.

Palavras-chave: Geografias Indígenas; Gentes e Terras; “Sentipensar”.

People|lands: the mutual listening of Indigenous Geographies

Abstract

“Hearing a stone!”: this is how we metaphorically summarize the proposal of this text. “Hearing it”, we echo; (1) indian words, especially those of Ailton Krenak and Davi Kopenawa; (2) criticism of the separation of space and place in encounter between Anthropology (Tim Ingold) and Geography (Doreen Massey); (3) an Indian way of relating people and lands in the *sad tropics*, by Claude Lévi-Strauss; and (4) the inseparability of people and lands (and waters) translated into the word “sentipensar”, taught by Colombian peasant-indigenous fishermen. And that here “listening to a stone” is an event, an act, a territory, sensitizing everyone to the pulsating experiences that the indigenous geographies bring about.

Keywords: Indigenous Geographies; People and Lands; “Sentipensar”.

Gente|tierras: la escucha mutua de las geografías indígenas

Resumen

“¡Escuchando una piedra!”: así es como resumimos metafóricamente la propuesta de este texto. “Al escucharlo”, hacer eco: (1) palabras indias, especialmente de Ailton Krenak y Davi Kopenawa; (2) crítica a la separación del espacio y el lugar en la encuentro entre Antropología (Tim Ingold) y Geografía (Doreen Massey); (3) una manera india de relacionar gentes y tierras en los *tristes trópicos*, de Claude Lévi-Strauss; y (4) la inseparabilidad de las personas y las tierras (y las aguas) traducidas a la palabra “sentipensar”, aprehendida y enseñada por pescadores campesinos e indígenas colombianos. Y que aquí “escuchar una piedra” es un evento, un acto, un territorio, sensibilizando a todos sobre las experiencias pulsantes que provocan las geografías indígenas.

Palabras clave: Geografías Indígenas; Gentes y Tierras; Sentipensar.

Antes de começar a ler este texto, por favor, vá lá fora e encontre uma pedra grande, embora não tão grande que não possa ser facilmente levantada e transportada para um local coberto. Traga-a, e a mergulhe em um balde de água ou debaixo de uma torneira aberta. Então a coloque diante de você em sua mesa – talvez em uma bandeja ou prato de modo a não estragar a sua mesa de trabalho. Dê uma boa olhada nela. Se você gostar, você pode olhar para ela de novo de vez em quando, enquanto você lê o texto. No final, faremos referência ao que você pode ter observado.



Introdução

Pois no Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é.

Eduardo Viveiros de Castro, *O índio em devir*

Pois nos mundos todas as terras são índias, exceto...

Se no Brasil – e arriscamos dizer também na América Latina, na África, na Ásia, na Oceania, nas “bordas internas” da Europa e da América Anglo-Saxônica... – *todo mundo é índio, exceto quem não é*, então **ouvir** índias e índios¹ é também *ouvir a nós mesmas e*

¹ Observação: sabemos das muitas e sérias implicações que a expressão “índia/índio” abarca, cultural, teórica, política e ideologicamente. Mesmo assim, e até por constantemente ouvirmos entre comunidades Guarani e Kaiowá (de Dourados, Mato Grosso do Sul, e região) índia/índio como auto-identificação, e também por uma *estética* narrativa, optamos no geral pelo seu uso.

mesmos. Ouvir como em uma *feira-encontro* de cantos, danças e rezas, em pé de igualdade-semelhança, solidária e horizontalmente, pois *ouvir* índia/índio é também *ouvir* a Terra – a Terra comum. Isso pressupõe o entendimento desde já de que índia/índio tem sua *conjugação* inseparável da terra (de todas as terras índias); portanto, *ouvir* índias e índios é praticar o exercício simultâneo de *ouvirmo-nos* na mutualidade gentes|terras. A ênfase no *ouvir* precisa ser, assim, uma condição plural, dada pela impossibilidade (como sempre foi) de um *ouvir-se self, ego* ou “ântropo-auditivo”: *ouvir* é sempre uma relação *dentro(sujeito)/fora(ambiente)* e atravessada pela produção social de sons.

Ao optarmos pela expressão **gentes**, o fazemos porque comumente falamos/ouvimos “a gente”, “a gente veio”, “a gente foi”, “a gente busca”, “a gente é”, não se distraindo em abstrações de “a população”, “a sociedade”, “a civilização” (sim, também falamos “as pessoas”, mas é flagrante como este dizer sugere a distância entre quem fala e quem é falado). A expressão **terras**, por sua vez, porque buscamos acentuar que é a multiplicidade de mundos que povoa cada pedaço de chão “terreno”, e não (unicamente) a homogeneidade “monocultural” ensejada pelo capitalismo produtor e consumidor de mercadorias.

O símbolo “|” *entre* gentes e terras, por sua vez, é o *signal* da sua indissociabilidade, ambas existindo apenas em condição *unívoca*². São, assim, gentes e terras uma comunhão em suas várias singularidades, plasmando diferenças pelas múltiplas reciprocidades de suas existências. Não podemos prescindir da compreensão, também, da qual *ouvir* gentes|terras é desejo – e hoje até necessidade – de *ouvir* toda a Terra, condição inelutável pois que é a Terra o “pedaço” cósmico que *habitamos* e *magicamente* também *agregamos* a ela outros “pedaços” em nossas construções imaginárias – até para que espíritos ou outros seres *invisíveis*, desta ou de outras vidas, possuam seus “pedaços” para *habitar*...

A necessidade – já não mais apenas possibilidade – de comunicabilidade, de comunhão e do *pôr tudo em comum* gentes|terras é urgente e inadiável, como condição mesma para a re-existência de todas as gentes, de todas as terras, de toda Terra. E aqui enfatizamos essa possibilidade em *uma* toda Terra *índia*, que só pode ser pensada no plural, na pluralidade, na *pluriversidade*. *Uma* toda Terra *índia* de humanas/os e não-humanas/os, portanto não mais uma egoísta “era do Antropoceno”, pois é *hora* e *era* de fazer escancarar

² O símbolo “|” foi achegado em leitura de Viveiros de Castro (2011) quando o autor discorre sobre o “perspectivismo” (ver também no artigo de Goettert e Mota neste dossiê) *exemplificado* por “multiplicidades imediatamente relacionais do tipo sanguecauim, barreiromaloca, grilopeixe” (p. 898). O autor em nota sugere: “Se se preferir marcar a disjunção referencial dessas multiplicidades, pode-se escrevê-las sangue|cauim, humano|onça, grilo|peixe, onde a barra vertical marca uma relação que não é nem de contraste ou oposição (como a barra /), nem de conjugação fusional, como o traço de união. Convencione-se então o signo “|” como indicador da síntese disjuntiva deleuziana, por analogia com o signo em xis da “subrasura” de Heidegger-Derrida” (p. 913). Mas podemos objetar que o símbolo “|” (linha vertical), ao verticalizar, separa *ambas* (gentes e terras); no entanto, pensamos aqui que também a linha vertical expressa a inevitável *amalgama* das gentes e das terras. Por outro lado, poder-se-ia observar que o símbolo “—” (linha horizontal) é mais apropriado, mas tanto o argumento sobre o símbolo primeiro cabe aqui (por apontar *as gentes* para um lado, e *as terras* para outro), quanto a confusão que o símbolo traria como um simples hífen ou travessão.

as “antropo-obsCenas”³ por demais visíveis por sua persistência como anti-Vida, anti-multiplicidade, anti-Comum e anti-comunicável.

Eis o desafio!

Este artigo-apresentação se propõe, então, em linguagem menos formal e acadêmica e em diálogos *soltos* e de alguma forma *inusitados* para a geografia, *dar-se à escuta*. Mas *escutar* quem? Se já apontamos a necessidade da indissociabilidade gentes|terras, humanas/os e não humanas/os, iniciamos (e finalizamos o artigo) *ouvindo* uma pedra, como exercício concomitante à leitura deste texto. *Em seguida*, propomos uma trilha onde buscamos *ouvir-nos* como geografia – em diálogo com a antropologia –, problematizando a já precária (mas ainda poderosa) *insustentável* separação espaço e lugar. Depois, *já meio inebriadas/os de tanto ouvir*, trazemos a ideia de “sentipensar” (a partir de gentes ribeirinhas camponesas-indígenas colombianas) como condição mesma para geografias indígenas que *se sentem* e *se pensam* através também da inseparabilidade entre razão e emoção. E por fim, em breves linhas apresentamos o conjunto múltiplo de textos que formam este segundo dossiê geografias indígenas.

Apenas mais três pequenas considerações iniciais. (1) A ênfase aqui para o *ouvir* (e não para o *olhar*, *tatear*, *cheirar* ou *paladar*) objetiva contribuir para a prática de aguçamento de um sentido por vezes pouco sensível à geografia. Nesse aspecto, parece-nos importante que *o lugar do olhar* (cf. GOMES, 2013) *ceda* sua centralidade mesmo que momentaneamente para *o lugar do ouvir*, possibilitando *experimentações e derivas* – com ou sem imagens – na construção de *outras imaginações espaciais* (cf. FERNANDES, 2016). (2) A proposta deste texto é apenas e simplesmente a tentativa de um *acontecimento*, isto é, que a própria leitura seja um ato experimental (como um *território* [que] é de fato *um ato*, na ousada proposição de Deleuze e Guattari [1997, p. 120]). Ou seja, aqui não intentamos apresentar uma metodologia, muito menos certa perspectiva teórico-filosófica *para* as geografias indígenas; pelo contrário, entendemos que este texto apresenta apenas *derivas*, pequenas tocas|tatus em trilhas ainda a abrir e desvendar. (3) E não esqueça de, agora e *volta e meia*, mirar, ouvir, sentir e pensar a pedra que ao teu lado te acompanha...

Ouvir

Enquanto isso,

³ Swyngedouw & Ernstson, a partir da ideia de “Anthropo-obScene” (em tradução livre: “antropo-obsCeno”), sustentam que aquilo que é definido por Antropoceno “esconde” o obsceno, isto é, o pensamento/prática em que poucos podem viver (pois que prima o Um), enquanto a maioria (os não-Um) é tomada pela “necropolítica” (em diálogo com Mbembe, 2003).

a humanidade vai sendo descolada de uma maneira tão absoluta desse
 organismo que é
 a terra.
 Os únicos núcleos que ainda consideram que precisam ficar agarrados
 nessa terra são aqueles que ficaram
 meio esquecidos
 pelas bordas do planeta,
 nas margens dos rios,
 nas beiras dos oceanos,
 na África, na Ásia ou na América Latina.
 São caiçaras,
 índios,
 quilombolas,
 aborígenes –
 a sub-humanidade.
 [...]
 Parece que eles querem
 comer terra,
 mamar na terra,
 dormir deitados sobre a terra,
 envoltos na terra.⁴

Ailton Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*

O processo civilizador ocidental-moderno-contemporâneo-capitalista (ELIAS, 1994a; 1994b), a compressão do tempo-espaço (HARVEY, 1992), a modernidade líquida (BAUMAN, 2001), a geometria do poder global (MASSEY, 2007), a globalização perversa (SANTOS, 2000) etc. ensurdecem ouvidos e poucos hoje parecem capazes de ouvir gentes|terras em sua condição mútua de existência.

Aturdidas pelos sons e pelas sonoridades do “meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2004), as gentes (e agentes) sintonizadas com a “rádio global” parecem perdido de tal jeito o contato com o “chão” que, ao estarem “em casa” no “espaço do mundo”, aparentam sem lugar algum. A dissintonia entre “espaço global” e “lugar de vida” expressa a própria dicotomia espaço/lugar, como se um fosse um, e outro, outro. A confusão cacofônica reverbera pelos múltiplos cantos da Terra, e as gentes quase todas – “perdidas no espaço” ou “achadas no lugar”, e em ambos, atônicas – parecem *esquecidas* de que participam de uma *simultaneidade vívida*⁵ que constitui a si e ao mundo – as gentes todas, os seres todos, as terras todas, a Terra toda.

Em contraponto, *ouvir* gentes|terras é também aqui uma provocação que busca superar a dicotomia “geográfica” espaço/lugar, possibilitando-nos *estar vivo[s]* no mundo, como nos instiga Ingold (2015). Seguindo esta *linha*, é justamente “contra o espaço” que o

⁴ Ailton Krenak (2019) falou-escreveu em prosa... Sua fala-escrita, no entanto, é de tal maneira inebriante, inspiradora e revolucionária que a disposição em versos é potência das *comunidades que vêm* (em aproximação a Agamben, 1993) – muitas *que já vem* – e dos mundos em Pluriverso (cf. EZLN [1996], ESCOBAR [2014], BLASER [2010] e BLASER; LA DE CADENA; ESCOBAR [2009], por exemplo), *trans-versando* gentes e terras.

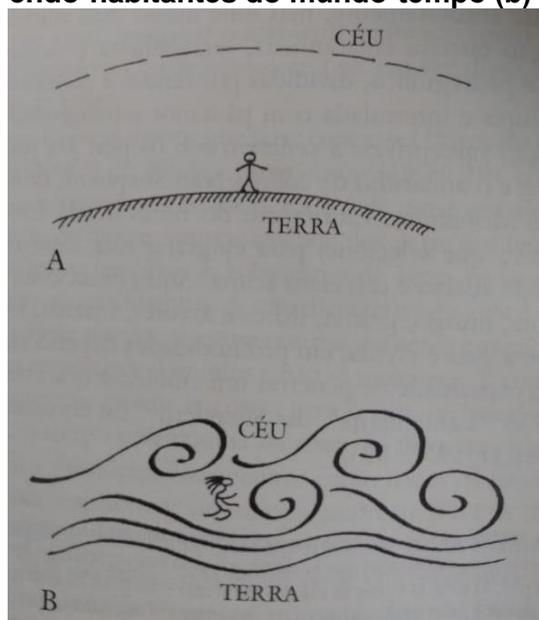
⁵ De inspiração da sempre instigante e provocadora *imaginação* de Doreen Massey (2008, p. 29): “Talvez pudéssemos imaginar o espaço como uma simultaneidade de estórias-até-agora”!

autor se encontra com o “pelo espaço” de Doreen Massey (em referência a *For space*, 2005, p. 193):

O persistente hábito de contrapor espaço e lugar, como reclama Doreen Massey, leva-nos a imaginar que a vida seja vivida na base de um vórtice, do qual a única saída é levantar-se do chão da experiência real, para cima e para fora, em direção a níveis [escalas] cada vez mais altos de abstração (INGOLD, 2015, p. 216).

A ideia de espaço abstrato e de lugares como “experiência real” (encaixotados uns nos outros) participa, como também aponta Ingold, de uma “lógica da inversão”, “[...] transforma[ndo] as vias ao longo das quais a vida é vivida em limites dentro dos quais está encerrada”; é como se os seres todos – humanos e não humanos – apenas *ocupassem* a Terra e não a *habitassem* (INGOLD, 2015, p. 215). Para o autor, “as criaturas vivem *na* Terra e não *sobre* ela”, isto é, é um *habitar* “com-junto” para além de uma mera *ocupação* abstrata e isolada⁶ (a figura a seguir, também de Ingold [2015, p. 186], é bastante *ilustrativa* a respeito).

Figura 1 – “O exo-habitante da Terra (a) e os endo-habitantes do mundo-tempo (b)”



Fonte: INGOLD (2015, p. 186)

Ocupar (“exo-habitante”) e *habitar* (“endo-habitante”), para o autor, são completamente distintos: se no primeiro os seres *ocupam* um lugar no espaço, no segundo o *habitar* pressupõe que cada habitante é um “mundo-tempo” (um *espaço*) deixando uma trilha que se entrelaça com outra trilha, “[...] conforme a vida de cada um vincula-se à de outro” (INGOLD,

⁶ O grito de luta “Ocupar, resistir, produzir” do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Brasil, parece-nos um *jeito* solidário de *habitar a terra*. Da *ocupação* inicial, a trajetória vai sendo tecida pela re-existência (*resistir*) e por um *habitar* íntegro (*produzir, trabalhar*). Porque para o MST, podemos inferir, a terra não pode mais ser *medida* capitalistamente como troca, mas *habitada* como “desmedida” em uso recíproco entre humanos e não humanos, material e imaterialmente (sobre a terra “desmedida” ver, por exemplo, “Ocupar, Resistir e Produzir – As feiras do MST na TVT” – vídeo).

2015, p. 221). *Habitamos* então nem um espaço *etéreo* nem um lugar *em si*, mas sim um caminho, uma trajetória, que nunca se encerra em um *aqui*, em um *lá* ou em um *acolá*: “Enquanto está na trilha, uma pessoa está sempre em algum lugar. Mas todo ‘em algum lugar’ está no caminho para algum outro lugar” (INGOLD, 2007 *apud* INGOLD, 2015, p. 220).

Habitar as terras, a Terra toda, portanto, é *estar vivo*, em movimento. Uma condição de entrelaçamentos constantes *contra o espaço* – ou, de outro modo, *Pelo espaço* (MASSEY, 2008) –, isto é, é cada gente, cada ser e cada coisa *ouvir-se* em comunicabilidade com *sua* terra, com toda a Terra. *Contra o espaço-Pelo espaço*, nesse sentido, é também a ênfase do movimento profundo contra “id-entidade”, “re-apresentação” ou “nomeação” únicas, contra um espaço em estase, isto é, *sem movimento* (porque único), e também contra a ideia de que *nós estamos aqui* e o *espaço está lá fora*. Ou, de outro modo, contra uma geografia que divide o humano (“geografia humana”) e o não humano (“geografia física” e “biogeografia”) – e “*Que loucura!*”: como se o humano não fosse também *bio*, isto é, *vida*, ou o contrário, como se apenas o humano fosse vida e nada mais se *movimentasse*...). O argumento central de Massey (como o de Ingold) se desdobra, portanto, para o que podemos chamar de *alienação geográfica*: de tal forma fomos e somos tomadas/os pela pretensa Era Antropocênica (ou antropocêntrica) que nos *separamos* da terra|Terra, expressando em *última potência* a tríade sujeito neo-ultraliberal (*deixai eu fazer, deixai eu ir, deixai eu passar*), *líquido* (sem vínculos, inclusive com a terra|Terra) e ultrapositivista (*acima de tudo, de todos, neutro, etéreo*).

A citação a seguir é longa, mas crucial para a compreensão do “resultado” assustador de um modo de “produzir espaço” – ou como sugere Massey (2008, p. 21) de “estruturas do tempo-espaço” – da Era Antropocênica ou do mundo ocidental-moderno-contemporâneo-capitalista:

Quero chamar a atenção, em particular, a duas características canônicas da tradição ocidental de pensamento. A primeira é a doutrina da singularidade do indivíduo; a segunda encontra-se na separação da sociedade humana do domínio da natureza. As duas estão ligadas, uma vez que é como seres sociais – isto é, como pessoas – que os seres humanos supostamente devem realizar a sua autoidentidade como indivíduos únicos. O nome próprio é, evidentemente, um marcador desta identidade. Mas é mais do que isso, pois também indexa o que é pensado como uma capacidade distintiva dos seres humanos *enquanto* pessoas de intervirem na natureza e, por meio do seu trabalho, deixar sua marca sobre a terra. Tomando partes específicas da superfície da Terra e transformando-as de acordo com o seu propósito, considera-se que os seres humanos as tenham transformado em lugares. E cada lugar tem o selo de seu criador no nome que lhe foi dado. Assim, nomes de lugares testemunham, no imaginário ocidental, a história da colonização e da apropriação da natureza pela humanidade. Os animais não humanos, ao contrário, são considerados incapazes de criar lugares. Suas vidas, ao contrário das dos seres humanos, estão totalmente embrulhadas no mundo da natureza; elas não podem, portanto, tomar posse deste mundo da mesma maneira que os seres humanos podem fazê-lo. Assim, para o animal selvagem, de acordo com os preceitos jurídicos ocidentais, a superfície da Terra apresenta-se como *terra nullius*, espaço vazio, sobre o qual nenhuma

afirmação pode ser estabelecida. Os animais são destinados a vagar sobre esta superfície sem se apropriar de qualquer parte dela. Durante o auge do colonialismo esta mesma lógica foi estendida a populações de caçadores e coletores humanos. Imaginadas vivendo como animais selvagens em estado de natureza, essas populações foram interpretadas como sem lugar, vagando nômades, sem maior direito sobre as terras que habitavam do que outras espécies de animais selvagens (INGOLD, 2015, p. 244).

Mas como *ouvir* hoje as gentes|terras, toda a Terra, os “animais selvagens em estado de natureza” e por isso “sem lugar”? Ir ao encontro e *ouvir* gentes índias e suas terras, parece-nos um dos contrapontos à estase espacial apontada por Massey e corroborada por Ingold. Porque, talvez “vagando nômades”, gentes índias vêm deixando marcadas as terras, a Terra, o ar, o vento, o sol, a noite, os rios, os caminhos, as árvores, as montanhas, os vales, as pedras... Talvez os lugares únicos do hodierno “mundo globalizado” não sejam tão únicos, homogêneos e “cheios” assim, se se pudermos dar às/aos “nômades” (humanos e não humanos) o ouvido/a escuta. Uma condição *nômade* capaz de criação de um “conhecimento geográfico” em *tópicos*, “participantes de histórias de viagens realmente efetuadas” (como no que Fox [1997], citado pelo próprio Ingold [2015, p. 227, nota 10], sobre a etnografia austronésia, definiu por *topogenia*: “uma história que vai de um lugar a outro, e que é recitada como uma sucessão ordenada de nomes de lugares”).

Ouvir gentes|terras, toda a Terra, junto e com seres-sujeitos *nômades* é também “ouvir outras espécies de animais”, que até podem existir nos lugares/espço ocidentais-modernos-contemporâneos, mas que escutados em outros *habitares* podem se revelar surpreendentes. Tuan (1983), discutindo a “Perspectiva Experiencial”, cita o escritor-migrante-argelino-francês Albert Camus a “respeito do poder do som em evocar distância”: “À noite, na Argélia [Argélia, na escrita brasileiro-portuguesa], podemos ouvir os latidos dos cães a uma distância dez vezes maior do que na Europa. Assim, o ruído assume uma nostalgia desconhecida em nossos países confinados” (CAMUS, 1966 *apud* TUAN, 1983, p. 17)⁷.

Onde mais *habitam* os “animais selvagens”, que falam e latem estranhamente, e que evocando diferentes distâncias indicam também diferentes geografias? Onde os ruídos podem assumir uma nostalgia – ou um desespero – senão, por exemplo, nos espaços de “confinamento”⁸ (BRAND, 2004, p. 138) ou junto aos *condenados da terra*, na Argélia, na África, onde, ali também, “O indígena é um ser confinado” (FANON, 2005, p. 68-69)?

⁷ Observamos que Tuan, diferentemente de Ingold e Massey, não se propôs à discussão e análise da dificuldade que a dicotomia espaço/lugar acarreta. Ao contrário, deslinda com desenvoltura a diferença que os dois conceitos emanam, como em: “O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro”; e “O espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (TUAN, 1983, p. 3 e 151).

⁸ “Por confinamento entende-se aqui o processo histórico que se seguiu à demarcação das reservas pelo SPI, de ocupação do território por frentes não-indígenas, forçando a transferência dessa população para dentro dos espaços definidos pelo Estado para a posse indígena. Indica, portanto, o processo de progressiva passagem de um território indígena amplo, fundamental para a viabilização da sua organização social, para espaços exíguos, demarcados a partir de referenciais externos, definidos tendo como perspectiva a integração dessa população,

Para *ouvir* “a uma distância dez vezes maior”, como *sugere* o próprio Camus, é preciso deixar a Europa e embrenhar-se para junto dos “países [ou terras] confinados[as]”. Os “confinamentos” colonialistas no mundo inteiro e na América Latina nos últimos 528 anos (1492-2020), *geram* geografias inusitadas e estranhas (marcadas ou pela violência ou pelas humanidades em encontro). Lévi-Strauss (1996), *deixando* a Europa, embrenhou-se nos *tristes trópicos* e partir d’“A linha” narrou tensões mas também visitas de gentes índias Nambiquara a homens não-índios nos postos da uma linha telegráfica (nos anos 1930, à época, norte de Mato Grosso) que então se embrenhava pelo interior do Brasil:

Pois os índios exercem sobre o pessoal [não indígena] da linha uma espécie de fascínio mórbido: representam um perigo diário, exagerado pela imaginação local e, ao mesmo tempo, **as visitas de seus pequenos bandos nômades constituem a única distração, mais ainda, a única oportunidade para uma relação humana**. Quando elas acontecem, uma ou duas vezes por ano, as brincadeiras correm soltas entre massacradores potenciais e candidatos a massacrados, no inacreditável jargão da linha, composto no total de quarenta palavras meio nambiquara, meio portuguesas (LÉVI-STRAUSS, 1996, p. 257 – grifos nossos em negrito).

Dispuseram-se – *dispor-se-iam hoje* – “o pessoal da linha” ou os “candidatos a massacrados” para uma *visita de reciprocidade* junto à terra *habitada* pelas gentes índias, ou “pequenos bandos nômades” ou “massacradores potenciais”? Romper o limite entre o “mundo civilizado” – majoritariamente urbano junto a sua expressão ruralizada do agronegócio – e os “tristes trópicos” possibilitaria, sobretudo à “geografia não-indígena”, abrir-se ao *ouvir* de outras gentes e de outras terras-territórios, ao ponto mesmo de *se fazer* escutar que também a tristeza é entrecortada por um *habitar* literalmente a terra, a Terra, em seu aconchego. Pois o “pessoal da linha” telegráfica, uns passos a mais, talvez se dispusesse rumo a outro *habitar*, como aquele também apresentada pelo próprio Lévi-Strauss:

Figura 2 – “Mulher amamentando na posição indígena”



prevendo-se sua progressiva transformação em pequenos produtores ou assalariados a serviço dos empreendimentos econômicos regionais” (BRAND, 2004, p. 146 – nota 4).

Fonte: LÉVI-STRAUSS, 1996 (*entre as páginas 224 e 225*).

E o que encontraria ali?

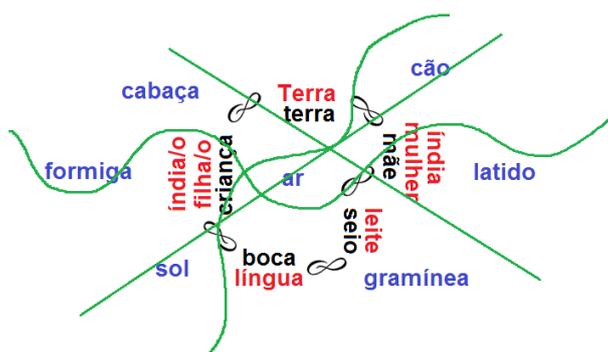
Uma terra em devir-mulher, devir-criança e devir-animal⁹ – em contraponto à hegemonia da “id-entidade”, “re-apresentação” e “nomeação” únicas Homem, Adulto e Humano/Antropoceno. A terra em devir-índia, em devir-índio, em devir-nambiquara. O corpo-terra *habitado* pelo corpo-mãe, *habitado* pelo corpo-filha/corpo-filho. Uma *trilha* enredando chão e corpos, boca e seio, dedos crianças e bico-seio-mãe, mão-mãe e corpo-filha/corpo-filho, pé-criança e pernas-mãe, cabelos-filha/cabelos-filho e braço-mãe ajeitando rosto e chão, a terra, a Terra toda, índia...

As gentes índias *habitando* as terras, a Terra; e as terras, a Terra, *habitando-se* em *uma* geografia que parece querer *insistir-se* na indissociabilidade do humano e do não humano, do físico, do *bio*, da terra e do ar, da água e da cabaça que a acomoda e protege, das gentes índias e dos bichos em mútuo cuidar. (E que intrigante: deslocando-se a imagem acima, em atravessamento entre “O mundo perdido” de Lévi-Strauss [1996, p. 233-244] e a “Algéria” de Albert Camus, não seria estranho que um dos “latidos dos cães” ainda *habitasse*, além dos ouvidos do escritor-migrante-argelino-francês, também o sonho da criança índia, que mamando com a boca e acariciando com os dedos, parece se *aconchegar* amigavelmente com “el sonho de la tierra” [ESCOBAR, 2014, p. 14]).¹⁰

Mulher amamentando na posição indígena também nos provoca o *pensar* que há múltiplas *posições de amamentação*. Sugere-nos, em especial, que os vínculos ou as solidariedades em *totalidade* e *multiplicidade* são sempre abarcadoras das relações indissociáveis humanas/os e terra, a Terra, em uma condição *circular* que nunca termina. Uma *circularidade* mais ou menos assim:

⁹ “Devir” como linha de fuga ou de desterritorialização, intensidades desterritorializadas “– é isto a multiplicidade” (DELEUZE; GUATTARI, 1995a, p. 46); devir como desterritorialização (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 51) frente a uma Geografia do Estado ou do Poder, sendo o “devir minoritário como figura universal da consciência é denominado autonomia” (DELEUZE; GUATTARI, 1995b, p. 53). Ou ainda, dialogando com a obra de Franz Kafka: “O devir é captura [anti-apropriação], posse [anti-propriedade], mais-valia [afetiva e desejanste – anti-capitalista]; nunca é reprodução ou imitação [mas criação]” (DELEUZE; GUATTARI, 2003, p. 35). Advertimos, contudo, que devir não é futuro... Devir é anti-futuro porque é encontro, multiplicidade ou, como apontou Massey (2008, p. 29) em relação ao espaço, “uma simultaneidade de histórias-até-agora”, não *em si*, mas *para si*, isto é, fazer-se *presente* histórias-até-agora escondidas, ocultadas, apagadas, negadas ou violentadas pela trajetória “única” ocidental-capitalista. Portanto, o devir *transgride* a própria linearidade passado-presente-futuro. E isso pode ser percebido – na crítica à negação do “passado pré-brasileiro” – como “índio em devir” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015a, p. 10) ou como *futuro pré-brasileiro*.

¹⁰ Ouvir a terra, a Terra, como *ouvir um sonho*: “[...] reconhecer essa instituição do sonho não como experiência cotidiana de dormir e sonhar, mas como exercício disciplinado de buscar no sonho as orientações para as nossas escolhas do dia a dia. Para algumas pessoas, a ideia de sonhar é abdicar da realidade, é renunciar ao sentido prático da vida. Porém, também podemos encontrar quem não veria sentido na vida se não fosse informado por sonhos, nos quais pode buscar os cantos, a cura, a inspiração e mesmo a resolução de questões práticas que não consegue discernir, cujas escolhas não consegue fazer fora do sonho, mas que ali estão abertas como possibilidades” (KRENAK, 2019, p. 25).



Entes em eterno ouvir-se ou multiplicidades em escuta: as terras[a Terra] ouvem o corpo-mulher, o corpo-criança, o corpo-animal, o corpo-cabaça, o corpo-ar, o corpo-sol... A mulher, a criança, o cão e a cabaça *ouvem* as terras[a Terra], mas igualmente o ar, o sol... Em aproximação a Ailton Krenak (em epígrafe), é a multiplicidade no *comer terra-mamar na terra-dormir deitados sobre a terra-envoltos na terra, amasiada* à simultaneidade da terra também a *comer-mamar-dormir deitada em si e para si, junta às suas, aos seus*.

E ali, nos *trópicos brasilis-latino-americanos* (nem somente *tristes*, nem somente *felizes*¹¹), também o calor tenderia à dispensa de qualquer vestimenta capaz de se interpor nas escutas entre pele-gente e pele-terra. Enredadas e enredados, todas e todos, como geografias de escuta, importantes e necessárias na *compilação* de geografias indígenas, capazes elas mesmas de revelação de outros *processos civilizadores* (*além* do processo civilizador ocidental-moderno-contemporâneo-capitalista), de outras territorialidades (e temporalidades) (*além* da compressão do tempo-espço), de sociedades menos *valorativas* e *voláteis* (*além da modernidade líquida*), de geometrias de anti-poder (*além* da geometria do poder global) e de uma “*globalización desde abajo*” (em aproximação a Portes; Guarnizo; Landolt, 2003) (*além* da globalização perversa)...

Ou seja, é urgente *ouvir* as terras, a Terra, e as gentes índias que nela *teimam* em *habitar*. Ou ainda, de outro *jeito*, “sentipensar” as terras, toda a Terra, junto a um (ou vários) “coletivo[s] que [a] habita[m]” (KRENAK, 2019, p. 21).

“Sentipensar”

Saí procurando este lugar aqui na serra...
E quando vim aqui e vi
essas pedras desenhando outras paisagens,

¹¹ É fundamental a recriação *ética* e *ontológica*, pelas geografias indígenas, por exemplo, da dimensão da felicidade, da alegria, que, “por supuesto”, é intercalada pela dimensão da tristeza. Tal dimensão, à da alegria, já aparece nas análises de Escobar quando, em diálogo com comunidades afrodescendentes, mostra que estas se autodeclaram como comunidades e “*territorios de vida, alegría, esperanza y libertad*” (ESCOBAR, 2014, p. 135).

múltiplas paisagens,
um mural de imagens e tudo,
eu falei:
“É aqui, rapazi!”

Ailton Krenak, *O sonho da pedra*

Palavras novas, outras e índias, *engravidam* a Geografia!

“Sentipensar”, “sentipensante”, “sentipensador”!

Um pescador do lugar chamado Jegua ou San Benito Abad, junto ao rio San Jorge, na Depressão Momposina, em Sucre, na Colômbia, remando em sua canoa disse mais ou menos assim: “nós aqui atuamos e vivemos com o coração mas também com a cabeça, e quando combinamos as duas coisas somos sentipensantes”.

Quem na companhia do pescador ouviu e primeiro escreveu sobre sentipensante foi Orlando Fals Borba ([1984] 2002). Parece não haver dúvidas que o autor sempre manteve a preocupação sociológica, filosófica, teórica, política e ética do que definiu por *metodologia* “estereofônica” (multivocal ou polifônica), em *ouvir* o “hombre-hicotea” da “cultura anfíbia” das gentes|águas|terras colombianas (BORDA, 2002 e 2015). Em vídeo (2008), anos depois, ressaltou a origem pescadora-camponesa-indígena da palavra *sentipensar*, e em tom humorado também disse que Eduardo Galeano a “roubara” dele – e do “hombre-hicotea”, portanto. De fato, Galeano a eternizou em passagem belíssima de *O livro dos abraços*:

Celebração de bodas da razão com o coração

Para que a gente escreve, se não é para juntar nossos pedacinhos? Desde que entramos na escola ou na igreja, a educação nos esquarteja: nos ensina a divorciar a alma do corpo e a razão do coração.

Sábios doutores de Ética e Moral serão os pescadores das costas colombianas, que inventaram a palavra *sentipensador* para definir a linguagem que diz a verdade.

(GALEANO, 2003, p. 119)

O “abraço” celebrado por Galeano, criado por um pescador, escrito por um sociólogo, migrou também para o livro *Sentipensar con la tierra*, de Arturo Escobar (2014). Inspirado pelo próprio Borba, a quem chama de mestre, que ouvira *sentipensante* “de las concepciones populares ribereñas de la Costa Atlántica” colombiana), ali, onde se encontram gentes|terras|águas, o *sentipensar* implica a relação solidária das gentes às terras, às águas, ao ar, ao sol... à Terra toda... e “vice-versamente”. Ali, em devir, em *sentipensar*, os territórios *populares* todos que emanam na co-presença efetiva e afetiva com todo o *resto*... Não à toa, enfatiza o autor, “*Sentipensar* con el territorio implica pensar desde el corazón y desde la mente, o co-razonar...” (ESCOBAR, 2014, p. 14)¹².

¹² Também sobre “sentipensar”, Moraes; Torre (2002, p. 41) apontam que o termo teria sido criado por Saturnino de la Torre, em que “sentipensar” “[...] indica el proceso mediante el cual ponemos a trabajar conjuntamente el pensamiento y el sentimiento (...), es la fusión de las formas de interpretar la realidad, a partir de la reflexión y el impacto emocional, hasta converger en un mismo acto de conocimiento que es la acción de sentir y pensar”. O

As palavras *sentipensar* e *co-razonar* engravidam ainda mais a palavra *ouvir*, no momento mesmo em que a geografia vem se propondo à *escuta* e ao fazimento co-partilhado (e “com-partilhado”) de geografias indígenas. Geografias que, em aproximação a Botero-Gómez (2019), se fazem constituintes de uma ontologia¹³ que rompe com o “vazio de referência” colonial-capitalista e instaura o “viver com alegria”:

En medio de las políticas neoextractivas, la interpretación del concepto [sentipensar] hace parte de un giro ontológico relacional que permite deconstruir las brechas entre naturaleza y cultura establecidas en la ontología dualista del pensamiento de occidente. El sentipensar rompe con las divisiones normativas entre sujeto y objeto; mente, espíritu y cuerpo; lo humano y no humano; lo orgánico e inorgánico. [...] El sentipensar enraizado con la tierra resiste a las epistemologías coloniales que subyacen en el paradigma del progreso, la evolución, la civilidad y el desarrollo estableciendo la reconexión del vínculo primario con la tierra, la mar, la montaña y los ríos. [...] El sentipensar aparece en la crítica existencial y las transgresiones estéticas rurales y urbanas que desobedecen y perviven en disputa con las voces oficiales [...]. Sentipensar se constituye en una de las prácticas teóricas más vigentes y contundentes para suturar el tejido socioterritorial roto. Los pueblos en movimiento aportan políticas del cuidado de la vida en las que *el río no se negocia, el líder come de último y el territorio no tiene precio*; de este modo, traen consigo genealogías de historia viva desde palabras intraducibles para las cosmogonías del colono [ou colonizador, colonialista]. [...] Finalmente, frente a la academia paralizante de una supuesta realidad manipulable, el sentipensar late en la digna rabia y el co-razonar de los pueblos mayas, en la armonización, sanación del proceso de Liberación de la madre tierra y en el vivir gozoso que controvierten la representación de la historia en etapas de la pre a la post modernidad con estereotipos que van desde el animismo hasta la oposición emoción y razón y su consecuente vacío de referente.¹⁴

Ou seja, pode-se dizer que o *ouvir* – geográfico – já não pode ser o *simples* gesto de escutar, gravar, anotar, fotografar..., mas uma “descrição densa” em *co-razonar* a exemplo da etnografia (GEERTZ, 2017), por isso construída de “coração aberto”. Para Geertz, inclusive, a “descrição densa” é nunca neutra, objetiva ou empirista:

termo acompanha todo o texto da autora/do autor, que se propõe a apresentar e discutir um novo jeito de pensar, sentir e fazer Educação.

¹³ Apontamos referências à “ontologia política territorial” em artigo de nossa autoria junto a este dossiê.

¹⁴ [Tradução livre] No meio das políticas neo-extrativas, a interpretação do conceito [sentipensar] faz parte de uma mudança ontológica relacional que permite desconstruir as lacunas entre natureza e cultura estabelecidas na ontologia dualística do pensamento ocidental. O Sentipensar rompe com as divisões normativas entre sujeito e objeto; mente, espírito e corpo; o humano e o não humano; orgânico e inorgânico. [...] Sentipensar enraizado na terra resiste às epistemologias coloniais que sustentam o paradigma de progresso, evolução, civilidade e desenvolvimento, estabelecendo a reconexão do elo primário com a terra, o mar, as montanhas e os rios. [...] Sentipensar aparece em críticas existenciais e transgressões estéticas rurais e urbanas que desobedecem e sobrevivem em disputa com vozes oficiais [...]. Sentipensar é uma das práticas teóricas mais atuais e vigorosas para suturar o tecido sócio-territorial quebrado. Os povos em movimento contribuem com políticas de assistência à vida nas quais o rio não é negociado, o líder come por último e o território não tem preço; desse modo, eles trazem consigo genealogias da história viva a partir de palavras intraduzíveis para a cosmogonia do colono [ou colonizador, colonialista]. [...] Finalmente, diante da academia paralisante de uma realidade supostamente manipulável, as batidas sentipensares na raiva digna e no raciocínio dos povos maias, na harmonização e cura do processo de libertação da mãe terra e na vida com alegria por contrariarem a representação da história em etapas da pré à pós-modernidade, com estereótipos que vão do animismo à oposição, emoção e razão e seu consequente vazio de referência

Olhar as dimensões simbólicas da ação social – arte, religião, ideologia, ciência, lei, moralidade, senso comum – não é afastar-se dos dilemas existenciais da vida em favor de algum domínio empírico de formas não emocionalizadas; é mergulhar no meio delas (GEERTZ, 2017, p. 21).

“Mergulhar no meio” das geografias indígenas é ter a compreensão de que suas *águas são turvas*, às vezes já sem peixes e, em outras, até mesmo sem mais rios, sem mais águas. É o mergulho em seus territórios “confinados” – quando eles ainda existem como tal, pois em muitos casos os territórios já são apenas os *devires* em lutas e “*re-existências*”-até-agora. É o mergulho por territórios e tempos em cercamentos¹⁵, pois que a “geografia política” hegemônica ocidental-capitalista é o cerco histórico e implacável às terras comuns, à Terra Comum, indígena, camponesa, quilombola, cabocla, comunitária, *feminina* (aliás, as próprias definições de “aldeia indígena”, “reserva indígena”, “terra indígena”, “território indígena” etc. abonam o violento massacre que marca todas as *linhas* capitalísticas contra os Povos Indígenas).

É o mergulho, então e também, em trajetórias e *estórias-até-agora* conflitantes, do centro e da margem, da espoliação e da re-existência, dos cercamentos e das *retomadas*, da morte e da vida. Sobretudo, a perspectiva de *sentipensar* é também a constatação de que é imprescindível romper com a trajetória única (o Mundo Único), e em vez disso ir ao encontro de outras trajetórias, entre as quais às indígenas, que tem muito a nos fazer *sentir e pensar*.

Vejamos uma *trajetória*:

[...] a complexa trajetória histórica que o drama da invasão da América pelos europeus impôs a esse povo: uma trajetória marcada pela ocupação militar, a expropriação territorial, a dizimação demográfica causada pelas doenças (físicas e metafísicas) disseminadas pelos invasores, a escravização econômica, a repressão política, a interdição linguística, a brutalização das crianças nos internatos missionários (um momento especialmente vil da atuação recente da Igreja Católica na Amazônia), a violação ideológica por meio da destruição dos *sacra* indígenas e da imposição truculenta de uma religião alienígena – enfim, o longo e abominável, rosário de violências que os povos ameríndios sofreram, e sob muitos aspectos continuam a sofrer, nas mãos dos orgulhosos representantes da “civilização cristã” e/ou da “nação brasileira” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 9).

Agora outra *trajetória*, um “contra-espço” e em *simultaneidade* tensa e conflitiva com a anterior:

¹⁵ O estudo dos cercamentos precisa continuar sendo um dos principais temas da Geografia, em especial a brasileira. Para tal, as análises, por exemplo, de Marx (2017), Fanon (2005), Federici (2017) e Denning (2005), junto à já extensa produção da Geografia no Brasil, podem ser fundamentais. De Marx (2017), que os cercamentos e as leis que os consolidam produziram – e continuam a produzir – “os despossuídos”, as despossuídas. De Federici (2017, p. 46 e outras), da correspondência entre cercamentos ingleses (e europeus como um todo) com a conquista da América e o patriarcalismo. De Fanon (2005, p. 54-57), que as *cercas* produziram – e continuam a produzir – um “mundo colonial” (ou uma “geografia colonial”) “compartimentado”, “cortado em dois”, “maniqueísta”. E de Denning (2005, p. 231-232), por sua vez, que “o cercamento dos bens comuns” (hoje, com as privatizações, os “novos cercamentos”), é reprodução e promoção da contraditória democracia liberal-burguesa.

Os índios que “ainda” são índios são aqueles que não cessaram de perseverar em seu devir-índio durante todos esses séculos de conquista. Os índios que agora “voltam a ser” índios são os índios que reconquistam seu devir-índio, que aceitam redivergir da Maioria, que reaprendem aquilo que já não lhes era mais ensinado por seus ancestrais. Que se lembram do que foi apagado da história, ligando os pontos tenuamente subsistentes na memória familiar, local, coletiva, através de trajetórias novas, preenchendo o rastro em tracejado do passado com uma nova linha cheia (VIVEIROS DE CASTRO, 2015, p. 11).

O *sentipensar* das geografias indígenas pode ser, por isso, também o atravessamento tenso e conflituoso – mas também aberto – entre trajetórias-caminhos-trilhas de encontros e desencontros. A “dis-posição” de cada geógrafa e de cada geógrafo, assim, deve ser mais do que o enchimento de folhas e mais folhas de papel; deve ser, também e sobretudo, o *ouvir sentindo e pensando* capaz de fazer *mostrar* “uma terra cheia de sentido[s]” (KRENAK, 2019, p. 13), antes que se *consuma* para sempre a geografia da *queda do céu*.

A força do pó de *yãkoana* [“ucuuba-vermelha”, árvore] vem das árvores da floresta. Quando os olhos dos xamãs morrem sob seu efeito, descem para eles os espíritos da mata, que chamamos *urihinari* [“filhos do mato”, “filhos da natureza”, “espíritos da floresta”], os das águas, que chamamos *mãu unari* [“água (espírito)”, bem como os dos ancestrais animais *yarori* [“primeiros ancestrais humanos/animais”]. Por isso, apenas quem toma *yãkoana* pode de fato conhecer a floresta. Nossos antigos faziam dançar todos esses espíritos desde o primeiro tempo. Eles nada sabiam do costume dos brancos de desenhar suas palavras. Estes, por sua vez, ignoram tudo das coisas da floresta, pois não são capazes de realmente vê-las. Só sabem dela as linhas de palavras que vêm de sua própria mente. Por isso só têm pensamentos errados a seu respeito. Já os xamãs não desenham nenhum dizer sobre ela, nem rabiscam traçados da terra. Com sabedoria, não as tratam tão mal quanto os brancos. Bebem *yãkoana* [bebida da árvore “ucuuba-vermelha”], para poder contemplar suas imagens, em vez de reduzi-las a alinhamentos de traços tortuosos. Seu pensamento guarda as palavras do que viram sem ter de escrevê-las. Os brancos, ao contrário, não param de fixar seu olhar sobre os desenhos de suas falas colados em peles de papel e de fazê-los circular entre eles. Desse modo, estudam apenas seu próprio pensamento e, assim, só conhecem o que já está dentro deles mesmos. Mas suas peles de papel não falam nem pensam. Só ficam ali, inertes, com seus desenhos negros e suas mentiras. Prefiro de longe as nossas palavras! São elas que quero ouvir e continuar seguindo. Por manterem a mente cravada em seus próprios rastros, os brancos ignoram os dizeres distantes de outras gentes e lugares. Se tentassem escutar de vez em quando as palavras dos *xapiri* [xamãs, espíritos], seu pensamento talvez fosse menos tacanho e obscuro. Não se empenhariam tanto em destruir a floresta enquanto fingem querer defendê-la com leis que desenham sobre peles de árvores derrubadas! (Davi Kopenawa [KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 455 – e para as referências das palavras yanomami: p. 597, 612, 677 e 723]).

Qual a *vegetação* que se forma junto às “árvores da floresta”, quando ainda floresta tem, ou mesmo quando a *vegetação* é agora a planta soja, milho e cana em “monó-tons” paisagem? Em qual mata os espíritos dela *habitam* ou em quais “des-matas” se alojam enquanto o mercúrio do garimpo faz morrer “os olhos dos xamãs”? Quais as *bebidas* que a

geografia bebe para *embriagar-se* de *epistemologias* e *práxis/frônesis*¹⁶ indígenas? Quais as *danças* que dança? Quais os tempos trazidos às terras, à Terra, em contraponto ao Tempo Único das relações capitalistas que *navega*? Quais os *costumes* e quais os *desenhos* anti-palavras brancas que emanam de uma possível relação de *sentipensar*? Quais as novas imagens e imaginações e novos imaginários que as frágeis folhas de papel geográficas compartilham? O que falam, o que pensam essas outras geografias?...

As geografias indígenas, então, podem e vão emergindo nos/dos “dizeres distantes de outras gentes e lugares”, na *simultaneidade* do *ouvir-sentipensar* “palavras dos xapiri”. Porque, em definitivo, são palavras constituintes de outras e diferentes *ontologias*, *éticas*, *epistemes* e *práxis/frônesis* que precisam *habitar* as *nossas* geografias.

Ouvindo-se e sentipensando-se entre gentes e pedras (este dossiê)

Li uma história de um pesquisador europeu do começo do século XX que estava nos Estados Unidos e chegou a um território dos Hopi. Ele tinha pedido que alguém daquela aldeia facilitasse o encontro dele com uma anciã que ele queria entrevistar. Quando foi encontrá-la, ela estava parada perto de uma rocha. O pesquisador ficou esperando, até que falou: “Ela não vai conversar comigo, não?”. Ao que seu facilitador respondeu: “Ela está conversando com a irmã dela”. “Mas é uma pedra.” E o camarada disse: “Qual é o problema?”.

Ailton Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*

Muitos *problemas* e muitas *conversas com pedras* participam desse segundo dossiê Geografias dos Povos Indígenas (que, também se diga, nem começam e nem terminam aqui).

Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México) é *ouvir-se* percorrido por **Diana Itzu Gutiérrez Luna**. A autora parte da busca do desvelamento das formas de governo despótico que tem gerado “mundos de morte”, e em *revira volta* aponta um *caminho* para criativas iniciativas de “outros mundos

¹⁶ A perspectiva *frônesis* tem inspiração em Orlando Fals Borba: “La “praxis” [debe ser] amarrada al concepto aristotélico de “frônesis” [distinto del *episteme* y de la tradición platónica], con la idea de no dejarla suelta a una dinámica alocada o irreflexiva sino moralmente responsable, con buen juicio y sabiduría práctica [ou prática comunicativa]. [...] El método participativo no puede ser, por tanto, el mismo de los empiristas lógicos, y debe desarrollar sus propias técnicas. [En especial] *Praxis y frônesis* constituyen otra innovación conceptual que frena el abuso del activismo político “puro” (BORBA, 2015, p. 310, 313, 332 e 445). (Tradução livre: A “práxis” [deve] estar ligada ao conceito aristotélico de “frônesis” (ou *phronesis*) [que não é a *episteme* da tradição platônica], com a ideia de não abandoná-la a uma dinâmica errática ou impensada, mas sim moralmente responsável, com bom senso e sabedoria prática [ou prática comunicativa]. [...] O método participativo não pode, portanto, ser o mesmo dos empiristas lógicos e deve desenvolver suas próprias técnicas. [Especialmente,] *Práxis* e *frônesis* constituem outra inovação conceitual que impede o abuso do ativismo político “puro”.

possíveis”. O texto é também provocador em indicar *trilhas* de “tecidos territoriais de vida” e de “territorialidades pós-patriarcais”, em diálogo com as linguagens de “la Tierra”.

Yanga Villagómez Velázquez, em **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina**, inicia seu *sentipensar* indagando: por que ainda o desenvolvimento é tema de interesse atual? Que sentido tem em insistir com as políticas de desenvolvimento aplicadas nos países da América Latina, se têm gerado mais problemas do que aqueles que se propõe a resolver? Ao *final* de sua *escuta*, a autora, em crítica contundente ao projeto de desenvolvimento moderno-capitalista, enfatiza a importância do estabelecimento de estratégias próprias e alternativas para sociedades de diversidade insuspeitada, como são às latino-americanas.

Dos dois *sentipensamentos* anteriores, de autoria mexicana, parte-se para um *ouvir-se entrelugares* do México para o Brasil: **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil**, de **Otávio Gomes Rocha**. O texto objetiva “ampliar horizontes de diálogos entre experiências que [...] possuem pontos de interseção e histórias de lutas compartilhadas”. Pelos meandros da *escuta*, vozes de territorialidades originárias e ancestrais, de interesses comuns e subjetividades rebeldes (em contraponto a geofagias capitalistas, racistas e necropolíticas), dentro outras, vão saindo de *esconderijos* e habitando gentes e terras com lutas indígenas *lá e cá*.

Do *ouvido* do texto anterior, **Emerson Ferreira Guerra e Roberta Carvalho Arruzzo** *sentipensam* **Geografia e Povos Indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea**. O texto compõe “um quadro analítico sobre a produção de geógrafas e geógrafos brasileiros contemporâneos que tenham a temática indígena” como centro de suas pesquisas. Também “constitui-se como um ponto de partida no sentido de conhecer e visibilizar as produções geográficas no Brasil diante das temáticas indígenas, bem como o protagonismo e atuação de geógrafas e geógrafos nesse campo nas últimas décadas”. O autor e a autora ainda essaltam, dentre outras questões, a importância da pesquisa e reflexão em torno de outras experiências de mundo, das múltiplas formas de ser e existir no espaço e dos desafios que se colocam para quem *ousa* nos *ouvir-se* por entre e junto a gentes e terras indígenas.

Ouvindo uma das vozes do *canto* anterior, **O Movimento Indígena contemporâneo e a Geografia**, de **Gilberto Vieira dos Santos e Antonio Thomaz Junior**, destaca “o histórico das lutas engendradas pelos povos indígenas no Brasil e os contextos que levaram a constituição de lutas conjuntas por diferentes povos e a constituição do Movimento Indígena”. Uma luta que, como apontam os autores, deve ser “compreendida em sua multidimensionalidade” e diferentemente de “outras lutas por território”, pois que “distante da compreensão comum de outros movimentos em luta no campo brasileiro”. Em especial, o

sentipensar-se proposto no texto alerta para a grande *polifonia* que ainda é necessária para o encontro entre territórios que se fazem em diferentes e distintos tempos históricos.

No *ouvir-se* através da **Territorialidade Indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil**, **Keyte Ferreira de Lira** e **Onelia Carmem Rossetto** *sentipensam* “a trajetória de uma família, descendente da etnia Amary, na construção de uma nova aldeia, lutando pela sua ressurgência étnica”. Salientam que a construção “se insere num processo geral de multiplicação das aldeias xinguanas”, e os “resultados apontam para urgência da criação e efetivação de mecanismos legais que garantam o direito à terra e a manutenção da vida e da cultura” desses povos. Os *sons* vão sendo percorridos também através da conversa sobre “etnogênese”, “identidades móveis”, “redes de estradas” e “velhas trilhas”, por exemplo, como condição e possibilidades de as próprias aldeias *ouvirem-se* e *conversarem-se* entre si.

Em *ouvir-se* e *conversar-se* entre si, **Beatriz Barbosa da Silva**, **Claudio Ubiratan Gonçalves**, **Avelar Araujo Santos Junior** e **Luana Elis Oliveira Pinto** “assembleiam-se” em ***Limolaygo toype: as Assembleias Indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá***. Pelas *escutas* junto às Assembleias Xukuru, as ressaltam como “elemento central para a construção da identidade territorial”, na qual o território assume “papel estrutural”. Entre *vozes* e *sons* de uma a outra assembleia, *marcam o chão* através da crítica à colonialidade e à violência epistêmica, ao mesmo tempo em que fazem *brotar* a “memória biocultural” recuperando palavras rumo à autonomia e a outros mundos possíveis.

O texto **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial** é um *sentipensar* conjunto entre **Delaíde Silva Passos** e **Gabriela Solidario de Souza Benatti**. Em diálogo sobretudo com a obra de Celso Furtado, as autoras questionam a ideia de “desenvolvimento” que serviu como pressuposto para o governo brasileiro impor, a partir da Ditadura Militar de 1964, uma nova forma de apropriação, dominação e exploração da Amazônia, com desdobramentos violentos sobre os povos indígenas e suas terras. A partir dos estatutos da Terra e do Índio e da criação da FUNAI, os governos militares aceleraram o processo de “integração” da Amazônia, que teve a resistência indígena como contraponto. O “resultado”, no entanto, foi um conjunto de “graves crimes cometidos contra os povos indígenas da Amazônia brasileira”, que ainda requerem reconhecimento e reparação.

Terras Indígenas em áreas de transição Cerrado-Amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde é *sentipensar-se* de **Maria Lucia Cereda Gomide** e **Carlos Aikanã**. O texto é o próprio *trânsito sonoro* entre Cerrado e Amazônia com ênfase na trajetória do povo Aikanã, a partir da articulação entre conhecimentos e resistência cultural. Destaca-se, em especial, na construção do artigo, o *entre-ouvir-se* denso entre índio (Carlos) e não-índia (Maria Lucia), como *exemplo* de encontro na produção acadêmica de territórios em “compartilhamento”.

Elson Pereira de Almeida e Maria Rita Vidal *percorrem* as vozes da escola para trazer **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas**. A relação conjunta e solidária com alunas e alunos e a utilização de recursos técnicos “levou o trabalho a fazer proposições de aplicações práticas dos elementos de etnomapeamento na escola indígena, e a elaborar [...] um Perfil Geoecológico contendo os elementos que condicionam a paisagem da aldeia”. Um dos aspectos do *fazer* “etnomapeamento” evidenciado no texto é a construção de trabalho de campo envolvendo docência, pesquisadora/or e discentes: a comunhão, os olhares, os *ouvirem-se* e os *sentipensarem-se* coletivos fazendo emanar outros mapas, outras cartografias.

Todo *ouvir-se* e *sentipensar-se* gentes e terras é ação, como também o é o território, uma “ação territorial”. É isso que vai aparecendo no *ouvir-se* de **Cássio Alexandre da Silva** em **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. Com o objetivo de “compreender analiticamente o território Xakriabá”, o texto ressalta “que o reconhecimento do território ancestral se constitui no regaste das representações culturais, nas relações dos saberes e fazeres junto às multiterritorialidades e o contínuo da Ação Territorial etnogeograficamente”.

E por último, em **Por caminhos e andanças (geobricolagem e outras trilhas)**, **Jones Dari Goettert e Juliana Grasiéli Bueno Mota** *ouvem-se* e *sentipensam-se* articulando perspectivas teórico-analíticas e *exemplos*. Neste movimento, inicialmente dialogam com a ideia de Geobricolagem, para em seguida apresentarem *trilharem* por caminhos e andanças indígenas. Entendem, por isso, que toda geografia indígena pode e deve *fazer* trilha pelos caminhos e andanças que gentes e terras índias constroem, como marca ontológica de suas realidades territoriais.



Volte agora à pedra que estivera repousada em sua mesa enquanto você lia. Sem qualquer intervenção de sua parte, ela mudou. A água que outrora a cobria evaporou, e a superfície agora está quase completamente seca. Pode ainda haver algumas manchas de umidade, mas estas são imediatamente reconhecíveis a partir da coloração mais escura da superfície. Embora a forma da pedra permaneça a mesma, ela entretanto parece bastante diferente. De fato pode parecer decepcionantemente enfadonha. O mesmo é verdade acerca de seixos lavados pela maré em uma praia de cascalho, que nunca parecem tão interessantes quando secam. Embora possamos estar inclinados a dizer que uma pedra banhada em líquido é mais “pedregosa” do que uma banhada em ar seco, provavelmente deveríamos reconhecer que as aparências são apenas diferentes. O mesmo acontece se pegarmos a pedra seca e a sentirmos, ou se a batermos contra outra coisa para fazer barulho. A pedra seca é sentida e soa de forma diferente da molhada. O que podemos concluir, no entanto, é que uma vez que a substância da pedra deva estar banhada em um meio de algum tipo, não há nenhuma maneira pela qual a sua pedregosidade possa ser entendida fora das maneiras como é tomada nos intercâmbios através da sua superfície entre meio e substância. [E] a pedra realmente mudou quando secou. A pedregosidade, então, não está na “natureza” da pedra, na sua materialidade. Tampouco está apenas na mente do observador ou do profissional. Ao contrário, ela emerge através do envolvimento da pedra com todo o seu ambiente – incluindo você, o observador – e da multiplicidade de maneiras pelas quais está envolvida nas correntes do mundo da vida. As propriedades dos materiais, em suma, não são atributos, mas histórias.

A experiência de ler um artigo na *companhia* de uma pedra molhada que vai, durante a leitura, se modificando, veio de *empréstimo* do antropólogo Tim Ingold, que a *solicita* como parte da leitura do capítulo “Materiais contra materialidade” (INGOLD, 2015, p. 49-69) – texto, aliás, que precisa ser lido também por toda Geografia! Os textos que fazem referência à experiência são do autor (tanto o de abertura quanto este, logo acima), apenas com a mudança de alguns poucos termos. Outra mudança são as imagens da(s) pedra(s): aqui foi utilizada uma pedra buscada na Aldeia Jaguapiru (Reserva Indígena de Dourados). Especificamente, a pedra veio da terra junto das gentes da família kaiowá da *ñandesy* (rezadora) Floriza e do *ñanderu* (rezador) Jorge, a quem somos muito gratos pelo *empréstimo* da pedra.

No entanto, talvez você não tenha se dado conta do *pedido* logo no início do texto, por isso não tenha encontrado uma pedra, não tenha a levado para perto da leitura, não tenha a molhado e a observado, ou seja, não tenha lido o texto junto dela ou dado a ela a possibilidade de teu encontro... Calma, isso acontece! O importante – o mais importante! – é não desconsiderar, como geógrafa ou geógrafo, que pedras, para muitas gentes e para muitas terras, também *conversam, ouvem e sentipensam!*

Mas você ainda pode nos perguntar aqui, agora, neste final: por que um exercício assim, essa coisa de pegar, molhar e observar uma pedra ao mesmo tempo que se lê um

texto? Entendemos que, muitas vezes, especialmente em nossos trabalhos de campo, tendemos à reprodução de uma prática “antropocêntrica” quando *nos pegamos* a fazer o máximo de perguntas possíveis para termos o máximo de respostas, o que, em muitas situações, até tende a atropelar a fala de nossa interlocutora, de nosso interlocutor (e isso implica em saber lidar com tempos distintos, no que os povos indígenas – “Ainda bem!” – elaboram *mansamente* e muito diferente de nós)... Essa ênfase “sobre humana”, não raras vezes, tende a anular a potência do *não-dito*, daquilo que não está nem a vista e nem a escuta entre só humanos, mas talvez *escondido* nos *silêncios* múltiplos e em metamorfoses de uma pedra.

Por fim, consideremos ainda esta última ênfase sobre o *ouvir* pedras! E para isso contamos duas *estórias*, cada uma vivida separadamente por nós (Jones e Juliana). [*Estória 1*] No ano de 2008, quando assumimos (Jones) algumas aulas no curso de Licenciatura Indígena *Teko Arandu* (Faculdade Intercultural Indígena – UFGD), as alunas/os alunos de todas as turmas, no meio da semana, resolveram que primeiro precisavam *resolver* algo que as/os incomodava, e que já vinham discutindo desde o dia anterior e atravessada toda a noite com *aquilo*. As aulas foram interrompidas e as quatro horas seguintes foram dedicadas a *solucionar* a questão. Perto do meio dia, índias e índios discentes entenderam que haviam chegado a um bom termo. As aulas foram retomadas depois do almoço... Mas à meia tarde certa inquietação foi tomando conta novamente, e as alunas e os alunos *perceberam* que a questão da manhã (repetimos: que vinha do dia anterior e que fora assunto de toda a noite) ainda permanecia aberta! As aulas foram novamente interrompidas e a ampla reunião foi retomada... [*Estória 2*] São as pedras do *Iguarussu* (*tekoha* sonhado e reivindicado por Floriza) que marcaram nosso (Juliana) primeiro encontro com o rezador Jorge e com a rezadora Floriza (e com toda a família, junto ainda com o indígena Anastácio Peralta e um colega, Mieceslau). Da primeira vez que estivemos na Reserva Indígena de Dourados, em 2008, levamos dali uma pequena pedra para nossa casa, como recordação; a pedra foi levada escondida, pois não tínhamos ainda intimidade nenhuma nem para pedir algo assim, *tão simples* (para nós aquele era um momento especial, e a pedra parecia guardar a *eternidade* daquele encontro)... Mas no ano de 2012 a pedra “sumiu” junto com nosso diário de campo... “Primeiro entristeci, mas depois pensei que ela, a pedra, devesse estar seguindo sua viagem em outros lugares, com outras gentes!”

Ora, se nós professoras e professores já tivéssemos a prática de *ouvir pedras* [*estória 1*], talvez rapidamente compreenderíamos a simultaneidade entre *tudo que é [ou parece] sólido se desmancha no ar e tudo que se desmancha no ar [mesmo sólido, mesmo pedra] se junta de novo*, em um *des-refazer-se* constante e incontrolável. Naquele dia, a “pedregosidade” da questão que afligia alunas e alunos mudou ao longo do dia, talvez mesmo sem terminar... E ora, junto à “imutabilidade” da pedra [*estória 2*] também vamos mudando ao

longo de nossa trajetória, e as coisas, gentes e terras que às vezes parecem tão “pedregosamente” sólidas, podem apenas deixar *pegadas* mais fundas ou mais leves, podendo *afundar* em outra pedra ou *definitivamente* ser apagadas por uma poeira fina. Por isso, atentar para os *nós* de cada trajetória é fundamental.

E a *lição* do Povo Hopi, trazida por Ailton Krenak, é poderosa demais! E seguir seu ensinamento depende de cada uma/um de nós, na sabedoria em *mudar* palavras e *ouvir* junto o que índias e índios escutam... Vejamos: *Uma pessoa de fora chegou em um território indígena. Alguém a ajuda na tentativa para entrevistar uma anciã. Quando foi encontrá-la, ela estava parada perto de uma rocha. O seu mediador disse: “Ela está conversando com a irmã dela”. “Eu posso ouvir junto?”, perguntou então a pessoa de fora. E o camarada respondeu: “Sim, por que não?”*

Um pequeno epílogo (ainda sobre pedra)

A ida à Aldeia Jaguapiru para buscar a pedra foi marcada também por uma conversa *sobre pedras*, com dona Floriza e seu Jorge. Ambos disseram que *Ñanderu* (deus), ao queimar parte da mata para a roça, também queimou parte da terra, e esta, então, virou pedra. Disseram que, por isso, existem muitos tipos de pedra, e cada uma é habitada por *Curupi(s)*, que tanto protege a pedra quanto é protegido por ela.

Com a preocupação de, por isso, fazer retornar a pedra emprestada para o seu *devido* lugar, dissemos que ao término da experiência levaríamos a pedra de volta. Mas, tanto dona Floriza quanto seu Jorge foram insistentes e enfáticos ao dizerem que a pedra poderia seguir junto e, realizada a experiência da leitura (que havia sido explicado a ela e ele o motivo de se precisar de uma pedra), a mesma poderia ficar conosco, *sem nenhum problema*.

Assim, a pedra agora participa de mais uma história, misturada a *estórias-até-agora* das gentes índias Floriza e Jorge, das gentes não-índias Jones e Juliana, das terras índias *daqui perto* (aldeia) e da terra onde a pedra agora *habita* de novo (cidade), na companhia de *Curupi* e de todos os outros seres dispostos a *ouvirem-se* e *sentipensarem-se com ela*.

Figuras-mosaico – Pequena trajetória de uma pedra

Pedra ao lado da Casa de Reza
da *ñandesy* (rezadora) Floriza e do *ñanderu* (rezador) Jorge
(Aldeia Jaguapiru – Reserva Indígena de Dourados – MS)
(um dia antes da leitura-revisão final deste texto)



Pedra no início da leitura deste texto



Pedra no final da leitura deste texto



Pedra no quintal da casa de um dos autores deste texto
(um dia depois da leitura-revisão final do texto)
(bairro urbano – Dourados – MS)



Fonte: de uma *andança* (fotos de Jones Dari Goettert – 2020).

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Lisboa: Presença, 1993.

“**Ailton Krenak: o sonho da pedra**”. Filme-documentário. Direção Marco Altberg. Indiana Produções Cinematográficas. 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BLASER, Mario. **Storytelling globalization from the Chaco and Beyond**. Durham: Duke University Press, 2010.

BLASER, Mario; DE LA CADENA, Marisol; ESCOBAR, Arturo. Convocatoria a la conferencia: Política más allá de “la política”. [Proposta para conferência – sem publicar]. 2009.

BORDA, Orlando Fals. **Historia doble de la Costa (3): resistencia en el San Jorge**. 2 ed. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Banco de la República; El Áncora Editores, 2002.

_____. **Sentipensante**. Vídeo-entrevista.
<https://www.youtube.com/watch?v=LbJWqetRuMo> – acessado em 21/10/2019.

_____. **Una sociología sentipensante para América Latina**. México – DF: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

BOTERO-GÓMEZ, Patrícia. "Sentipensar". **Dicionário Alice**.
<https://alice.ces.uc.pt/dictionary/index.php?id=23838&pag=23918&entry=24540&id_lingua=4>. Acesso em 20/11/2019.

BRAND, Antonio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. Revista **Tellus**. Ano 4, nº 6. Campo Grande – MS. Abril 2004, p. 137-150.

CAMUS, Albert. **Carnet, 1942-1951**. London: Hamish Hamilton, 1966.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: para uma literatura menor**. Lisboa: Assírio & Alvim, 2003.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1995a.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. São Paulo: Ed. 34, 1995b.

_____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. São Paulo: Ed. 34, 1997.

DENNING, Michael. **A cultura na era dos três mundos**. São Paulo: Francis, 2005.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Zahar, 1994b.

_____. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1994a.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona**. Ejército Zapatista de Liberación Nacional. México, janeiro 1996. Disponível em:
<<http://enlacezapatista.ezln.org.mx/1996/01/01/cuarta-declaracion-de-la-selva-lacandona>>
Acesso em 04 de nov. 2019.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora – MG: EdUFJF, 2005.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Anedmafer Mattos. **Outras imaginações espaciais: experimentações e derivas entre sons e imagens no ensino de geografia**. Tese (Doutorado em Geografia). Dourados – MS: Programa de Pós-Graduação em Geografia – FCH/UFGD, 2016.

FOX, J. J. Genealogy and topogeny: towards an ethnography of Rotinese ritual place names. In: FOX, J. J. (ed). **The poetic power of place: comparative perspectives on Austronesian ideas of locality**. Cberra: Reserch School of Pacif and Asian Studies/Australian National University, 1997, p. 91-102.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. 10 ed. Porto Alegre: L&PM, 2003.

- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, [1973] 2017.
- GOMES, Paulo César da Costa. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17 ed. São Paulo: Loyola, 1992.
- INGOLD, Tim, **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015.
- _____. **Lines: a brief history**. Londres: Routledge, 2007.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, [1955] 1996.
- MARX, Karl. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MASSEY, Doreen. **For space**. Londres: Sage, 2005.
- _____. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espço. Revista **Expressões Geográficas**. Florianópolis – SC. Nº 3. 2007, p. 142-155.
- _____. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MBEMBE, Achille. Necropolitics. **Public Culture**. Nº 15(1), 2003, p. 11-40. [MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- MORAES, María Cándida; TORRE, Saturnino de la. Sentipensar bajo la mirada autopoietica o cómo reencantar creativamente la educación. Revista **Creatividad y Sociedad**. Barcelona. Nº 2. 2002, p. 41-56. <<http://creatividadysociedad.com/wp-content/uploads/2019/10/revista-CS-2.pdf>>. Acesso em 20 de fev. 2020.
- MST. “Ocupar, Resistir e Produzir! – As feiras do MST na TVT. Vídeo. Estreado em 08/12/2019. <https://www.youtube.com/watch?v=TEGQ4At3WSM> – acessado em 17/03/2020.
- PORTES, Alejandro, GUARNIZO, Luis e LANDOLT, Patricia (Coords.). **La globalización desde abajo: transnacionalismo inmigrante y desarrollo la experiencia de Estados Unidos y América Latina**. México: Flacso, 2003.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2004.
- _____. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SWYNGEDOUW, Erik & ERNSTSON, Henrik. Interrupting the Anthro-po-obScene: Immuno-biopolitics and Despoliticising in the Anthropocene. **Journal Theory, Culture and Society**. Fevereiro 2018, p. 1-45. <<https://www.researchgate.net/publication/321586418>>. Acesso em 27 de set. 2019..
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O índio em devir (Prefácio). In: HERRERO, Marina; FERNANDES, Ulysses (Orgs.). **Baré: povo do rio**. São Paulo: Edições Sesc, 2015, p. 8-13.

_____. Eduardo. O medo dos outros. **Revista de Antropologia**. USP. Vol. 54. Nº 2. São Paulo, 2011, p. 885-917.

*

Agradecimento: às leituras atentas, provocadoras e sugestivas de Roseline Mezacasa (professora da Universidade Federal de Rondônia), Ítalo Franco Ribeiro, Elaine da Silva Ladeia e Luzia de Kassia Rocha de Souza (respectivamente, doutorando, doutoranda e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – FCH/UFGD).

Sobre os autores:

Jones Dari Goettert - Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (1997), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), doutorado em Geografia (Pres. Prudente) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004); especialização em Literatura: Tradição e Cânone Literário pela Universidade Federal da Grande Dourados (2012-2013), pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2010-2011) e pós- doutorado em Geografia pela *Cardiff University* (País de Gales) (in curso). Atualmente é professor da Universidade Federal da Grande Dourados.

Juliana Grasiéli Bueno Mota - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2011) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - FCT-UNESP (2015). Atualmente é professora na Universidade Federal da Grande Dourados.

Como citar este artigo

GOETTERT, Jones Dari; MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 9-34, mai.-ago., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Jones Dari Goettert** e **Juliana Grasiéli Bueno Mota** ficaram responsáveis pelo desenvolvimento teórico conceitual; pela aquisição, interpretação e análise de dados e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México)

Diana Itzu Gutiérrez Luna

Universidad Autónoma Metropolitana – Xochimilco, México.
e-mail: ditzi_1352@yahoo.com

Resumen

Presentamos una reflexión crítica partiendo de la crisis global sistémica y la devastadora realidad de matanzas en México. Develando aquellas formas de gobierno despótico que suman al entramado sistémico para generar sociedades y “mundos de muerte” frente a iniciativas creativas de “otros mundos posibles”. Aproximándonos a identificar la tensión entre *geografías de muerte* y *geo-grafías por la vida*. Las primeras, refieren principalmente al insaciable proceso de acumulación capitalista a través del despojo neo-colonial en tanto guerra de exterminio hacia “mundo de vida indígenas”, el recurrente asesinato de mujeres, así como el aniquilamiento hacia la Madre Tierra. Las segundas son formas de territorialidad donde emergen y se filtran tejidos de vida para defender y construir otras realidades comunitarias y autónomas. Retomamos el proceso del Congreso Nacional Indígena (CNI), sus alcances y/o limitaciones con la iniciativa del Concejo Indígena de Gobierno (CIG). Presentamos como hipótesis la construcción de territorialidades pospatriarcales, donde la lucha por la vida se manifiesta en la no guerra, la construcción y defensa de las autonomías. El método general trenza “una mirada”, algunas advertencias y sus correspondientes interpelaciones para aproximarnos a otros modos de elaboración política desde las grafías del lenguaje de la Tierra.

Palabras Clave: Estado; autonomías; Concejo Indígena de Gobierno; mundos de muerte; territorialidades pospatriarcales.

Geographies of death versus territorial tissues of life: other modes of political elaboration (Mexico)

Abstract

We present a critical reflection based on the global systemic crisis and the devastating reality of massacres in Mexico. Unveiling those forms of despotic government that add to the systemic framework to generate societies and "worlds of death" in front of creative initiatives of "other possible worlds". Approaching us to identify the tension between geographies of death and geographies for life. The former refer mainly to the insatiable processes of capitalist accumulation through the neo-colonial dispossession as a war of extermination towards the "indigenous world of life", the recurrent murder of women, as well as the annihilation towards Mother Earth. The second are forms of territoriality where tissues of life emerge and filter out to defend and build other community and autonomous realities. We resume the process of the National Indigenous Congress (CNI), its scope and / or limitations with the initiative of the Indigenous Council of Government (CIG). We present as hypothesis the construction of postpatriarchal territorialities, where the struggle for life is manifested in the non-war, the construction and defense of autonomies. The general method braids "a glance", some warnings and their corresponding interpellations to approach other modes of political elaboration from the spellings of the language of the Earth.

Key-words: State; autonomies; Indigenous Government Council; worlds of death;

Rev. NERA	Presidente Prudente	v. 23, n. 54, pp. 35-58	Dossiê - 2020	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	-------------------------	---------------	-----------------

postpatriarchal territorialities.

Geografias da morte versus tecidos territoriais da vida: outros modos de elaboração política (México)

Resumo

Apresentamos uma reflexão crítica baseada na crise sistêmica global e na realidade devastadora dos massacres no México. Desvendando as formas de governo despótico que se somam à estrutura sistêmica para gerar sociedades e "mundos da morte" diante de iniciativas criativas de "outros mundos possíveis". Aproximando-nos para identificar a tensão entre geografias da morte e geografias para a vida. O ex-relacionam sobretudo com os processos insaciável de acumulação de capital através de desapropriação guerra neo-colonial de extermínio como a "mundo da vida indígena," o assassinato recorrente de mulheres e da destruição com a Mãe Terra. A segunda são formas de territorialidade em que tecidos da vida emergem e se filtram para defender e construir outras realidades comunitárias e autônomas. Retomamos o processo do Congresso Nacional Indígena (CNI), seu alcance e / ou limitações com a iniciativa do Conselho Indígena de Governo (CIG). Apresentamos como hipótese a construção de territorialidades pós-patriarcais, onde a luta pela vida se manifesta na não-guerra, na construção e defesa das autonomias. O método trança geral "uma olhada", alguns avisos e interpelações correspondente a abordar outros modos de desenvolvimento político da Terra ortografia do idioma.

Palavras-chave: Estado; autonomias; Conselho do Governo Indígena; mundos da morte; territorialidades pós-patriarcais.

Introducción

La reproducción de la vida humana en el proceso actual del planeta está en riesgo. A medida que el sistema capitalista se extiende tiende a convertir todo en mercancía, cada vez de forma más agresiva. Karl Marx lo planteo a manera de un "enorme cúmulo de mercancías" (MARX, 1975, p. 43). La relación social capitalista presenta relaciones de poder en el modo de producir, circular y consumir, en donde una de las partes ejerce coerción y la otra cede voluntad. En suma, el entramado complejo comprende sin duda la destrucción de la energía vital humana y no humana.

El capitalismo como momento histórico se distingue de otros por su insaciable empeño por desgarrar/arrancar violentamente al humano (hombre, mujer y otros) de la Madre Tierra, para más tarde explotar separadamente a una y otra parte y, convertirlos en objetos que generan valor, es decir; ganancia. Quedando desgarrados, desangrados y despojados. Esto ha sido posible, en tanto el sistema-mundo patriarcal le heredó la guerra como mecanismo para imponer conquista y control a través de la apropiación de la Madre Tierra y las mujeres.

Situar el capitalismo patriarcal es reconocer un sistema-mundo de destrucción e

identificar procesos de larga duración que han contribuido a territorializar e instituir la representación de dominio. Y, según Claudia von Werlhof (2015a; 2015b), para *transformar lo apropiado en lo opuesto*, es decir, en *no vida*.

La guerra, para el capitalismo, será el mecanismo primario y permanente de despojo, y la conquista de territorios el hecho histórico originario para la búsqueda de nuevas mercancías. Siendo la forma político-económico-geográfico-dominante la del Estado territorial moderno, en tanto forma patriarcal de ordenamiento territorial de la propiedad privada y la renta de la tierra para demarcar y controlar desde amplias escalas la acumulación de capital. Lo que cambió es que ahora son las corporaciones quienes demarcan y ordenan el despojo y la división del trabajo a través del capital financiero quien a su vez controla los medios de producción y ejecuta los medios de despojo.

En suma, en el sistema mundo capitalista-patriarcal y colonial, lo humano y lo no humano - en tanto entes vivientes - se presentan como materias primas y, como advirtió Karl Polanyi (2009), seguirán siendo tragadas por el “molino satánico” del capitalismo-industrialismo y presentadas como “mercancías ficticias” (humano/fuerza de trabajo, naturaleza, dinero). En los últimos veinte años, dicha trama se define en la reconquista neocolonial de lo aún no explotado, para ahora y a través de políticas neoliberales desarrollistas encaminar “nuevas” formas de extractivismo, las cuales están generando despiadadamente sujetos sociales en agonía y “mundos de muerte”.

En México, no casualmente los enclaves neoextractivos se encuentran en aquellos espacios-tiempos habitados tanto por pueblos indígenas como por vastos bienes comunes: agua, agrobiodiversidad, ecosistemas, tierra rica en minerales y una significativa acumulación de saberes ancestrales. Las concesiones otorgadas por parte del Estado a corporaciones intervienen en su mayoría en materia forestal, turística, minera, hidroeléctricas, eólicas, fracking, gaseoductos y corredores bióticos e industriales, redes de fibra óptica. Los cuales, y en consecuencias llevan al desplazamiento forzado de población, a la explotación de fuerza de trabajo, a desmontes, al cambio de uso de suelo, a la especulación inmobiliaria, gentrificación urbana.

Retomando a Iván Illich (2006), la maquinaria de guerra contra los “ámbitos de comunidad” de los pueblos originarios, busca introducirse hábilmente en prácticas (neo)coloniales que no son sino expresión del *progreso y desarrollo* como políticas públicas de “ayuda” para generar apego, necesidades ajenas a su cultura y dependencia a las instituciones que los despojan de su ser creativo, colectivo y autónomo. Consagrando así, el mando despótico de *un modo de socialidad* basado en el cultiricidio y epistemicidio de múltiples singularidades.

En la actual realidad mexicana, hoy se suman aquellas formas de territorialidad del poder del narcotráfico: más de 250 mil asesinados y 45 mil personas desaparecida, 280 mil desplazamientos forzados, mil 287 fosas clandestinas. Algunos lugares como Michoacán, Guerrero y Veracruz se convierten en la antesala de un escenario depredador. El analista político Gilberto López y Rivas (2018) define a este tipo de empresa como “una corporación capitalista de muerte”, que para producir y comercializar su producto, siembra delincuencia, recluta y desecha fuerza de trabajo, y paralelamente acapara y destruye vida. En suma: estamos frente a un saqueo y matanza descomunal por parte de un gran complejo corporativo *narco-gobierno-empresarial*.

La forma política del capital requiere de nuevas propuestas de transición política. Le es necesario gobiernos que habiliten la segura inserción de las corporaciones transnacionales a los espacios estratégicos favorables a sus inversiones. Su administración debe procurar el no cuestionamiento de la estructura sistémica en la obtención de mayor ganancia al menor costo social y ambiental posible. Es aquí donde resulta necesario y urgente el análisis crítico sobre la realidad mexicana, y puede ser visto como espejo y/o laboratorio para posibles escenarios en otras geografías en indolatinoamerica.

Por tanto, en el actual momento de crisis civilizatoria es decisiva la disputa de formas de *sentipensar y caminar* el mundo a escala planetaria. Por tanto, es urgente *geo-grafiarlo en “múltiples mundos de vida”*, que afortunadamente ya están en construcción como expresiones societales autónomas. Nuestra propuesta de análisis se presenta en tres momentos.

En el primer apartado tomamos algunas categorías elaboradas por los sujetos sociales, que a partir de sus propias experiencias organizativas nos acercan su mirada con respecto a las formas estructurales y latentes del poder del capital en tanto exterminio de sus “mundos de vida”. Presentando como escenario 29 espejos de despojo. En un segundo apartado referimos acerca de las “advertencias” derivadas de dichas miradas, para aproximarnos a la perspectiva del “repliegue” de la clase política y el papel del Estado, que ponen en riesgo expresiones territoriales de vida de los sujetos históricos colectivos frente a formas de institucionalidad que ponen en duda la hipótesis de “la crisis estructural y terminal del capitalismo” sostenida por Wallerstein (2015) y González Casanova (2015). Por último, para introducir las propuestas viables hacia otras realidades posibles, nos aproximamos al proceso actual de la iniciativa indígena del Congreso Nacional Indígena (CNI), los pueblos zapatistas del EZLN, así como el papel que juega una tercera potencia organizativa llamada La Sexta. Lo que más nos interesa es presentar, a partir de estas realidades posibles, la interpelación que sugieren los pueblos indígenas ante la crisis civilizatoria en tanto se vuelven “espejos del ¿Y ustedes qué?” hacia la sociedad civil organizada y no organizada.

La Mirada. La tormenta sistémica mundial y la reestructuración de la finca

Dado que nuestro objetivo primordial es aproximarnos y analizar la construcción de otros modos y mundos de elaboración política, retomamos la perspectiva de los pueblos originarios, a partir de lo que viven, el qué, cómo y desde dónde miran la realidad actual para construir sus “mundos posibles”. Así mismo, retomamos la mirada de varios analistas sociales con respecto a que vivimos una fase de crisis sistémica, crisis del capitalismo, crisis de la sociedad moderna, crisis civilizatoria, crisis multidimensional a nivel planetario, colapso sistémico (ILLICH, 2000, HOUTART, 2012; LANDER, 2012; ESTEVA, 2013; WERLHOF, 2015A; WALLERSTEIN, 2015; TOLEDO, 2018; DANOWSKI Y VIVEIROS DE CASTRO, 2019).

Algunos pensadores críticos y activistas (Ulloa Cubillos, 2017; Machado Aráoz, 2017, Danowski y Viveiros de Castro, 2019), comienzan a analizar que dicha situación describe un periodo de la historia geológica de la tierra denominada Antropoceno. Acertando aún más, al referir al término Capitaloceno, para señalar al sistema capitalista como responsable de la catástrofe climática y de la desaparición de la especie humana. Donde la destrucción de los ciclos biogeoquímicos en todo el planeta, es resultado de la fractura primordial que realiza la relación social capitalista sobre el metabolismo entre sociedad-naturaleza, lo que está generando el acelerado aniquilamiento de de lo que conocemos desde el Pleistoceno como Madre Tierra y así de las condiciones que posibilitan la existencia de la humanidad.

El planteamiento por parte de los pueblos indígenas zapatistas tseltal, tsotsil, ch’ol, tojolabal, mam en Chiapas, México, está empleando la imagen de “la hidra capitalista” desde mayo del 2015. Según ellos la capacidad de regeneración del modo de producción capitalista tiene una capacidad semejante al del animal mitológico, que nacía un número de cabezas cada vez que le cortaban una¹. Sin embargo, advierten: “*el pequeño animal que no sólo reconstruye sus tentáculos destruidos, también se adapta, muta y es capaz de regenerarse desde una de sus partes*” (EZLN, 2015). Dicha mirada ha sido retomada de la misma manera por quienes se han comprometido políticamente a desafiar el sistema como es el Congreso Nacional Indígena (CNI), así como de la militancia adherida a la iniciativa de la Sexta Declaración de la Selva Lacandona (Sexta nacional e internacional)².

1 Del 2 al 9 de mayo del 2015 tuvo lugar en San Cristóbal de Las Casas, Chiapas, el seminario “El pensamiento Crítico frente a la Hidra Capitalista”. Convocado por el EZLN y la Universidad de la Tierra. Más de 70 pensadores y activistas de diversas partes del mundo se dieron cita para participar analizando la etapa actual del capitalismo.

2 La Sexta es el término por el que se reconoce una multiplicidad de expresiones organizativas, a nivel nacional e

Entonces y, de manera puntual desde el 2015 el Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN) advierte sobre la necesidad y urgencia de construir, impulsar y orientar el pensamiento crítico colectivo (2015) junto con la organización. El primero como herramienta de trabajo para ir sembrando lo segundo. Dado que lo que está en juego es la transformación de la realidad frente a un colapso sistémico sin precedentes, la invitación zapatista es la de generar “semilleros” a modo de encuentros de reflexión crítica sobre la genealogía del régimen dominante (capitalista patriarcal y neocolonial). Así como de vertir información de la realidad concreta que viven diferentes sujetos colectivos en sus territorios, para entender qué es lo que cambia y lo que no cambia, cuáles son las condiciones para que opere y así poder entender lo que podría avecinarse.

Y, según ellos, y a partir de sus propios “semilleros” comunitarios ¿qué miran? El sistema no es el mismo de hace cien o doscientos años. Las formas de sometimiento cambian y por tanto los métodos de despojo y represión, así también deberían cambiar los modos de resistencia y rebeldía. Advierten que la realidad actual que vivimos nos está llevando a ciertos peligros de lo que pudiera ser una “tormenta sistémica mundial” (EZLN, *Ibíd*), como algo terrible que amenaza la existencia de la humanidad, tal es el caso de los pueblos originarios que al despojarlos de sus territorios, se les arrebató lo que les da razón de ser y base vital de su existencia.

Entonces, la noción de *La hidra capitalista* como de *La tormenta sistémica mundial* nos permite aproximarnos a entender la mirada de los pueblos indígenas a partir de lo que viven y desde esta perspectiva posicionar políticamente a otras personas y expresiones organizativas. Sumado a dichos procesos el Zapatismo ya había introducido a la reflexión crítica la categoría de *IV Guerra Mundial* (IV GM). Ésta ha sido una de las elaboraciones teóricas más importantes del EZLN, dado la vinculación entre la nueva fase del capitalismo neoliberal con la guerra. La IV GM, no es una clásica contienda bélica, así como no lo fue la III Guerra Mundial (Guerra Fría)³, la guerra actual va contra la humanidad y la Madre Tierra y se desarrolla en la vida cotidiana y no necesariamente en la confrontación de dos o más ejércitos ni desde un mapa geopolítico. Dicha guerra mantiene como constante la destrucción/despoblamiento de territorios y la reconstrucción/reordenamiento de lo conquistado, declarando, renovando y destruyendo al *enemigo interno*, principalmente pueblos originarios, mujeres, jóvenes/as, *otroas*, migrantes.

internacional, que se han adherido a la iniciativa político-ética del EZLN. La propuesta fue presentada en junio del 2005 como Sexta Declaración de la Selva Lacandona.

3 La III Guerra Mundial según los zapatistas fue la exposición de todo el planeta a una guerra por la disputa del dominio del mundo obligando a los países a alinearse al *campo capitalista* o al *campo socialista*. Desde 1997 en el documento *7 piezas sueltas del rompecabezas mundial* el EZLN comienza a plantear la *IV Guerra Mundial* (IV GM).

¿El horror actual que vive México es de guerra? Sin duda, la realidad mexicana expresa las características generales de toda guerra: Conquista de territorios, exterminio de personas y administración de lo usurpado. Los datos oficiales mencionados desde el inicio de este escrito (250 mil asesinatos, 45 mil desapariciones de personas, 280 mil desplazamientos forzados, 1,307 fosas clandestinas y cada 7hrs es asesinada una mujer) se vuelven una constante. Entonces, sí México fue ejemplo de la transformación de un país donde la reconfiguración territorial de la primera reforma agraria del siglo XX en América Latina bajo el lema de *la tierra es para quien la trabaja*, ahora, parece transformarse en una gran ventana donde se puede observar una extensa hacienda corporativa criminal que: deja hambre, migración forzada, siembra estimulantes para más tarde procesar en drogas sintéticas, entierra cuerpos sin vida principalmente de mujeres y jóvenes. Y, correspondientemente el despojo avasalla tierra, agua, montañas, centros ceremoniales, cultura, filosofías de vida y sentidos, desposeyendo así a los pueblos originarios de su ser y existir comunitario con y desde la Madre Tierra.

El escenario. Las geografías de muerte a través de 29 espejos

El CNI nació el 12 octubre de 1996 con la participación de 3000 delegados y delegadas. Nace en el contexto de lucha nacional de los pueblos indígenas por el reconocimiento integral de sus derechos a ser reconocidos y respetados por la sociedad, el gobierno y el Estado mexicano. Ese momento de articulación histórica fue posible por el tremendo impacto generado por el levantamiento armado del primero de enero de 1994 por parte del EZLN. En aquel calendario la insurgencia y los pueblos zapatistas convoca a dos foros que posibiliten el reencuentro de pueblos, tribus y nacionalidades indígenas para de manera conjunta presentar su mirada y propuesta constitucional en materia de derechos, cultura, democracia y justicia. Así, el CNI se convierte en aquella expresión organizativa autodefinida “La Casa de los Pueblos Indígenas de México”.

Desde 1996 hasta 2018 han realizado seis congresos nacionales. Cada evento se vuelve un espacio asambleario que convoca en espacios-tiempos concretos y una vez que vuelven a sus territorios funcionan como red, desde ahí accionan tareas y responden articuladamente a llamados puntuales de los mismos pueblos. La elaboración política que viene conformando se esta dando al margen de liderazgos personales, intelectuales y políticos.

En la actualidad, el CNI está agrupado por 46 pueblos de diversas lenguas, que son la

expresión de pueblos, tribus, nacionalidades y colectividades indígenas: Amuzgo, Binnizá, Chichimeca, Chinanteco, Ch'ól, Chontal de Oaxaca, Chontal de Tabasco, Coca, Comcac, Cuicateco, Cucapá, Guarijío, Ikoots, Kumiai, Lacandón, Mam, Matlazinca, Maya, Mayo, Mazahua, Mazateco, Mixe, Mixteco, Nahua, Ñahñu/Ñajtho/Ñuhu, Náyeri, Popoluca, Purépecha, Rarámuri, Sayulteco, Tepehua, Tepehuano, Tlapaneco, Tohono Oódam, Tojolabal, Totonaco, Triqui, Tseltal, Tsotsil, Wixárika, Yaqui, Zoque, Afromestizo y Mestizo! Según la mirada del Congreso Nacional Indígena (CNI) “la tormenta ya arrecia”. Cabe preguntarse frente a dicho escenario ¿desde dónde miran dichos pueblos originarios?

Desde agosto del 2013 hasta la fecha (2019) se vienen reuniendo responsables comunales de pueblos, tribus y nacionalidades indígenas pertenecientes al CNI, junto con los representantes de los pueblos mayas del EZLN para compartir experiencias, analizar situaciones y definir iniciativas conjuntas. “Nos reconocemos en el camino de nuestra historia y nuestros antepasados que son presente, futuro y espejo de la autonomía ejercida en los hechos, como única vía del porvenir de nuestra existencia” (CNI, 2013).

Las condiciones de horror que está dejando la destrucción avasalladora hacia la Madre Tierra, sus territorios y comunidades, la corrupción de la clase política, y el comportamiento de funcionarios públicos y su vinculación con el narcotráfico los llevó a volver a auto-convocarse la primera semana de agosto del 2014 en la Zona Selva fronteriza de Chiapas. Se reunieron, reflexionaron, identificaron y dieron expresión a “29 Espejos de despojo” y acordaron:

Defender a la Madre Tierra ante la destrucción alarmante de bosques y aguas en nombre de eso que llaman desarrollo y que no es más que el interés de empresas privadas y del mal gobierno”. A su vez coincidieron en multiplicar “Espejos de resistencias, rebeldías y dignidad (CNI, 2014).

“Los 29 espejos del despojo” son expresión de lo que Purépecha, Tsotsil, Kumiai, Kiliwa, Nahua, Totonaco, Ch'ól, Tseltal, Guarijío, Náyeri, Yaqui, Mayo, Maya, Yoreme, Amuzgo, Mixteco, afromestizo, Chinanteco, Coca, Ikoots, Binniza, Wixarika, nombran “proyectos capitalista de muerte”.

Estos espejos son los despojos que sufrimos y que vivimos en nuestros territorios, son los que nos hacen sabernos en una emergencia que atenta contra nuestra vida. De nuestro dolor nació nuestra rabia, de la rabia nuestra rebeldía y de la rebeldía nacerá la libertad de los pueblos del mundo. Porque el corazón de nuestra Madre Tierra vive en el espíritu de nuestros pueblos (CNI, 2016).

En todo el país, la territorialización actual del proceso de acumulación del capital a

partir del acaparamiento de tierras impone *geografías de muerte*. Dicho proceso ha sido identificado por el CNI en proyectos de represas, eólicos, mineras a cielo abierto, presas hidroeléctricas, gaseoductos, termoeléctricas (ejemplo; Sonora, Sinaloa, Colima, Guadalajara, Morelos, Puebla, Tlaxcala, Oaxaca, Guerrero, Chiapas). Desvío de ríos y entubamiento del agua para la agroindustria, siembra de cultivos transgénicos de soya, maíz (ejemplo; Sonora, Sinaloa, Jalisco, Veracruz, Campeche y Chiapas). Desmonte vinculado a talamontes ligados a la delincuencia organizada que a su vez impone monocultivos de amapola y/o de aguacate que hacen modificaciones climáticas evitando que llueva (ejemplo; Michoacán y Guerrero). Decretos de reservas ecológicas, complejos turísticos, hoteles, autopistas, especulación inmobiliaria y clubs, corredores/redes de fibra óptica (principalmente en Morelos, Nayarit, Quintana Roo, Campeche, Chiapas). Contaminación de semillas por parte de empresas como Monsanto, Singenta, Pioneer que ponen en riesgo las semillas nativas, la salud, saberes y alimentación de las comunidades y pueblos. (ejemplo; Campeche, Quintana Roo, Chiapas) Lumbreras, liberación de gas venteado y derrames tóxicos por ductos devastando las fuentes de agua a causa de las fracturas por la detonación de dinamita y fracturamiento hidráulico/fracking (ejemplo; Oaxaca, Tabasco y Veracruz).

Tribus, nacionalidades y pueblos originarios acuerdan que lo que están viviendo es una “guerra neo-colonial”. Por ejemplo, para el pueblo Nahua del centro del país las amenazas de muerte son extremas desde la región de la Sierra Norte de Puebla, donde el 18% del territorio (103 concesiones) está entregado a empresas mineras, siendo la más destacada la empresa canadiense Almaden Minerales, así como las mexicanas Grupo Ferrominero, Industrias Peñoles y Grupo Frisco. En su mayoría las minas a cielo abierto extraen (hierro, oro, plata, manganezo). Al mismo tiempo los proyectos de seis hidroeléctricas afectarían a doce ríos en una superficie de 123 mil hectáreas. El gasoducto de la región del Valle de Puebla se impondrá con 160 kilómetros en zona de riesgo volcánica, como parte del Megaproyecto Integral Morelos, con inversión de empresas españolas como ELECNOR, Engas, y la italiana Bonatti. Asimismo dicho proyecto busca construir un acueducto para la extracción de agua de los ríos afectando a miles de comunidades. El 24 de agosto del 2018, el Movimiento Agrario Indígena Zapatista (MAIZ en Puebla) quienes son parte del movimiento de comunidades en resistencia contra el proyecto hidroeléctrico Coyolapa-Atlazalá, denuncian a la Secretaria de Energía que viene favoreciendo a la Minera Autlán que a su vez está protegida por el crimen organizado quien a través de grupos armados custodian la zona amenazando a la población. Identificando a paramilitares que militan en los partidos políticos del PRD (Partido de la Revolución Democrática) y el Partido Acción Nacional (PAN). Y su vez son miembros de organizaciones campesinas como la Unión Nacional de Organizaciones Campesinas

Autónomas (UNORCA). Éste es un sólo ejemplo que muestra la complejidad y entramado del poder en una geografía concreta. Hay muchos más ejemplos en el estado de Guerrero.

En el caso del mismo pueblo Nahua, particularmente de la comunidad de Ostula en el estado de Michoacán, es de gran importancia estratégica la participación del llamado “crimen organizado” en el proceso de acumulación de capital que se realiza por medio del tráfico de “sustancias ilícitas” para el mercado de los Estados Unidos de Norte América. En el caso de Guerrero y Michoacán el pueblo Nahua esta viviendo la reconversión productiva que incluye la transición de cultivos autóctonos por siembras de amapola y marihuana y el tráfico y circulación de drogas sintéticas como el “cristal”. Esta operación se presenta públicamente como un sistema criminal que se ha insertado en el funcionamiento normal de la economía, pero en realidad constituye un componente central de los procesos actuales de acumulación de capital. El acaparamiento de tierra, el saqueo de maderas preciosas y minerales para después ser exportados por empresas transnacionales chinas desde los puertos de Manzanillo y Lázaro Cárdenas ha dejado desde el 2009, 31 asesinatos y 5 desapariciones a manos del grupo narcoparamilitar de Los Caballeros Templarios que depende de la estructura del narcogobierno mexicano.

Otro ejemplo devastador lo vive el pueblo Chinanteco en el estado de Oaxaca, donde las empresas Endesa, Iberdrola, Gamesa y Unión Fenosa Gas Natural, Demex, Ener Green Power, están destruyendo lugares sagrados y áreas de manglar, ocupando 32mil hectáreas para instalar 1600 agrogeneradores para los parques eólicos. En la misma zona oaxaqueña hay tres concesiones mineras subsidiarias de la Mina Orum Gold Corporation, que abarca 7, 310 hectáreas.

A lo anterior se suman, multiplicidad de espacios-tiempo que viven en el presente la destrucción de innumerables centros ceremoniales que al ser sitios sagrados que resguardan energía vital, en tanto conciencia colectiva de los pueblos, representa la destrucción de filosofías de vida de miles de años, ejemplo de eso son aquellos ríos, manantiales, islas sagradas y montañas amenazados por la construcción de minas, presas, centros turísticos, infraestructura vial.

Han sido veinte años donde las reforma del artículo 27 Constitucional (1992) como el Tratado de Libre Comercio (1994), el llamado Proyecto Mesoamericano (antes Plan Puebla Panamá 2001-2007), las Zonas Económicas Especiales (2017) y el actual Plan de Desarrollo Integral (2018) que incluye un reacomodo geoestratégico de tres grandes mega-proyectos para la región sur-sureste (Proyecto Integral Morelos, el Proyecto Integral del Istmo de Tehuantepec y el Proyecto de la Península mexicana, incluyendo la Tren maya) vienen propiciando la reconfiguración territorial nacional necesaria para consolidar el extractivismo neoliberal.

La Madre Tierra es todo el planeta: las montañas, los valles, las lagunas, los ríos, el mar, el aire, las plantas, los animales. Vemos que el capitalismo toma la Madre Tierra como su propiedad, como una mercancía que se puede comprar y vender, y nosotros y nosotras decimos que ¡NO! (REVISTA *REBELDÍA ZAPATISTA*, *palabras del EZLN*. Número 3, 2014).

Estamos hablando de millones de familias, miles de comunidades, cientos de municipios y regiones. Y es a partir de su experiencia que están identificando despojos, en el terco empeño de los de “arriba” por aniquilarlos como pueblos desde sus singularidades de espacios-tiempos, pasado-presente, y dimensiones de lo viviente. El CNI tiene claro que para seguir existiendo como pueblos tienen que organizarse de manera coordinada.

Entonces y, frente a dicha situación ¿Cómo comprendemos el histórico sistema capitalista-patriarcal en tiempos caracterizados por la *IV Guerra Mundial y la tormenta sistémica mundial*?

El sistema capitalista esta dejando a su paso territorios, poblaciones y mundo de vida moribundos, y lo realiza de forma tanto extensiva como inclusiva. Horacio Machado Aráoz refiere a cómo el neoextractivismo hace posible el despliegue y asegura la rapidez del control y disposición de las energías vitales, primarias (Tierra/materia) y sociales (Cuerpos/trabajo), en manos de una minoría que tiene el poder, a costa del despojo de vastas mayorías de pueblos, culturas y clases sociales (2017). Simultáneamente, se van reciclando formas de gobierno despótico para impulsar y alimentar sociedades y, como refiere Achille Mbembe (2011) “mundos de muerte”. Y en contraposición surgen mecanismos de defensa comunitaria para no alimentar la matanza.

La advertencia. La reestructuración de la finca y los “mundos de muerte”

En el calendario del 05 de agosto del 2018, los pueblos zapatistas convocan a la sociedad civil organizada en la sed del Municipio Autónomo Rebelde Zapatista 17 de Noviembre, Caracol IV “Torbellino de nuestras palabras” y Junta de Buen Gobierno “Corazón del Arcoiris de la Esperanza” en la Zona Tzotz Choj de la Selva Lacandona, Chiapas. El objetivo reflexionar y valorar los pasos andados y los que se avecinan frente a este nuevo escenario. Ahí, presentan su mirada en escala mundo, continente, país, región y local. Y de ahí exponen su iniciativa como propuesta en la misma proporción de escalas pero a la inversa.

Entonces, su reflexión esta en que analicemos la realidad actual mexicana en tanto

que vivimos en tiempos de *tormenta* y, si bien la *hidra capitalista* no es el mismo de hace trescientos o doscientos años, entendemos qué para los pueblos originarios la forma política que comienza a redefinirse obedece a una estructura planetaria de reestructuración parecida a la de “La Finca”. Según el pensamiento que nos transmitieron fue que “el sistema dominante a nivel mundial es el capitalismo. Para explicarlo a otros, usamos la imagen de una finca” (EZLN, 2018).

En términos generales, la narrativa colectiva presenta cómo es que miran la estructura de la economía-política: El “finquero” es el terrateniente, el dueño de miles de hectáreas de tierra (que son las corporaciones transnacionales). Éste patrón tiene “un capataz” que es el que cuida la finca (que son los presidentes de cada país), y a su vez éste tiene “un mayordomo” (que son los presidentes provinciales) que es la persona que exige se trabaje la tierra, el cual tiene que buscar a otro que le llaman “el caporal” (presidentes municipales), que es el que cuida alrededor de la hacienda.

En cualquier país del mundo, los capataces (presidentes) completan su paga robándole al patrón (transnacionales) de lo que produce una de sus tantas fincas/país. Mientras que las “tiendas de raya” (malls, supermercados, tiendas electrónicas, etc) proveerán con productos (sal, jabón, azúcar, alcohol, refrescos., etc.) a quienes son explotados con su fuerza de trabajo (empleados, asalariados, es decir personas con capacidad de consumo). Y son éstos, “peones acasillados” quienes eligen o no a quién será su nuevo patrón (a través de la democracia liberal moderna). Los zapatistas entienden que lo hacen porque no sabe qué hacer, porque dónde va a producir sus propios alimentos y objetos de sustento para la vida si todo está acaparado por dicha relación de poder. Y los zapatistas entienden que con la tierra se tendrá la libertad. Pero entonces hay quienes se resisten diciendo que no, que esta tierra es del patrón y no saben que hacer con la libertad porque solo aprendieron a obedecer. Entonces son personas halladas a la esclavitud y servidumbre.

Hoy pensamos que así está el capitalismo ahora. Quiere convertir en finca el mundo. O sea, pero son los empresarios transnacionales los finqueros... ¿Y qué van a hacer estas hermanas y hermanos? ¿Será que se conforman con un cambio de capataz o de patrón, o es que lo que quieren es la libertad? (EZLN, 2018).

Al mismo tiempo, la observación crítica que se presenta por parte de estas cosmovisiones, miradas, perspectivas desde la reflexión colectiva y organizada de las personas comunes, pareciera poner en duda la hipótesis de “la crisis estructural y terminal del capitalismo” sostenida por Wallerstein (2015) y González Casanova (2015).

¿La crisis terminal del capitalismo? Ni de lejos. El sistema ha demostrado que es capaz de superar sus contradicciones e, incluso, funcionar con ellas y en ellas. Entonces, parece que el sistema está ensayando un repliegue hacia dentro, y está usando a la derecha política como garante de ese repliegue (*Ibíd*).

Según ésta mirada, la “derecha” serían actualmente “los capataces efectivos”, los que controlan a la sociedad y aseguran la ganancia para las trasnacionales. Entonces, en la nueva guerra de conquista hacia los territorios de los originarios se “porta la bandera de los colores de la izquierda institucional” y la actitud de la “derecha”. A partir de aquí podemos hacer un sinnúmero de hipótesis del porqué no hubo fraude en las pasadas elecciones del 01 de julio del 2018 en México. El hecho de dar el triunfo a Andrés Manuel López Obrador es parte del “repliegue” por seguir conservando la forma política funcional del Estado y su clase política. Sin embargo, también es la representación del miedo a una posible rebelión popular, de ahí “los colores de la izquierda institucional”.

Esta lectura se aproxima a la hipótesis que venimos trabajando anteriormente (2017), la forma del Estado Territorial Moderno a la que referimos no está en crisis, porque su forma colonial y patriarcal aún sigue configurando los entornos geográficos que favorezcan a la acumulación de capital. Lo que cambió es que ahora son las corporaciones, y no los Estados-nación, quienes demarcan, ordenan y controlan los territorios, ya no más el sistema global interestatal que posibilitó el despojo y renta de la tierra, la creación y división del trabajo productivo, las relaciones de intercambio de bienes, capital y trabajo. Como lo señalaron los zapatistas al retomar a Karl Marx; ahora el poder de las corporaciones a través del capital financiero global sustituye “*naciones*” por *islas* para configurar un gran *archipiélago mundial* y convertirlas en centros comerciales a manera de “arsenales de mercancías” constituidos en la apropiación/ control de los *medios de producción* y ejecución de *medios de despojo* (EZLN, 1997, 2007 y 2015). Ejemplo de esto, esta en los proyectos sur-sureste, impulsados por el actual gobierno (Proyecto Integral Morelos, el Proyecto Integral del Istmo de Tehuantepec, el Proyecto Integral de la Península del Sureste mexicano).

La relevancia está en que la forma territorial cartesiana de mapa/cartografía es patriarcal: nomina y clasifica espacios de fragmentación y destrucción (sexistas, clasistas y racistas). En tanto forma dominante de escalas/proyección se presentan como relaciones de poder que según describe Rivera Cusicanqui (2012 y 2015) son construcciones *falogocéntricas* al estar en el centro la figura y forma política despótica del varón y desde ahí establecer relaciones de dominación piramidales/diferenciadas/jerarquizadas. La forma política patriarcal del Estado se encuentra en la democracia liberal moderna y la institucionalidad de lo político electoral. Y ésta funciona desde la construcción de un consenso del “territorio” heredado por la

luchas de independencia y las revoluciones nacionalistas, alimentada tanto por la noción sociocultural de *Patria* como por la forma *Partido político*, que hoy consagran, a través del voto y *la identidad nacional*, la sociedad de *los de arriba* y la sociedad de *los de abajo*.

Para aproximarnos a dicha advertencia de “repliegue” y el papel de la clase política, nos aproximamos a interpretar la iniciativa del nuevo gobierno del partido Movimiento de Regeneración Nacional (MORENA) y del electo presidente Andrés Manuel López Obrador⁴ en materia de “asuntos indígenas”. Con la iniciativa de creación del Instituto Nacional de Pueblos Indígenas (INPI) podríamos preguntarnos ¿Es éste un dispositivo de control hacia los pueblos originarios? ¿Cuál es la experiencia del indigenismo en México? Sin duda ambas preguntas refieren a un proceso institucional y como advierte el analista social Gilberto López y Rivas (2018), una forma de “desindianización forzada”. La cual tiene sus orígenes en los años posteriores al movimiento de la Revolución Mexicana desatado de 1910 a 1917. Dicha política de Estado controla para someter a través de la forma burocrática y generar sistemas jerárquicos, autoritarios y estratificados de clientelismo. Esta noción falocéntrica, categorizada por Rivera Cusicanqui (*Íbid*), no es sino una mirada propia de las clases políticas que buscan impulsar la acción política por ocupar estructuras estatales y transformar desde ahí la realidad social en interés de dicha clase. Se ha constatado a lo largo de la historia que la potencia social de las personas ordinarias y organizadas queda capturada en éstas instituciones burocráticas que apresan, no solamente, el ejercicio del autogobierno local/comunitario sino también las subjetividades colectivas.

La perspectiva del proyecto de nación de MORENA, va en mismo sentido de entender la transición democrática como redistribución del gasto público y ordenamiento territorial para el desarrollo. Y por tanto, “el combate a la pobreza” podrá ser trabajado a través de incentivar células a nivel regional en todo el país que tendrán la función de mediar el apoyo asistencial del Estado desde arriba y desde fuera. Ésta mirada manifiesta la actitud de inclusión-exclusión de lo indio en un constructo cultural de “ciudadanía amestizada y machistizada” donde se es adulto, aculturado y con propiedad privada (Rivera Cusicanqui, 2012).

Ya varios analista como Magdalena Gómez, Gustavo Esteva, Gilberto López y Rivas, Luis Hernandez Navarro están advirtiéndolo (2018) sobre dicha política como forma de control de las autonomías a través de un neoindigenismo y recolonización de territorios de pueblos indígenas. Nuevamente los pueblos indígenas son la población que tiene que sacrificarse para llevar a cabo la aberrante idea-fuerza de desarrollo nacional, sin la cual el sistema capitalista

4 El gobierno socialdemócrata, como se autodefinen los integrantes del gabinete constituido por Andrés Manuel López Obrador y el cual representa al partido político de MORENA. Entre los que destacan grandes empresarios como Alfonso Romo, y burócratas como Esteban Moctezuma, Adolfo Regino.

no podría seguir existiendo.

La perspectiva de los pueblos zapatistas ha sido clara, y nuevamente advierte que dichos proyectos de “desarrollo” y “progreso” se convierten en “declaraciones de guerra” hacia los mundos de vida indígenas. “Civilizar una comunidad originaria es convertir a su población en fuerza de trabajo asalariada, es decir, con capacidad de consumo” (EZLN, agosto del 2018). De ahí que queda superada por parte de los pueblos indígenas del EZLN y del CNI el proceso de paternalismo despótico de las políticas de Estado, desde el momento en que deciden ejercer los derechos legítimos de las autonomías territoriales, sus autogobiernos y formas de relación social no clientelares con el Estado.

La metáfora de la *hidra*, la *IV guerra mundial*, la *tormenta* y la *finca*, nos sirve, según nuestra interpretación, para definir el sistema político dominante en la etapa actual como una especie de *gran hacienda* que no necesita *Patria*, pero sí la forma patriarcal de ésta. Dado que la noción de *Patria* necesariamente tiene que ser de-construida, ya en sí misma la palabra es un desafío por romper la tradición lingüística, ya que dicha etimología ha sido heredada y filtrada con la *invención territorial* de carácter colonial que permitió se filtrara la noción de nacionalismo. Refiere a una idea-fuerza excluyente de separación entre *espacio* y *tiempo*, *cultura* y *sociedad*, *ciudad* y *campo*, *hombre* y *mujer*, *sentimiento* y *acción*, *privado* y *público* elaborando la noción de *polis* y de las instituciones modernas.

La mixe Yásnaya Aguilar (2018), interpela el proyecto de los Estados modernos patriarcales, al mostrar que su invención y territorialización ha querido construir “un México sin nosotros”. El México sin los pueblos originarios a través del nacionalismo mestizo que se vuelve una maquinaria violenta de despojo hacia las singularidades de los múltiples “mundos de vida indígenas”. Por lo que Yásnaya Aguilar plantea la interrogante del “¿porqué no “un nosotros sin México?”.

Nuestra hipótesis frente a dicho escenario, en tanto interrogante que nos interpela deriva en el entendimiento de que en dicha *tormenta sistémica mundial* sólo será posible resistir - y superar - en la medida en que múltiples expresiones antisistémicas no dejen de elaborar formas societales no patriarcales y autónomas. En tanto, las territorialidades en resistencia son manifestaciones de transformación del sistema, a través del amor radical como potencia substancial de aquellas singularidades que configuran, resignifican y crean espacios-tiempos en resguardo de la vida y a través de la no-violencia. Sin embargo, frente al proyecto de poder de MORENA, dichas expresiones autonómicas pasarán a ser nominadas como subversivas y clandestinas, y por tanto son un peligro y habrá que reprimirlas en caso de que se resistan a ser capturadas por el Estado-Crimen-Mercado.

¿Cómo resistir en medio de la guerra y a través de la no-violencia?

Desde el 2009 se reunieron pueblos del CNI en la comunidad de Ostula, donde se definió la autodefensa como una herramienta fundamental para resguardar los “mundos de vida indígena” frente a los frentes de despojo implementados principalmente por el narcotráfico. Esto ha sido posible una vez que decidieron tomar el camino comunitario en sus manos desde donde han construido su propio modo de gobierno y de autonomía.

Un ejemplo concreto han sido el implementado por los pueblos Nahua, Na, Saví, Me'pháá, Ñamnkué y Afromexicanos quienes nacieron desde 1992 el Sistema Comunitario de Seguridad y Justicia desde las regiones de la Costa Chica, Costa Montaña, Montaña Alta y Montaña Baja de Guerrero. El 10 de abril del 2008 nació el Consejo Indígena y Popular de Guerrero - Emiliano Zapata (CIPOG-EZ) decide generar organización desde las personas comunes, humildes y sencillas de sus pueblos. Poco a poco y voluntariamente asumen la responsabilidad de la seguridad y la justicia ante la presencia de grupos narco-paramilitares que se infiltraron poco a poco en la vida cotidiana. La preocupación de ver el tejido de sus comunidades dividirse desde las familias, así como el proceso en que sus representantes comenzaron a corromperse, los llevó a desplegar un sistema comunitario de seguridad y justicia que no es compatible con el sistema de seguridad e injusticia del Estado mexicano capitalista. El CIPOG-EZ junto con la Policía Comunitaria de los Pueblos Fundadores han aprendido a organizarse regionalmente en una de las geografías más violentas del país.

Estas formas de organización y de gobierno no fueron inventados, vienen del conocimiento y las prácticas de nuestros antepasados durante cinco siglos de resistencia indígena y de nuestras experiencias como pueblos. Retomamos los usos y costumbres que había antes de que existieran las leyes de quienes invadieron nuestro territorio. Tenemos una historia de resistencia de 526 años como pueblos que han sobrevivido a la guerra de exterminio y el arma más grande que nunca dejaremos es nuestra memoria y sabemos bien que se puede vivir, se puede organizar y se puede construir, sin el Sistema Capitalista (Comunicado de la CRAC-PC-PF del 27 de agosto del 2018).

En la realidad mexicana actual, el proceso histórico de resistencia de los pueblos originarios, así como la organización, han sido dos semillas sembradas por los pueblos zapatista en Chiapas. Hoy florecen en procesos societales autonómicos.

La no-violencia zapatista, como decisión política posibilitó sembrar y ensayar nuevas subjetividades y singularidades colectivas, para reproducir una “ética por la vida”, ética experimental de sujetos sociales que tras ejercer el derecho legítimo a la violencia (1994),

eligieron luchar por la vida y no rendirle culto a la muerte (1994-2018). La lección política, que dichos pueblos vienen aportando, está en que dilema no está entre prepararse o no para combatir con la acción violenta armada en un contexto de guerra, sino en el derecho legítimo por elegir la vida comunitaria y autónoma como respuesta a la muerte.

A través del terco empeño de las familias zapatistas por crear mecanismos no-violentos a través de potenciar la organización y coordinarla en múltiples escalas y dimensiones, todo, desde la forma colectiva. Esto a través de los autogobiernos y del trabajo comunitario, semillas que se esparcen desde las formas comunitaria, municipal y regional, desde las proporciones personal-colectiva, familiar-comunitaria y dimensiones social, política, cultural. En la no búsqueda de la confrontación van logrando que la resistencia se exprese en materializar opciones de vida. Una especie de *tejido rizomático* (Guattari, 2005) y espiralado donde se va enraizado la construcción de otras realidades posibles que se reinventa constantemente en la búsqueda de la memoria viva y la convivialidad, haciendo florecer autonomías y cosechando la libertad.

La interpelación. Otros modos de elaboración política

Porque el corazón de nuestra Madre Tierra vive en el espíritu de nuestros pueblos (CNI, 2016).

¿Hacia dónde miran los pueblos? El horizonte del Congreso Nacional Indígena dirige su mirada y organización hacia las autonomías. Presentan como iniciativa la conformación del Concejo Indígena de Gobierno (CIG), en tanto forma de organización política que representa *semillar* la multiplicidad de autogobiernos a escala local, regional, municipal y por zona desde la diversidad de naciones, tribus, comunidades, territorios de vida.

Es por eso que como Congreso Nacional Indígena, reunidos en este V Congreso, 43 pueblos de este país, acordamos nombrar un Concejo Indígena de Gobierno con representantes hombres y mujeres de cada uno de los pueblos, tribus y naciones que lo integran. Y que este concejo se proponga gobernar este país (CNI, Octubre del 2016).

¿Desde dónde se están organizando?

A la fecha el CIG está constituido por 150 concejales, mitad hombres y mitad mujeres, cada uno de ellos/ellas representan a sus pueblos a nivel regional. A su vez, y en escala local/comunitaria están los delegados y delegadas que también son parte del mismo Concejo.

Siendo éste un desafío ético-organizativo de largo aliento. Del 2016 a la fecha identificamos tres aspectos fundamentales:

Primero: el Concejo no pretende entrar en la disputa del poder de “arriba” con los partidos ni clase política, sino desmontar el poder. Segundo: la forma organizativa se basa en la potencia de las personas ordinarias a través del fortalecimiento de la toma de decisiones mediante las asambleas por barrios, comunidades, regiones y municipios, es decir; el mandar obedeciendo, el servir y no servirse, el proponer y no imponer, el representar y no suplantar, el construir y no destruir, el bajar y no subir y, el convencer y no vencer. El planteamiento del *desmantelamiento del poder de arriba* (2016) se esboza con la organización y articulación de diversos sectores de la sociedad civil junto con los pueblos originarios, ensayando dichos principios ético-políticos. Tercero: el lugar político que ocupan las mujeres y la Madre Tierra para incentivar otras formas de hacer, sentir y pensar la realidad actual. La vocera del CIG, María de Jesús Patricio (Marichuy) expresará: “el futuro de nuestros pueblos es posible únicamente en reconocernos uno solo con la Tierra. Nuestra Madre, en ella está nuestro pasado y futuro. Y por lo tanto la libertad y la autonomía por las que luchamos” (Marichuy, 19 de octubre 2017).

Cabe preguntarse ¿Es viable construir las posibilidades de territorios no-patriarcales? ¿Es posible a través de “sociedades más pequeñas” cada cual con sus formas autogestivas de autogobernarse sin la necesidad de un Estado? Hoy ese desafío lo expresa el Concejo Indígena de Gobierno en tanto iniciativa ético-política por la vida y de configuración territorial del país. La mayor escala territorial de formas de autogobierno hoy existentes son los *Caracoles Zapatistas* y sus respectivos *28 Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas* que expresan la autonomía desde el protagonismo que tienen los pueblos para hablar, mandar, hacer y deshacer. Es la libertad que tienen para definir su camino, cómo lo caminan, si aciertan, o si se equivocan ellos mismos corregirán. En éste horizonte de sentidos se van elaborando nuevas formas de resistencia que van tejiendo territorialidades autónomas con un nuevo sistema de gobierno dentro de un proyecto político no-patriarcal y por la vida digna, es decir; espacios de vida de múltiples tamaños y dimensiones donde caben sus diferencias como pueblos y desde donde se reinventan en una convivencia organizativa y afectiva con y desde la Madre Tierra.

En dichas condiciones de guerra ¿qué implica asumir el compromiso de una propuesta echa desde los pueblos indígenas en resistencia y organizados? ¿es ésta una detonante para propagar *procesos reales de transformación radical*? ¿Qué sucede sí para los pueblos originarios la Tierra es más que suelo, es *Madre primera* en tanto *Casa común* de sus identidades? ¿Desde dónde y cómo se resarcirá el despedazado tejido de *mundos de vida* aún

llamados Patria? al modo que subrayarán los pueblos del CNI: *“Patria que nunca ha podido serlo verdaderamente por que quiso existir sin nosotros”* (Primer Congreso Nacional Indígena, 12 de octubre de 1996, Ciudad de México., 1996).

Las expresiones organizativas, tanto la del EZLN, el CNI como La Sexta, han decidido seguir el camino de las autonomías. Cada uno desde sus singularidades tendrá desafíos y uno de ellos sin duda será seguir fortaleciendo sus territorios y/o expresiones organizativas. Tanto para el CNI como para el EZLN será defender de manera no-violenta sus territorios ante la amenaza del “nuevo gobierno”. Entonces, el resguardo de la Madre Tierra será fundamental. El CNI tendrá que ir tejiendo la apuesta de la reconstitución, reconciliación y resistencia mutua como pueblos ancestrales; rescatando y fortaleciendo formas de gobierno colectivos en tanto forma de democracia radical (mandar obedeciendo) desde la cual han definido sus necesidades como pueblos.

Los desafíos son mayores para los adherentes a La Sexta, no se trata de apoyar a una u otra expresión organizativa - EZLN y/o CNI -, sino “aprender luchando”, dado que no son pueblos originarios sino sociedad civil, muchas de las veces son personas organizadas a través de colectivos y redes en su mayoría ancladas en las ciudades. Un primer paso es reconocer y tener la claridad política de que serán quienes tendrán que aprender de la experiencia y formas organizativas de los pueblos originarios para elaborar las propias. Al carecer de la forma comunidad y con ella de la sensibilidad por construir un *sentido común* y un apego a la Madre Tierra, se vuelven mucho más vulnerables a los designios de la explotación de fuerza de trabajo, hacinamiento, desconfianzas, machismos, protagonismos individuales y por tanto disputas de micro-poderes. Sin embargo, han resuelto que sólo el resguardo en colectividades y cooperativas y, su articulación en redes puede generar energía vital colectiva y así construir propuestas nuevas de sociabilidad humanas con sensibilidad hacia la Madre Tierra.

Lo anterior, con plena conciencia de trabajar desde las escalas de los barrios y/o espacios-tiempos de resistencia en simultaneidad con el trabajar las microescalas subjetivas para qué como nos sugiere Silvia Rivera Cusicanqui (2016) encontrar en nuestro corazón mestizo la parte india que tenemos, sanarla y potenciarla. Siendo fundamental sembrar amor radical como herramienta para esquivar las violencias que ejercemos entre nosotros/as y sembrar escucha, empatía, respeto, reconocimiento y así creatividad organizada. La Sexta tiene como guía, las seis preguntas que posibilitan la construcción y enlazamiento de cada expresión organizativa, en el resguardo y fortaleza de lo colectivo: *¿Quiénes somos? ¿Dónde estamos ahora? ¿Cómo vemos al país? Y ¿Cómo vemos al mundo? ¿Qué queremos? y ¿Cómo le vamos a hacer?* Así también marcan formas y rumbos los siete principios del EZLN y

el CNI. Y se suma la interpelación hecha desde el EZLN hacia afuera: *¿Y ustedes qué?*

El siguiente paso organizativo del EZLN, el CNI y La Sexta está en crear un Concejo no sólo indígena ni nacional, un Concejo que no anule las diferencias sino que las potencie, que genere comunicación real entre lo indígena y no indígena (respeto, reconocimiento de la diferencia de raza, clase y género y reciprocidad en el trabajo), continuar con los “semillero” de reflexión y análisis sobre la hidra capitalista-patriarcal, y que encaminen a la valoración de una federación de redes de resistencia y rebeldía que evite el mando centralizado y vertical (Agosto del 2018, plenaria de Redes). El Concejo es una forma de crear gobiernos propios, autónomos y rebeldes que se articulen en una instancia amplia (Resolutivo del 14 de Octubre 2018).

Una propuesta vinculante y extensiva, para ir convocando a la articulación de los tejidos de resistencia y rebeldía para enfrentar la guerra de neo-conquista y exterminio capitalista. El desafío de “Las Redes de resistencia y rebeldía” será ir *semillando* asambleas barriales, locales, colectivas que posibiliten consensuar la organización social no centralizada, ni de abusos de poder en lo urbano, para así articular desde el ir tejiendo puentes con las asambleas comunitarias de las tribus, nacionalidades y pueblos indígenas del CNI. En el entendido de ir resguardando y potencializando *la forma colectiva y de comunidad* que permita la viabilidad de las propias prácticas de sustentabilidad material, formas culturales de relación equilibrada de los bienes comunes/naturales, la regeneración de ciencias, artes, saberes y modos espirituales propios, así como también sus propias normas de justicia y defensa territorial.

Conclusiones

Hemos presentado a través de la narrativa de los pueblos originarios una aproximación a lo que miran, desde dónde lo miran, qué escenario viven, qué advierten y la interpelación que surge hacia las expresiones organizativas.

Nos interesa la mirada de los pueblos originarios en tanto son las comunidades, pueblos, tribus y nacionalidades indígenas quienes experimentan los desafíos y logros de la transformación de relaciones sociales de manera concreta y cotidiana. Teniendo como respuesta a dicha realidad el proceso de otras formas de elaboración política. Presentando como desafío común la construcción de Un Concejo no sólo indígena ni nacional, lo que apuesta a una iniciativa antisistémica a escala amplia y de continuidad emancipatoria por fuera del poder nacional-estatal. Presentando como potencia organizativa la conformación de

sociedades autónomas ya existentes, como aquellas referidas a los pueblos zapatistas en el sureste mexicano.

Nuestro objetivo no fue presentar una genealogía de los pueblos del EZLN, ni del CNI, ni de la Sexta. Sí, en cambio, rescatar la potencia del trenzar dichas expresiones organizativas en la realidad patriarcal. Encontrando que los desafíos antisistémicos son muy grandes, una vez que se enfrentan a una realidad donde el Estado-Crimen-Mercado siguen incentivando la muerte de personas y el exterminio de la Madre Tierra. Sin embargo, el camino que están abriendo los mismos pueblos desde las autonomías está posibilitando la contención colectiva en la construcción de sus mundos de vida en una *Casa común*. Esto está implicando incentivar otras formas de hacer política, las cuales derivan en una interpelación cotidiana por desmontar las prácticas patriarcales y generar las relaciones no jerárquicas, no burocráticas, no de límites y fronteras de exclusión y así del no dominio sobre la vida, las mujeres y la Madre Tierra.

Para quienes no se definen como indígenas, resulta interesante la propuesta que viene trabajando Silvia Rivera Cusicanqui con respecto a que “lo verdaderamente indio está dentro de nosotros/as” y hay que explorarlo, experimentarlo y buscarlo en el corazón mestizo. Dicha propuesta es una oportunidad para parir mundos nuevos y por tanto ¿podemos aproximarnos a algunos de los siguientes desafíos como “no indios”?

- La propuesta de autogobiernos tiene que comprometerse en sentir los despojos y el exterminio de la Madre Tierra como propios, hacer del sentir de los pueblos una actitud consciente desde el estar con la Tierra, trabajarla, sentirla, honrarla en tanto raíz y latir espiritual que nos permite comprender la Casa Común/Madre primera que posibilita mundos de vida en múltiples dimensiones material e inmaterial. Lo que implica la plena conciencia de que somos nichos ecológicos tejidos a múltiples hilos de vida.

- Entender que la raíz de los pueblos originarios es la memoria viva, sin la cual no se forja la dignidad como potencia del presente y, la búsqueda de la libertad para pretender tejer un rumbo otro.

- Repensar la Matria, como tejido y raíz para generar rumbos diversos que dejen huellas, memoria y con ésta dignidad y amor radical frente a la guerra capitalista patriarcal. Este compromiso por ir pulsando multiplicidad de espacios-tiempos de no violencia y no-patriarcales necesariamente tiene que concretarse en el ejercicio de otra forma de hacer política, donde la actividad creativa emerja de la acción colectiva y ésta a su vez sólo será posible si hemos rescatado a través de la memoria/genealogía nuestra dignidad común para desmontar el mandato del patriarcado.

- El resguardo de la Madre Tierra, no como vocablo *new age*, sino como honesta práctica en el ejercicio consecuente de recuperar lo que denominamos *la gramática hecha*

tierra que es parte de la sensibilidad y acción de los pueblos originarios.

¿Desde dónde miran los pueblos? Las grafías del *corazón-conciencia* son expresiones territoriales de autonomías como escenarios posibles de re-existencia. Cuando el CNI refiere a que “la palabra que viene del corazón”, nos están expresando que el lenguaje viene del corazón, y éste es la composición entretejida del ser espiritual, el ser pensante y el ser haciendo, para constituir la conciencia. El *corazón-conciencia* conlleva la elaboración intrínseca del movimiento en espiral del “hacia adentro” y “hacia afuera”. El *corazón-conciencia*, es también la elaboración histórica de genealogías ancestrales y por tanto son memoria viva y compromiso colectivo presente. Es la responsabilidad asumida desde “el responder con respeto” a la vida que soy y de la que soy parte. Este movimiento se territorializa y se vuelve vida comunitaria, asambleas, prácticas espirituales, culturales, autodefensa, proyectos educativos, comunicación propias, reivindicaciones culturales y territoriales, autogobiernos. Así al declarar “Somos los indios que somos, decididos a reconstituírnos en otro mundo posible. Ese espejo profundo, antiguo y nuevo son las luchas que somos y por las que nos pronunciamos con un solo corazón y una sola palabra” (2013). Así, las palabras caminan el corazón que marcan cada singularidad de espacio-tiempo para continuar con otras formas de elaboración política anti-sistémicas.

Referências

AGUILAR GIL, Y. E. **Un nosotros sin México**. México: Papel Negro, 2018.

CUBILLOS, A. Dinámicas ambientales y extractivas en el siglo XXI: es la época del Antropoceno o del Capitaloceno en Latinoamérica? En: **Desacato 54**. Grupo de Investigación en Cultura y Ambiente, Departamento de Geografía de la Universidad Nacional de Colombia. Mayo – Agosto 2017.

DANOWSKI, D y VIVEIROS DE CASTRO, E. **¿Hay mundo por venir? Ensayos sobre los miedos y los fines**. Buenos Aires: Caja Negra, 2019.

ESTEVA, G., BARTRA, A., CECEÑA, A., y HOLLOWAY, J. **Crisis Civilizatoria y superación del Capitalismo**. Cd .de México, México: Universidad Autónoma de México, 2013

GÓMEZ, M. **El INPI reforma la Constitución: derechos como discurso**. Recuperado de: <https://www.jornada.com.mx/2018/11/27/opinion/022a2pol>. 2018.

GUATTARI, F y ROLNIK, S. **Micropolítica, cartografía del deseo**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2006.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. Crisis terminal del capitalismo o crisis terminal de la humanidad. En: EZLN (Org.). **Pensamiento crítico frente a la Hidra Capitalista. Contribución de la comisión sexta del EZLN.** Ciudad de México, México: Editorial Autónoma, 2015.

HERNÁNDEZ, L.(2018). **Bastón de mando y neoindigenismo.** Recuperado de: <https://www.jornada.com.mx/2018/12/04/opinion/019a1pol>. 2018.

HOUTART, F. ¿Crisis civilizatoria? (Debate). En: **La Tendencia. Revista de Análisis Político. Movimientos sociales, mujeres, gobierno.** Quito: FES-ILDIS, (no. 13, abril-mayo 2012): pp. 142-146. ISSN: 13902571. 2012.

Illich, I. **Obras reunidas.** Vol 1. México: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LANDER, E. **Crisis Civilizatoria y geopolítica del saber.** México: Junetik Conatus, 2012.

LÓPEZ Y RIVAS, G. **Neoindigenismo versus autonomías de los pueblos indígenas.** Recuperado de: <https://www.jornada.com.mx/2018/08/24/opinion/021a2pol>. 2018.

MACHADO, A. **Extractivismo y dialéctica de la dependencia.** Recuperado de Rebelión <http://pueblosencamino.org/?p=4474>. 2017.

MARX, K. **El Capital.** Tomo I. México: Siglo XXI, 1975.

MBEMBE, A. **Necropolítica.** España: Melusina, 2011.

POLANYI, K. (2009a). *La Gran Transformación.* México: Juan Pablos Editor, 2009a.

_____. **El sustento del hombre.** Buenos Aires: Capitán Saing Libros, 2009b.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geo-grafías. Movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad.** México: Siglo XXI, 2001.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Pueblos originarios y Estado.** La Paz: INAP, 2008

_____. (2012). **Violencia (re)encubiertas en Bolivia.** La Paz: La Mirada Salvaje, 2012.

_____. **Sociología de la imagen.** Miradas Ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015

TAIBO, C. **Colapso. Capitalismo terminal, transición ecosocial, ecofascismo.** México: Junetik Conatus, 2018.

WERLHOF, C. "Construir un mundo nuevo más Allá del capitalismo y el patriarcado". **Primer Encuentro Internacional Tejiendo Voces por la Casa Común.** tejiendovoces.org.mx. 2015a.

_____. **Madre Tierra o Muerte. Reflexiones para una Teoría Crítica del Patriarcado.** México: El Rebozo, 2015b.

WALLERSTEIN, I. **La crisis estructural del capitalismo.** México: JunetikConatus, 2005.

_____. "Movimientos anti-sistémicos frente a la Crisis estructural del Capitalismo". **Comisión Sexta del EZLN.Pensamiento Crítico frente a la Hidra Capitalista.** México, 2015.

Documentos e Declarações

“Cuarta Guerra Mundial”. En *Siete Piezas Sueltas del Rompecabezas Mundial*. 1997.

¿Cuáles son las características fundamentales de la IV Guerra Mundial? 1999.

Pensamiento Crítico frente a la Hidra Capita- lista. Participación del la comisión sexta del EZLN. 2015.

Primera Declaración del Primer Congreso Nacional Indígena. 1996.

Declaración del III Congreso Nacional Indígena. 2001.

Declaración de Vicam, Sonora [2007]. Que retiemble en sus centros la Tierra. V Declaración del Congreso Nacional Indígena. Recuperados de <http://www.congresonacionalindigena.org/> y enlacezapatista.ezln.org.mx/. 2016.

“Qué es el CNI?” En; Archivo Histórico: <http://www.congresonacionalindigena.org/> [para las denuncias, pronunciamientos del EZLN se consultó la página oficial: <https://enlacezapatista.ezln.org.mx/> (1996-2018).

Sobre a autora

Diana Itzu Gutiérrez Luna – Defensora y militante social desde el Espacio de Lucha contra el olvido y la represión. Adherente a la Sexta. Licenciada en Sociología y maestra en desarrollo rural por la Universidad Autónoma Metropolitana Xochimilco. Dra en Estudios Sociales Agrarios por la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-9712-9104>

Como citar este artigo

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México). **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 35-58, dossiê, 2020.

Recebido para publicação em 18 de março de 2019.
Aceito para a publicação em 17 de setembro de 2019.

Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina

Yanga Villagómez Velázquez

Centro de Estudios Rurales, El Colegio de Michoacán A.C – Zamora, Michoacán, México
Email: villa@colmich.edu.mx

Resumen

El desarrollo ya ha cumplido su periodo de vida útil y si los objetivos y los problemas a los que se enfrentó en su formulación de origen, así como sus estrategias han mostrado no ser ni las mejores soluciones ni las recetas más adecuadas para resolver problemas sociales como la escasez y encarecimiento de alimentos básicos, un ingreso monetario digno para las mayorías, el acceso a la educación, la salud. Se han manifestado distintas formas de reflexionar, de pensar y de entender la relación entre la economía, la agricultura, la producción de alimentos aplicando prácticas agrícolas menos perniciosas con el medio ambiente, opuestas al modelo actual del capitalismo depredador. La participación activa de la sociedad rompe la dinámica de concentración de la riqueza que lleva a la economía planetaria a un colapso de consecuencias inimaginables.

Palabras clave: desarrollo; riqueza; equidad; desigualdad; social.

A propos de la postcolonialité et du développement. Un paradigme de transformation sociale en Amérique latine

Résumé

Le développement a déjà atteint sa durée de vie utile et si les objectifs et les problèmes rencontrés dans sa formulation d'origine, ainsi que ses stratégies se sont révélés n'être ni les meilleures solutions ni les recettes les plus adéquates pour résoudre des problèmes sociaux tels que la rareté et l'augmentation de la nourriture de base, un revenu monétaire décent pour la majorité, l'accès à l'éducation, la santé. Ils ont manifesté différentes manières de réfléchir, et comprendre la relation entre l'économie, l'agriculture et la production alimentaire en appliquant des pratiques agricoles moins pernicieuses à l'environnement, opposées au modèle actuel du capitalisme prédateur. La participation active de la société brise la dynamique de concentration de la richesse qui conduit l'économie planétaire à un effondrement avec des conséquences inimaginables.

Mots clés: développement; richesse; équité; inégalité; sociale.

About postcoloniality and development. A paradigm of social transformation in Latin America

Abstract

Development has already reached its useful life period and even if the objectives and the problems faced in its original formulation, as well as its strategies have shown to be neither the best solutions nor the most adequate recipes to solve social problems such as scarcity and increase of basic food, decent monetary incomes for the majority, access to education, health. Different ways have come through in reflecting, thinking and understanding the relationship

between economy, agriculture, food production, applying less pernicious agricultural practices towards the environment, opposed to the current model of predatory capitalism. The active participation of society breaks the dynamics of concentration of wealth that leads the planetary economy to a collapse of unimaginable consequences.

Key words: development; wealth; equity; social; inequality.

Introducción

Abordar un tema como el desarrollo en tiempos de economía globalizada parecería no tener sentido, pero hay necesidad de aclarar ciertas ideas y plantear algunas hipótesis que abonen a la discusión sobre algunos tópicos que no pierden vigencia. ¿Por qué el desarrollo sería un tema de interés actualmente? ¿Qué sentido tiene insistir en que las políticas de desarrollo¹ aplicadas en los países de América Latina (AL), pero no sólo en ellos, han generado más problemas de los que puede resolver?

Después de setenta años de políticas desarrollistas, el diseño y aplicación de políticas y de programas sociales orientados a satisfacer las necesidades básicas de una población vulnerable y al margen del progreso económico, aún quedan por resolver cuestiones como la pobreza endémica, la desigualdad social y el deterioro ambiental, que siguen siendo, hoy por hoy, los problemas que ningún gobierno hasta la fecha ha solucionado de manera definitiva. En efecto, el crecimiento mediocre de la economía en América Latina no genera la riqueza suficiente ni su distribución equitativa entre la población para satisfacer el acceso a servicios y a condiciones materiales de vida aceptables. Sostenemos que se debe abandonar la idea de desarrollo tal y como se le concibió para volver a un esquema más modesto, local, con tal de abordar la satisfacción de necesidades básicas y establecer mecanismos de participación social eficiente, responsable. A pesar de los avances científicos y tecnológicos de la *revolución verde* aplicados a la producción agrícola, siguen sin resolverse problemas como el hambre en el planeta, con lo cual sigue pendiente el cumplimiento de uno de los supuestos del desarrollo: la satisfacción del abasto en productos alimenticios. Porque el modelo económico actual sigue generando una mayor distancia entre aquella parte minoritaria de la población mundial ubicada en los países del Norte industrial – que concentra la riqueza generada mundialmente – y el resto de la población, que no tiene acceso sino apenas a los satisfactores necesarios para una vida

¹ L. J. Lebreton y F. Perroux desde los años setenta señalaron "que sólo se puede hablar de desarrollo si se satisfacen las necesidades fundamentales de la sociedad, incluyendo la educación, necesidades culturales, espirituales, etc." (citado en CASABIANCA, 1992).

digna, todo lo cual tiende a generar sin duda una serie de situaciones sociales asociadas a la pobreza, la exclusión y la desigualdad social.

Dado que la teoría social hasta ahora elaborada y difundida a través de nuestras universidades y centros de educación superior posee un discurso con un profundo sentido colonial, es preciso elaborar otras categorías que desplacen la discusión hacia el análisis de realidades más representativas de lo que sucede en los países de América Latina. De lo que se trata entonces es considerar un imperativo político y académico para trascender las propuestas eurocéntricas y las gramáticas inmutables. El desarrollo como estrategia de crecimiento económico ha cumplido ya lo que pudo llevar a cabo, aunque sigue figurando en informes de agencias internacionales, en comunicados de organismos humanitarios y organizaciones no gubernamentales. A un nivel más local, las dependencias de gobierno aún lo utilizan como parte sustancial en la estructura argumentativa de su retórica en los programas de política social para atender las necesidades sociales y mejorar las condiciones de vida de la población más vulnerable. Sin embargo, entre la promesa del crecimiento económico ilimitado, a fin de lograr la prosperidad de los pueblos y la realidad que observamos – especialmente la creciente pobreza en los países del Sur –, esta contrastante realidad nos lleva a reflexionar sobre el concepto de desarrollo. Una rápida mirada de la información oficial indica que el modelo económico actual sigue incrementando la distancia entre aquella parte de la población mundial minoritaria que acapara la riqueza generada y el resto de la población, lo que representa un desequilibrio preocupante a nivel internacional. Lo anterior es una prueba contundente de que la estrategia de desarrollo, tal y como fue concebida, como crecimiento económico estrictamente, debe adaptarse y convertirse en un esquema cuyos objetivos, logros y alcances deben concretarse en una manera más eficiente de satisfacer las necesidades sociales. Sin eso, hablar de desarrollo seguirá siendo una retórica para justificar las políticas de ajuste estructural, la privatización de sectores estratégicos en las economías nacionales y un patrón de despojo que sólo acentúa la continuidad del modelo colonial del capitalismo en la era de la globalización actual. En ese sentido, dicha globalización no se nos presenta sino solamente como la continuación, por otros medios, del desarrollo iniciado en la posguerra, toda vez que el significado de la palabra *desarrollo* remite al *despegue* económico a imagen y semejanza de lo que sucedió desde la revolución industrial en la Inglaterra del 1750-1800 (LATOUCHE, 2004).

Ahora bien, después de setenta años de políticas desarrollistas, el tema de la satisfacción de las necesidades básicas y la pobreza endémica en los países de América Latina sigue sin solución y ahora sabemos con mayor certeza que, si esto es así es porque en parte, el concepto de desarrollo remite a una teoría social y a un discurso impregnado de un profundo

sentido colonial, desde el momento en que ese modelo ha ido imponiéndose de forma pareja en todos los países de AL. Además, lo ha hecho sin considerar las particularidades propias de cada pueblo y pensando que es el mejor modelo, el único posible y al que todas las economías de dichos países periféricos deben adaptarse. Es preciso entonces elaborar otras categorías, referir a otros paradigmas epistemológicos que desplacen la discusión y el centro de atención para ubicarla en la forma de abordar el análisis de realidades de los países de América Latina, a los que se les ha impuesto una visión eurocéntrica sin considerar que las opciones de cambio que se esperan, deben ser producto del conocimiento y análisis procedentes, sobre todo, de la acción participativa de las poblaciones afectadas por esta sempiterna imposibilidad de tener acceso a los satisfactores necesarios en cualquier sociedad. En efecto, no parece viable seguir apelando a los planes de gobierno instrumentados “desde arriba” en una visión alejada de las realidades y las condiciones sociales que hasta ahora siguen caracterizando a los países subdesarrollados para resolver problemas sociales y económicos como los mencionados anteriormente.

Ante lo anterior, me interesa formular una pregunta y una afirmación, según las cuales si el desarrollo ha cumplido ya su periodo de vida útil, ¿los objetivos para los que fue creado y los problemas que enfrentó siguen vigentes?, además de que en la actualidad las estrategias de las políticas desarrollistas no han sido las mejores ni las más adecuadas para resolver problemas sociales como la escasez de alimentos, el ingreso económico insatisfactorio en las mayorías, el acceso a la educación, la salud, a condiciones aceptables de vida, entre otros problemas. En ese orden de ideas, presentamos enseguida una serie de reflexiones apenas incipientes sobre algunos tópicos relacionados con la idea del desarrollo. Es un intento por aclarar distintos posicionamientos en torno al concepto de desarrollo, posdesarrollo, colonialidad del poder, poscolonialidad y las alternativas posibles frente a los problemas que se decantan de dicha discusión y que considero son parte de un debate que atraviesa no sólo los ámbitos de formulación de la política pública, o de las plataformas de las organizaciones partidarias y no partidarias que de alguna forma orientan sus estrategias de participación al logro de una incidencia real en los órganos de decisión donde se generan los procesos de privatización de los recursos estratégicos de países enteros en aras de una nueva era de modernidad. Además, atraviesa también la producción científica de conocimiento y por lo tanto, interpela a nuestras comunidades de investigadores, profesores e intelectuales, cada uno en su esfera de influencia específica, ya sea partidaria, académica, científica o burocrática.

La estructura del presente artículo consta de tres partes y en ellas se abordan los siguientes aspectos: la génesis del modelo desarrollista creado y aplicado en el periodo de la posguerra, hasta la década perdida de los años ochenta y el inicio de las políticas neoliberales,

de la mano de autores que se han destacado por la crítica de estas políticas desarrollistas, como Aníbal Quijano, Octavio Sunkel, Amartya Sen, Samir Amin, Arturo Escobar y Serge Latouche, entre otros. En la segunda parte, se revisan las ideas que vinculan al desarrollo como ideología colonialista, con los postulados de representantes del pensamiento poscolonial y la necesidad de buscar nuevos paradigmas que den respuesta a lo que el desarrollismo no ha podido resolver en los países del Sur, como es el caso concreto de los cada vez más exacerbados niveles de pobreza y la desigualdad social. Finalmente, hacemos una revisión de las opciones o alternativas que plantean algunos autores quienes, ya desconfiados del discurso y retórica desarrollistas, plantean otras formas de organización ciudadanas, con espacios de participación independientes que han generado otras formas de economía, como la economía solidaria, social y la agroecología.

Al principio, fue la guerra y después el desarrollo

Desde el siglo XIX, en el convulsivo escenario político social europeo caracterizado por las revoluciones descritas por Carlos Marx en *La lucha de clases en Francia de 1848 a 1850, El 18 brumario de Luis Bonaparte*, rematando con los dramáticos acontecimientos de la Comuna de París, “se gestó esa esperanza llamada *socialismo* que terminó en lo que conocemos como la experiencia del socialismo real, el goulag, la nomenklatura y Tchernobyl. Y también hubo otra esperanza – más sospechosa en sus orígenes y fundamentos –, ya que fueron los países coloniales quienes se encargaron de promover y sembrar su semilla (la del *desarrollo*) antes de abandonar los países donde cómodamente se habían instalado para gozar del despojo, el saqueo y la explotación de riquezas de todo tipo y de usufructuarlas en los territorios que habían colonizado” (LATOUCHE, 2004).²

Ese *desarrollo* y sus postulados como estrategia económica fueron aplicados a pie juntillas en América Latina, con la expectativa de generar un futuro de mayor equidad económica y social, cuando menos a nivel de retórico. No entiendo a América Latina como una unidad cultural, lingüística que comparte el destino – colonial – de haber entrado en la historia occidental como apéndice de las economías centrales, dada su condición de receptáculo, al que llegaron en diferentes momentos entre los siglos XVI y XX, las poblaciones africana, europea y asiática. La entiendo en una dimensión más diversa, heterotópica, como comunidad de destino donde es

² Todas las referencias a las obras de este autor son traducciones mías.

posible la invención de un espacio civilizatorio no previsto en la continuidad del proyecto colonial que sólo en apariencia terminó en el siglo XIX con la independencia de dichas colonias. En esa perspectiva, pretendo desarrollar aquí algunas ideas en el sentido de que América Latina posee aspectos culturales, históricos, económicos, sociales y políticos propios que le suministran un rostro particular para hacer posible, por un lado, una tajante y definitiva ruptura con las concepciones teóricas, metodológicas, conceptuales, culturales, políticas y económicas que caracterizan el modelo eurocéntrico-estadounidense de producción de conocimiento científico en las ciencias sociales y por el otro, el fortalecimiento y apuntalamiento de una reflexión científica e intelectual colectiva producto de la conciencia de esa condición originaria de colonialidad de nuestros países y al mismo tiempo, construir los elementos básicos esenciales para lograr una ruptura necesaria con esta misma condición colonial. Estoy de acuerdo con esta tesis ya que podría ser atractiva si se toma en cuenta, que lo que llamamos América Latina en sus orígenes fue un sistema de explotación y de esclavitud organizado por colonizadores de comunidad lingüística latina sobre pueblos no latinos, originarios o no, en la región. Así, la perspectiva de mutación del sistema colonial en una comunidad de destino anti-colonial, intercultural y abierta es una imagen interesante para reflexionar sobre el avance del pensamiento crítico en articulación con los movimientos post-independentistas (MARTINS, 2012).

Una vez aclarado nuestro propósito, orientaré mi reflexión al análisis de un periodo del siglo XX en el que convergen a mi modo de ver, dos aspectos importantes (el conflicto bélico internacional de las dos guerras mundiales y la necesidad de una reconstrucción económica eficiente) que forman el parteaguas más significativo para mí y a partir del cual podemos abordar la génesis, alcances, resultados y problemáticas que se desprenden del desarrollo y que generaron un impacto importante en los países más directamente involucrados en la aplicación de las políticas aplicadas bajo los principios de este paradigma.

Algunas estimaciones sobre el costo en vidas humanas provocado por la II Guerra Mundial ubican entre tres y cinco veces más alta la cantidad de vidas humanas en comparación a las muertes ocasionadas por la I Guerra Mundial. Esto equivale entre el 10 y el 20 por 100 de la población *total* de la URSS, Polonia y Yugoslavia y entre el 4 y el 6 por 100 de la población de Alemania, Italia, Austria, Hungría, Japón y China. En Francia y Gran Bretaña el número de bajas fue muy inferior al de la primera guerra mundial – en torno al 1% de la población. Las bajas que tuvieron los soviéticos entre civiles y militares pudieron llegar a 7, 11, 20 o incluso 30 millones. En fin, en un contexto más amplio, es decir, fuera de los acontecimientos bélicos en Europa, fue precisamente en el siglo XX en el que se dio muerte o se dejó morir a un número más elevado de seres humanos que en ningún otro periodo de la historia humana (cerca de 187 millones de

personas) (HOBSBAWM, 1996). El dato no es banal, en la medida en que, al parecer, “fueron las guerras las que hicieron tabla rasa del pasado y condujeron a una transformación de la estructura de las desigualdades en el siglo XX” (PIKKETY, 2014).

Es al inicio de este periodo de posguerra, en 1949, que Harry Truman marcó la nueva vía que debían seguir todos los pueblos de la tierra en la búsqueda frenética, desencadenada por no decir compulsiva de un logro universal: el desarrollo. Serge Latouche lo ilustra usando como metáfora las carreras de atletismo en las que, de forma análoga a las economías nacionales que entraban a la carrera del desarrollo, éstas presentaban una situación como la siguiente: las que van detrás, a la cola del pelotón y las que encabezan la carrera. Sólo que, en esta carrera, algunos países con sus respectivas economías, ya la abandonaron y otros corren, pero en el sentido equivocado (LATOUCHE, 2004).

Con el antecedente de la crisis financiera durante la gran depresión y una vez terminada la II Guerra Mundial, después de las importantes inversiones para la reconstrucción económica y material de los países devastados por el conflicto, surge y se implanta un sistema de posguerra en el que Samir Amin (1995) identifica tres pilares básicamente: el fordismo en el Occidente capitalista, el sovietismo en los países del Este y en aquellos países ubicados bajo el concepto de “Tercer Mundo”, el desarrollismo como modelo y teoría económica basado en la tesis evolucionista que en esencia postula objetivos como el crecimiento del PNB, incremento en las rentas personales mediante un proceso de industrialización acentuado, los avances tecnológicos y la modernización social (SEN, 2000, p. 19). Después de un periodo caracterizado por una cierta estabilidad, “estos pilares – dice S. Amin –, poco a poco se fueron erosionando, hasta que al final del ciclo de 1975-1992 se hundieron uno tras otro y desde entonces el mundo ha entrado en una serie de turbulencias que acompañan las reestructuraciones y su eventual articulación en torno a nuevos principios” (AMIN, 1995). Esta situación determina que, en el Occidente capitalista, es decir, el que queda amarrado detrás de los Estados Unidos, inicie su crisis cuestionando el mito económico del crecimiento indefinido, uno de cuyos puntos de quiebre fue precisamente el 68 europeo, pero también el estadounidense y el latinoamericano. Los años posteriores dieron cierto respiro y la sensación – sólo aparente – de una posible renovación, aunque claramente dichas esperanzas se desvanecieron y a partir de la década de los años ochenta – la “década perdida” latinoamericana –, se inició una ofensiva generalizada marcada por los principios neoliberales que impidieron a las sociedades occidentales salir del túnel de la crisis a la que estaban sometidas, al mismo tiempo que esta crisis generó en los países del Tercer Mundo la erosión de las ilusiones desarrollistas (AMIN, 1995). Estos acontecimientos implicaron retos importantes para la economía mundial y para el Estado, quien tuvo que asumir un protagonismo importante

desde mediados del siglo XX, expresado en un *estatismo* a ultranza, inclusive en países como la Unión Soviética y los del ex-bloque socialista, donde se adoptó la planificación económica estatal centralizada y el control sociopolítico y cultural del Partido Comunista con el fin de crear un aparato productivo moderno en sociedades muy atrasadas (SUNKEL, 2007).

Con la caída del muro de Berlín, la desaparición de la Unión Soviética y de la guerra fría, en la nueva era de la economía globalizada, una nueva hegemonía que despunta remite automáticamente al imperialismo estadounidense y de manera más amplia a la occidentalización del planeta entero (LATOUCHE, 2005). En esta perspectiva de reafirmación de liderazgos internacionales, es pertinente preguntarnos, como lo hace Latouche, ¿cuál era el nombre con el que se conocían estos procesos o cuáles eran sus antecedentes a nivel mundial? O en cualquier caso antes del desarrollismo ¿cuál era la palabra para designar este proceso de occidentalización del mundo? Pues simplemente la colonización y el viejo imperialismo (LATOUCHE, 2005). Entonces, hablar de desarrollo es hablar de una colonización – que no ha terminado –, y que sigue por otros medios en las ex-colonias europeas y que involucra forzosamente a América Latina. Por eso se percibe una continuidad entre los anteriores procesos de colonización geográfica, económica, política y cultural que se dieron en América Latina y la imposición de una política desarrollista aplicada en aquellos países que durante el siglo XIX accedieron a su independencia, pero no sólo en ellos, sino también en los países que se integraron a la comunidad de naciones independientes de manera más reciente, durante la década de los años cincuenta y sesenta del siglo XX, en África y Asia, básicamente.

Nos interesa pues referirnos a los países y regiones del mundo que fueron objeto de la política desarrollista que analizamos y en los que dicho desarrollismo fue instrumentado a través del Estado, pero dejando un margen de maniobra importante al mercado y en esa medida, la política adoptada fue orientada al logro de objetivos como la industrialización, la integración del mercado interno, la inversión en infraestructura, la modernización agrícola y las políticas sociales. Y en lo político, por supuesto también figuraron las recomendaciones de abrir un amplio espectro de posibilidades, caracterizadas por una eventual alternancia política cuyo abanico de opciones viables se extendía desde la práctica de mecanismos tibios de democracia representativa hasta los duros matices que caracterizaron a las dictaduras militares. Sunkel llama *estadocéntricas* a estas formas que combinan la acción del Estado con el mercado y la democracia, y que tenían una fuerte inspiración keynesiana en los países industriales de América del Norte y Europa, en los que había un fuerte énfasis en el crecimiento económico, el empleo y la redistribución del ingreso: es decir, el extinto Estado de Bienestar (SUNKEL, 2007). Por otro lado, la forma de orientar la intervención estatal y hacerla transitar por el camino escogido requería de una entidad

externa que marcara el derrotero que debían seguir las políticas desarrollistas. De esta manera, instituciones como el FMI, el Banco Mundial y de manera más reciente la OMC, marcaron los vínculos internacionales que debían establecerse con los bancos regionales de financiamiento del desarrollo y las instituciones de cooperación internacional que pronto figuraron como parte importante de un complejo sistema público de inversión privado que había desaparecido con la Gran Depresión y rescatar el comercio internacional del proteccionismo, pero no solo eso, sino que además todo este entramado de control económico al mismo tiempo significaba la forma más acabada, en la que se concretaría la *colonialidad del poder*, que es un concepto que explica cómo las zonas periféricas permanecen en una situación colonial aun cuando han dejado de estar bajo una administración colonialista (QUIJANO, 2000; SUNKEL, 2007).

En otro contexto, y ya que estamos reflexionando sobre la forma en la que las teorías económicas se convirtieron en el eje ordenador de las políticas públicas, la escuela de los *Chicago boys* durante la dictadura chilena de los años setenta, y los emblemáticos ejemplos de política laboral y económica seguida por Ronald Reagan en Estados Unidos y Margareth Thatcher en Gran Bretaña (con todo y su desplante imperialista durante la guerra de las Malvinas), parecía que reafirmaban los principios de este fundamentalismo mercadocéntrico para propagarse mundialmente, mostrando sus virtudes y sus alcances. Sin embargo, “ya ha sido probado que los resultados de este nuevo ciclo neoliberal dejaron mucho que desear”, pues se ha constatado que, a pesar de un crecimiento sostenido y excepcional durante más de una década y media, la economía y el incremento del PIB no han podido resolver el conjunto de problemáticas sociales, derechos ciudadanos, mejoramiento en las condiciones materiales de vida, entre otros aspectos, que enfrenta la población en países del Sur (SUNKEL, 2007).

A nivel internacional se ha abierto un ciclo de protestas sociales en el ámbito público (Globalifóbicos en Seattle, “Indignados” en España, “Occuped Wall Street” en N. York, la Guerra del Agua en Bolivia, etc...), al mismo tiempo se dan con mayor frecuencia, las conductas individuales y colectivas que han adoptado un claro matiz anti-sistémico (narcotráfico, narco-política, juventud sin futuro y presa fácil del narcotráfico, incremento de índices de drogadicción, violencia política y social, desaparecidos por motivos políticos, corrupción en todos los niveles de la burocracia estatal, corporaciones de seguridad, ejército y órganos federales de impartición de justicia, etc...), y que tienden a proliferar y a agudiza las añejas diferencias y enconos entre sectores sociales y los representantes de la autoridad. Se trata de amenazas que han permanecido en estado latente y que pueden generar a largo plazo una desestabilización social y un estado de ingobernabilidad, como de hecho se aprecia ya en varios países y no sólo de América Latina. En Estados Unidos e Inglaterra, los países modelo en la aplicación de las

recomendaciones neoliberales, se verifica un crecimiento económico, pero también una distribución desigual del ingreso y la generación de un tipo de pobreza que ha impactado a los sectores sociales más vulnerables. La precariedad laboral, la dificultad por acceder a los beneficios sociales y el deterioro de la vida material y económica ya es parte de su realidad. Ya se ha mencionado que de seguir esta tendencia, extensiva a los demás países de Europa, menos como consecuencia indeseada, que como condición necesaria, “se puede anticipar que dentro de poco tiempo habrá pequeños islotes de extrema riqueza en los países de la OCDE para alrededor del 15% de los habitantes del planeta, que disfrutarán de cuatro quintas partes del ingreso mundial, sobre los cuales presionarán la pobreza relativa y absoluta de la inmensa mayoría del 85% restante de la población, que tiene que sobrevivir con sólo un quinto del ingreso mundial” (SUNKEL, 2007).³ Además, otra fuente señala que la diferencia en el ingreso entre los mil millones de seres humanos más ricos y los mil millones de seres humanos más pobres pasó de 1 a 30 en 1960 a 1 a 150 en 1990. En 1998 los bienes de las 200 personas más ricas del mundo sumaban más que el ingreso total del 41 por ciento de la población mundial (2.500 millones de personas). La brecha entre ricos y pobres se agranda, no sólo entre países sino al interior de los mismos. En 1960 los países con el quinto de personas más ricas del mundo contaban con un ingreso per cápita 30 veces mayor que el de aquellos con el quinto más pobre: para 1990 la proporción se había duplicado 60 a 1 y hacia 1995 llegaba a ser de 74 a 1, o como señala puntualmente E.W. Said, “los poderosos probablemente adquirirán más poder y serán más ricos y los débiles tendrán menos poder y más pobreza”.⁴

En este sentido, al parecer un ejercicio obligatorio consiste en confrontar los postulados de la ideología triunfalista – la del desarrollo y sus principios de industrialización y crecimiento económico a ultranza –, con esta realidad de concentración de la riqueza en un sector minoritario de la población mundial. Por esta serie de circunstancias que saltan a la vista, los científicos sociales formados al cobijo de los postulados del desarrollo, han tenido que repensar la visión con la que se observó durante un cierto tiempo la modernización de las élites políticas, para llegar a entender que el desarrollo es sobre todo una ideología, es decir, no se trata de un proceso materializado que tiene lugar al margen de la sociedad, sino que es una forma de entender los vínculos y las relaciones sociales de una manera tal, que reduce la vasta complejidad socio-

³ Lucía Abellán Bruselas, “El reparto de solicitantes de asilo abre un nuevo pulso en la UE. Aparte de la redistribución, la UE pide que se acoja a 20 000 refugiados en origen” El País. 13 mayo 2015. Hasta julio del 2015, 140 mil migrantes de origen africano han llegado a las costas europeas después de atravesar el mar Mediterráneo en embarcaciones precarias.

⁴ Susan George (2001) señala que “ya que la mundialización neoliberal no puede matemáticamente incluir a todo el mundo, fabrica, globalmente más perdedores que ganadores, ya sea que se trate de individuos, empresas, regiones o países y atrapa a los mejores y rechaza a los otros sin contar con un proyecto para los rechazados”

histórica a un proceso evolucionista inspirado en las inversiones económicas, según el cual primero llegaron a la meta fijada los países centrales, devastados por las guerras mundiales y coloniales, y los Estados Unidos y después llegarían los países del Sur, ex-colonias de éstos (MARTINS, 2012). Esta dinámica histórica y sus desoladores resultados obliga la interpelación de lo que hasta ahora se ha intentado en materia económica. Después de 70 años de dar palos de ciego, algo no ha funcionado, cuando menos en lo que a redistribución y equidad social se refiere. ¿Y si concluimos que es precisamente de eso de lo que se trata? ¿De generar más desigualdad económica y social y de concentrar cada vez más la riqueza que se produce a nivel mundial? ¿Cuál es la importancia de una reflexión social crítica al respecto?

La perspectiva histórica vista desde una visión crítica nos pone frente al hecho de que la imposición del cristianismo con el fin de convertir a los llamados salvajes y bárbaros en el siglo XVI, seguido de una imposición del «deber del hombre blanco» y la «misión civilizadora» en los siglos XVIII y XIX, la imposición del «proyecto desarrollista» en el siglo XX y, más recientemente, el proyecto imperial de las intervenciones militares bajo la retórica de la «democracia» y los «derechos humanos» en el siglo XXI, todas han sido impuestas mediante el militarismo y la violencia bajo la retórica de la modernidad que habla de salvar al otro de sus propios barbarismos. Dos respuestas a la imposición colonial eurocéntrica son los nacionalismos y los fundamentalismos del tercer mundo. El nacionalismo ofrece soluciones eurocéntricas a un problema eurocéntrico global (GROSSFOGUEL, 2006). Por esa razón, durante los últimos 510 años del «sistema mundo europeo/euroamericano/capitalista/patriarcal moderno/colonial» se ha pasado del «cristianízate o te disparo» del siglo XVI al «civilízate o te disparo» del siglo XIX, al «desarróllate o te disparo» del siglo XX, al «neoliberalízate o te disparo» de finales del mismo siglo y al «democratízate o te disparo» de comienzos del siglo XXI (GROSSFOGUEL, 2006). La forma liberal de la democracia es la única aceptada y legitimada, por lo que otro tipo de formas de participación y de alteridad democrática son rechazadas. Si la población no europea no acepta los términos euroamericanos de la democracia liberal entonces se les imponen por la fuerza en nombre de la civilización y el progreso. Por eso, como atinadamente señala Ramón Grossfoguel, es preciso reconceptualizar la democracia en una forma transmoderna con el fin de descolonizarla de la democracia liberal, es decir, de la forma de democracia de occidente, racializada y centrada en el capitalismo (GROSSFOGUEL, 2006)

Por otro lado, una serie de intelectuales latinoamericanos y de otros países del Sur han generado una discusión que ha tomado el camino de una “progresiva conciencia acerca de que los marcos interpretativos eurocéntricos exigen adaptaciones e innovaciones para responder adecuadamente a las particularidades culturales e históricas de las ex-colonias de la región, [...]”

lo que ha motivado una conciencia reflexiva sobre la naturaleza sociológica propia de los márgenes del sistema mundo y de la diferencia ontológica entre centro y periferia” (MARTINS, 2012).

Del evolucionismo social desarrollista a la teoría crítica

La singularidad histórica a la que nos hemos referido anteriormente y la especificidad cultural e identitaria de América Latina, que irrumpe al escenario de la modernidad en el siglo XVI han permitido la construcción de referentes teórico-metodológicos alternativos a los esquemas analíticos etnocéntricos (léase eurocéntricos) que durante décadas han dominado y que aún tratan de explicar la realidad social latinoamericana a través del tamiz económico-político. Sin embargo, dicho modelo, en el siglo XXI y bajo el resurgimiento de las identidades culturales, resulta ya insuficiente y limitado (SANTOS, 2010). En ese sentido, no es inútil recordar que “durante generaciones, los filósofos y pensadores que conformaron las ciencias sociales han creado teorías que abarcaban a la humanidad en su integridad. Como es bien sabido, sus postulados se han producido en una ignorancia relativa, y en ocasiones absoluta, de la mayor parte del género humano, es decir, de los habitantes de las culturas no occidentales” (CHAKRABARTY, 2008).

Ahora bien, en los años ochenta hay una producción literaria encaminada a re-descifrar o deconstruir las categorías epistemológicas eurocéntricas y a denunciar la parcialidad de las fuentes de producción del saber sobre los pueblos entonces denominados del “Tercer Mundo” y señala además las rupturas y continuidades de la dominación tras la descolonización y la implementación, por múltiples y diversas vías, de todo tipo de prácticas de neocolonialismo. En su planteamiento, los autores de dicha literatura coinciden en que incluso los análisis marxistas y post-estructuralistas (ambos al fin y al cabo fruto de la modernidad y su deconstrucción) eran potencialmente estériles para comprender la(s) condición(es) poscolonial(es) si no se basan en estudios contextualizados y transversales y si no aceptan ante todo la limitación epistemológica de la propia mirada y los condicionantes sociales e institucionales que la crean y facilitan. En ese sentido, parece cada vez menos consistente la idea de que los marcos de referencia creados en los países centrales, que dieron origen a las teorías, métodos e interpretaciones sesgadas, ideológicamente centradas y usadas como justificación de un dominio absoluto sobre otras culturas, pudieran ser aplicados a interpretar todo tipo de organización social a nivel planetario. De ahí deriva la importancia de entender a América Latina como *comunidad de destino* en el

sentido de que las poblaciones originarias, de migrantes y las poblaciones mestizas han logrado concientizarse respecto de la idea de que la experiencia de la colonialidad fija un sistema de dominación imperialista que separa los países centrales – llamados países del Norte –, y los países periféricos, más conocidos como países del Sur y que pasan ahora a manifestar de manera crítica sus desacuerdos en contra de los tradicionales dispositivos de colonialidad y de exclusión. Además, como lo señala Arturo Escobar:

La conquista y colonización de América es el momento formativo en la creación del Otro de Europa; el punto de origen del sistema capitalista mundial, hecho posible por el oro y la plata de América; el origen del concepto de modernidad europeo (y de la primera, ibérica, modernidad, eclipsada luego con el apogeo de la segunda modernidad); el punto de inicio del occidentalismo como imaginario primordial y definición propia del sistema mundo moderno/colonial (con un conocimiento periférico subalternizado del sistema mundo moderno/colonial) que subalternizó el conocimiento periférico y creó, en el siglo XIX, el orientalismo como Otro [...] Finalmente, con la Conquista y la colonización, América Latina y el Caribe surgieron como «la primera periferia» de la modernidad europea (ESCOBAR, 2003, p.87).

Walter Mignolo, ha señalado que “no hay modernidad sin colonialidad”⁵ ya que ambos aspectos representan los lados de la misma moneda. Mientras la modernidad presenta una retórica de salvación, al mismo tiempo oculta la colonialidad, detrás de la cual hay mecanismos específicos de opresión y explotación, aunque también hay que decir que históricamente, la modernidad ha tenido un éxito notable escondiendo ese otro lado oscuro y menos “civilizatorio”. Finalmente, así como la colonialidad es una parte constitutiva de la modernidad, en un movimiento análogo, también la decolonialidad, por su parte, nos remite a los procesos en los cuales lo subalterno resiste las reglas y las jerarquías racializadas dentro de las cuales está confinado, desafiando la lógica de la colonialidad que lo categoriza como inferior o no lo suficientemente humano. En esa tesitura, el pensamiento decolonial es distinto de otros proyectos críticos, como bien señala Walter Mignolo, ya que éste remite a una actitud que echa raíces en las colonias y ex-colonias de acuerdo con “una epistemología otra” (MIGNOLO, 2006) y que Arturo Escobar caracteriza como una “teoría del pensamiento a través/desde la praxis política de los grupos subalternos” (ESCOBAR, 2003).

En este sentido, Aimé Césaire en la década de los años cincuenta del siglo pasado, en la etapa tardía de la independencia de las colonias europeas de África, se planteaba la pregunta de ¿cómo reconciliar la proclamada fe en el hombre con la ligereza con la que se sacrifican la

⁵ A. QUIJANO (2000b) introdujo el concepto de *colonialidad* vinculado a cuatro campos interrelacionados: control de la economía (trabajo, recursos, producto); control de la autoridad (instituciones, violencia); control del género y de la sexualidad (sexo, recursos, productos) y control de la intersubjetividad (conocimiento, comunicación)

vida y el trabajo de los colonizados, así como su mundo de significados? ¿Cómo resolver los dos problemas – el del proletariado y el problema colonial –, que ha generado la civilización europea u occidental después de dos siglos de dominio mundial? Es esta precisamente la base de la actitud y el sentido colonialista de una supuesta política de “desarrollo” y por eso es necesario desmentirla. Por eso, dice, es el desarrollo también un intento más de colonialismo: porque no termina con las desigualdades entre hombres, sociedades y culturas. Lejos de eso, su tendencia es agudizarlas. Y agrega:

[...] la dominación sigue siendo el objetivo de estos intentos de mejoramiento en la estructura productiva de nuestros países”, para concluir que “los países colonialistas aplicaron a los pueblos no europeos y en beneficio de las naciones más fuertes una especie de *expropiación por razones de utilidad pública* (CÉSAIRE, 2006, p. 17).

Tal vez sea uno de los primeros escritores que tomando como tribuna discursiva el tema de la cultura, logra identificar muchos de los aspectos que pueden desarrollarse en las ex colonias europeas para generar formas propias de pensamiento crítico frente a una avalancha de teorías, postulados, principios hegemónicos que caracterizan las relaciones entre países centrales y periféricos y que se han autoproclamado como el *canon* a seguir en la generación de conocimiento científico, al uso de herramientas de análisis social y al establecimiento de perspectivas sociales para concebir y pensar en un futuro diferente.

Hay un lado aparente o engañoso del discurso “civilizador” que se disfraza en enunciados de corte cientificista o en postulados intocables de supuestas teorías económicas que traerán en un tiempo determinado el esperado desarrollo y sus ventajas. En el aspecto económico, lo que E. Dussel llama la “falacia desarrollista”, consiste en obligar a asumir ese proceso *externo* a las culturas excluidas, y ser simplemente una imitación del mismo proceso seguido históricamente por la modernidad, lo cual genera, por esta circunstancia, la necesidad de criticar radicalmente la noción de desarrollo y de esta manera contribuir a la subversión cognitiva que es un precedente inevitable y condición *sine qua non* de cualquier cambio político, social y cultural. Además, al evidenciar dichas falacias, la llamada corriente crítica de pensamiento ha iniciado ya de alguna manera una verdadera “deconstrucción” del pensamiento económico. De ahí la importancia de poner en tela de juicio las nociones de “crecimiento”, “pobreza”, “necesidades básicas”, “ayuda”, “nivel de vida”, etc... (DUSSEL, 2007; LATOUCHE, 2004).

Serge Latouche⁶ ha aportado ideas interesantes y su perspectiva tiende a generar reacciones diversas, sobre todo cuando señala que hay que situar la discusión fuera de los campos de dominio establecidos por el desarrollo y el economicismo actuales. Su crítica al es también una crítica al sistema capitalista y la globalización y la razón es que no se puede seguir esperando indefinidamente encontrar las ventajas que fueron prometidas por un sistema y un modelo que han demostrado sobradamente los límites de sus planteamientos, de sus hipótesis y sobre todo, su limitada capacidad de ofrecer soluciones viables a los problemas que se han generado a nivel mundial. La contundencia de las estadísticas internacionales oficiales son un argumento fuerte relacionado con la situación actual de una parte de la población mundial en relación con los siguientes aspectos: la precariedad laboral en las masas de trabajadores en los países del Sur (ingreso per cápita), que hace que cientos de miles tengan que vivir con un dólar o menos por día en países de Latinoamérica. En los Estados Unidos, las condiciones laborales del llamado trabajo “atípico” que ya no está regulado por ninguna ley federal del trabajo o ministerio del trabajo (como en la época de oro del sindicalismo y el estado benefactor), ni contrato de ningún tipo, sino que facilita el trabajo por tiempo y obra, incluso a domicilio o el caso todavía más flagrante del trabajo agrícola donde se pagan salarios a voluntad del contratista, como si no hubiera una legislación laboral federal, o como si se viviera todavía en la época de las relaciones laborales semi-esclavistas de fines del siglo XIX y principios del XX, sobre todo en el caso de trabajadores agrícolas mexicanos. La desaparición del Estado Providencia y el acceso a una serie de ventajas sociales a través de la actividad laboral y la organización de los sectores de trabajadores urbanos y rurales parece ser ya desde hace tiempo una manifestación inequívoca de renuncia a una política de solidaridad social; la desregulación del sector agrario y del sector público en general; los ínfimos niveles de crecimiento económico anual; los registros, hasta donde se tiene certeza de ellos, de las constantes oleadas migratorias Sur-Norte que han generado que actualmente 200 millones de personas en el mundo vivan fuera del lugar en el que nacieron (BARTRA, 2010) y finalmente, los índices de pobreza en los países del Sur. Se trata pues de un sistema que propicia y perpetúa las desigualdades sociales y económicas a nivel internacional y comparte la idea de desarrollo entendida como “la ampliación de esta fractura entre esta insignificante minoría que tiene un acceso insolente a la riqueza y el resto de la masa de población que vive en la miseria” (LATOUCHE, 2004).

⁶ A través del “Réseau Pour l’Après Développement”, ha organizado una cantidad importante de encuentros, foros y publicaciones para dar a conocer los posicionamientos sobre este tema.

Una postura consecuente y crítica indica que “lo primero que hay que hacer entonces es negarse a ser cómplice o colaborador de esta empresa de descerebramiento y destrucción planetaria que representa la ideología desarrollista.” Y en total coherencia con el Manifiesto⁷ coincide con la idea de “poner en el centro de la vida humana otros significados y otras razones de ser distintos a la expansión de la producción y del consumo” (LATOUCHE, 2005). Latouche agrega que el desarrollo que existe y como se manifiesta en la realidad realmente no puede generar otra cosa sino la injusticia social. Ahí es en donde debemos accionar nuevas formas de reflexionar el desarrollo social, sin perturbar la equidad, la libertad, la participación social: mediar entre la exclusión como consecuencia de ese desarrollo y la integración si es que hay verdadero desarrollo social. En ese sentido, no es sensato aceptar de manera incondicional “el progreso” y el “desarrollo” que se nos promete pues si bien la oferta se da mediante los mecanismos conocidos de “generación de mayor empleo”, “acceso a mejores servicios a menor costo” (internet, teléfono, luz, gas), se sabe que eso a la larga es solo un mecanismo para legitimar los procesos de privatización – venta de sectores estratégicos de la economía nacional. No nos engañemos – agrega – : “ningún tratamiento social de la pobreza resolverá el problema. Y el tratamiento económico, el más eficaz para hacerlo, necesita un cambio en el sistema que genera esa pobreza” (LATOUCHE, 2004). Como el desarrollo como teoría no ha mostrado los resultados positivos que debió mostrar hace años, se le rescata agregándole un adjetivo como “desarrollo sustentable”, “desarrollo social” etc... cuando, en realidad el desarrollo sustentable es como una llave que abre todas las puertas, es decir, una mala llave. Un concepto que satisface al rico y al pobre, al Norte y al Sur, al patrón y al obrero, es un mal concepto. El desarrollo sustentable forma parte de los manifiestos firmados por Jacques Chirac, Michel Camdessus ex presidente del FMI, así como empresas que figuran entre las más contaminantes del planeta como la British Petroleum, Total-Elf-Fina, o Monsanto, Novartis, Nestlé, y entre las defensoras más recalcitrantes de la privatización de los recursos naturales como el agua, entre otros. Se requiere, nos dice, para los proyectos productivos realmente alternativos al desarrollo, una *economía* con otra *racionalidad*, es decir, más razonable que racional. Se requiere otro tipo de *saber*, otra *visión* de la ciencia, diferente de la tecno-ciencia prometeica *ciega* y sin alma (LATOUCHE, 2004, p. 71).

Postdesarrollo, emergencia social del localismo

⁷ Manifeste du Réseau Européen pour l'Après-Développement (READ). Revue MAUSS, 02/2002.

Cualquier solución alternativa al desarrollo y a la globalización pasa necesariamente por el “localismo”, lo cual remite al territorio, al “terroir” y a los patrimonios instalados en él (culturales, materiales, relacionales) y en esa misma medida, a los límites, a las fronteras y al arraigo. Pero si lo local surge, no es mediante el *desarrollo* como tal, sino en un momento posterior, es decir, en el *posdesarrollo*, en el *más allá del desarrollo*. De continuar pegado o asociado al desarrollo, lo local sería como lo *social o sustentable*, es decir, lo que permitiría al desarrollo sobrevivir a su propia muerte (LATOUCHE, 2004). En un contexto más político, Latouche lanza la consigna de “resistencia y disidencia” como respuesta social adecuada “desde abajo”, a las iniciativas desarrollistas impuestas por las jerarquías políticas. Por todo lo anterior, al parecer, ha llegado el tiempo en el que ya es necesario redactar de una vez y para siempre el acta de defunción, el obituario del cadáver insepulto de la teoría desarrollista, del desarrollo como tal y el de la teoría de la modernidad (S. LATOUCHE, 2004) o como plantea I. Sachs, se trata ya de proponer una revolución semántica y redefinir el concepto *desarrollo* sin calificativos, a condición de que se le redefina como concepto pluridimensional (polisémico) (Citado por LATOUCHE, 2004).

Es muy curioso que en las culturas africanas y andinas no haya una palabra equivalente para traducir la palabra *desarrollo*, y la explicación es que posee un fuerte contenido comparativo-clasificador, que tiene que ver con esa condición de plantear metas u objetivos que las sociedades deben lograr y medir a partir de criterios absolutamente arbitrarios, en una concepción totalmente evolucionista. Después de todo el tiempo transcurrido desde su formulación como política económica y social, al parecer no nos hemos convencido de que no es preciso esperar otros 40 años más para entender que el desarrollo es el desarrollo que existe realmente hoy. Es decir, no hay “otro” desarrollo sino solo ese. Y ese desarrollo es el que ha generado la guerra económica, el saqueo incontrolado de la naturaleza, la occidentalización del mundo y la uniformización planetaria y claro, el etnocidio de cualquier cultura diferente o como bien ha señalado Vandana Shiva el desarrollo y la globalización son las “máquinas” para hambrear a los pueblos, toda vez que “bajo la máscara del crecimiento [económico] se esconde la creación de la escasez” (citado en S. LATOUCHE, 2004)

En esa medida es importante rescatar el pensamiento poscolonial y los grupos que en distintas instituciones académicas de diferentes países se han planteado pensar y reflexionar de otra manera estos temas. El pensamiento poscolonial logra deconstruir la prosa colonial, como hizo Edward Said en *Orientalismo*, su articulación mental, sus representaciones y formas simbólicas que son el terreno fértil del proyecto imperial (uno de cuyos pilares es precisamente el discurso desarrollista). Además, desenmascara y evidencia la fuerza de esta prosa para

falsificar – es decir, el conjunto de falsedades y el peso de sus funciones de fabulación –, que hizo posible la configuración histórica colonial de poder. De ese modo, aprendemos cómo lo que era válido para el humanismo europeo aparecía en las colonias bajo la figura de la duplicidad, del doble lenguaje, de una realidad parodiada (MBEMBE, 2006). De hecho, la colonización no dejó de mentirse a sí misma y con respecto a los otros. Frantz Fanon (1973) en *Piel negra, máscaras blancas*, señaló también que los procedimientos de racialización del colonizado constituyen el motor de esa economía de la mentira y del doblez. En efecto, para el pensamiento poscolonial, la raza constituye la región salvaje del humanismo europeo, su bestia. Por eso, la relación colonial oscila constantemente entre el deseo de explotar al otro (situado como racialmente inferior) y la tentación de eliminarlo, de exterminarlo. El mismo Gandhi, señaló que la universalización del imperialismo no sólo se explica por la violencia de la coerción, sino que es también una consecuencia del hecho de que muchos colonizados aceptaron, por razones más o menos válidas, pasar a ser cómplices conscientes de una fábula que les sedujo en varios sentidos. Por eso consideramos que estamos frente a una situación en la que tanto la identidad del colonizado como la del colonizador se forman en el punto de intersección entre la elipsis, el desmarque y la reasunción. El pensamiento poscolonial se esfuerza en analizar este extenso campo de ambivalencia y las razones que encontramos en esa confusión, sus efectos paradójicos. Al parecer pues, lo que realmente constituye la fuerza política del pensamiento poscolonial es que éste se inscribe en las luchas sociales históricas de las sociedades colonizadas y, en particular, su relectura de la praxis teórica de los llamados movimientos de liberación. Es una forma de pensar que remite al sujeto-ser, al ser-para-sí, a la manera en que la dialéctica amo-esclavo y colono-indígena puede superarse. Una de las contribuciones decisivas de Said es poner de manifiesto, contra la doxa marxista del momento, que el proyecto colonial no se reducía a un simple dispositivo económico-militar, sino que estaba basado en una infraestructura discursiva, en una economía simbólica, en todo un aparato de conocimientos cuya violencia era tanto epistémica como física.⁸

Un dato significativo no menos importante, asociado de una u otra forma con la representatividad social geográfica y cultural “occidental”, nos indica que la población europea pasó de ser 1/3 de la población mundial a solo 1/6 de la humanidad, lo cual la pone en situación de minoría con bajos índices de reproducción y con dispositivos de protección que impiden la inmigración de población de países pobres (QUIJANO, 2004), además de los altos índices de envejecimiento de su población y la imperiosa necesidad de seguir manteniendo activo su

⁸ En ese contexto, las contribuciones al análisis de la realidad latinoamericana en la segunda mitad del siglo XX marcan una clara trayectoria de distancia y diferenciación del esquema eurocéntrico que domina las Ciencias Sociales.

aparato productivo industrial. Las crisis financieras recientes (la de 2008 en EU, la de países como España y Grecia en los últimos meses) y el crecimiento desmesurado de una masa incontenible de migrantes – que se abren paso a pesar de las medidas restrictivas mencionadas antes y a riesgo de su propia vida – nos pone a frente a un panorama migratorio que tanto la Unión Europea como los Estados Unidos, deberán enfrentar de forma eficiente para controlar y solucionar el flujo de población proveniente de los países del Sur. Para el tema de nuestro interés, mientras que la teoría social en general, y la teoría crítica eurocéntrica han sido construidas en unos pocos países europeos (Alemania, Inglaterra, Francia, Rusia e Italia) con el objetivo de influenciar las luchas progresistas en esa región del mundo, debemos reconocer que en la actualidad es un hecho que las movilizaciones más innovadoras y transformadoras están ocurriendo en los países del Sur, en el contexto de realidades socio-político-culturales muy distintas, es decir en esa parte del mundo que representa 5 sextas partes de la población mundial. Estamos ante cosmovisiones no occidentales que obligan a un trabajo de traducción intercultural, si se quiere entenderlas, valorarlas y darles un profundo sentido social tan requerido en estas épocas de crisis en donde, aparentemente las salidas inmediatas se vislumbran difíciles. Dada esta realidad internacional, algunos autores han planteado una serie de reflexiones que buscan alguna respuesta a mediano y largo plazo. Una de ellas se formula de la siguiente manera: “es tan difícil imaginar el fin del capitalismo, como que el capitalismo no tenga fin” ante lo cual cabría reflexionar sobre lo que sería imaginar el fin del capitalismo ahora que el paradigma socialista se ha desdibujado, que los Estados Unidos vuelven a abrir su embajada en Cuba, después de un bloqueo económico que no logró el derrocamiento de Fidel Castro. Es decir, desde el pensamiento crítico, ¿cuál sería la alternativa que se puede plantear? En nuestra perspectiva de crítica al desarrollo prometido desde la posguerra, en el que el modelo de industrialización y proletarización de la fuerza de trabajo generaría abundancia y mejoramiento en las condiciones de vida que han estado detrás de las recetas econométricas, se ha demostrado un rotundo fracaso frente a una sola cuestión: no se ha combatido de manera eficiente la pobreza que caracteriza a las economías de América Latina ni se han impedido las graves consecuencias de la exclusión social. La otra propuesta es imaginar cómo sería el fin del capitalismo, lo cual nos sitúa frente a un escenario poscapitalista que nadie tiene como muy seguro.

“La segunda dificultad de la imaginación política latinoamericana progresista, tiene que ver con lo difícil que es imaginar el fin del colonialismo como lo es imaginar que el colonialismo no tenga fin. Parte del pensamiento crítico se ha dejado bloquear por la primera dificultad (imaginar el fin del colonialismo) y el resultado ha sido la negación de la existencia misma del

colonialismo.” Además, también sostiene que “durante el proceso histórico que desembocó en las independencias latinoamericanas es una prueba contundente de que el patrimonialismo y el colonialismo interno no sólo se mantuvieron después de dichas independencias, sino que en algunos casos se agravaron” (SANTOS, 2010).

Para esta vertiente de la reflexión crítica, la lucha anticapitalista es también una lucha anticolonialista. En América Latina los movimientos sociales tienen la capacidad de usar de modo contra hegemónico, con fines contra-hegemónicos, instrumentos y conceptos hegemónicos y [...] la eficacia del uso contra-hegemónico de conceptos o instrumentos hegemónicos es definida por la conciencia de los límites de ese uso. Dichos límites son más visibles en AL, en un momento de re-semantización de viejos conceptos y de introducción de nuevos conceptos que no figuraban en la teoría crítica eurocéntrica, sobre todo considerando que muchos de estos conceptos no tienen equivalente en las lenguas coloniales en que fue construida aquella (SANTOS, 2010).

Conclusiones

La élite política mexicana seguirá haciendo lo que quiera, firmar tratados comerciales como el TLC con Estados Unidos y Canadá o ingresar a la OCDE para codearse con los representantes de los países más ricos del mundo. Eso no nos convierte automáticamente en un país desarrollado, ya que la contundencia de la realidad del país es la pobreza que padece México, y si no hay una estrategia política y económica eficiente para resolverla, todo lo que se haga y se diga fuera de centrarse y priorizar dicho objetivo, está de más porque cae en el terreno de la apariencia, la simulación, la demagogia y el clientelismo político (MEYER, 1995). Sunkel dice que el futuro no está predeterminado y que, para bien o para mal, continúa abierto tanto para los “países desarrollados” como para los países latinoamericanos, en los que aún hay un largo camino por recorrer antes de llegar – como metáfora –, a la tierra de la gran promesa anunciada por el discurso desarrollista desde hace décadas. Entonces, el devenir histórico de las culturas, y en particular el de las culturas subalternas, no está grabado en un monolito, ni condenado a una errática y desdibujada imitación de las culturas que se han auto designado como “universales”. Sigue habiendo una posibilidad de buscar y encontrar otras formas de resolver los retos sociales y económicos. En esa medida será posible establecer estrategias propias y alternativas orientadas a las soluciones de los problemas más apremiantes para la sociedad en una diversidad de campos insospechados, tanto en lo que respecta a la educación, salud, cultura, producción, manejo de conflictos, como a la seguridad, vivienda, comunicación y

producción artística, entre las más significativas. Para todo eso se requieren cambios y principios, valores que orienten y establezcan prioridades, por lo que cosas tan elementales como las seis “erres” que consisten en Reevaluar (revisar los valores en los que creemos y a partir de los cuales organizamos nuestra vida), Reestructurar (adaptar el aparato de producción y las relaciones sociales en función del cambio de valores), Redistribuir (repartición de las riquezas y del acceso al patrimonio natural), Reducir (disminuir el impacto en la biósfera de nuestros modos de producir y de consumir), Reutilizar (en lugar de tirar a la basura aparatos y bienes de consumo), Reciclar (los desechos de nuestra actividad) son quizás una serie de pasos a seguir cuya realización implica un entorno organizativo arduo pero no imposible, como lo sugiere Serge Latouche (2004; 2005).

En el ámbito político, en el de la relación del individuo, el ciudadano con su entorno social, tampoco se puede seguir fortaleciendo la idea de que sólo hay una sola y única versión de democracia liberal y de economía de mercado, como la del mundo anglosajón y que es la que específicamente se pregona e impone en el ámbito mundial como modelo exclusivo e ideal para sociedades que han tenido orígenes diferentes, formas de organización social distintas y formas diversas de interpretación de la historia, la cultura y la modernidad. En ese sentido, debe entenderse que América Latina también ha sido un escenario donde la acción económica y sociopolítica convergieron a favor del desarrollo económico, la industrialización y las políticas sociales y en esa medida, los proyectos que se plantearon generaron coaliciones amplias de empresarios, clases medias y clases obreras urbanas organizadas, que es precisamente la estructura social que ha entrado en crisis con el desmantelamiento del Estado y las reformas neoliberales actuales y que hasta donde entendemos es también la causa principal que ha empujado al desmantelamiento abierto del Estado de Bienestar, el sector social de la economía de mercado, el socialismo, la economía mixta de posguerra y la protección de las clases sociales trabajadoras.

El modelo de representación política también enfrenta una grave crisis que debe abordarse mediante la apertura de espacios de participación social que ponga en práctica una democracia directa que sustituya la forma tradicional de democracia representativa que se ha basado en la competencia desleal, a partir de fondos del erario público, reflejada en el uso no transparente de los medios masivos de comunicación, la violación constante de la ley electoral, y el uso indiscriminado de fondos de financiamiento de origen dudoso en las campañas de candidatos.

Otra cuestión muy importante es que el discurso poscolonial subraya la idea de que el proyecto de América Latina debe desprenderse del que siguieron las economías centrales ya

que no somos ni Estados Unidos ni Europa, las trayectorias histórico-culturales que desembocaron en la formación del estado y el aparato productivo han sido tan accidentadas como erráticas, sin llevar por detrás una idea acabada de la ciudadanía y la democracia parlamentaria, sino otro tipo de sistema de participación y representatividad social.

Hay una flagrante contradicción entre los valores y la ética de la democracia – respeto, reconocimiento, participación, ciudadanía, pluralismo, diversidad, solidaridad – y la realidad que comparten amplios sectores sociales que aspiran a convertirse en actores sociopolíticos y culturales, pero que enfrentan la ausencia de espacios públicos y los medios adecuados para ver materializadas sus aspiraciones socioculturales y políticas insatisfechas. Estas nuevas realidades socioculturales, que poseen ya un carácter universal, han generado que los objetivos y la concepción misma del desarrollo se hayan modificado, según las problemáticas a las que se ha debido de enfrentar desde que con grandes elogios figuró en la agenda internacional, al final de la Segunda Guerra Mundial. Una pregunta interesante la formularía en el sentido de si las condiciones económicas deben seguir siendo ese marco de referencia rígido, ya que quienes toman decisiones son personajes inmersos en contextos políticos de jerarquías, prioridades y lealtades que benefician o afectan a facciones, grupos empresariales o políticos, y en un contexto más amplio, a sectores de la sociedad. Es decir, enriquecen a las élites políticas o perjudican a las masas, generando desempleo, recortes presupuestales, afectaciones a actividades que potencialmente generan empleos e ingreso, y si ciertos programas se recortan, las consecuencias pueden ser catastróficas, por eso debe haber una intencionalidad que articule y conduzca el proceso y la aplicación de una reforma económica, misma que es inevitable y necesaria pero no puede ser ultra-neoliberal, debido a los gravísimos costos económicos, sociales, ambientales y políticos que provocaría, como ya se ha visto. Sunkel (2007) sugiere “explorar alternativas más moderadas y menos costosas en cuanto a la forma de instrumentar y aplicar las medidas de política económica necesarias para llevar a cabo las reformas.”

Finalmente, como ya lo ha señalado Žižek, tal vez la mejor forma de resistir y plantear una estrategia coherente para combatir al capitalismo global sea “confrontar al multiculturalismo despolitizado, rechazando la despolitización de la economía, asumiendo la necesidad de politizar la cultura, reconociendo la diversidad – porque no somos ni seremos nunca iguales culturalmente –, pero articulándola con el debate de clase [...] en la construcción de una ideología contra-hegemónica que enfrente al sistema, que nos permita profundizar en otro modelo de democracia más allá de la democracia liberal y representativa, y abrir la posibilidad de construir la ‘democracia de alta intensidad’ que propone Boaventura de Sousa Santos” (ŽIŽECK, 2014).

Referências

BIFANI, P. **El desafío ambiental como un reto a los valores de la sociedad contemporánea.** Master en Educación Ambiental, Fundación Universidad-Empresa, 3a. edición, Madrid. 1995.

CASABIANCA, F. **Desarrollo integrado y medio ambiente en Desarrollo local y medio ambiente en zonas desfavorecidas** Monografías de la Secretaría de Estado para las Políticas del agua y el medio ambiente, MOPT, Madrid, España, págs. 45-55. 1992.

CÉSAIRE Aimée. **Discurso sobre el colonialismo.** Madrid, España. Akal. [1950] 2006.

CHAKRABARTY, Dipesh. **Al margen de Europa. Pensamiento poscolonial y diferencia histórica.** Madrid, España. Tusquets. 2008.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad Latinoamericano. **Tabula Rasa.** Enero-diciembre Núm 001. Universidad Colegio Mayor de Cundinamarca. Bogotá, Colombia. págs. 51-86. 2003.

FANON, Frantz. **Piel negra, máscaras blancas.** Buenos Aires Argentina. Editorial Abraxas. 1973.

GEORGE, Susan. Mundialización y política. **Capitalismo, mundialización, socialismo.** Montevideo. Ed. Izquierda Hoy. 2001.

GROSSFOGUEL, Ramón. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento fronterizo y colonialidad global. **Tabula Rasa.** Bogotá. Colombia, No.4: 17-48, enero-junio. 2006.

HOBBSAWM, Eric. **Historia del siglo XX.** Barcelona, España. Ed. Crítica. 1996.

HOLLOWAY, John. **Cambiar el mundo sin tomar el poder. El significado de la revolución hoy.** Caracas, Venezuela. Ed. Melvin. C.A. 2005.

LATOUCHE, Serge. **Décoloniser l'imaginaire. La pensée créative contre l'économie de l'absurde.** Editions Parangon. 2005

_____. **Survivre au développement. De la décolonisation de l'imaginaire économique à la construction d'une société alternative.** Paris. Editions Mille et une nuits. 2004.

LOPEZ SEGRERA, Francisco. Abrir impensar y redimensionar las ciencias sociales en América Latina y el caribe. ¿Es posible una ciencia social no eurocéntrica en nuestra región? en Edgardo Lander (comp.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.** Buenos Aires Argentina. Clacso. p. 108-121. 2000.

MARTINS, Paulo Henrique. **La decolonialidad de América Latina y la heterotopía de una comunidad de destino solidaria.** Buenos Aires. Fundación CICCUS. 2012.

MBEMBE, Achille. "Qu'est-ce que la pensée postcoloniale?" Entrevista con A. Mbembe, por O. Mongin, N. Lempereur y J.-L. Schlegel, **Esprit**, N° 330, diciembre, págs. 117-133. 2006.

MIGNOLO, Walter. El pensamiento des-colonial, desprendimiento y apertura: un manifiesto en **Tristestópicos**. 2005.

MEYER Lorenzo. **Liberalismo autoritario. Las contradicciones del sistema político mexicano**. México. Océano. 1995.

OSTROM, Elinor. **El gobierno de los bienes comunes. La evolución de las instituciones de acción colectiva**. México. Fondo de Cultura Económica, Unam-CRIM. 2000.

PIKKETY, Tomás. **El Capital en el siglo XXI**. México Fondo de Cultura Económica. 2014.

QUIJANO, Aníbal. "El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas?" **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, vol.10, N°1, enero-abril, págs. 75-97. 2004.

_____. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina, en Edgardo Lander (comp.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. 2000a.

_____. Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America en **Nepantla: Views from the South**. 1(3). 2000b.

SAID, Edward W. **Cultura e imperialismo**. Barcelona, España. 2a ed. Anagrama. 2001.

SAMIR, Amin. **La nueva organización capitalista mundial vista desde el Sur**. México. Unam-CIICH. 1995.

SANTOS, D. S. B. **Refundación del estado en AL. Perspectivas desde una epistemología del sur**. México. Siglo XXI. 2010.

SEN, Amartya. **Desarrollo y libertad**. Barcelona. Planeta. 2000.

SOSA FUENTES Samuel, La identidad cultural latinoamericana en José Martí y Luís Villoro: Estado plural, autonomía y liberación en un mundo globalizado en **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**. México. UNAM. vol. LII, núm. 208, enero-abril, p. 41-62. 2010

SACHS, I. Le développement reconsidéré: quelques réflexions inspirées par le sommet de la terre. **Tiers Monde**. N°137.

SUNKEL, Osvaldo. En busca del desarrollo perdido en Vidal, Gregorio; Guillén R., Arturo. (Comp). **Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización. Homenaje a Celso Furtado**. págs. 469-488. 2007

ZEA, Leopoldo. **Dialéctica de la conciencia americana**. México. Alianza Editorial. 1976.

ŽIŽEC, Slavoj. **¡Bienvenidos a tiempos interesantes!** España. Ed. Txalaparta. 2014.

Fuentes hemerográficas

L. ABELLÁN, B. L. "El reparto de solicitantes de asilo abre un nuevo pulso en la UE Aparte de la redistribución, la UE pide que se acoja a 20.000 refugiados en origen" **El País**, 13 de mayo 2015.

Manifeste du Réseau Européen pour l'Après-Développement (READ) en **MAUSS**, 02/2002.

Agradecimentos

Essa composição foi feita após várias revisões do texto, com a ajuda da edição e correção de Héctor Hernández Soria, assistente do CER-Colmich.

Sobre o autor

YANGA VILLAGOMEZ VELAZQUEZ – Graduação em Ciências Políticas e Sociais pela Universidad Nacional Autónoma de México. Doutorado d'Études sur l'Amérique Latine pela University of Toulouse II. Professora do Centro de Estudios Rurales. El Colegio de Michoacan. **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-0776-5818>

Como citar este artigo

VELÁZQUEZ, Yanga Villagómez. Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 59-83, dossiê, 2020.

Recebido 06 de setembro de 2018.

Aceito em 26 de julho de 2019.

Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo *maseual* de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil

Otávio Gomes Rocha

Universidades para el Bienestar Benito Juárez (UBBJ) – Cuetzalan, Puebla, México.

E-mail: otaviogr@gmail.com

Resumo

Este texto tem a intenção de apresentar discussões relacionadas a um determinado processo de luta social, condicionado por variantes históricas e geográficas particulares. Trata-se da trajetória do povo *maseual* da Serra Nororiental de Puebla, no México, grupo pertencente à etnia nahua. Buscamos, através de uma leitura enfocada nos processos de luta e r-existência deste grupo social, construir elementos para compreender suas formas de organização territorial e experiências comunitárias. Nesse sentido, o objetivo desta reflexão é ampliar horizontes de diálogos entre experiências que, apesar de diferentes em muitos aspectos, possuem pontos de interseção e histórias de lutas compartilhadas.

Palavras-chave: lutas indígenas; México; povo *maseual*; lutas territoriais.

Indigenous territorialities in Mexico and the experience of the *maseual* people of Cuetzalan (Puebla): dialogues and contributions to the indigenous struggle in Brazil

Abstract

This text proposes discussions related to a particular process of social struggle, conditioned by particular historical and geographical variants. It is about the trajectory of the *maseual* people, of the *Sierra Nororiental de Puebla*, in Mexico, a group belonging to the Nahua ethnic group. We seek, through a reading focused on the processes of struggle and r-existence of this social group, to build elements to understand their forms of territorial organization and community experiences. In this sense, the objective of this reflection is to broaden horizons of dialogues between experiences that, despite being different in many aspects, have points of intersection and stories of shared struggles.

Keywords: indigenous struggle; México, *maseual* people; territorial struggle.

Territorialidades indígenas en México y la experiencia del pueblo *maseual* de Cuetzalan (Puebla): diálogos y contribuciones a la lucha en Brasil

Resumen

Este texto tiene la intención de presentar discusiones relacionadas a un determinado proceso de lucha social, condicionado por variantes históricas y geográficas particulares. Se trata de la trayectoria del pueblo *maseual*, de la Sierra Nororiental de Puebla, en México, grupo perteneciente a la etnia nahua. Buscamos, a través de una lectura enfocada en los procesos de lucha y r-existencia de este grupo social, construir elementos para comprender sus formas de organización territorial y experiencias comunitarias. En este sentido, el objetivo de esta reflexión es ampliar horizontes de diálogos entre experiencias que, a pesar de diferentes en muchos aspectos, poseen puntos de intersección e historias de luchas compartidas.

Palabras-clave: luchas indígenas; México; pueblo maseual; luchas territoriales.

Introdução

Existe, em nosso mundo, um processo de imposição de silêncios sobre aquelas vozes que dizem o que o sistema não quer que seja dito. Às vezes, sem querer, somos partícipes desse “silenciamento”, quando reproduzimos a lógica do “universalismo abstrato”, quer dizer, a razão por trás das histórias que são narradas desde um “nenhum lugar” para impor-se como universais (CASTRO-GÓMEZ, 2005). É o mito do ponto-zero de enunciação, a fábula que fundamenta a construção do conhecimento moderno ocidental. A ciência moderna é um universal abstrato, pois oculta seu lugar de enunciação (eurocêntrico) detrás da pretensão de ser A história global, contada a partir de um espaço ensimesmado. Assim, permanecemos atacadados na dificuldade de enxergar, reconhecer ou propor processos históricos distintos daqueles oferecidos por esta cosmovisão.

América Latina foi o espaço original e o tempo inaugural do período histórico e do mundo que ainda habitamos. A experiência latino-americana guarda um cenário de encontros e desencontros entre conhecimentos, saberes e memórias históricas compartilhadas que, em seu conjunto, guarda um potencial de transformação sem precedentes. Contudo, parece-nos que é planejado e intencional o afastamento e isolamento destes experimentos sociais que insistem em transformar as relações sociais e reconstruir, a cada dia, outros sentidos de comunidade.

Porto-Gonçalves (1999, p. 80) afirma que “a construção de uma identidade coletiva é possível não só devido às condições sociais de vida semelhantes mas, também, por serem percebidas como interessantes e, por isso, é uma **construção** e não uma inevitabilidade histórica ou natural” (grifo nosso em negrito). Assim, o encontro entre processos, muito particulares, de construção de horizontes de sentido e projetos de vida autônomos, constitui-se como um momento privilegiado da conformação de identidades de luta e de configuração de “comunidades de destino”. Ou seja, “é quando cada um começa a perceber que o seu destino individual está num outro com/contra o qual tem que se ligar/se contrapor” (PORTO-GONÇALVES, 1999, p. 75).

Uma leitura que considere a particularidade dos processos históricos e assumam-se enquanto produto de sua própria geografia, pode ter a virtude de ampliar horizontes de análise e inserir elementos que contribuam, de uma forma ou outra, e em diferentes medidas a partir daquilo que se espera, para fortalecer outros processos e, com isso, fortalecer a si mesma. Este texto tem a intenção de apresentar discussões relacionadas a um determinado processo

de luta social, condicionado por variantes históricas e geográficas particulares. Trata-se da trajetória do povo *maseual* da Serra Nororiental de Puebla, no México, grupo pertencente à etnia *nahua*. Buscamos, através de uma leitura enfocada nos processos de luta e r-existência deste povo, construir elementos para compreender suas formas de organização territorial e experiências comunitárias. Nesse sentido, o objetivo desta reflexão é ampliar horizontes de diálogos entre experiências que, apesar de diferentes em muitos aspectos, possuem pontos de interseção e histórias de lutas compartilhadas.

Territorialidades indígenas no México rural

O processo histórico da luta pela terra no México produziu, ao longo dos últimos séculos, diferenças profundas em relação aos demais países latino-americanos, sobretudo no que se refere à estrutura agrária e ao acesso à terra. Enquanto que na maioria dos países do continente possuem uma estrutura fundiária extremamente desigual, no México somente 44,8% do território se refere a terras de propriedade privada individual (sendo a maior parte deste território classificado como pequena propriedade) e 1.5% referente a terras públicas. Dos 190 milhões de hectares do território não-urbano, 53.1% se refere a formas de propriedade social, classificadas como *ejido* ou *comunidade agrária*. Este montante representa 76.1% do total das unidades ou imóveis rurais existentes no país.

Tabela 1 - Formas de propriedade agrária no México (2016)

Formas de propriedade	Superfície (ha)	Percentual	Nº de terrenos	Percentual
1. Propriedade social	101.014.062	53.1%	7.075.192	76.1%
a. Ejidos	84.705.715	44.5%	6.282.587	67.6%
b. Comunidades agrarias	16.308.348	8.6%	792.605	8.5%
2. Propriedade privada	85.279.933	44.8%	2.124.537	22.8%
3. Colônia Agrícola	1.158.011	0.6%	35.327	0.4%
4. Propriedade pública	2.820.126	1.5%	64.247	0.7%
Total	190.272.132	100	9.299.303	100

Fonte: INEGI - Atualização do Marco Censitário Agropecuário (2016).

A noção de “propriedade social” foge do léxico habitual das discussões relacionadas aos conflitos territoriais no Brasil e insere diversos pontos de interrogação numa interpretação apressada sobre a trajetória das lutas indígenas neste país. A compreensão da matriz geográfica e epistêmica que institui juridicamente as formas de propriedade social no México

requer uma leitura sobre o legado territorial dos povos originários sobre a formação da classe camponesa, sobre a territorialização colonial e a densa participação destes povos na constituição de cenários sociais e experiências concretas de luta. Passa pelo entendimento de que o México rural é, até hoje, essencialmente indígena, apesar dos intentos do Estado e dos agentes do capital para desfazer este cenário.

Este cenário faz com que a experiência dos povos originários seja indissociável do próprio processo histórico da luta de classes, caso se queira visualizar sob esta ótica. O processo revolucionário de 1910 demonstra nitidamente esta simbiose, além de fornecer as chaves de entendimento sobre a institucionalização da propriedade social como matriz territorial essencialmente indígena. Contudo, é importante voltar algumas décadas para expor suas condicionantes. Em meados do século XIX, o embate político entre liberais e conservadores ao longo do conflitivo e violento processo de afirmação territorial do Estado mexicano após sua independência (1810) foi determinante para os desenlaces relacionados à apropriação da terra e à intensificação da desagregação das comunidades indígenas que naquele momento viviam, em sua maioria, em parcial isolamento e relativa autonomia, principalmente os grupos arrinconados nas regiões serranas e extensões ainda pouco exploradas pelo capital colonial. A liberalização do mercado de terras, no marco das políticas econômicas liberais, coincide temporalmente com a Lei de Terras brasileira e, na prática, tem efeito similar: a desterritorialização forçada dos camponeses (indígenas, em sua absoluta maioria¹) e destruição legal das terras comunais. A “Ley Lerdo” (1856), como foi chamada no México, promoveu a desamortização das terras públicas e um intenso movimento de concentração, através da “ultraliberalização” do mercado fundiário e abertura total ao capital estrangeiro, elevando às alturas os índices de miséria e desigualdade.

No contexto de individualização da propriedade agrária inspirado pelo liberalismo branco, o tratamento da questão indígena se dava nos marcos do positivismo eurocentrado, unilinear e evolucionista. Produziu-se uma visão “liquidacionista”, também chamada de “incorporativismo”, cujo objetivo era a desintegração das sociedades indígenas e sua incorporação à modernidade ocidental. Portanto, requeria-se desfazer a base territorial comunal dos grupos étnicos pois, para os liberais, a comunidade criava obstáculos ao livre fluxo da propriedade (DÍAZ-POLANCO, 1996, p. 86-89). Este sistema, além das desastrosas consequências político-econômicas com a intensificação da concentração fundiária, promoveu a dilatação e aceleração do etnocídio, pois, ao negar o direito à terra, nega a possibilidade de existência de formas de vida ou configurações socioculturais alheias à modernidade monocultural europeia.

¹ Estima-se que na primeira década do século XX, dois terços dos camponeses ou produtores rurais do país se identificavam a si mesmos como indígenas.

Na primeira década do século XX, “la economía estaba monopolizada por las empresas extranjeras: bancos, minas, petróleo, por lo que los grandes propietarios y quienes disfrutaban la riqueza de México eran las compañías extranjeras” (Moctezuma, 2010, p. 7). A intensidade da exploração, principalmente no contexto rural, e a inconformidade política ante o regime ditatorial de Porfirio Diaz transborda à insurreição das classes oprimidas: a centelha revolucionária em 1910 tem como pano de fundo a restituição das terras pelos camponeses (repetimos – em sua maioria indígenas), que haviam sido usurpadas pelas elites econômicas nacional e internacional.

O documento conhecido como “*Plan de Ayala*”, redigido por Emiliano Zapata, evidencia os anseios da população oprimida, exigindo a devolução aos povos originários dos terrenos, matas e recursos hídricos monopolizados pelos fazendeiros e coronéis, à sombra da injustiça de um governo tirano (ZAPATA; MONTAÑO, 1911). Abreviando abruptamente o relato², a trajetória revolucionária culmina na Constituição de 1917, a qual transforma o paradigma liberal da propriedade terrenal a partir da noção de “propriedade originária”. Esta inédita formulação jurídica reconhece a nação como sujeito de direito pleno sobre a terra e lhe atribui a responsabilidade sobre o repasse e concessão desta à propriedade particular: “lo que constituye y ha constituido la propiedad privada es el derecho que ha cedido la nación a los particulares” (LÓPEZ BARCENAS, 2015, p. 69). Isso quer dizer que o direito de propriedade não é absoluto, se baseia no dever do Estado de garantir o direito correlativo entre todos os membros da nação.

Após longo período de debates e disputas, apenas em 1933 se inicia o plano de reforma agrária almejado pelos revolucionários, instituindo a propriedade social como forma específica de redistribuição da terra a sujeitos de direito coletivos através da criação de *ejidos* e *comunidades agrárias*³ como entidades territoriais com personalidade jurídica. Assim, a organização legal destas formas de propriedade coletiva atende ao “respeto y fortalecimiento de la vida comunitaria”, à proteção da terra para o assentamento humano e ao “aprovechamiento de tierras, bosques y aguas de uso común” (MÉXICO, 1917). Dessa forma, a existência jurídica dos ejidos e comunidades agrárias é produto da recriação e perseverança da territorialidade ancestral mantida pelos camponeses em sua relação com a terra e a natureza. A comunalidade não é um efeito da disposição legal sobre os marcos fundiários, porém da forma como se manteve, através de intensos processos de luta, a autonomia territorial destes povos. A luta pela terra, no México, é inseparável da luta por autonomia e o – heterogêneo, porém coeso – projeto de vida camponês, construído na escala cotidiana é

² Recomenda-se, aos que se interessam pelo tema, as obras de Turner (2008) e López Bárcenas (2015),

³ A diferença entre *ejido* e *comunidade agrária* situa-se nas condições precedentes para a criação destes territórios: enquanto aquele se concebe para a criação de novos assentamentos humanos no sentido da redistribuição de terras, est se concretava para reestabelecer a condição de posse sobre territórios ocupados.

inerente à territorialidade ancestral indígena, visível tanto nas práticas produtivas como nas formas de relações sociais comunitárias, seja na esfera política ou nas relações de trabalho.

Entretanto, as formas de propriedade social não são sinônimas de terras ou comunidades indígenas. De acordo com López Bárcenas (2017), aproximadamente 40% dos ejidos e 60% das comunidades agrárias possuem população indígena, e nem toda comunidade indígena exista territorialmente em regime de propriedade social. A permeabilidade do conceito de território ou terra indígena dificulta a leitura sobre a identificação e classificação das terras ocupadas pelos povos originários no país. A forma como a questão indígena foi tratada pelo Estado pós-revolucionário contribuiu para este desentendimento, a partir da adoção de uma política indigenista integracionista, baseada na busca de uma compatibilidade entre a conservação cultural dos povos e sua integração à modernidade nacional. Adotando o discurso do relativismo cultural, o indigenismo integracionista assume em sua prática concreta elementos do culturalismo racista que tem como fim a dissolução das identidades étnicas em favor de uma identidade nacional “mestiça”⁴ (DÍAZ-POLANCO, 1992, p. 45). Somente a raiz dos debates que levaram à assinatura da Convenção 169 da OIT, em 1990, se incorpora à constituição mexicana a proteção às terras dos grupos indígenas, porém se tratou de uma norma inerte, cujo conteúdo não se podia exercitar, uma vez que não definia em que consistiam essas terras (LÓPEZ BÁRCENAS, 2017, p. 48).

Se as políticas indigenistas do Estado mexicano representam a negação implícita de qualquer possibilidade de autonomia territorial para os povos indígenas, a luta social tem, desde as últimas décadas do século passado, projetado caminhos que apontam no sentido contrário. Em 1994, o levante neo-zapatista dos povos mayas do estado de Chiapas expuseram a problemática, alçando o debate relacionado à autonomia e autodeterminação dos povos indígenas ao cenário nacional. Com a irrupção pública do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) se evidenciou também a persistência da concentração de terras a partir da retomada de quase duzentos mil hectares de latifúndios no estado (NUÑES; GOMEZ; CONCEIRO, 2013). Ainda, o alçamento neo-zapatista configura uma reação ante a contrarreforma neoliberal de 1992 que afetou o sistema fundiário e a inalienabilidade das terras de propriedade social (ROUX, 2012, p. 6), uma vez que, incentivados pelo acontecimento, outros povos indígenas de Chiapas e de outros estados se projetaram na retomada de terras (CRUZ, 2010, p. 113).

A partir disto, o Estado se vê na obrigação de reconhecer o problema e iniciar um processo de negociação, que ficou conhecido como Acordos de San Andrés. Ocorridas entre

⁴ O “mestiço” configura-se como uma categoria racial chave do mito ideológico da formação do México como nação no fim do século XIX. Subjetividade representativa da “mexicanidade”, quer dizer, do modelo de sujeito ideal da nação mexicana mestiça. Como marco ideológico, estimula uma retórica oculta de exclusão e racismo.

1995 e 1996, as mesas de negociação levantaram a voz dos povos indígenas, que “planteaban las cuestiones de la territorialidad, la autodeterminación, las autonomías dentro de la Constitución, la defensa de las lenguas y cultura indígenas, el acceso colectivo y cuidado de sus recursos naturales y medios de comunicación autónomos” (BOEGE, 2008, p. 13).

Contudo, as divergências, ou melhor, a incapacidade do Estado em dialogar com as propostas colocadas na mesa pelo EZLN impediu avanços substanciais ou mudanças estruturais em relação à autonomia territorial dos povos indígenas. Atropelando as exigências acordadas, realiza-se uma reforma constitucional de forma unilateral em 2001, na qual o reconhecimento da autonomia se restringia à capacidade para resolver os conflitos internos a partir dos usos e costumes tradicionais (LEYVA, 2005, p. 280) e resultaram superficiais e deficientes (BURGUETTE, 2005, p. 239).

Não obstante, grupos indígenas de todo o país têm protagonizado nas últimas duas décadas processos de mobilização nos quais a busca da autonomia territorial, em diferentes escalas e dimensões, torna-se central para sua sobrevivência, sobretudo com o exponencial avanço do despojo capitalista “geofágico” sobre os territórios ocupados por estes povos. Como mencionamos anteriormente, não existe uma relação direta de sobreposição entre os territórios indígenas e as terras referentes às formas de propriedade coletiva, porém existe uma relação histórica que as aproxima. A preservação dos elementos culturais e idiomáticos depende diretamente da manutenção dos territórios que estes grupos habitam e das condições sociais que lhes permita o exercício de seus modos de existência, e as formas de propriedade social, propiciadas pelo processo de reforma agrária, têm sido uma das condições que lhes permitem existir.

De acordo com dados oficiais, 21,5% (26 milhões de pessoas) da população total do país se reconhece como indígena de acordo com sua cultura, história e tradição. Contudo, é absolutamente difícil afirmar com precisão sobre a extensão das terras atualmente ocupadas no México pelos povos originários, e dependendo do método e dos critérios empregados, pode-se chegar a resultados muito diferentes. Ao longo das últimas décadas se adotou conceituações a partir da escala regional, como “regiões de refúgio” ou “regiões culturais”, ou da esfera econômica, a partir da espacialidade administrativa do Estado como base para aplicação de políticas de desenvolvimento voltada para estes grupos, porém todas se mostraram insuficientes para compreender a complexidade de suas territorialidades. Se, por um lado, a Constituição reconhece o “princípio territorial dos povos” e o “direito preferente das comunidades ao uso e desfrute dos recursos naturais dos lugares que ocupam”, por outro, isenta-se de definir quais são os critérios para determinar esses territórios.

A proposta de Eckart Boege (2008) construída com base no conceito de “territórios bioculturais” constitui talvez a mais complexa síntese geográfica sobre os territórios indígenas, pois em sua formulação metodológica considera a sinergia entre dados censitários de

diversas naturezas, além de uma extenuante investigação de campo. Buscou-se, a partir de uma leitura multidimensional, integrar fatores como idioma falado nos lares e a distribuição espacial deste fenômeno, núcleos agrários, dados municipais e a contiguidade entre dados geográficos de feição pontual para elaboração de polígonos. Este sistema de informações geográfico determinou a área aproximada ocupada pelos 62 grupos étnicos como sendo de 28 milhões de hectares, e a população total de mais de 10 milhões de pessoas. Essa estimativa nos aproxima da compreensão sobre o que representam os territórios indígenas para além da ideia de posse ou propriedade, e sim como disposto pela convenção 169 da OIT, como território que “ocupam e usam de alguma maneira”, incluindo, para além da terra, as águas, o meio ambiente, o espaço aéreo, os lugares de importância cultural, os espaços sagrados de qualquer natureza, entre outros elementos, com especial atenção aos povos nômades ou com práticas itinerantes (LÓPEZ BÁRCENAS, 2015, p. 56-58).

Assim, o conceito de território indígena no México não possui determinações que o vincule ao Estado desde um paradigma tutelar, pois constituiu-se a partir de processos históricos particulares relacionados à trajetória da luta pela terra neste país. Se, por um lado, este processo configurou para os povos indígenas possibilidades para construção de territorialidades diversificadas e a manutenção – não sem muita luta – das relações sociais comunitárias e, em alguns casos, experiências de autonomia territorial e política, por outro, atenua as determinações específicas sobre a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados uma vez que não existe uma entidade geográfica que os determine.

O caso do povo *maseual* da Serra Nororiental de Puebla

Apesar da relação histórica entre a territorialidade dos povos indígenas e as terras de propriedade coletiva ejidais e comunais, em algumas localidades do México, devido à particularidade dos processos históricos, a terra se manteve nas mãos dos indígenas na forma de pequenas propriedades privadas, como as regiões da Serra Mazateca (Oaxaca), Zongolica (Veracruz) e alguns municípios do estado de Chiapas, bem como na Serra Nororiental do estado de Puebla (BOEGE, 2008). Nesta última, a manutenção de uma territorialidade comunitária profundamente arraigada, historicamente construída pelo povo *maseual*, sobre a estrutura agrária de minifúndios, relaciona-se com as transformações provocadas pela lei de terras da década de 1850 e sua assimilação, naquele momento, pela população local. A liberalização do mercado de terras gerou, particularmente nesta região, um processo de atomização fundiária, no qual os povos indígenas que aí habitavam tiveram a possibilidade

de reconhecer, como propriedade privada, seus próprios terrenos comunais, implicando na produção de uma modalidade de copropriedades ou “*condueñazgo*”⁵ (BOEGE, 2008, p. 69).

Os *maseualmej*⁶ habitantes da Serra Nororiental de Puebla conformam parte dos *nahuas* orientais. Falantes do idioma *nahuatl*⁷, reconhecem-se a si mesmos como povo *maseual* e identificam esta palavra como equivalente a “camponês” ou “aquele que trabalha a terra”. Desenvolvem sua economia majoritariamente baseados na unidade produtiva familiar, com laços cooperativos e práticas tradicionais de solidariedade e trabalho coletivo, e têm na escala comunitária a base para o exercício do âmbito político, cultural, religioso etc. São essencialmente agricultores de subsistência, cujos sistemas de produção altamente diversificados se constituíram ao longo do processo histórico de interação e conflito com os não-indígenas que começaram a habitar a região, principalmente a partir do séc. XIX.

Foi na metade daquele século que, com a regulação liberal do mercado de terras, intensifica-se a entrada de atores alheios, sobretudo mexicanos descendentes de europeus (*koyomes* ou *mestizos*), que se aproveitavam da ausência de documentação por parte dos habitantes locais sobre as terras que ocupavam, para reclama-las e tornar-se proprietários. No entanto, devido a circunstâncias históricas particulares – relacionadas à participação deste povo como combatentes na guerra contra a invasão francesa⁸ (1862-1867) – este processo tem uma reviravolta e um desfecho distinto do que foi visto na maior parte do país, com a perda quase total da terra pelos povos indígenas. A participação neste evento simboliza a luta pela manutenção de sua existência e seu território, e reflete sua capacidade de adaptação: ao fim da guerra⁹, frente ao crescente processo grileiro, lideranças indígenas pertencentes a comunidades do município de Cuetzalan, que haviam conquistado patente no exército, tomam em conta a legalidade dos dispositivos liberais de individualização da terra e fomentam a escrituração dos terrenos por parte dos *maseualmej*. Dessa forma, no município de Cuetzalan e seus arredores a malha fundiária se caracteriza por propriedades muito pequenas e a população está dispersa por todo o território, configurando um sem fim de comunidades cuja toponímia náhuatl revela a territorialidade indígena.

⁵ Estas modalidades de “*condueñazgo*” ou copropriedade constituíam terrenos com vários donos que, em muitos casos, foram produtos de processos privatizadores, mas seu uso se mantinha comunal, a fim de permitir a manutenção de certa unidade territorial.

⁶ Os *maseualmej* (plural de *maseual*) procedem de grupos que migraram à região na primeira metade do séc. XV. Anteriormente, parte desta região havia sido povoada por povos *totonacos* que, por sua vez, foram deslocados às regiões mais baixas, ao Norte, território que compreende também zonas do estado de Veracruz.

⁷ O *náhuatl* (ou *nahuatl*, na variante linguística dos habitantes da Serra Nororiental de Puebla) é a língua indígena mais falada no México, com grande influência sobretudo na herança toponímica do país e nomes de alimentos conhecidos em todo o mundo, como chocolate (*xocolatl*) e tomate (*tomatl*).

⁸ A década de 1850 no México se matiza pela confrontação política entre liberais e conservadores. O êxito dos liberais, o processo constitucional e a negativa ao pagamento da dívida externa, enfureceu potências conservadoras europeias que, lideradas pela França, invadiram o território mexicano.

⁹ Muitas das batalhas desta invasão ocorreram no território da Serra Nororiental de Puebla entre 1862 e 1867, e a contribuição dos indígenas *nahuas* dessa região é reconhecida e lembrada como motivo de orgulho para este povo.

Ainda assim, a chegada de atores externos à região foi suficiente para transformar radicalmente as relações sociais, seja pela vantagem geográfica – uma vez que os *koyomes* já haviam se apropriado das melhores terras – ou pelas relações de exploração do trabalho que estes impuseram. Neste momento, a introdução de espécies como café e cana contribuíram para impulsionar o assalariamento, gerando a intensificação de desigualdades materializadas em classes sociais racializadas, a dos comerciantes e atravessadores (os não-indígenas *koyomes*) e trabalhadores rurais (indígenas) que, apesar de serem possuidores do meio de produção (a terra), eram submetidos a relações comerciais desiguais.

A Serra Nororiental do estado de Puebla localiza-se entre a Serra Madre Oriental e a planície costeira do Golfo do México, variando altitudes entre 2000 e 500 m. Predomina clima quente e úmido e níveis muito elevados de precipitação pluvial, caracterizando como uma das regiões mais chuvosas do mundo, com média de 4200 mm anuais. Trata-se de uma região de enorme biodiversidade, com zonas ecológicas tropical úmida e tropical semiúmida, floresta mesófila de montanha e floresta temperada de pinheiro-carvalho nas zonas mais altas. A flora existente está sistematicamente vinculada aos processos climáticos, contribuindo para a retenção de umidade e proteção do escoamento superficial e dos mananciais. Sua geomorfologia cárstica, responsável pela formação de uma paisagem espeleológica importante para o escoamento subterrâneo, aliado ao anterior, acentua a fragilidade deste território e incrementa os riscos provocados por determinadas atividades humanas, como a exploração mineral e, até mesmo, a pecuária ou agricultura intensiva.

No município de Cuetzalan, onde vive parte significativa dos *maseualmej*, a introdução massiva do café no fim do século XIX favoreceu os atravessadores que mantinham o controle de preços, além de converterem-se na única via de comercialização de produtos básicos e, desta forma, constituiu-se uma situação dependência que submetia os camponeses indígenas à exploração tanto na produção quanto no consumo. A partir deste processo, os diferentes graus de relações de produção (circunscritas na hierarquia de dominação entre não-indígenas e indígenas) se vê manifestada nas relações comerciais:

[...] es el grado de expropiación de los pequeños productores directos realizada por la propiedad inmobiliaria capitalista la que [...] determinará la estructura local de las clases sociales. En las comunidades donde esta expropiación no ha sido, por diversos motivos, más que parcialmente realizada, el capital, que siendo la relación de producción dominante, une a los campesinos a la clase capitalista bajo su forma de capital comercial. Su control se ejerce principalmente sobre la circulación de mercancías (café y medios de subsistencia campesinos) producidas en su mayoría dentro del marco de las pequeñas unidades autónomas. (BEAUCAGE, 1974, p. 126).

A relação de produção caracterizada pela pequena propriedade parcelária e a forma de produção mercante gera outras redes de relações nas quais a circulação comercial – em

contraste com a produção – aparece mais integrada ao mercado capitalista. De acordo com a análise de Beaucage (1974, p. 121), a desintegração parcial entre capital produtivo local e o grande capital comercial constituiu obstáculos à reprodução deste último. Assim, a propriedade parcelaria da terra por parte dos camponeses indígenas joga com uma dupla condição: por um lado, estabelece a reprodução capitalista materializada nas relações comerciais desiguais (e racializadas) entre produtores (indígenas) e atravessadores (não-indígenas); por outro, impede ou dificulta um desarraigo primário entre o camponês e seu meio de produção, a terra, ainda que formalmente individualizada.

Além disso, a introdução da agricultura comercial representou, inicialmente, impactos ecológicos significativos com a supressão de parte da cobertura florestal e afetação quanto à disponibilidade de outros recursos florestais economicamente importantes. Contudo, o cultivo do café nas zonas de florestas mesófilas foi rapidamente transformado pelos próprios produtores maseualmej, que não podiam depender unicamente do café como fonte de ingresso. Assim, o café foi assimilado à ecologia local, dando origem a um sistema agroflorestal chamado *kuojtakiloyan*, onde são produzidos junto com cerca de 300 espécies que podem ter distintos usos comerciais, alimentícios, medicinais etc. (ALBORES, 2016). Estes cafezais extremamente diversificados configuram sistemas de agroflorestas, resultado do manejo biocultural de regeneração ecológica de espécies nativas e exóticas.

Nuestras comunidades aprendieron a manejar sus recursos a partir del criterio de la diversidad, esto es, que entre más productos pudiéramos obtener de varios sistemas productivos como son la agricultura, la horticultura, la cría de animales pequeños, ganadería, la recolección de muchos productos que proceden de los montes, acahuales y de nuestros bosques útiles o *kuojtakiloyan*, menos vulnerables estaríamos no solo de las condiciones del clima, sino de las bajas y subidas de los precios de nuestros cultivos comerciales producto del clima y de las políticas nacionales e internacionales que imponen las condiciones de nuestras exportaciones y sus costos. Los precios del café siempre han sido muy inestables porque dependen de muchos factores (MOGUEL, 2015, p. 25).

Dessa forma, o *kuojtakiloyan* configura um sistema de produção integral, caracterizado pela flora variada de diversos extratos, árvores frutíferas, madeireiras, plantas medicinais e importante presença de fauna. Esta agro-biodiversidade contribui à conservação dos solos altamente férteis e, além de diversificar a fonte de ingressos das famílias, também diversifica a fonte nutricional alimentar. Por outro lado, exige um manejo especial para sua conservação, uma relação simbiótica onde se deve evitar o uso de agroquímicos para preservar a diversidade de plantas e é responsável pela retenção de grandes quantidades de água em temporadas de estiagem.

A produção do café na região atravessou diversas fases e momentos em que, em menor ou maior medida, afetaram a territorialidade agro-biodiversificada dos cultivos, por

exemplo, a entrada do Instituto Mexicano do Café, programa governamental que trouxe pacotes tecnológicos para aumentar a produtividade. Com isso, muitas famílias se tornaram economicamente reféns do grão, commodity muito vulnerável à instabilidade de mercado.

Este cenário persistiu, de forma predominante, até o fim da década de 1970. O processo histórico da luta do povo maseual pertinente às últimas quatro décadas vem continuamente animando a apropriação do controle sobre as relações comerciais, criando obstáculos à expropriação capitalista provocada a partir da circulação de capital. O movimento cooperativista surgido no final da década de 1970 floresceu na tentativa de encurtar as relações comerciais, gerando maior autonomia dos produtores em relação às determinações impostas pelas dinâmicas de mercado e o lucro mercantil dos atravessadores. Este movimento contém um aparente paradoxo: ao cortar etapas de comercialização, os produtores indígenas estariam mais integrados e sujeitos às determinações do mercado capitalista e, assim, vulneráveis aos processos de desaculturação e perda de identidade. Entretanto, as variadas formas de cooperativismo germinadas na região, promoveram e tem promovido o fortalecimento da relação elementar entre os sujeitos e meios de produção, quer dizer, uma relação mais forte com a terra, ao mesmo tempo que manifesta, neste processo, a reconstrução constante dos vínculos territoriais e fortalecimento do arraigo cultural e identitário.

Pierre Beucage (1994) expõe que a experiência cooperativista na Serra Nororiental de Puebla surge no município de Cuetzalan a partir de experiências que compartilhavam a situação prévia de desigualdade de relações que se exerciam nas dinâmicas comerciais entre indígenas e não-indígenas. Uma das experiências germinais do cooperativismo na região foi desenvolvida por habitantes da comunidade de San Miguel Tzinacapan onde, em 1976, um grupo se reuniu para comercializar artesanato vinculado como organização, sem depender de atravessadores e aproveitaram a situação para comprar coletivamente produtos básicos, como arroz, feijão e açúcar. Ainda que a venda cooperada de artesanato não perdurou por muito tempo, a ideia do cooperativismo começou a ganhar adesão. A segunda experiência relatada ocorreu na comunidade de Xiloxochico, no mesmo município, vinculada à inserção de promotores de um programa governamental (Plan Zacapoaxtla) que, desiludidos pela burocracia, começaram a fomentar a organização e associação camponesa. Desta forma, buscaram-se estratégias alternativas de articulação a partir da união de pequenos produtores e assalariados organizados em assembleias dominicais (BEUCAGE, 1994, p. 43, 44, 45).

Nas últimas décadas, os maseualmej conseguiram romper com o localismo organizativo e conformar redes regionais capazes de criar soluções aos problemas como a dependência do mercado e os baixos preços dos produtos agrícolas. Em 1980 se inicia o funcionamento da Cooperativa Agropecuária Regional Tosepan Titataniske (“unidos venceremos”, em nahuatl), ampliando rapidamente a zona de influência do cooperativismo e

distribuindo produtos básicos na região a preços muito mais baixos que os comerciantes não-indígenas ofereciam.

Em poucos anos, a organização em torno da cooperativa de produção e comercialização já se envolvia em projetos de distintas esferas da vida social, como saúde, hortas comunitárias, capacitação, construção de estradas e caminhos, habitação etc. O giro estratégico que combinou a apropriação do processo produtivo com a forma organizacional de assembleias regionais foi fundamental para a geração de processos de construção de identidades territoriais a escala comunitária e regional. A partir deste trabalho impulsionado pelo cooperativismo, a revalorização étnica e as transformações sobre a perspectiva da identidade indígena se marcam num horizonte de transformação social e de lutas populares.

Este movimento se converteu na “União de Cooperativas Tosepan” que, atualmente, agrupa oito cooperativas, três associações civis e uma fundação, legalmente constituídas, e que articulam sua territorialidade regional a partir de “cooperativas locais” organizadas em 430 comunidades situadas em 29 municípios da região, totalizando mais de 35 mil sócios. A maior parte destes (73%) são indígenas e 64% são mulheres; crianças e jovens também representam parte importante dos sócios da cooperativa (TOSEPAN, 2017).

Assim, o movimento cooperativista constituído na região ultrapassa a esfera econômica de consumo e produção, incidindo em variadas dimensões da vida cotidiana, com as seguintes cooperativas: **Tosepan Titataniske**: produção orgânica de café e pimenta, produção de mel e viveiros de plantas; **Maseual Xicualis**: armazenamento, transformação e comercialização de produtos, certificação de produtores orgânicos e desenvolvimento de comércio justo; **Tosepantomin**: banco comunitário que oferece serviços financeiros de poupança, investimento, seguros e crédito (além disso, essa cooperativa financia a habitação rural através de créditos especiais que se concede para construção e melhoramento dos lares); **Tosepan Siuamej**: organização de mulheres que opera e gestiona padarias, armazéns e oficinas para agregar valor aos produtos do campo e outras atividades que permitem que mulheres disponham de recursos, revertendo a disparidade financeira das relações de gênero; **Tosepan Tichanchiuaj**: cooperativa dedicada à construção e melhoramento de casas sustentáveis, com incorporação de técnicas ecológicas relacionadas ao uso racional de energia, aproveitamento de água de chuva e tratamento de esgoto; **Tosepan Pajti**: opera um programa de saúde, com postos de atendimento e promotores de saúde, que prioriza a prevenção de doenças e fornece atenção médica, utilizando-se dos saberes da medicina tradicional, do uso das plantas medicinais, do princípio da alimentação saudável, práticas de higiene e do cuidado do lar como espaço sustentável e sano; **Tosepan Kali**: oferece serviços turísticos alternativos, conhecimento sobre o modo de vida tradicional para os visitantes externos, desenvolvendo ecoturismo, serviços recreativos e educação ambiental, com ênfase

na promoção da identidade maseual; e **Ojtatsentikitinij**: dedicada à produção, tratamento e transformação de bambu (TOSEPAN, 2017).

Além disso, integram a União de Cooperativas associações civis como Yeknemilis (assistência técnica, capacitação e formação) e Limakxtum (comunicação, rádio comunitária), além de uma escola bilíngue que compreende graus pré-escolar e ensino fundamental, voltada à educação para a vida camponesa e fortalecimento da identidade indígena. Assim, o movimento cooperativista em torno desta organização consiste em promover, de forma participativa e democrática, condições de vida boa para as famílias da região através de ações vinculadas diretamente às necessidades concretas da vida cotidiana.

Figura 01 - Festa patronal da União de Cooperativas Tosepan



Fonte: acervo pessoal, maio de 2018.

O antagonismo entre indígenas e não-indígenas caracteriza o pano de fundo dos conflitos estruturais vividos em diferentes momentos na região da Serra Nororiental de Puebla, sobretudo no município de Cuetzalan, desde a chegada dos não-indígenas à região. A condição subalterna produzida historicamente, determinada pelo sistema de dominação colonial, gerou uma divisão hierarquizada das posições sociais no contexto local a partir da oposição entre grupos etnicamente distintos e a criação e associação de imagens e discursos de atraso e progresso. A organização social tem sido uma resposta a esta condição, e a transgressão da ordem social provocada pela indignação organizada, materializada nas experiências cooperativas, não perderam o foco deste antagonismo fundamental. Assim, buscam, por trás de cada um destes processos, promover o fortalecimento da identidade maseual, sua cultura e o arraigo comunitário, refletido nas festas, danças e rituais, além da recuperação e sistematização da história oral, e o aprofundamento das compreensões sobre

a cosmovisão maseual, os conceitos desde seu idioma e outros processos que conectam os diferentes níveis da existência material e espiritual.

Outro exemplo da organização do trabalho comunitário em Cuetzalan, é a existência de uma rede de distribuição de água potável que abastece a maior parte da população do município, gerida pelos Comitês de Água. As diversas comunidades do município (e os bairros da sede municipal) delegam representantes comunitários reconhecidos pelo seu trabalho dedicado ao coletivo, cujo labor consiste no cuidado dos recursos hídricos e gestão da captação e distribuição de água para o consumo dos habitantes. Apesar da imensa disponibilidade hídrica oriunda da pluviosidade, a cultura do cuidado em relação à água é evidente no cotidiano das famílias como na expressão do âmbito político na atividade comunitária, representando um assunto de primeira importância na agenda da gestão territorial.

Assim, a compreensão maseual sobre o que é comunitário, ou comum, não se refere à natureza como algo previamente instituído. Representa as relações sociais de trabalho que se constituem em um determinado território e o produzem como expressão destas relações. A riqueza agro-biocultural do território maseual não seria possível sem as práticas comunitárias que se construíram, reconstruíram e se reinventaram historicamente a partir da afirmação de sua existência como grupo social. O comunitário então não se refere somente ao uso do território ou aos recursos naturais, trata-se de uma forma de ser e estar no mundo.

O Ordenamento Territorial Integral de Cuetzalan e as lutas pela defesa do território

A região onde se encontra a Serra Nororiental de Puebla é, atualmente, uma das zonas no país mais cobiçadas por empresas nacionais e internacionais interessadas na execução de megaprojetos energéticos e de extração mineral. Trata-se de um plano regional que inclui 22 projetos de mineração a céu aberto (440 concessões, representando um total de 169 mil ha), 10 projetos hidroelétricos, além de concessões petroleiras para exploração de hidrocarbonetos através de métodos de perfuração por fratura hidráulica (*fracking*) em reservas não-convencionais. Por outro lado, em toda a região despontam experiências de resistências populares camponesas e indígenas que, até o momento, têm impedido a entrada destes megaprojetos.

Vejamos alguns exemplos movidos pelos maseualmej em Cuetzalan. Neste município de 47 mil habitantes, dos quais aproximadamente 82% da população se autodeclara indígena, as organizações sociais alcançaram a consolidação (jurídica e política) de um programa de ordenamento territorial inovador, amplamente e densamente participativo, que condiciona as

permissões de alteração de uso de solo e o desenvolvimento de atividades econômicas de grande impacto a consentimento e aprovação popular.

A geografia diversa, repleta de paisagens naturais exuberantes, aliada a uma cultura ancestral que integra tradições nahuas e totonacas, tornou-se atrativo para o desenvolvimento do turismo de pequeno porte. Essa atividade demonstra a capacidade de adaptação para a oferta de um serviço moderno à situação cultural e ecológica, que beneficia, em primeiro lugar, aos habitantes da região e não aos interesses dos capitais externos. Entretanto, não existem, em Cuetzalan, condições para uma expansão vertiginosa do turismo, e foi justamente um impasse em relação à atividade turística predatória o gatilho para a reação popular para a construção cidadã de um ordenamento territorial. Em 2009 foi anunciada a implantação de um megaprojeto turístico chamado “Bosques de Niebla”, que impactaria zonas de mananciais. A ameaça destas estruturas para um turismo de grandes proporções, além de afetar as fontes de água, impactaria economicamente os serviços turísticos de pequeno porte, alguns dos quais frutos de organizações cooperativistas indígenas.¹⁰

A partir de uma série de profundos estudos de campo, oficinas e consultas às comunidades, foi possível elaborar uma relação dos principais problemas para o desenvolvimento do setor turístico, na qual incluíam, além do risco ecológico, a vulgarização de aspectos culturais e o risco de despersonalização e aculturação. Realizaram-se oficinas guiadas por diversas metodologias participativas e, de forma complementar, estudos científicos multidisciplinares para a compreensão integral das dinâmicas naturais da região, efetuados ao longo de um ano completo a fim de conhecer o ciclo anual das dinâmicas naturais e, sobretudo, compreendê-lo a partir das relações sociais produzidas desde a cosmisão maseual. Justamente devido à ênfase no aspecto social, o caráter diferencial do processo de ordenamento territorial de Cuetzalan se deu em um contexto de intensa participação e organização social obtida através de décadas de movimento cooperativista e pela densidade da vida social comunitária.

Assim, foi formulado o Ordenamento Territorial Integral de Cuetzalan, instrumento de política ambiental que regula o uso do solo de cada metro quadrado do município e as atividades produtivas com a diretriz de preservação dos bens naturais, regulamentado por lei federal e estatal. O documento expressa o caráter restritivo à construção de infraestruturas para atividades de grande impacto, como plantas de geração de energia. Também explicita o direcionamento contrário ao crescimento urbano e desenvolvimento industrial, valorizando os delineamentos que apontam para harmonização ecológica, em consonância com o modo de vida da população, em sua maioria camponesa e indígena. Também se proíbe em Cuetzalan

¹⁰ Diversas organizações que manifestavam sua inconformidade, alcançaram – com importante apoio do Centro Universitário para a Prevenção de Desastres Regionais (CUPREDER) da BUAP (Benemérita Universidade Autónoma de Puebla), a assinatura de um convênio para a realização de um plano de ordenamento territorial.

atividades de mineração de porte médio e grande, sendo permitida, em algumas áreas, somente a mineração artesanal. Desta forma, limitam-se as possibilidades de atuação dos interesses econômicos de agentes externos, outorgando ao povo poder e autodeterminação nas decisões sobre seu território de vida.

A mobilização que levou ao ordenamento territorial de Cuetzalan foi anterior à chegada massiva dos megaprojetos extrativos, porém têm servido para colocar freios e, inclusive, inspirar processos de resistência em outros municípios da região. Depois da aprovação do Ordenamento Territorial Integral e da conformação do comitê¹¹ encarregado de operacionaliza-lo, esta ferramenta mostrou-se fundamental na defesa do território em diversas ocasiões. Entretanto, demonstrou-se também que somente a contínua e permanente participação social é capaz de sustentar o funcionamento que contraria interesses poderosos.

Por exemplo, com o anúncio das concessões de mineração para a transnacional canadense Autlán, em 2012, o ordenamento territorial foi fundamental para criar impedimentos legais para sua execução que, até o momento, impede a imposição deste projeto. Outro caso, da tentativa de imposição, por parte da Comissão Federal de Eletricidade (CFE) da construção de uma linha de transmissão de alta voltagem (*Línea de Alta Tensión Cuetzalan Entronque Teziutlan II-Tajín*), que atravessaria todo o município, e uma subestação elétrica, que além do impacto que em si representa, está planejada para interconectar com infraestrutura diferentes projetos hidroelétricos, mineradores e de extração de hidrocarbonetos.

Porém, como mencionamos anteriormente, o simples documento do ordenamento territorial sem uma firme sustentação social não seria suficiente para colocar obstáculos ao avanço das empresas. Assim, em 2012 iniciou-se um movimento de realização de assembleias informativas bimestrais com o objetivo de pautar os diversos megaprojetos planejados para a região e dar sustentação à defesa do território em distintas vias estratégicas.

¹¹ Legalmente, segundo leis ambientais mexicanas que regulamentam o assunto de ordenamentos ecológicos municipais, permite-se conformar um comitê heterogêneo e representativo da diversidade da população, que foi aplicado ao pé da letra no caso de Cuetzalan, com muito peso nas organizações sociais.

Figura 02 - Assembleia de defesa do território, no município de Teziutlán

Fonte: acervo pessoal, abril de 2016.

Estas reuniões cresceram rapidamente, atraindo organizações e comunidades de municípios vizinhos em toda a serra, conformando uma sólida rede regional de defesa do território. São momentos de catarse de um processo organizativo difuso e descentralizado, onde se dá a conhecer a realidade de lutas localizadas e se alcança uma compreensão regional do contexto. Seu sentido mais profundo pode ser ilustrado com a afirmação de Porto-Gonçalves (1999, p. 82):

É preciso ocupar o espaço, se fazer presente, rigorosamente, perturbar a ordem, posto que é essa ordem que não lhes reconhece, que não lhes vê. Não sem sentido se diz massa, onde o seu poder está na manifestação da quantidade, do volume, da densidade numa verdadeira medição de forças, onde a individualidade fica subsumida nesse coletivo que tenta, exatamente enquanto coletivo, superar a fragilidade que está inscrita no isolamento, na individualidade. Daí as manifestações, as marchas, as passeatas para que se faça notado.

A rede de organizações conformada pelas assembleias de defesa do território configura uma união “transclassista e multiétnica” (BARTRA, 2016), conformada pela associação entre indígenas e não-indígenas, camponeses, trabalhadores, comerciantes, que teriam o desenvolvimento de suas vidas impossibilitado pelos “projetos de morte”, como apelidam os megaprojetos extrativos. Porém, tem em sua essência um caráter indígena e popular, pois são os setores sociais que, historicamente, protagonizaram as lutas territoriais.

Figura 03 - Ação popular para o cancelamento de obra de infraestrutura elétrica em Cuetzalan



Fonte: acervo pessoal, novembro de 2016.

Entretanto, esse nível de organicidade somente se faz possível devido ao caráter comunitário das tramas cotidianas, ou seja, do âmbito comunal presente nas formas de organização do trabalho, as decisões coletivas sobre os eventos festivos, a gestão cultural, o cuidado coletivo dos recursos hídricos etc. Quer dizer,

[...] mais do que resistência, que significa reagir a uma ação anterior e, assim, sempre uma ação reflexa, temos r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um topoi, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 165).

R-existência, conceito formulado a partir de uma análise ampla sobre os movimentos socioterritoriais latino-americanos (PORTO-GONÇALVES, 2006), combina a construção prática de territorialidades emergentes e um giro epistêmico que questiona os pilares da produção de saber ocidental ao produzir-se de forma situada desde a experiência social. R-existir é resistir ao sistema, mas é, também, afirmar a existência de um projeto de vida próprio, desde a escala da vida cotidiana. Trata-se de olhar as lutas sociais desde uma perspectiva que valoriza a experiência social tecida, dia após dia, desde a realidade mundana daqueles e daquelas que a constroem.

Possíveis contribuições da experiência maseual para as lutas indígenas no Brasil

Refletir sobre as lutas territoriais e indígenas no Brasil a partir de experiências construídas numa realidade histórica tão diferente, como configura o processo histórico mexicano e a particularidade do povo maseual da Serra Nororiental de Puebla, quando colocada em espelho com o contexto brasileiro, pode ser uma tarefa facilmente rejeitada por não comportar as relações necessárias para esboçar uma perspectiva dialógica. Forçar comparações não facilita o diálogo de saberes, ao contrário, o imobiliza. Contudo, uma leitura que considere a particularidade dos processos históricos e assumam-se enquanto produto de sua própria geografia, pode ter a virtude de ampliar horizontes de análise e inserir elementos que contribuam, de uma forma ou outra, e em diferentes medidas a partir daquilo que se espera, para fortalecer-se mutuamente. Nesse sentido, os elementos destacados a seguir são sínteses de um processo histórico particular colocados aqui como ferramentas analíticas para pensar, de forma ampla e flexível, sobre experiências sociais que podem ter mais em comum do que as formas permitem visualizar.

1) “Campeindios” e a inseparabilidade entre capitalismo e colonialismo

Armando Bartra, grande conhecedor da questão agrária mexicana, propôs o neologismo “campeindio” (2010), fato que o fez ser, por muitos, mal interpretado. Apesar de sua formulação estar relacionada ao processo histórico e à territorialidade dos povos indígenas no México, a ideia, entendida em seu sentido amplo, pode contribuir com outros contextos, sobretudo relacionados a processos de conflitos territoriais. O termo não designa uma somatória de identidades ou hibridação; ao contrário, refere-se a uma subjetividade rebelde do campo latino-americano na qual se expressa a unicidade e inseparabilidade dos fenômenos capitalista e colonial, que produz, num mesmo processo imbricado de relações de poder, a exploração de classe e a dominação racial, ou seja:

No es que una parte de los rústicos sea explotada como campesina y otra oprimida como india, es que la subalternidad agraria resulta de la inextricable combinación de **capitalismo** y **colonialismo**, sin que a la hora de la verdad – es decir de las insurgencias históricas de gran calado – sea tan relevante la intensidad que cobre uno u otro rasgo en las diferentes regiones o sectores. (BARTRA, 2016, p. 150).

Ao destacar a indissociável relação entre capitalismo e colonialismo, o autor amplia as margens para a compreensão integral de diferentes processos históricos onde o camponês e o indígena enfrentam os mesmos antagonistas, porém movendo-se sobre estratégias distintas.

Eduardo Viveiros de Castro afirmou que, “no Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é”, quer dizer, que no Brasil, caiçaras, caboclos, camponeses e *índios* são índios “no sentido de que são o produto de uma história, uma história que é a história de um trabalho sistemático de destruição cultural, de sujeição política, de “exclusão social” (ou pior, de “inclusão social”), trabalho esse que é propriamente interminável” (CASTRO, 2006). A insistência de sociólogos, geógrafos e historiadores em interpretar os conflitos sociais no Brasil a partir de seu enquadramento em teorias “universais” europeias fragiliza a capacidade de enxergar pontes entre processos que tem muito em comum, e terminam por coadunar com a inevitabilidade histórica do desenvolvimento moderno ocidental e reforçar uma ideia de “residualidade” daquilo que se constrói em oposição a este modelo societário. Ademais, o olhar eurocêntrico, impregnado pelo racismo epistêmico, tende a negar sistematicamente seus mundos de vida autênticos, sua experiência concreta e a possibilidade de autotransformação e resiliência, sua capacidade de produzir território e política sem reproduzir os modelos europeus.

No México e no Brasil, assim como em todas as latitudes da América Latina, a produção do racismo se associa à produção de um racismo epistêmico que incide sobre qualquer forma de produzir território com base em relações sociais comunitárias. As múltiplas dimensões da expropriação nos territórios tradicionais, camponeses e indígenas respondem a uma racionalidade que lhes dá sustentação social. Não é verdade que o despojo, a violência, o ataque aos bens comuns, a superexploração do trabalho e a expropriação dos saberes e territórios dos povos não europeus ou “não europeizados” já não está escrita no texto da lei e agora ocorre somente na forma de necropolítica de Estados de exceção. A expropriação de uns povos por outros, necessária para a acumulação de capital, segue sendo legal, legitimada pelo Estado e pela opinião pública, das classes médias assalariadas às burguesias nacionais e, para que isso ocorra, colonialismo e capitalismo seguem trabalhando, ativamente, dentro do mesmo projeto.

2) Cooperativismo multidimensional e com identidade

A experiência do povo maseual de Cuetzalan e seus arredores na Serra Nororiental de Puebla expande os sentidos do movimento cooperativista ao extrapolar as dimensões produtivas e incidir sobre os mais diversos setores da vida cotidiana. Ao longo dos últimos

quarenta anos, o desenvolvimento do movimento cooperativista em torno da União de Cooperativas Tosepan tornou-se exemplo para outros processos no México e em outros países, pois conseguiu romper com relações de dominação que se impunham, a partir do imaginário racista, como forma elementar da superexploração do trabalho e controle dos não-indígenas sobre os indígenas. Reverteu também o sistemático processo de destruição da autoestima e, assim, vem fortalecendo um processo de identidade que é, ao mesmo tempo, indígena e camponês, comunitário e popular.

O processo recente demonstra, também, sua capacidade organizativa em “dar a volta” nos obstáculos, produzindo seus próprios processos de construção de bens comuns a partir da inversão lógica dos processos destrutivos que se impõem desde o Estado e a dinâmica capitalista. Por exemplo, diante da tentativa de imposição de linhas de transmissão de alta voltagem sobre o território de Cuetzalan, os cooperativistas iniciaram um processo de estudo e questionamento sobre o uso de energia elétrica na região e decidiram apostar por um projeto de longo prazo de eletrificação através de energia solar, considerando modelos de gestão energética comunitários. A recuperação de práticas tradicionais que, ao longo dos anos foram se perdendo, como a criação de abelhas nativas (*psilnekmej*) e a produção de mel, demonstram a capacidade criativa de diversificação produtiva, que põe em primeiro plano a identidade maseual como um elemento central de sua reprodução social como povo. Contudo, este tipo de experiência ocorre mediante redes de apoiadores externos, articulações construídas ao longo das últimas décadas e um respaldo social que lhes confere legitimidade.

Assim, combinam um modelo cooperativista que considera a multidimensionalidade do trabalho produtivo e reprodutivo, da economia do cuidado e dos elementos culturais, para alcançar cada vez maiores níveis de autonomia e as condições ideais de apontar e caminhar para seus próprios horizontes.

3) Defesa do território e ordenamento territorial

A construção do Ordenamento Territorial Integral de Cuetzalan configura o acúmulo de práticas de cuidado do território por parte de uma constelação de atores, em sua maioria ligados a organizações e cooperativas indígenas, que culmina numa experiência singular de reconfiguração da luta pela terra. Estrategicamente, o reconhecimento do Estado através de legislação ambiental que possibilita a gestão territorial desde a participação cidadã serve como instrumento legal ante a ameaça dos megaprojetos, crescente no contexto de agudização do neoliberalismo e das formas de despojo para a acumulação. Porém, um tipo de “reconhecimento” do Estado que não exerceria nenhum tipo de favorecimento para o povo se não fosse sustentado pela própria ação popular.

Entretanto, a construção do Ordenamento e a mobilização em torno de sua sustentação social, leva a organização social a outras escalas e à efetivação de relações fundamentais para um interesse comum, “multiétnico” e “transclassista”, de proteção do território ante a catástrofe iminente dos megaprojetos de extração mineral, petroleira e das infraestruturas que os favorecem. As assembleias massivas que dão sustentação e legitimidade ao ordenamento territorial são fundamentais no sentido de, por um lado, informar a população sobre os projetos de exploração do território e dos recursos naturais e, por outro, promover o sentimento de união, solidariedade e respaldo mútuo, que o isolamento das lutas locais tende a encolher.

Referências

ALBORES, Maria Luisa. Experiencia de Agroecología en la Tosepan. La Jornada del Campo. [s.l.], p. 1-2. 17 dez. 2016. Disponível em: <https://www.jornada.com.mx/2016/12/17/cam-experiencia.html>. Acesso em: 17 dez. 2018.

BARTRA, Armando. **Hacia un marxismo mundano**: la clave está en los bordes. Cidade do México: Itaca, 2016.

BEAUCAGE, Pierre. Comunidades indígenas de la Sierra Norte de Puebla. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 36, n. 1, 1974.

BEAUCAGE, Pierre. Los estudios sobre los movimientos sociales en la Sierra Norte de Puebla (1969-1989). **Revista Mexicana de Sociología** v. 56, p. 33-55, 1994.

BOEGE, Eckart. **El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México**. Cidade do México: INAH, 2008.

BURGUETE, Cal; MAYOR, Araceli. Una década de autonomías de facto en Chiapas (1994-2004): los limites. In: DAVALOS, Pablo. **Pueblos indígenas, Estado y democracia**. Buenos Aires: Clacso, 2005

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **No Brasil, todo mundo é índio, exceto quem não é**. 2006. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf. Acesso em: 26 nov. 2018.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La Hybris del Punto Cero**: ciencia, raza e Ilustración en la Nueva Granada (1750 – 1816). Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CRUZ, Ramsés. Territorios indígenas, el eterno conflicto. In: RODRÍGUEZ, Carlos. **Defensa comunitaria del territorio en la zona central de México**: enfoques teóricos y análisis de experiencias. Cidade do México: Juan Pablos Editor, 2010.

DÍAZ POLANCO, Héctor. **Autonomía regional**. La autonomía de los pueblos indios. Cidade do México: Siglo XXI, 1996.

FIGUEROA, Mónica Moreno. "Yo nunca he tenido la necesidad de nombrarme": reconociendo el racismo y el mestizaje en México. In: CASTELLANOS, Alicia; LANDÁZURI, Gisela. **Racismos y otras formas de intolerancia de Norte a Sur en América Latina**. Cidade do México: UAM, 2012.

LEYVA, Xochit. Indigenismo, indianismo y "ciudadanía ética" de cara a las redes neozapatistas. In: DAVALOS, Pablo. **Pueblos indígenas, Estado y democracia**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LÓPEZ BARCENAS, Francisco. **¡La tierra no se vende!** Las tierras y los territorios de los pueblos indígenas en México, 2015.

LÓPEZ BARCENAS, Francisco. **El régimen de la propiedad agraria en México**. Primeros auxilios jurídicos para la defensa de la tierra y los recursos naturales. Cidade do México: Centro de Orientación y Asesoría a Pueblos Indígenas A.C., Centro de Estudios para el Cambio en el Campo Mexicano, Instituto Mexicano para el Desarrollo Comunitario A.C., Servicios para una Educación Alternativa EDUCA A.C, 2017.

INEGI – Instituto Nacional de Estadística y Geografía. **Actualización del Marco Censal Agropecuario**. Cidade do México: INEGI, 2016.

MOGUEL, Patricia. Los náhuats y el kuoujtakiloyan. Ejemplo vivo de resiliencia comunitaria. In: TOLEDO, Victor. **El Kuoujtakiloyan: patrimonio biocultural Nahuat de la Sierra Norte de Puebla**. Cidade do México: UNAM, 2015.

NÚÑEZ, Violeta; GÓMEZ, Adriana; CONCHEIRO, Luciano. La tierra en Chiapas en el marco de los "20 años de la rebelión zapatista": La historia, la transformación, la permanencia. **Argumentos**, vol. 26, n.73, septiembre/diciembre de 2013.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther. **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A territorialidade seringueira: geografia e movimento social. **GEOgraphia**, Ano 1, No 2 ,1999.

REYNOSO, Alfonso; CEPEC-Taller de Tradición Oral. **El cielo estrellado de los mitos maseuales**: la cosmovisión en la mitología de los nahuas de Cuetzalan, Puebla. Jalisco: Universidad de Guadalajara, 2006.

ROUX. RHINA. 2012. México: despojo universal, desintegración de la república y nuevas rebeldías. **Theomai**, vol 26. segundo semestre de 2012.

TOSEPAN. La Unión de Cooperativas Tosepan. Em: HIC-AL/Grupo de trabajo de PSH. **Utopias en construcción**: experiencias latinoamericanas de producción social del hábitat. Cidade do México: HIC-AL, 2017.

ZAPATA, Emiliano; MONTAÑO, Otilio. **Plan de Ayala**, 1911.

Sobre o autor

Otávio Gomes Rocha – Licenciado e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e doutorando em Desarrollo Rural pela Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco (UAM-X). Docente da rede de Universidades para el Bienestar Benito Juárez (UBBJ), plantel Toltekayot Yeknemilis. **OrcID** - <https://orcid.org/0000-0002-6830-7864>

Como citar este artigo

ROCHA, Otávio Gomes. Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 90-114, dossiê, 2020.

Recebido para publicação em 11 de fevereiro de 2019.
Aceito para a publicação em 25 de julho de 2019.

Geografia e Povos Indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea¹

Emerson Ferreira Guerra

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil e-mail: roptyc@gmail.com

Roberta Carvalho Arruzzo

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil e-mail: betarruzzo@hotmail.com

Resumo

O presente artigo objetiva compor um quadro analítico sobre a produção de geógrafas e geógrafos brasileiros contemporâneos que tenham a temática indígena como um de seus aspectos centrais, a partir da pesquisa e coleta de dados em textos e artigos produzidos sobre essa temática de 2004 a 2016, em congressos da área. Trabalhamos com os Anais do Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), a partir dos quais organizamos dados quantitativos sobre esta produção, além de analisar com quais conceitos e perspectivas teórico-metodológicas a geografia brasileira vem tratando esses temas. Identificamos um aumento da produção sobre temáticas indígenas na geografia, porém destacamos a necessidade de uma maior convergência entre os estudos dessa área. Este texto constitui-se como um ponto de partida no sentido de conhecer e visibilizar as produções geográficas no Brasil diante das temáticas indígenas, bem como o protagonismo e atuação de geógrafas e geógrafos nesse campo nas últimas décadas.

Palavras-chave: Geografias; Povos Indígenas; Geografia brasileira.

Geography and Indigenous Peoples: an overview of contemporary Brazilian production

Abstract

This article aims to compose an analytical framework about the production of contemporary Brazilian geographers who have the indigenous theme as one of their central aspects, based on the research and data collection in texts and articles produced on this theme from 2004 to 2016, in congresses in this area. We work with the texts of the "Encontro Nacional de Geógrafos (ENG)" and the "Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA)", from which we organize quantitative data, in addition to analyzing which concepts and theoretical-methodological perspectives Brazilian geography has been addressing these issues. We identified an increase in production on indigenous themes in geography, but we highlight the need for greater convergence between studies in this area. This text constitutes a starting point in the sense of knowing and making visible the geographical productions in Brazil in the face of indigenous themes, as well as the protagonism and acting of geographers in this field in the last decades.

Keywords: Geography; Indigenous Peoples; Brazilian Geography.

¹ Pesquisa realizada com apoio do Programa Interno de Iniciação Científica – PROIC da UFRRJ e que contou com duas bolsas de iniciação científica vinculadas ao projeto “Identificação e Levantamento de artigos de Geografia sobre Temáticas Indígenas”.

Geografía y pueblos indígenas: una visión general de la producción brasileña contemporânea

Resumen

Este artículo tiene como objetivo componer un marco analítico acerca de la producción de geógrafas y geógrafos brasileños contemporâneos que tienen el tema indígena como uno de sus aspectos centrales, basado em la investigación y recopilación de datos en textos y artículos producidos a cerca de este tema de 2004 hacia 2016. Trabajamos com las Actas del “Encontro Nacional de Geógrafos” (ENG) y el “Simpósio Internacional de Geografia Agrária” (SINGA), desde el cual organizamos datos cuantitativos a cerca de esta producción, además de analizar qué conceptos y perspectivas teórico-metodológicas ha estado abordando La geografía brasileña a cerca de estes temas. Identificamos un aumento en la producción de temas indígenas en geografía, pero destacamos la necesidad de una mayor convergencia entre los estúdios en esta área. Este texto se constituye como um punto de partida en el sentido de conocer y hacer visibles las producciones geográficas en Brasil frente a los temas indígenas, así como el protagonismo y la actuación de las geógrafas y geógrafos en este campo en las últimas décadas.

Palabras clave: Geografías; Pueblos Indígenas; Geografía Brasileña.

A Geografia brasileira e as questões indígenas

A produção de geógrafos no Brasil com enfoque em temas envolvendo povos e terras indígenas vêm crescendo nas últimas décadas, porém, de forma aparentemente dispersa em diversas áreas da geografia e pelo território nacional. A literatura mais conhecida sobre questões indígenas geralmente é proveniente de outros campos disciplinares como a antropologia, história e sociologia. Todavía, o enfoque da geografia pautado em processos socioespaciais, por meio de seus conceitos de referência, abre possibilidades de análise potencialmente interessantes e que podem contribuir para questões centrais na agenda política destes povos. Acreditamos que um conhecimento mais aprofundado da produção geográfica sobre povos indígenas no Brasil pode ser de grande valia, tanto para estudantes e pesquisadores que se iniciam ou já desenvolvem trabalhos sobre temática ou similares, como para professores que atuam na educação básica.

Não pretendemos aqui realizar um levantamento histórico da forma como a geografia vem tratando a questão indígena, embora reconhecamos a importância e carência deste tipo de abordagem. Nosso objetivo principal é destacar e sistematizar a produção recente da geografia a respeito da questão, contribuindo para visibilizar o trabalho de diversas geógrafas e geógrafos. Neste sentido, buscamos no presente texto formar um quadro panorâmico sobre a produção dos geógrafos brasileiros contemporâneos que tenham a temática indígena como um de seus aspectos centrais, a partir da pesquisa e coleta de textos e artigos produzidos sobre a temática nos últimos quinze anos em congressos da área. A partir da delimitação de dois

eventos de grande relevância, o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) e o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), buscamos levantar dados quantitativos sobre esta produção, além de analisar com quais conceitos e perspectivas teóricas e metodológicas a geografia brasileira vem tratando esses temas. Selecionamos estes dois eventos com o objetivo de identificarmos produções de autoras e autores em diversos níveis de formação, que nem sempre chegam a ser publicadas em periódicos qualificados na área. Acreditamos que esta metodologia possibilita a identificação de possíveis focos de expansão das áreas do pensamento geográfico, antes de seu período de consolidação.

Desta maneira, realizamos, num primeiro momento, uma breve introdução das premissas epistemológicas que nos direcionam e a metodologia utilizada na presente pesquisa, bem como uma breve reflexão histórica contextualizando a temática. Num segundo item, analisamos os dados quantitativos referentes aos dois eventos selecionados para esta pesquisa: os ENGs e os SINGAs de 2004 a 2016. No terceiro tópico, realizamos uma análise mais qualitativa desta produção, focando nos principais temas, conceitos e formas com que a geografia vem trabalhando estas questões nos últimos anos. Por fim, a título de considerações finais, realizamos uma breve análise dos dilemas e desafios desta temática na geografia. Os dados aqui apresentados foram levantados no âmbito de dois projetos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa sobre Geografias e Povos Indígenas – GeoPovos² e que são parte de uma linha de pesquisa dedicada à análise da produção geográfica na temática indígena na geografia brasileira.

Opções metodológicas e algumas ausências

Pensamos ser prudente apresentar alguns pontos sobre a epistemologia da ciência do qual partimos em direção às explorações geográficas que propomos. Uma grande referência para nós tem sido Boaventura de Souza Santos que, em sua “Sociologia das ausências” (SOUZA SANTOS, 2006), nos chama atenção para o fato da tradição científica e filosófica ocidental tende a considerar importante uma gama muito restrita de experiências de mundo. Isso se reflete num olhar reducionista, do qual a geografia não escapa, que produz enormes ausências e opacidades. Esta racionalidade costuma produzir, ativamente, não-existências, que tendem a considerar desimportante uma grande gama de situações. Segundo o autor:

São, assim, cinco as principais formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o inferior, o local, o improdutivo. Trata-se de formas sociais de inexistência porque as realidades

² Foram fundamentais na realização desta pesquisa as participações de William Rocha e Lucas Rocha Barbosa como bolsistas do curso de Geografia da UFRRJ – IM.

que elas conformam estão apenas presentes como obstáculos em relação às realidades científicas, avançadas, superiores, globais ou produtivas. São, pois, partes desqualificadas de totalidades homogêneas que, como tal, apenas confirmam o que existe e tal como existe. São o que existe sob formas irreversivelmente desqualificadas de existir (SANTOS, 2006, p. 789).

Estas não-existências, ausentes não na realidade em si, mas nos discursos dominantes sobre ela, instauram grandes opacidades no discurso científico, que, por outro lado, se crê universal e transparente, pretendendo que

[...] o que se não vê não se vê porque não se pode ou quer ver, mas sim porque não existe. Os limites do olhar são, assim, exteriores ao olhar. Levando ao extremo, esse sistema de representação é tanto mais transparente quanto mais vasta for a opacidade activamente produzida (SANTOS, 2011, p. 192).

Acreditamos, como o autor, que identificar estas ausências e opacidades e transformá-las em presenças é um caminho epistemológico não apenas possível, como desejável. Identificar os limites da prática e do discurso da geografia, por exemplo, tem sido uma forma de ampliá-la. Não é sem razão que Milton Santos já nos propunha, em 1996, uma 'epistemologia das existências' (SANTOS, 1996), em que o olhar atento do geógrafo não poderia desperdiçar as muitas experiências e possibilidades. Nas palavras do autor:

Isto é o mundo: um conjunto de possibilidades. Estas possibilidades que estão por aí boiando sobre nossas cabeças; que formam um universo e que são, um dia ou outro, colhidas por atores que as realizam, transformando-as em fatos sociais, econômicos e, certamente, num dia ou noutro, em fatos geográficos (SANTOS, 1996, p. 8).

Calcado no existencialismo, Santos nos propõem que não escolhamos, como geógrafos, entre existências mais ou menos 'centrais, previstas, verossímeis, relevantes, legítimas'³ e que a contemporaneidade do existir seja entendida de fato, assim:

O existir, ser em ato, oferece esta idéia de epistemologia da existência, porque existindo estão todos. Existem todas as empresas, existem todas as instituições, e todos os homens juntos existem, não importam as suas diferenças. E os geógrafos não devem escolher entre empresas, e instituições e muito menos entre pessoas. Todos constituem este espaço banal que é o centro de nosso trabalho e por intermédio do qual nós mostramos nosso interesse pelo Mundo e pelo Homem (SANTOS, 1996, p. 9).

Uma das principais razões destas ausências nos discursos científicos é a colonialidade inseparável da modernidade, presente no saber, no ser, no poder (QUIJANO, 2005), que, como Ana Clara Torres Ribeiro (2012) nos chama atenção, está sempre presente em nosso pensamento, nos impedindo ousadias conceituais e de método, nos dificultando enxergar a riqueza do tempo presente como uma cegueira noturna que, ou nos permite ver as estrelas no

³ Em oposição ao que Souza Santos chama de "lado errado do exercício (o periférico, o contingente, o inverossímil, o irrelevante, o ilegítimo)" (SANTOS, 2011, p. 192).

céu ou as luzes da cidade. Neste sentido, busca-se um caminho de valorização e diálogo com sujeitos, ações e espaços onde, como nos sugere Milton Santos, vigoram a criatividade e a força de mudança. O espaço geográfico, como *locus* da sincronia, é um conceito fundamental para nos auxiliar na busca de alternativas de abordagem que apontem nossas cegueiras e nos auxiliem a olhar para o céu e não apenas para as luzes da cidade, “trocando de cegueira”, como nos sugere Ribeiro (2012). Buscamos aqui evidenciar os esforços de geógrafas e geógrafos neste sentido.

Sobre a importância das contribuições da geografia para os estudos sobre questões indígenas, apoiamos-nos nas reflexões de Gupta e Ferguson (2000) quando mencionam que tem havido na teoria antropológica pouca consciência da questão do espaço. Estes autores afirmam que as representações do espaço nas ciências sociais dependem de imagens de rompimento, ruptura e disjunção e que a distinção entre sociedades, nações e culturas têm por base uma divisão do espaço aparentemente não problemática por ocuparem espaços naturalmente descontínuos a partir de onde se teorizam o contato, o conflito e a contradição entre culturas e sociedades (GUPTA; FERGUNSON, 2000, p. 32). Defendem que os territórios geográficos ocupados por culturas e sociedades não precisam ser nações, a exemplo de áreas culturais que recobrem vários Estados Nações ou sobre nações multiculturais. Estaria pressuposto a associação entre grupos culturalmente unitários e seus territórios. Mas de forma geral o espaço torna-se uma grade neutra onde inscreve-se a diferença cultural, a memória histórica e a organização social. A crítica feita por Gupta e Ferguson a esta visão condiz com o fato de que, nesta perspectiva, o espaço funcionaria como um princípio organizador central nas ciências sociais, concomitantemente ao seu desaparecimento na esfera de ação analítica.

Neste sentido, é importante tecermos algumas considerações históricas sobre as relações entre geografia e a temática indígena, que irão nortear nossa opção por nos aprofundar na última década. Identificamos a década de 1980 como um divisor de águas no século XX. O período anterior aos anos 80 é marcado por uma visão de geógrafos bastante distanciada dos territórios e sujeitos indígenas. Embora Darcy Ribeiro tenha afirmado que a questão indígena tenha sido bastante debatida no 1º Congresso Brasileiro de Geografia, em 1904, a visão predominante nesse momento era positivista, evolucionista e eurocêntrica. Ou seja, os sujeitos em questão eram vistos em estágio transitório quando, inevitavelmente, deixariam de ser indígenas e se tornariam “civilizados” e seriam incorporados como trabalhadores nacionais. Mas enquanto isso, eram tratados como seres primitivos e selvagens e que representavam um obstáculo às ideias de civilização e desenvolvimento do Estado e da sociedade nacional. Portanto, a ênfase dos discursos geográficos recaía na questão fundiária, no ordenamento territorial e na soberania nacional. A presença indígena, geralmente reconhecida nas frentes de expansão do Estado, era vista e discutida como um problema a ser resolvido.

Manuel Correia de Andrade em seu livro *O Planejamento Regional e o Problema Agrário Brasileiro*, de 1976, faz algumas afirmações que corroboram com essas observações. No capítulo em que disserta sobre o processo de modernização e sua repercussão sobre as relações de trabalho no meio rural, o autor fala que “O Brasil, quando de sua descoberta não possuía civilizações indígenas organizadas em Estados nem cidades, como ocorria em outros países da América Latina” (ANDRADE, 1976, p. 132). A perspectiva eurocêntrica e o desconhecimento desses povos com suas diversas formas de organização social, espacial e políticas, bem como a ausência de dimensionamento das escalas dessas organizações ficam evidentes na citação a seguir, de cunho marcadamente generalista.

Espaço quase desocupado, sem uma organização política mais complexa, centralizada em escala regional ou nacional, sem formação de cidades, onde uma população pouco densa e ainda vivendo na idade da pedra dedicava-se à caça, à pesca e a coleta de produtos florestais. A agricultura de produtos como a mandioca era insípida e os habitantes costumavam fazer migrações a procura de alimentos de acordo com as variações estacionais e com o período de colheita de determinadas frutas como o caju. Descoberta a terra... (ANDRADE, 1976, p.132).

Andrade (1976, p. 132) prossegue ressaltando o desapontamento dos colonizadores portugueses diante do fato de que “os indígenas, pouco numerosos e de nível cultural muito baixo, não eram suficientes nem se adaptavam ao trabalho escravo”. Nessas breves citações é possível reconhecer, além da perspectiva eurocêntrica e evolucionista, um discurso subalternizante dos povos originários sob a infundada alegação de baixa densidade populacional (ideia dos vazios demográficos), ausência de formas de organização política, baixo nível cultural e inadaptabilidade ao trabalho. A única contribuição que afirmações com esse conteúdo podem gerar é reforçar o quadro de desinformação que alimenta formas de preconceito e racismo que embasam discursos e ações violentas e anti-indígenas, ainda recorrentes na sociedade brasileira em pleno século XXI.

O contexto da década de 1980 reuniu alguns elementos que propiciaram uma mudança de abordagens e de trabalhos junto aos povos indígenas. Um deles foi uma mudança de paradigma da relação da sociedade nacional e do Estado com esses povos e que passa a ser influenciada por uma visão socioambiental e que tem como marco o processo político de criação do Parque Indígena do Xingu. Nesse momento chega-se à compreensão de que os indígenas não terão suas identidades étnicas diluídas nos processos de interação social com a sociedade envolvente e que a manutenção de seus modos de vida e distinções étnicas depende de terem garantidos seus territórios. Outro elemento fundamental foi a transição de um período de governo ditatorial para o processo de redemocratização do país e a elaboração de uma nova constituição. O texto constitucional de 1988, que supera o Estatuto do Índio de 1973, prevê o fim da tutela desses povos pelo estado e reconhece o direito dos mesmos a criarem suas organizações civis.

Esse momento é marcado, mundialmente, pelo surgimento e proliferação das Organizações Não Governamentais – ONGs, também denominadas como terceiro setor. Essas organizações se tornam peças fundamentais na transferência de recursos de países centrais do hemisfério norte para países periféricos no hemisfério sul para desenvolvimento de trabalhos de cunho conservacionista e socioambientalista. Nesse contexto, houve bastante investimento de capital estrangeiro para criação de Parques Nacionais e Terras Indígenas no Brasil, principalmente na Amazônia, bem como na promoção do chamado Etnodesenvolvimento junto a esses povos.

Reconhece-se nesse período, no campo da ciência geográfica, a emergência da chamada Geografia Crítica. As geógrafas e geógrafos alinhados a essa corrente de pensamento iniciaram uma atuação mais engajada com perspectiva político-ideológica com os sujeitos e territórios. Com relação aos territórios indígenas diversos profissionais, inclusive da Geografia, passam a ter um importante protagonismo no apoio às lutas territoriais e garantia de direitos de forma ampla. Observa-se então uma relação simbiótica entre produção de conhecimento e protagonismo político junto aos movimentos indígenas. Nesse momento identificamos o que podemos considerar como sendo as primeiras geógrafas e geógrafos indigenistas trabalhando por meio das Universidades, ONGs e associações indígenas.

Nessa virada da década de 80 para os anos 90 do século XX ressaltamos a importância dos trabalhos de Márcia Spyer, Renato Gavazzi, Maria Lucia Cereda e José Antônio de Deus. No final dos anos 90, iniciamos nossos trabalhos e citamos também a produção de Maria Lúcia Pires Menezes e Renata Oliveira Costa. A partir de então, nas últimas duas décadas, acontece o grande aumento de profissionais da Geografia atuando e pesquisando junto a povos indígenas no Brasil⁴.

Atualmente, alguns grupos de pesquisa e grupos de trabalho vem desenvolvendo atividades diversas na temática abordada. Ressaltamos os Grupos de Trabalho sobre questões indígenas organizados e conduzidos no âmbito da AGB, em diferentes sessões dessa associação profissional que têm se posicionado politicamente em apoio às lutas e demandas territoriais indígenas bem como promovido essa discussão nos eventos dos ENG's e CBG's. Citamos também o Grupo de Pesquisa sobre Geografias e Povos Indígenas – GeoPovos, criado em 2011, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, campus de Nova Iguaçu. Nesse momento, foi o primeiro grupo com essa temática no campo da Geografia a ser cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. O objetivo desse grupo é difundir as temáticas indígenas nas atividades acadêmicas de pesquisa, ensino e extensão no âmbito da licenciatura na formação de professoras e professores de Geografia. O GeoPovos tem

⁴ Nas recentes edições do Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Curitiba em 2017 e Recife em 2019, foram realizados Grupos de Trabalhos sobre questões indígenas que contaram com a participação de aproximadamente 40 profissionais ou estudantes de Geografia e diversos indígenas nos debates.

desenvolvido diversas atividades contextualizadas as suas linhas de trabalho como projetos de pesquisa, orientações de iniciação científica, monografias e dissertações bem como organização de eventos, cursos, disciplinas optativas, trabalhos de campo e simpósios e eixos temáticos em eventos acadêmicos nacionais e Internacionais. No ano de 2019 o grupo se ampliou com a criação de uma unidade na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD.

Grandes eventos da geografia no Brasil e a temática indígena: uma análise quantitativa dos ENGs e dos SINGAs

Vimos no item anterior que a produção de pesquisas voltadas para o entendimento das questões indígenas vem crescendo na geografia brasileira, em especial nas últimas décadas. Acreditamos que o presente texto pode contribuir para evidenciar os caminhos que já vem sendo trilhados pelas geógrafas e geógrafos brasileiros no sentido de tratar com igual relevância as múltiplas formas de ser e existir no espaço. Com este objetivo, selecionamos como parâmetro, nesta proposta de sistematização, dois eventos nacionais de geografia. Esta opção está calcada numa tentativa de identificarmos e dialogarmos com autoras e autores de diferentes níveis de formação e perspectivas teórico-metodológicas. Os eventos científicos acabam por representar espaços de debate e divulgação do pensamento mais democráticos, onde abordagens criativas e que se distanciam dos cânones da disciplina tem maior possibilidade de serem apresentadas. Estes encontros permitem a emergência de temáticas que, devido às fortes relações de poder envolvidas nas publicações em periódicos qualificados e no controle pelo Estado dos programas de Pós-Graduação (CORRÊA, 2018), podem encontrar dificuldades nestes espaços.

Neste sentido, selecionamos o Encontro Nacional de Geógrafos, organizado pela Associação Brasileira de Geógrafos (AGB), evento de grande magnitude e que conta com a presença de estudantes de graduação, mestrandos, doutorandos e doutores. A AGB, fundada ainda em 1934, é uma instituição de grande capilaridade e realiza eventos de alcance nacional desde 1955⁵. A cada dez anos o evento deixa de ser um encontro de geógrafos para se tornar o Congresso Brasileiro de Geógrafos (CBG) mas sendo, em estrutura, o mesmo evento. O segundo evento selecionado, o Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), é um evento mais recente, surgindo em 1998, e foi selecionado por ser bastante representativo da área a que se refere, tendo forte relação com o debate dos movimentos sociais no campo brasileiro.

⁵ Ver: <https://www.agb.org.br/agb/#historia>. Acessado em 16 de setembro de 2018.

Numa tentativa de compor o panorama da geografia contemporânea, selecionamos um intervalo de pouco mais de 10 anos (de 2004 a 2016) para avaliarmos diferentes edições dos eventos. Este período corresponde ao de maior número de trabalhos sendo publicados na geografia brasileira sobre a temática indígena. Esta seleção é corroborada pelas informações sobre dissertações e teses defendidas no Brasil envolvendo a temática indígena nas últimas décadas, disponíveis na Tabela 1. Utilizamos três termos de referência para a pesquisa realizada no banco de teses da Capes: índios, indígenas e Terras Indígenas. Quanto ao primeiro termo, vemos um crescimento intenso, embora pouco significativo no total, do seu aparecimento nos trabalhos de pós-graduação *stricto sensu* entre as décadas de 1990 e 2000, quando passam de 4 a 39. Entre as décadas de 2000 e 2010 temos um ligeiro decréscimo, que acreditamos estar mais relacionado às reticências quanto ao uso do termo ‘índio’ do que a uma redução das pesquisas sobre a questão indígena. Quanto ao termo indígena, vemos um quadro que apoia a hipótese do aumento das pesquisas nas últimas décadas. Na década de 1990, encontramos três trabalhos, com um aumento de cerca de dezenove vezes na década de 2000, ainda dobrando a quantidade na década seguinte. Já no que se refere ao termo Terras Indígenas, vemos sua utilização iniciada ainda na década de 1980, lembrando que o termo aparece no texto da Constituição Federal de 1988. Entre as décadas de 1980 e 1990, o uso do termo em teses e dissertações geográficas cresce cerca de vinte vezes. Entre 1990 e 2000, vemos cinco vezes mais trabalhos envolvendo as Terras Indígenas e, por fim, na década de 2010, o dobro dos trabalhos em relação à década anterior. Estes dados apontam o crescimento da relevância de questões indígenas nas teses e dissertações, além de uma forte prevalência da questão territorial no escopo das temáticas.

Tabela 1: Dissertações e teses produzidas no Brasil nas diversas áreas da geografia que envolvam a questão indígena por década (de 1980 a 2018)

Termo de busca na plataforma	Década de 1980 (a partir de 1987)	Década de 1990	Década de 2000	Década de 2010 (até 2018)	Total
Índios	0	4	39	35	78
Indígenas	0	3	58	134	195
Terras Indígenas	3	62	356	765	1.186
Total	3	69	453	934	1.459

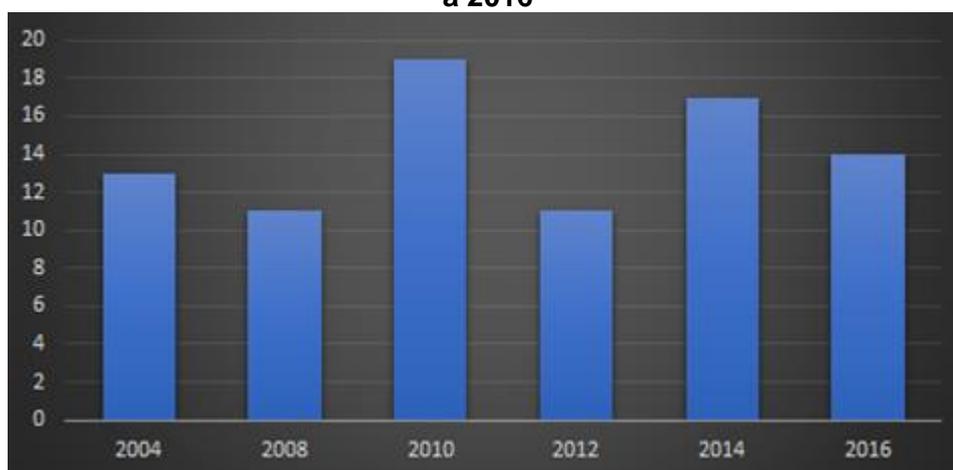
Fonte: Catálogo de teses e dissertações da Capes (CAPES, 2019).

Neste sentido, buscamos até agora explicitar os parâmetros que pautaram nossa seleção: a produção de geógrafas e geógrafos brasileiros nos últimos pouco mais de 10 anos em dois eventos de alcance nacional. Para analisarmos esta produção contemporânea da geografia, a metodologia da pesquisa consistiu numa pesquisa minuciosa nos anais das

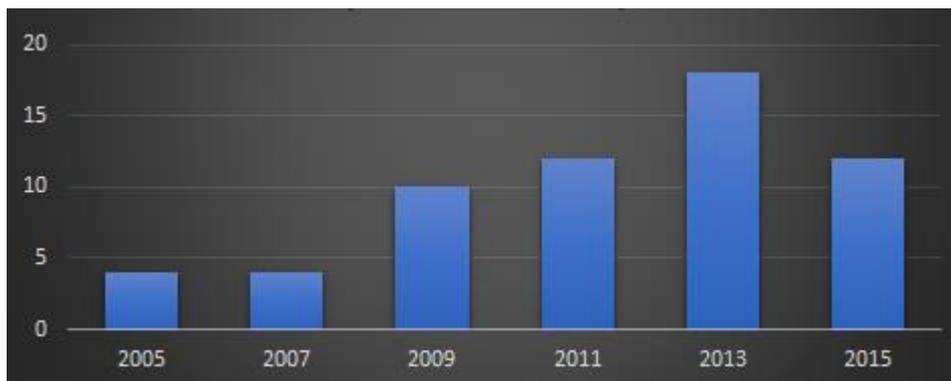
edições dos eventos realizadas entre 2004 e 2016. Após um levantamento sistemático dos arquivos dos anais de cada edição dos dois eventos foi realizada a leitura, de artigo em artigo, buscando identificar os textos que tivessem ligação com a questão indígena. É interessante destacar que nem todos os anais dos eventos foram encontrados nos sites de divulgação, principalmente os mais antigos, cuja aquisição dos artigos publicados só foi possível através de contato com pessoas que estiveram presentes nas edições ou integrantes das comissões organizadoras. Os artigos de interesse para a temática foram catalogados com a identificação das seguintes informações, além do título do texto: nome do autor, formação, nome do orientador, instituição onde o artigo foi produzido, ano do evento, eixo temático em que foi apresentado no evento, povo/etnia trabalhado no artigo, conceitos ligados à geografia trabalhados no artigo e subáreas da geografia que o texto possa estar ligado. Por fim, buscamos realizar uma leitura mais aprofundada dos artigos para construirmos um panorama básico dos principais olhares metodológicos e conceituais que os geógrafos e geógrafas brasileiros tem direcionado à temática indígena, que trataremos melhor no próximo subitem

Os primeiros eventos a serem analisados foram os ENGS e CGBs nas edições de 2004 (CGB), 2008, 2010, 2012, 2014 (CGB) e 2016. A edição de 2006 não foi obtida em função de problemas técnicos na plataforma a qual foi vinculada e por estar indisponível em outros meios. Os resultados quantitativos desta análise estão representados no Gráfico 1, onde vemos a quantidade de trabalhos envolvendo a questão indígena em seis edições do evento. Encontramos uma variação de 11 a 19 artigos em cada uma das diferentes edições. Embora o total dos trabalhos seja pouco representativa devido ao tamanho destes eventos, há uma presença constante desta temática, com destaque para a edição de 2010.

Gráfico 1: Número de textos envolvendo a questão indígena nos ENGS e CGBs de 2004 a 2016



Fonte: Anais dos ENGS de 2004, 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016.
Organização: Lucas Rocha (UFRRJ)

Gráfico 2: Número de textos envolvendo a questão indígena nos SINGAs de 2005 a 2015

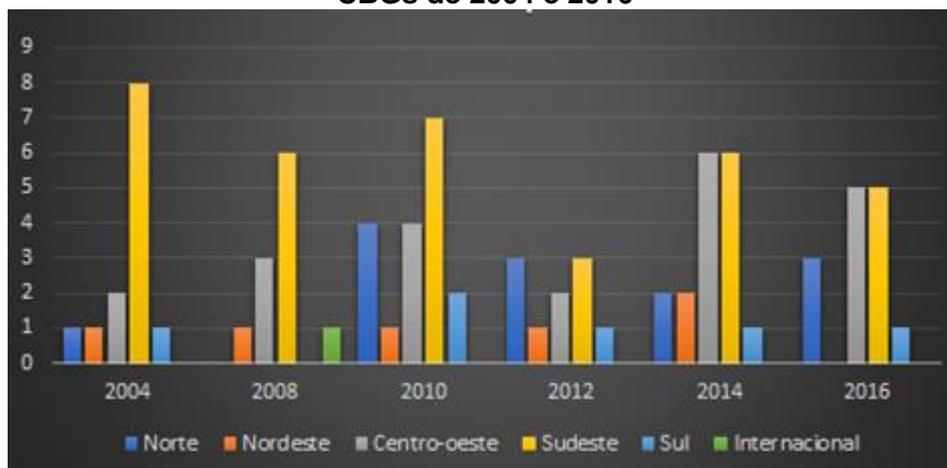
Fonte: Anais dos SINGAs de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015.
Organização: Lucas Rocha (UFRRJ)

No gráfico 2, realizamos a mesma análise quantitativa, porém referente às edições de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015 dos SINGAs. Foram analisados ao todo mais de 3.000 artigos, tendo sido observado um crescimento de publicações com temáticas indígenas ao longo das edições do evento. Podemos perceber um aumento expressivo dos trabalhos sobre questões indígenas entre os anos de 2005 e 2013. Nesse período os trabalhos triplicaram, saindo de cinco no primeiro evento analisado e chegando a mais de 15 em 2013. Em 2015, embora haja uma pequena redução, vemos que o número ainda se mantém bastante elevado em relação aos trabalhos encontrados no início dos dez anos em questão.

Outro parâmetro que buscamos analisar foi a região onde os trabalhos foram produzidos. No gráfico 3 é possível visualizar a distribuição dos artigos por região dos ENGs e CBGs. Nestes eventos, observamos que nas 3 primeiras edições estudadas, prevalecem trabalhos sobre a questão indígena oriundos da Região Sudeste. Por outro lado, nas últimas duas edições, vemos crescer fortemente a participação de geógrafas e geógrafos da Região Centro-Oeste na temática. Além de uma interessante participação da Região Norte na temática nas últimas 4 edições. As regiões Nordeste e Sul mantiveram uma participação de um a dois trabalhos por edição.

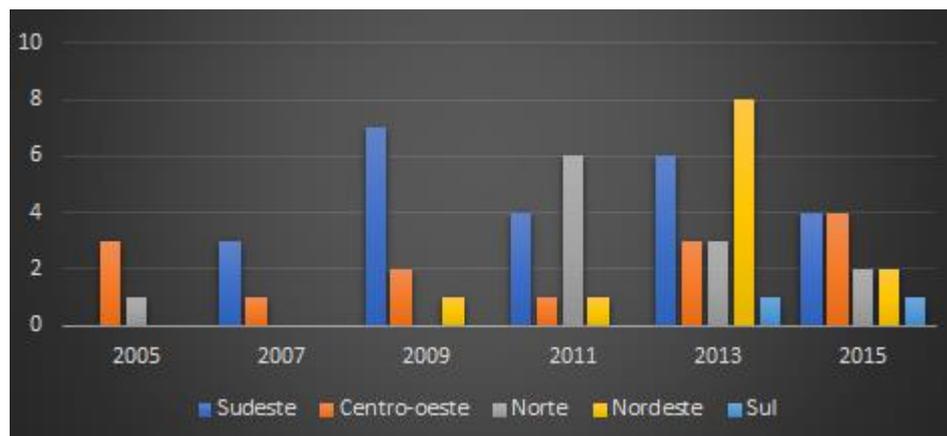
No gráfico 4, temos as mesmas informações, porém referentes aos SINGAs. Entre 2007 e 2013 há uma expressiva concentração de artigos produzidos na Região Sudeste com um pico no ano de 2009. Já no ano de 2013 há um pico notável de artigos produzidos na Região Nordeste. Este dado pode ser associado ao fato de o evento ter acontecido nesse ano em João Pessoa. Trabalhos da Região Norte apareceram em quase todas as edições pesquisadas, tendo uma notável participação em 2011. Os trabalhos provenientes do Centro-Oeste aparecem nos eventos de forma bem distribuída e crescente. Já da Região Sul aparece apenas um trabalho no ano de 2013.

Gráfico 3: Número de textos envolvendo a questão indígena por região nos ENGS e CBGs de 2004 e 2016



Fonte: Anais dos ENGS de 2004, 2008, 2010, 2012, 2014 e 2016.
Organização: Lucas Rocha (UFRRJ)

Gráfico 4: Número de textos envolvendo a questão indígena por região nos SINGAs de 2005 a 2015



Fonte: Anais dos SINGAs de 2005, 2007, 2009, 2011, 2013 e 2015.
Organização: Lucas Rocha (UFRRJ)

Outra informação importante foi a grande diversidade de grupos étnicos abordada nos artigos. Podemos citar, a título de exemplificação, trabalhos envolvendo os : Guarani e Kaiowá, Ofaié, Karajá, Paresí, Krahô, Krikati, WaimiriAtoari, Baniwa, Tapuio, Kaingang, Jaminawa, Kalapalo, Pankararé, Xavante, Terena, Ikolen, Palikur, Tembê, Makuxí, Waiwai, Pataxó, Guajá, També, Ka'apor, Xucuru – Kariri, Pankará, Bororo, Akwe – Xerente, Truká – Tupan e Potiguara. Uma grande quantidade de trabalhos abordou também a temática indígena de forma geral, sem especificar um grupo étnico.

Neste sentido, conseguimos, através desta breve análise quantitativa dos trabalhos envolvendo a temática indígena, indicar seu incremento nas últimas décadas e buscamos

identificar alguns aspectos referentes à produção mais contemporânea. Buscaremos, no próximo tópico, explorar melhor os conceitos, temáticas e abordagens em algumas destas produções.

Conceitos, temas e abordagens da geografia sobre povos indígenas

A partir da leitura de uma grande diversidade de artigos, buscamos identificar as principais abordagens destas produções na contemporaneidade. Devido aos limites da presente publicação, selecionamos os artigos publicados nas edições pesquisadas do SINGA para exemplificarmos nossa análise. Nossa metodologia qualitativa consistiu em realizarmos uma comparação entre os artigos com temáticas semelhantes, buscando identificar elementos que os distinguem, explicitando as diferentes abordagens do mesmo conceito entre os artigos. Nestas abordagens, identificamos três grandes temáticas abordadas pela geografia brasileira no que diz respeito à questão indígena: educação, cartografia e questões territoriais. É com base nestas temáticas que debateremos um pouco mais os conceitos e abordagens utilizadas.

Iniciamos a nossa análise pela área da educação na qual foram identificados artigos que abordam sobre educação para indígenas, educação indígena, educação escolar indígena e educação do/no campo. Enquanto alguns autores tiveram como objeto de análise o docente, outros primaram por conceituar “educação indígena”. Houve ainda aqueles que tiveram como objeto a própria instituição responsável pela educação indígena, quando havia, como o trabalho intitulado “Etnografia da instituição responsável pela educação escolar indígena do Pará”, de Irana Bruna Calixto Lisboa (2011). As metodologias variaram entre análise teórica de autores, pesquisa bibliográfica, sobre educação indígena e entrevistas em trabalhos de campo em casos de estudos de caso.

Foi observada uma diferença conceitual entre os artigos no que diz respeito à “educação do/no campo”. Enquanto uns compreenderam a educação indígena como pertencente à educação do/no campo, primando diferenciá-la apenas da educação escolar indígena, outros ressaltaram a desvinculação entre os conceitos. No primeiro caso, o autor considera que a educação do/no campo compreende a educação dos povos tradicionais de modo geral: quilombolas, ribeirinhos, indígenas, etc. No segundo caso, o autor esclarece que a educação indígena se difere para além de uma contraposição à educação da cidade, possuindo uma série de especificidades que a difere da educação do/no campo de maneira geral, ressaltando especificidades da educação indígena como, por exemplo, a preocupação em fomentar uma educação voltada para o apego à terra como local de reprodução cultural, como esclarece Knapp (2009):

A educação escolar diferenciada, não pode ser só diferenciada da “cidade”, existem inúmeras especificidades entre a educação escolar indígena e a educação escolar do campo. A terra tem uma importância fundamental para os dois grupos, que muitas vezes resultam em disputas desses grupos para com a sociedade envolvente. Contudo, o valor que a escola do campo deve abordar a terra está mais ligada a uma educação que trata da produção sustentável e manutenção da agricultura familiar, enquanto que a educação escolar indígena está mais preocupada em apoiar uma educação voltada para o apego à terra como local de representação da cultura (KNAPP, 2009, p.127).

O trabalho de Lisboa e Assis (2011), no entanto, primou pela avaliação da instituição responsável pela educação escolar indígena. Para tanto, foi realizado um estudo sobre o histórico da educação indígena (comum aos artigos da área da educação) para, posteriormente, relatar as dificuldades enfrentadas na execução da educação escolar, como, por exemplo, a carência de recursos financeiros, formação de professores indígenas, currículo diferenciado, educação bilíngue e produção de material didático.

Dos artigos que permeiam a área da cartografia, conseguimos identificar algumas abordagens importantes de serem explicitadas. Dos artigos que se propuseram mapear terras indígenas, podemos identificar que houve utilização de técnicas de geoprocessamento, imagens de satélites, para uma representação gráfica proporcionada por ferramentas caras à cartografia a fim de explicitar áreas conflituosas, dimensões das Terras Indígenas (TIs) etc. Por outro lado, identificamos artigos que se valeram da chamada cartografia social, em metodologias de mapeamento participativo e que visam a instrumentalização dos povos tradicionais a fim de atribuir-lhes autonomia em suas reivindicações por direitos territoriais e a emancipação de suas identidades coletivas. Para tanto, Alves, Carneiro e Silva (2013) realizaram um processo de alfabetização cartográfica. Concomitantemente ao debate da cartografia como forma de melhor compreender as práticas sociais e a natureza local, foram realizadas atividades de etnomapeamento:

De uma ponta está a tecnologia e o conhecimento acerca do abecedário da cartografia tradicional, necessário nesta troca de saberes; de outra, os conhecimentos tradicionais dessas comunidades, que se fazem o âmago da relação, pois, é através e a partir dele que se desenvolve a metodologia do nosso trabalho. O que fazemos é promover um encontro entre estas duas pontas, para que se qualifique e se multiplique os subsídios argumentativos a favor dos povos tradicionais em relação à afirmação de suas territorialidades e respectivos territórios (ALVES; CARNEIRO.; SILVA, 2013, p. 85).

Como resultado, os autores sistematizaram as informações colhidas no etnomapeamento e na vivência e criaram cartilhas contendo conhecimentos geográficos que compõem as conjunturas histórica, política, cultural e ambiental destas comunidades, a fim de devolver o conhecimento produzido para as mesmas.

No artigo de Bulcão (2013), em que foi trabalhada a cartografia social, a participação de tecnologias se mostrou mais presente. Os pesquisadores realizaram oficinas com técnicos

cartógrafos, antropólogos, ambientalistas e a comunidade indígena (caçadores, pajés, anciãos, professores, agricultores, etc.). Os técnicos assumem o papel de ensiná-los a fazer um mapa e, em contrapartida, a comunidade contribuiu com as informações de uso da terra bem como suas localidades e dimensões. Podemos identificar, aqui, um aspecto em comum com o artigo citado anteriormente: ambos visam um empoderamento social na reivindicação de territórios, porém se diferenciam nas metodologias e nas técnicas utilizadas.

Quanto aos artigos cujo conceito principal é o território foi possível observarmos que, de modo geral, os artigos buscam compreender os processos de territorialização. Em alguns casos, como no artigo de Coelho (2009), a expansão agrícola representou a territorialização do Estado na mesma medida em que representou a desterritorialização ou fragmentação do território da população tradicional.

Quando debatido o território na perspectiva dos indígenas, o autor ressalta as apropriações políticas, econômicas e simbólicas do espaço e confronta as diferentes concepções sobre um mesmo espaço. Quando deparados com processos verticais que impõem a desterritorialização dessa população, segundo o autor, observam-se as adaptações e reconfigurações das dimensões da territorialidade indígena. A perda territorial impacta os padrões de ocupação social e o modo de vida de modo geral. Para Silva (2009), as formas de gestão e manejo dos territórios são fluidas para os povos tradicionais, pois estes criam e recriam suas regras de acesso aos recursos naturais mediante delimitação das áreas, baseando-se, também, em um mapeamento simbólico do território.

Já para Mota (2011), as reservas indígenas não são pensadas para atender à reprodução do modo de vida dos indígenas que são ali territorializados com base em sua antiga organização socioterritorial, por não atender as suas necessidades de acesso aos rios, matas, etc., necessários para a reprodução de seus costumes. Isso ilustra a territorialidade precária apontada por Rogério Haesbaert, conceito debatido pela autora. Essa abordagem busca evidenciar características que justificam essa precariedade como, por exemplo, a territorialização de povos indígenas em reservas onde não há parentes que costumam/costumavam se relacionar, afetando, assim, a relação destes com o espaço. Guerra (2007), por exemplo, aborda as dificuldades enfrentadas pelos Krahô no que tange a sua estrutura produtiva quando lhes foram impostos uma delimitação territorial que não atende às demandas culturais no que diz respeito à organização social e produtiva. Em alguns casos, como pontua Mota (2011), a desterritorialização dos povos indígenas, e sua posterior reterritorialização, dadas as concepções que estes têm de seu território e a disputa deste com os não-índios, provoca trágicas consequências sociais para as comunidades, como suicídios e assassinatos.

Por vezes, medidas vistas como “extremas” são tomadas pelos indígenas quando deparados com violações de sua territorialidade, como aborda Rodrigues e Tembé (2011) sobre

as ameaças e invasões na terra indígena Alto Rio Guamá, que, por falta de ação dos agentes responsáveis pela garantia de suas terras, os indígenas, sem consentimento de suas lideranças, mantiveram presos alguns agentes da FUNAI até que fossem tomadas medidas para sanar o problema das ameaças e invasões realizadas, principalmente, mas não somente, por madeireiros e traficantes. Os Tembé são abordados como um povo autônomo, ciente de suas lutas e sendo agente transformador da realidade que lhes foi imposta.

Pudemos observar que, tanto nos trabalhos de Coelho (2009) quanto no de Mota (2009), denominado “Terra para os Guarani e os Kaiowá: especificidades e similaridades no tocante as diversas lutas pela terra”, ambos abordam e relacionam a disputa territorial indígena às ações desenvolvimentistas do Estado como as políticas de ocupação dos “espaços vazios” que promoveram a Marcha para o Oeste, a economia extrativista e a expansão da fronteira agrícola/colonizadora.

De modo geral, o território aparece como inerente ao modo de ser dos indígenas e às diversas formas de trabalho. Mota (2009) atenta, ainda, para as ações usurpadoras do Estado, não apenas para com o território indígena, mas também para com os conhecimentos tradicionais milenares mantidos através da ancestralidade a fim de colocar esse conhecimento a serviço do capital, através de, por exemplo, indústrias farmacêuticas.

Outro ponto presente em alguns artigos que tiveram a questão territorial como cerne foi a relação da dinâmica agrária, sobretudo do agronegócio, nos impactos socioambientais nas TI's, reservas indígenas, etc. Guerra (2007) aborda a chegada de agricultores gaúchos no Tocantins e o impacto que essa migração gera na dinâmica local sem, muitas vezes, pesar as consequências ou mesmo medidas mitigadoras para os impactos negativos de suas atividades econômicas.

O artigo de Silva (2009), considera a simbologia do território como uma das influências na gestão e uso do território pelos indígenas bem como nos mecanismos de regulação social. Assim como grande parte dos autores de artigos que primaram pelo conceito de território para a dissertação de seus trabalhos, a autora buscou explicitar os processos de identificação, o que é a territorialidade para a etnia trabalhada, as relações entre os processos de identificação territorial e conservação dos recursos naturais no território (de que forma a identidade daquela população influencia no manejo desses recursos), entre outras questões centrais.

Em seu trabalho, Silva (2009) busca, através da compreensão territorial dos Pankararé, maior participação destes indígenas na construção de políticas socioambientais mais inclusivas. Esse interesse vai ao encontro com o de Lira (2011), autor do artigo “A FUNAI e a política de integração das terras indígenas à economia de mercado”. O autor aponta em seu artigo os caminhos que o Estado percorreu desde o SPI para se apropriar das terras indígenas, usando como referencial teórico, mas não somente, as leis e suas alterações ao longo da história. Lira (2011) aborda fortemente a trajetória histórica da questão indígena, sobretudo nos

governos militares, sem deixar de dialogar com a geografia, trazendo dados sobre disputas territoriais e ideológicas no campo, onde, de um lado se posiciona a visão entreguista do Estado e, de outro, a resistência de um modelo de sociedade à assimilação pretendida e idealizada pelo Estado.

Mefano e Alves (2011) trabalharam abordando a segurança alimentar no que diz respeito ao contato dos povos tradicionais e, posteriormente, a dependência destes com relação à alimentação industrial. Este é um ponto importante para a geografia agrária, uma vez que a alteração de práticas culturais de aquisição de alimentos e, posteriormente, insegurança alimentar, se dão pela dinâmica territorial destes povos e suas situações de contato com os grupos não-indígenas, impactando em suas práticas culturais, seja pela forma como são geridas essas terras circunvizinhas, seja a gestão de seus recursos naturais. Essas dinâmicas interferem no modo de vida indígena, sendo responsável, em alguns casos, pela dependência dos alimentos industrializados e, por vezes, da lógica capitalista para garantir seu sustento, como o caso dos Mura.

Os Mura, cujo sustento advém da produção de babaçu e seus derivados (massas e óleo), sofrem com a precariedade das ferramentas de produção da fruta e, como ressalta a autora Andrade (2011), a população com mais recursos econômicos, inclusive industriais, se aproveitam da precariedade da produção do babaçu para difundir em seus rótulos que seus produtos são originários de povos tradicionais.

Buscamos aqui realizar um panorama das temáticas e abordagens que a geografia brasileira vem apresentando com relação à temática indígena, utilizando alguns dos textos levantados como exemplos importantes da diversidade dos debates. Embora a maior parte dos artigos possam ser organizados nas discussões sobre cartografias, educação e processos de territorialização, também foram encontrados alguns textos que abordaram a questão do turismo envolvendo povos e terras indígenas. Observamos, todavia, uma significativa ausência de trabalhos sobre indígenas e espaço urbano que aponta para uma importante lacuna diante da diversidade de situações dessa temática no Brasil.

Geografia e questão indígena: algumas reflexões finais

O presente texto resultou da observação da carência de textos que buscassem sistematizar elementos, ainda que de maneira inicial, sobre a produção geográfica brasileira a respeito da questão indígena. Desde que iniciamos nossos trabalhos na geografia com temáticas indígenas, há cerca de duas décadas, pudemos observar um envolvimento crescente de geógrafas e geógrafos nesse campo, que buscamos aqui apontar. Somado a isso, experienciamos alguns dilemas e desafios de se produzir e pesquisar com temas pouco

trabalhados num determinado campo de conhecimento. Neste momento conclusivo do texto, buscamos realizar um apanhado de algumas dessas questões, baseados em nossas experiências profissionais e em trocas com colegas do mesmo campo.

Num primeiro momento, gostaríamos de destacar quatro dos principais dilemas vivenciados nesse período. O primeiro deles foi a falta de referências e desconhecimento acerca de produções e autores na Geografia brasileira trabalhando com povos indígenas. No final da década de 90 do século XX, o acesso à internet era relativamente restrito, bem como muitos conteúdos ainda não estavam disponíveis nessa plataforma. Desse fato resultava certa dificuldade de conhecer colegas produzindo nesse campo e seus respectivos trabalhos, justamente por serem poucas geógrafas e geógrafos se dedicando à questão indígena nesse momento, em um país com enorme extensão territorial. Conseguir uma referência bibliográfica mais específica ou alguém com esse perfil para convidar para bancas de avaliação de trabalhos acadêmicos nas universidades era uma tarefa árdua.

O segundo dilema consistia no descrédito e desconfiança advindos de alguns profissionais da geografia pela temática indígena, considerada periférica ou de importância menor na disciplina. Esse fato se refletia em dificuldades de ordem de orientação acadêmica e inserção em grupos de pesquisa, por exemplo. O terceiro dilema, decorrente do anterior, é expresso em questionamentos recorrentes sobre a possibilidade ou não desta temática ser abordada de forma geográfica, por ser mais comum em disciplinas como a antropologia ou história, como se resultasse de algum tipo de crise de identidade profissional.

O derradeiro dilema é o que denominamos de complexo do pseudo-pioreinismo. Tendo superado às questões anteriores, muitos profissionais acabam por desconhecer as produções anteriores e contemporâneas às suas. Esse pensamento parece ser bastante sedutor, pois já o vimos manifesto em falas de diversos colegas e em diferentes momentos. Entretanto, duas décadas após o momento inicialmente citado, as condições que temos hoje para buscar e conhecer outros trabalhos e autores que se dedicam ao mesmo tema são muito mais favoráveis. Isso se dá pelo aumento considerável de geógrafas e geógrafos nesse campo, assim como a existência de diversas teses, dissertações, monografias e centenas de artigos disponíveis na internet.

A esses dilemas são correlatos a alguns desafios e que hoje encontram condições mais favoráveis para serem superados. O primeiro deles auxilia a se esquivar do complexo supracitado, que é buscar e conhecer outros profissionais e seus trabalhos que compartilham uma mesma temática. Este texto é resultante justamente de um de nossos esforços neste sentido. O segundo desafio consiste em dimensionar seu “objeto” de pesquisa para além de categorias espaciais previamente conceitualizadas. Ou seja, antes de trabalharmos com determinados territórios, lugares, paisagens ou regiões, estamos diante de grupos sociais etnicamente distintos. Estas distinções étnicas e suas dinâmicas espaciais próprias é que vão

fornecer subsídios para manejarmos e dialogarmos com nossos conceitos, buscando não aplicar conceitos de forma arbitrária sobre uma realidade que não compreendemos bem. Dessa questão se desdobra o terceiro desafio, que é desenvolver métodos de pesquisa e trabalho próprios, fugindo da aplicação de “receituários” metodológicos prontos e amplamente desenvolvidos no bojo da ciência geográfica, mas que não dialogam com as realidades indígenas nem surgiram de diálogos com esses sujeitos.

Em decorrência das questões anteriores, apresentamos ainda um quarto desafio, que aponta para o caminho de estabelecimento de um rico e necessário diálogo da Geografia com outros campos de conhecimento. Nessa circunstância os estudos antropológicos, historiográficos e sociológicos, principalmente, são imprescindíveis para nos aproximar da compreensão das diferentes realidades indígenas com um pouco mais de propriedade. Por fim, destacamos o quinto desafio, que são os trabalhos de campo junto a povos indígenas. O que temos observado é que certo pragmatismo técnico associado às limitações de tempo e de recursos financeiros acabam resultando em trabalhos de campo bastante curtos e pontuais. Esses são insuficientes, não só para a busca de determinados conhecimentos e informações, mas para se desenvolver relações de confiança e aceitação dos pesquisadores por parte dos grupos étnicos em questão. A apresentação desses dilemas e desafios, como um ponto de partida para futuros diálogos, não significa que se esgotem nesse texto.

O presente artigo constituiu-se como um ponto de partida no sentido de conhecer e visibilizar as produções geográficas brasileiras diante das temáticas indígenas, bem como o protagonismo e atuação de geógrafas e geógrafos nesse campo nas últimas décadas. O material levantado por essa pesquisa compõe um conjunto de artigos bastante diversos cujo potencial de análises e diálogos não se esgota nesse texto e nos convida a mergulharmos nesses estudos. Como desdobramentos dessa pesquisa prevemos seguir no caminho de analisar dissertações e teses, assim como artigos publicados nos principais periódicos da geografia no Brasil. Ampliaremos esse trabalho para a escala latino-americana a partir dos artigos publicados nos Encontros de Geógrafos da América Latina – EGAL. Podemos afirmar que a produção geográfica sobre questões indígenas no Brasil avançou bastante, tanto quantitativamente quanto qualitativamente, mas ainda há muito a se construir para uma Geografia em diálogo com os povos, suas lutas e protagonismos, bem como na compreensão de suas complexidades territoriais.

Referências

ALVES, J. P.; CARNEIRO, M. R. D.; SILVA, T. S. Cartografia social, identidades coletivas e direitos territoriais: construindo outros mapas, afirmando outras territorialidades. In: Simpósio

Internacional de Geografia Agrária, 6., 2013. João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

ANDRADE, J. M. B. DE.; CAVICCHIOLI, M. A. B.; SANTOS, M. da C. Apima - associação dos produtores indígenas mura de Autazes. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2011. Belém. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

ARRUZO, R. C.; GUERRA, E. F. Povos Indígenas: nem pertencentes ao passado, nem parados no tempo, nem fadados a desaparecer. In: MONTEIRO, R.B. (org) **Práticas pedagógicas para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no Ensino Médio**. Seropédica, UFRRJ\Evangraf, 2013. 144p.

BULCÃO, L. L. da S. Mapeamento de territórios indígenas: um problema de diversas escalas. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 6., 2013. João Pessoa. **Anais**. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

COELHO, V. A. Formação territorial e conflitos entre territorialidades no Brasil central: o caso xavante. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4., 2009. Niterói. **Anais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

CORREIA, R. L. Produção geográfica, controle e poder. In: **Caminhos paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

GUERRA, E. F. A terra indígena krahô e a expansão do agronegócio no estado do Tocantins. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 3., 2007. Londrina. **Anais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

GUERRA, E. F. **Terras Indígenas e Desordenamento Territorial das terras Timbira ao Xingu**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense PPGeo-UFF. Niterói, 2012

GUPTA, A.; FERGUSON, J. Mais além da cultura: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, A.A. (Org.) **O Espaço da diferença**, Campinas: Papius, 2000.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999, p. 169-189.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate In: **GEOgraphia** – Revista da Pós-Graduação em Geografia da UFF, Rio de Janeiro, ano IX, n 17, 2007

KNAPP, C. Educação escolar do campo e educação escolar indígena, direito à diferença: direitos diferentes. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 2009. Niterói. **Anais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B. (Org.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B. **Estado e povos indígenas: bases para uma nova política indigenista II**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

LIMA, A. C. S.; HOFFMANN, M. B. **Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.

LISBOA, I. B. C.; ASSIS, E. C. de. Etnografia da instituição responsável pela educação escolar indígena do Pará. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2011. Belém. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

LIRA, E. R. A funai e a política de integração das terras indígenas a economia de mercado. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2011. Belém. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

MEFANO, I. V. de.; ALVES, S e J. de P. Cultura indígena e quilombola, educação ambiental e segurança alimentar nas escolas. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2011. Belém. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

MOTA, J. G. B. Terra para os guarani e os kaiowá: especificidades e similaridades no tocante as diversas lutas pela terra. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4., 2009. Niterói. **Anais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

MOTA, J. G. B. A territorialização precária guarani, kaiowa e terena na reserva indígena de Dourados/MS: ocorrências de suicídios e assassinatos. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 5., 2011. Belém. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

OLIVEIRA, R. C. O. Movimento dos conceitos na antropologia. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 36, 13-31, 1993.

OLIVEIRA, R. C. O. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, 13-37, 1996.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Colección SurSur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>.

RIBEIRO, A. C. T. **Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades**. Salvador: Redobra, ano 3, pp.58-71, 2012.

SANTOS, M. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, nº 21 p.7-192, 1996.

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência universal**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova: a crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: **Conhecimento prudente para uma vida decente**. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

SILVA, L. M. da. Os processos de identificação territorial e a(s) territorialidade(s) na sociedade indígena pankararé-BA. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 4., 2009. Niterói. **Anais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, 2. 2005. Presidente Prudente. **Anais**. Presidente Prudente, 2005.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Jornada Orlando Valverde – Campesinato em movimento, 3. 2007. Londrina. **Anais**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: A questão (da reforma) agrária na América Latina: Balanço e perspectivas, 4. 2009. Niterói. **Anais**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: Questões agrárias na panamazônia no século XXI: usos e abusos do território, 5. 2011. Belém. **Anais**. Belém: Universidade Federal do Pará, 2011.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA: João Pessoa. **Anais**. Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2013.

Sobre os autores

Emerson Ferreira Guerra – Graduação e Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0002-3002-2281>

Roberta Carvalho Arruzzo – Graduação, Mestrado e Doutoraem Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0001-7860-4718>

Como citar este artigo

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUIZZO, Roberta Carvalho. Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 115-136, dossiê, 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). A pesquisa, formulação de conteúdos e redação do texto foram realizadas pelos dois autores do artigo, **Emerson Ferreira Guerra** e **Roberta Carvalho Arruzzo**. Os autores pesquisam juntos desde 2012, quando fundaram o Grupo de Pesquisa em Geografias e Povos Indígenas, o GeoPovos, onde a presente pesquisa foi elaborada, debatida e realizada. Aproveitamos para destacar que o grupo de pesquisa, coordenado conjuntamente pelos dois autores desde sua criação, conta também com a participação de diversos estudantes de graduação e pós-graduação que também tem debatido conjuntamente os temas aqui apontados.

Recebido para publicação em 06 de março de 2019.
Aceito para a publicação em 17 de setembro de 2019.

O Movimento Indígena contemporâneo e a Geografia

Gilberto Vieira dos Santos

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: wataramy@gmail.com

Antonio Thomaz Junior

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail: thomazjr@gmail.com

Resumo

Neste artigo buscamos destacar o histórico das lutas engendradas pelos povos indígenas no Brasil e os contextos que levaram a constituição de lutas conjuntas por diferentes povos e a constituição do Movimento Indígena. Compreendida em sua multidimensionalidade, a luta dos povos indígenas possui características que a diferenciam de outras lutas por território, visto que a própria compreensão de território está distante da compreensão comum de outros movimentos em luta no campo brasileiro. As pesquisas no campo da ciência geográfica, que já há alguns anos se debruçam sobre a realidade do campo, ainda está frente ao desafio de aprofundar sua leitura a partir dos povos indígenas. Buscamos, com este artigo, dar nossa contribuição para esta construção.

Palavras chave: Movimento Indígena; conflitos territoriais; direitos constitucionais.

The contemporary Indigenous Movement and Geography

Abstract

In this article we seek to highlight the history of the struggles engendered by indigenous peoples and the contexts that led to the constitution of joint struggles by different peoples and the constitution of the Indigenous Movement. Understood in its multidimensional nature, the struggle of indigenous peoples has characteristics that distinguish it from other struggles for territory, since the very understanding of territory is far from the common understanding of other fighting movements in the Brazilian countryside. Research in the field of geographic science, which for some years now has focused on the reality of the field, is still facing the challenge of deepening its reading from the indigenous people. We seek with this article to make our contribution to this construction.

Keywords: Indigenous movement; territorial conflicts; constitutional rights.

El Movimiento Indígena contemporáneo y Geografía

Resumen

En este artículo buscamos destacar el histórico de las luchas engendradas por los pueblos indígenas y los contextos que llevaron la constitución de luchas conjuntas por diferentes pueblos y la constitución del Movimiento Indígena. En la multidimensionalidad, la lucha de los pueblos indígenas tiene características que la diferencian de otras luchas por territorio, ya que la propia comprensión de territorio está distante de la comprensión común de otros movimientos en lucha en el campo brasileño. Las investigaciones en el campo de la ciencia geográfica, que desde hace algunos años se centra en la realidad del campo, todavía está

frente al desafío de profundizar su lectura a partir de los pueblos indígenas. Buscamos con este artículo, dar nuestra contribución a esta construcción.

Palabras clave: Movimiento Indígena; conflictos territoriales; derechos constitucionales.

Introdução

Para além do território enquanto espaço geográfico, de reprodução física e cultural, o território indígena possui uma dimensão anímica, simbólica e metafísica, onde seus ancestrais estiveram e seguem na história presente. Uma serra, um lago, uma cachoeira, uma determinada formação de solo ou o conjunto destes elementos são partes desta multidimensionalidade territorial. Por isso, estes elementos também fazem parte da perspectiva própria da luta pelo território engendrada pelos povos indígenas e, em nossa análise, não se pode prescindir deste aspecto quando analisamos a constituição do Movimento Indígena no Brasil, visto que sua principal luta é por território.

A exemplo das palavras *Tekohá* e *Yvy*, que na língua do povo Guaraní definem o território, este é lugar de produção, para assegurar a existência. Mas *Tekohá* deriva de *Tekó*, por isso também representa seu “modo de ser, modo de estar, sistema, lei, cultura, norma, comportamento, condição, costume” (GUARANI CONTINENTAL, 2016. p. 12). Esta múltipla dimensão do território está na base da múltipla dimensão das lutas para mantê-los, defendê-los ou recuperar os territórios de onde estes povos foram expulsos.

Creemos que a mesma perspectiva apontada por Betancourt (2015), ao analisar a realidade colombiana e boliviana, contribui para reafirmar esta compreensão sobre território e territorialidade. Afirmam os autores que:

Las luchas sociales han hecho un gran aporte al re-significar epistémica y políticamente el concepto de territorio. En términos epistemológicos desafiando las tradiciones de teorías sociales, tanto conservadoras como críticas, que lo invisibilizaban como factor estructurado y estructurante de las sociedades y, en términos políticos descentrándolo del Estado-nación territorial, que ignoraba la diferencia y las territorialidades pre-existentes. Territorio es ahora un concepto apropiado y revalorizado, política y epistémicamente por los movimientos sociales, especialmente indígenas, afroamerindios y campesinos, y que ha tenido su eco en las transformaciones de los Estados en las últimas dos décadas (BETANCOURT, 2015. p. 15).

De certa maneira, assemelhando-se ao *tekohá* dos Guaraní, esta territorialidade apontada pelos pesquisadores é imanente de formas próprias de “viver/sentir/pensar o espaço”. A partir deste viés pode-se pensar, na pluralidade de perspectivas territoriais, e, por conseguinte, na pluralidade de formas de construir estes territórios e diferentes territorialidades. Esta construção, permeada por lutas e resistências indígenas aos processos

de expropriação dos territórios, ou pela manutenção dos territórios conquistados, não se materializam da mesma forma que as demais lutas no campo. Como afirma Mota (2009):

Entretanto, existem especificidades, visto que indígenas, remanescentes de quilombolas, camponeses etc. não entendem a terra da mesma forma, existindo diferenciações nas relações culturais, econômicas e políticas que vão denotar diferenciações nas lutas e, também, nas suas relações com a terra (MOTA, 2009. p. 3).

No exemplo ainda dos povos Guarani, Mota (2009) clareia ainda mais o que significa esta dimensão da territorialidade:

Estar na terra é a condição essencial da reprodução da vida, pois estar no território tradicional, possibilita a territorialização e a continuidade da territorialidade Guarani e Kaiowá, a partir de um tempo histórico que não passou, tendo em vista que o estar com os parentes, não significa que esteja fundamentado em uma materialidade existencial, porque o parente vive na terra e sobre a terra que condiciona a própria reprodução de um “modo-de-ser”. Assim, estar com os parentes ou entre os parentes, na vida e na morte, significa obter forças para continuar a se reproduzir, resistir e R-Existir (MOTA, 2009. p. 16).

Não se pode entender a luta dos povos indígenas, portanto, sem compreender esta territorialidade, com seu “tempo histórico”, em que o presente não se desvincula do passado nem do futuro, numa inter-relação para além da materialidade. Esta territorialidade, configurada no vínculo com o território mesmo sem a posse física do mesmo, é elemento da luta dos povos indígenas.

Não pretendemos aqui esgotar nem elencar todas as iniciativas que ao longo dos séculos e mesmo mais recentemente, após a década de 1970, marcaram a constituição do Movimento Indígena no Brasil. Indicamos, para as pessoas interessadas, os trabalhos de Mota (2015), Bicalho (2010), Lacerda (2008), Matos (2006) e Osammi (1993), como importantes referências que buscaram aprofundar outras dimensões e fatos relacionados ao Movimento Indígena no país. Outros trabalhos também aqui citados, embora não vinculados ao Movimento Indígena nacional, são indispensáveis para a compreensão deste fenômeno. Nos ateremos a alguns contextos e fatos históricos também observados pelas pesquisadoras anteriormente citadas, mas com um recorte que julgamos o suficiente para clarear aos leitores e leitoras o tema que nos propomos estudar.

Consideremos, inicialmente, que os povos da América Latina historicamente sofrem com as disputas e conflitos em torno do uso e domínio da posse das terras, tensionamentos fundamentados e materializados pela visão colonizadora europeia que via no chamado “novo mundo” a solução de seus problemas. Nesta América as novas terras serviriam para a exploração dos assim chamados recursos naturais, pois na concepção do colonizador era

composto por terras vagas, inabitadas, sem dono. As populações originárias não foram consultadas sobre os propósitos dos colonizadores, situadas – as populações originárias – na visão do europeu em situação natural de inferioridade, condicionadas a ceder suas terras aos desejos exploratórios da metrópole europeia, tornando a o território dos povos em latifúndios agroexportadores (QUIJANO, 2005, p. 107).

O latifúndio se constrói por definições externas em grandes porções de terras que tomam quilômetros do país (no Brasil, por exemplo) para o monocultivo. Segundo Prado Junior (1978), organizou-se historicamente o campo em latifúndio monocultor, que escravizava pessoas para suprir as demandas do mercado agroexportador internacional, produzindo uma realidade onde poucos detêm muitas terras e muitos não possuem terra alguma. Este fato encontra os povos indígenas frontalmente, pois a mentalidade colonial perpetua lógicas e ensinamentos que rompem a história e comparecem aos dias atuais, desconsiderando ou negando a presença secular ou imemorial dos povos, realidade facilmente verificada nas constantes invasões das terras indígenas, em várias regiões do Brasil.

Os processos de luta e resistência contemporâneas dos povos indígenas no Brasil nos instigou a compreender as novas dinâmicas e configurações (ou reconfigurações) territoriais nas diferentes escalas de acumulação do capital. Como aponta Thomaz Junior (2009), o avanço das forças capitalistas não respeita territórios, sujeitos, culturas, costumes, esmagando tudo que está pela frente para alcançar seus propósitos de “saquear” os bens naturais, subjugar, dominar e explorar os trabalhadores. Vislumbrando a luta dos povos indígenas na contramão deste processo, entendemos ser necessário desvendar “os sujeitos sociais que promovem lutas de resistência e emancipação da classe trabalhadora”, nas palavras de Thomaz Junior (2009), e com ele, buscamos saber:

[...] quem são os sujeitos coletivos do século XXI, capazes de amalgamar e potenciar as lutas de resistência e emancipatórias, e que fazem parte da classe trabalhadora? Essas questões e questionamentos passaram a fazer parte do nosso cotidiano em Geografia. Nesse sentido, a configuração dos territórios, as dinâmicas geográficas que lhes estão na base, o metabolismo social e suas referências espaciais, nas diferentes escalas, diante dos novos padrões de acumulação de capital, e os conflitos imanentes são componentes imprescindíveis dos pressupostos e referenciais de pesquisa (THOMAZ JUNIOR, 2009. p. 46).

Buscando desvendar esta realidade e responder às mesmas questões utilizamos a metodologia que nos colocou em contato permanente com estes povos, principalmente em Brasília, mas também nas aldeias em diferentes regiões do país. Através de uma “pesquisa-ação”, também acompanhamos as incidências de diversos povos junto a órgãos públicos, Congresso Nacional e, principalmente, em manifestações de rua, onde chamavam a atenção

da sociedade em geral e dos poderes estatais para suas situações. Embora destaquemos aqui este acompanhamento mais recente, não podemos deixar de informar que acompanhamos os povos indígenas de forma quase exclusiva há quatorze anos, o que por certo nos possibilitou a aproximação, interlocução e ação direta junto a estes povos.

Pela necessidade de um diálogo multidisciplinar sobre o tema, buscamos em bibliografias diversas e de diferentes áreas do conhecimento, informações e relatos históricos sobre os processos de luta e organização do Movimento Indígena no Brasil. Através de entrevistas com indígenas e pessoas vinculadas às organizações de apoio aos povos, buscamos entender e caracterizar o status deste Movimento que resiste aos ataques, principalmente dos setores econômicos vinculados ao agronegócio, e seguem no enfrentamento às ações que buscam desterritorializá-los.

Contextualizando o Movimento Indígena no Brasil

É no contexto de enfrentamento e resistência ao capital no campo e ao seu poder de transformar e reconfigurar os territórios, que os povos indígenas ganham destaque, sobretudo por sua organização e resistência contra os avanços monopolistas sobre suas terras, materializando conquistas durante e após o processo Constituinte de 1987/88.

Naquele período vários povos indígenas, entre eles os Kayapó, Xavante, Tapirapé, Xukuru e Tukano, conquistam juntamente com setores da sociedade organizada, direitos historicamente negados, superando uma tutela que os considerava semi-capazes.

A inserção do Artigo 231, Capítulo VIII na nova Constituição, garante a estes povos indígenas o “direito originário”, que prevê a posse de seus territórios, além de textualmente garantir o usufruto exclusivo das riquezas, segundo seus usos e costumes, como podemos constatar na leitura do artigo constitucional:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios **destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.** (...) (BRASIL, 1988, Capítulo VIII, Artigo 231 da CF. p. 130) (grifo nosso).

O Artigo 232 da mesma Constituição supera anos de tutela ao reconhecer que “Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em

defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo”. Na prática, iguala os indígenas em relação aos demais cidadãos brasileiros, retirando do Estado o poder de tutela até então exercido pela Funai.

Contudo, embora a própria Constituição apontasse, no Artigo 67 dos *Atos das Disposições Constitucionais Transitórias*, que a partir de sua promulgação em um prazo de cinco anos a demarcação de todas as terras indígenas deveriam ser concluídas, o tensionamento em torno do acesso à terra segue até os dias de hoje. Muitas foram as barreiras interpostas para a efetivação deste direito, por parte dos setores vinculados ao agronegócio, mineração e exploração madeireira. Esta dificuldade de dar vida à letra constitucional também é verificada quanto ao direito de acesso à justiça, que esbarra na interpretação por parte de juízes que veem os indígenas ainda fossem tutelados.

Assim, como secularmente vem ocorrendo, as conquistas efetivas só foram e vêm sendo possíveis a partir da mobilização e da luta por parte dos povos indígenas em todas as regiões do Brasil, através de diferentes estratégias.

É neste contexto desfavorável que se apresenta a atuação do Movimento Indígena, expresso na inserção cada vez mais intensa, e tensa, destes sujeitos em lutas locais, regionais e em Brasília (DF), cidade onde se encontram as sedes dos órgãos responsáveis pela política indigenista. Nesta cidade, onde em 1987 e 1988 estes povos se apresentaram em multicolores figuras e marcaram as sessões e votações no Congresso Nacional ou as reuniões com deputados para garantir o texto constitucional, uma nova disputa, três décadas depois, se apresenta, agora para impedir que retrocessos ocorram nestes direitos.

Para nos situar nestes embates, faz-se, contudo, necessário um breve mergulho no processo histórico que lastreia o Movimento Indígena. Este mergulho nos leva a década de 1970 e às primeiras Assembleias Indígenas do Brasil.

Em abril de 1974, em pleno "milagre brasileiro", anos de chumbo da ditadura militar, duas dezenas de indígenas se reuniram embaixo de algumas mangueiras, em Diamantino (MT). Era abril. Uma comemoração diferente. Fato que viria marcar profundamente a luta dos povos indígenas no Brasil. Se lançavam as sementes de um novo movimento indígena no país. Nos dez anos seguintes, foram mais 50 Assembleias Indígenas em todo o país (HECK, 2014).

A afirmação de Egon Heck, indigenista e um dos fundadores do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, é consenso em todas as obras por nós consultadas que abordam o tema, ou seja, as bases do que se denominou posteriormente “Movimento Indígena”, foram lançadas durante as primeiras articulações e nas primeiras assembleias promovidas pelo CIMI no início da década de 1970, precisamente em abril de 1974, quando ocorreu a primeira “Assembleia de Chefes Indígenas” (Foto 1).

Foto 1: Primeira assembleia indígenas. Diamantino (MT) – 1974



Fonte: Acervo CIMI (2015)

Num contexto de ditadura militar, como nos pontua Heck, alguns indígenas, então tutelados pelo Estado, foram impedidos de sair de suas aldeias para viajarem até o Mato Grosso. Outros, que subverteram as ordens dos Chefes de Posto da Funai, e saíram sem autorização, sofreram represálias em seu retorno, chegando a serem presos.

Segundo Matos (2006), as assembleias indígenas proporcionaram o início de uma tessitura de consciências, identidades e processos formativos.

A participação de representantes indígenas em assembleias, organizadas na década de 70 com apoio de entidades civis, principalmente do CIMI, proporcionou a formação de uma “consciência indígena coletiva” da situação de contato e a criação de uma identidade supra-étnica que foi capaz de aglutinar diferentes grupos indígenas em torno de demandas políticas comuns (MATOS, 2006. p. 40-41).

O Conselho Indigenista Missionário foi criado em 1972 a partir da articulação de atuações anteriores de agentes católicos que se dedicavam ao trabalho com povos indígenas. Embora herdeiro de um histórico negativo de presença da Igreja Católica junto a estes povos, em que a catequese que buscava converter a “cristãos” os indígenas, negava suas culturas e línguas, o CIMI surge já na contramão da perspectiva colonialista e busca, desde sua gênese, uma atuação que prima pela defesa dos direitos dos povos, sejam estes culturais ou territoriais. Aliás, o que lhe custa também perseguições e mortes.

Quanto aos direitos territoriais, lastro da vida dos povos e motivador dos principais conflitos, perceberemos que pelo processo histórico de desterritorialização, provocado pelo

avanço do capital sobre os povos e territórios indígenas, a terra configura-se a principal pauta destes povos – no entanto, em uma dimensão muito própria.

Nas palavras de Maurício Guarani, do Conselho de Articulação do Povos Guarani, do Rio Grande do Sul:

Nós acreditamos que Nhanderu entregou a terra para ser cuidada e partilhada. Ela é nossa e dos demais seres viventes. Por isso, procuramos, ao longo dos anos, zelar por ela. O homem dito civilizado jamais poderá atribuir aos Guarani a devastação e o desrespeito que a terra enfrenta. Valorizamos a terra como parte de nosso corpo. Se cortamos uma mão, arrancamos um membro importante do corpo. E assim é com a terra para os Guarani, não admitimos que ela venha a ser maltratada, rasgada, destruída. [...] Para os nossos líderes religiosos a vida é simples. Eles, na sua humildade e sabedoria, têm a certeza de que não são as riquezas materiais que darão alegria e esperança aos homens e mulheres. Eles afirmam com convicção que se a terra estiver viva, protegida e valorizada, todos terão exatamente aquilo que precisam para viver. E nesta concepção, no modo de pensar a terra e os seus bens, é que habita a grande diferença entre os povos indígenas e a civilização branca (CIMI, 2014. p. 15).

Esta concepção da terra, entendida aqui como território e como algo não externos aos próprios corpos, explica em parte porque, mesmo ameaçados, agredidos e vendo assassinados seus parentes, os Guarani e outros povos seguem na luta para reaver os territórios de onde foram expulsos. Explica também porque terra e território tornam-se a pauta principal também das organizações de apoio.

A constituição de espaços para o intercâmbio entre os povos, debates sobre seus problemas e buscas de solução deu-se justamente como forma de fortalecer os povos para o embate contra o capital que os ameaça. Como afirma Matos (2006), referindo-se aos primeiros passos na composição do que veio a chamar-se Movimento Indígena:

A participação de índios em assembléias, patrocinadas inicialmente pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), resultou na formação de uma comunidade e de uma identidade supra-étnicas, constituídas como referências para a articulação do movimento e a criação da União das Nações Indígenas (UNI), organização indígena de caráter nacional (MATOS, 2006. p. 35).

Segundo Matos (2006), esta identidade “supra-étnica”, em que povos historicamente rivais ou até então desconhecidos uns dos outros, estabelece articulações e vai aglutinando os povos na perspectiva de lutas comuns. Enfrentando barreiras, como a perseguição e a imposição da tutela por agentes do Estado brasileiro, a articulação de diferentes povos indígenas, que Matos (2006) denomina de movimento *pan-indígena*, ou seja, que objetiva envolver todos os povos, e que se possibilitou a partir da construção de uma identidade *supra-étnica*, será a principal característica do Movimento Indígena, marcado por uma dinâmica que

está vinculada à diferença imanente de cada povo e até mesmo a proximidade ou a distância de meios urbanos ou de não indígenas. Comum neste Movimento e diverso como são os povos, está na unicidade de um projeto político buscado desde as primeiras assembleias:

[Que] consistia em construir entre os indígenas um referencial comum de análise sobre as experiências de contato por eles vivenciadas que fosse capaz de identificar uma única raiz dos seus diversos problemas interétnicos: a exclusão política e socioeconômica dos indígenas no Estado brasileiro (MATOS, 2006. p. 41).

Na busca da superação desta exclusão, que na prática vai além da marginalidade quanto a políticas públicas efetivas, proteção territorial e demarcação destes territórios, é que o Movimento Indígena foi se configurando mais amplo, diverso e incidente em todos os espaços de poder. Oportuno, aqui, já apontarmos nosso entendimento sobre Movimento Indígena, coincidente com a compreensão de Bicalho (2010), que aponta que este Movimento:

[...] distingue-se pela especificidade da diversidade de suas organizações, não se caracterizando pela vinculação direta com partidos e/ou organizações sindicais; além de não se definir pelo funcionamento unificado através de uma única organização (BICALHO, 2010. p. 83).

Somando-se a este pensamento, Paulino Montejo, Assessor Político da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), expressou em entrevista o que também nos parece ser a definição adequada para o Movimento Indígena:

Movimento Indígena Brasileiro é só um. Internamente somos inúmeros seguimentos, o Movimento Indígena Brasileiro compõe hoje as organizações regionais, mas também as associações por categorias, tem as associações de professores, das mulheres, dos caciques, dos tuxás [tuxauas], das curandeiras, das parteiras, então isso faz parte de um mesmo Movimento. [...] Enfim, o melhor que tem é continuar usando Movimento Indígena. O Movimento Indígena, sem antes dizer que é composto de seguimentos, esta é a mesma história do Movimento Camponês, é o Movimento de luta pela terra [...] tem a via campesina, enfim (BICALHO, 2010. p. 414).

Mesmo a APIB, que hoje faz parte da Via Campesina Brasil, é constituída por organizações regionais diversas entre si e que não são substituídas por uma representação nacional, embora sua reafirmada importância. Podemos dizer que o Movimento Indígena é uma das representações mais genuínas da unidade na diversidade. Esta forte característica dos povos, ou seja, sua diversidade sociocultural que é tão ampla quanto são os trezentos e cinco povos indígenas no Brasil, dá a dinâmica do Movimento Indígena, dando liberdade de ação frente a demandas locais e regionais e, sem contradições, possibilita que, em pautas nacionais, haja uma maior unidade de ação e busca de estratégias comuns.

Nas palavras de Pedro Tariana, indígena do Alto Rio Negro (AM):

[...] no movimento indígena não tem quem diga como deve fazer, é uma construção que a gente vai fazendo a partir das nossas iniciativas, eu acho que a partir, assim, do anseio da própria comunidade. Então, é uma nova construção, não tem um modelo, como o pessoal costuma dizer, não tem receita para a gente construir o movimento indígena. Então, a gente vai fazendo, essa construção é feita do dia-a-dia, com a conversa com as bases, com as lideranças, com os aliados, com a assessoria. Então é uma construção (MATOS, 2006, p. 45).

Nesta construção “sem receitas”, a unidade vem sendo tecida desde as assembleias principiadas em 1974, seguidas por outras dezenas de assembleias e tendo como outro de seus marcos nacionais quando se avizinhava o ano de 2000, em que, na visão dos povos, se faria memória dos 500 anos de resistência. A Marcha e Conferência Indígena reuniram na Aldeia Coroa Vermelha, do povo Pataxó, no município de Santa Cruz de Cabrália (BA), a partir de 17 de abril de 2000, representantes dos povos de todas as regiões do país. Foi a primeira com tal amplitude, pois, buscando fazer frente ao discurso oficial do governo Fernando Henrique Cardoso, que realizaria também na Bahia as comemorações do chamado pelo então presidente de “encontro de culturas”, os povos, denunciando 500 anos de massacres, propunham “Outros 500”.

Para criar este espaço, os povos, em articulação com outros movimentos sociais e organizações de apoio, realizaram marchas que partiram das diversas regiões brasileiras. Estas marchas foram precedidas pela criação de Comitês “Outros 500”, que organizavam atividades formativas, pré-conferências e manifestações nas capitais dos estados. Em muitas destas manifestações, ou quando da viagem das caravanas até a Bahia, o relógio criado em 1998 pela TV Globo, que cronometrava os dias até os supostos quinhentos anos, foi intensamente flechado pelos indígenas.

Embora a marcha de Santa Cruz de Cabrália a Porto Seguro, onde o governo brasileiro e de Portugal participavam das comemorações, tenha sido duramente reprimida pela polícia baiana, com bombas, bala de borracha e gás lacrimogênio, os povos indígenas na Conferência já sinalizavam que não se submeteriam às políticas que não os considerassem.

O Documento Final da Conferência afirmou:

Nós, povos indígenas do Brasil, percorremos já um longo caminho de reconstrução dos nossos territórios e das nossas comunidades. Com essa história firmemente agarrada por nossas mãos coletivas, temos a certeza de que rompemos com o triste passado e nos lançamos com confiança em direção ao futuro. Apesar do peso da velha história, inscrita nas classes dominantes deste país, na sua cultura, nas suas práticas políticas e econômicas e nas suas instituições de Estado, já lançamos o nosso grito de guerra e fundamos o início de uma nova história, a grande história dos “Outros 500”. A nossa luta indígena é uma homenagem aos inúmeros heróis

que tombaram guerreando ao longo de cinco séculos. A nossa luta é para nossos filhos e netos, povos livres numa terra livre (CIMI, 2000. p. 95).

A Marcha e Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil se realizou com a articulação de representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e de representantes do movimento negro, do Conselho Indigenista Missionário e outras organizações reuniu mais de três mil indígenas de 140 povos. Nesta articulação, firmaram compromissos na projeção do futuro, unindo-se aos movimentos negro e popular e construindo uma aliança maior: “a Resistência Indígena, Negra e Popular”, como afirmaram no Documento Final. Estas bases seriam retomadas poucos anos depois, em 2004.

No contexto da luta pela homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol (Roraima), Brasília recebeu, em abril de 2004, o primeiro Acampamento Terra Livre (ATL), manifestação indígena em formato de acampamento, dispendo pela Esplanada dos Ministérios barracas feitas de lonas e uma diversidade de povos de diferentes regiões do Brasil. Guerra e Valiente (2014) apontam como se deu este primeiro Acampamento:

No dia 15 de abril de 2004, levantou-se em meio ao gramado da Esplanada dos Ministérios, em Brasília o primeiro ATL. Esta ação tinha por objetivo cobrar a imediata homologação da terra indígena "Raposa do Sol" em Roraima, bem como evitar retrocessos na Constituição Federal. [...] O I ATL realizou-se entre os dias 15 e 19 de abril de 2004 e apresentou-se como a mais importante mobilização indígena ocorrida em contexto nacional passando a se repetir nos anos subsequentes. [...] Dentre as principais reivindicações do movimento destacam-se os processos de regularização de terras indígenas, os projetos de lei e as propostas de emenda à Constituição no Congresso Nacional (GUERRA e VALIENTE, 2014. p. 96).

Este primeiro acampamento contou com a participação de vinte e um povos indígenas que, embora tratando de problemas relacionados aos seus povos, buscaram também denunciar as violações cometidas contra os povos que não conseguiram participar do acampamento e foram além, cobrando a demarcação das terras indígenas de todos os povos do país. Afirmaram no *Documento Entregue às Autoridades*, manifestação final do Acampamento:

A terra é a nossa vida. Fonte e garantia da sobrevivência física e cultural desta e das futuras gerações. Por isso, é urgente, necessário e legal o cumprimento constitucional da regularização fundiária de todas as terras indígenas no Brasil. Queremos nesta manifestação pacífica afirmar que a homologação da TI Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, conforme já demarcada pela Portaria No 820/1998 do Ministério da Justiça é a forma mais evidente do governo brasileiro demonstrar que reconhece seu compromisso com os povos indígenas (CIMI, 2012. p. 118).

A Terra Indígenas Raposa Serra do Sol, embora toda a cobrança dos povos e sem qualquer impedimento legal, só foi homologada por Lula em abril de 2005. Em Brasília, o Acampamento Terra Livre tornou-se um espaço que animou outras lutas e a cada ano ampliou-se a participação numérica e diversa dos povos. Uma observação importante sobre fato que ocorreu em março de 2009, foi o julgamento realizado naquele ano pelo Supremo Tribunal Federal, na ação intitulada Petição 3388 RR, embora tenha reconhecido a homologação da Terra Indígena e garantido a demarcação em área contínua, impôs sobre aquela terra demarcada dezenove condicionantes, que ao longo dos anos posteriores vem sendo utilizada para impor limites à demarcação de outros territórios reivindicados.

As mesmas autoras anteriormente citadas informam que no ano seguinte, 2005, o Acampamento Terra Livre contou com a participação de mais de 800 lideranças indígenas de 89 povos. No documento final do Acampamento, divulgado em 29 de abril de 2005, os participantes afirmam no Documento intitulado “Abril Indígena: Carta da Mobilização Nacional Terra Livre” que aquela mobilização havia consolidado uma “aliança nacional”.

Na perspectiva de fortalecimento de alianças entre os povos, esta forma de manifestação, através da organização de grandes acampamentos, vem se repetindo anualmente, sendo que em apenas duas de suas edições o ATL foi realizado fora de Brasília: no ano de 2010, quando em apoio aos povos do Mato Grosso do Sul, o Acampamento realizou-se na cidade de Campo Grande (MS) e, em 2012, no Rio de Janeiro, durante a Cúpula dos Povos, na Rio+20. Através desse espaço, a construção da unicidade das lutas e organizações indígenas foi sendo consolidada. Dentre as expressões deste processo, durante o Acampamento de 2006, reforçando a “aliança nacional entre dezenas de povos”, consolidou-se a *Articulação Nacional dos Povos Indígenas do Brasil – APIB*, que unificando organizações regionais de povos indígenas busca “defender e garantir a efetividade dos direitos indígenas no Brasil”, como afirmava o documento final do Acampamento em 2006. Para isso, buscam dar ampla visibilidade às suas demandas através de manifestações públicas. (Foto 2)

Foto 2: Indígenas em manifestação durante ATL

Fonte: Acervo CIMI (2015).

Em junho de 2012, buscando incidir nos debates em torno das mudanças climáticas e, inclusive, marcar posição frente aos temas tratados na Rio+20, os povos realizaram um Acampamento com a ampliação da articulação para além do Brasil, envolvendo organizações Latino-Americanas. No âmbito das organizações indígenas, além da APIB, participaram da realização da Cúpula, evento paralelo à Rio+20, a *Coordinadora de la Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica* (COICA), a Coordenadora Andina de Organizações Indígenas (CAOI), Conselho Indígena da América Central (CICA) e Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA). Frente a temas preocupantes, como mercado de carbono e a mercantilização da natureza, o documento final do Acampamento repudiou os contratos que se vinculassem a tal mercado e exigiu “condições para o desenvolvimento a partir das tradições e formas milenares de produção” dos próprios povos.

Com um número significativo de lideranças indígenas e rico em diversidade, em abril de 2017, o décimo quarto ATL alcançou sua maior mobilização, chegando a reunir em Brasília em torno de quatro mil indígenas. Tivemos a oportunidade de acompanhar alguns destes acampamentos, inclusive este realizado entre os dias 24 e 28 de abril de 2017, cuja dinâmica e presença dos povos marcaram o contexto político brasileiro após o golpe que selou o impedimento de Dilma Rousseff e a alçada de inimigos declarados dos povos a cargos no poder Executivo federal.

Na leitura deste fato, que é a ampliação da participação dos povos indígenas e sua articulação em movimentos locais, regionais e em nível nacional, encontramos algumas situações que devemos considerar para entender por que grande parte destas ações se voltaram para Brasília e para o Congresso Nacional.

Constata-se que a partir de 2013, quando a bancada ruralista logra as mudanças no Código Florestal e volta suas ações contra os direitos territoriais indígenas, outra forma de incidência política ganha força nas lutas indígenas: uma sucessão de delegações, para além daquele momento de maior mobilização no ATL, passa a deslocar-se até Brasília em outros momentos do ano reivindicando, além das pautas específicas de suas regiões, pautas mais abrangentes como a aprovação do Projeto de Lei que cria o Conselho Nacional de Política Indigenista (PL 3.571/2008) e posicionando-se veementemente contra mudanças que retroagem em seus direitos constitucionais, principalmente Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000. Soma-se a estas incidências o acompanhamento frequente às reuniões das Comissões na Câmara dos Deputados e no Senado, audiências públicas propostas principalmente pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado e em visitas aos gabinetes dos deputados e senadores dos estados de onde vinham as delegações.

Embora algumas proposições legislativas versem também sobre os direitos à educação, cultura, saúde ou patrimônio genético, a principal pauta que mobiliza estes povos refere-se a garantia de seus direitos territoriais ou, em outras palavras, os direitos originários dos povos indígenas sobre seus territórios.

Segundo dados do Conselho Indigenista Missionário e da Fundação Nacional do Índio (Funai), há no Brasil aproximadamente 1.299 terras indígenas. Destas, 402 estão regularizadas, ou seja, com todo seu processo de estudos até a homologação pela Presidência da República e registradas no Patrimônio da União para o “usufruto exclusivo” indígena; 229 terras encontram-se com processos em alguma fase do procedimento de demarcação, 38 são reservadas, 21 são dominiais, ou seja, propriedades que foram adquiridas de alguma forma pela comunidade indígena, e 6 estão com portarias de restrição de acesso em função da presença de povos isolados. Uma grande proporção do total de terras, hoje 533, são reivindicadas por povos indígenas, contudo sem qualquer providência pelo Estado a fim de dar início aos processos de demarcação.

Das terras indígenas regularizadas, em termos de extensão territorial, 98,75% se encontram na Amazônia Legal. Enquanto isso, 554.081 dos 896.917 indígenas recenseados no Brasil, segundo o IBGE 2010, ou seja 61,77% destes, vivem nas outras regiões do país, que tem apenas 1,25% da extensão das terras indígenas regularizadas. Tal quadro expressa os elementos que resultam da morosidade no reconhecimento e demarcação das terras indígenas no Brasil, fruto da burocracia estatal, por um lado, mas também da pressão dos setores contrários a efetivação destes direitos, por outro.

O processo de demarcação segue um conjunto de procedimentos administrativos como a constituição de um grupo técnico (GT) – o primeiro passo, garantido pelo Decreto

1.775/1996 e se configura no “rito” para o processo de demarcação de uma terra indígena. Mas a abertura dos estudos só ocorre, em geral, a partir de ações de luta pela retomada das terras, organizadas pelos povos indígenas.

O grupo técnico adota procedimentos metódicos para orientar os estudos da área, sendo coordenado por um antropólogo e composto por outros técnicos; conta ainda com a participação de indígenas, “equipe” que tem a função de elaborar o relatório de identificação da terra, tornando-se a base para a Declaração de Terra Indígena, pelo Ministério da Justiça. Não havendo contestações por parte dos ocupantes não indígenas ou solucionadas estas, o processo segue para a homologação pela Presidência da República e a terra indígena é registrada em Cartório de Registro de Imóveis como “Patrimônio da União”.

Cabe esclarecer que, quando nos referimos a povos indígenas, estamos falando de uma população, segundo o Censo do IBGE de 2010¹, que era de 896.917 indivíduos, representados em um conjunto de 305 povos, falantes de mais de 274 línguas. Em contraponto ou complementando este levantamento, encontramos os estudos do Conselho Indigenista Missionário em conjunto com a Universidade Federal do Amazonas (LOEBENS & OLIVEIRA, 2011), que indicam a presença de pelo menos 112² grupos indígenas em isolamento voluntário, ou seja, grupos indígenas não contatados, ou contatados em períodos remotos, e que optaram por manter-se afastados da sociedade não indígena.

Neste contexto étnico/cultural diverso, de disputas que reserva surpresas de evolução e involução, que se “completa”, se faz e se refaz, abrindo caminhos onde antes não havia possibilidades de caminhar, projetando o futuro nas contradições do presente, é que as lutas sociais se constroem. É neste cenário que os povos indígenas vêm fortalecendo sua articulação e suas organizações vêm ganhando espaços concretos, territorializando-se, como vemos no exemplo da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, no ano de 2009, cuja terra demarcada configura dimensões de 1,7 milhão de hectares.

Outro fato que mostra a organização dos povos indígenas foi a reterritorialização dos indígenas Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé, no Estado do Mato Grosso, que conseguiram reconquistar, no ano de 2012, após um longo processo de lutas iniciado ainda na década de 1960, parte do território tradicional³ de onde foram expulsos em 1966, a despeito de toda uma rede de políticos e ruralistas que se interpôs entre os Xavante e a efetivação de seu direito.

1 - Disponível em: <http://indigenas.ibge.gov.br/graficos-e-tabelas-2.html>. Acessado em 25 jul. 2016.

2 - Sobre o número de povos, contamos aqui com uma atualização já de 2017

3 - Território tradicional, ocupado historicamente por um determinado povo, se diferencia de Terra Indígena, geralmente grafada com as iniciais em maiúsculo, referindo-se à porção daquele território juridicamente demarcado, comumente menor do que o território tradicional.

Para além da luta pela demarcação, no campo político, vemos a conquista de espaços de incidência, como a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), criada em 2006 e substituída, por decreto presidencial, pelo Conselho Nacional de Política Indigenista, em dezembro de 2015. Ou seja, a caracterização da multidimensionalidade da luta destes povos se dá pela multiplicidade de territórios a ser conquistado ou reconquistado, seja ele físico ou simbólico.

Se por um lado o capital se movimenta na perspectiva de territorializar-se, avançando sobre os direitos indígenas e reconfigurando o território, por outro o Movimento Indígena, através de suas multidimensionalidades, tensiona e busca manter suas conquistas históricas. Para isso, a territorialidade se faz desde a terra indígena propriamente dita, mas vem se constituindo também quando a sede de um órgão público é ocupada para se reivindicar um direito à saúde, à educação, ao território ou em audiências públicas na Câmara dos Deputados, Senado, assembleias legislativas e outros espaços de decisão política, que passam a debater a situação dos povos com a efetiva participação destes.

Secularmente, os indígenas seguem sob estes tensionamentos e conflitos em torno da disputa territorial, tendo sido, em muitos casos, povos inteiros desterritorializados e que ainda lutam para retornar ou, mesmo mantendo seus territórios, seguem estes povos sob frequentes ameaças de invasões ou efetivos roubos das riquezas naturais por eles preservadas em suas terras demarcadas.

A múltipla face dos contrários

Considerando o histórico de constituição do Movimento Indígena, com seus avanços e retrocessos, focaremos agora no processo atual no qual os povos seguem articulados em Movimento. Podemos, até aqui, já identificar o Movimento Indígena como um constructo histórico, permeado por lutas concretas, pela busca de articulação e que, como afirma Matos (2006), busca construir uma identidade supra-étnica, numa perspectiva de superação das diferenças que os mantinham distanciados em um determinado período anterior. Entendemos que esta identidade, mesmo que hoje buscada pela própria disposição dos povos em se reunir e debater temas pertinentes aos seus respectivos povos, também resultou de forma natural, pois o contato, debates e verificação de que os problemas e ameaças eram comuns, possibilitou esta identificação e sinergias entre os povos.

O contexto brasileiro, de crise econômica e política, que se aprofundaram após o golpe e impedimento de Dilma Rousseff, em 2016, indicam um rearranjo no modo de exploração do capital no país, que não significa, necessariamente, a ruptura com o modelo neoliberal, mas seu refinamento e aprofundamento. Para tanto, os mais pobres e desprotegidos, para quem mesmo já de forma frágil destinavam-se as políticas sociais (na

forma de gestão das desigualdades), são usados como fornecedores de subsídios financeiros para a gestão da crise. Neste contexto, estão as proposições de reformas na Previdência e retrocessos efetivos nos direitos trabalhistas.

Está em curso um processo por meio do qual são violentados os direitos fundamentais dos trabalhadores, dos aposentados, dos estudantes, das comunidades e povos originários e tradicionais, violentando também o meio ambiente. Há, nas esferas políticas do país, a deliberação irresponsável de se promover, o que estão denominando de reformas, que nada mais são do que medidas políticas e jurídicas de exceção para retirar da população – especialmente aquela que mais contribui com Estado através de seu trabalho, dos tributos e impostos – direitos, benefícios e garantias constitucionais.

Neste quadro, os direitos constitucionais dos povos indígenas, especialmente às suas terras tradicionais, sofrem ataques ainda mais intensos no âmbito dos Três Poderes do Estado brasileiro. Para entender a reação e presença ainda mais articulada do Movimento Indígena é mister entendermos estas ameaças.

Iniciemos pelo Poder Executivo, no qual as responsabilidades pela efetivação dos direitos dos povos deveriam ter sua guarida. Nesta instância de poder está a Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em 1967, em substituição ao corrompido Serviço de Proteção ao Índio (SPI). A Funai está vinculada ao Ministério da Justiça, por isso, responsabilidade direta do Poder Executivo. Também de responsabilidade federal está a Secretaria Especial de Atenção à Saúde Indígena (SESAI), criada em 2010 através do Decreto 7.336, de 19 de outubro, vinculado ao Ministério da Saúde. Estes órgãos são responsáveis por duas das principais pautas que vêm tensionando a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas (territórios e saúde). Está em curso o abandono da política e serviços essenciais, deixando-se de investir em ações que asseguram assistência às pessoas e à promoção das demarcações das terras. Observa-se a desestruturação destes os órgãos de Estado que prestavam, mesmo precariamente, assistência às populações indígenas, assegurando a demarcação dos territórios e a efetivação do direito constitucional de usufruto exclusivo, fiscalizando e repelindo invasões.

É grave o fato de a Fundação Nacional do Índio ter passado por cortes profundos em seus recursos financeiros e de pessoal, através de decreto de Temer, ainda como Vice-Presidente. O Decreto 8.785, de 10 de junho de 2016 fez profundos cortes no orçamento, engessando o órgão indigenista e praticamente impossibilitando a realização de serviços básicos junto aos povos indígenas. Este quadro foi agravado pela Emenda Constitucional 95, de dezembro de 2016, que instituindo uma política de austeridade e congelou os gastos públicos da União.

Por outro lado, a Funai vem sendo instrumentalizada, com uma grande influência de ruralistas que chegaram a indicar para o setor de proteção de terras indígenas uma controversa figura, sob questionamento do Movimento Indígena. Sob forte atuação do Partido Social Cristão (PSC), foram indicados também, não sob menos protestos por parte dos povos, o General do Exército Franklimberg Ribeiro Freitas, primeiro militar a ocupar o cargo após o fim da ditadura.

Estes fatos redundaram que, conforme o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do governo federal, até o mês de agosto de 2017 a Funai havia liquidado apenas 22% da dotação orçamentária destinada à Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Isolados. Faltando pouco mais de três meses para o encerramento do ano e do total de R\$ 18.723.448,00 o órgão indigenista havia utilizado apenas R\$ 4.199.586,00. Parte destes recursos se destinavam à manutenção dos trabalhos das 11 (onze) Frentes de Proteção Etnoambientais, que tem o papel de assegurar a proteção de indígenas em situação de isolamento e risco, grupos com as mais frágeis condições.

Somado às manobras de fragilização da Funai, o governo Temer paralisou os procedimentos de demarcação de terras indígenas que já vinham sendo conduzidos com morosidade. Nenhuma terra indígena foi homologada pelo Presidente da República desde que assumiu até março de 2018, quando levantamos as informações. Em um recorde negativo, Temer apresenta a pior posição quanto ao reconhecimento e demarcação das terras indígenas.

Em termos de distribuição, esta ausência do Estado em efetivar a regularização das terras indígenas, cumprindo a determinação constitucional, perpetua um quadro desigual no âmbito das regiões brasileiras. Para termos uma ideia, das terras indígenas regularizadas, em termos de extensão territorial, 98,75% se encontram na Amazônia Legal. Enquanto isso – voltamos a insistir – 554.081 dos 896.917 indivíduos indígenas no Brasil, segundo o Censo do IBGE de 2010, ou seja 61,77%, vivem nas outras regiões do país, que tem apenas 1,25% da extensão das terras indígenas regularizadas. Isso não significa que a região amazônica esteja com todas suas terras demarcadas, mas que a maioria dos povos de regiões como a Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste seguem distantes de seus territórios, embora os reivindiquem.

No Poder Legislativo, verificamos uma verdadeira perseguição aos povos indígenas, o que também se repete contra quilombolas e comunidades tradicionais. Uma série de proposições legislativas tem sido manejadas na contramão dos direitos indígenas, principalmente no que se refere aos direitos territoriais. Parlamentares da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), articulados com outras frentes, atuantes na defesa dos interesses do agronegócio, de mineradoras, madeireiras e empresas de infraestrutura, agem

deliberadamente para inviabilizar a aplicabilidade dos preceitos constitucionais e não medem esforços no sentido de desqualificar os direitos e promover campanhas e ações anti-indígenas, fomentando, inclusive, a prática de violência física contra comunidades e lideranças indígenas. Este fato tornou-se evidente quando foi divulgado, em fevereiro de 2014, um vídeo de uma audiência pública realizada em novembro de 2013, no município de Vicente Dutra (RS), promovida pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados sobre a demarcação de terras indígenas. No vídeo, os deputados federais da bancada ruralista, Alceu Moreira (PMDB/RS) e Luís Carlos Heinze (PPS/RS), incentivavam pequenos agricultores a expulsarem “do jeito que for necessário” os indígenas do povo Kaingang que reivindicam a demarcação de suas terras no município.

Em um dos trechos do vídeo⁴ o deputado federal Alceu Moreira afirma:

Por que será que de uma hora para outra tem que demarcar terra pra índio e quilombola? Por traz desta baderna, desta vigarice está o CIMI, que é uma organização cristã, mas que de cristã não tem nada. Está a serviço da inteligência norte americana e europeia pra não permitir a expansão das fronteiras agrícolas no Brasil. Nós, os parlamentares, não vamos incitar a guerra, mas lhes digo: se fardem de guerreiros e não deixem um vigarista desses dar um passo na sua propriedade. Nenhum! Nenhum! Usem todo o tipo de rede. Todo mundo tem telefone. Liguem um para o outro imediatamente. Reúnam verdadeiras multidões e expulsem do jeito que for necessário (Transcrição do vídeo).

Classificando “índios, gays, lésbicas” como “tudo o que não presta”, o deputado federal Luís Carlos Heinze afirma em outro trecho de sua fala:

Se nós não fizermos nada, se vocês ficarem de braços cruzados o que que vai acontecer? Então pessoal, o que estão fazendo os produtores do Pará? No Pará, eles contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará, porque a Brigada Militar não lhes dá guarida lá e eles têm de fazer a defesa das suas propriedades. [...] Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam a defesa como o Pará está fazendo. Façam a defesa como Mato Grosso do Sul está fazendo. Os índios invadiram uma propriedade. Foram corridos da propriedade. Isso aconteceu lá (Transcrição de vídeo).

O incentivo à violência, evidenciado na fala dos parlamentares, que utilizaram como exemplo o Pará e Mato Grosso do Sul, estados reconhecidos pelas altas taxas de violências, encontram eco e efetividade em exemplos como o ocorrido no mesmo município de Vicente Dutra.

Esta postura, de incentivo à violência contra os povos, tem também seu lado aparentemente legal. São muitas as propostas de mudanças na Constituição Federal, principalmente através de Propostas de Emendas à Constituição (PEC), Projetos de Lei (PL), Projetos de Lei Complementar (PLP) ou Projetos de Decreto Legislativo (PDC), que buscam alterar

⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=PjcUOQbuvXU>. Acessado em 30 jun. 2020.

o Artigo 231 da Constituição, que garante o direito original dos povos indígenas aos seus territórios; alguns destes também buscam retroceder em processos de reconhecimento de terra indígenas em curso.

As mudanças propostas nos projetos apresentados, mormente, por parlamentares vinculados ao agronegócio e empresas de mineração, buscam atender, explicitamente, a demanda destes setores econômicos que representam ou, em muitos casos, fazem parte. Na prática, buscam reinserir no mercado de terras ou abrir a possibilidade de exploração dos bens naturais presente nas terras indígenas que, por sua característica constitucional, não podem ser utilizadas senão pelos povos que têm seu usufruto exclusivo. Não sem outros motivos, mesmo antes de assumir a presidência, o então vice-presidente Michel Temer já flertava com o agronegócio. Para ele foi entregue, em abril de 2016, a chamada “Pauta Positiva” da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) que apresentava, dentre as primeiras “necessidades do agronegócio”, a chamada por eles “segurança jurídica”; na prática, segurança para explorara as terras indígenas.

Temer, após assumir ilegitimamente o cargo de Presidente, participa de atividades do agronegócio, mantendo um discurso não muito diferente de Lula, embora não tenha chamado os ruralistas de “heróis”. Na posse da nova diretoria da FPA, em fevereiro de 2017, Temer afirmou: “quando dizemos que o Brasil tem rumo eu olho na direção do agronegócio”. Ninguém menos tomava posse naquela data que o deputado ruralista do PSDB de Mato Grosso, Nilson Leitão, presidente da Comissão Especial da PEC 215/2000 e denunciado pelo Ministério Público Federal por atuar junto aos invasores da Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo Xavante, localizada no nordeste de Mato Grosso.

A PEC 215/2000, Proposta de Emenda à Constituição, tornou-se uma das principais bandeiras dos ruralistas no Congresso Nacional desde 2012, quando o Congresso aprovou as mudanças no Código Ambiental. Esta PEC foi apresentada pelo deputado Almir Sá, então Deputado Federal por Roraima pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB). Almir Sá, à época, era também presidente da Federação da Agricultura do Estado de Roraima, tendo exercido o mandato desta organização ruralista nos períodos de 1993-1996, 1997, 2000 a 2003.

Destacamos a PEC 215 pois, entre outras iniciativas, propunha o deslocamento da atribuição das demarcações das terras indígenas do poder Executivo para o Legislativo. Com este mesmo teor, pelo menos outras dez Propostas de Emendas à Constituição foram apensadas à PEC 215. O texto, que finalmente seria aprovado em outubro de 2015 pela Comissão Especial criada no âmbito da Câmara dos Deputados, estava ainda mais amplo, juntando outras proposições como a PEC 237/2013, que buscando legalizar o arrendamento de até 50% de uma terra indígena a atividades do agronegócio. Não é demais lembrar que a composição no Congresso Nacional foi apontada pelo Departamento Intersindical de

Assessoria Parlamentar (Diap), logo após as eleições de outubro de 2014, como a mais conservadora desde a ditadura, com a hegemonia de ruralistas e outros setores econômicos. Este Congresso, com manifesta posição majoritariamente contrária aos povos, segundo a PEC 215, seria o responsável pelas demarcações de terras indígenas.

Na pauta apresentada a Temer e cobrada posteriormente quando da tramitação da abertura de processo de investigação contra este na Câmara dos Deputados, além da PEC 215 outros itens se direcionavam às terras indígenas. Assinada pelo então presidente da FPA, deputado federal Marcos Montes, tal “pauta” foi subscrita por trinta e sete organizações vinculadas ao setor rural, tais como Associação Brasileira de Exportadores de Carne, Associação Brasileira de Produtores de Milho, Associação de Produtores de Soja, de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e federações de agricultores. Restava evidente os interesses vinculados às proposições. A proposição, por eles denominada “pacificação dos conflitos no campo”, na prática, se faria pela imposição de uma barreira intransponível para as demarcações de terras indígenas e o aprofundamento da exploração dos bens presentes nas e das próprias terras.

O entrecruzamento dos interesses de empresas e parlamentares se evidenciam também no campo dos “apoios às campanhas”. O grupo JBS/Friboi, por exemplo, financiou a campanha e elegeu pelo menos 166 deputados federais além de Senadores; alguns destes compõe a bancada ruralista, como o Deputado Federal Luís Carlos Heinze (PP-RS), aquele mesmo que incentivou agricultores a expulsarem os Kaingang de Vicente Dutra (RS) e vem fazendo proposições, como os Projetos de Decretos Legislativos (PDC) 1260 e 1261/2013, que buscam impedir a demarcação de terras indígenas na região Sul do país.

Embora ganhe maior visibilidade a movimentação dos ruralistas no Congresso Nacional, não faltam iniciativas nas Assembleias Legislativas dos estados, mormente naqueles nos quais a expansão do agronegócio é mais evidente.

Nestes processos, por ação ou omissão, o Estado beneficia o capital. Omissão, ao não efetivar os direitos territoriais – e outros – dos povos, assegurados na Constituição Federal. Ação, ao incentivar e garantir os recursos que potencializam a exploração por parte das empresas. Como afirma Thomaz Junior (1996), ao analisar a mesma participação do Estado no campo:

[...] o Estado introduziu e potenciou um padrão de desenvolvimento, imputando à agricultura uma opção de investimentos dentro de uma determinada lógica da valorização e acumulação do capital, caracterizada pela reprodução simultânea de várias formas de capitais na agricultura (industrial, comercial e financeiro) à base de profunda diferencialidade territorial, ou seja, moderna numa atividade agrícola atrasada em outra e especulativa numa terceira (THOMAZ JUNIOR, 1996. p. 71-72).

As empresas capitalistas, *na ponta* do processo, impõem formas atrasadas de relação com povos indígenas e outros seguimentos sociais, por vezes utilizando-se de

práticas ilegais, como a exploração de mão-de-obra escrava e/ou da pistolagem. Esta forma de impor a hegemonia não é, contudo, a única.

Neste quadro, cujas fortes cores saltam aos olhos, findemos esta breve análise dos poderes justamente com a materialização das ações destes “setores conservadores”, pontuados anteriormente. Mais uma vez um personagem anteriormente citado vem à cena.

No dia 16 de junho de 2017 o ruralista e deputado Luis Carlos Heinze divulgou um vídeo em sua página na *internet* através do qual sinaliza para diálogos havidos com Temer e setores de seu governo, entre eles o também ruralista e por um período ministro da justiça, deputado federal Osmar Serraglio (PMDB) – este mesmo que fez indicações para a Funai e que foi, na Câmara dos Deputados, relator da PEC 215/2000. Neste diálogo, Heinze também sinaliza para tratativas com Grace Mendonça, Advogada Geral da União e com o ministro da Justiça, Torquato Jardim, no intuito de que um parecer da AGU deveria ser assinado por Temer através do qual se estabelecería uma regra a ser aplicada por todos os órgãos da administração pública, chamada por ele de “parecer vinculante”.

As evidências das “trocas” apareceram não muitos dias depois, pois, no dia 20 de julho de 2017, foi publicado o Parecer de número 001/2017 da AGU, assinado por Temer.

Tal Parecer configurou-se na aplicação, por todos os órgãos do Poder Executivo, do chamado marco temporal, em todos os processos de demarcação de terras indígenas em curso, como sinalizado por Heinze na postagem do dia 16 de junho e em outras, poucos dias após a publicação do Parecer. As terras em que os povos reivindicantes não estivessem na data de promulgação da Constituição, não seriam demarcadas.

Deste fato, vejamos a contradição escandalosa que se configurou o Parecer 001, visto que a terra indígena demarcada torna-se patrimônio da União e o papel da AGU é defender o patrimônio desta mesma União. Na prática, a AGU passou a, visivelmente, abrir mão desta atribuição e a defender direitos privados, no caso, do agronegócio.

É no enfrentamento a estas ameaças ou efetivas ações de agentes do Estado ou particulares, que buscam retroceder nos direitos dos povos indígenas, que articulando-se entre si e com aliados, estes povos vêm fazendo suas lutas e incidências junto aos poderes da República.

Entendendo os riscos que todos os povos correm com as manobras dos setores políticos e econômicos até aqui pontuados, os povos indígenas ocuparam, em abril de 2018, a sede da Advocacia Geral da União passaram a redirecionar o foco de suas lutas para o Poder Executivo, sem perder a perspectiva geral das lutas pela efetivação de seus direitos.

Algumas considerações a partir do olhar da Geografia

Nesta busca por manterem-se em seus territórios ou para retomarem para aqueles de onde foram expulsos, a articulação de diversos povos vem construindo o que se constitui o Movimento Indígena brasileiro. Cabe-nos, a partir de nosso olhar e leituras geográficas, compreender e contribuir para que a luta destes povos siga fortalecida e efetiva em suas conquistas.

Embora as pesquisas geográficas tenham se aprofundado no campo dos movimentos sociais, urbanos e rurais, sentimos que este mesmo “mergulho” ainda não se efetivou na mesma profundidade no campo específico das lutas dos povos indígenas. Algumas iniciativas, felizmente, estão em curso, como vem demonstrando o Grupo de Pesquisa sobre Geografia e Povos Indígenas (GeoPovos), coordenado pelo Geógrafo Emerson Ferreira Guerra (UFRRJ).

O GeoPovos, através da análise dos trabalhos apresentados por pesquisadores em eventos da Geografia, como o Encontro Nacional de Geografia (ENG) e Simpósio Internacional de Geografia Agrária (Singa), demonstra o crescimento, mesmo que ainda tímido, das pesquisas com enfoque na temática indígena. Justamente no Singa de 2017, Guerra e Barbosa apresentaram a pesquisa em curso. Segundo os autores:

[...] podemos perceber um aumento expressivo dos trabalhos sobre questões indígenas entre os anos de 2005 e 2013 no SINGA. Nesse período os trabalhos triplicaram saindo de cinco no primeiro evento analisado e chegando à mais de 15 no último evento do período em questão (GUERRA & BARBOSA, 2017. p. 6).

Os autores ainda não tinham a informação, mas o Singa 2017, primeiro em que foi organizado um Grupo de Trabalho (GT) específico sobre a temática indígena – *GT 03, Práticas e conflitos nos territórios dos povos indígenas* – contou com trinta e dois trabalhos inscritos, o dobro em relação ao Simpósio anterior. Também, em atividades paralelas, com um *Espaço de Articulação* – intitulado Mobilização Indígena e das comunidades tradicionais: autonomia territorial – criou-se a possibilidade de pesquisadores, pesquisadoras e representantes dos povos indígenas debaterem a realidade dos povos e os desafios da Geografia.

Importantes iniciativas também vêm sendo realizadas no âmbito da Rede DATALUTA, que envolve diferentes sujeitos vinculados a núcleos de estudos, de pesquisas, laboratórios e banco de dados de diversas regiões país. A Rede, que envolve mais de cinquenta pesquisadores, vem trabalhando em elaborações em torno da categoria geográfica “retomada”, forma de luta própria dos povos indígenas em lutas por seus territórios. Também nesta Rede, as reflexões sobre o tema “territórios indígenas”, a partir das formas próprias de entender dos povos, vem ganhando espaço nos debates e elaborações.

Esperamos que estes espaços se ampliem, com a efetiva participação e interlocução com os principais sujeitos desta história. Buscamos, com a nossa pesquisa, em fase de finalização, dar mais um passo neste processo em construção de uma Geografia-Com-os-Povos-Indígenas-do-Brasil.

Considerações Finais

Creemos que diferentes conjunturas, diferentes articulações e redes provocaram a construção do Movimento Indígena que, de forma intensa, vem incidindo na realidade brasileira, latino-americana e mundial desde a década de 1980, inaugurado no Brasil pelo processo constituinte. Sob a lógica e os agentes de um suposto desenvolvimento, os povos indígenas foram violentamente inseridos no campo de disputa em cujo jogo se faz com cartas marcadas e, na maioria das vezes, sem que estes possam entendê-lo ou suas regras são alteradas no curso do jogo, para beneficiar alguns sujeitos externos em detrimentos destes povos.

Num salto histórico em que inicialmente a humanidade dos povos foi negada até a participação efetiva destes em um dos principais momentos da história contemporânea do Brasil, a Constituinte de 1987/1988, estes povos subverteram distorcidas concepções que se faziam deles e se inscreveram, definitivamente, como agentes na história do país.

Diante da complexidade e diversidade de povos indígenas no Brasil e diferentes formas de organização, tradicionais ou provocadas pelo contato e pressão dos não indígenas, vislumbramos a necessidade de que outras pesquisas possam aprofundar este debate e reflexões, preferencialmente, em estreito diálogo com os povos e organizações indígenas.

Referências

BETANCOURT, M. **Tensiones territoriales y políticas públicas de desarrollo en la amazonia**. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires. CLACSO, 2015.

BICALHO, P. S. S. **Protagonismo indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009)**. Tese de doutorado em História. Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 2016**. CIMI. Brasília, 2017.

_____. *Jornal Porantim*. Ano XXXVI, No 362. Jan/fev. Brasília, 2014.

_____. *Povos Indígenas: aqueles que devem viver – Manifesto contra o decreto de extermínio*. CIMI. Brasília, 2012.

_____. *Plano Pastoral*. Brasília, CIMI, 2009.

_____. **Marcha e Conferência Indígena** – Abril de 2000. Brasília, 2000.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre. L&PM, 2012.

GUARANI CONTINENTAL. Caderno e mapa guarani, 2016. **Campanha Guarani**, Endepa, Argentina et al. Brasil, 2016.

GUERRA, E.F. & BARBOSA, R.B. Geografia e povos indígenas no Simpósio Internacional de Geografia Agrária. **Anais SINGA**, 2017. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt03_1506808998_arquivo_emersonguerra-singa-2017.pdf

GUERRA, V.M.L. & VALIENTE, M.F. Entre o discurso do “Acampamento Terra Livre” e a (ex)(in)clusão social, o (per)curso identitário dos povos indígenas. In: DOMÍNIOS DE LINGU@GEM - v. 8, n. 3 (ago./dez. 2014) – (<http://www.seer.ufu.br.php/dominiosdelinguagem>)

HECK, E. Assembleias Indígenas: 40 anos depois segue a luta e articulação. CIMI, 2014. Disponível em: <https://www.cimi.org.br/2014/04/35882/>

LACERDA, R. **Os Povos Indígenas e a Constituinte (1987-1988)**. CIMI – Conselho Indigenista Missionário. Brasília, 2008.

LOEBENS, G.F. & OLIVEIRA, L.J. **Povos Indígenas Isolados na Amazônia, a luta pela sobrevivência**. Série Nova Antropologia da Amazônia. EDUA/UFAM, Manaus, 2011.

MATOS, M.H.O. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2006.

MOTA, J. G. B. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekoha - Dourados/MS**. Tese de doutorado. FCT/Unesp, 2015.

OSSAMI, M.C. O papel das Assembleias de Líderes Indígenas na organização dos povos indígenas do Brasil. Série Antropológica. Goiânia. Universidade Católica de Goiás, 1993. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/o-papel-das-assembleias-de-lideres-na-organizacao-dos-povos-indigenas-do-brasil>

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. Editora brasiliense, 1978.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (org.). **A colonialidade do saber: etnocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI: (Limites Explicativos, Autocrítica e Desafios Teóricos)**. São Paulo: [s.n], 2009. Volume 1.

_____. **Por Trás dos Canaviais, os (nós) da Cana**. (Uma contribuição ao entendimento da relação Capital x Trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista). Tese de Doutorado, FFLCH – USP, São Paulo, 1996.

Sobre os autores

Gilberto Vieira dos Santos – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Desenvolvimento Territorial na

América Latina e Caribe pelo Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Secretário Adjunto do Conselho Indigenistas Missionário (CIMi) **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0001-6694-4475>

Antonio Thomaz Junior – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro. Mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Livre docente pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Coordenador do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). **OrCID**: <https://orcid.org/0000-0002-1015-2257>.

Como citar este artigo

SANTOS, Gilberto Vieira dos; THOMAZ JUNIOR, Antonio. O Movimento Indígena contemporâneo e a Geografia. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 137-162, dossiê, 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Gilberto Vieira dos Santos** e **Antonio Thomaz Junior** ficaram responsáveis pelo desenvolvimento teórico conceitual; pela aquisição, interpretação e análise de dados e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 18 de julho de 2019.
Aceito para a publicação em 07 de setembro de 2019.

Territorialidade Indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil

Keyte Ferreira de Lira

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.
e-mail: keytelira@gmail.com

Onélia Carmem Rossetto

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) – Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.
e-mail: carmemrossetto@gmail.com

Resumo

O Parque Indígena do Xingu - PIX localizado no Estado de Mato Grosso - Brasil abriga cerca de 5.500 indígenas de 14 etnias, evidenciando diversidade sociocultural. Durante o processo de remoção das etnias, ocorreu a desterritorialização de famílias indígenas advindas de outras áreas fora do PIX. Tal situação constitui o eixo central do presente artigo que busca descrever e analisar a trajetória de uma família, descendente da etnia Amary, na construção de uma nova aldeia, lutando pela sua ressurgência étnica. Os aportes metodológicos estiveram centrados na etnografia através de trabalho de campo, que, a partir da vivência cotidiana, foi possível observar, entrevistar e participar. A construção da aldeia Amary, pela família em questão, se insere num processo geral de multiplicação das aldeias xinguanas, resultante, entre outros fatores, dos conflitos socioterritoriais ocorridos pela inserção do capitalismo e a necessidade de firmação/definição das identidades étnicas. Os resultados apontam para urgência da criação e efetivação de mecanismos legais que garantam o direito à terra e a manutenção da vida e da cultura das populações xinguanas.

Palavras-chave: Território; povos tradicionais; parque indígena do Xingu.

Indigenous Territoriality: trajectories for the implementation of a new village in the Xingu Indigenous Park (XIP) – Mato Grosso – Brazil

Abstract

The Xingu Indigenous Park (XIP), located in the state of Mato Grosso, Brazil, is home to about 5.500 indigenous people from 14 ethnic groups, showing sociocultural diversity. The deterritorialization of indigenous families from areas outside the XIP occurred during the process of ethnic removal. Such situation constitutes the central axis of this article, which seeks to describe and analyze the trajectory of a family, descended from Amary ethnicity, in the construction of a new village, and fighting for their ethnic resurgence. The methodology was centered on ethnography through fieldwork, where, from the daily experience, it was possible to observe, interview, and participate. The construction of the Amary village by this family is part of a general process of multiplication of Xinguan villages, resulting, among other factors, from the socio-territorial conflicts that occurred due to the insertion of capitalism and the need to establish/define ethnic identities. The results point to the urgency of the creation and implementation of legal mechanisms that guarantee the right to land and the maintenance of life and culture of Xingu populations.

Keywords: Territory; traditional peoples; Xingu indigenous park.

Territorialidad Indígena: Trayectorias para implantación de una Nueva Aldea en el Parque Indígena del Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil

Rev. NERA	Presidente Prudente	v. 23, n. 54, pp.163-185	Dossiê - 2020	ISSN: 1806-6755
-----------	---------------------	--------------------------	---------------	-----------------

Resumen

El Parque Indígena del Xingu - PIX localizado en el Estado de Mato Grosso - Brasil alberga cerca de 5.500 indígenas de 14 grupos étnicos, mostrando variedad sociocultural. Durante el proceso de eliminación de los grupos étnicos ocurrió la desterritorialización de familias indígenas provenientes de otras áreas fuera del PIX. Tal situación constituye el eje central del presente artículo que busca describir y analizar la trayectoria de una familia, descendiente de la étnica Amary, en la construcción de un nuevo pueblo, luchando por su resurgimiento étnico. Los apoyos metodológicos estuvieron centrados en la etnografía a través del trabajo de campo, donde a partir de la vivencia diaria fue posible observar, entrevistar y participar. La construcción del pueblo Amary, por la familia en cuestión, se incierta en un proceso general de multiplicación de los pueblos Xinguanas, resultantes, entre otros factores, de los conflictos socio territoriales ocurridos por la inserción del capitalismo y la necesidad de afirmación/definición de las identidades étnicas. Los resultados apuntan para la urgencia de la creación y efecto de mecanismo legales que aseguren el derecho a la tierra y la manutención de la vida y de la cultura de las poblaciones Xinguanas.

Palabras clave: Territorio; pueblos tradicionales; parque indígena del Xingu.

Introdução

As características do processo de colonização da América Latina evidenciam a violência contra os habitantes nativos e sua subordinação às crenças e ao modo de vida do colonizador. No Brasil, esse processo ocorre desde a chegada dos europeus em 1500 e resultou no etnocídio e no genocídio de várias etnias indígenas.

Em 2010 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou no país uma população de 817.963 indígenas, 698 áreas demarcadas como Terras Indígenas (Tis), equivalentes a uma área de 113.635.728 hectares, ou seja, 1.136.357 km² e 305 etnias falantes de 274 línguas. Ressaltou também o crescimento da população indígena que, em 1991, somavam 294 mil pessoas; em 2000, 734 mil pessoas; e em 2010, 817 mil pessoas autodeclaradas indígenas, representando 0,47% da população brasileira (BRASIL, 2010).

Apesar dos indicadores demográficos positivos, a população indígena brasileira ainda enfrenta problemas com as demarcações de seus territórios tradicionais, dentre eles, a dimensão das terras que lhes são impostas, uma vez que propõem espaços que são inviáveis às suas práticas culturais. Se estes territórios (demarcações artificiais) tendem a ser considerados pela população em geral como excessivamente extensos, a população indígena os vê, muitas vezes, como diminutos. Estas perspectivas antagônicas têm por base diferentes concepções do espaço. Enquanto a população não-indígena demonstra um vínculo essencialmente econômico ao território (espaço de produção), para o indígena o território excede a subsistência, contemplando todas as atividades que compõem as suas vivências (espaço de produção, habitação, circulação, sagração).

Inserido nesse contexto, o Estado de Mato Grosso possui uma área equivalente a 90.335.791 hectares. Destes, 47.805.514 hectares são utilizados por propriedades agropecuárias. Entre elas, 26.811 estabelecimentos não-familiares denominados de agronegócio (ROSSETTO, 2015), cujo modelo constitui-se em um fator agravante da situação que as comunidades tradicionais vêm sofrendo há décadas, com a contaminação das águas, a perda de acesso à terra, o estabelecimento de “forasteiros” com ideais econômicos que fogem ao modo de vida local, a perda de espaços de produção e a utilização de mão de obra em fazendas, garimpos e madeireiras, criando dependência econômica e, ocasionalmente, causando a desterritorialização da população tradicional.

Entre a população Indígena de Mato Grosso estão os residentes no Parque Indígena do Xingu (PIX), cerca de 5.500 indígenas de pelo menos 14 etnias diferentes: Kamayurá, Kaiabi, Yudjá, Aweti, Mehinako, Wauja, Yawalapiti, Ikpeng, Kalapalo, Kuikuro, Matipu, Nahukwá, Suyá e Trumai. O PIX compreende 2.642.0003 hectares, localizado na região Noroeste de Mato Grosso e abarca em sua extensão dois importantes biomas, a Amazônia e o Cerrado, criando um mosaico onde a cobertura vegetal é condicionada não só pelos caracteres ambientais, mas também pelos legais, assistindo-se a uma tendente preservação das manchas naturais nas Unidades de Conservação e Terras Indígenas, lado a lado com áreas sujeitas a desmatamento intenso, onde a vegetação nativa abre espaço a extensas pastagens e plantios de soja, algodão, milho.

As práticas econômicas desenvolvidas nas áreas limites ao PIX, nos municípios de Canarana, Paranatinga, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Gaúcha do Norte, Feliz Natal, Querência, União do Sul, Nova Ubiratã e Marcelândia, se caracterizam pelo agronegócio de grãos com elevado uso de agroquímicos, cujos impactos ainda carecem de estudos pela comunidade científica.

Criado sob a influência dos irmãos Villas-Bôas, a ideia do PIX começou a tomar forma em 1952, mas a demarcação do mesmo só foi homologada de fato em 1961. No Sul, na região designada de Alto Xingu, ficaram os povos muito semelhantes culturalmente, dentre eles os Kamayurá e os Yawalapiti (ISA, 2014). A multiculturalidade étnica resultou num emaranhado de relações sociais e territorialidades que teve como consequência a desterritorialização de famílias cujas línguas, crenças, entre outras práticas culturais, foram comprometidas ao longo do tempo.

Tal enfoque constitui-se o eixo central do presente artigo que busca analisar o trajeto de uma família na construção de uma nova aldeia, descendente da etnia Amary que passa por um momento de ressurgência étnica. A etnia Amary passou por um brusco processo de genocídio e etnocídio e atualmente habita a aldeia Tuatuari.

O caso aqui analisado evidencia a situação de várias etnias residentes no PIX que foram reunidas junto a outras e atualmente buscam rememorar seus antepassados extintos,

reconstruindo suas relações. Segundo relatos do patriarca da família, o então pajé da aldeia Tuatuari, seus bisavôs eram da etnia Amary e, quando dispersos, juntaram-se à etnia Kamayurá. Com a chegada dos irmãos Villas-Bôas, na década de 1950, alguns destes descendentes foram levados para viver junto aos Yawalapiti no PIX. Estes, por sua vez, também se encontravam em processo de dizimação. Os poucos sobreviventes viviam no território tradicional dos Kamayurá na área que hoje se encontra dentro da área do PIX.

Atualmente a família busca a formação de uma nova aldeia nos limites do PIX, denominada Amary. A construção dessa aldeia se insere num processo geral de multiplicação das aldeias xinguanas associado não só ao aumento tendente da população, mas sobretudo a questões de afirmação/definição de identidade étnica, à rememoração de sociedades indígenas que estiveram por muitos anos invisibilizadas (por dizimação e/ou incorporação), sobreviventes nas linhagens de alguns indígenas, e à consequente resolução de tensões étnicas internas.

Diante do exposto, além dos aportes introdutórios, o presente artigo está organizado em seções. A primeira registra os procedimentos metodológicos adotados, já a segunda realiza a revisão dos principais conceitos que subsidiaram as análises. A terceira busca desvelar o processo de produção territorial do Estado de Mato Grosso e a criação do Parque Indígena do Xingu no âmbito do processo de expansão da fronteira agrícola e de ordenamento territorial do estado. Na quarta, a abordagem está voltada para a descrição do cotidiano material e imaterial da família Amary e do processo que permeou a territorialização da nova aldeia e, na sequência, são apresentadas as considerações finais.

Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa foi realizada a partir da etnografia que, na concepção de Geertz (2008), não é apenas estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, escrever diários e outras atividades; tais elementos são importantes aliados à descrição dos atos da cultura, a uma análise científica, logo, interpretativa.

Inicialmente adotou-se a consulta bibliográfica sobre os temas e conceitos abordados, aliada a trabalho de campo, onde a partir da vivência com o grupo foi possível observar, entrevistar, participar. Esse momento, do ponto de vista metodológico, foi um dos aspectos mais importantes e desafiadores da pesquisa, haja vista a necessidade do contato direto, da criação de uma relação de confiança com sujeitos – que experimentam há décadas uma relação desvantajosa frente à sociedade envolvente.

Das distintas ferramentas de pesquisa (observação, entrevista e participação), a observação assume um papel crucial, permitindo um olhar atento sobre os acontecimentos

do entorno, não só por provocar reflexões, mas também por estimular a formulação de questionamentos a serem respondidos com a própria observação ou por meio dos relatos orais. As entrevistas foram conduzidas com perguntas claras, objetivas, em ritmo de conversa, privilegiando-se a fluidez do discurso, de modo que o colaborador e/ou colaboradora pudesse evocar as suas memórias e sentimentos pessoais acerca do que estava sendo relatado.

Os registros foram analisados na perspectiva da descrição densa (GEERTZ, 2008), priorizando as dimensões simbólicas e materiais da família, o modo de vida, a organização social e visões de mundo. Para o escopo desse artigo priorizou-se a configuração dos territórios já existentes e também do novo território.

Aportes conceituais: revisitando perspectivas

No Brasil, um dos enfoques da análise geográfica sobre a questão indígena está centrado nos aportes conceituais relacionados ao Paradigma da Questão Agrária (PQA) (FERNANDES, 2005), que enfatiza as consequências do desenvolvimento do capitalismo no campo, ressaltando o conflito como indissociável da luta pelos territórios e da oposição entre as classes sociais. Nessa perspectiva, os territórios indígenas estão em constantes disputas e são ameaçados pelo avanço do capital, provocando a desterritorialização das diferentes etnias. Para o escopo desse artigo assume-se tal pressuposto e enfatiza-se a relevância do conceito de território para o entendimento da questão indígena no contexto nacional.

Haesbaert (2005) afirma que o termo *território* é polissêmico, haja vista as diferentes interpretações, situadas em quatro vertentes básicas: a) Jurídico-Política onde território é visto como um espaço controlado e delimitado onde se exerce o poder; b) culturalista que prioriza a dimensão simbólica, cultural e a subjetividade; c) Econômica que concebe o território como dimensão espacial das relações econômicas no embate entre classes sociais; d) naturalista baseada nas relações sociedade-natureza, no controle e usufruto dos recursos naturais.

Segundo Haesbaert (2004, p. 95), “[...] todo território é, ao mesmo tempo [...] funcional e simbólico [...] tanto para realizar funções quanto para produzir significados”. Tal enfoque permite ultrapassar a concretude do território como espaço de apropriação dos elementos naturais ou de domínio, via poder institucionalizado, e possibilita as abordagens subjetivas relacionadas ao significado simbólico do território para determinadas culturas. No que concerne ao caso pesquisado, na medida em que uma etnia indígena perde seu território ancestral encontra-se desterritorializada – conceito este ancorado na dimensão cultural e refere-se ao desenraizamento, enfraquecimento das etnias e identidades territoriais.

Tal movimento, na perspectiva geográfica é analisado por Saquet; Briskievicz (2009, p. 7) ao referirem-se às identidades nacionais, argumentando que estão localizadas em algum ponto do tempo através de antecedentes históricos: “Os povos tentam reafirmar as suas

identidades que foram, de alguma forma, perdidas, podendo estar produzindo outras identidades. Assim, a redescoberta do passado faz parte do processo de construção da identidade de certo grupo social”.

Sob a ótica antropológica, a diminuição e enfraquecimento das identidades territoriais e o movimento de busca pelo seu fortalecimento é denominado por Oliveira Filho (1994;1998) de ressurgência étnica, ou seja, é o ocultamento temporário de indivíduos de um grupo étnico que volta a se reafirmar identitariamente. Para o autor, tal movimento reflete o processo de etnogenese que abrange tanto a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já reconhecidas, correlativamente surgem novas relações entre as sociedades indígenas e seus territórios, conduzindo a transformações sociais e culturais e a um processo de reorganização social. Tal reorganização implica na criação de uma nova unidade sociocultural, na constituição de mecanismos políticos especializados, na redefinição do controle social sobre os recursos ambientais e na reelaboração da cultura e da relação com o passado.

Bartolomé (2006, p. 1) explica o conceito de etnogenese como “o ressurgimento de grupos étnicos considerados extintos, totalmente miscigenados ou definitivamente aculturados e que, de repente, reaparecem no cenário social, demandando seu reconhecimento e lutando pela obtenção de direitos ou recursos”. Na concepção do autor, a Etnogênese está relacionada ao dinamismo dos agrupamentos étnicos, cujas lógicas sociais revelam plasticidade e capacidade adaptativa. Para ele, resultam das desterritorializações, dos etnocídios, genocídios ou ocultamento cultural. Os fatores que impulsionam os processos de ruptura e emergência étnica se dão por fatores externos (reivindicação de território e/ou de auxílio econômico perante o governo) e fatores internos aos grupos, por motivos como segmentação política, tendo a separação do grupo como uma forma de resolução destas questões. Por trás da recuperação de antigas filiações étnicas está a reconstrução de formas de vivências e sociabilidades comunitárias antes desintegradas, como também a própria identidade do grupo.

Para Hall (2006, p. 13), a identidade de um indivíduo não está imóvel no tempo e sim sujeita a alterações devido às influências que este recebe ao longo de sua vivência. Um grupo étnico pode se apropriar de suas diferenças culturais para “fabricar e refabricar sua individualidade diante de outras com que estava em um processo de interação social permanente” (OLIVEIRA FILHO, 1998, p. 55). São os próprios membros do grupo os responsáveis por explicar e validar os elementos definidores de sua identidade étnica. “Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente descoladas” (HALL, 2006, p. 13).

A reivindicação das identidades étnicas emergentes encontra-se num quadro de dividendos políticos, sendo necessária uma observação primordial do lugar de fala desses

sujeitos contemporâneos. Neste contexto de negociação surgem identidades étnicas resultantes do diálogo entre diferentes tradições culturais e misturas do mundo globalizado: essas são as novas identidades ou identidades híbridas (HALL, 2006). Há, no entanto, um movimento de reforço destas e das identidades locais. As identidades são construídas socialmente e desenhadas pelas escolhas políticas de cada grupo. Sendo assim, a construção de uma etnicidade emergente, neste processo de (auto) construção social de (re)assumir uma antiga identidade, se transforma num importante ato simbólico e emocional.

Oliveira Filho (2001) esclarece que um grupo dominado é incorporado a outras populações também dominadas, ou grupos da população dominante. Conseqüentemente, um grupo ou até mesmo um único indivíduo poderá adquirir distintas identidades em diferentes momentos. Assim, a identidade assumida depende do contexto situacional e histórico.

Em que pese a multiplicidade das diferentes áreas do conhecimento, o território é aqui entendido como o espaço da realização de uma cultura e perpetuação de uma etnia. Nessa perspectiva, a apropriação dos recursos naturais não se resume à produção e ao consumo de alimentos, mas a um conjunto de atividades realizadas por um povo, tendo como objetivo sua sobrevivência e reprodução cultural.

Produção territorial do Estado de Mato Grosso e a criação do Parque Indígena do Xingu (PIX)

O Estado de Mato Grosso passou por diferentes formas de ocupação – o contato com os povos originários através da colonização portuguesa, expedições dos bandeirantes e os projetos desenvolvimentistas com a vinda dos migrantes, principalmente da região Sul do país em um processo denominado Marcha para o Oeste, criado em 1940 pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas.

Para além dos projetos desenvolvimentistas, como a implantação de linhas telegráficas, no início do século XX, quando a famosa frase do Marechal Rondon, “morrer se preciso for, matar nunca”, vem substituir o bordão “índio bom é índio morto”, as expedições Roncador-Xingu chegam a Mato Grosso a partir da década de 1940, com o sonho de integrar o país e, assim, começando os contatos com as populações indígenas da região Centro-Oeste e Amazônica.

A expedição Roncador-Xingu chegou ao Alto Xingu em 1940, liderada pelos irmãos Villas-Bôas (Cláudio, Orlando e Leonardo Villas-Bôas), partindo dos postos da Fundação Brasil Central (FBC) em Aragarças até alcançar o alto curso do rio Kuluene. No caminho foram feitos contatos com os Kalapalo, Kuikuro, Matipu-Nafukuá e Navarute (Karib), que de pronto foram incorporados à área de influência e controle da Fundação Brasil Central (FBC) e da Força Área Brasileira (FAB) (ROYSEN, 2015). Nesta passagem, onde foram abertos campos

de pouso e de postos avançados, os indígenas foram sucumbindo às epidemias, que quase exterminaram os Navarute, que só sobreviveram por terem sido agrupados junto aos Kalapalo.

Em 1946 se estabeleceu um posto central da FBC e da FAB, existente até os dias atuais no centro do PIX. Neste mesmo ano se deu a criação do Posto Indígena Capitão Vasconcelos no rio Tuatuari, posteriormente denominado de Posto Indígena Leonardo Villas-Bôas, em uma homenagem a este, que se tornou o centro de assistência aos indígenas da região, constituindo também em um atrativo. Dois anos depois, os irmãos criam o Posto Diauarum para assistir aos índios que viviam mais ao norte, os Suyá (Gê), os Juruna (Tupi) e os Txukarramãe (Gê).

Nesse momento histórico, os indígenas representavam um entrave ao desenvolvimento da lógica capitalista, assim, é notória a perda de território e contingente populacional sofrida pelas sociedades indígenas, que ora estavam desterritorializadas e marginalizadas pelas rodovias que cortavam o território tradicional de várias etnias, ora eram infectadas por doenças trazidas por colonos, garimpeiros e posseiros.

A respeito deste tema, Rossetto; Girardi (2015) colocam que a ocupação do Estado de Mato Grosso na década entre 1930 e 1940 esteve sob os auspícios de uma política que visava à expansão da agricultura, à ocupação dos espaços por populações não indígenas e o desenvolvimento e integração das áreas que resultariam em elevados lucros para a elite local e nacional, sem nenhuma preocupação com a população que habitava os espaços rurais (indígenas, quilombolas, ribeirinhos, etc.). Na mesma perspectiva de análise, Oliveira (2015) relata que na década de 1960 os direitos indígenas em relação à terra eram assegurados pelas legislações vigentes, porém as “tramas” políticas formavam barreiras que impediam o cumprimento de tais leis.

A concessão de reservas tornou-se uma das alternativas e o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) se tornou o órgão responsável por esta medida, por meio de solicitação, onde requeria do Estado áreas que atendessem às necessidades mínimas para uma reserva. O processo de expropriação resultou na tutela oficial do estado sob as etnias indígenas, retirando-as da trajetória capitalista e asseverando que ficassem nas reservas, a primeira delas o Parque Nacional do Xingu (PIX), que teve sua demarcação oficial em 1961 pelo decreto-lei 50.455, e sua homologação como Terra Indígena em 25 de janeiro de 1991. Inicialmente, a tutela oficial do PIX coube ao SPI. Já no segundo momento, quando a criação do PIX, em 1967, o SPI entrega a administração para Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão subordinado ao Ministério da Justiça.

A resistência dos setores privados quanto à criação do PIX levou o governo a destinar algumas áreas que faziam parte do projeto original para a continuidade dos processos de colonização e modernização do Estado. Assim, a área do PIX foi recortada diversas vezes

desde sua concepção para atender a interesses geopolíticos. O decreto 63.082 de 1968 eliminou uma faixa de terra acima da Cachoeira Von Martius e acrescentou outra ao Sul, englobando os povos Altoxinguanos que haviam ficado fora da reserva; o decreto nº. 68.909 de 1971 excluiu o território tradicional dos Kayapó que havia sido cortado pela BR-080, e acrescentou a Sudoeste uma faixa de terras pobres e não utilizadas por estes povos.

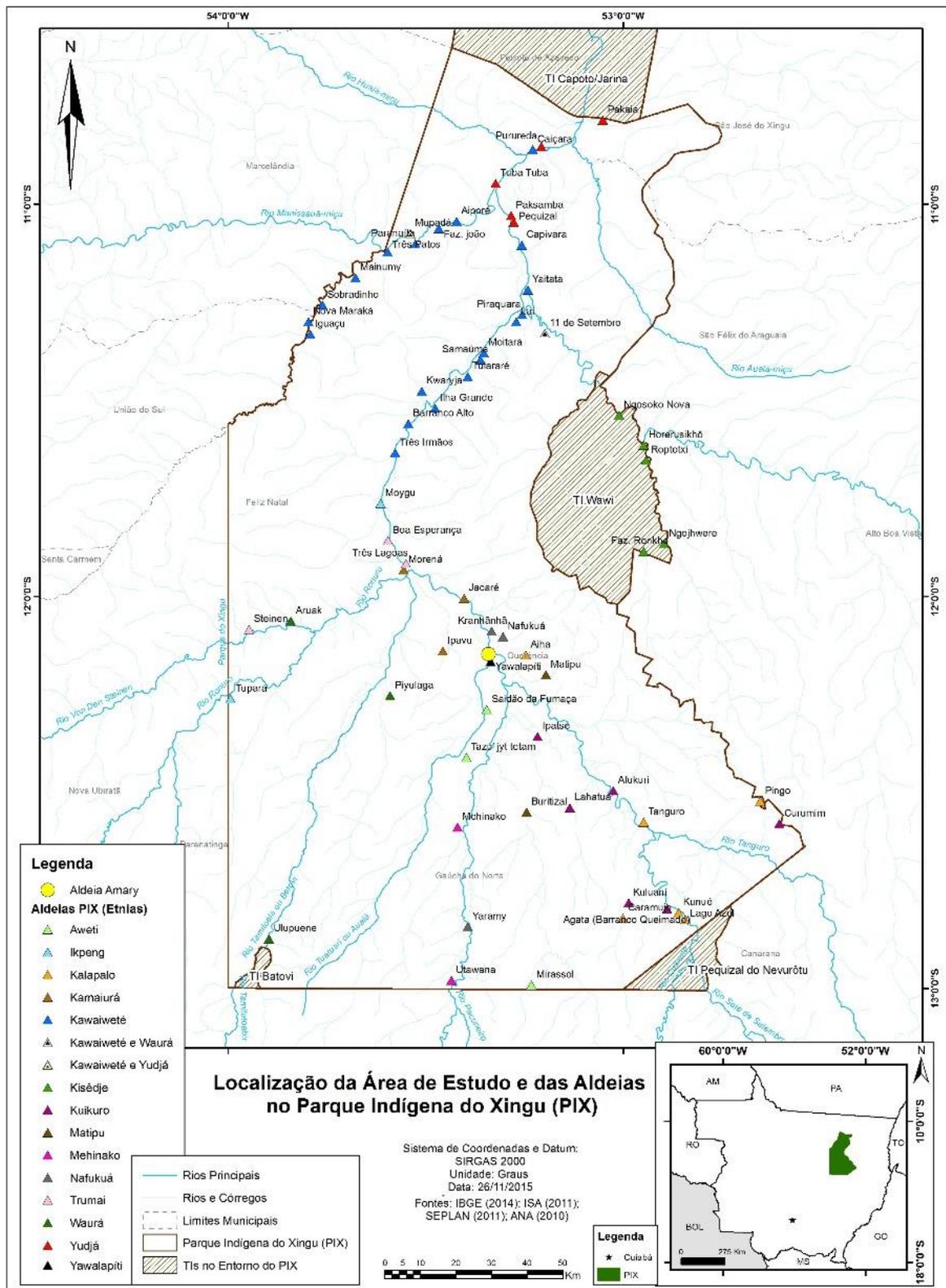
A extensão pensada inicialmente de 205 mil quilômetros quadrados foi sucessivamente reduzida por meio de decretos, e atualmente a extensão do parque, incluindo as TIs Wawi, Batovi e Pequizal do Naruvoto, é de aproximadamente 28 mil quilômetros quadrados (ISA, 2014). A área demarcada do parque excluiu parte dos territórios tradicionais das etnias que aí habitam, fato que traz grandes consequências para estes, pois representa também a perda de recursos naturais, dos quais muitos são essenciais à reprodução física e cultural.

O acelerado processo de ocupação regional do entorno do parque incentivou as lideranças a pleitearem a demarcação de áreas tradicionais que haviam ficado fora do PIX. Assim, em 1998 foi homologada as TI Wawi (Kisêdje) e TI Batovi (Waurá) e em 2006 a TI Pequizal do Naruvoto (Naruvôtu). Atualmente outros dois povos (Ikpeng e Waurá) lutam pela integração de parte de seus territórios tradicionais ao parque, como solução para frear os processos de degradação ambiental que sofrem estas áreas.

A área do PIX destaca-se pela pluralidade de grupos humanos que ali habitam, compondo um quadro ocupacional multiétnico, disposto em torno dos principais tributários da bacia do Xingu, eixos naturais de circulação. Deve-se aos relatos dos primeiros viajantes o conhecimento (ainda que lacunar) do *modus vivendi* destes povos, alguns dos quais se consideram, presentemente, extintos, como os Aruak, Kustenáu, absorvidos pelos Wauja, os Karib, Naravute e Tsuva, incorporados nos Kuikuro e Kalapalo respectivamente (SEKI, 2011).

As etnias do Alto Xingu, acompanhadas pela PIN (Posto Indígena) Leonardo Villas-Bôas, destacam-se pela sua semelhança cultural, que lhes valeu a designação de “Complexo Altoxinguano” (HECKENBERGER, 2001). Já no Médio Xingu situam-se as etnias Trumai, Ikpeng e Kaiabi, estruturadas pelo Posto Pavoru. Também no Baixo Xingu se encontram os Kaiabi, para além dos Suyá e Yudjá, atendidos pelo Posto Diauarum. Estas populações são atendidas pelos postos PIN Leonardo Villas-Bôas, Pavoru e Diauarum, respectivamente, que asseguram questões logísticas de atividades e projetos no PIX, assim como proporcionam apoio nas áreas de educação e saúde (Figura 1).

Figura 1: Localização das Aldeias no Parque Indígena do Xingu - Estado de Mato Grosso/Brasil



Fonte: Organizado por Lira (2015); Xavier (2015).

Em seu entorno, desde sua criação, mas com maior força nos últimos 30 anos, a exploração econômica, principalmente pelas atividades de madeiras, pecuária e a plantação de soja, vem causando significativo desmatamento. Acontecem também intrusões na área do PIX por parte de pescadores, turistas e caçadores. Outro problema ambiental do parque está representado pelo fato de as cabeceiras dos rios formadores do rio Xingu estarem localizadas fora dos limites do parque, sofrendo poluição por agrotóxica e intensa movimentação de terra.

Em 2014 tinha-se já desmatada uma área total de 38.674 ha. O principal risco em potencial é a exploração de recursos, em especial a pesca, principal base alimentar. Não constam dentro da TI projetos de mineração, petróleo e gás, segundo dados do ISA (2016). Porém, os projetos de energia já chegaram às margens do parque, a exemplo das Usinas Termelétricas (UTE) São José do Xingu (desativada) e UTE Gaúcha do Norte (em operação).

Cotidiano e caminhos percorridos pelos Yawalapiti e Amary

Assim como as demais sociedades altoxinguanas, os Yawalapiti também são agricultores e pescadores, sendo estas atividades que sustentam a base alimentar composta principalmente pelo peixe e pela mandioca, da qual são preparados vários pratos como o beiju, a *pererepa* (bebida preparada à base de mandioca “doce”) e o mingau. A caça também faz parte da dieta, porém não frequentemente, pois o consumo da caça acontece mais nas épocas festivas. Em segundo plano, ovos de tracajá, o próprio tracajá e o pequi, também compõem o quadro alimentar, assim como vegetais silvestres e/ou cultivados, como a macaúba, abóbora, milho, feijão, banana, manga e caju. O mel é consumido, embora em pouca quantidade. Em suma, peixe com beiju é o prato principal na aldeia Yawalapiti.

Geralmente as aldeias são implantadas próximas aos cursos d’água e não muito distantes de áreas florestadas, isso porque o rio (ou lagoa) é um elemento de destaque não só por fornecer o alimento (peixe) mas também por ser um espaço de lazer e de higiene, onde tomam banho, lavam roupas e em alguns casos os utensílios domésticos. Na aldeia Tuatuari, essa distância das casas até à área de banho é de uns 500 metros; na nova aldeia distará bem menos. A necessidade de estar próxima a áreas de florestas se deve ao plantio das roças pela técnica de coivara e de estas se localizarem geralmente próximas das casas, característica das roças da família na aldeia Tuatuari. O terreno das roças é cultivado por cerca de dois a cinco anos consecutivos, depois ficam em pousio a fim de que a terra se recupere por pelo menos 25 anos.

As casas na aldeia Yawalapiti seguem o padrão xinguano, estando dispostas em círculo, em volta do pátio central. É neste pátio onde, além se desenvolverem as cerimônias, são enterrados os entes falecidos, obedecendo às regras sociais. A Casa das Flautas ou Casa

dos Homens – onde as mulheres não podem adentrar, sofrendo o risco de penalidades (DE MENEZES BASTOS, 1999; 2013; MINDLIN, 1997) – fica localizada há poucos metros do centro deste pátio, local onde os homens se reúnem para discutir assuntos importantes para a comunidade; para tocar a flauta *Jacuí* (flauta sagrada que só pode ser tocada pelos homens); ou simplesmente ensaiar os cantos. A um canto do pátio, mais próximo ao centro, estão instaladas as traves para os jogos de futebol, muito apreciado pelos homens e também pelas mulheres, que têm seu campo de futebol um pouco atrás da Casa dos Homens.

Fazem parte da organização interna das casas as seguintes estruturas: setor íntimo, onde ficam as redes, geralmente organizadas de forma que os cônjuges durmam lado a lado e ao lado da mãe fiquem as crianças menores; porta dos fundos onde fica o setor de serviço das mulheres e aí próximo as estruturas de combustão utilizadas para cozer os alimentos; ao centro fica o jirau com as panelas com água e mingau e o depósito de mandioca; próximo à porta da frente fica o setor social dos homens, onde eles recebem os visitantes.

Estão entre os aparatos domésticos, utensílios industrializados, como panelas, pratos, talheres, facões, facas, além de outros apetrechos como serra elétrica, televisores, rádios, celulares, entre outros, que são utilizados com a consciência de que este uso não afeta a identidade de indígena. De fato, mesmo com a introdução destes materiais não diminuiu a demanda de busca e oferta dos artefatos artesanais produzidos pelos “parentes”, termo usado para se referirem aos indígenas de outras etnias.

A instituição do casamento é oficializada pelo ato de levar a rede do noivo para a casa da noiva, colocando-a acima da rede dela. Isto pode ser feito pelos pais dos noivos em um acordo entre eles, mesmo na ausência e sem o conhecimento dos mesmos, que muitas vezes são surpreendidos pelo fato de agora estarem casados. Habitualmente é costume que no primeiro ano de casamento ou até nascer o primeiro filho, o homem se mude para a casa da família da noiva, voltando depois desse período para a casa da sua família. Porém, houve uma época em que os Yawalapiti quase foram dizimados e que como estratégia para não os deixar desaparecer era permitido que qualquer indígena que se casasse com alguém Yawalapiti viesse a viver na aldeia deste último. Ao se casar com um indivíduo que fosse de outra etnia, é ainda costume que o homem ou mulher desta outra etnia passe por um ritual onde luta com todos os lutadores ou as lutadoras de *huka-huka* Yawalapiti (SÁ, 1983; ISA, 2014).

A cidade de Canarana é o principal centro urbano que os Yawalapiti frequentam para a compra de provimentos alimentícios entre outros, como combustível e materiais para a produção dos artesanatos. É também daí que eles embarcam em ônibus da Viação Xavante para capitais como Brasília, Goiânia e Cuiabá. Há dois meios de acessar o PIX desde Canarana, por via aérea ou terrestre combinada com via fluvial. A primeira com duração de aproximadamente uma hora e trinta minutos, já a segunda opção de acesso varia de acordo

com o porto escolhido e/ou com a estação do ano. No período chuvoso os indígenas preferem ir de carro (cerca de duas horas) até o porto da Fazenda Sayonara e daí de seis a oito horas de barco até o porto da aldeia Yawalapiti. Este tempo vai depender do motor do barco, do peso da carga e do volume da água do rio. No período seco, a preferência é seguir de carro até o porto da Aldeia Kuikuro, cerca de sete horas ou oito horas, para então seguir de barco até à aldeia Yawalapiti, gastando aproximadamente duas horas para tal.

Já as grandes cargas, como caminhonetes, geradores de energia, combustível utilizado nas embarcações a motor, geradores e motocicletas, são transportadas por balsa até o PIN Leonardo, levando cerca de doze horas de viagem desde Canarana. Os voos que frequentemente pousam no PIX são fretados por turistas, políticos, repórteres, fotógrafos e/ou outros visitantes, ou são custeados pela FUNASA para transporte dos enfermos e dos profissionais da saúde. Estas aeronaves, principalmente no retorno do PIX para a cidade, são aproveitadas pelos indígenas que constantemente pegam carona nas mesmas. As estradas externas são outro meio de comunicação, da aldeia a outras aldeias e a pontos estratégicos, como os postos de saúde indígena, percebendo a existência também de uma rede de estradas internas que se diferencia no uso masculino, feminino e infantil.

O rádio amador é o meio de comunicação mais utilizado nas aldeias que compõem o PIX, porém a aldeia Yawalapiti possui um Ponto de Cultura com vários computadores e internet, é uma das poucas a ter esse recurso. Entretanto, o uso obedece aos costumes da população. Em dias de festa a internet é desconectada para que os membros mais jovens da comunidade estejam mais concentrados nos preparativos, danças e demais rituais.

Quanto às atividades de plantio, as mulheres são mais envolvidas nas tarefas ligadas ao cultivo e ao processamento da mandioca, sendo os homens os responsáveis pela pesca e pela derrubada da área onde são cultivadas as roças.

Os homens produzem artefatos para caça e pesca, bancos de madeira e parte dos adornos. As mulheres produzem a maior parte dos adornos que são comercializados, apenas alguns específicos são produzidos pelos homens. O artesanato é basicamente feito pelas mulheres, e no caso dos Yawalapiti é a principal fonte de renda e é utilizada para a compra de utensílios domésticos, como panelas de alumínio e demais utensílios de cozinha, redes, alimentos industrializados, produtos de higiene, dentre outros. Dos diferentes artefatos artesanais produzidos pelos Yawalapiti, destacam-se os adornos feitos com miçangas que têm a sua própria forma de produção.

As crianças sempre estão por perto quando os adultos estão desenvolvendo alguma tarefa, seja por curiosidade, seja pela intenção dos pais de ensiná-los, ou seja, por diversão dos *curumins*, termo tupi utilizado para denominar crianças.

Os eventos festivos, os rituais e os mitos andam juntos. As festas que acontecem em território xinguano têm um caráter simbólico muito forte. A principal delas, o *Kuarup* (festa dos

mortos), que acontece quando do falecimento de um membro da família do cacique ou alguém que tenha uma posição política elevada dentro do grupo, reúne os parentes de todo o PIX, externos, visitantes, políticos, fotógrafos, pesquisadores, jornalistas, além de outros profissionais. É palco da externalização da tristeza pelo morto, como também é palco de entretenimento no momento da luta de *huka-huka*, ação acrescida à festa em tempos mais recentes, demonstra a intrincada rede de símbolos da cultura altoxinguana.

Faz parte da festa *Kuarup* outra prática comum dos povos do Xingu: o *moitará*, ritual antigo que consiste em trocar artesanatos, sabão, sabonetes, utensílios, redes, lanternas, roupas, entre outros produtos. O proprietário da peça a coloca no centro da roda, que acontece dentro da casa de um dos anfitriões ou em várias casas, e quem desejar este objeto o recolhe e oferece algo em troca. Geralmente é aceito o que é ofertado.

Apesar da violência e do desrespeito que têm marcado as ações dos agentes produtores do espaço agrário perante os povos indígenas, constatou-se que essas sociedades vêm desenvolvendo estratégias para garantir a vida e aspectos da cultura material e imaterial. A desterritorialização ocasionada pelo agrupamento de várias etnias diferentes teve como consequência a desterritorialização de famílias indígenas advindas de outras áreas fora do PIX. De acordo com as entrevistas realizadas, tanto os Yawalapiti quanto os Amary, os primeiros residentes nas margens do rio Batovi e os outros do rio Buriti, passaram por tal adversidade. Porém, os Yawalapiti tiveram o privilégio, como considera Sá (1983), de serem reunidos no PIX. Já os Amary, tiveram seus poucos sobreviventes dispersos por outras aldeias, como o bisavô de nosso interlocutor, que recebeu o convite do cacique Kamayurá para, juntamente com seu filho, transladar-se para a aldeia deste.

Quando Orlando Villas-Bôas chegou à região do Alto Xingu, em meados da década de 1940 do século XX, o pai do pajé, chamado de Kutamapü Kamayurá, se encontrava na posição de líder de uma das duas aldeias Kamayurá, chamada de Ayuruakuat. Ele estava casado com três irmãs Mehináku e era pai de sete filhos e detentor de grande conhecimento acerca da arquitetura tradicional, da música, da dança, além de ser um exímio lutador de *huka-huka*, a luta xinguana (PROJETO AMARY, 2008).

Nesse período, devido às epidemias, aos conflitos com outras etnias e aos ataques dos colonizadores, os Yawalapiti estavam reduzidos a pouco menos de 30 indivíduos que se encontravam dispersos por várias aldeias de outras etnias. Pela tradição oral, os Yawalapiti teriam como território tradicional a área da confluência dos rios Batovi com o Kuluene. Pressionados por conflitos com os Manitsawa, viram-se obrigados a subir o Kuluene, dividindo-se em dois grupos: um instalou-se nas cabeceiras desse mesmo rio e o outro se instalou no rio Tuatuari, sendo que este segundo grupo sobreviveu e o primeiro veio a desaparecer (VIVEIROS DE CASTRO, 1977).

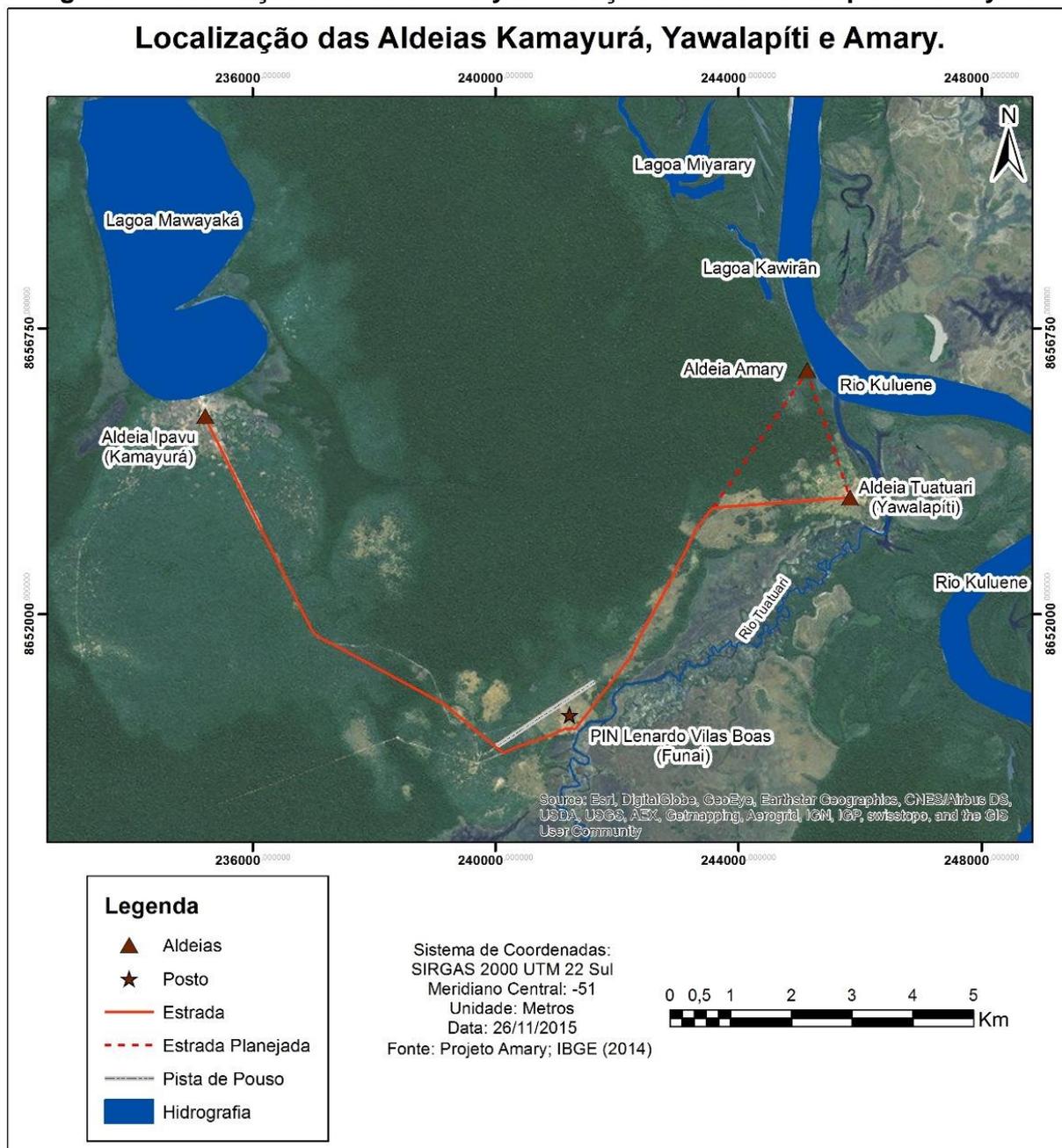
Devido ao grande conhecimento construtivo e ao seu espírito de líder, Kutamapü Kamayurá, juntamente com sua família, foi fundamental no primeiro processo de reorganização deste segundo grupo na aldeia Amakapukú, próximo ao afluente do rio Tuatuari, anos depois de terem ficado a vagar em aldeias de outras etnias (PROJETO AMARY, 2008). Os vínculos que ligavam os Kamayurá de Ayuruakuat aos Yawalapiti de Amakapukú foram fortalecidos pelas relações de casamento, quando duas das filhas de Kutamapü casaram-se com Kanatu, líder dos Yawalapiti, e quando mais tarde, na década de 70, seus filhos mais novos (entre eles o nosso interlocutor) se casaram com mulheres Yawalapiti.

Com o falecimento de Kutamapü, seu filho mais velho, Takumã Kamayurá, herda o cacicado da aldeia Ipavu, que abrigava, já a essa época, a população das duas aldeias Kamayurá, que se viram obrigadas a juntar-se devido às epidemias de gripe e sarampo. Com o esgotamento das terras cultiváveis próximas à aldeia do Ipavu, no final da década de 1980, Tawakumã Kamayurá, um dos filhos de Kutamapü Kamayurá, faz incursões em Miyara ry em busca de terras para o plantio da mandioca, do milho e do pequi.

Tawakumã chegou a permanecer em Miyara ry por cerca de cinco anos com sua família, com intenção de construir uma nova aldeia. Porém, como consequência de sua morte repentina, encerra-se o projeto e sua família retorna à aldeia Ipavu. Contudo, Miyara ry resiste na memória dos familiares e descendentes de Kutamapü e Tawakumã “como uma alternativa para a instalação de uma nova aldeia e para a produção de excedente alimentar” (PROJETO AMARY, 2008).

Atualmente instalado na Aldeia Tuatuari (Figura 3) da etnia Yawalapiti, o patriarca da família busca como realização de um sonho seu, de seu pai e de seus irmãos, e como missão deixada por seu pai, abrir esta nova aldeia, que se chamará Amary, no intuito de fazer “renascer” a etnia que há tempos estava presente apenas no imaginário da família. A denominação não é só uma homenagem, mas um resgate de sua ancestralidade, visto que decidir sobre o local onde assentar uma nova aldeia é como “*percorrer velhas trilhas*”, revivendo conhecimentos que poderiam ser perdidos num processo de sedentarismo.

Figura 2: Localização da aldeia Amary em relação à aldeia Yawalapiti e Kamayurá



Fonte: Adaptado de Projeto Amary (2008).

O ato de retornar a uma antiga aldeia é comum entre muitas etnias. Desde tempos remotos há sempre uma aldeia velha, ou várias aldeias velhas na memória das comunidades, e estes territórios permanecem como uma opção para os possíveis retornos necessários e até mesmo inevitáveis. São locais onde estão enterrados os antepassados, que se referem aos mitos de criação deste povo, territórios sagrados que foram palco dos acontecimentos e das ações de entidades mitológicas e heróis civilizadores que protagonizaram a cosmogênese xinguana. Assim, Miyara ry é o território onde os bichos se servem da água, a lagoa dos bichos. Na mitologia xinguana era morada de Kutsaho, primo-irmão de Mavutsinin, o criador

do mundo e da humanidade. Os povos que habitam próximo a Miyara ry têm este local como produtor de cerâmica e de urucum. Existe uma quantidade impressionante de material cerâmico dentro e fora da lagoa, assim como pés de urucuns, que teriam sido cultivados por Kutsaho (PROJETO AMARY, 2008). A força mitológica desta lagoa leva os habitantes do entorno a crerem que a retirada destas peças do local provoca enormes tempestades e ventanias.

Conscientes e preocupados com a preservação deste território mitológico, eles passaram, então, a planejar uma ocupação cuidadosa onde conseguissem, além da preservação deste espaço, interagir com os jovens de forma a desenvolver a sua memória para os acontecimentos mitológicos, difundindo e revivendo a cultura e a sabedoria construtiva de seu povo. Tendo como exemplo a ocupação Kamayurá, na década de 1970, da área adjacente à lagoa Morená (aldeia mítica de Mavutsinin), outro palco de acontecimentos mitológicos, hoje extremamente alterada pela ação antrópica; e percebendo que a região sofreu alterações, causando a perda das matas circundantes e dos sinais de espaço sagrado e conversando com anciões Kamayurá, passaram a acreditar mais veemente que a região sagrada banhada pela lagoa Miyara ry deve ser preservada e protegida a todo custo.

A partir de então, eles enxergaram a necessidade de encontrar outro local para assentar a nova aldeia e dali monitorar a região da Lagoa Miyara ry a fim de preservá-la. Passando a ser urgente também a construção do que chamaram de “Casa de Memória”, Memorial Akykya retam. Idealizado com o intuito de abrigar uma exposição permanente de artefatos típicos da cultura xingwana, o Memorial Akykya retam é pensado também como um espaço onde possa acontecer a troca e a prática dos saberes e fazeres xinguanos, através de encontros entre jovens e mestres detentores de memória e saberes tradicionais.

O pajé passa então a planejar a ocupação de uma área às margens da lagoa Kawirãñ (território das onças), mas logo em seguida percebe que este também não é um bom lugar, haja vista que as aldeias xinguanas “conversam entre si”. Ou seja, elas possuem caminhos que formam uma rede de comunicação entre elas e a pontos estratégicos, como ao PIN Leonardo. Enfermo e ancião, o pajé foi aconselhado por seus irmãos, filhas e pelo sobrinho, o Cacique Aritana da aldeia Yawalapiti, a não se assentar muito longe desses caminhos e, principalmente, longe das aldeias Yawalapiti e Kamayurá, onde ele tem papel de suma importância na tomada de decisões, sendo constantemente consultado.

Embora com a atual formulação do projeto, de abrir uma nova aldeia e a escolha de um novo local, eles não estejam retornando ao território tradicional da etnia Amary e nem aos territórios sagrados dos Kamayurá, o novo local está dentro do território tradicional do povo Kamayurá, ao qual também pertencem e se autoidentificam, tendo mesmo sido registrados oficialmente como Kamayurá.

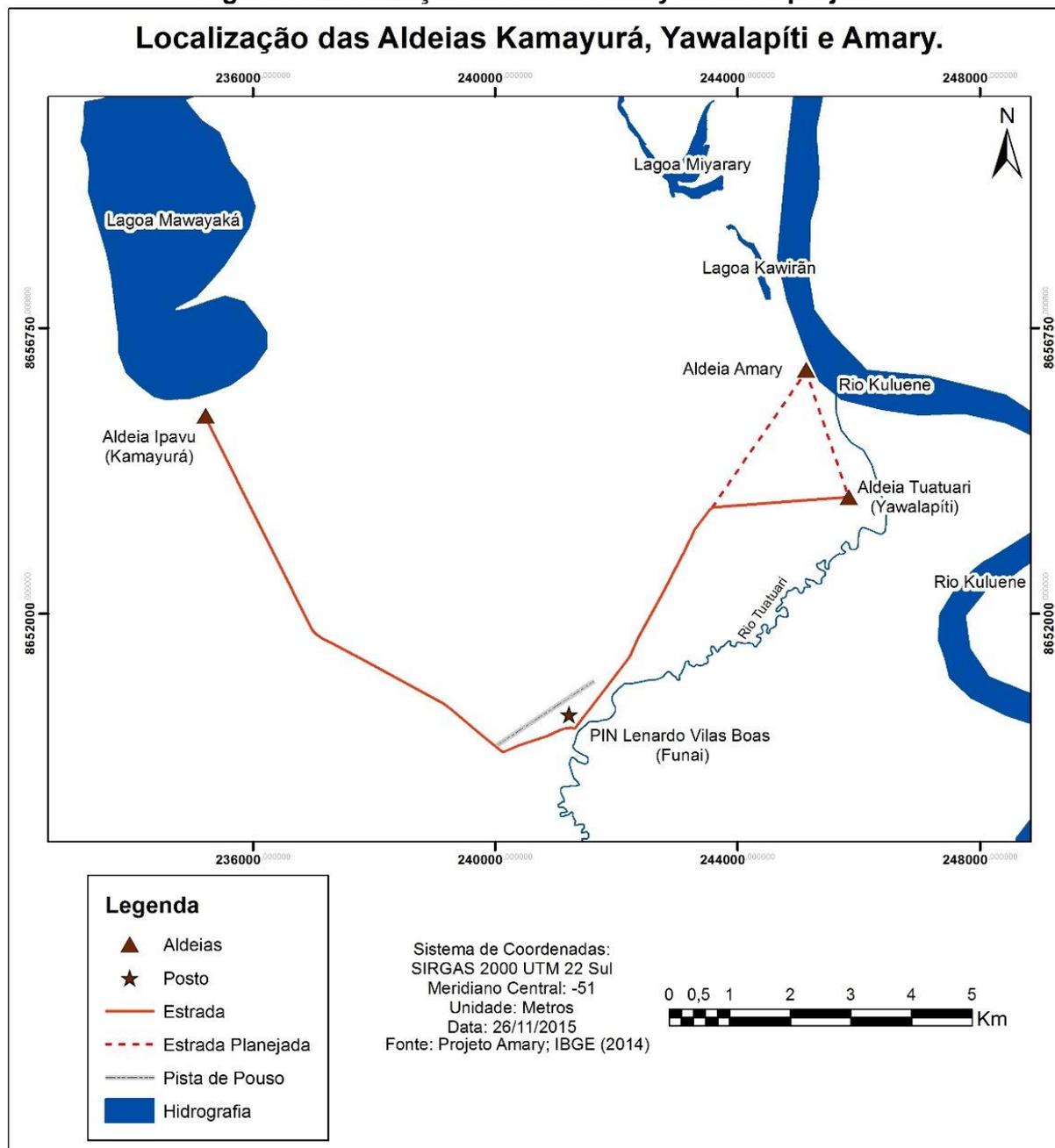
Muito além do desejo de reviver a etnia de seu bisavô, existem outros motivos também importantes para a decisão desta família de se desmembrarem da Aldeia Tuatuari. O Alto Xingu vive atualmente um processo de expansão demográfica, ocasionando a necessidade de procurar medidas para manter o equilíbrio entre os povos e o meio que os cerca. É neste contexto que se encontra a etnia Yawalapiti, que cresceu demograficamente, totalizando cerca de 400 pessoas.

Não é este um caso isolado. De fato, há relatos orais de que muitas etnias xinguanas encontram-se envolvidas com a divisão de sua população e parte dela com o trabalho de erguer novos sítios, tanto por motivos de identidade, quanto para não esgotar os recursos naturais e comprometer a produção de alimentos.

Em 2011 teve início a limpeza e o plantio das roças como primeiro passo para a criação da Aldeia Amary na “*terra dos macacos*”. E assim se inicia no seio desta família a realização do desejo de formar uma aldeia para seus descendentes, reaquistando os seus ancestrais. Em torno de 37 pessoas irão habitar a nova aldeia na *terra dos macacos*, total este constituído pelo pajé, sua esposa, filhos, genros, noras, netos e bisnetos.

A aldeia Amary (*ama* = chuva e *ry* = água, *água da chuva*) está sendo fundada no território conhecido como “aldeia dos macacos” ou “terra dos macacos”. Segundo a história oral dos Yawalapiti, a nós contada pelo pajé, um membro de seu grupo saiu para a caça e não retornou. Passados vários anos, quatro ou cinco anos, um pescador também Yawalapiti ouviu, próximo ao local onde serão construídas as casas, gritos distintos dos gritos emitidos pelos macacos. Intrigado com este fato, no retorno à aldeia ele comentou com outros membros sobre o que ouvira. No dia seguinte o pescador e outros Yawalapiti retornaram ao local dos gritos e viram o que parecia ser um homem muito peludo, descendo e subindo das árvores como faziam os macacos. Um dos homens reconheceu a figura peluda como o caçador que havia desaparecido. Retornaram então ao local com alguns familiares do desaparecido, constatando que realmente se tratava dele. Quando não conseguiram convencer o homem a retornar com eles, pois este já se acreditava um macaco, levaram-no à força. Chegando à aldeia tiveram muito trabalho para que ele ali permanecesse e retomasse os costumes humanos, como falar e dormir em redes.

Figura 3: Localização da Aldeia Amary no novo projeto



Fonte: Adaptado de Projeto Amary (2008).

Devido à característica de pouca mobilidade dos grupos xinguanos, onde se inserem os Yawalapíti, a mudança da aldeia acontece a cada 15 ou 20 anos, a depender de fatores como necessidade de novo local para o cemitério ou para o plantio. No caso da aldeia atual, a mudança de local acontecerá provavelmente em dois anos, pois o cemitério carecerá de mais espaço.

Face ao avanço da lógica capitalista, as sociedades indígenas lutam e se organizam para sobreviver e viver. Entretanto, a garantia de vida para esses grupos está condicionada à garantia de seus territórios, dos seus padrões culturais, das suas formas próprias de trabalho

e organização social. Para tanto, observa-se as crescentes manifestações de luta pela terra indígena. Segundo o Banco de Dados da Luta pela Terra – DATALUTA (2016), entre os anos 2000 a 2016 ocorreram sessenta e cinco ocupações pelos movimentos indígenas no Estado de Mato Grosso. Tal indicador demonstra a resistência dos povos indígenas em favor da conquista e permanência dos seus territórios de vida.

Considerações Finais

A Constituição brasileira registra que as populações indígenas têm direito a seus territórios, entretanto, tal direito é visto como um óbice para os avanços do capitalismo. Apesar das diferentes formas de violência e conflitos, os movimentos de ressurgência étnica demonstram a capacidade de resiliência dos povos indígenas. Assim, a perspectiva analítica da conflitualidade no processo de desterritorialização destaca o papel desempenhado pelo poder público na marginalização das populações indígenas e a necessidade de fortalecimento das suas organizações para desenhar e gerir projetos que conduza ao seu empoderamento.

A reflexão sobre os processos de expulsão dos indígenas dos seus territórios tradicionais fundamentou a compreensão da realidade vivida pela família Amary, desmistificando o imaginário de que os indígenas brasileiros vivem em rincões, paraísos verdes, de grandes extensões e abundantes em recursos naturais. No contexto do Parque Indígena do Xingu (PIX), os povos encontram-se ameaçados pela monocultura de grãos que avança (em alguns casos) para além dos seus limites, ou seja, além da área legalmente demarcada do PIX, sem considerar os custos sociais e ecológicos deste modelo econômico altamente desigual e predador. Os resultados apontam para urgência da criação e gestão de mecanismos legais que garantam o direito à terra e a manutenção da vida e da cultura das populações xinguanas.

Referências

BARTOLOMÉ, Miguel A. A Etnogênese: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Revista Mana**, v. 12, n. 1, p. 39-68, 2006.

BRASIL; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Indígena 2010**. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/>. Acesso em: jun. 2017.

DE MENEZES BASTOS, Rafael José. **A festa da jaguatirica**: uma partitura crítico-interpretativa. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

DE MENEZES BASTOS, Rafael José. **A musicológica kamayurá**: para uma antropologia da comunicação no Alto-Xingu. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

DATALUTA. **Relatório Dataluta Mato Grosso**. 2016. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: jul. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1. ed. 13. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, [1926] 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Dos Múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 29, n. 1, 2005.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HECKENBERGER, Michael. Estrutura, História e Transformação: A Cultura Xinguana na Longue Durée, 1000-2000 d.c. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (Orgs.). **Os Povos Indígenas do Alto Xingu**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, ISA. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt>>. Acesso em: 12 nov. de 2014.

MINDLIN, Betty. **Moqueca de maridos: mitos eróticos**. Rio de Janeiro: Record; Rosa dos Tempos, 1997.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. A Viagem da Volta: Reelaboração Cultural e Horizonte Político dos Povos Indígenas do Nordeste". In: **Atlas das Terras Indígenas/Nordeste**. Rio de Janeiro: PETI/ Museu Nacional/UFRJ, 1994, p. V-VIII.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos 'índios misturados'? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana, Estudos de Antropologia Social**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. **Os Caxixó do Capão do Zezinho: uma comunidade indígena distante de imagens da primitividade e do índio genérico**. Relatório encaminhado à FUNAI. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 16 de julho de 2001, p. 2-48.

OLIVEIRA, Raimundo Nonato Silva de. **Gestão Territorial e Sustentabilidade Socioambiental do Povo Xavante – Terra Indígena de Marãiwatsédé – Bom Jesus do Araguaia - MT**. 2015. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

ROYSEN, Rebeca. A marcha para o Oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu. **Novos Cadernos NAEA**, v. 18, n. 1, 2015.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. Trajetória e Resiliência dos Povos Indígenas do Pantanal Brasileiro. In: ROSSETTO, Onélia Carmen e TOCANTINS, Nely (Orgs.). **Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: socioeconomia e conservação da biodiversidade**. 1. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre; Compasso Lugar Cultural, 2015. Disponível em: <http://www.cppantanal.org.br>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

ROSSETTO, Onélia Carmem. Produção do Espaço Agrário no Estado de Mato Grosso e o Processo de Concentração de Terras no Pantanal Norte Mato-grossense. In: ROSSETTO, Onélia Carmen; TOCANTINS, Nely (Orgs.). **Ambiente Agrário do Pantanal Brasileiro: socioeconomia e conservação da biodiversidade**. 1. ed. Porto Alegre: Imprensa Livre; Compasso Lugar Cultural, 2015. Disponível em: <http://www.cppantanal.org.br>>. Acesso em: 04 fev. 2016.

SÁ, Cristina. Observações Sobre a Habitação em Três Grupos Indígenas Brasileiros. In: NOVAES, Sylvia Caiuby (Org.). **Habitações Indígenas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1983.

SAQUET, Marcos Aurélio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, p. 3-16, 2009.

SEKI, Lucy. Alto Xingu: uma área linguística? In: FRANCHETTO, Bruna [Coord.]. **Alto Xingu: uma Sociedade Multilíngue**. Rio de Janeiro: Museu do Índio; Funai, 2011, p. 57-85.

SILVA, Joana A. Fernandes. Terras e Territórios Indígenas: dilemas, avanços e dificuldades na demarcação e garantia dos direitos dos povos indígenas no Brasil atual. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 7, n. 1-2, p. 51-80, 2009.

SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo Batalha. **Indivíduo e Sociedade no Alto Xingu: os Yawalapiti**. 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, 1977.

Sobre as autoras

Keyte Ferreira de Lira – Graduação em Arqueologia pela Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Geografia pela Universidade de Mato Grosso (UFMT). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA). **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0002-5793-8759>.

Onélia Carmem Rossetto – Graduação em Geografia pela Universidade de Mato Grosso (UFMT). Mestrado em Educação pela Universidade de Mato Grosso (UFMT). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora associada do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA). **OrcID**: <https://orcid.org/0000-0003-1440-9125>

Como citar este artigo

LIRA, Keyte Ferreira de; ROSSETTO, Onélia Carmem. Territorialidade Indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 163-185, dossiê, 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelas autoras. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. As autoras **Keyte Ferreira de Lira** e **Onélia Carmem Rossetto** ficaram responsáveis pelo desenvolvimento teórico conceitual; pela aquisição, interpretação e análise de dados e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 14 de agosto de 2018.

Devolvido para a revisão em 13 de agosto de 2019.
Aceito para a publicação em 24 de agosto de 2019.

Limolaygo toype: as Assembleias Indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá

Beatriz Barbosa da Silva

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, Pernambuco, Brasil.
e-mail: biabarbosa42@gmail.com

Claudio Ubiratan Gonçalves

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, Pernambuco, Brasil.
e-mail: biragrario@gmail.com

Avelar Araujo Santos Junior

Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – João Pessoa, Paraíba, Brasil.
e-mail: avelargeo@hotmail.com

Luana Elis Oliveira Pinto

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) – Recife, Pernambuco, Brasil.
e-mail: luana_elis@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo trazer a lume uma abordagem sobre as comunidades indígenas no Nordeste, demonstrando, através dos Xukuru do Ororubá, povo indígena habitantes no município de Pesqueira (Pernambuco), o processo de defesa e de relações materiais e imateriais existentes em seu território. Com isso, será analisada como as Assembleias Xukuru, realizadas desde 2001, representam um elemento central para a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá. Para a elaboração desta pesquisa foram realizadas três idas ao território Xukuru, além de uma pesquisa bibliográfica e sistematização dos documentos gerados nas Assembleias.

Palavras-chave: Povo Xukuru; assembleia; agreste pernambucano.

Limolaygo toype: Indigenous assemblies and the construction of the territorial identity of the Ororuba Xukuru

Abstract

This article aims to bring a sketch about the indigenous communities of the Northeast, showing through the Xukuru de Ororubá, the indigenous people located in the State of Pesqueira of the State of Pernambuco, the process of defense and reimportation of substances and the exclusion Social. With this, it will be analyzed how the Xukuru Assemblies, held since 2001, represent a central element for the construction of the territorial identity of the Ororubá Xukuru. For the elaboration of this research three trips to the Xukuru territory were made, besides a bibliographical research and systematization of the documents generated in the Assemblies.

Keywords: Xukuru; assemblies; agreste pernambuco.

Limolaygo toype: Asambleas indígenas y la construcción de la identidad territorial del Ororubá Xukuru

Resumen

Este artículo tiene como objetivo traer a la luz un abordaje sobre las comunidades indígenas del Nordeste, demostrando a través de los Xukuru de Ororubá, pueblo indígena ubicado en el municipio de Pesqueira estado de Pernambuco, el proceso de defensa y de relaciones materiales e inmateriales existentes en su territorio. Con esto, se analizará cómo las Asambleas de Xukuru, celebradas desde 2001, representan un elemento central para la construcción de la identidad territorial del Ororubá Xukuru. Para la elaboración de esta investigación se realizaron tres viajes al territorio Xukuru, además de una investigación bibliográfica y sistematización de los documentos generados en las Asambleas.

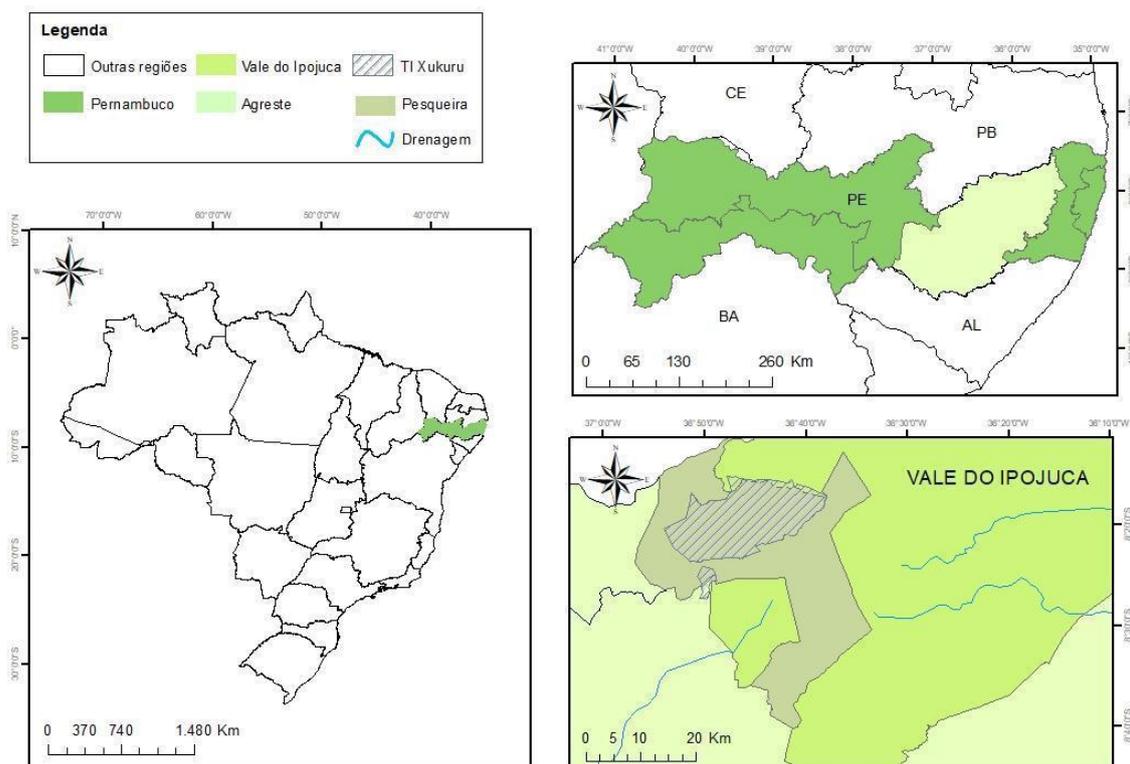
Palabras clave: Xukuru; asambleas; agreste pernambucano.

Introdução

Os *indígenas do Nordeste*. Ambas as nomenclaturas servem de base para um discurso linear e colonial, que constrói uma caricatura, um personagem que servirá para legitimar o discurso do atraso, retirando toda diversidade e particularidade existente entre esses povos. O caboclo surge neste contexto como uma alternativa e ambivalência. De um lado, significa uma forma de classificar o indígena, de modo que a etnia e as diferentes formas de identificação fiquem presas nos contos folclóricos, sem possibilidade de reprodução; e de outro, significa a consciência do processo de dominação e poder e a necessidade de afirmação como caboclo e cabocla no conjunto da sociedade brasileira.

O histórico processo de dominação somado à ausência de políticas públicas específicas, na contemporaneidade, fez com que o povo Xukuru do Ororubá, localizado no município de Pesqueira, Agreste de Pernambuco (Mapa 1), com um território dividido em duas comunidades (os Xukuru do Ororubá, possuindo 27.555 hectares de terra e uma população de 11.702 habitantes; e os Xukuru de Cimbres, com um território de 1.666 hectares e uma população de 1.015, segundo dados do Instituto Socioambiental – ISA, 2014), ficasse vulnerável às invasões e violências praticadas, impedindo a reprodução sociocultural deste povo. Com isso, será analisada como as Assembleias Xukuru, realizadas desde 2001, representam um elemento central para a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá. Para a elaboração desta pesquisa foram realizadas três visitas ao território Xukuru ao longo de 2018 e 2019, além de uma pesquisa dialogada com a bibliografia e sistematização dos documentos gerados nas Assembleias.

Mapa 1: Localização da Terra Indígena Xukuru



Fonte: FUNAI 2017, IBGE 2015, com adaptações feitas pelo autor, 2018.

O Agreste se constitui como uma miniatura do Nordeste (CORREIA, 2005), acarretando formações mais privilegiadas em relação ao clima e à disponibilidade de água, e regiões com características mais similares ao semiárido nordestino. A serra de Ororubá, região onde se encontra a maior concentração de aldeias Xukuru, está localizada no Agreste pernambucano, no Vale do Ipojuca, caracterizada por uma vegetação formada pelo bioma da Caatinga e por rios intermitentes. Por estar posicionada em um brejo de altitude, essa região é favorecida na sua formação, fazendo com que haja um destaque na produção agrícola local. Tal vantagem intensifica as disputas pelos meios de produção, em especial a terra, atraindo a atenção dos grandes fazendeiros que têm como principal interesse a implantação da agropecuária na região.

A sobrevivência humana nessa região do Semiárido pernambucano está intimamente relacionada a alguns poucos rios perenes que nascem nas serras, bem como aos chamados “brejos de altitudes”, espaços de clima ameno nos quais uma elevada densidade populacional coexiste com as atividades agrícolas e a pecuária (SILVA, 2016, p. 2).

Contudo, esse cenário sofreu transformações motivadas pelos anos em que latifundiários ficaram instalados no local. A indiferença dos fazendeiros em relação ao

meio natural resultou em modificações negativas no território. O impacto mais significativo ocorreu nas redes hidrográficas da região. Ao danificar esses sistemas que abasteciam as comunidades mais próximas, inclusive o município de Pesqueira, que desenvolviam a agricultura local, a população se tornou dependente da ajuda de outros municípios maiores. O brejo de altitude da Serra de Ororubá, que deveria ser uma região com uma maior concentração de recursos naturais, é marcado por áreas desmatadas e residências que necessitam de cisternas destinadas aos moradores, para que eles obtenham o básico para a sobrevivência. Assim, apesar da localização das aldeias serem em uma região propícia para o surgimento de reservas de água, grande parte da população sofre com sua escassez em suas casas e plantações, devido a seu tratamento inadequado pelo município de Pesqueira e pelos cíclicos períodos de longa seca.

Os povos indígenas possuem uma visão integrada do território e dos seus modos de vida. A natureza, a cultura e as relações territoriais se inter-relacionam e servem de base para a reprodução e continuidade material e simbólica dos seus saberes. Os Xukuru do Ororubá, ao praticarem a agricultura, também estão construindo seu meio espiritual e seus espaços de lutas e resistências, pois os processos não são e nem estão separados. O aumento dos conflitos no campo e dos genocídios contra os povos indígenas, são legitimados por meio da figura do índio vista *de fora*, a caricatura dos extremos: o índio romantizado, folclórico e, ao mesmo tempo, o índio marginalizado, selvagem, atrasado; e ainda o índio no singular, pois utilizam este personagem para anular todos os povos, etnias, diversidades e especificidades, “homogeneidade e diversidade comparecem, assim, como pólos opostos” (TOMIASI, 2008, p. 201).

Os Xukuru integram o território ao seu modo de vida, sendo o espaço em que residem visto como parte social, econômica, política, religiosa e familiar dessa comunidade. O território assume um papel estrutural, em que a sua violação afeta, além da moradia, a forma como esses povos se reconhecem e se afirmam diante da sociedade. Assim, mostra-se como fundamental a construção de uma perspectiva decolonial de compreensão dos povos indígenas, dando notoriedade aos processos de insurgência, luta e resistência que são protagonizados por esses povos.

Procedimentos metodológicos

A metodologia deste artigo foi estruturada a partir de três momentos: um primeiro momento de revisão bibliográfica, posteriormente foram realizados trabalhos de campo para duas Assembleias Xukuru, à de 2018 e à de 2019, assim como a participação em eventos e audiências com a temática indígena, e um terceiro momento

que compreendeu a leitura das cartas das Assembleias anteriores e a sistematização das informações coletadas em campo, se inter-relacionando com a pesquisa bibliográfica feita inicialmente. Este artigo serviu de base para a construção de uma pesquisa de iniciação científica realizada na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

A primeira etapa do trabalho, de revisão bibliográfica, compreendeu desde conceitos fundamentais, para se obter uma análise geográfica, até a busca por uma literatura que trouxesse para o estudo os povos indígenas no Brasil. As leituras foram alternadas entre textos mais teóricos, tratando de conceitos como território, territorialidade e colonialidade, e textos mais específicos, em especial as teses e dissertações cuja temática fosse os povos indígenas. Um maior conhecimento da legislação brasileira foi essencial para o prosseguimento da leitura sobre os povos originários.

O primeiro trabalho de campo foi realizado na XVIII Assembleia Xukuru, que ocorreu em 2018, e posteriormente na XIX Assembleia Xukuru, em 2019. Apesar do intervalo próximo entre as Assembleias, a conjuntura política e os debates elencados durante o evento permitiram vivências diferentes. É importante destacar que o campo não se restringiu aos Xukuru do Ororubá; a vivência realizada com os Guarani e Kaiowá no ano de 2018, possibilitada pelos professores Jones Dari Goettert e Juliana Grasiéli Bueno Mota da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a experiência de uma semana com os Pankararu, povo indígena do Sertão de Pernambuco, os Xokó, localizados em Sergipe, e os Kariri-Xokó em Alagoas, e a ida à Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará no ano de 2017, foram essenciais para a construção deste trabalho. Após as idas à Terra Indígena Xukuru do Ororubá, foram sistematizadas as anotações feitas em campo e relacionadas com a pesquisa inicial realizada a partir da revisão bibliográfica. A partir desses três momentos o trabalho foi estruturado.

As contradições da modernidade no Agreste pernambucano: colonialidade e conflitos territoriais

A narrativa colonial (CRUZ, 2017) nega as diferentes formas de vida, impondo um modelo único de pensamento, o europeu. A fábula do moderno e do atrasado é entoada em todas as sociedades. Os conhecimentos que divergem do ocidental não são conhecimentos, a natureza é submissa assim como os povos que não atendem os ideais coloniais. A colonização tem como traço principal a violência, não apenas a violência física, do combate corpo a corpo, mas também a violência epistêmica (CRUZ, 2017), as

diferentes formas de pensar e perceber o mundo são engolidas pela cruz e pela espada da colônia:

Essa forma de conceber o tempo, o espaço e as diferenças está claramente ancorada na grande “narrativa” universal da modernidade/colonial; é uma forma de imaginação geográfica, uma leitura do mundo que opera através de uma transformação, uma reorganização da geografia (uma simultaneidade espacial de diferenças) em uma única fila histórica (uma sucessão de etapas e períodos). Assim, cada vez que caracterizamos um país, uma região, uma cultura como “atrasada”, como “primitiva”, negamos sua diferença atual (CRUZ, 2017, p. 22).

A visão moderno-colonial da natureza enquanto um recurso infinito que pode ser explorado, além de impor um discurso de natureza submissa, sedenta por progresso, marginaliza as outras formas de conhecimento sobre o meio natural; ao negar os outros modos de compreender o mundo, o pensamento colonial reproduz o que Boaventura de Sousa Santos chamou de razão indolente, ou seja, “uma forma de apreensão do mundo insensível às ricas e diversificadas experiências sociais que milenarmente alimentaram (e ainda alimentam) a heterogênesse das agriculturas no planeta” (PETERSEN, 2015, p. 13).

Desde o período colonial até o final do século XX e início do XXI, o Agreste pernambucano foi dominado pela pecuária. Localizado em uma região de transição entre a Zona da Mata e o Sertão, o Agreste possui uma vegetação e climas diversificados, com a presença de brejos de altitude que possuem condições favoráveis para a presença de recursos hídricos na região, o que contribui para a instalação de pessoas no local assim como o investimento na agricultura e pecuária. O boi surge como um dos personagens principais na história de colonização do Agreste. A pecuária, inicialmente vista como uma forma de complementar o cultivo da cana-de-açúcar (CORREIA, 2005), ganhou importância na região, possibilitando a instalação de fazendas de gado e o crescente investimento na atividade agropecuária no Nordeste brasileiro. Ao analisar as realidades presentes no município de Pesqueira, localizado no Vale do Ipojuca, região Agreste do estado de Pernambuco, e do município de Triunfo, que encontra-se no Sertão do estado, Silva (2017) demonstra como:

Também situado em uma região montanhosa, Triunfo, bem menor que Pesqueira, era um município rico, isso por que cada família tinha um pedaço de terra, com centenas de engenhos, casas de farinha e considerável produção agrícola significando fartura. Em Pesqueira, existia uma lógica inversa, a da era do boi, que provocaria, em breve, a falta de alimentos (SILVA, 2017, p. 195).

A “era do boi”, evidenciada por Silva, possuía como objetivo final o mercado, deixando em segundo plano a alimentação das populações que viviam no entorno e dependiam daquelas terras para o seu sustento. A estrutura colonial, que chega no Agreste por meio da pecuária, não tem interesse em considerar o povo em sua organização, apenas quando vistos como mão-de-obra para a implementação de seus projetos. Graças ao investimento na pecuária, uma parte da população foi obrigada a migrar em busca de melhores condições de vida, enquanto a outra restante ficou dependente dos trabalhos realizados nas fazendas, estando sujeitas aos processos de exploração que foram implementados na região.

É também em nome deste progresso que povos indígenas são massacrados e expulsos de seus territórios. O desenvolvimento converte a natureza, os territórios e as populações em mercadorias, em meios que podem possibilitar a expansão do capital. Neste contexto, os povos indígenas surgem enquanto obstáculos para o projeto civilizatório. O território, a natureza e o povo, vistos como meios de obtenção de lucro na sociedade moderno-colonial, são percebidos de forma integrada e relacional pelas comunidades indígenas, retirando do pedestal o produtivismo e o lucro tão aclamados pelo capital. Por conta disso, os povos tradicionais e originários, ao reproduzirem modos de vida diferentes dos instituídos pela sociedade moderno-colonial, são violentados e criminalizados.

Por ello, en la medida en que los indígenas se resistían a cumplir pactos que estaban fuera de su comprensión, y que las mismos colonizadores cambiaban de acuerdo con los intereses de sus negocios, el indígena se transformaría en algo estorboso y, por lo mismo, destinado a ser expulsado de las tierras dominadas. Los salvajes, que así serían llamados, no eran ni buenos ni malos, simplemente útiles o estorbosos. Llegándose a la conclusión de que “el mejor indio era el indio muerto” (ZEA, 1978, p. 134).

No Nordeste, os povos indígenas “eram sertanejos pobres e sem acesso à terra, bem como desprovidos de forte contrastividade cultural” (OLIVEIRA, 2016, p. 200). A figura do índio era atrelada à imagem do vaqueiro e denominações como ‘caboclos’ eram utilizadas como forma de deslegitimar suas identidades. Os processos de colonização aos quais os povos indígenas do Nordeste foram submetidos, construíram uma complexa organização, que se diferencia dos povos originários de outras regiões do Brasil. Estes processos não ocorreram de forma homogênea, porém, estabeleceram elementos em comum entre os povos indígenas da região, sendo perceptível nas histórias orais passadas entre as gerações e nas simbologias e práticas culturais que essas comunidades compartilham entre si.

Isto por que:

Os povos indígenas do Nordeste, afetados por um processo de territorialização há mais de dois séculos, e depois submetidos a fortes pressões no sentido de uma assimilação quase compulsória, têm o seu patrimônio cultural necessariamente marcado por diferentes 'fluxos' e 'tradições' culturais (Hannerz, 1997; Bart, 1998) (OLIVEIRA, 2016, p. 209).

Exploramos as possibilidades heurísticas dessas reflexões com o intuito de delinear as primeiras aproximações interpretativas junto às essências e aparências dos “processos de dominação” (OLIVEIRA, 2006, p. 8), que envolvem os povos indígenas em diferentes contextos da política indigenista estabelecida e normatizada pelo Estado Nacional.

Na periodização desses processos, destacamos as condições formadoras de dois processos de territorialização (um entre a segunda metade do século 16 e as primeiras décadas do século 18, e outro a partir da década de 1920 até o final da década de 1970) pelos quais diferentes povos indígenas do Nordeste empreenderam suas forças e organizações sociais, na expectativa do reconhecimento étnico e da regularização dos seus territórios tradicionais.

Dentre as variáveis dessas intervenções notamos que a produção e a reprodução material da vida humana assumem centralidade analítica, tanto por objetivarem diversificadas territorialidades em disputa, quanto por refletirem relações de poder que determinam os fluxos dos processos de dominação estabelecidos contra os povos indígenas ao longo da formação do território Nacional. Igualmente, percebemos a relevância da dimensão espaço-tempo para a análise dos nexos estruturantes dos processos de dominação dos territórios indígenas. Vale dizer, nexos mediados por concepções normativas historicamente hegemônicas na ação indigenista oficial, principalmente para atender aos objetivos da liberação de terras para o mercado. Esses processos de dominação se dão por intermédio de políticas do Estado, sobretudo, as sociais e as de regularização territorial, definidas em função dos interesses de segmentos políticos e econômicos dominantes que, muitas vezes, têm origens supranacionais e, predominantemente, atendem aos interesses privados.

Para melhor apreender tais movimentos dialogamos diretamente com a noção de “processo de territorialização” desenvolvida pelo antropólogo João Pacheco de Oliveira (1998; 1999; 2006; 2011) ao assinalar a dimensão territorial como estratégica para se pensar situações históricas nas quais são instituídos os saberes e práticas que formam os vínculos de uma população com certo recorte espacial, isto é, terras de pertencimento coletivo que convergem para um território, como sugeriu Almeida (2006). Assim, por intermédio do processo de regularização de terras indígenas (identificação, delimitação, demarcação, homologação e registro), um grupo étnico passa a ser

reconhecido por modalidades específicas da cidadania ao tempo que é incorporado ao aparato jurídico-administrativo do Estado. Isso posto no âmbito da política indigenista, vejamos o que discerniu Oliveira (1999) a respeito do que ele designa por territorialização:

Processo de reorganização social que implica: i) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; ii) a constituição de mecanismos políticos especializados; iii) a redefinição do controle sobre os recursos ambientais; iv) a reelaboração da cultura e da relação com o passado (OLIVEIRA, 1999, p. 20).

Na perspectiva do antropólogo, a atribuição de uma base territorial fixa e demarcada a uma comunidade indígena materializa a distinção dessa coletividade perante outros sujeitos sociais. Essa condição é reforçada, entre outros aspectos, pela determinação de símbolos identitários, pela imposição de formas tecnológicas, de padrões de uso dos recursos naturais e dos modelos de ordenamento político que concorrem nos processos de reorganização social de grupos étnicos específicos, a partir de novas representações que os tomam como coletividades organizadas. E, no modo como Almeida aborda a construção política de territórios de pertencimento, encontramos o seguinte esclarecimento complementar:

O processo de territorialização é resultante de uma conjunção de fatores, que envolve a capacidade mobilizatória, em torno de uma política de identidade, e um certo jogo de forças em que os agentes sociais, através de suas expressões organizadas, travam lutas e reivindicam direitos face ao estado. As relações comunitárias neste processo também se encontram em transformação, descrevendo a passagem de uma unidade efetiva para uma unidade política de mobilização ou de uma existência atomizada para uma existência coletiva (ALMEIDA, 2006, p. 88).

Portanto, desde o ângulo da objetivação da soberania do poder público do Estado, é como mecanismo assistencial e de proteção a direitos territoriais que a demarcação de terras indígenas é inserida na complexidade dos processos de territorialização. Além de não assumir um caráter estático e final, de acordo com Oliveira e Iglesias (2002, p. 64), o estabelecimento desse vínculo legal entre um grupo social e um dado território denota as formas de mobilização e organização política de novas realidades sociais. Estas são reconfiguradas pelas constantes mudanças de expectativas, valores e estratégias direcionadas pelos indígenas na incorporação de elementos culturais exógenos que, também segundo os autores, são constantemente selecionados, ressemantizados, reformulados e atualizados por efeito das criações e inovações de iniciativas indígenas na apropriação coletiva da terra. Nunca sendo demais lembrar de Milton Santos:

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais a um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2008, p. 96).

Identidade e memória: as ilhas de resistências dos Xukuru

Os Xukuru de Ororubá, povo indígena localizado no município de Pesqueira, foram submetidos a intensos processos de territorialização, sendo obrigados a migrarem de seus territórios ou trabalharem nas fazendas de pecuária da região. Denominados como caboclos, os Xukuru tiveram suas identidades negadas, e suas crenças e práticas culturais transformadas em mitos e histórias presas em um passado anterior à colonização. O principal meio de desarticulação das comunidades se deu através da individualização, ao não serem mais considerados enquanto coletivo, separando-os entre si e de seus territórios. Os Xukuru foram transformados em mão-de-obra barata nas fazendas de agropecuária que se instalaram no Agreste de Pernambuco, sendo obrigados a esconderem suas identidades e praticarem seus rituais de maneira velada.

O território contém um patrimônio acumulado de saberes materiais e imateriais dos povos tradicionais e originários. Estes conhecimentos, arraigados no território, estão presentes nas memórias e histórias orais que são transmitidas de geração em geração, fortalecendo os laços identitários dos povos e possibilitando a continuidade de uma cultura alimentada por estas memórias. É neste sentido que os povos indígenas são vistos como guardiões da história; as suas técnicas e seus saberes acumulados ao longo dos anos reúnem uma memória biocultural (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015) que promove a interação com a natureza e com outros elementos presentes em seus territórios. Isso compreende, segundo Little (2002, p. 4):

[...] os saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele (apud MAURO, 2011, p. 3).

Para os povos indígenas do Nordeste, a memória se constitui como um elemento central. As diversas investidas contra as suas terras e a instalação de latifundiários na região fez com que os saberes transmitidos oralmente se tornassem uma forma de resistência e afirmação da identidade desses povos. Mesmo que de

maneira velada, a transmissão para a juventude dos seus saberes tradicionais e originários possibilitou a organização destes sujeitos enquanto povo, as narrativas de suas conquistas e dos conhecimentos sobre a terra serviram de elo para manter uma ligação com suas identidades, diariamente negadas pela sociedade, e para permanecerem com um vínculo em relação aos seus territórios. Os Xukuru do Ororubá comunicam seus saberes por meio do cultivo feito nos quintais de suas casas; esta forma de resistência foi fundamental no período em que as fazendas de gado estavam instaladas na região, e os quintais utilizados para o cultivo foram caracterizados posteriormente como “ilhas de resistência” (ARAÚJO, 2011): parcelas de terras onde residiam famílias que se identificavam como Xukuru e que utilizavam dessa limitada fração de seu território para o autoconsumo e com o objetivo de perpetuar seus conhecimentos originários. A conservação dessas práticas tornou-se uma simbologia importante para a luta pelo seu território e sua autonomia. Com isso,

[...] as sociedades indígenas detêm um repertório de conhecimento ecológico que geralmente é local, coletivo, diacrônico e holístico. De fato, como elas possuem uma longa história de utilização dos recursos, criaram sistemas cognitivos sobre os próprios recursos naturais de seu entorno, que são transmitidos de geração para geração. A transmissão desse conhecimento se faz através da linguagem, e é por isso que o corpus é geralmente um conhecimento não escrito. A memória é, portanto, o recurso intelectual mais importante entre as culturas indígenas ou tradicionais (Toledo, 2005) (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p. 72).

O coletivo aparece como um elemento de grande importância para as comunidades tradicionais e originárias. As práticas coletivas, seja no trato com a terra, na produção e preparação do alimento ou nos rituais, constroem a identidade de um povo. O reconhecimento dentro da própria comunidade da história que carregam, de suas identidades e culturas, fortalece as lutas e reivindicações que terão de travar fora de seus territórios, frente ao des-envolvimento (PORTO-GONÇALVES, 2017), ao progresso, ou qualquer outra nomenclatura utilizada pelo capital para legitimar sua expansão. Assim,

Em outros termos, não é a etnia que determina as práticas sociais, culturais e econômicas destes povos, mas a relação destes entre si e com a natureza. É também o seu autorreconhecimento como identidade coletiva frente ao ‘outro’, os latifundiários, o agronegócio, aqueles/as que criam conflitos em seus territórios por diferenças a respeito dos modos de uso e apropriação da terra e da natureza (PÉREZ, 2017, p. 180).

Em relação aos Xukuru, o “outro”, os fazendeiros e proprietários da região, dominavam e interferiam na cultura da comunidade. Ao se instalarem no território, os

fazendeiros transformaram a dinâmica do local. As formas de exploração implementadas no Agreste não modificaram apenas o ambiente, mas também as relações entre os indivíduos, deixando uma herança de destruição que repercute até os dias atuais. Como pontua Santos (2009):

[...] o fim do colonialismo político, enquanto forma de dominação que envolve a negação da independência política de povos e/ou nações subjugados, não significou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele tinha gerado, (tanto relações entre Estado como relações entre classes e grupos sociais no interior do mesmo Estado). O colonialismo continuou sobre a forma de colonialidade de poder e de saber (SANTOS, 2009, p. 11).

A colonialidade nega os outros modos de vida, os outros mundos possíveis. A sociedade, construída em uma estrutura moderno-colonial, violenta e expulsa qualquer outro modo que se diferencie do seu modelo civilizatório, sujeitando os povos a um regime desigual, construindo hierarquias entre os indivíduos e entre eles e a natureza. Neste contexto, práticas diárias como o cultivo de sementes crioulas, a dança, o resgate *a recriação* de uma linguagem que foi destruída pelo processo de colonização, surgem como linhas de ações práticas na luta em defesa dos modos de vida tradicionais e originários, de suas cosmovisões, *reelaborando* suas identidades e culturas e possibilitando a construção de pensamentos descoloniais, que considerem os saberes materiais e imateriais dos povos, reconhecendo:

[...] as formas diferentes de reproduzir a vida, que devem ser equalizadas sem hierarquias, aceitar que há maneiras diversas de compreender a relação cultura-natureza e não necessariamente separadas como antagonismos, que há outros conhecimentos tão válidos como o conhecimento científico ligados às vivências e podem servir para compreender melhor os tempos da natureza, da própria vida (PÉREZ, 2017, p. 220).

Uma importante figura, tanto política quanto espiritual, para os Xukuru de Ororubá foi o Cacique Xicão. Como liderança indígena em um período que vai de 1988 a 1998, o Cacique representa o povo Xukuru em uma fase de consolidação e acirramento dos conflitos, em especial a partir do princípio do processo demarcatório, que teve o seu início no ano de 1989 por meio da identificação e delimitação do território, mas é apenas em 1995 que ocorre a delimitação física de suas terras por meio da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), totalizando 27.555 hectares. Ao trazer notoriedade para as demandas desse povo, Xicão estabelece uma forte relação com a comunidade, tornando-se um símbolo de representatividade. É após o seu assassinato, ocorrido em 1998, que, em 2001, os Xukuru conquistam a homologação do seu território.

Dois anos após o assassinato do cacique Chicão, o povo Xukuru sentiu necessidade de criar um espaço de diálogo voltado para o seu fortalecimento territorial, político e identitário diante a perda de sua principal liderança política. Assim, no ano 2001 ocorreu a primeira Assembléia do Povo Xukuru de Ororubá.

Em uma tentativa de interromper a organização e a luta do povo Xukuru, Chicão foi assassinado em 20 de maio de 1998. Mas o fato teve um efeito oposto e o líder se tornou um mártir e sua eterna jornada, tornou-se mito. Passou a se integrar ao mundo sobrenatural, mas também ao mundo político, de acordo com a cosmologia Xukuru. Como ele não foi enterrado, mas semeado, ele se tornou parte dos encantos da luz que dá origem a novos guerreiros para continuar a luta (ARAÚJO, 2013, p. 8, tradução nossa).

Anualmente, as aldeias que integram o território Xukuru se encontram para pôr em debate questões que são pertinentes para o convívio coletivo. Deliberam sobre temas de ordem interna, como: o resgate histórico dos processos de retomada dos seus territórios, de organização para enfrentamento à criminalização das suas lutas, sobre as práticas agrícolas e uso dos recursos hídricos, sobre as políticas de educação escolar indígena; até temas que extrapolam as demandas territoriais locais, mas são decisivos para refletirem as perspectivas de futuro, não só do povo Xukuru, como dos povos indígenas de um modo geral, como as estratégias de fortalecimento político diante conjunturas de desmonte e ataque aos direitos sociais conquistados.

Limolaygo Toype – Terra dos Ancestrais

O jupago¹ que bate na terra no ritmo do toré demarca o território dos Xukuru do Ororubá. É na terra dos seus ancestrais, *limolaygo toype*, que os Xukuru vivem e lutam em defesa dos seus modos de vida. *Limolaygo toype* são algumas das palavras recuperadas pelos Xukuru de uma língua destruída no processo de colonização; atualmente, a comunidade indígena possui uma cartilha que reúne 1200 palavras, sendo constantemente utilizadas nas denominações dos coletivos, nas camisas das lideranças e, principalmente, na formação das crianças nas escolas que existem dentro de seu território.

As palavras tornam-se símbolos de afirmação da identidade em um período tomado pelo memoricídio biocultural (PETERSEN, 2015), no qual o conhecimento técnico se sobrepõe a outras formas de saber, colocando-se como universal e negando a diversidade cultural existente no planeta. Este processo de negação dos conhecimentos afeta os povos originários e as comunidades tradicionais, que além de

¹ Jupago é um instrumento, formado por um tronco ou raiz da árvore, utilizado para se bater no chão no momento do toré

verem os seus saberes sendo apresentados como irrelevantes, são impedidos de darem continuidade a esses conhecimentos para as outras gerações. A defesa da pluralidade, das múltiplas formas de ver o mundo, atravessa o despertar dessas memórias coletivas, que por tantos anos foi negada, para que a partir disso sejam construídas ferramentas de enfrentamento contra a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza (CRUZ, 2017).

A construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá

Retomando o processo de colonização e divisão da América Portuguesa em duas colônias, é possível afirmar que uma das consequências das diferentes dinâmicas adotadas nas colônias foi a distinta organização dos povos indígenas do Nordeste quando comparados aos da Amazônia. Oliveira (2016) ressalta que uma dessas disparidades encontra-se no movimento de etnogênese, característico dos povos do Nordeste. A etnogênese “[...] abrange tanto a emergência de novas identidades quanto a reinvenção de etnias já reconhecidas” (OLIVEIRA, 2016, p. 201). Essa emergência étnica tem um significativo aumento após a Constituição de 1988, que garante o direito à reprodução material e imaterial dos povos originários, ao seu território e seus modos de vida, pondo fim ao regime tutelar ao qual estavam sendo submetidos, inicialmente pelo SPI e posteriormente pela FUNAI.

Ao afirmar o direito dos índios à diferença, calcado na existência de diferenças culturais, o diploma constitucional quebrou o paradigma da integração e da assimilação que até então dominava o nosso ordenamento jurídico, determinando-lhe um novo rumo que garanta aos povos indígenas permanecerem como tal, se assim o desejarem, devendo o Estado assegurar-lhes as condições para que isso ocorra (ARAÚJO et al., 2006, p. 45).

A Constituição de 1988 também considera os anos de violência sofridas pelos povos indígenas, fazendo com que a maior parte das comunidades fossem expulsas de seus territórios ou sendo forçadas a trabalhar nas fazendas que tomaram conta das terras. Por conta disso, a Constituição leva em conta a ancestralidade dos territórios comprovada através do laudo antropológico emitido por meio da FUNAI, podendo dar início ao processo de demarcação. A demarcação das terras, que se constitui como um processo intencionalmente burocrático e permeado de falhas, é uma das principais formas dos povos indígenas reivindicarem seus direitos territoriais.

Com o uso da expressão “tradicionalmente”, quis a Constituição, segundo José Afonso da Silva, referir-se não a uma “circunstância temporal, mas ao modo tradicional de os índios ocuparem e utilizarem as terras e ao seu modo tradicional de produção, enfim, ao modo

tradicional de como eles se relacionam com a terra, já que há comunidades mais estáveis, outras menos estáveis, e as que têm espaços mais amplos em que se deslocam (ARAÚJO et al., 2006, p. 48).

O território é um elemento fundamental para a reprodução material e imaterial dos povos originários. É no território que eles podem transmitir seus saberes, se relacionar com a terra, conectar-se com o espiritual. O território apresenta-se como essencial para a continuidade dos seus modos de vida e de suas culturas. Ao reivindicar o território, os povos indígenas estão lutando por sua autonomia, pelas suas identidades. A autonomia surge como uma das demandas centrais na luta dos povos indígenas.

Debemos garantizar las condiciones necesarias que permitan su ejercicio pleno; y este debe expresarse, a su vez como plena autonomía para nuestro pueblos. Sin autogobierno indio y sin control de nuestros territorios no puede existir autonomía [...] En este encuentro ha quedado claro que el derecho al territorio es una demanda fundamental de los pueblos indígenas del continente. Sin embargo, este derecho no podrá darse si no se garantiza el derecho a la territorialidad (Declaração de Quito, 1990).

Contudo, a luta não se encerra na conquista do território; os conflitos permanecem mesmo após a demarcação das terras indígenas. Os Xukuru do Ororubá, ao conseguirem a demarcação do seu território em 2001, tiveram como desafio – além da recuperação das terras desmatadas pela agropecuária e pelo uso de agrotóxicos e da desintrusão de fazendeiros que permaneceram no território mesmo após a demarcação feita pela FUNAI – a reconstrução de uma identidade que por anos lhes foi negada. O rompimento dos Xukuru com a lógica estabelecida pelos fazendeiros perpassa a construção de práticas emancipatórias, em que através das várias instâncias de organização da comunidade – escolas, coletivos, assembleias – se vislumbra a autonomia e a reprodução de relações decoloniais, recordando que “[...] a colonialidade tem classe, tem cor, tem gênero, e que a combater implica recriarmos muitas das formas de relação nas quais estamos inseridos. A descolonização é, portanto, tarefa imprescindível a todas e todos nós que acreditamos em outro mundo possível.” (CÂMARA, 2017, p. 257)

Em 2002, os Xukuru denunciaram o Estado brasileiro à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), sobre a acusação de que parcelas do seu território ainda eram ocupadas por fazendeiros, mesmo após a demarcação realizada pela FUNAI, o que favoreceu o agravamento do conflito, deixando-os vulneráveis a situações de ataques e ameaças à vida das lideranças. Em 2018, dezesseis anos após a denúncia, a CIDH condenou o Estado brasileiro ao pagamento de uma multa milionária ao povo

Xukuru, bem como a reconhecer o caso publicamente através da divulgação do resumo de toda a sentença por violar o direito à terra dos Xukuru. Essa vitória torna-se um marco na história dos Xukuru e dos povos indígenas do Brasil. O coletivo não se restringe a um povo, mas a uma rede de comunicação construída entre os povos indígenas que por meio de conquistas territoriais, de assembleias, rituais, compartilhando seus saberes e dando continuidade ao movimento de afirmação de suas identidades e defesa dos territórios.

Os Xukuru de Ororubá mantêm uma organização que abrange as principais necessidades do povo. Cada aldeia possui um representante no Conselho, a base da organização; há também a Comissão Interna, que discute questões mais delicadas, como conflitos; o Conselho de Saúde, que *recupera* a medicina originária, articulando-a com o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI-SUS); o Conselho de Educação, que discute em assembleia as práticas pedagógicas adotadas nas escolas indígenas (42 escolas, 3 com Ensino Médio), que vem construindo a identidade e fortalecendo o movimento com aulas contextualizadas de acordo com a cultura e as crenças da comunidade. Além disso, também fazem parte da organização o Conselho da Agricultura, o Conselho da Juventude e recentemente o coletivo de mulheres.

O coletivo de mulheres surge acompanhado do debate sobre gênero e a participação das mulheres indígenas dentro da comunidade. A questão de gênero atravessa todas as dimensões da vida, sejam elas territoriais, culturais, políticas, ambientais. O fomento desse diálogo dentro das aldeias se apresenta como uma forma de fortalecimento de suas identidades, em contraposição ao pensamento colonial e patriarcal.

Compreendemos que todas as negações de direito aos povos indígenas significam também a negação dos direitos específicos às mulheres, pois somos comunidade, terra e natureza. Eis porque na luta do movimento de mulheres indígenas está em primeiro lugar a pauta de reivindicação territorial (URBANO, 2019, p. 9).

A organização política dos Xukuru em formato de conselhos e assembleias possibilita uma maior autonomia na produção de conhecimento, especialmente em áreas básicas como a saúde e educação. As escolas, ao incentivarem o diálogo com a realidade das aldeias, possibilitam uma formação mais crítica, deixando de lado uma formação que tem como objetivo apenas a reprodução dos conteúdos e a estruturação dos assuntos de forma externa e sem considerar as especificidades daquele espaço, construindo uma forma de educar que estimule o diálogo real com a sociedade em volta, o debate e o aprendizado dos alunos a partir de suas realidades. Nesse sentido, segundo Freire (2009), “não se pode tratar o conhecimento como algo estático e alheio ao que o

aluno vive, ou seja, um ensino contextualizado precisa ser uma prática constante nas escolas, em todos os seus níveis de formação” (*apud* COSTA; PINHEIRO, 2013, p. 31). A educação surge como o principal meio de difusão dos conhecimentos dos Xukuru, se apresentando como fundamental para auxiliar na reprodução do pensamento descolonial em um setor estruturante das sociedades.

As assembleias Xukuru

A autonomia, elemento central na luta dos povos indígenas, é constantemente ameaçada pela estrutura tutelar instituída no período colonial pela igreja e, posteriormente, reproduzida pelo Estado brasileiro. A tutela tem como fundamento a inferioridade das sociedades indígenas quando comparadas com a sociedade ocidental, sendo necessária – sob este ponto de vista – a sua dominação. A construção dessa hierarquia societal tem como princípio a evolução linear desses povos vistos como atrasados, de modo que eles possam chegar o mais próximo possível de um nível civilizatório semelhante aos parâmetros ocidentais – contudo, sempre serão considerados inferiores devido às suas origens. Em 1973, no Estatuto do Índio, ainda encontrava-se presente um discurso assimilacionista e tutelar originário da colônia, colocando o indígena como uma identidade em transição, sendo aos poucos transformados em trabalhadores rurais.

Para o Estado brasileiro, só é possível a coexistência de culturas dentro de uma unidade social e política quando imaginada como fato passageiro e controlado, um resultado imediato da guerra de conquista ou de suas reverberações posteriores. É a localização de uma pessoa de um lado ou do outro dessa clivagem cultural que irá, desde o início, definir a sua condição de educador e aprendiz, de superior ou subalterno, em suma, de tutor e tutelado. (OLIVEIRA, 2016, p. 326)

A partir do final dos anos 1970 e início dos 1980, os povos indígenas veem a necessidade de se articularem enquanto movimento político, como uma forma de reivindicar seus direitos sem o intermédio do Estado, denunciando os ataques recorrentes em seus territórios e construindo redes de resistência entres povos de diferentes regiões e etnias. A constituição do movimento indígena também representa um rompimento com o regime tutelar, buscando a autonomia em todos os âmbitos de suas vidas.

A crença fundamental é a de que, em vez de aguardar ou solicitar a intervenção protetora de um patrono, para ter seus direitos reconhecidos pelo Estado, os índios precisam realizar uma mobilização política, compondo mecanismos de representação, estabelecendo alianças e levando seus pleitos à opinião pública (OLIVEIRA, 2016, p. 276).

As assembleias passam a ser a principal forma de mobilização do movimento indígena. Esse formato de encontro se espalha por todo o Brasil, acontecendo em diferentes escalas. As assembleias têm como objetivo, além de articular o movimento indígena, consolidando-o frente a sociedade nacional, ser um espaço de diálogo entre as diferentes etnias e organizações que apoiam o movimento, buscando uma maior visibilidade da luta indígena e de suas reivindicações.

O modo de atuação das assembleias indígenas visava sempre a criar e a legitimar uma intermediação com o universo dos brancos - ONGs, entidades de direitos humanos e opinião pública. Tal mediação era executada por uma liderança ou por um conjunto de lideranças, visando à obtenção de demandas coletivas, com destaque para a demarcação de terras, que deveriam vir a ser atendidas pela agência indigenista governamental, a Funai. As lideranças tornavam-se porta-vozes de denúncias e reivindicações, atuando por meio de entrevistas com as autoridades, entidades prestigiosas e meios de comunicação, ou mobilizando comitivas indígenas, que iam em caravana às sedes regionais da Funai ou a Brasília (OLIVEIRA, 2016, p. 277).

A Assembleia Xukuru rompe as fronteiras do território, construindo redes de relações com diferentes organizações, instituições públicas, povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais. A Assembleia se apresenta como um espaço de encontro, de troca de experiências e de debate sobre as diferentes conjunturas políticas vigentes no período de realização do evento. Inicialmente criada com o intuito de celebrar a memória do cacique Xikão, a Assembleia realizada pelos Xukuru transpassou a Serra do Ororubá, dando visibilidade à luta dos Xukuru por todo o Brasil; tendo início em 2001, com a presença de 50 pessoas, alcançou no ano de 2019 a participação de aproximadamente 2.300 pessoas. No encerramento de cada Assembleia são escritas cartas relatando as dificuldades e conquistas vivenciadas pela comunidade ao longo do ano, assim como os desafios futuros que eles irão enfrentar. As cartas são registros políticos, apresentando um apanhado histórico da reconstrução identitária dos Xukuru, os diversos temas e preocupações que perpassam a vida da comunidade e as mudanças advindas dos diferentes momentos políticos na qual são escritas.

Em 2008, dez anos após a morte de Xikão, a carta escrita durante a VIII Assembleia Xukuru comemora a conquista da comunidade em relação à autonomia na área da saúde e educação, e a posse de 95% das suas terras, que mesmo demarcadas ainda estavam em processo de desintrusão dos fazendeiros. Contudo, a carta também relata que as lideranças Xukuru estão sendo perseguidas e criminalizadas, causando um clima de tensão nas aldeias. A criminalização das lideranças indígenas é uma das

formas de repressão utilizada pelo Estado, aliado aos grandes proprietários de terra, como modo de manter o controle sobre os territórios e desarticular o movimento indígena. De acordo com Érika Macedo Moreira, professora de Direito da Universidade Federal de Goiás (UFG),

Segundo o Sistema Integrado de Informações Penitenciárias/ InfoPen, do Ministério da Justiça, em junho de 2012, havia 982 índios presos no Brasil. Numa população total de 549.577 pessoas, talvez 0,17% possa parecer não muito significativo. Mas se consideramos os percentuais inseridos nos territórios, no âmbito dos Estados, e consideramos a análise das dinâmicas históricas das fricções interétnicas, a leitura sobre estes números nos faz refletir sobre o papel do Estado e do direito penal diante dos direitos indígenas (MOREIRA, 2013, p. 123).

As denúncias envolvendo a criminalização e perseguição das lideranças Xukuru estão registradas na maior parte das cartas escritas durante as Assembleias. Na X Assembleia Xukuru, em 2010, um dos pontos ressaltados na carta é a prisão injusta de duas lideranças da comunidade e a perseguição ao atual cacique, Marcos, filho de Xikão. Na carta publicada em 2013, eles ressaltam que:

Nesse processo de luta, muitos foram perseguidos, criminalizados, processados e injustamente condenados, outros tombaram, e suas forças se encantaram e fizeram das matas do Ororubá suas moradas. Dessa forma entendemos que fazem parte da natureza sagrada, sendo assim, reafirmamos o nosso compromisso com o sagrado, nossa mãe natureza, no sentido de proteção e zelo (Carta da XIII Assembleia Xukuru, 2013).

Outro tema importante, que atravessa todas as cartas, é a luta pela autonomia e reconstrução do território dos Xukuru. Elementos básicos para a reprodução da vida, como saúde, educação, água, alimentação, se constituem como desafios cotidianos nas terras indígenas. A homologação das terras não garante políticas públicas e condições dignas para se viver. Aliado a esse fato, os conflitos e a degradação dos territórios agravam a realidade destes povos. A autonomia e a construção de espaços que possibilitem o atendimento das necessidades básicas da comunidade apresentam-se como questões centrais para o fortalecimento da identidade Xukuru e de sua organização enquanto povo. Na XII Assembleia Xukuru, em 2012, intitulada “Limolaigo Toípe – Terra dos Ancestrais: Agricultura Xukuru praticando o Bem Viver”, a carta propõe uma reflexão sobre o tipo de agricultura que a comunidade deseja. A agricultura Xukuru, que eles diferem da agroecologia por conta da perspectiva espiritual presente no ato de plantar, foi construída com base em uma série de princípios, dentre eles: “O respeito à Mãe Terra; Garantir o usufruto coletivo do território Xukuru e a Terra livre; Atender as

necessidades básicas da família e, não o acúmulo de riquezas nas mãos de poucos” (Carta da XII Assembleia Xukuru, 2012).

A água surge pela primeira vez sendo discutida como tema central em uma Assembleia no ano de 2014. A Serra do Ororubá, por ser um brejo de altitude, possui características mais favoráveis em relação ao acesso à água quando comparada a outras regiões menos elevadas, como o município de Pesqueira. Além disso, o açude que abastece a cidade (açude Carlos Britto) está localizado dentro do território Xukuru. Esses fatores acarretam em um maior interesse, principalmente por parte dos fazendeiros, pela região, acirrando os conflitos. A água é uma das principais motivações para os conflitos pela terra; de acordo com dados do caderno de conflitos da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de 2019, o número de conflitos pela água bateu recorde histórico no ano de 2018, com aumento de 40% em relação ao ano de 2017. Particularmente em regiões como o semiárido nordestino, que possui limitadas áreas com recursos hídricos, a problemática da água acarreta em uma intensificação na luta pelos territórios. Para as comunidades indígenas, somada às dificuldades na obtenção de água e da implantação de um saneamento básico adequado, há a constante pressão política e dos fazendeiros que possuem interesse nos recursos hídricos da região. A carta, com o tema “A água é o sangue da Terra”, indica uma maior preocupação dos Xukuru em relação ao tratamento da água, buscando conscientizar seu uso nas aldeias. Segundo o documento,

[...] constatamos também que é necessário melhorarmos a nossa forma de relacionamento com as fontes, nascentes, cacimbas, açudes, barragens, rios e riachos que alimentam o nosso território sagrado. Lamentavelmente, alguns hábitos e costumes criados pelo sistema capitalista que trata a água como se fosse uma mercadoria a ser utilizada a serviço de interesses econômicos, também podem ser identificados dentro de nossas comunidades. Por essa razão, ocorrem situações de poluição das águas pelo uso de agrotóxicos, pela forma incorreta da coleta do lixo e pelo descuido com as margens dos mananciais, que são afetados pela criação de animais de grande porte como o boi e o cavalo. Além disso, há também situações de desigualdades no acesso a água, quando algumas pessoas são mais beneficiadas do que outras, correndo-se o risco de cair na tentação de privatização e comercialização desse líquido sagrado (Carta da XIV Assembleia Xukuru, 2014).

A apropriação e construção de novas práticas permite aos Xukuru se fortalecerem como povo. A autonomia na produção de conhecimento, especialmente em áreas básicas como saúde e educação possibilitam a insurgência dessa comunidade e o incentivo na luta de outros povos que também são vítimas de uma situação de violência e marginalização. A revitalização do ensino, direcionando-o para a inclusão de aspectos do conhecimento indígena, promovendo a formação de escolas com uma maior pluralidade, é de suma importância para a comunidade como um todo. A XVI Assembleia

Xukuru, denominada “Nossa educação é nossa resistência”, fez uma avaliação sobre os 24 anos de construção da política de Educação Escolar Indígena Xukuru, com o objetivo de compreender suas limitações e:

[...] planejar estratégias que elevem a qualidade de ensino e, principalmente, que a educação Xukuru, cada vez mais, esteja pautada na valorização da identidade do nosso povo, que passa pela relação com a terra, no cuidado e na vivência com a natureza sagrada, sendo esses os princípios de nossa agricultura, que identifica a forma que vivemos e convivemos nesse território (Carta da XVI Assembleia Xukuru, 2016).

Para o planejamento dessas estratégias voltadas para a educação, foi realizada uma pré-assembleia com o intuito de ouvir a comunidade, ficando cada aldeia responsável por trazer suas preocupações e seus projetos em relação ao ensino nas escolas indígenas, possibilitando um maior diálogo com as diferentes realidades que se encontram em um mesmo território. A realização da pré-assembleia, além de se apresentar como um importante espaço de trocas de experiência, demonstra o reconhecimento da diversidade existente em um mesmo território, onde cada aldeia possui uma realidade diferenciada, apesar de encontrarem-se ancoradas em uma mesma identidade. Sobre as questões discutidas na pré-assembleia, a que recebeu um maior destaque foi a valorização da agricultura Xukuru na educação dos jovens. A partir disso foi inserido nos eixos temáticos que constituem o Projeto Político Pedagógico (PPP) dos Xukuru o eixo “Agricultura”, compreendendo que o ensino da agricultura, assim como a sua valorização nas escolas, é fundamental para a identidade Xukuru, tendo um importante papel na educação ao conscientizar os jovens sobre a importância da relação com a terra e com a natureza.

Esse circuito possibilita a transmissão, construção e reconstrução de conhecimentos, através de processos próprios de nossa educação, como já se demonstra na organização da nossa juventude e seus processos de formação, revelando um alcance de maturidade e sabedoria, ao entender que se faz necessário, para garantir o “futuro da nossa nação”, uma constante busca aos conhecimentos ancestrais através de diálogos com os nossos mais velhos e na comunicação com a mãe terra (Carta da XVI Assembleia Xukuru, 2016).

“Nenhum direito a menos - A nossa luta não para”, foi o título da XVII Assembleia Xukuru, realizada em 2017. É importante ressaltar que no ano de 2017, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), no Relatório de Violência Contra Povos Indígenas, destaca no primeiro capítulo o aumento da violência contra o patrimônio – omissão e demora na regularização de terras, conflitos relativos a direitos territoriais, invasões às terras indígenas, exploração ilegal de recursos naturais –, contabilizando

963 casos. No ano anterior, em 2016, foram denunciados 907 casos de violência contra o patrimônio. Neste contexto de acirramento de conflitos e de ataque aos direitos territoriais dos povos indígenas, os Xukuru realizaram sua décima sétima assembleia. A Assembleia foi marcada por discussões acerca da conjuntura política e das dificuldades enfrentadas pelos povos de diferentes regiões do Brasil, intitulando-se como uma assembleia “popular e revolucionária” (Carta da XVII Assembleia Xukuru, 2017). O principal marco desta Assembleia, se diferenciando das anteriores, foi o espaço onde ela foi realizada: o Espaço Mandaru, localizado na aldeia Pedra D’água, construído em homenagem ao cacique Xikão (*Mandaru*, na história dos Xukuru, foi o nome que Xikão recebeu dos encantados durante um ritual, a pajelança) Esse espaço tem como objetivo ser um local fixo para as atividades da comunidade e realização das assembleias anuais. Através da valorização da arquitetura tradicional e construído por meio do trabalho em mutirão pela própria comunidade, o espaço dispõe de uma cozinha, banheiros, área para camping e uma estrutura central onde são realizadas as falas das Assembleias; também possui um lugar para que os indígenas possam vender comida e artesanatos. A construção do Espaço Mandaru se apresentou como um importante e simbólico passo para os Xukuru, pois demonstrou a coesão existente na comunidade e a autonomia em relação aos projetos e reivindicações que surgem dentro das aldeias, fazendo com que a assembleia tenha um maior alcance e visibilidade em todo o país.

No início de cada Assembleia Xukuru, há a purificação do espaço através da pajelança, ritual indígena que permite o contato com os encantados. Nesse momento, o Espaço Mandaru transcende o espaço material, humanizado. Júlia Verdum, ao estudar sobre os Yanomami, destaca que “além deste espaço-mundo que é percorrido, habitado, humanizado, sobreposto a ele e compartilhando o mesmo substrato, um mundo mágico se revela e é acessível apenas aos xamãs xapiri, treinados na travessia entre as duas dimensões espaço-temporais” (VERDUM, 2014, p. 61).

O lugar como um espaço vivido, dotado de significados e experiências (SOUZA, 2018), é construído através das relações sociais e do imaginário espacial criado a partir da sua vivência. A “lugarização” (SOUZA, 2018) do Espaço Mandaru, ou seja, a atribuição de sentido, de simbologias ao espaço, compreende todas as mulheres e homens que experienciam os três dias de Assembleia. O espaço transforma-se em um lugar de encontro, de troca de experiências, assim como se constitui em um espaço político, de denúncia.

Considerações finais

Os Xukuru aos poucos estão reconstruindo por meio do resgate *da recuperação da recriação* de suas memórias a identidade do seu povo. A descolonização do pensamento está na busca por autonomia, na defesa de uma educação diferenciada que reconheça as singularidades de cada povo, no diálogo entre as diversidades e na possibilidade de construção de outros mundos. A construção da identidade territorial dos Xukuru passa pelos saberes sobre a terra, pela inclusão da juventude no fortalecimento do movimento indígena, na persistência para se manter no território.

O Agreste ainda é colonial. Contudo, a descolonialidade já está presente nos debates, no resgate *na recriação* de uma memória reprimida pelos fazendeiros que dominavam a região. A partir da luta dos Xukuru de Ororubá, formam-se redes de resistência, fortalecendo a luta de outros povos indígenas, que possuem suas particularidades, mas que detêm como elemento em comum a luta pelos seus territórios, a luta pela vida.

Durante as Assembleias Xukuru o espaço, para as crianças e jovens, é um espaço de formação do pensamento crítico, de compreensão da realidade brasileira e afirmação de suas identidades. As diversas dimensões, desde a política, passando pela educação e se estendendo por um espaço imaterial, do cosmos, se relacionam e interagem, formando um instrumento de luta. A lança do caboclo se faz presente no canto puxado pelo pajé, na batida do jupago no chão, nas palavras entoadas pelo Cacique: “Acima do medo coragem!” “Acima do medo, coragem!”

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombos, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus: Coleção “Tradição & Ordenamento Jurídico”, PPGSCA-UFAM, 2006.

ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

ARAÚJO, A. L. O. **Una mirada Agroecológica en la pisada Xukuru do Ororubá: un presente de posibilidades**. 2011. Dissertação (Maestría) - Universidad Internacional de Andalucía. Universidad Pablo de Olavide. Universidad de 181 Córdoba. Maestría en Agroecología un Enfoque para la Sustentabilidad Rural. Córdoba, 2011.

BOAVENTURA, S. S. Meneses, M.P, **Epistemologias do Sul**. Coimbra. Almedina, 2009.

COSTA, J. de M.; PINHEIRO, N. A. M. O ensino por meio de temas-geradores: a educação pensada de forma contextualizada, problematizada e interdisciplinar. **Imagens da Educação**, v. 3, n. 2, p. 37-44, 2013.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: Hucitec, 2. ed., 2000.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MARQUES, Juracy. *Ecologia do Espírito*. Paulo Afonso/BA: Editora da SABEH, 2016.

MAURO, V. F. Territorialidade e processos de territorialização indígena no Brasil. In: **IV Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade**: saberes tradicionais e formação acadêmica, 2011, Campo Grande. Anais do IV Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes tradicionais e formação acadêmica, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A viagem de volta**: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999, p. 11-39.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Una etnografía de las tierras indígenas: procedimientos administrativos y procesos políticos. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **Hacia una antropología del indigenismo**: estudios críticos sobre los procesos de dominación y las perspectivas políticas actuales de los indígenas em Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa/Centro Amazónico de Antropología y Aplicación Práctica, 2006, p. 15-49.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, João Pacheco de; IGLESIAS, Marcelo Pedrafitas. As demarcações participativas e o fortalecimento das organizações indígenas. In: SOUZA SOUZA LIMA, Antonio Carlos; BARROSO-HOFFMANN, Maria (org.). **Estado e povos indígenas**. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2002, p. 41-68.

PÉREZ, Mercedes Solá. **R-existências sociais pela vida**: camponesas e camponeses do que hoje é Suape (Brasil) e das Zonas de Reserva Camponesas (Colômbia). Curitiba: CRV, 2017.

PORTO- GONÇALVES, Carlos. Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 7ª ed, 2017.

PORTO- GONÇALVES, C. W. **O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina**. UFF, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008

SILVA, Edson. História Indígena e História Socioambiental no Semiárido Pernambucano . **I Congresso Internacional da Diversidade do Semiárido** (CONIDIS), Campina Grande/PB, 2016.

SILVA, Edson. **Xukuru**: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988. Recife: Editora UFPE, 2ª ed, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 4ª ed., 2018.

LIMOLAYGO TOYPE:

AS ASSEMBLEIAS INDÍGENAS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
TERRITORIAL DOS XUKURU DO ORORUBÁ

TOLEDO, Víctor M., BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais.** São Paulo: Editora Expressão Popular, 1ª edição, 2015.

TOMIASI, Eliane. Território e campesinato: da teoria à práxis. **Revista Terr@ Plural**, v. 2, n. 2, 2008.

VERDUM, Julia Selau. **Quando os habitantes da montanha do vento grafam seu mundo.** Monografia: Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro, 2014.

ZEA, Leopoldo. **Filosofía de la historia americana.** México: Fondo de la cultura económica, 1978.

Sobre os autores

Beatriz Barbosa da Silva – Bacharelanda em Geografia pelo Departamento de Ciências Geográficas da Universidade Federal De Pernambuco (UFPE). Bolsista PIBIC/CNPq. Integrante do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-8208-5217>

ClaudioUbiratan Gonçalves – Graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2005). Atualmente é professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco (Graduação e Pós-Graduação). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-0777-4506>.

Avelar Araujo Santos Junior – Pós-doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (2019), Pós-doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (2016), Doutor em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (2016), Master em Estudios Ameríndios pela Universidad Complutense de Madrid (2007), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2005) e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2002). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0001-7592-8872>.

Luana Elis Oliveira Pinto – Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco UFPE), desenvolvendo pesquisa no eixo temático Geografia Agrária e Questão Indígena, vinculada ao Laboratório de Estudos e Pesquisa sobre o Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC). Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC) com pesquisa defendida no eixo temático de Geografia agrária e conflitos no campo. Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia na mesma instituição (UFC 2009/2013). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-6908-7218>

Como citar este artigo

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Claudio Ubiratan; JUNIOR, Avelar Araujo; PINTO, Luana Elis Oliveira. *Limolaygo toype: As Assembleias indígenas e a construção*

da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 186-211, dossiê, 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). Todas as etapas de pesquisa, formulação de conteúdos e redação do texto foram realizadas pelos quatro autores do artigo, **Beatriz Barbosa da Silva, Claudio Ubiratan Gonçalves, Avelar Araujo Santos Junior e Luana Elis Oliveira Pinto**, coletivamente. Ressaltamos que não há responsabilidade maior de um autor do que de outro. Os três autores estudam e pesquisam juntos no Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Camponato (LEPEC) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Realizaram trabalho de campo, redigiram o texto sobre a importância das Assembleias indígenas para a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá, assim como fizeram a revisão do artigo. Tal composição foi feita em reuniões coletivas com os três autores, portanto possuem as mesmas responsabilidades quanto ao resultado final do artigo aqui apresentado.

Recebido para publicação em 18 de julho de 2019.
Aceito para a publicação em 07 de dezembro de 2019.

Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial¹

Delaíde Silva Passos

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: dedehpassos@gmail.com

Gabriela Solidario de Souza Benatti

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) – Campinas, São Paulo, Brasil.
e-mail: gssbenatti@gmail.com

Resumo

Diante da importância da terra para a discussão do desenvolvimento, pretendemos entender os desafios de reconhecimento e garantia dos territórios indígenas em um espaço e tempo específico – a Amazônia brasileira durante a Ditadura Militar. Neste período, as terras das populações tradicionais eram vistas como entraves ao progresso e ao desenvolvimento econômico, por isso, o objetivo era “integrar para não entregar”, ou seja, ocupar os territórios amazônicos considerados improdutivos. Algumas das principais consequências foram: 1- comprometimento da manutenção do modo de vida dos povos indígenas; e 2- implicações negativas em relação à multiplicidade cultural e direitos universais. Desse modo, entende-se que o reconhecimento das terras destes povos tradicionais é um direito histórico, representando a manutenção de seus costumes, tradições, organização e cultura de modo geral. É importante ter em mente que a terra confere identidade aos índios, representando um papel social que garante a própria continuidade do meio de vida dessas populações. Sendo assim, este trabalho se justifica pela necessidade de trazer para debate os desafios históricos da governança de terras no que diz respeito aos povos indígenas da Amazônia brasileira.

Palavras-chave: Amazônia; ditadura militar; índios; terra.

Development and indigenous territories in the Brazilian Amazon in the dictatorial period

Abstract

Given the importance of land for the development discussion, the aim of this work is to understand the challenges related to recognition and guarantee of indigenous territories in a specific space and time - the Brazilian Amazon during the Military Dictatorship period. In this period traditional populations' lands were seen as obstacles to progress and to the economic development goals, because of this the objective was "integrate not to hand over", seeking to occupy Amazonian territories considered as unproductive. Some of the main consequences were 1- impairment of these traditional populations' livelihood maintenance; and 2- negative implications to cultural diversity and universal rights. Thereby, it is understood that indigenous lands' recognition is a historic right of these people, representing the maintenance of their behaviors, traditions, organization and culture in general. Land gives identity to the Indians, representing a social role that ensures the continuity of these populations' way of life. Thus, this work is justified by the need to bring to debate the historical land governance challenges concerning the indigenous people of the Brazilian Amazon.

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Keywords: Amazonia; Indians; land; military dictatorship.

Desarrollo y territorios indígenas en la Amazonia brasileña en el período dictatorial

Resumen

Ante la importancia de la tierra para la discusión del desarrollo, pretendemos entender los desafíos de reconocimiento y garantía de los territorios indígenas en un espacio y tiempo específico - la Amazonia brasileña durante la Dictadura Militar. En este período las tierras de las poblaciones tradicionales eran vistas como obstáculos al progreso y al desarrollo económico, por lo que el objetivo era "integrar para no entregar", o sea, ocupar los territorios amazónicos considerados improductivos. Algunas de las principales consecuencias fueron: 1- comprometimiento del mantenimiento del modo de vida de los pueblos indígenas; y 2 - implicaciones negativas en relación con la multiplicidad cultural y los derechos universales. De este modo, se entiende que el reconocimiento de las tierras de estos pueblos tradicionales es un derecho histórico, representando el mantenimiento de sus costumbres, tradiciones, organización y cultura de modo general. La tierra confiere identidad a los indios, representando un papel social que garantiza la propia continuidad del medio de vida de esas poblaciones. Siendo así, este trabajo se justifica por la necesidad de traer para debate los desafíos históricos de la gobernanza de tierras en lo que se refiere a los pueblos indígenas de la Amazonia brasileña.

Palabras clave: Amazonia; dictadura militar; índios; tierra.

Introdução

Tendo em vista a importância da terra para o desenvolvimento, e neste caso não somente o capitalista, mas aquele vinculado ao aumento das potencialidades humanas, a discussão sobre geografias e povos indígenas está associada com lutas políticas que historicamente estiveram presentes em nosso processo de formação, tais como a democracia e a participação política. O debate sobre a nossa condição de nação subdesenvolvida tem como plano de fundo os limites históricos e estruturais do processo de avanço do capitalismo brasileiro para a região amazônica. Entendemos que é de suma importância ater-se às particularidades dos diferentes sistemas econômicos, na medida em que se analisa o contexto e os agentes envolvidos no processo de transformação do capital em um determinado lugar. O objetivo deste trabalho é, então, trazer para debate os desafios de reconhecimento e garantia de posse dos territórios indígenas da Amazônia brasileira a partir de uma perspectiva histórica, tendo como marco o período da ditadura militar (1964 – 1985), quando a Hileia ganhou um novo sentido na política fundiária.

Partimos da hipótese de que o reconhecimento dos territórios por parte do Estado brasileiro sempre foi caracterizado por sua complexidade e por um diálogo débil com as populações tradicionais brasileiras, na medida em que existem regulações que abrangem a propriedade da terra, mas estas são frágeis e insuficientes. Acreditamos que, apesar da existência de um expressivo posicionamento nacionalista por parte do governo e de suas

lideranças, as decisões políticas contribuíram para aprofundar as desigualdades regionais, o que por sua vez revela uma negligência das especificidades históricas e estruturais não somente no Brasil, como desta região singular que é a Amazônia brasileira.

Assim, buscamos trazer para debate os desafios históricos da governança de terras no que diz respeito aos povos indígenas da Amazônia, que sofreram uma série de impactos negativos durante a ditadura brasileira, tendo em vista que, no discurso oficial do período, a região amazônica era considerada um espaço “vazio” e improdutivo. A partir disso, o presente trabalho está estruturado fundamentalmente em duas discussões. Na primeira, que corresponde à seção “A terra e o seu papel para o desenvolvimento: o capitalista e o dos povos indígenas”, buscamos trazer os diferentes conceitos de desenvolvimento, ressaltando as contribuições de Celso Furtado para o tema. Além disso, observamos a importância da terra nesse processo e como ela foi historicamente reconhecida como fonte de riqueza no modo de produção capitalista. Concomitantemente, tratamos da relação dos índios com a terra e seu significado para esses povos, que vai muito além do sentido de propriedade.

Na segunda discussão, que diz respeito à seção “Os índios e a questão da terra amazônica no período Militar”, tratamos sobre as medidas tomadas pelo governo militar na ocupação dos espaços amazônicos, a partir do ideal de desenvolvimento defendido no período. Discutimos também as duas principais legislações relacionadas a terras e populações indígenas criadas durante a Ditadura Militar: o Estatuto da Terra (1964) e o Estatuto do Índio (1973). Para finalizar, são apresentados dados e exemplos sobre a violência contra os povos indígenas no período analisado - baseados fundamentalmente nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (2014), Figueiredo (1967) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) - e sua resistência frente às atrocidades cometidas.

O principal objetivo foi elaborar uma discussão crítica sobre as legislações desse momento histórico, apontando suas principais fragilidades e destacando o apoio do governo e das instituições que deveriam proteger os indígenas (como a Fundação Nacional do Índio – Funai e do Serviço de Proteção ao Índio – SPI) a iniciativas que prejudicaram esses povos, viabilizando uma série de violações aos seus direitos. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que foi criado um arcabouço jurídico que no discurso deveria proteger a terra e garantir os direitos das populações tradicionais, este se apresentou débil, posto que não conseguiu impedir a exploração e expropriação dos territórios indígenas e violações dos mais variados tipos, como ameaças, punições físicas, trabalho forçado, estupro, encarceramento e assassinatos.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa foi feita por meio de uma análise qualitativa, o qual envolveu o uso de bibliografia que nos permitiu a construção de um conteúdo crítico sobre o tema, tais como as obras de Celso Furtado (1974; 1981; 1984; 1998), o qual se preocupa com as particularidades das nações subdesenvolvidas, identificando o tempo histórico e os atores envolvidos em seu processo de formação. Para levar as discussões desses autores para a realidade da Amazônia brasileira no período da Ditadura Militar, encontramos nos trabalhos de Francisco de Oliveira (1994), Octávio Ianni (1968; 1978; 1979), Bertha Becker (1982; 1997; 2001) e Gilberto Marques (2007), análises que puderam mediar o debate para o nosso objeto.

Ademais, este trabalho também foi constituído por análises documentais, destacando o Estatuto de Índio e o Estatuto da Terra, os quais são marcos legais implementados no período analisado, e são exemplos de como os objetivos de desenvolvimento do governo se sobrepujam ao que seria ideal aos povos tradicionais: a garantia de seus direitos. Além disso, foram acessados os relatórios da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014), Figueiredo (1967) e do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). O relatório da CNV trata-se de texto temático especificamente voltado aos crimes cometidos contra os povos indígenas no período da ditadura civil-militar brasileira. O relatório Figueiredo consiste em um conjunto documental que foi resultado de Comissão de Inquérito para apurar as irregularidades no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), órgão estatal responsável pela implementação da política indigenista brasileira entre os anos de 1910 e 1967. Os relatórios do CIMI, por sua vez, contribuem anualmente com dados sobre violência contra os Povos Indígenas no Brasil.

Assim, para comprovar a hipótese do trabalho são discutidos os processos de colonização e ocupação da Amazônia no período de ditadura militar e como eles se revelaram eventos que comprometeram a terra como um meio de sobrevivência dos povos tradicionais dessa região. Ademais, também abordamos como a expansão dos interesses do capital privado, viabilizada pelos instrumentos do Estado, como leis e instituições, resultou na infração dos direitos indígenas. Uma vez que tais populações consideram a terra como principal meio para sua subsistência, notamos o quanto esta é primordial para o seu processo de desenvolvimento, não somente econômico, como também social, cultural político e humano.

A terra e o seu papel para o desenvolvimento: o capitalista e o dos povos indígenas

As relações entre o homem e a natureza fazem com que a terra ganhe diferentes formas socioeconômicas ao longo do tempo. Isso porque, ora esta se metamorfoseia em pasto e plantio, ora em mata indígena ou um meio de produção, por exemplo; e os espaços

transformam-se em lugares: na floresta, no latifúndio, na posse, etc. Na medida em que há um avanço das relações econômicas e políticas do homem com a terra, esta terá diferentes determinações sociais, pois passa a ser condição e resultado de tais relações (IANNI, 1981).

Nesta seção, temos o objetivo de entender esta relação entre o homem, a terra e o termo desenvolvimento, o qual precisa ser qualificado tanto de acordo com a categoria proposta, quanto pelo tempo e espaço específico da região a ser analisada. Ao longo de todo o trabalho, teremos o cuidado de distinguir desenvolvimento no seu sentido mais amplo, isto é, um processo capaz de criar múltiplas possibilidades para o bem estar humano, do desenvolvimento (e subdesenvolvimento) capitalista. A atenção com essa classificação será feita junto com o papel que a terra representou na configuração histórico-estrutural da Amazônia no período da Ditadura Militar (1964-1985). Partiremos das contribuições de Celso Furtado, incorporando outros autores que possam enriquecer o debate.

Na análise de Furtado (1974; 1981; 1984; 1998), o termo desenvolvimento expressa um processo que, ao ter a nação como centro das transformações, pode resolver problemas histórico-estruturais de uma sociedade². Em dada conjuntura histórica é possível que existam significativas diferenças de visão de desenvolvimento e também de adaptação às configurações socioeconômicas. Andrey Ferreira (2012) utilizou uma reflexão sobre o “pensar do avesso” para indicar essas assimetrias, explicando como o desenvolvimento pode ser concebido de maneiras distintas por vários grupos em um mesmo contexto histórico. Nesse sentido, “pensar do avesso” o desenvolvimento significa que além de compreendido de modo díspar, a maneira de lidar com este processo também é diferente.

Esta visão é fundamental para a compreensão da realidade dos grupos indígenas, assim como o significado que a terra representa para essas comunidades, lhes conferindo identidade e representando um papel social que garante a própria continuidade do meio de vida dessas populações (SUED, 2015). Para estes povos existe um forte ideal de comunidade, que tem como base a posse comum da terra, principalmente para a realização de trabalhos coletivos e atividades culturais (ALMEIDA; ARAÚJO, 2013). Uma apropriada demarcação das terras indígenas garante, então, a sobrevivência física e cultural dessas comunidades, além do reconhecimento da multiplicidade cultural e dos direitos universais.

Para entender a realidade de uma das supostas regiões mais “atrasadas” do Brasil durante a Ditadura Militar, Furtado (1981) nos lembra da necessidade de olhar para uma categoria mais específica do desenvolvimento – o capitalista. Os trabalhos de Furtado são fundamentais para essa pesquisa, na medida em que o autor explica a correspondência da

² No sentido mais amplo, a ideia de desenvolvimento tem o homem como um fator de transformação, tanto do contexto social e ecológico em que está inserido como de si mesmo. O homem tem um equilíbrio dinâmico com seu contexto: é transformando-o que ele avança na realização de suas próprias potencialidades.

evolução do capitalismo diante de um tempo e espaço específicos. A peculiaridade desta classificação estaria na propagação de um sistema produtivo fundado na expansão de bases materiais que, para Furtado, poderiam ser usadas para suprir as demandas mais básicas de uma sociedade. Isto é, o desenvolvimento capitalista pode ser um instrumento para atingir o desenvolvimento nacional (CAMPOS, 2014). A região estudada, porém, tem o subdesenvolvimento, e não o desenvolvimento, como resultado das suas transformações sociais.

Na interpretação de Celso Furtado, o subdesenvolvimento é produto de um sistema econômico mundial que integra, em um mesmo padrão de transformação, formações sociais que têm capacidades assimétricas de introduzir e difundir progresso técnico. A discrepância entre economias centrais e as economias periféricas quanto à capacidade de elevar a produtividade média do trabalho e quanto à potencialidade de socializar o excedente social entre salários e lucro faz com que o estilo de vida que prevalece nas economias centrais não possa ser generalizado para o conjunto da população das economias periféricas. O subdesenvolvimento surge quando, ignorando tais diferenças, as elites que monopolizam a apropriação do excedente impõem, como prioridade absoluta do processo de acumulação, a cópia do estilo de vida dos países centrais, impedindo assim a integração de parcela considerável da população no padrão de vida material e cultural propiciado pelo capitalismo (SAMPAIO Jr. 1999, p. 171).

Para Marques (2007), o desenvolvimento capitalista da Amazônia sempre esteve associado ao desenvolvimento da economia brasileira, porém, essa relação não ocorreu de forma homogênea, de modo que a segunda puxasse a primeira. Isso porque, enquanto o Sudeste assistia ao avanço do capitalismo, com a introdução do trabalho assalariado e o início da industrialização, a Amazônia aprofundava sua dependência, ficando cada vez mais vulnerável aos ciclos do capital internacional. Esse autor faz uma associação mais precisa entre a relação desse bioma com o Sudeste e aquela identificada entre o Brasil e a Europa no cenário do antigo sistema colonial: assim como o capitalismo brasileiro evoluiu para atender às necessidades da acumulação primitiva no centro (Novais, 1995), a Amazônia cumpriu essa mesma função nos quadros da economia nacional.

A partir desse debate, Marques (2007) apresenta a ideia de regionalismo, isto é, a manifestação de uma região atrasada diante de um processo de avanço do capitalismo nacional. Em outras palavras, quer dizer o modo como um espaço reage à expansão das forças produtivas. Sendo assim, trata-se de um “palco de reivindicações, e tanto ela (a região) quanto o regionalismo são apresentados de forma homogênea, como a ‘vontade regional’, como interesses de todos” (MARQUES, 2007, p. 65).

As características geográficas do Brasil fizeram com que historicamente a ideia de desenvolvimento sempre estivesse associada à conquista de novas terras, isto é,

desenvolvimento e colonização territorial ganham uma conotação comum. Consequentemente, há sempre a procura por novos espaços, lugares em que ainda há terra para ser explorada. As terras indígenas e as comunidades tradicionais da Amazônia brasileira são espaços privilegiados, fronteiras para o avanço do capitalismo, locais que estão apenas aguardando a apropriação por parte do capital (BRIGHENTI, 2015).

Desta perspectiva, mesmo que os povos indígenas e outras comunidades tradicionais tenham vivido por séculos na Amazônia brasileira, aquela região é entendida como um espaço “vazio” esperando para ser explorada. Logo, no entendimento do Estado brasileiro, desenvolvimento sempre esteve relacionado à expansão agressiva contra o meio ambiente, a terra e os povos tradicionais. Ademais, ao longo do século XX, este mesmo Estado defendeu que tais populações eram obstáculos ao avanço do capitalismo brasileiro, dado que seus modos de vida eram incompatíveis com a ideologia que pregava o crescimento econômico a qualquer custo. Nas palavras de Brighenti:

Percebe-se, portanto, que há uma injunção de esforços dos poderes Executivo e Legislativo no sentido de garantir, a qualquer custo, o uso dos territórios indígenas para beneficiar o grande capital. Nesse sentido, fica evidente a continuidade dos princípios de uso dos territórios indígenas impostos no Brasil durante o governo militar. Nesse sentido, não poderiam estar mais atuais as palavras do ministro do Interior Rangel Reis, em 1976, quando afirmou que os ‘índios não podem impedir a passagem do progresso’ (BRIGHENTI, 2015).

Esse direcionamento político militar para Amazônia brasileira influenciou fortemente os conflitos fundiários nas terras indígenas está circunscrito em um contexto muito mais amplo. Tratam-se de questões de Estado, articulando uma estrutura que envolveu controle e segurança a partir de uma subordinação ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), ligadas a um novo modelo de desenvolvimento capitalista. Sobre este modelo Renata Neto (2014) aponta que este se reforçou em planos e políticas governamentais fortemente combinados entre si, tais como o Programa de Integração Nacional (PIN), responsável pela criação de rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, o Proterra, a Polamazônica, o Polocentro, o Polonoroeste, e assim por diante.

A terra indígena é apontada por Andrey Ferreira (2012) como o centro das disputas pelo desenvolvimento. De acordo com o autor, a terra não é apenas um direito indígena, mas a expressão de direitos sociais, civis e políticos. Contudo, as políticas de desenvolvimento do Estado brasileiro, em geral, não compreenderam “os avessos” da visão de desenvolvimento compartilhada pelos índios, principalmente quando notamos que na perspectiva oficial da elite nacional, os costumes indígenas, em destaque aqueles vinculados à terra, são considerados como entraves, posto que não seguem a lógica baseada no crescimento econômico como fim.

Assim, para garantir uma adequada abordagem da questão da posse da terra indígena no contexto jurídico, é imprescindível o diálogo entre antropologia e direito, de modo a assegurar as garantias constitucionais, levando em conta as especificidades desses povos e suas respectivas visões de desenvolvimento (BATISTA, 2010). Seria um erro muito grave definir a questão da posse da terra indígena a partir da experiência com produtores rurais independentes. Diferentemente desses últimos, os indígenas são um grupo étnico e, como consequência, partilham de tradições, culturas e mantêm uma relação simbólica e específica com seus territórios. Um exemplo muito claro dessa relação simbólica com a terra é o termo guarani “tekohá”, que significa “o lugar onde vivemos conforme nossos costumes” ou “o lugar onde somos o que somos”. A terra para esses povos é reconhecida como uma dádiva divina e, apesar de ser de uso comum, apenas o criador a possui. Nesse sentido, os índios pertencem à terra e não o contrário, como na perspectiva tradicional, o que configura um claro exemplo sobre o que significa “pensar no avesso”. A partir deste conceito, a terra é propriamente o modo de ser, o reflexo da cultura e das crenças dos povos indígenas, transbordando a definição de espaço físico apenas (BATISTA, 2010).

É importante ressaltar que se determinada porção de terra não permite a reprodução das tradições, cultura e modo de vida indígena, ou seja, não permite a estes povos “ser o que são”, esta terra não é compreendida como um território dessas comunidades, mesmo que já tenha sido ocupada por seus ancestrais (BATISTA, 2010). Desse modo, dada a essencial importância da terra para as populações indígenas, a delimitação desta não é uma tarefa simples e demanda uma cuidadosa análise antropológica e uma compreensão específica da cultura, principalmente no que se refere ao conceito de tradicionalidade, que não deve ser compreendido como um sinônimo de ancestralidade.

Os índios e a questão da terra amazônica no período Militar

Até o presente momento discutimos sobre conceitos de desenvolvimento, o papel representado pela terra como fator de desenvolvimento econômico e o significado da terra para as comunidades indígenas. Nesta seção, veremos a política de ocupação da Amazônia brasileira durante o período militar, a qual se baseou em um discurso fortemente desenvolvimentista. Apesar de esta ter iniciado na Era Vargas (1930-1945), quando a colonização deste bioma começou a ser entendida como estratégia de interesse nacional, foi com o Golpe Militar de 1964 que a região ganhou um novo sentido na política fundiária do Estado (SOUZA, 2010). Isso porque, os militares, imbuídos de uma ameaça internacional, iniciaram um violento processo de ocupação deste bioma por meio do estabelecimento de grandes projetos que contribuíssem para a apropriação econômica das terras da Amazônia.

Segundo Bruno (1995), a conjuntura no imediato pós-golpe não estava clara, e naquele momento ocorreu uma reorganização das prioridades tanto do ponto de vista da sociedade quanto do governo, delineando novas características ao debate sobre a reforma agrária. Um dos traços do governo de Castelo Branco foi o foco na modernização da agricultura, classificando a reforma agrária como medida prioritária, dado que o latifúndio improdutivo se destacava como obstáculo à modernização e à industrialização agrícola. Neste cenário, logo em 1966, o mesmo presidente divulgava o slogan “Integrar para não Entregar”, pelo qual os espaços “vazios” e improdutivos amazônicos deveriam ser preenchidos por migrantes nordestinos e do sul. As políticas dos governos militares resumiram-se na apropriação de terras indígenas pelo capital privado e na exploração fundiária em grande escala, o que por sua vez resultou na explosão de conflitos por terras na Amazônia brasileira. Isso porque, conforme as reservas indígenas tornavam-se uma nova fronteira para a expansão do capital, uma série de distúrbios administrativos e legais, resultantes de uma complexa coesão entre os interesses militares e empresariais, aprofundou o embate dos diferentes grupos envolvidos neste processo. É importante destacar que esse movimento se revelou como um verdadeiro marco histórico no que diz respeito à luta pela terra no bioma estudado (ALBERT, 1991).

Vale salientar que as políticas desta natureza fizeram parte do próprio processo de formação do nosso país e, com o Golpe de 1964, esse movimento recebeu uma conotação mais concreta, dado que se materializou um projeto muito bem estruturado pelo poder público (MIRANDA, 1987). Trata-se da transformação de todo um bioma em um *locus* da valorização do capital privado. Consequentemente, a Amazônia deixou de ser uma região intocada, passando a ter valor estratégico nacional e internacional, levando em consideração suas riquezas naturais e sua posição geoestratégica (BECKER, 1982). Nas palavras de Oliveira (1994, p. 08):

Uma invasão, uma descoberta, ocupa terras vazias, ou ocupadas por não-gente, incapaz de cuidar de si própria. Oferece perigo pela sua vulnerabilidade, pela sua incapacidade cultural – segundo os critérios dos brancos – de cuidar de vastas riquezas; não são propriamente, inimigos. A prática, neste caso, é a de acumulação primitiva. O monopólio da violência do Estado acoberta toda espécie de violência privada: esta é a forma concreta da proteção da fronteira e do bloqueio à vulnerabilidade. Apropriação de terras, garimpagem, exploração de madeira, são os lados “produtivos” da perversidade fáustica do genocídio indígena, da devastação florestal, da contaminação dos recursos hídricos, da destruição dos modos de vida dos ribeirinhos, dos indígenas, dos castanheiros, dos seringueiros. Não há que fazer ilusões: como em todo processo clássico de invasão ou de acumulação primitiva, os contendores de ambos os lados, os que agridem e os que são agredidos, são as vítimas. Deles sobrarão os povoadores da Amazônia, como sobram, nas levas anteriores das sagas da borracha, cearenses que hoje são acreanos.

Quando os discursos oficiais ressaltavam para o “vazio” populacional e para o improdutivismo como grandes obstáculos das políticas de valorização da Amazônia, notamos a completa desconsideração das populações tradicionais, dado que estas produziam para o autoconsumo e não para o mercado (LOBATO, 2009). Sousa (2013), ao questionar o caráter modernizador da política de colonização do Governo Federal, percebeu que o real interesse desse movimento estava na implantação de um novo pólo de desenvolvimento regional, impondo de fora para dentro a lógica de reprodução do capital privado. Consequentemente, as populações locais foram expropriadas violentamente de suas terras, dado que a cultura tradicional dessa região ia contra a lógica do lucro que estava sendo imposta pelo programa de ocupação deste período.

Por trás desse processo de ocupação das terras indígenas, observamos a criação de duas principais legislações que abrangem as questões da terra e dos direitos indígenas: o Estatuto da Terra, de 1964, e o Estatuto do Índio, de 1973. Na próxima seção, abordaremos alguns pontos dessas leis, de modo a reforçar como os direitos indigenistas eram frágeis e não foram respeitados.

Estado e ditadura: o violento marco regulatório contra as terras indígenas

Para lidar com os históricos problemas fundiários do Brasil, foi criado o Estatuto da Terra, em 30 de novembro de 1964, pela lei nº 4.504. Reydon (2011) ressalta que tal marco regulatório foi uma grande inovação institucional no que se refere a questões fundiárias no Brasil, principalmente a partir da criação do cadastro de imóveis rurais. Em linhas gerais, a lei regula os direitos e obrigações referentes aos bens imóveis rurais, com o objetivo de execução da reforma agrária e a promoção da política agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país (BRASIL, 1964).

O artigo segundo do Estatuto ressalta, ainda, que “é assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei” (BRASIL, 1964), e muito se destaca sobre a função social da terra, que ocorre de modo integral em algumas situações, definidas neste mesmo artigo:

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (BRASIL, 1964).

Em relação à terra indígena, contudo, o Estatuto da Terra é muito superficial, apresentando somente um parágrafo que dispõe de sua garantia, no artigo segundo:

§ 4º É assegurado às populações indígenas o direito à posse das terras que ocupam ou que lhes sejam atribuídas de acordo com a legislação especial que disciplina o regime tutelar a que estão sujeitas” (BRASIL, 1964).

É somente no Estatuto do Índio, lei nº 6.001 de dezembro de 1973, elaborado nove anos após o Estatuto da Terra, que a questão da posse da terra indígena se explicita de maneira mais detalhada. No discurso, o objetivo principal da lei é regular a situação jurídica dos índios ou silvícolas e das comunidades indígenas, preservando sua cultura e buscando integrá-los à sociedade. No artigo segundo da lei ficam expostas responsabilidades que visam à proteção das comunidades indígenas, bem como a preservação de seus direitos.

Art. 2º Cumpre à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos:

- I - **estender aos índios os benefícios da legislação comum**, sempre que possível a sua aplicação;
- II - prestar assistência aos índios e às comunidades indígenas **ainda não integrados à comunhão nacional**;
- III - respeitar, ao proporcionar aos índios meios para o seu desenvolvimento, as peculiaridades inerentes à sua condição;
- IV - assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência;
- V - garantir aos índios a permanência voluntária no seu habitat, proporcionando-lhes ali recursos para seu desenvolvimento e progresso;
- VI - respeitar, no processo de **integração do índio à comunhão nacional**, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes;
- VII - executar, sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas;
- VIII - utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua **integração no processo de desenvolvimento**;
- IX - garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes;
- X - garantir aos índios o pleno exercício dos direitos civis e políticos que em face da legislação lhes couberem (BRASIL, 1973, grifo nosso).

Entretanto, a busca pela “integração” destes povos à sociedade no período militar pode ser verificada como um processo civilizatório, sem o respeito à cultura e incluindo perseguição, criminalização, prisão e tortura de índios que lutavam por seus territórios ou que apresentassem comportamento considerado inadequado pelo governo. Os povos indígenas, da maneira citada na lei acima, seriam o “outro”, aqueles não inseridos na “comunidade nacional”. Ademais, o modelo de desenvolvimento pautado em infraestrutura, na construção de estradas, hidrelétricas e o desmatamento para a pecuária resultou na expulsão de comunidades indígenas de suas terras, em especial na Amazônia (HARARI; MARINHO, 2015).

O artigo 18 do Estatuto do Índio reforça que “as terras indígenas não poderão ser objeto de arrendamento ou de qualquer ato ou negócio jurídico que restrinja o pleno exercício da posse direta pela comunidade indígena ou pelos silvícolas” (BRASIL, 1973). No primeiro parágrafo deste artigo é afirmado ainda que “nessas áreas, é vedada a qualquer pessoa estranha aos grupos tribais ou comunidades indígenas a prática da caça, pesca ou coleta de frutos, assim como de atividade agropecuária ou extrativa” (BRASIL, 1973). A lei resguarda o direito à posse da terra indígena, que de acordo com o artigo 38 do Estatuto “[...] são inusucapáveis e sobre elas não poderá recair desapropriação, salvo o previsto no artigo 20” (BRASIL, 1973). As circunstâncias que permitem a intervenção nas terras indígenas, de acordo com o artigo 20, são:

Art. 20. Em caráter excepcional e por qualquer dos motivos adiante enumerados, poderá a União intervir, se não houver solução alternativa, em área indígena, determinada a providência por decreto do Presidente da República.

1º A intervenção poderá ser decretada:

- a) para pôr termo à luta entre grupos tribais;
- b) para combater graves surtos epidêmicos, que possam acarretar o extermínio da comunidade indígena, ou qualquer mal que ponha em risco a integridade do silvícola ou do grupo tribal;
- c) por imposição da segurança nacional;**
- d) para a realização de obras públicas que interessem ao desenvolvimento nacional;**
- e) para reprimir a turbação ou esbulho em larga escala;
- f) para a exploração de riquezas do subsolo de relevante interesse para a segurança e o desenvolvimento nacional** (BRASIL, 1973, grifo nosso).

Principalmente em relação às justificativas c, d e f, que se referem respectivamente à imposição da segurança nacional, realização de obras públicas e exploração de recursos naturais, fica explícita a fragilidade deste direito, que se torna dependente da visão de desenvolvimento do governo e de seus interesses em relação ao território, possibilitando brechas perigosas e subjetivas na lei. A intervenção pode, ainda, resultar no deslocamento temporário ou a remoção das comunidades indígenas de seu território para outra área. Tal situação torna-se muito complicada, principalmente pelo significado que a terra tem para

esses grupos, assim como já discutimos. Ademais, a lei assegura ainda que a comunidade, caso removida, será ressarcida dos prejuízos, mas como ressarcir um povo que se compreende como parte integrante da terra que habita? Como os laços culturais e sociais podem ser substituídos? Esses prejuízos não podem ser mensurados, tampouco recompensados, e este é um dos motivos da importância da manutenção e ampliação dos direitos indígenas às suas terras.

Assim, o direito à posse da terra pelos povos indígenas bem como uma adequada demarcação de suas terras, contribuem para a construção de uma sociedade pluriétnica e multicultural. No entanto, além da fragilidade da legislação que garante esse direito, o reconhecimento das terras indígenas por parte do Estado é um processo longo que envolve múltiplos interesses. Um dos principais entraves à regularização, nesse sentido, pode ser apontado como o fato de a terra ser, historicamente, fonte de poder socioeconômico e político. O modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo país, que tem na agricultura e na pecuária voltadas à exportação sua principal base, leva à contestação sobre a demarcação das terras indígenas, que é encarada como um bloqueio ao progresso e não como o reconhecimento de direitos originários.

Sendo assim, em tese, o Estatuto buscava proteger as terras indígenas e assegurar diferentes formas de assistência àquelas populações. Contudo, estas intenções estavam imbuídas em um contexto altamente nocivo aos povos indígenas, uma vez que tinha como prioridade a lógica de ocupação econômica militar, com medidas discriminatórias e controle político. A partir da criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e do Estatuto do Índio, o Estado passou a ter controle muito mais eficaz sobre as terras indígenas, ou seja, tratava-se da criação de uma tutela jurídica, em um contexto que considerava os índios completamente incapazes de direcionar os recursos naturais para expansão do capital (ALBERT, 1991).

Acreditamos que o Estatuto do Índio conferiu pouca importância à realidade indígena, pois o procedimento de demarcação de suas terras no período ditatorial foi muito lento e as poucas demarcadas foram resultados de situações emergenciais. Segundo Albert (1981, p. 39), “apenas 15% das terras indígenas identificadas foram, assim, homologadas entre 1973 e 1981”. Como resultado desse processo, houve o aumento dos conflitos fundiários, visto que ganhou força a pressão para o cumprimento de tal Estatuto. Neste contexto, as questões indígenas passaram a ser entendidas como ameaça à segurança nacional e o governo militar decidiu revisar o documento, dado que este se tornou um entrave para a ocupação econômica da Amazônia. Segundo Albert (1981, p. 40),

a partir de 1980, o processo decisório de delimitação das terras indígenas começou a extrapolar a FUNAI, julgada por demais vulneráveis às pressões políticas dos índios e indigenistas, e passou, em 1983, para um grupo de trabalho interministerial (GTI) dominado pelos Ministérios do Interior

(MINTER) e de Assuntos Fundiários (MEAF), o qual era administrado pelo Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Este GTI foi instituído com a recomendação explícita de levar em conta os empreendimentos econômicos de terceiros já existentes nas terras indígenas no processo de delimitação às empresas privadas (CPI/SP, 1985).

Desse modo, dada a dificuldade histórica no reconhecimento dos direitos e dos territórios indígenas, é fundamental o apoio do Estado em termos gerais de legislação, incluindo a demarcação de terras. Naquele momento, contudo, ainda não havia uma lei que definisse especificamente como o processo de demarcação das terras indígenas deveria ocorrer. Tal arcabouço jurídico foi criado apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir do Decreto nº 1775 de 08 de janeiro de 1996 (BRASIL, 1996). A metodologia proposta inclui fases de identificação, aprovação pelo órgão federal responsável, contestações, aprovação pelo Ministério da Justiça, homologação e registro. No entanto, Sued (2015) explica que na prática a demarcação das terras desses povos tradicionais, apesar de representar avanços na ampliação dos direitos das comunidades tradicionais, é muito lenta e complexa, pois envolve muitos interesses.

Violência e resistência

A colonização da Amazônia no período da ditadura civil-militar teve como uma das principais consequências a degradação social dos povos originários deste bioma. Milhares de indígenas foram dizimados, desapropriados, ou mesmo forçados a se inserir violentamente na sociedade capitalista. Por trás de um discurso de progresso, uma sequência de eventos ocorreu em prol da valorização do capital, e em detrimento do modo de vida das populações locais. O objetivo desta última seção é entender parte destes eventos com o intuito de revelar os reflexos das políticas públicas que ocorreram entre 1964-1985 para a Amazônia para as comunidades indígenas da região. Porém, vale ressaltar que a apresentação desta parte dos eventos só foi viabilizada pela lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2012), na medida em que foram disponibilizados documentos e dados oficiais.

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) também contribuiu nesse sentido, tornando públicos documentos que registram violações aos direitos humanos ocorridos no período. O Relatório da CNV trouxe à tona resultados que se enquadram no indicador de risco 2.2 do “Quadro de Análise para Crimes de Atrocidade” das Nações Unidas, que se refere a atos passados de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra ou sua incitação. O Relatório aponta que pelo menos 8.340 indígenas foram mortos devido a massacres, remoções forçadas de seus territórios, doenças, prisões, torturas e maus tratos. Esta estimativa, no entanto, pode não corresponder à real dimensão das mortes, pois uma parcela muito restrita dos povos afetados foi analisada, além de que não havia registros oficiais.

(ALARCON, 2018; CNV, 2014).

O Quadro 1 traz uma apresentação geral da violência sofrida pelos povos indígenas da Amazônia no período da ditadura civil-militar.

Quadro 1: Número de mortes indígenas por etnia e estado brasileiro no período da ditadura civil-militar

Etnia	Estado	Número de mortes
Cinta-Larga	Rondônia	3.500
Waimiri-Atroari	Amazonas	2.650
Tapayuna	Mato Grosso	1.180
Yanomami	Amazonas e Roraima	354
Xetá	Paraná	192
Panará	Mato Grosso	176
Parakanã	Pará	118
Xavante de Marãiwatsédé	Mato Grosso	85
Araweté	Pará	72
Arara	Pará	14
Total	8.341	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Relatório da Comissão da Verdade (2014).

Há relatos oficiais sobre a violência causada aos povos acima mencionados. Alguns exemplos das atrocidades são as acometidas aos povos Cinta-Larga, Yanomami e Waimiri-Atroari, da área da Amazônia Legal. Os índios da etnia Cinta Larga foram violentamente atacados por diversos motivos, dentre eles envenenamento por alimentos misturados com arsênico; aviões que atiravam brinquedos contaminados com vírus da gripe, sarampo e varíola; além de assassinatos em emboscadas. É importante ressaltar que muitas destas violações tiveram o aval do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) e da Funai, o que permitiu a atuação de seringalistas, empresas de mineração, madeireiros e garimpeiros na busca de ouro, cassiterita e diamante no território dos Cinta Larga (ALARCON, 2018; FIGUEIREDO, 1967; VALENTE, 2017).

A mais dramática das violações cometidas contra os Cinta Larga ficou conhecida como Massacre do Paralelo 11. Em outubro de 1963, foi organizada uma expedição, planejada por Francisco Amorim de Brito, encarregado da empresa Arruda, Junqueira e Cia. Ltda., a fim de verificar a existência de minerais preciosos na região do rio Juruena. A expedição era comandada por Francisco Luís de Souza, pistoleiro mais conhecido como Chico Luís. O massacre teve início quando um grupo Cinta Larga estava construindo sua maloca e Ataíde Pereira dos Santos, pistoleiro profissional, atirou em um indígena. Em seguida Chico Luís metralhou os índios que tentavam fugir. Os pistoleiros ainda encontraram uma mulher e uma criança Cinta Larga vivas. Chico Luís atirou na cabeça da criança, amarrou a mulher

pelas pernas de cabeça para baixo, quase partindo a mulher ao meio (CNV, 2014, p. 237-238).

É importante notar que a violência chegou até às populações tradicionais amazônicas como meio de proteção do Estado Nacional. Para ocupar o território Yanomami, uma etnia que transcendia as fronteiras brasileiras, contemplando países como Venezuela, Peru, Guiana e Colômbia, os militares fizeram uso de um discurso que defendia a existência de uma “ameaça” à soberania nacional, visto a possibilidade de criação de um Estado independente nestas terras. Por trás do discurso havia o interesse em demarcar o território Yanomami em favor dos latifundiários e de grandes mineradoras, uma ideia fortemente defendida pela mídia na época, como o jornal *Estado de S. Paulo* (MARQUES, 2019). Nota-se, desta maneira, que a ocupação da Amazônia pelo Estado brasileiro, empresas locais e transnacionais apossaram-se das terras indígenas favorecendo o Grande Capital, seja por meio da agropecuária, mineração, ou pela construção de estradas, como a BR 163 (Belém-Brasília), a BR 174 (Transamazônica), a BR 210 (Perimetral Norte), dentre outras.

A construção da BR-210 afetou diretamente os povos Yanomamis, visto a série de mortes causadas por epidemias de sarampo, gripe, malária, caxumba, tuberculose, além da contaminação por DSTs. No primeiro ano de construção da estrada foram vitimados cerca de cerca de 22% da população de quatro aldeias. Na década de 1970 estima-se que 80% da população do extremo leste do território Yanomami tenha sido dizimada. Na década de 1980 os impactos se acirraram pelo avanço do garimpo ilegal, que poluiu os rios com mercúrio e afastou a caça pelo barulho, provocando a fome e a desnutrição dos índios (CNV, 2014).

Vale ressaltar que somente a Transamazônica cortaria terras de 29 etnias indígenas, sendo 11 grupos isolados e 9 de contato intermitente, o que resultou em remoções forçadas, uma forma de violência que causava conflito entre os próprios indígenas, já que quando uma dada etnia era transposta para terras de outra, as relações não necessariamente eram pacíficas. O povo Waimiri-Atroari, por exemplo, foi diretamente afetado pela construção desta rodovia, pela obra da hidrelétrica de Balbina, e pela atuação de mineradoras e garimpeiros interessados em explorar as jazidas existentes no território. No final de 1968, o Comando Militar da Amazônia instalou um quartel no Igarapé Santo Antonio do Abonari, que passou a controlar a vida e o destino dos índios. Entre 1972 e 1975, pelo menos 2000 pessoas do povo Waimiri-Atroari haviam desaparecido. Em 1981, as estatísticas da Funai apontavam a

existência de 354 indígenas do povo Waimiri-Atroari, que em 1968 contava com aproximadamente 3000 pessoas (CIMI, 2010).

Porém, também é importante destacar que a história do povo indígena da Amazônia durante a ditadura civil-militar também foi marcada por resistência. Nas palavras de Marques (2019, p. 121):

Nos anos 1970, apesar das diferenças internas, cresceu a interação e organização entre os Kaiapó, fato que incluía a presença em escolas comuns (com brancos e mestiços) e o contato com outras etnias e entidades. 'Até meados dos anos 70, os Kayapós haviam se tornado um dos grupos indígenas mais bem organizados' (SCHMINK e WOOD, 2012, p. 341). Recorriam à rádio-comunicação e patrulhavam a área de que seria a sua reserva (Gorotire) em São Félix do Xingu. Numa das ações contra desmatamento, um grupo Kayapó matou 20 trabalhadores de uma fazenda, incluindo mulheres e crianças. Isso aumentou a tensão e o sentimento anti-indígena na região.

Outra forma de resistência foi a união de lideranças de diferentes povos indígenas, em 1974, no Mato Grosso para realizar a primeira assembleia de povos indígenas. Como consequência, em 1980, foi formada a União das Nações Indígenas (UNI), primeira organização indígena de caráter nacional, que representou papel fundamental na elaboração da Constituição de 1988 (MEMÓRIAS, 20-?; SANTI, 2015). Algumas das graves violações contra os povos indígenas no Brasil foram reconhecidas pelos tribunais. Algumas autoridades brasileiras também reconheceram um genocídio contra os índios, como Jader Figueiredo em seu relatório oficial de 1967 (FIGUEIREDO, 1967).

Como pudemos ver nesta subseção, o processo de colonização da Amazônia no período da ditadura civil-militar não resultou em um desenvolvimento que colocasse as populações locais como centro do processo de transformação, mas sim o capital. Ao índio restou a usurpação do seu território, acompanhada da perda de milhares de vida pelas mais diferentes formas de violência. Ainda que as formas de resistência tenham existido, e documentos como os relatórios da Comissão Nacional da Verdade vem cumprindo o seu papel histórico, o reconhecimento e a penalização ainda são incipientes frente aos graves crimes cometidos contra os povos indígenas da Amazônia brasileira.

Considerações Finais

Observamos no período da ditadura militar brasileira um processo que resultou na reconfiguração espacial da Amazônia, cujo sentido era atender interesses econômicos e políticos a partir da criação de grandes polos de desenvolvimento no bioma. Porém, é importante destacar que esse movimento também responde a uma lógica tecnocrática que estabelece meios de intervenção política com a finalidade de realizar controle sobre os conflitos sociais. Ou seja, notamos a materialização de uma série de medidas que buscavam atender uma necessidade muito clara para os líderes da época – controlar os grupos sociais

e impedir que a insurgência destes promovesse o abalo da histórica ordem fundiária do país. É este o fio condutor que caracteriza a questão fundiária brasileira, isto é, a violência política foi a pedra angular que assegurou o controle da propriedade da terra, assim como o *status quo* da política agrária não somente na Amazônia brasileira, mas no Brasil como um todo.

Nesse sentido, tendo em vista a importância da terra como direito constitucional e histórico das comunidades indígenas, também como fonte de sua identidade e cultura, é fundamental que o Estado garanta os direitos desse grupo. Durante o período ditatorial, os povos indígenas foram maciçamente impactados de maneira negativa, seus direitos foram subordinados às políticas desenvolvimentistas da época e suas terras eram tratadas como recursos a serem explorados em prol do progresso. Apesar de alguns dados da violência revelados pelos relatórios consultados neste trabalho, o número de vítimas provavelmente é exponencialmente maior.

A Comissão Nacional da Verdade recomendou ao Estado brasileiro a instauração de processo reparatório amplo e de caráter coletivo aos povos indígenas, sendo a demarcação de terras compreendida como a mais fundamental forma de reparação coletiva. Entretanto, não houve avanços nessas recomendações e, na conjuntura atual, há evidências de retrocessos e conservadorismo no debate relacionado a esta temática. Assim, não somente o contexto histórico, mas também o institucional e o cultural justificam uma revisão da política indígena no Brasil, tendo como central o reconhecimento de suas terras, o que significa a manutenção de seus direitos, sua cultura e meio de vida.

Referências

ALARCON, D. Povos indígenas foram vítimas de genocídio na Ditadura Militar. **Revista Adusp**, [s. l.], p. 29–37, 2018.

ALBERT, Bruce. **Terras indígenas, política ambiental e geopolítica militar no desenvolvimento da Amazônia**: a propósito do caso Yanomami. Mus. Para. Emilio Goeldi: Coleção Eduardo Galvão, 1991.

ALMEIDA, Sabrina; ARAÚJO, Melvina. **Terra e etnia**: Os casos da Raposa/Serra do Sol e do Morro Seco. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social. Vol. 7. nº 1. pp. 121-142, 2013.

BATISTA, Juliana de Paula. **Cultura e etnocentrismo**: os direitos territoriais indígenas em uma perspectiva contra-hegemônica. Universidade Federal de Santa Catarina. 2010.

BECKER, Bertha. K. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. Jorge Zahar editores: Rio de Janeiro, 1982.

BRASIL. **Decreto nº 1775 de 8 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm. Acesso em: 05 de ago. 2018.

_____. **Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964.** Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 05 de ago. 2018.

_____. **Lei nº 6.001 de 19 de dezembro de 1973.** Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-DF. 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm. Acesso em: 05 de ago. 2018.

BRIGHENTI, Clóvis, A. **O “desenvolvimento” versus os povos indígenas.** Le Monde Diplomatique. 19 de junho de 2015. Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=3122>. Acesso em: 08 de ago. 2018.

BRUNO, Regina. **O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto.** Cahiers du Brésil Contemporain, 1995.

CAMPOS, F. A. de. **Meios e fins do desenvolvimento para Celso Furtado.** Revista Espaço Acadêmico. Nº 162. Nov. 2014.

_____. de; COSTA, J. M. da C. A. **Escala nacional diante da transnacionalização do espaço local.** Argumentum (Vitória), v. 4, p. 1, 2012.

CIMI. Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil. **Conselho Indigenista Missionário**, [s. l.], 2010.

CNV - COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. 5- Violações de direitos humanos dos povos indígenas. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**, [s. l.], v. 2, p. 203–262, 2014.

FERREIRA, Andrey Cordeiro Ferreira. **Os avessos do desenvolvimento: Estado, mercado e povos indígenas no Brasil.** Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?%2FEditoria%2FEconomia%2FOs-avessos-do-desenvolvimento-Estado-mercado-e-povos-indigenas-no-Brasil%2F7%2F18650>. Acesso em: 08 de ago. 2018.

FIGUEIREDO, J. **Relatório** (1967). Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/5-ditadura-militar-e-populacoes-indigenas/5-1-ministerio-do-interior-relatorio-figueiredo/>. Acesso em 06 ago. 2019.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise.** 2º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Formação econômica do Brasil.** 27 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1998.

_____. **O Mito do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. **Pequena introdução ao desenvolvimento.** São Paulo: Ed. Nacional. 1981.

HARARI, Isabel; MARINHO, Rafael Pacheco. **Comissão da Verdade considera a não demarcação de Terras Indígenas grave violação de direitos humanos.** 2015. Disponível em: <http://amazonia.org.br/2015/03/comiss%C3%A3o-da-verdade-considera-a-n%C3%A3o-demarca%C3%A7%C3%A3o-de-terras-ind%C3%Adgenas-grave-viola%C3%A7%C3%A3o-de-direitos-humanos/>. Acesso em: 08 de ago. 2018.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra uma área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1981.

LOBATO, Sidney da Silva. **Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956).** Belém: Paka-Tatu, 2009.

MARQUES, Gilberto. **Estado e desenvolvimento na Amazônia**: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MEMÓRIAS da ditadura. **Resistência indígena**. (20-?) Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/indigenas/#resistencia-indigena>. Acesso em 06 ago. 2019.

MIRANDA, Mariana. **Colonização e Reforma Agrária**. Bol. de geografia. UEM. Ano 5 – nº 1 – Março, 1987.

NETO, Renata Beatriz Guimarães. **História, trabalho e memória política**. Trabalhadores rurais, conflito social e medo na Amazônia (1970-1980). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2014v6n11p129/28598>. Acesso em: 08 de ago. 2018. p. 129-146.

NOVAIS, Fernando Antonio. **Portugal e Brasil na Crise Do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 6 ed. São Paulo: Hucitec, 1995. Introdução e Cap. 2. “Estrutura e dinâmica do Antigo Sistema Colonial”.

OLIVEIRA, Francisco. **A Reconquista da Amazônia**. Novos Estudos nº 38. Março de 1994.

PETIT, Pere. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003, p. 81-2 Apud NETO, Renata Beatriz Guimarães. História, trabalho e memória política. Trabalhadores rurais, conflito social e medo na Amazônia (1970-1980). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2014v6n11p129/28598>. Acesso em: 08 de ago. 2018. p. 129-146.

REYDON, B. P. **O desmatamento da floresta amazônica: causas e soluções**. Economia verde – Desafios e oportunidades. Nº 8. p 143-155, 2011.

SAMPAIO JR., P. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTI, E. G. O. B. T. S. Genocídio dos povos Indígenas. **Instituto Humanitas Unisinos**, [s. l.], v. 8769, 2015.

SOUZA, Jailson de Macedo. **Os efeitos de grandes projetos na pré-amazônia maranhense**: uma reflexão através da colonização dirigida. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

SOUZA, Nádia Simas. **A Amazônia brasileira**: processo de ocupação e a devastação da floresta. Boletim Científico da Escola Superior do Ministério Público da União. Ano 9 – Número 32/33 – janeiro/dezembro de 2010. Brasília-DF.

SUED, Lucas. **Os conflitos acerca da demarcação de terras indígenas**. 2015. Disponível em: <http://suedlucas.jusbrasil.com.br/artigos/203413790/os-conflitos-acerca-da-demarcacao-de-terras-indigenas>. Acesso em: 08 de ago. 2018.

TRINIDAD, C. B. A questão indígena sob a ditadura militar: do imaginar ao dominar. **Anuário Antropológico**, [s. l.], v. 43, p. 257–284, 2018.

VALENTE, R. **Os fuzis e as flechas - história de sangue e resistência indígena na ditadura**. Companhia das Letras, 2017.

Sobre as autoras

Delaíde Silva Passos – Doutoranda no programa de Desenvolvimento Econômico na área de concentração de História Econômica pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0003-3829-2099>.

Gabriela Solidario de Souza Benatti – Doutoranda no programa de Desenvolvimento Econômico na área de Economia Agrícola e Ambiental pelo Instituto de Economia da da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-1594-9919>.

Como citar este artigo

PASSOS, Delaíde Silva; BENATTI, Gabriela Solidario de Souza. Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 212-232, dossiê, 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. As autoras **Delaíde Silva Passos** e **Gabriela Solidario de Souza Benatti** ficaram responsáveis pelo desenvolvimento teórico-conceitual, pelos procedimentos metodológicos, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 12 de agosto de 2018.
Devolvido para a revisão em 25 de julho de 2019.
Aceito para a publicação em 10 de agosto de 2019.

Terras Indígenas em áreas de transição Cerrado-Amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde ¹

Maria Lucia Cereda Gomide

Professora do Departamento de Educação intercultural da Universidade Federal de Rondônia

Email: malugomide@unir.br

Carlos Aikanã

Professor indígena da escola da T.I. Tubarão Latunde, graduado pelo Departamento de Educação intercultural da Universidade Federal de Rondônia.

Email: carlosaikana@unir.br

Resumo

Este estudo busca compreender, no contexto da formação histórico-espacial de Rondônia, o processo de ocupação da área de transição cerrados/floresta amazônica e suas implicações sobre os territórios indígenas. Enfoque especial foi dado para a Terra Indígena Tubarão Latunde, e o povo Aikanã que ali vive. Por outro lado, são comentados os conhecimentos do povo Aikanã e sua resistência cultural. A metodologia contemplou, além de levantamentos bibliográficos, trabalho de campo e mapeamentos com imagens de satélite. A pesquisa resulta de nossa experiência como professora e aluno do departamento de Educação intercultural na Universidade Federal de Rondônia.

Palavras chave: Povos indígenas; Rondônia; cerrados; Aikanã.

Indigenous Reserve in the transition area Cerrado-Amazonia in Rondônia: the case of the T.I. Tubarão Latunde

Abstract

This study investigates the occupation process in the transition area between the Cerrado and the Amazon rainforest, in the north-western Brazilian state of Rondônia, as well as the implication of this process on indigenous reserves in the area. This study mainly focuses on the Tubarão Latunde Indigenous Reserve and the Aikanã people that live in it. Furthermore, we comment on the knowledge of the Aikanã people and their cultural resistance. The methodology for this study included bibliographical research, field work and mapping of the area using satellite imagery. This research is a result of my experience as a teacher and student in the Department of Intercultural Education at the Federal University of Rondônia.

Keywords: Indigenous; Rondônia; cerrados; Aikanã.

Tierras indígenas en zonas de transición Cerrado-Amazonas en Rondônia: el caso de T. I. Tubarão Latunde

¹ O artigo é uma parte dos resultados de pós-doutorado no curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, sob tutoria do Prof. Dr. Nazareno José de Campos, ao qual agradeço e ainda à UNIR – Universidade Federal de Rondônia pela oportunidade.

Resumen

El estudio busca comprender, en el contexto de la formación histórico espacial de Rondônia, el proceso de ocupación del área de transición savana- selva amazónica en este estado/departamento y sus implicaciones para los territorios indígenas. Destaque especial es dado para la Tierra Indígena Tubarão Latunde y el pueblo Aikanã que vive ahí. Por otro lado son discutidos los conocimientos del pueblo Aikanã y su resistencia cultural. La metodología consistió en levantamientos bibliográficos, trabajos de campo, mapeamientos de imágenes de satélite. La investigación resulta de mi experiencia como profesora y estudiante del Curso de Educación Intercultural en la "Universidade Federal de Rondônia - UNIR".

Palavras clave: Indígenas; Rondônia; cerrados; Aikanã.

Introdução

Este estudo tenciona comprender, no contexto da formação histórico-espacial de Rondônia, o processo de ocupação da área de transição cerrados/floresta amazônica e suas implicações sobre os territórios indígenas. As terras indígenas que se localizam nesta região são: Tubarão Latunde e Kwaza do Rio São Pedro, Rio Omere, Mequens, e a terra interdita Tanaru². A região do cone sul de Rondônia e limites com Mato Grosso, é o recorte geográfico deste estudo. Para a análise do presente estudo, o conceito de território seguramente é importante para se entender as continuidades e rupturas dos territórios-terras indígenas que se localizam nas áreas de transição cerrado-amazônia, onde avança o agronegócio impondo novas configurações espaciais. Estas ocorrem em uma velocidade diversa do tempo vivido pelos povos indígenas, levando a inúmeros confrontos, transformações culturais e ambientais. Como bem argumenta Haesbaert (2015, p. 9), “enquanto para os grupos hegemônicos parece haver o desenho de uma ‘geografia da ordem’ (almejada, dominante), para os subalternos predomina claramente a ‘desordem’ de um espaço fragmentado que parece não lhes conceder abrigo e/ou estabilidade”. Portanto, neste espaço, o capitalismo se desenvolve “desigual e combinado revelando-se com toda sua cruza” (idem), ao mesmo tempo mostrando “os processos de resistência (quase inteiramente invisibilizados), ainda que em escala menor, de grupos como os camponeses e povos tradicionais que de longa data usufruíam, sem cercas, das terras de uso comum” (op.cit., p. 8). Assim, entende-se que mudanças nas configurações do

² De acordo com a FUNAI 2018, “a atual delimitação da TI Tanaru foi estabelecida em 2015, por meio da Portaria do Presidente da Funai de número 1040 de 16 de outubro. Não obstante, as primeiras interdições de área ocorreram já na década de 1990, logo após a confirmação da existência do índio isolado da TI Tanaru.”

espaço, “em nosso mundo atual de domínio do capital, transformar não significa propriamente mudar para o benefício de todos.” (CAMPOS, 2015:194).

Concorda-se com Haesbaert (2004, p. 95-6) quando afirma a importância da “historicidade do território [e] sua variação conforme o contexto histórico e geográfico”. Ele afirma ainda que:

Enquanto espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo, ‘diverso e complexo’, ao contrário do território ‘unifuncional’ proposto pela lógica capitalista hegemônica. Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural simbólica’ (HAESBERT, 2004, p. 95-6).

Portanto, a diversidade predomina quando se trata do território, e nisto não há linearidade entre os atores que o ocupam e que o dominam, o que explica a constante luta, conflitos, entendimentos e desentendimentos em relação ao mesmo.

O cone sul de Rondônia: domínio dos cerrados e as constantes ameaças

A beleza e a riqueza biodiversa dos cerrados foram descritos por vários autores (AB’SABER, KLINK; MACHADO, 2005; EITEN, 1972; FERRI, 1977; RIBEIRO et al., 1981, COUTINHO, 1990, WARMING 1973), os quais destacam que sua flora é a mais rica das savanas do mundo, possuindo um alto nível de endemismo. Igualmente rica é sua fauna, aves, peixes, répteis, anfíbios, insetos, sendo relativamente pequena as espécies de mamíferos (KLINK; MACHADO, 2005: 148). No entanto, a realidade atual dos cerrados é como Bursztyn (2002, p. 9) descreveu: “[...] o Cerrado é a cara do Brasil. Cidades inchadas, favelas, campos arrasados pelas máquinas e povoados por bois, soja, cercas”.

O domínio dos cerrados, a mais rica savana do mundo em biodiversidade (Myers et al., 2000; Silva & Bates, 2002 *apud* Klink e Machado 2005), encontra-se ameaçado, por ter se tornado em um espaço de grande produção de grãos. Assim, tem sido extremamente devastado, com altas taxas de desmatamento, superiores às da floresta amazônica. A produção é proporcional à degradação dos recursos naturais, incluindo a água, solo e biodiversidade (Bursztyn, 2002, p. 9). Estudos indicam que se não mudar o ritmo do desmatamento, nos próximos 30 anos pode ocorrer uma grave extinção da flora dos cerrados (GANDRA, 2017).

Todas as alterações sucedidas nos cerrados provocaram uma grande fragmentação desse domínio, sendo que “[...] essas modificações podem criar as condições necessárias para que invasões biológicas aconteçam no fragmento por intermédio de espécies de plantas, nativas ou exóticas, contribuindo para diminuir a integridade biológica do fragmento em questão” (RAMBALDI; OLIVEIRA, 2005, p. 117). De tal modo, atualmente são poucas as áreas de cerrados contínuos, como encontrado em algumas terras indígenas, por exemplo nas terras dos Xavante no Mato Grosso, ou na Kraho no Tocantins (GOMIDE, 2009). Em Rondônia, no interior da T.I. Uru Eu Wau Wau, existe uma mancha significativa de cerrados e outras menores nas terras indígenas Tubarão Latunde, Kwaza do rio São Pedro, Mequens e Massaco.

Para a Rede Cerrado, entre as principais causas da degradação está a expansão da pecuária, sendo cerca de 10% das pastagens já em estado de grande degradação, por falta de manejo adequado. Além da pecuária, as monoculturas, em especial de soja, eucalipto, cana de açúcar e algodão, desmatam e contaminam com agrotóxicos extensões dos cerrados. Toda essa ocupação leva “[...] o ecologicamente incorreto e o socialmente injusto parecem estar sendo o preço a ser pago pelo economicamente viável” (BURSZTYN, 2002, p. 10).

O Ministério do Meio Ambiente divulgou, em junho de 2018, os dados sobre desmatamento dos cerrados, realizado pelo INPE. As áreas levantadas nos anos de 2016 e 2017 correspondem respectivamente a 6.777 km² e 7.408 km². Estes dados revelam que embora tenha uma queda em relação a 2015, ainda continua significativo o desmatamento nos cerrados.

O empenho de conservação dos cerrados tem sido muito abaixo ao da Amazônia; em 2011, dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA) informam que “8,1% do bioma Cerrado encontra-se protegido por Unidades de Conservação. Destas, 3,1% são de Proteção Integral e 5% de Uso Sustentável, principalmente Áreas de Proteção Ambiental - APA's - (4,9%)”. Em 2015, pouca coisa mudou: 8,6% da área total dos cerrados estão sob a proteção legal, ou seja, em unidades de conservação, o que ainda é um valor insignificante, mostrando que o “Cerrado é um caso de enorme desatenção” (Voivodic, WWF Brasil, 2018). Enfim, uma questão importante diz respeito a que o Cerrado não foi considerado como patrimônio nacional como os outros biomas, pela Constituição Federal de 1988, o que deveria ser reparado com urgência.

Os Cerrados em Rondônia

Existe certa controvérsia sobre os limites dos cerrados no Brasil. Ao se comparar algumas das propostas de localização destes limites, verifica-se importante omissão em relação ao estado de Rondônia. As propostas da Embrapa Cerrados (1986) e outra do IBGE (2004) não coincidem quanto aos limites. Na indicada pelo IBGE incluem-se áreas extensas em São Paulo, oeste da Bahia e no Maranhão, enquanto são omitidos os cerrados dos estados de Rondônia e do Piauí. Assim, toda a área proposta pela Embrapa em Rondônia foi excluída pelo IBGE (EMBRAPA CERRADOS, 2007). No Atlas de desastres naturais (2013), vê-se descrito a fitogeografia de Rondônia, destacando a importância das configurações geomorfológicas e climáticas locais para a formação da cobertura vegetal, onde ocorrem Floresta Amazônica, Pantanal e Cerrado. É demonstrado, portanto, que

A cobertura vegetal de Rondônia é reconhecida pela grande biodiversidade de espécies. Isto ocorre por ser uma área de transição entre o domínio geomorfológico³ do Brasil Central e o domínio geomorfológico amazônico (GOVERNO DE RONDÔNIA, 2003 *apud* CEPED-UFSC, 2013, p. 20).

Relatório do POLONOROESTE indica que, “situado no sul da Amazônia, o estado de Rondônia apresenta nítidas interferências climáticas do Brasil central, que lhe confere regiões situadas no centro-sul do estado, uma fisionomia de ecossistema de transição, entre o cerrado do planalto central e a floresta amazônica” (LISBOA, 1989, p. 111). O mesmo autor explicou que a vegetação em Rondônia sofre influência devido aos acidentes do relevo de grandes dimensões, como “a Chapada dos Parecis e a Serra dos Pacaás Novos. As duas apresentam uma diversificada mistura de condições topográficas” (op.cit. 36).

No estudo de Miranda *et al* (2006) foram pesquisadas áreas de cerrados em Vilhena, entre os rios Roosevelt e Comemoração. Neste estudo é enfatizada a relevância biogeográfica da Chapada dos Parecis, “uma vez que para Leste drenam os rios formadores da bacia do Tapajós, constituindo-se então num divisor de águas” (MIRANDA *et al*, 2006, p. 421). Os mesmos autores, no estudo sobre vegetação dos cerrados de Rondônia, explicam a riqueza dos cerrados de transição que ocorrem no sul, e as áreas de enclaves ao norte do estado:

³ A geomorfologia de Rondônia apresenta-se variada com áreas de Planície Amazônica, Depressão do Solimões, Depressão Interplanáltica da Amazônia Meridional, Planalto Residual da Amazônia Meridional, Planalto dos Parecis, Depressão do Guaporé e Planície e Pantanal do Guaporé (BRASIL, 1978).

Em Rondônia, os cerrados localizam-se em grandes áreas contínuas, localizadas no sul do estado, na transição entre os domínios da floresta amazônica e dos cerrados do Brasil Central. Na transição com o bioma amazônico, os cerrados se entrelaçam com florestas abertas com palmeiras e florestas estacionais semidecíduais. Composto ainda esse cenário de “tensão ecológica”, existem também, no norte do estado, áreas isoladas ou “ilhas” de cerrado, também conhecidas como savanas amazônicas. Esses fragmentos parecem que foram isolados pela expansão da floresta tropical neste último período úmido interglacial (MIRANDA, I. *et al*, 2006, p. 420).

Portanto, os cerrados em Rondônia têm a importância de se localizarem como o limite norte do domínio dos cerrados brasileiros e são ainda considerados como o mais rico entre os cerrados das áreas isoladas na Amazônia. É relevante também considerar que os cerrados rondonienses são ligados por “corredores contínuos” aos cerrados do Centro-Oeste do Brasil, e que possuem também conexões com as savanas do norte da América do sul.

Embora não tenham sido identificadas em nível específico, a maioria das espécies arbóreas encontradas nos cerrados estudados em Rondônia é comum às espécies que ocorrem nas principais áreas dos cerrados brasileiros, com exceção interessante de *Caraipa savannarum*, que não ocorre no Brasil Central (Mendonça *et al.*, 1998) [...] sugerindo que os cerrados de Rondônia possuem fortes relações florísticas com o cerrado do Brasil Central, como também nas savanas do Norte de América do Sul, fato que demonstra sua característica de transição entre esses dois importantes domínios vegetacionais (MIRANDA, I. *et al*, 2006, p. 424).

Do ponto de vista geocológico e botânico, os cerrados em Rondônia possuem típicos mosaicos florístico e fisionômico desse domínio, tendo afinidades com o Centro-Oeste (MIRANDA, I. *et al*, 2006, p. 426). Portanto, essas áreas de cerrados em Rondônia, embora não muito extensas, tem grande valor pela sua biodiversidade e pela sua localização de área de transição entre biomas. Características importantes do ponto de vista biogeográfico, pois a Chapada dos Parecis⁴ atua como barreira, sendo divisor de águas das Bacias Madeira e Tapajós.

⁴ O Planalto dos Parecis ocupa áreas localizadas nos municípios de Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Colorado do Oeste, Corumbiara, Cerejeiras, Chupinguaia, Nova Brasilândia d'Oeste, Parecis, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Santa Luzia d'Oeste e Vilhena. (CEPED UFSC, 2013:19).

Como já comentado, os cerrados rondonienses estão em parte localizados nas terras indígenas. Fragmentos mais expressivos de cerrados encontram-se nas seguintes terras: Uru Eu Wau Wau, Massaco, Kwaza do Rio São Pedro, Tubarão Latunde, Parque Aripuanã, Mequéns, Roosevelt. Seguindo o atual ritmo de ocupação e exploração, em pouco tempo estas terras indígenas serão as únicas áreas de cerrados conservadas no estado.

Os cerrados e as desordens do capital

Os cerrados em Rondônia, como em outros estados onde se situam este domínio, são áreas de expansão do agronegócio da soja. Para compreender os novos espaços do agronegócio deve-se ir além do local, buscando entender conjuntamente com a escala nacional e a global (HAESBAERT, 2015, p. 8). Neste sentido, o novo avança nos “[...] espaços de uso camponês e de pecuária extensiva, resultando em uma paisagem com forte presença de cultivos agrícolas homogêneos” (ALVES, 2015, p. 11-13).

No início da década de 1970 a colonização avançava ao longo da BR-364, mas as áreas de cerrados ao sul do estado permaneciam fora deste processo por serem consideradas áreas pobres para agricultura. Entretanto, a frente migratória avançava e atingia o seu desenvolvimento a partir da cidade de Pimenta Bueno, ou seja, onde começa a transição do cerrado para a floresta amazônica (THERY, 2010, p. 184). Todavia, nesse período, os cerrados eram ainda tidos como áreas impróprias para a agricultura, e a cidade de Vilhena era apenas “uma parada na estrada que levava até Rondônia” (idem); a cidade servia como pouso de avião, nos campos dos cerrados, “pois Vilhena se situa a alguns quilômetros da fronteira do Mato Grosso. Nada muito surpreendente nisso: os campos são muito arenosos e muito secos e a cidade só dispõe da água trazida de três quilômetros por um vaivém de caminhões e quase totalmente inadequada para a agricultura” (op.cit., p. 188).

Em 1980, vários municípios de Rondônia foram desmembrados, caso de Vilhena, sendo dele criados os municípios de Colorado do Oeste, Cabixi e Cerejeiras. Em 1992 foi criado o município de Corumbiara e, em 1995, o município de Chupinguaia. Neste contexto, no ano de 1991 Vilhena passou de uma área de 33.440 km² para 14.754 km². Portanto, no sul do estado foram se formando vários municípios menores mas com alta taxa de urbanização no período entre 2000-2010, segundo

confirma Costa (2014:307), certamente reflexo da expansão e consolidação do agronegócio da soja.

De acordo com Miranda *et al* (2006), no município de Vilhena as áreas de cerrados são sucessivamente convertidas em cultivos de grãos, as monoculturas, destacando-se a soja. No ano de 2006, a soja já avançava nos cerrados, embora também em “áreas agrícolas e pastos abandonados” (Miranda *et al*, 2006, p. 420).

Especificamente em relação à expansão da soja e a consequente degradação dos cerrados, diferentes autores têm analisado o assunto, entre estes: Bombardi (2017), Alves (2015), Repórter Brasil (2009), Duarte e Theodoro (2002).

A soja está entre os 10 produtos mais vendidos no total das exportações brasileiras, sendo o primeiro lugar como grão, e também como farelo de soja, tendo a China como principal comprador (Bombardi, 2017, p. 22). A área, que atualmente a monocultura da soja ocupa no Brasil assombra: são 33,2 milhões de hectares, o qual “[...] corresponde à área territorial de 3,6 maior que Portugal, 4,2 maior do que a Escócia, 10,9 maior que a Bélgica” (Bombardi, 2017, p. 27).

Desta forma, o entorno das terras indígenas nos cerrados brasileiros está em grande parte comprometido com a cultura da soja, e as suas conseqüências já conhecidas, como: uso intenso de agrotóxicos, contaminação da água e solo, desmatamentos, degradação do solo, perda da biodiversidade e uso de transgênicos. Neste sentido, afirma-se que as populações indígenas são altamente vulneráveis a esta situação, sendo que a maior parte das terras indígenas dos cerrados já se encontra ameaçada e/ou contaminada. No entanto, a expansão continua; de acordo com os levantamentos da CONAB, a produção da soja vem aumentando, assim como a área plantada em todo Brasil. O estado do Mato Grosso mantém-se como o maior produtor brasileiro, enquanto que Rondônia aparece como sendo o estado da região norte onde a expansão da soja é contínua e crescente.

Em janeiro de 2017, os municípios de Rondônia com maior produção de soja eram Vilhena, Corumbiara, Chupinguaia, Pimenteiras, Cerejeiras e Cabixi, todos situados na região sul do estado (Diário da Amazônia, 22/01/2017). Apesar da concentração dos cultivos no cone sul do estado, a partir do ano de 2016 constatou-se que era para as regiões central e norte do estado que estavam se dirigindo os plantios de soja. As lavouras se dirigem ao norte, nos municípios⁵ de Porto Velho, Ariquemes, Itapuã do Oeste, Rio Crespo, Alto Paraíso e Machadinho do Oeste, e no centro do

⁵ Nos municípios do Vale do Jamari a produção cresceu mais de 70% em 2016, e em Machadinho D'Oeste, aumentou a produção da soja em 220% no período de 2015 para 2016.

estado, em Alto Alegre dos Parecis, Alvorada do Oeste, São Miguel do Guaporé, Machadinho do Oeste, Cujubim, São Francisco e Seringueiras (CONAB 2016, EMBRAPA março/ 2017). Para entender esta expansão dos cultivos da soja ao norte do estado de Rondônia, deve-se lembrar que isto decorre da melhoria da infraestrutura viária, assim como implantação de hidrovias, como a do rio Madeira, para escoar o produto. Oliveira (2006) explica que com as modificações na infraestrutura de transportes advindas dos programas “Avança Brasil” e “Brasil em Ação”, “[...] a principal região produtora de soja deixaria de ser aquela com os mais altos custos de transportes” (OLIVEIRA, 2006, p. 17), como de fato que vem ocorrendo em Rondônia.

Em relação às áreas para implantação dos cultivos de soja, a CONAB (2016) informou que Rondônia “[...] possui grandes áreas em pastagens e parte dessas áreas poderão ser transformadas em um futuro próximo em lavouras de soja”, enquanto que a EMBRAPA (2017) confirma e salienta que outro fator que contribui na expansão nessa região é o plantio em áreas de pastos degradados, “a soja ocupa[ndo] pouco mais de 1% da área de Rondônia (260 mil hectares), a pecuária está[ndo] presente em cerca de 8 milhões de hectares e que toda a área de expansão de soja será onde hoje se pratica a pecuária” (EMBRAPA, 2017). De acordo com Costa (2014, p. 309), “[...] a incorporação de áreas de pastagem convertidas em áreas de grãos foi a primeira mudança exponencial na paisagem agrícola que inaugurou o espaço das *commodities*, ampliando-o para os demais municípios do sul de Rondônia”.

Outro dado preocupante foi publicado em 15 de dezembro de 2017, pelo Projeto Soja Brasil, noticiando que em Rondônia existem cerca de “4 milhões de hectares com potencial para produção de soja”. Em suas palavras: o estado é uma “fronteira agrícola com grande potencial para a soja [pois há] pelo menos 4,5 milhões de hectares de pastos degradados [...] os quais podem se mudar para a agricultura”.

Portanto, prevê-se um grande aumento de cultivo de soja, que sem dúvida ocupará no futuro áreas de pastos degradados. No entanto, deve-se avaliar que a soja não está exclusivamente sendo cultivada nessas áreas. Aqui cabe um parênteses em relação aos 4,5 milhões de hectares de terra degradada: nestas áreas, a degradação foi ocasionada pela falta de vegetação, o que trouxe erosão dos solos, formação de voçorocas, compactação do solo por pisoteio de gado, assoreamento de igarapés, nascentes degradadas e também a perda de biodiversidade. Estas áreas poderiam ser recuperadas de forma ambientalmente saudável e sustentável, como, por exemplo, pelos sistemas agroflorestais. Por outro lado, é importante refletir sobre esse valor de 4,5 milhões de hectares degradados, correspondente a quase totalidade da área em hectares de todas as terras indígenas de Rondônia somadas.

As Terras Indígenas da área de transição Cerrado-Amazônia em Rondônia

As terras indígenas Tubarão Latunde, Rio Omerê, Kwaza do Rio São Pedro, Mequéns e Tanaru, vivem diversos povos indígenas. A região sul também abriga a área do território tradicional do povo Nambiquara, divididos em diferentes grupos, que vivem na área de cerrados entre Rondônia e Mato Grosso.

Quadro 1: situação fundiária das terras indígenas do cone sul de Rondônia

Terra indígena	Área há	Localização	Situação fundiária	Povos indígenas	População
Tubarão Latunde	117 mil	RO	Homologada	Aikanã, Kwazá Maimande, Latunde Sabane	350 aikana Sem dados
Kwaza do rio São Pedro	17 mil	RO	Homologada	Kwazá	54
Rio Omerê	26 mil	RO	Homologada	Kanoe Akunsu	04 (319 em outras terras indígenas) 04
Rio Mequens	108 mil	RO	Homologada	Sakurabiat	319
Tanaru		RO	Interditada	Isolado	?

Fonte: Funai, 2018.

Atualmente, os povos indígenas Aikanã, Kwazá, Latunde, Maimande e Sabane possuem pequenas populações (ver quadro 2); entre estes povos existem relações matrimoniais e culturais, embora sejam falantes de línguas distintas. A grande riqueza de línguas é caracterizada por distintas famílias: família linguística aikanã (isolada), família linguística kanoe (isolada), família linguística kwazá (isolada), família linguística nambiquara (do norte Sabane, do sul Maimande, Latunde), isolada, da família Tupari (tronco Tupi): línguas Sakurabiat, Akuntsu. Existem poucos estudos sobre estes povos; aqueles feitos até o momento são na maioria realizados por linguistas. As T.I.s situadas nessa região de Rondônia abrigam povos indígenas que viveram, num passado recente, situações drásticas de violências.

A Terra Indígena Tubarão-Latundê e os povos que aí vivem

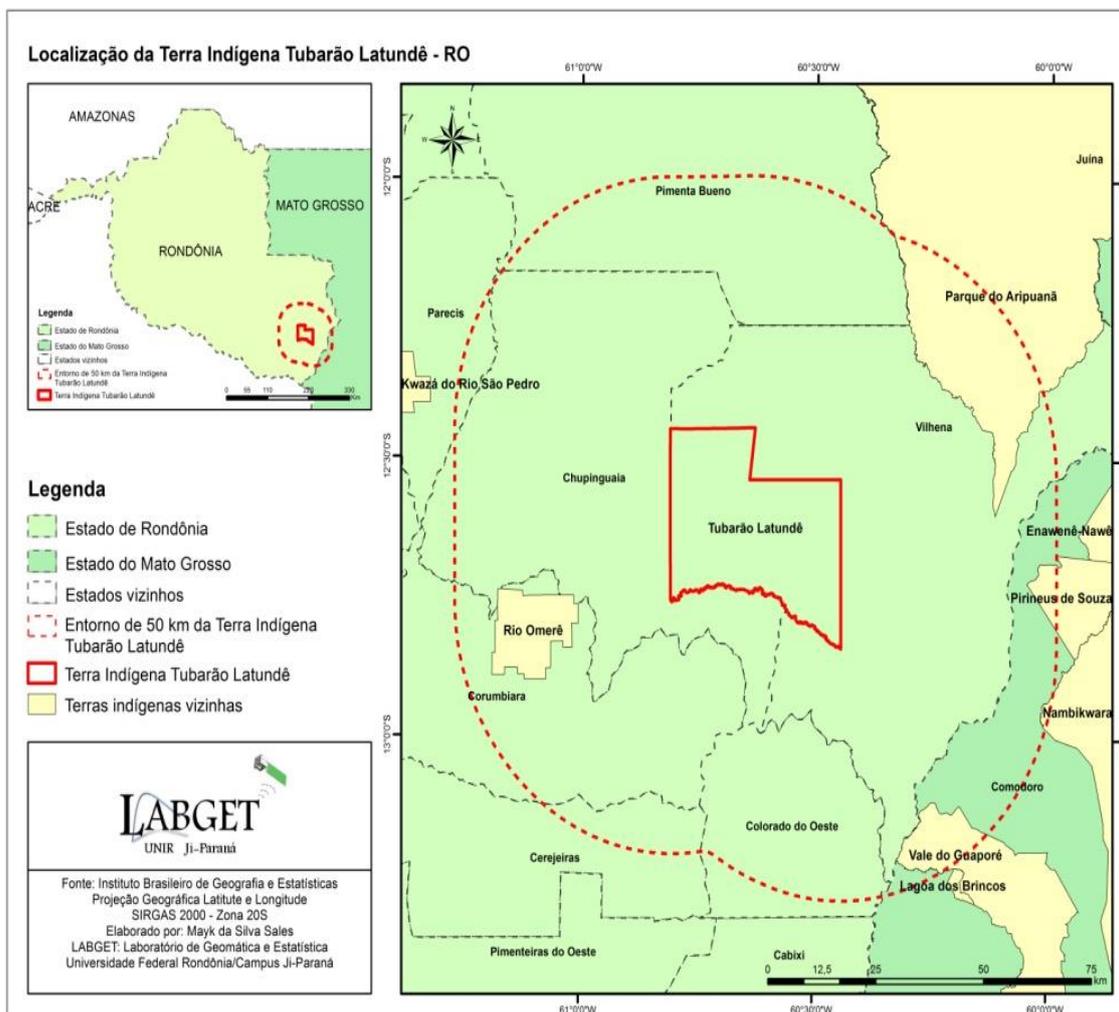
A Terra Indígena Tubarão-Latundê possui uma área de 116.613 hectares e abriga vários povos: além dos Aikanã, os Kwaza, Latunde, Sabane e Mamaidê (estes 3 últimos são grupos Nambiquara); a população é de aproximadamente 300 pessoas

(ISA, 2018), sendo cerca de 200 aikanã. A demarcação ocorreu em 1982, mas todo o processo iniciou em 1972. A localização da terra indígena é no sul de Rondônia, nos municípios de Chupinguaia (que é o centro urbano mais perto da terra indígena, ficando distante 14 km), Colorado do Oeste e Vilhena.

A terra indígena Tubarão situa-se em área de transição de vegetação, em seu interior ocorrem áreas de cerrado e de floresta amazônica. A distribuição espacial destas áreas de vegetação dá-se da seguinte forma: florestas mais ao sul e próximas ao rio Pimenta Bueno, campo cerrado ao centro e, ao noroeste, cerrado. A língua⁶ Aikanã é uma língua isolada, como explicada pelos linguistas Vasconcelos (2005) e Voort (2013).

⁶ Aikanã é uma língua indígena de Rondônia, falada por aproximadamente 175 das 200 pessoas, ainda não foi possível comprovar qualquer relacionamento genealógico com outras línguas. (VASCONCELOS, 2002; VAN DER VOORT, 2005 *apud* VOORT, 2013).

Figura 1: Terra indígena Tubarão Latundê e seu entorno de 50 km



Fonte: Elaboração Maik Silva Sales (2013).

Existem poucos estudos sobre os Aikanã. Vasconcelos (2005) e Voort (2000) observam que é de 1915 o primeiro registro sobre este povo. Sobre seu nome, explicam que Aikanã é sua autodenominação, mas foram chamados por outros nomes.

A referência mais antiga a eles feita com este nome é de Becker-Donner (1955, p. 275-343, *apud* Cestmír Loukotka, 1968, p. 163) em que os Aikanã são chamados de “Masaca ou Aicana”. [...] Outros nomes que este povo recebeu foram Corumbiara, Kasupá, Mundé e, por fim, Tubarão. (Rodrigues, 1986:94 *apud* Vasconcelos 2005, VOORT, 2013, p. 359)

Entre 1913 e 1914, Nordenskiöld realizou viagem pelo rio Guaporé, da qual resulta o livro *Exploraciones y Aventuras em Sudamérica*; no livro figuram informações sobre os Aikanã, chamados por ele de Huari (MEZACASA, 2017, p. 133-36). O

etnólogo escreve sobre seu encontro com este povo no rio Corumbiara e registra informações da língua: “[...] tanto os nomes pessoais quanto as 69 palavras dos ‘Huarí’ que foram publicados por Nordenskiöld são praticamente idênticos àqueles dos Aikanã de hoje” (VOORT, 2013, p. 359). Outras informações são sobre as relações entre exploradores seringueiros e os indígenas. Neste sentido, Nordenskiöld relata seu encontro com os proprietários dos barracões e os conflitos que estavam ocorrendo na região.

[...] quería que retomase las relaciones amistosas con los indios e hiciera olvidar la cuestión del barrido. Para la compañía era importante llegar a saber con seguridad si eran estos u otros indios los que habían matado a golpes a varios de sus trabajadores, uno de ellos a menos de dos leguas de la barraca (NORDENSKIÖLD, 2001, p. 282 *apud* MEZACASA, 2017, p. 136).

Pelo clima de tensão entre seringalistas e indígenas, “[...] e receoso com a violência que poderiam sofrer os Huari, propõe que o melhor a ser feito é deslocarem-se para o barracão de seringa em Pimenteira” (op.cit. 142), pois previa que suas terras seriam conquistadas em meio a conflitos com seringueiros, o que era prejudicial para a manutenção dos seringais (op.cit. 143).

A cultura material, como adornos corporais das mulheres, foram documentadas. É interessante observar que vários destes adornos ainda são feitos atualmente, como as pulseiras feitas de tatu canastra. Nordenskiöld também fez registros por meio de fotos, de outros objetos da cultura material, como flechas. Estas figuras das flechas foram pesquisadas, reconhecidas e descritas por Carlos Aikanã em 2015, da seguinte forma:

Essas flechas eram utilizadas pelo povo antigo Aikanã, cada flecha tem sua finalidade: flecha 1 - (Karaw'i) tem dois pontas que serve para matar peixe. Flecha 2 - (Hidepapii) tem três pontas que serve para alvejar pássaros. Flecha 3 - (Pukiiri) tem um gancho abaixo da ponta que serve para matar nambu, macuco, mutum entre outras aves grandes. Flecha 4 - (Hürisunuwã'i) tem dois ganchos abaixo, que essa flecha, ela era só fabricado, quando guerreava contra outro povo para espantar o mau físico. A flecha 5 e 7- (Sabewa-Karawawü'i) tem formato de concha que serve para alvejar animal grande como, a anta, onça, queixado, catete e veado. Flecha 6- (Sabewa) tem também formato de concha que serve também para matar animal de pote grande. A flecha 8- tem o mesmo nome da flecha 3 pukiiri que serve para matar espécies de aves pequenos (AIKANÃ, 2015).

Os Aikanã dividem-se em três aldeias: Tubarão, Rio do Ouro e Latundê; na terra indígena ainda existe a aldeia Felipe Camarão, onde vivem parte do povo Sabane. Os Aikanã, assim como os demais povos que vivem nessa terra, foram transferidos de seus territórios historicamente ocupados. De acordo com informações dos mais velhos (Aikanã, 2015), habitavam terras mais ricas próximas ao rio Tanaru, a oeste do rio Pimenta Bueno. Os Aikanã, antes de serem transferidos, trabalhavam nos seringais em troca de mercadorias (VASCONCELOS, 2005).

Na década de 1940, o SPI mantinha um posto próximo ao rio Pimenta Bueno, onde vários povos indígenas foram aldeados. Entre estes foram levados os Aikanã, também contagiados por doenças, sendo que muitos morreram (PRINCE, 1981 *apud* VASCONCELOS, 2005). Por sua vez Vasconcelos (2005) afirma:

[...] Com uma equipe preparada para pesquisa de minérios enviada pelo General Rondon, entre 1941 e 1943, Dequech comandou a Expedição Urucumacuan, que percorreu a região em busca de possíveis jazidas de ouro no rio Pimenta Bueno e seus afluentes. Naquele período, manteve freqüentes contatos com os índios da região, inclusive os Aikanã – por ele referidos como “Massacá”, e documentou, com detalhes, todos os contatos e atividades que desenvolveu durante sua viagem.

Nas palavras de Carlos Aikanã (2015), “[...] os aikanã desconheciam a existência do SPI” assim como de seus direitos sobre a terra, por esta razão não reivindicaram seu território.

O território tradicional dos Aikanã, nas cabeceiras do rio Pimenta Bueno, abrangia uma parte considerável do sudeste do estado, e os vizinhos tradicionais eram os Kanoê e Kwazá (também de línguas isoladas), Salamã (Tupí, Mondé), Mekens e Wayoró (Tupí, Tuparí), Kepkiriwat (Tupí, extinto) e Latundê (Nambikwára do Norte). Provavelmente, houve contatos esporádicos com povos das cabeceiras do rio Branco também, como os Tuparí (Tupí, Tuparí), Arikapú e Djeoromitxí (Macro-Jê, Jabutí) (VOORT 2013, p. 359).

As lembranças dos velhos sobre suas terras contam da fartura dos recursos naturais e a fertilidade da terra, boa para os cultivos dos roçados. Lembra também a abundância de animais, inclusive de peixes e da caça, ainda a grande diversidade de frutas nativas e das ervas medicinais, enfim, de todos os recursos que se encontravam em seu antigo território (AIKANÃ, 2015).

Ao ser removido para atual terra indígena, não são mais encontrados o que tinha como na outra terra antigo. Porque a

terra é pobre, não existem muitos rios nesta área que tenha peixes de qualidade. Deste modo o trabalho da roça não é muito produtivo, pelo fato de as pessoas que vivem na aldeia central Tubarão estarem fixo na terra arenosa. Mesmo sendo a terra fraca e poucos recursos naturais, os povos Aikanã ainda se dedica com a lavoura da roça (AIKANÃ , 2015).

Os territórios indígenas, não sendo devidamente demarcados, perdem importantes áreas que podem guardar espaços simbólicos, como, por exemplo, os cemitérios ou antigas aldeias. Embora sendo espaços importantes ao povo, não são respeitados; neste sentido se compreende melhor a fala de Carlos Aikanã, solicitando um desvio da rodovia RO-391, onde se encontrou vestígios de uma aldeia aikanã. Estas são áreas que lembram a sua história e suas perambulações, que remetem a uma territorialidade tradicional:

Outras questões importantes que cito e ressalto é sobre a descoberta do cemitério, durante a construção do alargamento da rodovia RO-391, perto da ponte sobre o rio Pimenta Bueno, dois quilômetros para baixo da barra do rio Chupinguaia e 15 quilômetros do centro da cidade Chupinguaia (RO), ou seja, no entorno da Terra indígena Tubarão Latundê. Várias ossadas, dentes, artefatos de cerâmicas e de pedra foram encontrados. Os Aikanã, sem nenhuma dúvida afirmaram que ossos e objetos são dos seus antepassados que tiveram uma grande aldeia no lugar dos achados. Ainda, os Aikanã afirmam e que tem prova que naquela região e a margens do rio Pimenta Bueno povoava a maioria dos Aikanã, antes de serem removidos para nova área que hoje vivem (AIKANÃ, 2015).

A desterritorialização exprime a perda do território, da identidade cultural e da própria vida. Neste sentido, os povos destas terras indígenas em Rondônia estão em luta contínua pela (re) territorialização, o que significa manter suas terras e seu modo de viver. Ao cobrar o direito à diferença, os povos indígenas “estão dizendo a todo o momento: que viver (de acordo com) a sua própria cultura – ou existir enquanto coletividade distinta – não se dissocia de viver em suas terras. Estar na terra, viver com/na terra é ‘*condição de existência*’ dos modos de vida desses povos” (COELHO *et al*, 2017). Esta condição de existência dos povos indígenas está constantemente ameaçada, tanto nas áreas de florestas quanto das regiões de cerrados do estado.

Uma importante questão diz respeito às explorações que ocorreram no passado por parte dos não-indígenas, como, por exemplo, a extração da madeira de lei. Nesse sentido, Carlos Aikanã comenta sobre as invasões de madeireiros que acabaram por explorar toda a área, deixando um grande prejuízo ao povo pois

difícilmente a floresta degradada vai se recompor. Também é sobre esta questão que a terra indígena se vê empobrecida, pois ainda existiam muitas madeiras até a década de 1970, junto com a abundância de caça, hoje rarefeita.

[...] na época em que o povo Aikanã chegou a essa terra foi no ano aproximadamente de 1970, e nesta área existiam ainda madeiras, eram áreas de florestas, com madeira de lei, como o mogno, cerejeira e cedro-rosa e outras espécies de madeiras (...). Hoje é muito difícil de encontrar um pé de mogno com a copa grande, mas ainda restam outras espécies de madeiras, mas madeira de lei como o mogno está escasso (AIKANÃ, 2015).

Portanto, as explorações da terra indígena levam a inúmeros prejuízos, como a em relação à caça, assim comentada:

[...] outra coisa que se percebe nessa área que [...] os animais da região estão desaparecendo, a zoeira do motosserra, leva as caças fugirem para mais longe, onde podem ter seus abrigos para reproduzirem os seus filhotes e conseguir os alimentos. Devido isso fica difícil de encontrar a caça com mais facilidade e, quando encontra é num lugar muito distante (idem).

As pressões pela terra e a degradação da área levam a mudanças no padrão da territorialidade, pois os movimentos pelo território são importantes momentos de aprendizagem. As coletas, as caçadas e pescarias, quando não são mais realizadas ou mesmo diminuem, causam grande modificação na cultura e modo de viver. Infelizmente, é fato que os jovens têm saído para trabalhar fora da terra indígena, alterando ainda mais seu modo de vida.

Uso e conservação dos recursos naturais

A resistência é grande! Com a manutenção, sobretudo, da língua, a cosmologia é mantida. Existe entre os Aikanã um rico conhecimento cultural, voltado aos usos e manejos dos recursos naturais. Ao analisar o uso dos recursos naturais pelos povos indígenas é sem dúvida importante frisar que os conceitos de “natureza” e o seu “uso” estão relacionados às suas cosmologias, às suas visões de mundo operando em outras lógicas.

Considerando o uso dos recursos naturais da Terra Indígena Tubarão Latunde, observam-se alguns dos saberes Aikanã. Em um breve levantamento foram nomeadas espécies vegetais, entre estas frutíferas e madeiras, que são úteis no cotidiano, e que denotam a importância ambiental da área de transição cerrado-amazônia e seu uso

pelos indígenas. Destacam-se na alimentação as coletas nas palmeiras buriti e patuá, e frutas como jatobá, mirindiba, buriti, cajá, jenipapo, pariri, laranjinha, pama, mão de gato entre outras. Outro alimento é o gongo, larva que se desenvolve em palmeiras e que é importante na dieta tradicional de vários povos indígenas.

Outros conhecimentos tratam da fauna, descrevem os problemas que já enfrentam devido à escassez dos recursos em uma terra indígena cercada por pastagens e pela soja, onde os animais vivem confinados pois não tem alimento fora das terras indígenas e meio de se reproduzirem. Os saberes sobre os comportamentos dos animais indicam quais são e onde estão os alimentos procurados pela fauna, como, por exemplo, o mutum, a paca e o queixada que se alimentam de várias frutas como buriti, pequi, mirindiba e côco. Observa-se os saberes do comportamento da fauna, a importância do alimento a ser preservado, que são as frutas dos cerrados e da mata.

[...] o queixada-eroe se alimenta de buriti, semente de seringueira e de outras árvores de frutas da floresta. O queixada está distribuído em algumas partes da terra indígena Tubarão Latundê. E os queixadas só vivem onde tem farturas de alimento (AIKANÃ, 2015).

Fica claro, portanto, que os cerrados, para o povo Aikanã, tem inúmeros e diferentes usos, essenciais para sua vida no dia a dia, mas que vem sendo destruídos à medida que a ocupação do entorno avança sobre seu território.

Muitas dessas populações [da Amazônia], hoje detentoras e geradoras da maior parte dos recursos agroecológicos na Amazônia brasileira, encontram-se em processo de transformação, enquanto boa parte das plantas cultivadas e dos conhecimentos a elas associados, em diversas regiões da Amazônia e no mundo inteiro, estão sendo perdidos. Cabe perguntar se a agrobiodiversidade pode ser mantida – ou continuar sendo criada – em contexto de globalização acelerada. Em outras palavras, há espaço e futuro para modelos de tipo socioambiental frente aos desenvolvimentistas? (LÉNA, 2002).

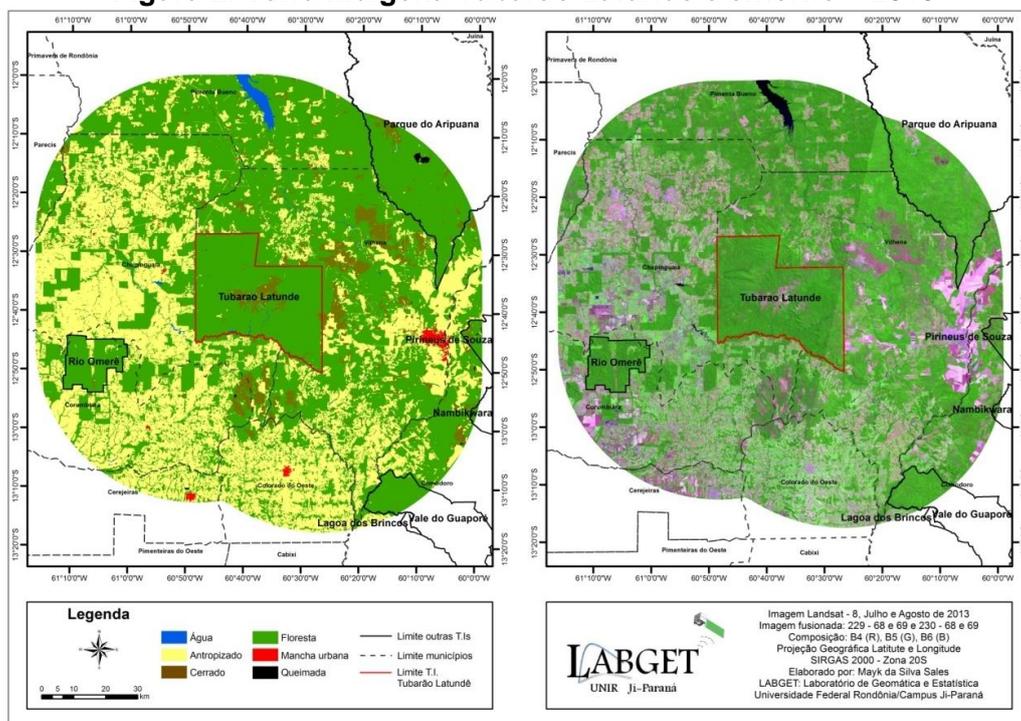
Em especial, os diferentes usos dos recursos naturais por indígenas e não indígenas acaba por definir as diferentes e contrastantes paisagens. Neste sentido, concordamos com a afirmação de Balée (2008, p. 9), segundo o qual “[...] paisagens são encontros de pessoas e lugares cujas histórias estão impressas na matéria,

incluindo mat6rias vivas”. Por um lado, as paisagens do desmatamento; e de outro, a conserva73o destes recursos em geral com a cobertura da vegeta73o.

Diferentes paisagens na Terra Ind6gena Tubar3o Latund6 e seu entorno

Exp6e-se a seguir um mapa de localiza73o da terra ind6gena Tubar3o latunde, parte da 3rea de estudo, tendo como centro a T.I. Tubar3o e os 50 km ao seu redor. As terras ind6genas mais pr6ximas est3o assim localizadas: a oeste, a T.I. Rio Omere e a Kwaza do rio S3o Pedro; ao sul e a leste, as terras dos Nambiquara, sendo T.I. Pirineus de Souza e Vale do Guapor6 no estado do Mato Grosso; e a nordeste, o Parque do Aripuan3, territ3rio dos Cinta Larga e de parte dos Sabane (Nambiquara). Na figura, o mapeamento do uso do solo, no ano de 2013, aponta as grandes 3reas de agricultura circundantes e as terras ind6genas como conservadoras da vegeta73o, cerrado e transi73o para a floresta amaz3nica. Como j3 foi descrito anteriormente, o entorno das terras ind6genas est3 comprometido com diferentes usos e diversas formas de degrada73o. Em geral, este uso e a ocupa73o v6m causando impactos socioambientais negativos, al6m da extra73o da madeira, queimadas, desmatamentos e cria73o extensiva de gado, as monoculturas de gr3os, em especial a soja, j3 se encontram nos limites da terra ind6gena Tubar3o.

Figura 2: Terra ind6gena Tubar3o Latunde e entorno – 2013



Elaboraç3o Mayk da Silva Sales (2013).

Com a construção das usinas de Jirau e Santo Antonio (Porto Velho) também foram construídos os linhões de transmissão e torres de alta tensão, sendo que algumas delas estão muito próximas da terra indígena. As palavras de Carlos Aikanã resumem a preocupação com a atual situação do entorno:

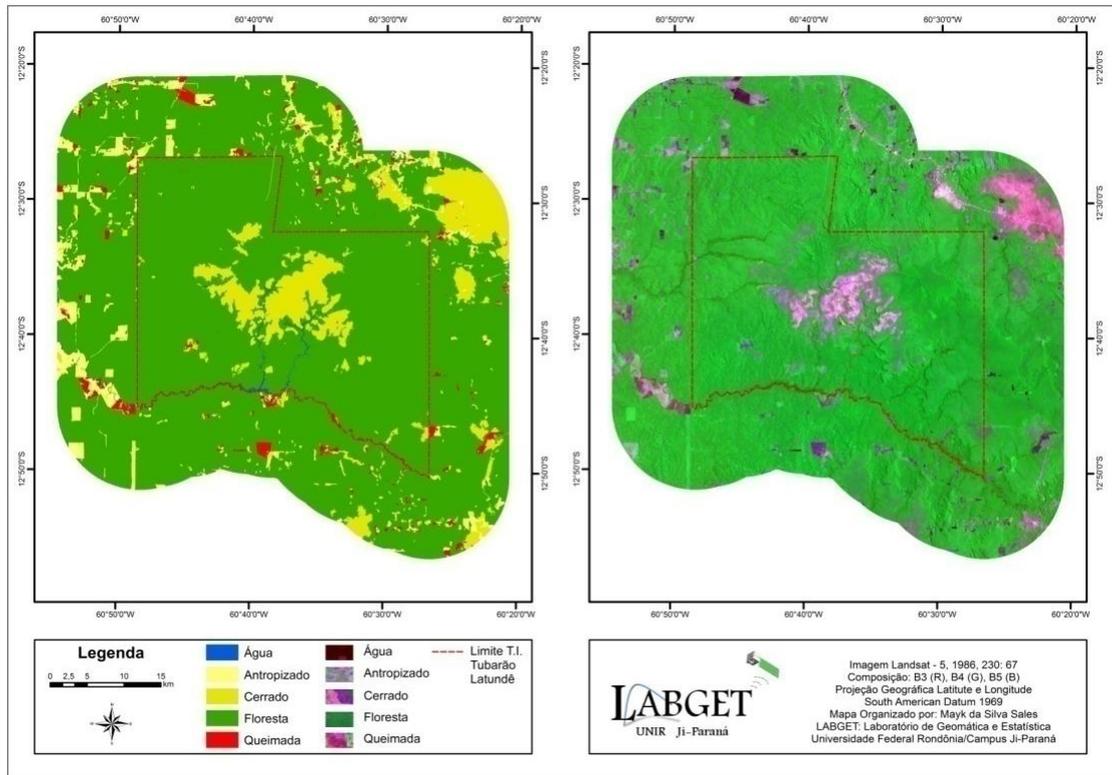
Atualmente, pelo que observamos o entorno da nossa Terra Indígena Tubarão/Latundê modificou muito, já não são como era antes quando o povo dos Aikanã chegou a esta área após de serem deslocados pelos homens brancos, porque antes as florestas cobriam as distâncias de quilômetros além dos limites da nossa área. (AIKANÃ, 2015)

Outra questão importante de se ressaltar é em relação aos cultivos de soja. Como também comentado anteriormente, estas estão no entorno das terras indígenas da região sul de Rondônia. Os indígenas também informaram que “existem ocasiões em que os produtores da soja jogam as embalagens de agrotóxico com resíduos direto nas terras indígenas - tendo havido inclusive situações em que índios pegaram os galões usados por achar bonito, limparam-nos e usaram até para armazenar água para consumo humano” (Repórter Brasil, 2009).

[...] como a nossa terra fica um pouco próximo desta plantação, acaba nos prejudicando, os agrotóxicos para o combate das pragas que ataca as plantas. Com isso, o vento leva o veneno para outros lugares acabando prejudicando muitas coisas como, os insetos, os pássaros. Os insetos ao fugirem para outros cantos muitos caem no rio, lagoa e igarapé e onde os peixes aproveitam destes insetos alimentando-se e acabando por ser contaminado pelo veneno. Também o vento e a chuva pode levar o veneno para os igarapés e rios contaminando-os. A nossa preocupação com estes tipos de problemas é, porque as pessoas da nossa aldeia, às vezes vão a este lugar para pescar e, correndo o risco de serem contaminados pelo veneno químico ao ser ingerido peixes pescado por famílias e, porque nem todas as pessoas adultas da aldeia tem consciência disso e, ainda mais criança que não conhece estes tipos de problemas que causam mal a vida (AIKANÃ, 2015).

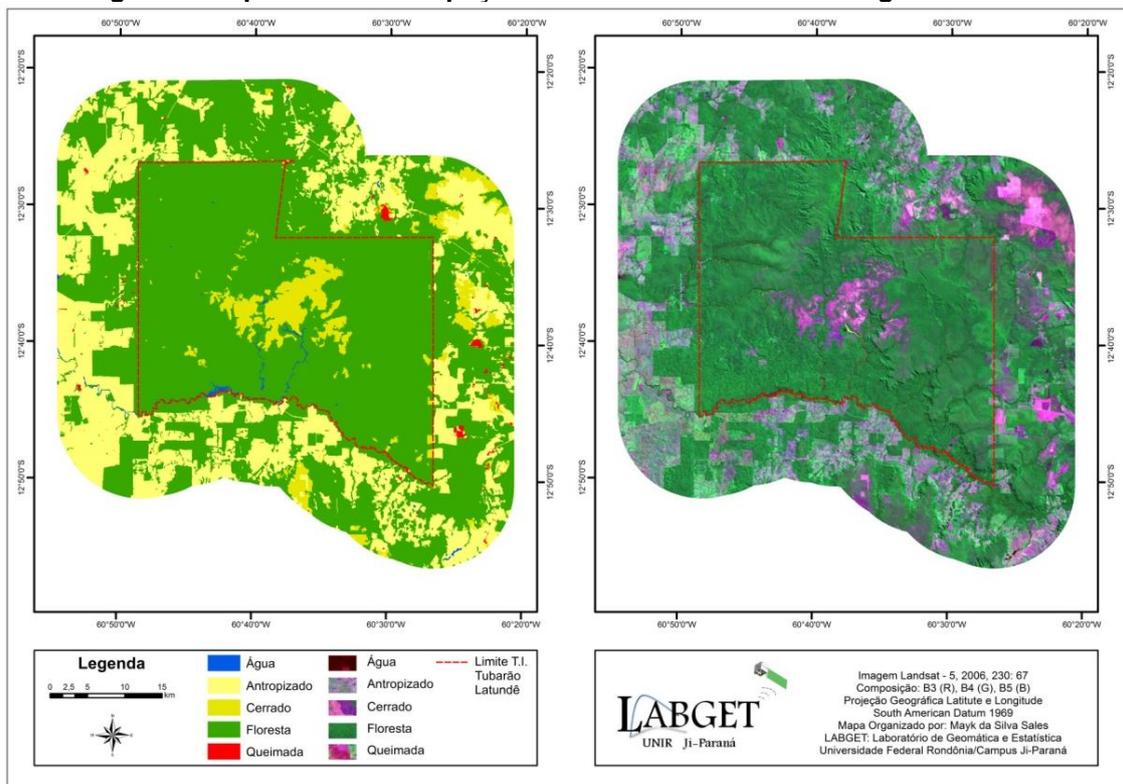
Em dois mapeamentos, um de 1986 e outro de 2006, compara-se o avanço da ocupação em torno da terra indígena. Em 1986, são poucas áreas abertas para agropecuária, quando se observa a floresta e os cerrados conservados. Em 2006, a abertura da vegetação já é intensa, tendo ficado a terra indígena bem limitada; observa-se em seu interior apenas manchas de cerrados (figuras 3 e 4).

Figura 3: Mapa de uso do solo em 1986: Terra Indígena Tubarão Latunde



Elaboração Mayk da Silva Sales (2013).

Figura 4: Mapa de uso e ocupação do solo em 2006: Terra Indígena Tubarão



Elaboração Mayk da Silva Sales (2013).

Os Recursos hídricos na terra Indígena Tubarão Latunde

A terra indígena está localizada nas bacias hidrográficas dos rios Pimenta Bueno e Comemoração. Em relação aos recursos hídricos, podemos afirmar que para a população indígena os rios são parte fundamental de suas existências. No trecho a seguir, Carlos Aikanã explica sobre a situação dos rios, já sentindo a falta de peixes em parte por conta da construção de barragens:

E os peixes deste Rio-Pimenta estão diminuindo, devido a barragem [...] isso impede a subida de vários peixe onde pescamos e, também os peixe que tem no rio são migratório, por motivo disso não conseguimos a pesca suficiente para alimentação. Os peixes que pescamos no rio maior, como no rio Pimenta são: pacu, piau, piranha, pintado, peixe-cachorro e mandi. O que mais pescamos são os peixes pequenos nos igarapés e lagoas, como: carás, lambari, traíra e jejum. Onde antes o povo Aikanã vivia a 16 quilômetros mais ou menos abaixo do rio Pimenta, costumava-se pescar muito peixe grande, ali tinha fartura de peixe, ninguém sentia falta de peixe porque povoavam bem próximo das margens do rio que dava muito peixe. Pintado, pacu, piau, pirara e barbado. Hoje as pessoas da comunidade passa por necessidade de alimentar peixe (AIKANÃ, 2015).

O mapeamento das nascentes das bacias hidrográficas, onde se localiza a terra indígena Tubarão Latunde, mostra a riqueza de nascentes e cursos d'água da região. No interior da terra indígena existem vários igarapés e rios menores; no entanto, os rios principais passam pela terra mas nascem em fazendas, e nem sempre estão livres de contaminações ou degradações das nascentes, configurando uma preocupação imediata e também futura, pois o grande número de nascentes pode estar comprometido por diferentes usos.

Algumas considerações (finais)

Aqui procuramos refletir sobre as terras indígenas que localizam-se na área de transição Cerrado-Amazônia, no estado de Rondônia. Os cerrados, neste estado, pela sua posição geográfica, são considerados de grande relevância. Entretanto, como demonstrado, é intensa a ocupação pelas grandes monoculturas assim como a

degradação destas áreas. Enfocou-se a terra indígena Tubarão Latunde, o povo Aikanã e sua atual conjuntura devido às pressões socioambientais sofridas. Priorizou-se a pesquisa sobre o entorno da terra indígena, para entender a ocupação da região e seus impactos. Os mapeamentos com imagens de satélite contribuíram para revelar as áreas de uso e ocupação da terra e a evolução do desmatamento na região estudada. Diante deste quadro buscou-se analisar a dinâmica de ocupação que revela a situação atual de comprometimento ambiental do entorno da Terra Indígena, a partir do mapeamento multitemporal com utilização de imagens orbitais. Visualiza-se, assim, a fragmentação da vegetação de transição Cerrado-Amazônia, e como em outros estados vem ocorrendo a substituição, ou seja, a destruição intensa dos cerrados pelas monoculturas de grãos.

Neste cenário, as terras indígenas apresentam-se como ilhas em espaços cada vez mais fragmentados. Por este motivo os povos indígenas, em um futuro próximo, podem ter graves problemas para sustentar seus recursos naturais (GOMIDE, 2009). No entanto, ressalte-se que as terras indígenas na Amazônia são importantes contribuições na conservação da sociodiversidade, assim como da biodiversidade.

Por fim, propõe-se que existam políticas de proteção às terras indígenas, com a implantação, por exemplo, de corredores de sustentabilidade entre as terras, para que as últimas áreas florestais contínuas possam ser mantidas, conservando, assim, a integridade dos povos indígenas em seus territórios.

Referências

AIKANÃ, Carlos. **Terra Indígena Tubarão Latunde, seus recursos naturais e uma Proposta de plano de gestão ambiental e territorial** Trabalho de conclusão de curso Departamento de Educação Intercultural/Unir Rondônia. 2015.

ALVES, Vicente Eudes (Org.) **Modernização e regionalização nos cerrados do centro norte do Brasil oeste da Bahia sul maranhão e do Piauí e leste Tocantins**. Ed Conferencia /FAPESP. 2015.

AZEVEDO, A., Alencar, A., Moutinho, P., Ribeiro, V., Reis, T., Stabile, M., Guimarães, A. 2016. **Panorama sobre o desmatamento na Amazônia em 2016**. IPAM, Brasília, DF, 2016.

BINSZTOK, Jacob et al. **Projetos Integrados de Colonização: Paradigma da Contra-Reforma Agrária Promovido Pelo Regime Militar Nos Anos 70 Na Amazônia**. In BINSZTOK, Jacob; Tubaldini, M. A. (Org) sociedade, ruralidade, ambiente e comunidade em Rondônia :desafios e perspectivas. Belo horizonte. Fino traço editora. 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do uso de Agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Européia** - São Paulo: FFLCH-USP, 2017.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE **Mapeamento do uso e cobertura do Cerrado Projeto Terra Classcerrado. 2013.** MMA. BRASÍLIA 2015.

BURSZTYN, M. *In*: DUARTE, LAURA M. G. E THEODORO, SUZI (Org). **Dilemas do cerrado – entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

CAMPOS, Nazareno. **Populações tradicionais e formas de uso comum.** Transformações atuais em áreas de fronteiras agrícolas. *In*: ALVES, Vicente (Org.) Modernização e regionalização nos cerrados do centro norte do Brasil oeste da Bahia sul maranhão e do Piauí e leste Tocantins. Ed conferencia /FAPESP, 2015

COELHO DE SOUZA, Marcela; MOLINA, Luisa; LEWANDOWISKI, Andressa. Demarcação das terras indígenas. A memória da terra: o que o marco temporal não pode apagar. **Le monde diplomatique Brasil**, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA DE RONDÔNIA. **O Cerrado de Rondônia também está ameaçado.** 2014.

CONAB. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. 2016. **Acompanhamento de safra brasileira:** grãos, décimo levantamento, julho 2016/ Companhia Nacional de Abastecimento. – Brasília: Conab, 2016. Publicação mensal.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** grãos, décimo levantamento, julho 2017/ Companhia Nacional de Abastecimento. – Brasília: Conab, 2017. Publicação mensal.

COUTINHO Leopoldo M. O Cerrado e a Ecologia do Fogo. **Ciência Hoje.** Vol. 12, nº 68: 22-30, Rio de Janeiro, 1990.

DUARTE, Laura M. G. E THEODORO, Suzi (Org). **Dilemas do cerrado – entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo.** Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

EITEN. The cerrado vegetation of Brazil. **The Botanical Review**, 38 (2): 201-341, 1972.

EMBRAPA. **Mapeamentos de cobertura vegetal do bioma cerrado:** estratégias e resultados. Documento 190. Novembro 2007.

FERREIRA, Maria. Rondônia: principais fases de desenvolvimento. *In*: ALMEIDA DA SILVA, A. et al (Org). **Colonização, território e meio ambiente em Rondônia.** Reflexões Geográficas. Porto Velho.

FERRI, M. **IV Simpósio sobre o Cerrado**, EDUSP, São Paulo e Livraria Itatiaia Editora Ltda, Belo Horizonte, 1977.

GANDRA, Alana. **Estudo prevê extinção de um terço de espécies nativas do cerrado em 30 anos.** Reportagem. Agência Brasil. 23 de março de 2017.

GOMIDE, Maria Lucia C. **Maranhã bododi a territorialidade Xavante nos caminhos do Ró- cerrados.** Tese doutorado. Dep. Geografia. FFLCH/USP. São Paulo, 2009.

HAESBAERT, R. PREFÁCIO do livro ALVES, Vicente (Org.) **Modernização e regionalização nos cerrados do centro norte do Brasil oeste da Bahia sul maranhão e do Piauí e leste Tocantins**. Ed conferencia /FAPESP, 2015.

_____. **O Mito da desterritorialização**. Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Ed. Bertrand Brasil. 2004.

KLINK, C. A; MACHADO, R. A conservação do cerrado brasileiro. **Megadiversidade**. São Paulo, v. 1, n. 1, p. 147-155, jul. 2005.

KOPENAWA, Davi e ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã Yanomami. Prefacio de Eduardo Viveiros de Castro. SP. Ed. Companhia das Letras 2015.

LISBOA, Pedro. **Rondônia colonização e floresta**. Programa POLONOROESTE relatório de pesquisa.n.9 Cnpq. Brasília. 1990.

MESQUITA Helena Angélica de. **CORUMBIARA: O Massacre dos camponeses**. Rondônia, Tese de doutorado. Departamento de Geografia FFLCH/USP. São Paulo, 2001.

MEZACASA, Roseline. **Uma visita aos escritos de Erland Nordenskiöld**: entre indígenas e seringais no vale do Guaporé. *In*: PINHEIRO, Z.; Barboza, J.J.; Santos, A. M. (Orgs). **Tradições reinventadas**. Editora temática, Porto Velho, 2017.

MIRANDA, Izildinha Souza; ALMEIDA, Samuel Soares, DANTAS†, Paulo Jorge **Florística e estrutura de comunidades arbóreas em cerrados de Rondônia**, Brasil - Revista Acta Amazônica Vol. 36(4) 2006, 419-430.

RAMBALDI, Denise; OLIVEIRA, Daniela A. S. (Orgs). **Fragmentação de ecossistemas causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas**. Brasília. MMA/SBF 2005.

REPÓRTER BRASIL. **Conexões Sustentáveis São Paulo – Amazônia. Quem se beneficia com a destruição da Amazônia**. ONG Repórter Brasil e Papel Social Comunicação. 2008.

_____. **O Brasil dos agrocombustíveis**. ONG Repórter Brasil e Papel Social Comunicação. 2009.

ROLLA, Alicia; RICARDO, Fany. **O desmatamento em Rondônia avança sobre áreas protegidas. Notícias socioambientais**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 14 jul. 2005. Disponível em www.socioambiental.org. Acesso em: 22 jan. 2017.

ROBERT *et al.* **A beleza das roças**: agrobiodiversidade Mebêngôkre-Kayapó em tempos de globalização Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém, v. 7, n. 2, p. 339-369, maio-ago. 2012

SALES, Maik da Silva. **Relatório final do projeto Pibic A Cartografia temática no diagnóstico socioambiental da T.I. Tubarão Latundê/ RO**. 2013/2014. Departamento de Engenharia Ambiental. Universidade Federal de Rondônia, 2014.

SILVA, Ricardo G. **A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. GEOUSP – espaço e tempo online.** São Paulo v.18. n.2. p. 298-312, 2014.

THÉRY, Hervé. **Rondônia Mutações de um Território Federal na Amazônia Brasileira.** Tese doutorado. Universidade Paris I em 15 de Junho de [1976]. 2012.

_____. O que aconteceu desde então? Posfácio do livro Estradas e desmatamento na Amazônia brasileira: Rondônia 1974-1996. (Posfácio, 2010)

_____. **Estradas e desmatamento na Amazônia brasileira: Rondônia 1974-1996.** [1996] 2010 Tradução de um artigo publicado na revista M@ppemonde 3/97: Disponível em: <<http://www.mgm.fr/PUB/Mappemonde/M397/Thery.pdf>>, Acesso em set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **ATLAS BRASILEIRO DE DESASTRES NATURAIS: 1991 a 2012 /** Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. 2. ed. rev. ampl. – Florianópolis: CEPED UFSC, 2013.

VASCONCELOS, Ione P. Aikanã. In: RICARDO, Fany Pantaleoni (Org.). **Enciclopédia dos povos indígenas.** São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/aikana>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

VOORT, Hein Van Der. **Fala fictícia fossilizada: o tempo futuro em Aikanã** Bol. Museu Paraense Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém, v. 8, n. 2, p. 359-377, maio-ago. 2013.

WARMING, E. Lagoa Santa, in Warming, E. & Ferri, M.G. **Lagoa Santa e a Vegetação de Cerrados Brasileiros,** EDUSP, São Paulo e Livraria Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1973.

Sites pesquisados

www.socioambiental.org

www.imazon.org.br

www.ibge.gov.br

*

Agradecemos pela disponibilização dos mapas feitos por Mayk da Silva Sales (Departamento Engenharia ambiental- Universidade Federal Rondônia) durante desenvolvimento de projeto PIBIC -2013-2014, sob nossa orientação – Prof^a. Maria Lucia Cereda Gomide.

Sobre os autores

Maria Lucia Cereda Gomide – Professora da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, Departamento de Educação Intercultural. Pós-doutorado, no programa de Pós-graduação de Geografia Física da FFLCH/ Universidade de São Paulo. (2009-2010), e pós doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina UFSC, Departamento de Geografia(2017-18). Doutora em Geografia Física pela FFLCH-USP (2009), mestre em Geografia Humana pela FFLCH/USP (2004), ambos com bolsa do Cnpq. Atualmente pesquisa principalmente na área de geografia humana, e em educação escolar intercultural. Possui formação em ilustração científica botânica, tendo participado de

várias exposições. Menção Honrosa do Prêmio Capes de Tese 2010, área de Geografia.. **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0002-5878-4800>

Carlos Aikanã – Professor indígena da escola da T.I. Tubarão Latunde, graduado pelo Departamento de Educação intercultural da Universidade Federal de Rondônia **Orcid**: <https://orcid.org/0000-0002-6172-1536>

Como citar este artigo

GOMIDE, M. L. C; AIKANÃ, C. Terras indígenas em áreas de transição Cerrado-Amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 233-258, dossiê., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Maria Lucia Cereda Gomide** e **Carlos Aikanã** ficaram responsáveis pelo desenvolvimento teórico conceitual; pela aquisição, interpretação e análise de dados e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 11 de abril de 2019.
Aceito para a publicação em 16 de setembro de 2019.

O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas

Elson Pereira de Almeida

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá, Pará, Brasil
e-mail: geo.elsonalmeida@gmail.com

Maria Rita Vidal

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Marabá, Pará, Brasil
e-mail: ritavidal@unifesspa.edu.br

Resumo

O trabalho trata da importância de se utilizar elementos de etnomapeamento para a instrumentalização das aulas de Geografia, sendo desenvolvido na Escola Estadual *Tatakti Kyikatêjê*, na Terra Indígena Mãe Maria, aldeia *Kyikatêjê* (sudeste do Pará), com aplicações práticas dos elementos de etnomapeamento com alunos do 6º ano. A inexistência de materiais didáticos, na compreensão e entendimentos nos estudos das paisagens da aldeia, levou o trabalho a fazer proposições de aplicações práticas dos elementos de etnomapeamento na escola indígena, e a elaborar junto com os alunos um Perfil Geoecológico contendo os elementos que condicionam a paisagem da aldeia. O mapa foi elaborado com o auxílio e uso das tecnologias de informação geográfica, o *software CorelDraw*. Fazendo uso dos referenciais teóricos de cunho sistêmico e geoecológico, adotou-se a definição de etnomapeamento segundo a concepção de autores como Almeida (2003), Correia (2007) e Acserald e Coli (2008). O trabalho se desenvolve com a delimitação da área de estudo, aulas expositivas, trabalho de campo e composição gráfica do novo Perfil Geoecológico. Como resultado tem-se a elaboração do novo Perfil Geoecológico da aldeia, o que proporcionou um ensino significativo aos alunos.

Palavras-chave: Ensino de geografia; povos indígenas; perfil geoecológico.

The use of elements of ethnometry in geography education in indigenous lands

Abstract

The paper deals with the importance of using ethnomapping elements for the instrumentation of Geography classes, being developed at the *Tatakti Kyikatêjê* State School in the Mãe Maria Indigenous Land, *Kyikatêjê* village, with practical applications of the ethnomapping elements with 6th grade students. The lack of didactic material in the understanding and understanding in the studies of the landscapes of the village led the work to make proposals of practical applications of the elements of ethnomapulation in the indigenous school and to elaborate with the students a Geoecological Profile containing the elements that condition the landscape of the village. Being developed with the aid and use of the technologies of geographic information, the software *CorelDraw*. Using the theoretical references systemic and geoecological, the definition of ethnomapulation according to the conception of some authors as the one of Almeida (2003), Correia (2007), Acserald and Coli (2008) was adopted. The work is developed with the delimitation of the study area, lectures, field work and graphic composition of the new Geoecological Profile. As a result, the new Geoecological Profile of the village has been elaborated, which has provided significant teaching to the students.

Keywords: Teaching geography; indian people; profile geoecological.

El uso de elementos de etnomapeamiento en la enseñanza de geografía en tierras indígenas

Resumen

El trabajo trata sobre la importancia de utilizar elementos de etnomapeamiento para la instrumentalización de las clases de Geografía, siendo desarrollado en la Escuela Estadual Tatakiti Kyikatêjê, en la Tierra Indígena Madre María, aldea Kyikatêjê, con aplicaciones prácticas de los elementos de etnomapeamiento con alumnos del 6º año. La inexistencia de materiales didácticos en la comprensión y entendimientos en los estudios de los paisajes de la aldea, llevó el trabajo a hacer proposiciones de aplicaciones prácticas de los elementos de etnomapeamiento en la escuela indígena ya elaborar junto con los alumnos un Perfil Geoecológico conteniendo los elementos que condicionan el paisaje de la tierra pueblo. Siendo elaborado con la ayuda y uso de las tecnologías de información geográfica, el software CorelDraw. En el siglo XVIII, El trabajo se desarrolla con la delimitación del área de estudio, clases expositivas, trabajo de campo y composición gráfica del nuevo Perfil Geoecológico. Como resultado se tiene la elaboración del nuevo Perfil Geoecológico de la aldea, lo que proporcionó una enseñanza significativa a los alumnos.

Palabras clave: Enseñanza de geografía; pueblos indígenas; perfil geoecológico.

Introdução

A representação espacial de uma dada área é o ponto de partida para examinar os processos de mudanças na paisagem, sendo uma ferramenta direta para o trabalho didático em sala de aula indígena, se constituindo ainda como importante meio para a gestão dos territórios e compreensão do meio onde se vive.

Com a inserção de novas tecnologias e de novos olhares sobre os povos e comunidades indígenas, a cartografia tomou espaço nos territórios tradicionais, não como uma cartografia ocidental, mas sim como uma ferramenta sociocultural que busca mapear as características da cultura, dos costumes, da tradição, dos usos dos recursos naturais e do território tradicional (MARCHADO, 2014).

Os procedimentos de mapeamento e a elaboração de perfis geoecológicos são instrumentos úteis para a sistematização, interpretação, comunicação e aprendizado sobre os aspectos da paisagem. O etnomapeamento se apresenta como uma ferramenta útil no ensino de Geografia para aplicações práticas.

Em relação à localização e representação dos objetos no espaço, os mapas cartográficos ocidentais diferem dos mapas a partir do Etnomapeamento. Enquanto os primeiros se limitam à uma representação objetiva do espaço com diversas regras de uso e de elaboração, o Etnomapeamento – ou mapa cultural – visa mostrar a realidade conhecida-vivida pelos indígenas a partir da cartografia.

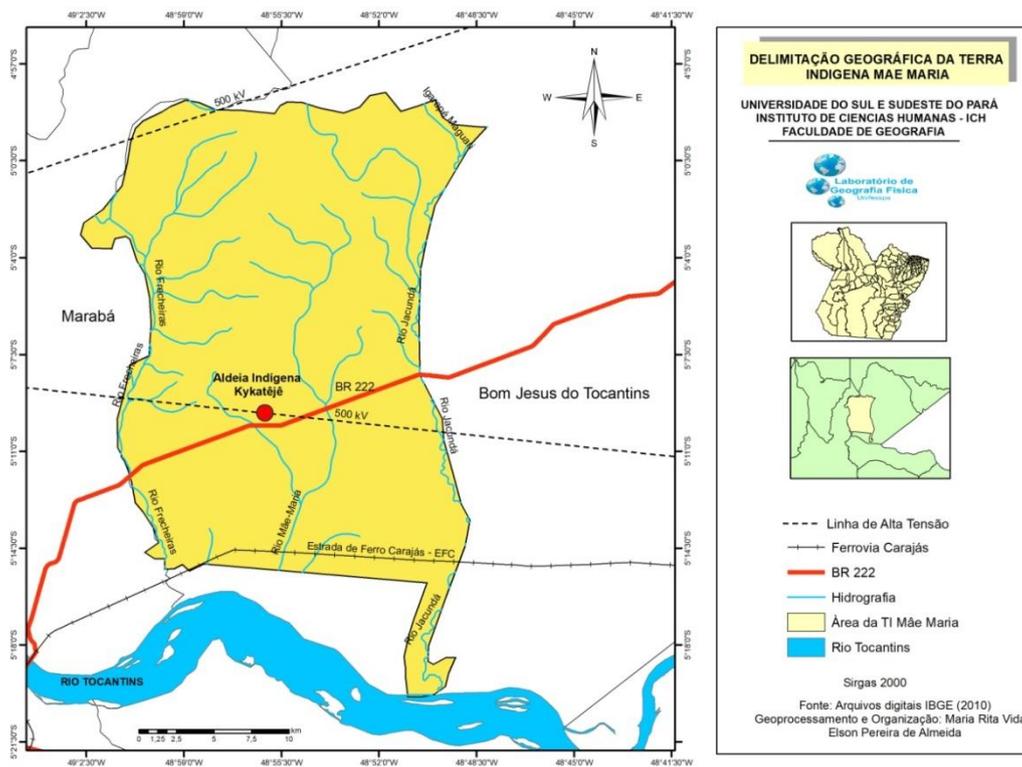
Ações que envolvam metodologia dos mapeamentos participativos possibilitam a reflexão para os problemas da terra indígena e para as soluções dos conflitos em seu território a partir de suas próprias percepções (CORREIA, 2007). Assim, quando as comunidades pensam em fazer sua própria cartografia, elas não estão pretendendo somente retratar o espaço físico, mas afirmar seus modos de vida e as questões sobre a importância de manutenção das áreas protegidas para a conservação ambiental, questões presentes na região Sudeste do Pará.

O desenvolvimento de metodologias com mapeamento participativo como uma ferramenta pedagógica, que leve o diálogo científico entre diferentes atores (universidade e escola indígena), através da construção coletiva do perfil geoecológico, possibilita levantar questões de como os alunos Kyikatêjê lidam com os saberes ambientais e como vêm fazendo releituras culturais do seu território e da paisagem por meio da cartografia.

Dessa forma, objetiva-se apresentar a metodologia de etnomapeamento através do uso do Perfil Geoecológico, como elemento das questões espaciais e das representações indígenas nas aulas de Geografia. Pensar as dinâmicas da paisagem no espaço indígena, expressa pelos alunos através de ferramentas como o perfil geoecológico, possibilita entender as relações desses alunos com etnoecologia, dando visibilidade às realidades e vivências dos Kyikatêjê a partir da cartografia étnica, servindo como instrumento de reflexão e ação para os conflitos enfrentados.

Caracterização da área

O povo indígena *Kyikatêjê* habita a Terra Indígena (TI) Mãe Maria, localizada na bacia hidrográfica do Rio Tocantins, no município de Bom Jesus do Tocantins na Região Sudeste do Pará/Brasil, distante da cidade de Marabá aproximadamente 30 quilômetros (Figura 1).

Figura 1 – Localização da Terra indígena Mãe Maria e Aldeia Kyikatêjê

Fonte: Arquivos digitais IBGE, 2010.
Organizado pelos autores.

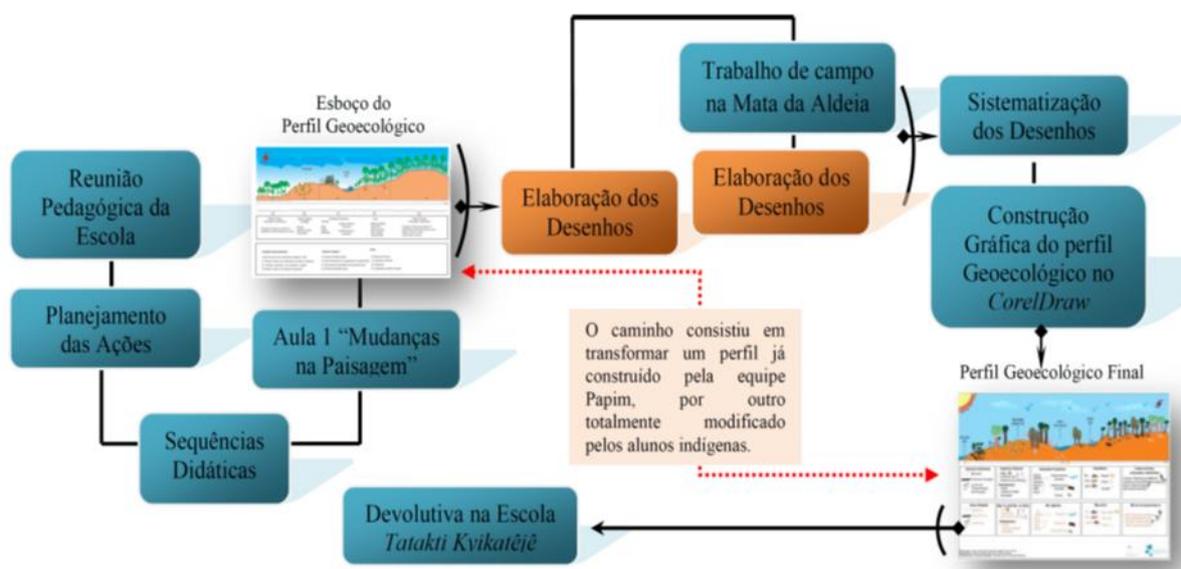
A TI Mãe Maria localiza-se às margens da Rodovia BR-222, entre o Rio Flecheira e o Rio Jacundá, com uma área total de 62.488 hectares, abrangendo inicialmente três povos indígenas: *Parkatêjê*, *Akrãtikatêjê* e *Kyikatêjê* (RICARDO, 1985). Atualmente, existem aproximadamente 14 aldeias independentes dentro da Terra Mãe Maria.

O povo *kyikatêjê* maneja tradicionalmente as Florestas na Amazônia e suas práticas têm contribuições importantes para a preservação desse ecossistema. Porém, suas terras enfrentam impactos ambientais de elevada ordem, advindos dos grandes projetos governamentais implantados, sobretudo, na década de 1970 (BECKER, 2007). Esses impactos podem ser pontuados por: passagem da linha de alta tensão; construção da Estrada de Ferro Carajás; e da BR-222 – as duas últimas com ação direta sobre a Terra Indígena Mãe Maria. A TI tem sofrido também com invasões, pessoas que entram em suas terras para usurpar frutos da mata, a exemplo da Castanha do Pará (*Bertholletia excelsa*), e também a retirada de madeira. Além disso, mudanças na paisagem ocasionadas pelo uso e ocupação nas fazendas ao entorno da TI levam à fragmentação dos habitats, influenciam sobremaneira na dispersão e colonização das várias espécies presentes na Terra Indígena. Essas questões fizeram o professor indígena da aldeia *Kyikatêjê* a fazer proposições de estudos que levassem em consideração alunos da escola indígena na construção de senso crítico sobre as realidades vividas na aldeia.

Procedimentos metodológicos

Para que se chegasse aos desenhos e à construção do perfil, foram necessárias seqüências didáticas aplicadas em sala de aula, no campo e no gabinete (Figura 2).

Figura 2 – Percurso Metodológico para construção do perfil geocológico na aldeia



Fonte: Elaborado pelos autores.

Importa saber que o uso da metodologia de elaboração de perfil não se constitui um fim e sim um meio para a compreensão dos aspectos da paisagem. É, então, uma possibilidade de descrever e entender os aspectos culturais e sociais tendo como ponto de partida os aspectos físicos naturais da aldeia. Os conhecimentos sobre a natureza/ paisagem foram tratados a partir do universo da etnoecologia, pois há sobreposição de conhecimentos dos alunos sobre a paisagem e as concepções tradicionais ocidentais sobre a mesma. As ações do projeto iniciaram-se a partir de reuniões com a Coordenação Pedagógica da Escola Estadual Indígena *Tatakti Kyikatêjê*, para apresentação do projeto e delineamento das atividades. Elegeu-se a turma do 6º ano, tendo a parceria do professor¹ indígena da Escola *Kyikatêjê*. O professor indígena levou ao Laboratório de Geografia Física a demanda para trabalhar junto com os alunos as problemáticas ambientais que perpassam a aldeia. Na

¹O Professor da Escola Estadual indígena *Tatakti Kyikatêjê*, foi aluno do Curso de Geografia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) entre os anos de 2012 e 2017, o que facilitou de sobremaneira o desenvolvimento das atividades junto a TI.

tentativa de abarcar as questões ambientais prementes na aldeia pelo viés da geografia física, elegeu-se o conceito de paisagem para tal intento. Levou-se em consideração que o ensino de geografia no 6º ano deve se apoiar em saídas de campo, leituras de textos e interpretações de mapas.

No planejamento das atividades, com intuito de instrumentalizar as aulas de geografia, foi elaborado – inicialmente por docentes e discentes do curso de geografia e pelo professor indígena – o esboço do Perfil Geoecológico da aldeia. A necessidade de produção de um esboço do perfil geoecológico se deu em função de possibilitar levar aos alunos uma visão sistematizada sobre a paisagem em sua aldeia; sobre esse material pré-construído, foram realizadas todas as outras atividades.

Os materiais utilizados ao longo do Projeto foram: lápis preto, lápis de cor, canetas, papel A4, cartolinas, pincéis, papel cartão, cola branca, cola de isopor, fita gomada; *softwares*: *Qgis* e *Corel Draw*, além de projetor multimídia, notebook, impressões em A0, construção de banner com o perfil para entregar na escola. Para a construção do perfil, pela equipe no Laboratório de Geografia Física, tomou-se como base a bibliografia pertinente aos aspectos físicos e sociais da TI.

Teses, dissertações, artigos sobre a Terra Indígena e seu contexto geográfico regional possibilitaram a construção do perfil, com a disposição das informações sobre imagem de satélite da área. O perfil foi construído através de imagem de satélite em ambiente SIG, impresso inicialmente em A0 para possibilitar trabalhar as informações prévias sobre o entendimento das feições da paisagem na escola. No esboço inicial do perfil, traçaram-se as principais feições de paisagem da aldeia como representações de solo, relevo, hidrografia e vegetação, sendo este o instrumento didático para a compreensão inicial dos alunos sobre os condicionantes da paisagem.

Após todas as atividades desenvolvidas através das aulas, o trabalho de campo e a produção de desenhos (descritas a seguir), sistematizou-se os desenhos e aplicou-se as ferramentas gráficas como vetorização, melhoramento de *pixels* dos desenhos e produção de vetores, para assim compor um novo perfil construído com desenhos/elementos simbólicos dos alunos indígenas.

A produção final do perfil foi composta com duas legendas, uma em português e outra na língua “jê”. Embora o trabalho tenha sido produzido na aldeia que fala duas línguas distintas, todas as atividades foram realizadas em português. Coube ao professor indígena realizar as pontes entre as línguas distintas.

Etnomapeamento

A etnoecologia é o ponto de partida para os estudos sobre interculturalidade, discutida com propriedade por autores como Turnbull (2000), Correia (2007) e Orlove (1991). Ligada a diferentes áreas como a antropologia, biologia, agroecologia e geografia ambiental, a etnoecologia emerge em diferentes disciplinas na busca de estruturar respostas aos diferentes sistemas de saberes tradicionais e ambientais.

A etnoecologia é uma disciplina holística onde interagem fenômenos práticos e intelectuais, tendo no centro da análise processos concretos por meio dos quais uma pessoa – com sua família, comunidade, ou grupo cultural– produz e reproduz suas condições materiais (CORREIA, 2007, p. 58).

De acordo com Correia (2007), os mapeamentos participativos estão intimamente ligados à etnoecologia. O termo ou conceito etnomapeamento sofre variações, dependendo do local onde se desenvolve, podendo ser chamado de mapeamento participativo, cartografia social, cartografia participativa, mapeamento cultural, levantamento etnoecológico, mapeamento etnoambiental, mapeamento comunitário participativo, macrozoneamento participativo, etnozoneamento, diagnóstico etnoambiental, dentre outros (ACSERALD; COLI, 2008, p. 24).

As iniciativas relacionadas à cartografia participativa surgem na década de 1970, principalmente em países norte-americanos como o Canadá, envolvendo comunidades indígenas da região (ALMEIDA, 2003). No Brasil, o conceito de Cartografia Social surge com o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia², já no início da década de 1990, coordenado pelo Prof. Alfredo Wagner. Segundo Almeida (2003):

A Cartografia Social constitui-se como um ramo da ciência cartográfica que trabalha de forma crítica e participativa, com a demarcação e a caracterização espacial de territórios em disputa, de grande interesse socioambiental, econômico e cultural, com vínculos ancestrais e simbólicos.

Para Acserald e Coli (2008, p. 24), “os mapeamentos participativos são aqueles que reconhecem o conhecimento ambiental e espacial das comunidades e os insere em modos mais tradicionais de conhecimento”.

O etnomapeamento é construído a partir da identificação de elementos da paisagem de um determinado grupo indígena, levando em consideração os seus saberes, seus recursos naturais, suas formas de ocupação e apropriação do seu território. Em especial, faz a relação entre os conhecimentos dos sujeitos que colaboram e que estão envolvidos nos mapeamentos e o conhecimento científico.

² O Projeto Nova Cartografia social na Amazônia combinou técnicas de mapeamento com atividades participativas, em reuniões para discutir temas sobre a realidade local, criando condições para que cada comunidade tradicional pudesse se auto cartografar.

Segundo Correia (2007), o etnomapeamento constitui um importante instrumento técnico e político de diagnóstico que oferece subsídios aos povos indígenas e as entidades com as quais se relacionam, para planejar ações voltadas à gestão territorial e ambiental em terras indígenas.

Etnomapeamento para quê e para quem?

O Etnomapeamento é um mapa construído a partir de várias vozes e várias experiências e de vários grupos, desde os mais jovens aos mais velhos, que tentam resumir no mapa o que o povo indígena entende sobre o território.

Segundo Correia (2007, p. 15):

O etnomapeamento é visto como parte política que contribui para as demandas indígenas, especialmente as territoriais e de uso dos recursos, como também tem ajudado os povos indígenas a defenderem seus direitos históricos sobre as terras que ocupam.

Com o etnomapeamento os indígenas refletem o lugar onde vivem, pensando também o futuro a partir de um diagnóstico socioambiental do território, sendo a comunidade protagonista desse processo, identificando os problemas ambientais, culturais, econômicos entre outros através de mapas construídos pelos próprios povos. Os mapas temáticos de vegetação, de pesca, usos e drenagem podem ser construídos e elaborados a partir da análise do seu espaço vivido, servindo como documentos para que a comunidade possa dialogar com as políticas públicas, estando agora cientes de suas necessidades e demandas referentes ao seu espaço.

Por que o uso dos elementos do Etnomapeamento?

Um dos vários motivos para a construção e utilização dos elementos do Etnomapeamento está relacionado à melhoria da gestão do ambiente para as comunidades que vivem no território. Ademais, o Etnomapeamento dá suporte para espacializar, através do desenho dos mapas, questões que envolvem o seu ambiente, como, por exemplo, coleta e extrativismo na mata, pesca, caça e roça – modificações na paisagem que levam a impactos ambientais.

Através da construção de mapas, perfis e desenhos tem-se um diálogo equilibrado entre o conhecimento científico e os saberes dos povos indígenas.

De acordo com Almeida (2003, p. 15):

Mapa é o exercício de práxis de poder sobre o território. Ou seja, no processo do Etnomapeamento os indígenas refletem e planejam as ações dentro do plano de gestão territorial ambiental, estando esse mapa refletindo a identidade própria dos indígenas, que mostram a sua cultura e sua forma de se relacionar com a natureza.

Portanto, o etnomapeamento é um exercício de reflexão sobre o lugar onde se vive, sendo criados e definidos conforme a própria demanda dos povos.

Dentre os exemplos exitosos dessa prática, podemos citar o Etnozoneamento da Porção Paraense das Terras Indígenas Trombetas-Mapuera e Nhamundá-Mapuera, realizado em 2012 (CARDOZO, 2012). Ao final do trabalho, os autores mostram resultados positivos no que diz respeito ao incentivo à gestão integrada do território indígena, uma vez que possibilitaram um conhecimento melhorado do modo de vida e da situação social e ambiental dos povos que vivem nesta região. Configurou-se também um importante apoio ao processo de fortalecimento político e territorial dos indígenas, à conservação da cultura local e à proteção da diversidade dos ecossistemas locais.

Outro trabalho desenvolvido a partir do etnomapeamento foi realizado nas terras indígenas Potiguaras, e teve como resultado da pesquisa a construção do livro “Etnomapeamento dos Potiguaras da Paraíba”, em 2012. Este trabalho pontuou a importância da gestão territorial de terras indígenas. Com o etnomapeamento foram construídos mapas acerca dos ambientes, das atividades extrativistas e produtivas praticadas, dos impactos e conflitos socioambientais vivenciados no território, dos atores envolvidos na gestão territorial e das perspectivas sobre o uso do Território Potiguara (CARDOSO et al., 2012).

Trabalhos que envolvam as questões indígenas na Terra Mãe Maria têm sido ainda incipientes, sendo que poucos trabalhos versam sobre esse importante povo. Em um levantamento rápido dos principais trabalhos sobre a etnia, cita-se como fundamentais: Ricardo (1985), Dodde (2012), Fernandes (2010) e Vidal e Mascarenhas (2017) – destes, apenas um versa sobre mapeamento participativo.

É preciso pensar a importância do perfil geoecológico como instrumento didático, uma vez que ele parte de uma construção prévia e, posteriormente, por uma reconstrução dos alunos da Escola indígena *Takti Kyikatêjê*, para evidenciar a espacialização de dados referentes a impactos ambientais e mudanças significativas nas paisagens da aldeia, como, também, implicações sociais e culturais.

O Perfil Geoecológico se apresenta assim como um recurso didático para subsidiar as aulas de Geografia, pois nele podem ser apresentados os elementos da paisagem da aldeia através do desenho dos próprios alunos indígenas (VIDAL; MASCARENHAS, 2017).

O Perfil Geoecológico como instrumento metodológico para aula de Geografia

Perfil Geoecológico é uma técnica de representação da paisagem, assim como o mapa – sendo que a principal diferença entre um e outro está na forma de como “salta aos olhos”. Ou seja, no mapa se apresenta as características da paisagem de forma horizontal, já o perfil se pauta em ser a representação das características da paisagem em forma vertical (VIDAL; MASCARENHAS, 2013).

Definido como representação espacial e vertical da paisagem, consistindo na distinção das feições a ela intrínsecas, pode-se utilizar o perfil geoecológico como ferramenta didático-pedagógica, pois facilita a correlação da leitura dos elementos naturais da paisagem tais como relevo, solo, hidrografia, vegetação entre outros.

A construção do Perfil Geoecológico é feita a partir da obtenção de pontos georreferenciados (coleta de dados de GPS), identificação das formas de uso e ocupação, pontos esses coletados no trabalho de campo, manipulados posteriormente por discentes do Curso de Geografia através *software ArcGis* e do programa *CorelDraw* como ferramentas de elaboração e edição gráfica.

Em relação ao conceito de paisagem, ressaltamos que sua definição possui vários significados, podendo variar de acordo com o objetivo do pesquisador, da escola ou a corrente filosófica à qual o pesquisador preferiu adotar. Rodriguez et al. (1995) definem paisagem como “um sistema integrado, dotado de objetos naturais e objetos antrópicos, considerando-a um sistema total”. Tem-se, assim, segundo a interpretação desses autores, a paisagem em seu sistema territorial constituído por elementos antrópicos e naturais. Entende-se, portanto, que as paisagens naturais são transformadas pela própria sociedade, a partir de suas necessidades de habitação, sobrevivência, produção e trabalho.

Este trabalho adota o conceito de paisagem definida por Rodriguez, Silva e Cavalcanti (2004, p. 18):

A paisagem é definida como um conjunto inter-relacionado de formações naturais e antroponaturais, podendo considerá-la como: um sistema que contém e reproduz recursos, um meio de vida e da atividade humana e um laboratório natural e fonte de percepções estéticas.

Por paisagem natural se considera o conjunto de componentes naturais (geologia, relevo, clima, águas, solos, vegetação e fauna), que se inter-relacionam de forma dialética em uma determinada porção do espaço da superfície. Por paisagem antroponatural se considera a morfologia que reflete a forma em que as ações humanas são modificadas, transformadas e construídas. Assim, manifestam-se não apenas as características naturais, mas em

particular às que são modificadas pela ação humana (RODRIGUEZ; SILVA; CAVALCANTI, 2004).

O caminhar da educação indígena dos Kyikatêjê

A escola indígena *Tatakti Kyikatêjê* iniciou as suas atividades em 2001 e, a partir de então, as lideranças indígenas começaram a reivindicar junto aos órgãos responsáveis os seus direitos no que se refere à oferta do ensino escolar aos povos indígenas (FERNANDES, 2010). Durante dois anos a escola funcionou sem estar reconhecida pela Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC), pois ainda não havia uma autorização legal, estando sobre a responsabilidade da comunidade a contratação e pagamento dos professores e os demais profissionais para o pleno funcionamento da escola (FERNANDES, 2010).

Em 2003 a escola é reconhecida no sistema de ensino da SEDUC, autorizando assim o funcionamento da Escola *Tatakti kyikatêjê*, tendo o seu funcionamento em anexo à Escola Estadual de Ensino Fundamental Raolino de Oliveira Pinto, localizada na sede do município de Bom Jesus do Tocantins. Em 2007 a escola foi desanexada e finalmente reconhecida como Escola Estadual de Ensino Fundamental *Tatakti Kyikatêjê*, tendo também no ano seguinte a autorização concedida pela SEDUC para a oferta do ensino médio, sendo assim criada a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio *Tatakti kyikatêjê* por meio da Portaria nº 035/2008.

Segundo Fernandes (2010), a constituição da educação escolar *Kyikatêjê* está diretamente relacionada aos princípios de autonomia, baseada em Freire (2008), que defende a educação como uma prática de liberdade, que é o contrário da educação como prática de dominação. A primeira – prática de liberdade – busca a formação crítica dos alunos de forma autônoma, podendo assim intervir e se sentir parte do espaço onde o mesmo mantém as suas relações sociais e culturais; já a segunda – prática de dominação – impede que o aluno construa seus conceitos de forma autônoma, bloqueando que o aluno seja um sujeito crítico perante a sociedade, vendo apenas o professor como o único detentor do conhecimento – e o professor o transfere para o aluno como mero depósito do conhecimento.

A estrutura física da escola é composta por uma área térrea, dividida em 10 salas de aulas, com central de ar-condicionado, com espaço suficiente para acomodar 20 alunos cada, 1 sala para direção e 1 para os professores, ambas climatizadas contendo os materiais necessários para seu funcionamento (Figura 3).

Figura 3 – Espaços físicos da Escola Indígena *Tatakti Kyikatêjê*

Fonte: Elaborado pelos autores.

Para Iara Ferraz (2017), a escola é a base para se reforçar a cultura, a língua materna e os costumes dos povos indígenas. Portanto, é na escola que se terá a oportunidade de trabalhar as práticas culturais, costumes, língua etc.

Segundo Concita Sopré (2017), a comunidade indígena *Kyikatêjê* tem uma expectativa muito grande sobre a escola indígena presente na aldeia. Como foi possível observar durante a realização da solenidade de formatura dos alunos indígenas do Ensino Médio da escola *Tatakti Kyikatêjê*, realizada em 18 de dezembro de 2017, toda a comunidade parou e atendeu ao convite da escola para privilegiar os alunos formandos. A festa foi comemorada e realizada no pátio da aldeia, lugar esse de grande significado para a comunidade, sendo realizada na programação dança cultural (Figura 4).

Figura 4 – Programação Cultural da Formatura dos Alunos *Kyikatêjê* em 2018



Fonte: Elaborado pelos autores.

A Escola Indígena se estabelece de suma importância dentro da aldeia, pois a partir da escola o aluno poderá aprender e reconhecer sua vivência e sua cultura. Mesmo com várias conquistas do povo *Kyikatêjê* referente à educação, muito ainda se tem a conquistar para uma educação de qualidade para os alunos indígenas, como o reconhecimento dos múltiplos saberes que envolva o reconhecimento dos saberes dos mais velhos. Vemos, assim, um novo desafio para se alcançar uma educação indígena bilíngue e diferenciada, sem deixar de lado a valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais e ocidentais.

Portanto, o desenvolvimento de novas perspectivas metodológicas, adequadas para a compreensão das lógicas espaciais diferenciadas – como se apresenta a escola e a educação indígena –, proporcionará ao ensino na aldeia, principalmente no ensino de geografia, o fortalecimento das identidades e novos olhares no processo de ensino e aprendizagem.

Os elementos da Paisagem na aldeia indígena *Kyikatêjê*

A utilização dos conceitos geográficos e as competências cartográficas são ferramentas úteis para a formação e construção de uma educação diferenciada. Mudanças que ocorreram no meio físico foram trabalhadas na sala de aula com os alunos, através da diferenciação entre paisagem natural e paisagem degradada. Após esses conteúdos

trabalhados em sala, os alunos elaboraram desenhos com as percepções sobre a paisagem, tendo como referência a aldeia (Figura 5).

Figura 5 – Aula sobre os aspectos físicos-naturais da Aldeia utilizando o Perfil Geoecológico como recurso didático



Fonte: Elaborado pelos autores.

Para a contextualização sobre a temática discutida em sala de aula, utilizou-se um esboço do Perfil Geoecológico com a exposição dos aspectos físico-naturais da aldeia (Figura 5). O esboço do perfil continha as principais feições de paisagem da aldeia e seus elementos como o solo, relevo, hidrografia e vegetação. Em seguida, os alunos foram direcionados a representarem através de desenhos o entendimento do que foi discutido na sala.

Os alunos indígenas traçaram desenhos com as percepções sobre a paisagem, tendo como referência a sua própria aldeia para construção e elaboração dos desenhos solicitados (Figura 6). Deu-se, assim, início aos trabalhos com elementos do etnomapeamento relacionado ao Ensino de Geografia na educação indígena.

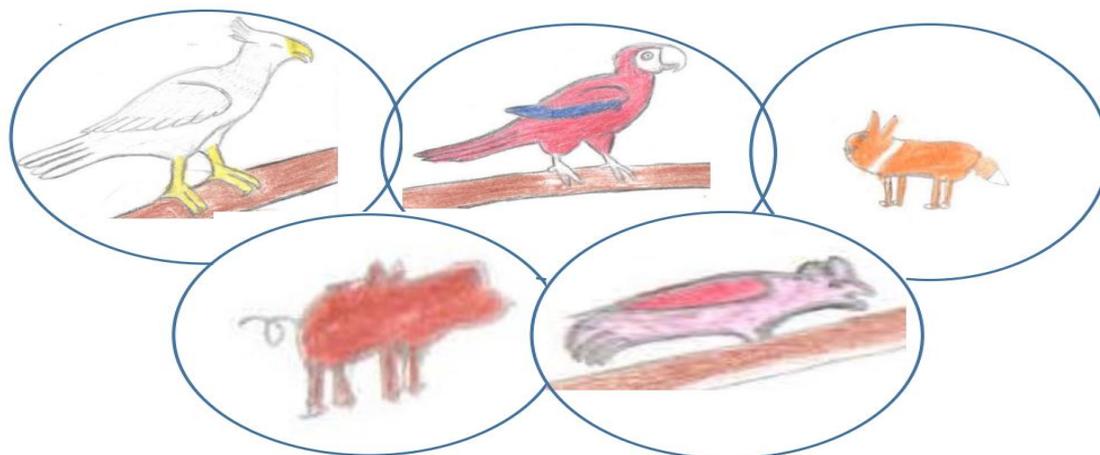
Figura 6 – Desenhando as paisagens da aldeia *Kyikatêjê*



Fonte: Elaborado pelos autores.

Através dos desenhos elaborados pelos alunos, observou-se que estes caracterizaram as variedades de espécies da fauna presente na aldeia, como águia, arara, raposa e gavião (Figura 7).

Figura 7 – Representação dos alunos da fauna existente na aldeia



Fonte: Alunos da Escola Indígena *Tatakti Kyikatêjê*.
Organização: Elaborado pelos autores.

Esses desenhos produzidos foram norteadores para a construção e espacialização da fauna no novo Perfil Geoecológico na fase de sua elaboração pelos alunos e finalizado em gabinete. Os valores, a cultura e as atividades tradicionais realizadas pelo povo *Kyikatêjê* também foram representados nos desenhos, como as práticas dos exercícios com arco e flecha, corrida da Tora (e danças) e relação direta com o rio (Figura 8).

Figura 8 – Aspectos gerais das representações das paisagens da Aldeia *Kyikatêjê*.

Fonte: Alunos da Escola Indígena *Tatakti Kyikatêjê*.
Organização: Elaborado pelos autores.

Foi realizada em sala de aula a discussão sobre paisagem natural e paisagem degradada partindo-se do olhar dos alunos indígenas, e de como essas paisagens são representadas dentro e fora de sua aldeia.

O trabalho de campo como leitura do mundo

Considera-se o trabalho de campo como uma estratégia metodológica que subsidia o ensino e a aprendizagem em Geografia, um o momento em que o aluno pode verificar os conteúdos que foram discutidos em sala de aula, observando e percebendo a teoria na realidade (SUERTEGARAY, 2002). Em nossa atuação junto à Escola Indígena *Tatakti Kyikatêjê*, o trabalho de campo teve como objetivo fazer com que os alunos verificassem em *lócus* os conteúdos discutidos em sala de aula, como os elementos da paisagem, impacto ambiental entre outros aspectos. Isso permitiu que os alunos realizassem observações empíricas das características naturais que ocorrem na paisagem da aldeia.

O trabalho de campo foi realizado nas proximidades da aldeia e na área de mata (Figura 9), com a assistência do professor indígena que auxiliou e também foi o condutor no percurso.

Figura 9 – Organização e Prática de campo na mata da aldeia Kyikatêjê



Fonte: organizado pelos autores.

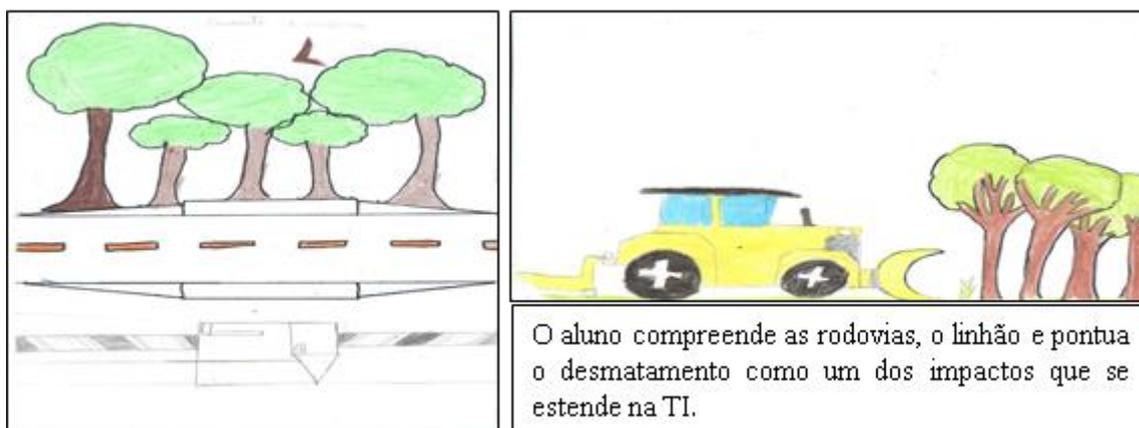
As atividades se deram em áreas de florestas densas com castanhais, analisando as variedades de árvores frutíferas presentes no local e como se constituía a paisagem, a fauna, o solo etc. A área de coleta de madeira, para as práticas com a Tora e as atividades de arco e flecha, entre outros aspectos, também foi visitada no percurso de campo.

No decorrer do trabalho de campo e nas paradas discutiu-se elementos relacionados à flora, à fauna, solo, hidrografia e sobre os impactos ambientais ocasionados pela implantação dos grandes projetos, como a construção da linha de transmissão, ferrovia, rodovia, entre outras questões que ao longo das paradas foram levantadas pelos alunos indígenas.

Durante o trabalho de campo, em uma parada nas proximidades do Linhão da Eletronorte, os alunos pontuaram problemas causados no período em que acontece a limpeza do corredor do linhão, que é feita com fogo. Os alunos disseram que o fogo muitas vezes invade a aldeia, chegando próximo às suas residências, causando também problemas respiratórios, falta de ar e irritação de olhos por causa da fumaça durante a queimada.

Após esta etapa os alunos foram conduzidos para a sala de aula, sendo orientados a desenharem os elementos da paisagem que observaram durante o percurso do trabalho de campo e a partir das discussões realizadas ao longo dele.

Com a análise dos desenhos, observa-se que os alunos representaram elementos que foram verificados, discutidos e apontados em campo. Muitos desenhos representaram os impactos da construção da Rodovia (BR-222) e os problemas causados com a sua abertura (Figura 10).

Figura 10 – Representação do Impacto causado pela implantação da Rodovia

Fonte: Alunos da Escola Indígena *Tatakti Kyikatêjê*.
Organizado pelos autores.

O impacto ocasionado pela abertura da Rodovia BR-222 levou à fragmentação da paisagem, dividindo a mata, causando assim limitação quanto ao uso do território. Os alunos representaram esse impacto causado com a derrubada dos pés de Castanhas apresentado na Figura 11. Sobre esses impactos, Dodde (2012, p.61) afirma que “a rodovia BR-222 impactou sobremaneira a TI, pois cortou cerca de 2 mil ha de Castanha”.

Esses impactos também foram relatados nas falas e nas discussões dos alunos, que concluíram: “existe uma diminuição dos pés de Castanhas em nossa aldeia e as Castanhas estão mais difícil agora para colher, há também a diminuição de algumas aves como a arara, o gavião e a águia”.

Pontua-se novamente que esses desenhos foram úteis na confecção do novo Perfil Geoecológico no seu processo gráfico. Foi possível, assim, representar e espacializar o maior número de impactos percebidos pelos alunos, como a rodovia, corte das árvores (castanheiras) nas sessões do perfil e na representação de sua legenda.

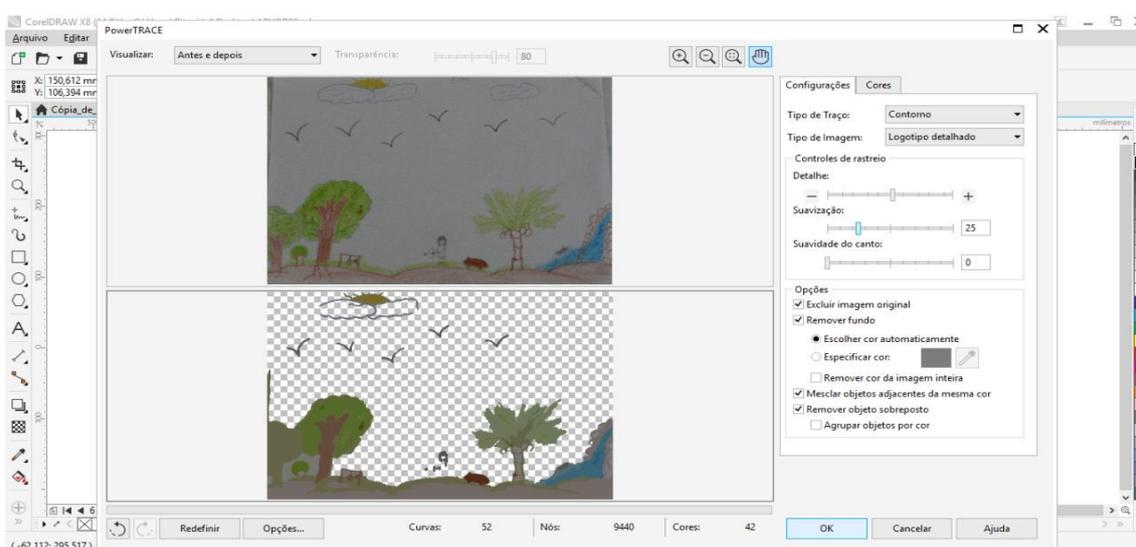
Os alunos, ao longo do trabalho de campo, pontuaram que existem impactos em sua aldeia referentes ao desmatamento e à interferência na dinâmica socioeconômica e cultural do povo *Kyikatêjê*. Como foi relatado por um aluno indígena: “esses impactos trazem várias consequências como o aumento do tráfego de veículos na rodovia, perda da cobertura vegetal, insegurança na aldeia, atropelamento de animais na rodovia, morte do jabuti entre outras consequências”.

Os elementos importantes para a construção do novo Perfil Geoecológico foram pontuados pelos alunos. Portanto, a realização do trabalho de campo fechou uma etapa importante das atividades propostas no trabalho, como também a coleta de materiais para a construção do novo perfil, além de possibilitar a ampliação dos olhares dos alunos sobre os assuntos discutidos nas aulas ministradas, a partir do uso dos elementos do etnomapeamento.

A construção do Perfil Geoecológico

Tendo em mãos todos os elementos representados pelos alunos em forma de desenhos, partiu-se para a etapa em gabinete. Utilizou-se para a elaboração do novo Perfil Geoecológico o *software CorelDraw X-7* como ferramenta de edição, que permite manipular ferramentas básicas de desenho para (re)construir o perfil, com o uso das ferramentas de cores bem como de adição de vetores/figuras (Figura 11).

Figura 11 – Melhoramento e vetorização dos desenhos produzidos pelos alunos

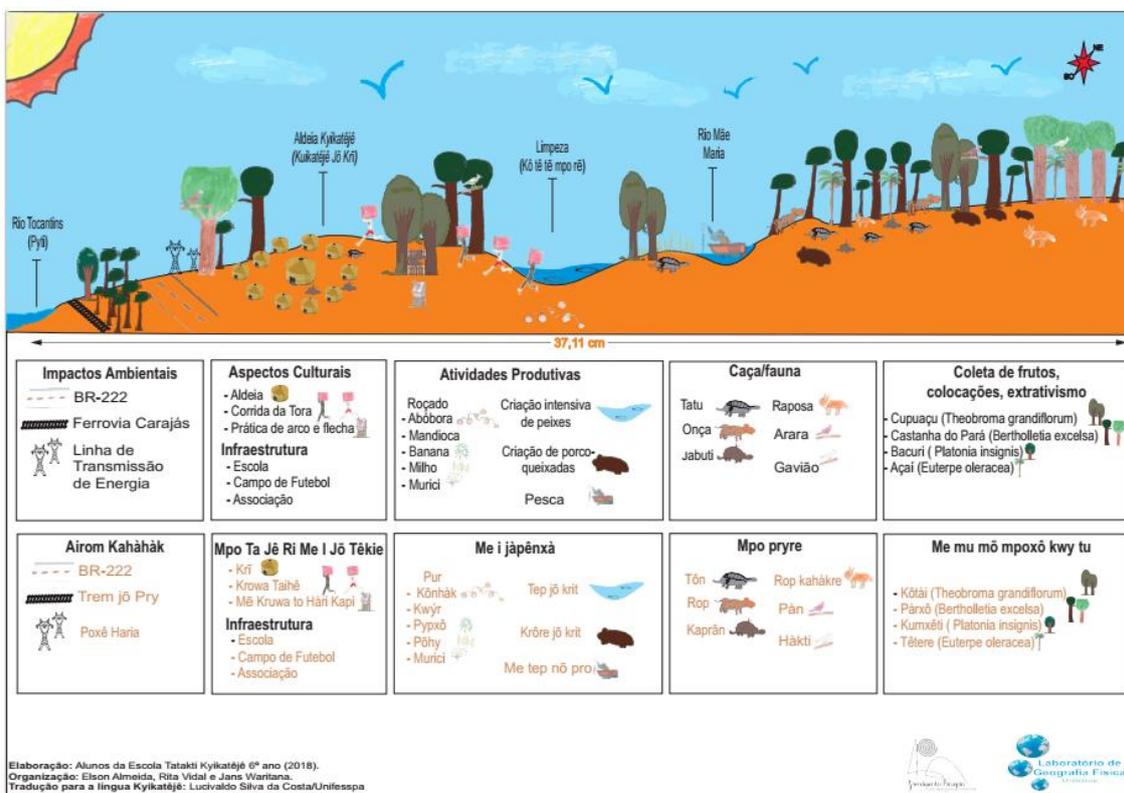


Fonte: Elaborado pelos autores a partir do *CorelDrawX-7*.

Ao final, com o uso das ferramentas de edição do *CorelDraw X-7*, editando a imagem em *bitmap* e depois a transformando em vetor, para melhoramento visual, disposição das imagens, atrelado a informações produzidas pelos alunos nas aulas e no trabalho de campo, pode-se elaborar o novo Perfil Geoecológico da aldeia *Kyikatêjê* (uma produção conjunta entre pesquisadores, professor indígena e alunos).

O perfil contém as principais feições da paisagem da aldeia (Figura 12), levando em consideração os estudos setorizados com temas retratados sobre impactos, aspectos culturais, atividades produtivas, caça, pesca etc. Para ressaltar a produção do perfil e deixá-lo mais próximo ao uso didático na escola indígena, a legenda foi traduzida para a língua *Jê*, com o objetivo de valorizar a língua materna do povo *Kyikatêjê*, sendo o resgate e a valorização da sua língua uma das reivindicações da comunidade.

Figura 12 – Perfil Geocológico da aldeia Kyikatêjê



Fonte: Elaborados pelos alunos da escola *Taktaki Kyikatêjê*, 6º ano.
 Organização: elaborado pelos autores.

A legenda do perfil foi traduzida para a língua *Jê* com a participação e contribuição do Professor Lucivaldo Costa, docente do Curso de Educação do Campo da Unifesspa. O referido professor realizou as traduções em conjunto com o Cacique da aldeia (PêprâktiJakukrêikapêitiRonorekôn xarti, conhecido por “Zeca Gavião”) e o professor indígena da turma do 6º ano. Essa ação teve como objetivo valorizar a língua *Jê*, um aspecto importante para o fortalecimento da cultura do povo *Kyikatêjê*.

A entrega e validação do Perfil Geocológico

Com a elaboração e finalização do novo Perfil Geocológico da aldeia *Kyikatêjê*, a partir dos elementos representados em forma de desenhos pelos alunos, partiu-se para a apresentação do novo perfil elaborado. A atividade se deu no pátio da escola, com o resgate das ações que foram realizadas ao longo dos encontros e do desenvolvimento dos trabalhos. Após a exposição das atividades desenvolvidas, das análises e discussões dos desenhos

elaborados, os alunos foram conduzidos para a sala de aula onde houve a apresentação do novo Perfil Geoecológico da aldeia, que fora retrabalhado em gabinete por discentes do curso de Geografia. Os alunos foram convidados a analisar e sugerir o que poderia estar faltando no novo perfil da aldeia (Figura 13).

Figura 13 – Apresentação do novo Perfil Geoecológico da aldeia *Kyikatêjê*



Fonte: Elaborados pelos autores.

Após a observação feita por todos os alunos, os mesmos demonstraram sua compreensão com a análise, relatando que o perfil apresentado expressa a paisagem de sua aldeia e cada elemento proposto corresponde ao seu cotidiano e à realidade vivida. Também foi apontado como curiosidade a maneira como o Perfil Geoecológico foi elaborado e de como foi feito o recorte dos desenhos e sua inserção no perfil, sendo explicado de forma sucinta a sua elaboração.

A partir de todo o percurso traçado durante as atividades em sala de aula e em trabalho de campo, percebe-se que os alunos construíram importantes percepções e concepções referentes à sua aldeia e ao seu espaço vivido. Esses elementos foram vistos e apresentados nas atividades executadas pelos alunos, quando eles fundamentaram, problematizaram e analisaram de forma crítica os problemas relacionados à sua aldeia e expressados na paisagem local.

Considerações finais

A representação espacial de uma dada área é o ponto de partida para examinar os processos de mudanças no meio, sendo este uma ferramenta direta para o trabalho didático em sala de aula indígena, se constituindo ainda como importante meio para a gestão dos territórios e compreensão do meio onde se vive.

O desafio aqui discutir a realização de pesquisas na Educação Escolar Indígena, que levasse em consideração suas especificidades, particularidades e temporalidades, atrelando ao uso de ferramentas cartográficas e a interlocução entre universidade e escola. A ação só foi possível com a parceria entre docentes, discentes, professores da escola e Cacique da aldeia.

O fato de o professor da escola indígena ter sido graduado no Curso de Geografia na Unifesspa e de desenvolver pesquisas ao longo de sua graduação, no Laboratório de Geografia Física, possibilitou as relações entre a universidade e a aldeia, culminando na parceria entre Unifesspa/Aldeia *Kyikatêjê* com ações práticas na escola indígena. Essa parceria nasceu da demanda levada do professor indígena ao Laboratório de Geografia Física, frente à necessidade de fortalecer o ensino de Geografia e o entendimento dos impactos atuais que a Terra Indígena sofre.

A experiência da construção de uma metodologia coletiva com mapeamento participativo na escola visou fazer uso de técnicas da cartografia, que mesmo carregada de padrões ocidentais, mundialmente conhecidos, possibilitou produzir diferentes saberes e conhecimentos ambientais sobre a aldeia. Assim, o mapeamento participativo na escola da aldeia possibilitou o diálogo entre diferentes atores (pesquisadores da Universidade, professor indígena e alunos da escola), materializado na construção do perfil geoecológico, culminando em uma ferramenta didático-pedagógica passível de alavancar as aulas de geografia.

Os resultados finais alcançados só foram possíveis com a parceria entre docentes, discentes da universidade, professores da escola e Cacique da aldeia, uma vez que a produção final do perfil foi composta com duas legendas, uma em português e outra na língua "jê. Embora o perfil tenha sido produzido na aldeia em duas línguas distintas, todas as atividades foram realizadas em português, que é a língua mais falada. Coube ao professor indígena realizar as mediações entre as metodologias pensadas, uma vez que ele transita entre a universidade e a aldeia, bem como coube a ele realizar as pontes entre as línguas distintas trabalhadas ao longo das atividades.

O objetivo de elaborar um Perfil Geoecológico contendo os condicionantes da paisagem da aldeia indígena foi realizado. Nele estão representados os aspectos naturais como a mata, a fauna, os rios, os solos, atividades produtivas, aspectos ambientais e culturais expressos na paisagem da aldeia. A instituição do perfil como ferramenta possibilitou levantar questões de como os alunos do 6º ano da *Takti Kyikatêjê* entendem e lidam com os saberes

ambientais e como vêm fazendo releituras culturais do seu território através da sua etnoecologia.

O perfil produzido tem potencial para gerar discussões no que se refere à educação ambiental na aldeia. Os desenhos produzidos não transmitem neutralidade sobre o território indígena, pois os mesmos imprimem o ponto de vista dos alunos sobre as paisagens onde vivem. Afirma-se que os desenhos e perfil produzidos pelos alunos têm uma estreita relação com a etnoecologia, uma vez que eles transpõem elementos de sua relação com a paisagem enfatizada pela construção de desenhos e legendas.

Sobre a nova perspectiva metodológica – desenhos e perfil geocológico – foi possível realizar uma prática diferenciada que deu conta das especificidades dos alunos indígenas. O perfil servirá de apoio ao material didático pedagógico para o professor indígena trabalhar suas aulas com os alunos, sendo o mesmo um material elaborado por eles e contendo um significado e uma relação com sua identidade e realidade, obtendo reflexos na educação indígena. Além de deixar o material didático palpável, deixa-se a metodologia executada com o professor indígena da escola, para que este possa replicá-la em outras turmas.

Conclui-se que o uso de elementos de etnomapeamento se mostra eficaz e possibilita entendimento e construção dos conceitos geográficos, pois possibilitaram que os alunos obtivessem um melhor entendimento sobre a paisagem, áreas de usos da comunidade, reconhecimentos referentes aos impactos provocados na aldeia e no seu entorno e as áreas de usos culturais. A construção de mapeamentos participativos na escola possibilita apontar possíveis saídas para resoluções de conflitos, pois as maneiras e formas de ver a paisagem refletem uma noção espacial que se torna elemento essencial na representatividade do universo escolar indígena.

Referências

ACSERALD, H.; COLI, L. R. Disputas Cartográficas e disputas territoriais. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografias Sociais e Territórios**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. de. **Carajás: A Guerra dos Mapas**. Belém: Falangola, 2003.

BECKER, B. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CARDOSO, T. M.; GUIMARÃES, G. C. (Orgs.). **Etnomapeamento dos Potiguara da Paraíba**. Brasília: FUNAI/CGMT/CGETNO/CGGAM, 2012. 107p. (Série Experiências Indígenas, n.2)

CARDOZO, I. B.; VALE JÚNIOR, I.C. **Etnozoneamento da porção paraense das terras indígenas Trombetas– Mapuera e Nhamundá-Mapuera**. Porto Velho: EDUFRO, 2012.

CORREIA, C. de S. **Etnozoneamento, Etnomapeamento e Diagnóstico Etnoambiental: Representações Cartográficas e Gestão Territorial em Terras Indígenas do Estado do Acre.** 2007. 431 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

DODDE, P. A. R. **Impactos de empreendimentos lineares em Terras Indígenas na Amazônia Legal: o caso da BR-230/PA e das Terras Indígenas Mãe Maria, Nova Jacundá e Sororó.** Rio de Janeiro: UFRJ/COPE, 2012.

FERNANDES, R. de F. **Educação Escolar Kyikatêjê: novos caminhos para aprender e ensinar.** Belém, 2010.

FERRAZ, I. Palestra “**Dinâmicas territoriais dos povos indígenas no Sudeste do Pará**”. Marabá: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, 16 nov. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

MARCHADO, M. C. **Mapeamento Cultural e Gestão Territorial de Terras Indígenas: O uso dos Etnomapas.** 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, 2014.

MASCARENHAS, A. L. S.; VIDAL. O Uso do Perfil Geoecológico para a Representação da Paisagem: Uma Metodologia Útil em Campo? In: XV Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, Vitória/ES. **Anais dos Trabalhos Científicos.** Vitória: Departamento de Geografia, CCHN, UFES, v. 1, p. 754-761, 2013.

ORLOVE. B. S. Mapping Reeds and Reading Maps: the politics of representation in lake Titicaca. **American Ethnologist**, v. 1, n. 18, p. 3-38, 1991.

RICARDO, C. A. (Org.). **Povos Indígenas no Brasil.** São Paulo: CEDI, 1985.

RODRIGUEZ, J. M. M. et al. Análise da paisagem como base para estratégia de organização geoambiental: Corumbataí (SP). **Geografa**, Rio Claro, v.20, n.1, p.81-129, 1995.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e trabalho de Campo. In: **Geografia Física Geomorfologia: uma (re)leitura.** Ijuí: Editora da UNIJUI, 2002.

TURNBULL, D. On with the motley, Tricksters and cartographers, Pacific navigation e rationality relativism and the politics of knowledge. **Masons, trickstersandcartographers.** Amsterdam: Harwoodacademic Publishers, 2000, p. 19-52.

VIDAL, M.R. **Geoecologia das paisagens: fundamentos e aplicabilidades para o planejamento ambiental no baixo curso do rio Curu – Ceará - Brasil.** 2014. 190f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

VIDAL, M. R.; MASCARENHAS, A. L. S. Perfil geoecológico da Aldeia Indígena Kyikatêjê a partir do modelo digital do terreno. In: XVIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 2017, Santos-SP. **Anais.** INPE, v.1, p. 5652-5658.

Elson Pereira de Almeida – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-5185-9814>.

Maria Rita Vidal – Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Docente na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-3392-3624>.

Como citar este artigo

ALMEIDA, E. P.; VIDAL, M. R. O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 259-283 , dossiê., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

O autor **Elson Pereira de Almeida** ficou responsável pelo desenvolvimento da metodologia, aplicação e desenvolvimento do trabalho de campo, aquisição, organização, interpretação e análise dos dados; e a autora, **Maria Rita Vidal**, ficou responsável pelo desenvolvimento conceitual, execução do trabalho de campo, revisão crítica e demais apontamentos para a finalização do artigo. Os referidos autores desenvolvem pesquisas em conjunto pertinentes as ações do Grupo de Pesquisa do CNPq, “Geoecologia das Paisagens e Sistemas Geoinformativos”. Portanto, compartilham das mesmas responsabilidades, quanto ao resultado final do artigo.

Recebido para publicação em 31 de agosto de 2018.

Devolvido para revisão em 26 de julho de 2019.

Aceito para a publicação em 05 de fevereiro de 2020.

A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá¹

Cássio Alexandre da Silva

Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Montes Claros, Minas Gerais,
Brasil

e-mail: cassioas27@gmail.com

Resumo

No “movimento” empírico com a teoria, investigamos a categoria território e abarcamos duas questões. A primeira, é a multidimensionalidade do território e a segunda, são as relações existentes entre o território e a comunidade em sua “luta e resistência” constante de ampliação até o Rio São Francisco, dentro da dimensão espaço temporal. O objetivo geral é compreender analiticamente o território Xakriabá a partir das suas multidimensionalidades. A metodologia é constituída de trabalhos de campo como pesquisador participante; registros fotográficos; entrevistas semiestruturadas; comparações documentais; cartografias de territórios e a análise de discurso. Concluimos que o reconhecimento do território ancestral se constitui no regaste das representações culturais, nas relações dos saberes e fazeres junto às multiterritorialidades e o contínuo da Ação Territorial etnogeograficamente.

Palavras-chave: Território; Xakriabá; multidimensões; ação territorial.

The Nature of a Northern territory of Minas Gerais-Brazil sertão's: the Territorial movement of Xakriabá

Abstract

In the empirical “movement” with the teory, we looked and ranked territory in two questions. The first one are the multidimensional part of the territory, and the second are the existent terms between territory and the society itself with your constantly “fight and resistance” to extend up to São Francisco river, inside the space-time dimension. The main reason is to analytically understand the Xakriabá territory within its multidimensionalities. The method itself were made of fieldwork as participative researcher; photographic records; semi-structured interviews; documentary comparison; territory cartography and the speech analysis. We conclude that the ancestral territory acknowledgement are based on the cultural representations rescued, the know-how relations joining the multiterritoriality and the continuity of “Territorial” movement etnogeographically speaking.

Keywords: Territory; Xakriabá; multidimensions; territorial movement.

La naturaleza de un territorio en el sertón del norte de Minas Generales: la acción territorial de los Xakriabá

Resumen

¹O texto refere-se a uma síntese da tese de doutoramento defendida em 09/05/2014 no Programa de Pós-Graduação em Geografia no Instituto de Geografia-IG da Universidade Federal de Uberlândia-UFU, com bolsa da FAPEMIG. A síntese aborda elementos textuais copilados do original, assim como novas análises sobre o território.

En el "movimiento" empírico con la teoría, investigamos la categoría territorial y abarcamos dos cuestiones. La primera, es la multidimensionalidad del territorio y la segunda, son las relaciones existentes entre el territorio y la comunidad en su "lucha y resistencia" constante de ampliación hasta el Río San Francisco, dentro de la dimensión espacio temporal. El objetivo general es comprender analíticamente el territorio Xakriabá a partir de sus multidimensionalidades. La metodología está constituida de trabajos de campo como investigador participante; registros fotográficos; entrevistas semiestructuradas; comparaciones documentales; las cartografías de territorios y el análisis de discurso. Concluimos que el reconocimiento del territorio ancestral se constituye en el riego de las representaciones culturales, en las relaciones de los saberes y hacer junto a las multiterritorialidades y el continuo de la Acción Territorial etnogeográficamente.

Palabras clave: Territorio; Xakriabá; multidimensiones; acción territorial.

Introdução

No processo de “movimento” entre o empírico e a teoria, a proposta é estudar e investigar os elementos da natureza de um território dos Xakriabá (norte de Minas Gerais). Duas questões são fundamentais para essa investigação: a primeira, abrange o estudo multidimensional do território; e a segunda, as relações existentes entre o território e a comunidade na “luta e resistência” constante pela sua ampliação até o Rio São Francisco, dentro da dimensão espaço-temporal. A comunidade étnica indígena Xakriabá são os sujeitos da construção desse território:

A própria definição de que é, ou não Xakriabá, passa, também pela declamativa, constantemente ouvida por nós em campo: “ele nasceu, se criou aqui, na nossa terra”. É a capacidade de reconhecer no espaço fatos e locais vinculados à tradição de um povo que constitui o principal pré-requisito para o reconhecimento de alguém como membro daquela comunidade (PARAISO, 1987, p.14).

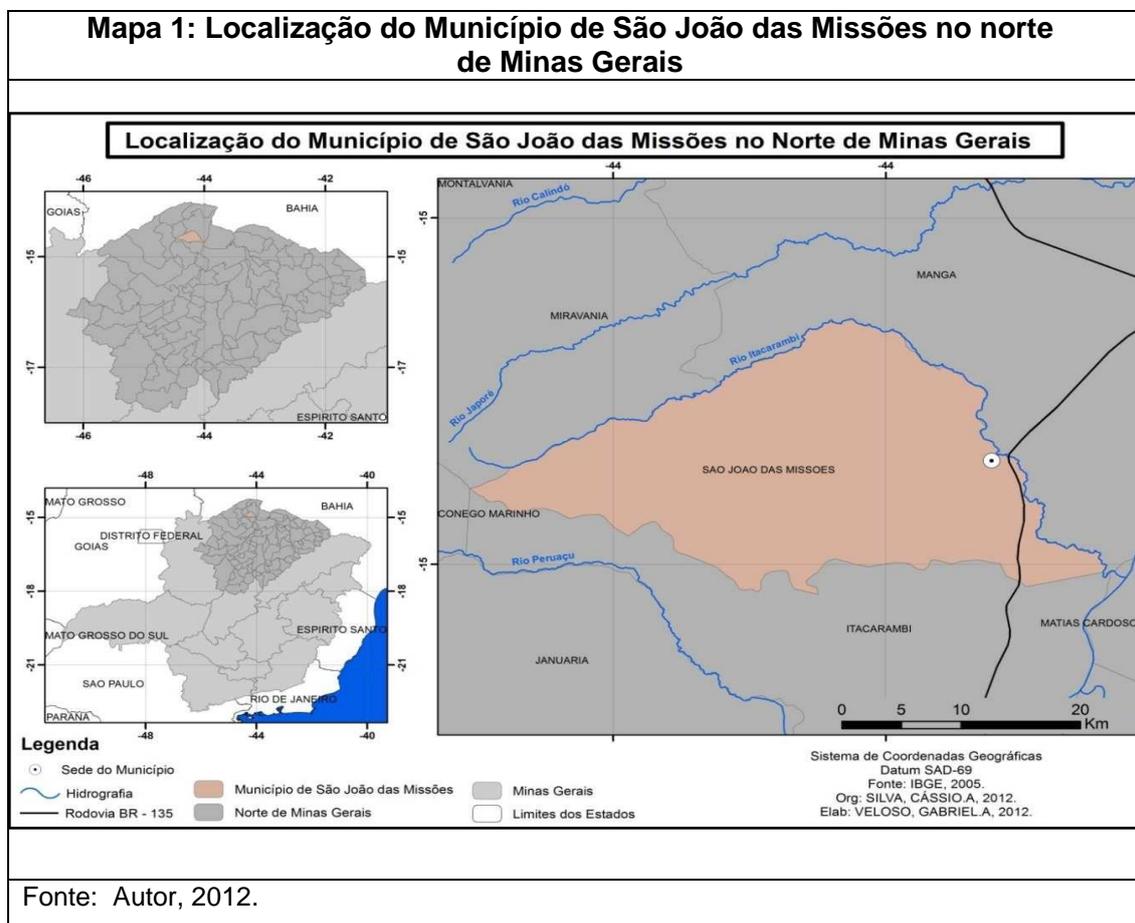
Atualmente, os Xakriabá vivem no município de São João das Missões, localizada na margem esquerda do Rio São Francisco, entre os biomas do Cerrado e da Caatinga, e que vêm nos últimos cento e cinquenta anos “lutando” pelo reconhecimento da sua terra. Conforme o Censo do IBGE (2010), a população do município é de 11.715 habitantes². Missões, como também é conhecido o município, aparece em quinto lugar na tabela - *Municípios brasileiros com as maiores proporções da população indígena, por situação do domicílio - Brasil - 2010*, com 67,7%.³ Esse

²Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras>>. Acesso em: 15 dez. 2012.

³Tabela 9 – Municípios brasileiros com as maiores proporções da população indígena, por situação do domicílio – Brasil – 2010. Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, p. 17. É importante destacar como grau comparativo que o primeiro município é o de Uiramutã no Estado de Roraima com 88,1%, p. 17. In: Instituto

dato faz dos povos indígenas Xakriabá a maior etnia do estado de Minas Gerais.

O mapa a seguir representa a localização do município onde vivem os índios Xakriabá, em relação à macrorregião e ao estado mineiro.



Em 1728, Silva Reis Januário Cardoso de Almeida Brandão, então administrador dos Índios da Missão de São João do Riacho do Itacaramby, fez doação de grande porção de terras aos índios Xakriabá. Essas terras foram registradas em 1856 no cartório de Ouro Preto⁴, seis anos após o estabelecimento da “Lei de Terra” de 1850.

Sucessivos conflitos se instalam entre os indígenas, posseiros e grileiros que reivindicam, com seus motivos próprios, porções de terras. Por volta de 1882, índios saindo de São João das Missões foram ao governo reclamar invasões de tentativas de

Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 – primeiras considerações com base no quesito cor ou raça.** Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

⁴Conforme RIBEIRO (2005) foi registrado o documento intitulado “*Certidão verbum-adverbum*”, o mesmo de doação que seria novamente registrado no Cartório de Itacarambi em 05 de junho de 1969. In: RICARDO Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão:** o Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ocupação da área. Nas décadas de 1960 e 1970, os índios buscaram soluções para os conflitos a partir da Fundação Nacional dos Índios (FUNAI), que se estabelece em 1973 em um posto no território indígena. Ainda nessas décadas, a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS) teve acesso às terras, período de conflitos, que se acentuou com a grilagem.

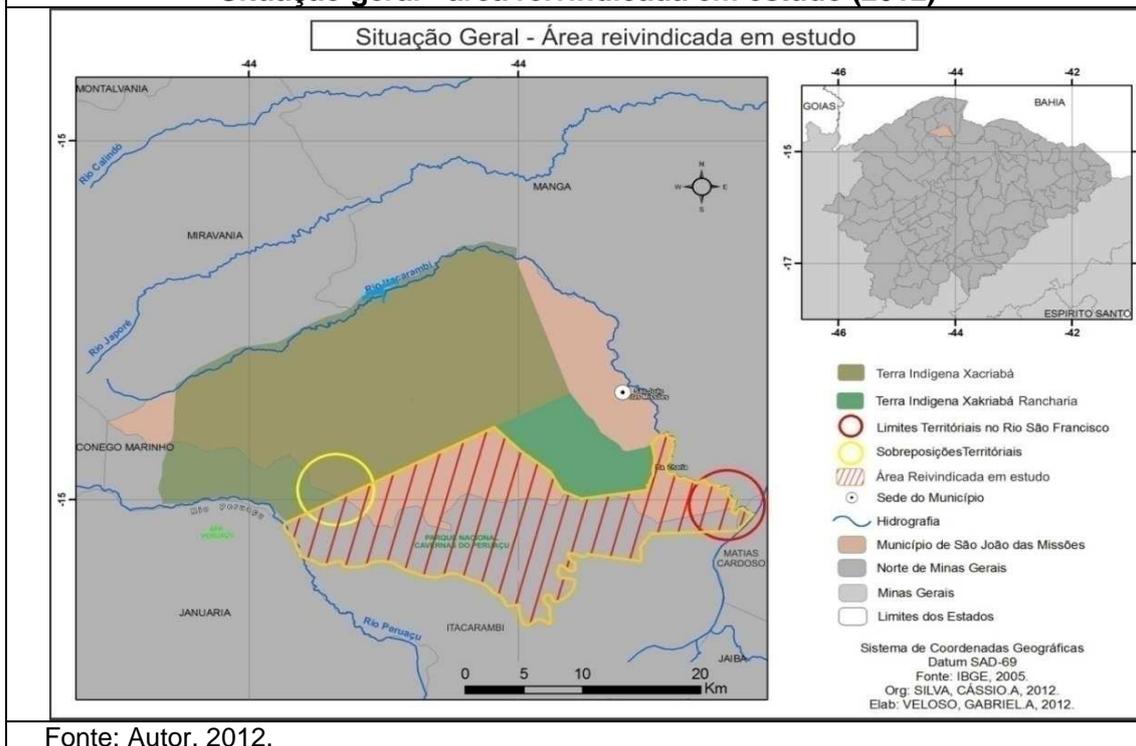
A demarcação das terras só ocorreu em 1978, e a homologação nove anos depois (1987). Com esse quadro de ocupação da terra, não surpreende o fato de que, ao longo dos anos de 1980, o conflito tenha se acirrado com o consequente aumento dos níveis de tensão e violência (ameaças, repressões policiais, contratações de pistoleiros, cercamento de estradas, desmatamentos, assassinatos, tentativas de assassinato etc.). A principal reivindicação de terras desse povo é o retorno ao rio São Francisco, às terras tradicionalmente ocupadas⁵.

No segundo mapa, a Terra Indígena Xakriabá-T.I.X é representada sua localização com os seus principais conflitos, abarcando a relação com o rio São Francisco, as sobreposições, as Unidades de Conservação-UC e a reivindicação de territórios ancestrais em processos de retomadas, assim como o de reconhecimento via o Relatório Circunstanciado⁶.

⁵As terras tradicionalmente ocupadas estão garantidas nos artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988.

⁶O Relatório Circunstanciado não havia sido publicado pelo Grupo Técnico-GT, formado pela Fundação Nacional do Índio-FUNAI. O Relatório somente foi publicado no Diário Oficial da União-nº192-em 06 de outubro de 2014-p.30. O mapa foi produzido em 2012, com base em informações obtidas em relatos de Audiências Públicas, assim as dimensões da terra reivindicada são aproximadas.

Mapa 2: Localização da Terra Indígena Xakriabá no norte de Minas Gerais - Situação geral - área reivindicada em estudo (2012)⁷



A tensão social faz desse povo um grupo humano específico, que tem o Toré⁸ como representação dessa identidade e etnicidade vinculadas às condições territoriais e suas territorialidades. É nas territorialidades que desenvolvem atividades que transformam o seu espaço em um lugar próprio da identidade, articulada com a construção do desenvolvimento social.

O espaço sertanejo que esse povo demanda se (re)constrói a partir do seu modo de vida. As inúmeras dificuldades existentes geram tensões da própria comunidade e criam situações de luta pela posse da terra. Segundo Paraiso (1987, p.14), “A terra é o elemento mais forte, em torno do qual se define e se articula o estatuto de ser de um povo”. Essa é a terra com o qual se identificam, que têm História e que ocupam tradicional e ancestralmente.

O processo histórico de lutas e reivindicações começa a ser consolidado de

⁷Título adaptado, diferentemente do original na tese (2014).

⁸Toré: Dança entre os índios, tendo momento de participação somente dos líderes, sendo parte da ancestralidade e cosmovisão Xakriabá. Para o mundo exterior é a construção da reelaboração cultural, a identidade, a afirmação desse povo. Também é retratado como um ritual, assim como em Orlandi (2008, p.222): “Quanto à relação entre as identidades e as diferenças, esta é regulada essencialmente no ritual. Trata-se de separação vivos/ mortos e da relação humanos/ancestrais, expressas no ‘turé’, ritual cosmogônico, e da relação humanos/espíritos, expresso no ‘maraká’, ritual xamanístico”. ORLANDI. Eni Puccinelli. Terra à Vista-Discurso do Confronto: Velho e novo mundo. 2ª. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p.222.

maneira contínua⁹ com esse cenário nas territorialidades. O território é uma permanente construção dos espaços de vivências entre os elementos físicos e espirituais, que sem o seu complemento não constitui as relações e ações das multidimensões culturais, ambientais e políticas, caracterizando a Ação Territorial. Essa Ação é a constituição histórica sobre o espaço que aborda aspectos próprios da construção do território, como resistência contínua e o seu uso na vivência e ações cotidianas entre o Estado, as populações tradicionais, movimentos sociais e outras formas de uso. Essas outras formas de uso podem refletir diretamente as ações locais por um determinado número populacional, que se articula sobre o “seu território”, enquanto espaço de vivência e gênero de vida, com destaque para a análise do discurso e as estratégias do mesmo.

A construção dessa condição teórica da Ação Territorial é constituída nas multidimensões e territorialidades que acontecem tanto “dentro” quanto “fora” do território usado.

Procedimentos Metodológicos

A metodologia é constituída de trabalho de campo com o pesquisador participante. O *campo* na Terra Indígena Xakriabá constituiu-se de várias atividades com a comunidade, participação de reuniões de conselhos, associações, cursos e eventos locais. O *campo* exterior à Terra Indígena aconteceu em cursos, palestras e eventos que envolviam os indígenas diretamente, como no exemplo de participação de Audiências Públicas na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais em Belo Horizonte, audiências no Ministério Público Federal em Montes Claros e outras em São João das Missões (ambas em Minas Gerais), assim como em eventos realizados pela FUNAI (eventos locais, regionais e nacionais).

Os registros fotográficos dessas atividades públicas foram importantes para identificar as ações coletivas em prol da luta e resistência. As entrevistas

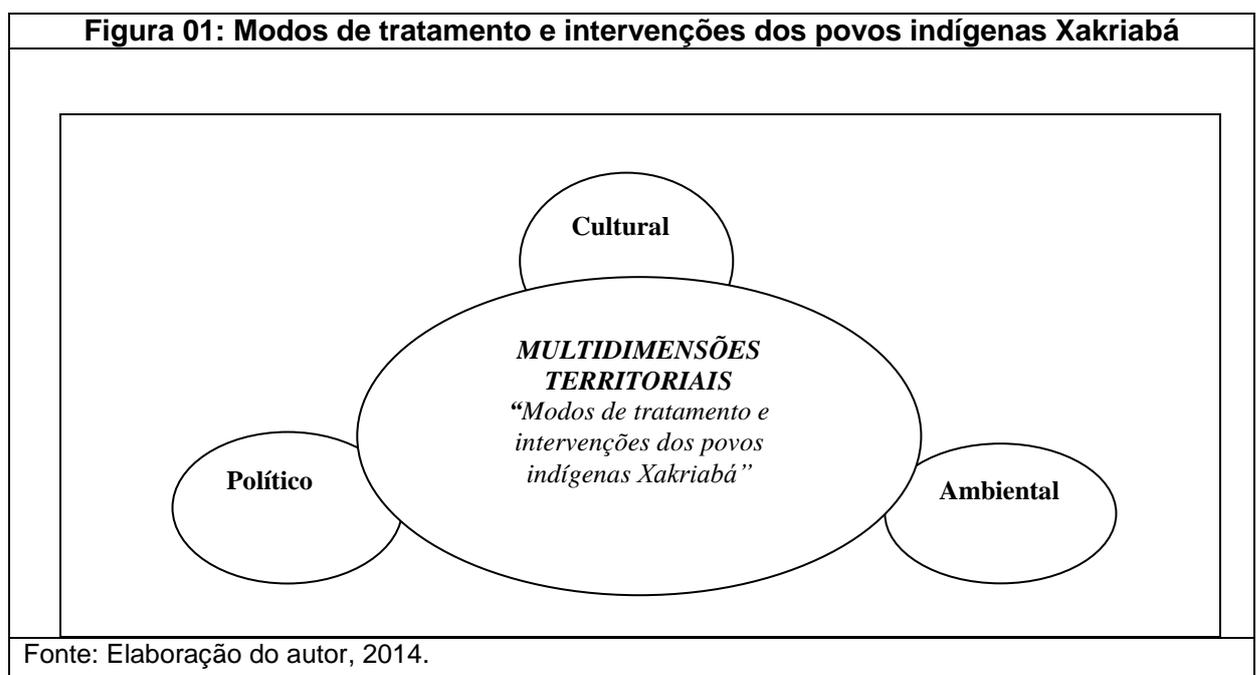
⁹“Enquanto “*continuum*” dentro de um processo de dominação e/ou apropriação, o território e a territorialização devem ser trabalhados na multiplicidade de suas manifestações – que é também e, sobretudo, multiplicidade de poderes, neles incorporados através dos múltiplos agentes/ sujeitos envolvidos (tanto no sentido de quem sujeita quanto de quem é sujeito, tanto no sentido das lutas hegemônicas quanto das lutas de resistência - pois poder sem resistência, por mínima que seja, não existe). Assim, devemos primeiramente distinguir os territórios de acordo com os sujeitos que os constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais, o Estado, empresas, instituições como a Igreja etc”. (HAESBAERT, 2007, p. 22) In: Território e Multiterritorialidade: um Debate. **GEOgraphia**, ano IX, n. 17, p. 19-46, 2007. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/%20article/viewFile/213/205>>. Acesso em: dez. 2013

semiestruturadas estiveram associadas às ações de trabalho de campo. A diversidade de documentos históricos e atuais puderam revelar muitos dos elementos determinantes para a constituição do processo e das multidimensões do território. Em arquivos públicos e institucionais o “garimpar” foi uma ação permanente no estudo, onde as comparações foram fundamentais. As diferentes cartografias de territórios históricos redimensionaram as representações espaciais e os movimentos produzidos; mais de cem anos de dinâmicas envolvendo o rio São Francisco e as terras que interiorizam a partir de suas margens. E a partir da análise de discurso se propôs compreender de maneira mais aprofundada e interpretativa as dinâmicas orais e falas registradas em *campo*.

Esse conjunto de ações de procedimentos metodológicos, constituem em sua diversidade a importância da compreensão e dinâmica tratada no processo das multidimensões estabelecidas na espacialidade no sertão dos gerais e de suas diversas populações, em destaque o povo Xakriabá.

Desenvolvimento

A base do território consiste nas Multidimensões Territoriais - Modos de Tratamento e Intervenções dos Povos: Cultural; Político e Ambiental, conforme Silva (2014) (tripé representado na figura 01).



Os modos e as intervenções que configuram as Multidimensões Territoriais

apresentam-se com os vários saberes e fazeres ancestrais. Para Almeida (2008, p. 58), “O território é, antes de tudo, uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural”. É essa Cultura que incorpora as territorialidades nas dimensões materiais e imateriais.

Na constituição do território, ao passar por várias ações em suas multidimensões, aconteceram movimentos contínuos no que tange às desterritorializações e reterritorializações. Reconhecer essa consciência coletiva sobre o território é poder dominar seus lugares; modificar suas paisagens ao critério das necessidades; conviver com os mistérios naturais; acessar os recursos disponíveis; preservar e conservar esses recursos. O índio é agente desse processo de consciência. (SILVA, 2014, p.174)

As territorialidades impressas ao gênero de vida são concebidas pelos vários tipos de enfrentamentos que os indígenas perpassam. “São as territorialidades, em suas próprias relações, que dinamizam as funções sociais; as normas do grupo; o movimento das ações individuais e coletivas, bem como as respostas ao mundo fora das aldeias. Essa dinâmica reconstitui as multidimensões do território”. (SILVA, 2014, p.173). O quadro 01 revela de maneira sintética alguns tratamentos e intervenções do povo Xakriabá, que resultam nas multidimensões e assim configurarem a contínua Ação Territorial.

Quadro 01: Multidimensões Territoriais - Modos de Tratamento e Intervenções dos Povos Indígenas Xakriabá: Cultural, Político e Ambiental		
CULTURAL	POLÍTICO	AMBIENTAL
.a identidade, significados e significantes ancestrais;	. o diálogo e o discurso sobre a análise política do território;	.convivência com a seca e formação de tecnologias sociais
.valorização, conservação e preservação da memória cultural e ambiental;	.participação frente às instituições: FUNAI, CIMI, universidades e ONG's;	. construção de barraguinhas;
.preservação dos bens materiais;	.construção da política partidária;	. cultivo de viveiros de mudas;
.manutenção dos ritos e mitos na cosmovisão indígena	.capacitações fora da Terra Indígena, reconhecendo realidades;	.brigadas de incêndios para o controle e capacitação;
.expressões na pintura corporal;	. ações de retomadas territoriais;	. cultivo de plantas medicinais;
.resgate lingüístico;	.audiências públicas ;	. capacitação de extrativismo;
.relação da cultura com o território;	.participação no PNGATI;	.participação de conselhos ambientalistas;

Fonte: Elaboração do autor, 2018

Os atos que vinculam os sujeitos/atores à terra estabelecem multidimensões do território que são próprios de um grupo social em seu espaço de vivência. Na recusa de ações do Estado em homologar a terra indígena, amplia-se as resistências e os desejos em constituir-se os territórios. Essa constatação de desejo relaciona-se com a Ação Territorial; tal ação se apropria dos discursos e atribui a sua análise transformando as argumentações em práticas sociais relevantes para as lutas e resistências.

Para traduzir as multidimensões como elemento fundante da Ação Territorial, é importante destacar os principais pontos que foram explorados nas análises, e que são parte da constituição de novas estratégias no cotidiano dos discursos da territorialidade Xakriabá. Considerando o objeto em estudo, a prioridade é sintetizar esses elementos sobre o “olhar de dentro” (dos povos), que são:

- a) produtos de relações históricas;
- b) as identidades;
- c) produto e condição do processo de TDR;
- d) resultado da coevolução socionatural;

- e) construção espaço-tempo;
- f) lugar e rede de lugares;
- g) relações políticas;
- h) reconhecimento dos direitos.

Os produtos de relações históricas, tanto material quanto imaterial, estão contemplados na “essência” da luta indígena. Não há negação sobre os fatos ocorridos no passado e sua relação com as demandas do presente. As práticas e experiências se acumularam e em cada referência de luta se agregam valores históricos aos momentos atuais. O vínculo com o território ocupado tradicionalmente é o principal elemento desse processo. Reconhecer esse território e transformá-lo em terra indígena foi uma proposta aproximada do Estado em busca de minimizar os “erros históricos” com as etnias.

As identidades se constituem uma “força” comum na personificação do indígena. Os parentes se reconhecem em todo o território nacional na luta e organização comum. O processo de etnicidade se revela no outro e assim se “fazem” atores, em que a identidade é vista como marco físico e cultural, além de terem favorecido as suas próprias reivindicações. A “transformação identitária” de algumas etnias apresenta pontos positivos e negativos diante do mundo moderno que vivenciamos. Dentro desse contexto, a concepção de etnogênese¹⁰ vale por demais nas conquistas de resistência e luta.

O produto e condição do processo de TDR é, também, na análise do “olhar do de dentro”, reflexo das políticas e estratégias do não índio. Na territorialização os índios estão sempre levando em consideração a sua ancestralidade, mas, no processo de desterritorialização perdem-se alguns elementos no decorrer das ameaças sofridas, pois mudam-se as estratégias ao longo do percurso. E com a reterritorialização, nem sempre bem-vinda, muitas das vezes forçada, os indígenas tentam reconstituir a perda do processo anterior. Entre esses processos, o empoderamento se requalifica. As perdas de terras em várias situações geraram conquistas de saberes estratégicos¹¹. Conquistas e retomadas aprimoram as lutas e multidimensões no âmbito político, cultural e ambiental.

¹⁰Desde a última década do século passado vem ocorrendo no Brasil um fenômeno conhecido como “etnogênese” ou “reterritorialização”. Nele, povos indígenas que, por pressões políticas, econômicas e religiosas ou por terem sido despojados de suas terras e estigmatizados em função dos seus costumes tradicionais, foram forçados a esconder e a negar suas identidades tribais como estratégia de sobrevivência – assim amenizando as agruras do preconceito e da discriminação – estão reassumindo e recriando as suas tradições indígenas. (LUCIANO, 2006, p. 28).

¹¹Não se entende aqui como uma justificativa, ou ganho valoroso.

O resultado da coevolução sionatural é como a identidade, mas se insere na condição da natureza humana do índio. O índio é parte dessa natureza no contexto da tradição ancestral, mesmo sendo transfigurado o mundo ao seu redor.

Na construção espaço-tempo, ainda hoje se estabelecem, tanto nos índios aldeados como nos não aldeados, estratégias baseadas nos lugares de onde se fala e onde consolidam as suas moradias. É interessante esclarecer que a maioria dos não aldeados aprimoram o discurso de defesa ao território, tanto por necessidade do elemento legal e físico da territorialização, como das relações intrínsecas às territorialidades.

O lugar e a rede de lugares se configuram dentro e fora das aldeias como na construção do espaço-tempo. Nas associações, pode-se constatar que o processo de união entre os parentes consolida o lugar do ponto de vista “dos de dentro” e amplia para os que “estão de fora”. As várias aldeias, fora do contexto de origem, levam em si todo o modo de vida e a nomenclatura linguística da aldeia mãe.

As relações políticas estabelecidas nas comunidades e fora delas apresentam hoje uma articulação maior, mesmo diante das dificuldades. Muitos municípios já contam com vereadores ou prefeitos indígenas, determinando assim uma maior coesão de forças.

E, por último, o reconhecimento dos direitos através da luta contínua. Esclarecimentos sobre os direitos constitucionais estão sempre em pauta, gerando, muitas vezes, cobranças e debates acalorados. Numa outra avaliação de comparação de pontos comuns, pode-se ampliar o debate para os elementos sobre o “olhar de fora” (da sociedade moderna), que são:

- a) valorização do capital;
- b) redes e fluxos;
- c) a geopolítica;
- d) desigualdades;
- e) compartimentação e uso político do espaço.

A valorização do capital tem uma de suas dimensões a direta relação com o uso dos recursos da terra. Sendo a terra para o cultivo tradicional e alimentação na aldeia, não se tem diretamente a relação com o capital. Sobre a economia solidária, existem poucos exemplos que estão relacionados com o capital social, como nas perspectivas turísticas.

As redes e fluxos estabelecidos estão associados às dinâmicas dos conhecimentos pautados na academia e nos saberes das comunidades. Essa condição de intercâmbio vem se estreitando em algumas comunidades. O contingente

de projetos que viabilizam as tecnologias sociais, vem ampliando e contextualizando uma nova realidade no processo de confiabilidade entre os atores “de dentro” e “de fora”.

A geopolítica se enquadra nas relações mais difíceis entre os atores, pois está diretamente voltada para a terra. O território, na condição do índio, em sua concepção ancestral não está voltado para a iniciativa do capital, da especulação e da propriedade privada estabelecida no mundo moderno. O uso comum ainda é a tônica da sociedade indígena.

As desigualdades gritantes, nos atores “de dentro” e “de fora”, podem levar algumas dezenas ou centenas de anos para serem amenizadas, enquanto não houver o conhecimento e o desvelamento das culturas entre si. As invisibilidades culturais que protegem em suas próprias ações, também separam e segregam frente ao olhar do outro.

A compartimentação e uso político do espaço não difere do último elemento discutido. O processo de aceitação das discrepâncias e o de incorporação do outro, poderão consolidar políticas públicas capazes de assistirem e contemplarem as diferenças, tornando-se partes das condições para o entendimento e possibilidades de parcimônia.

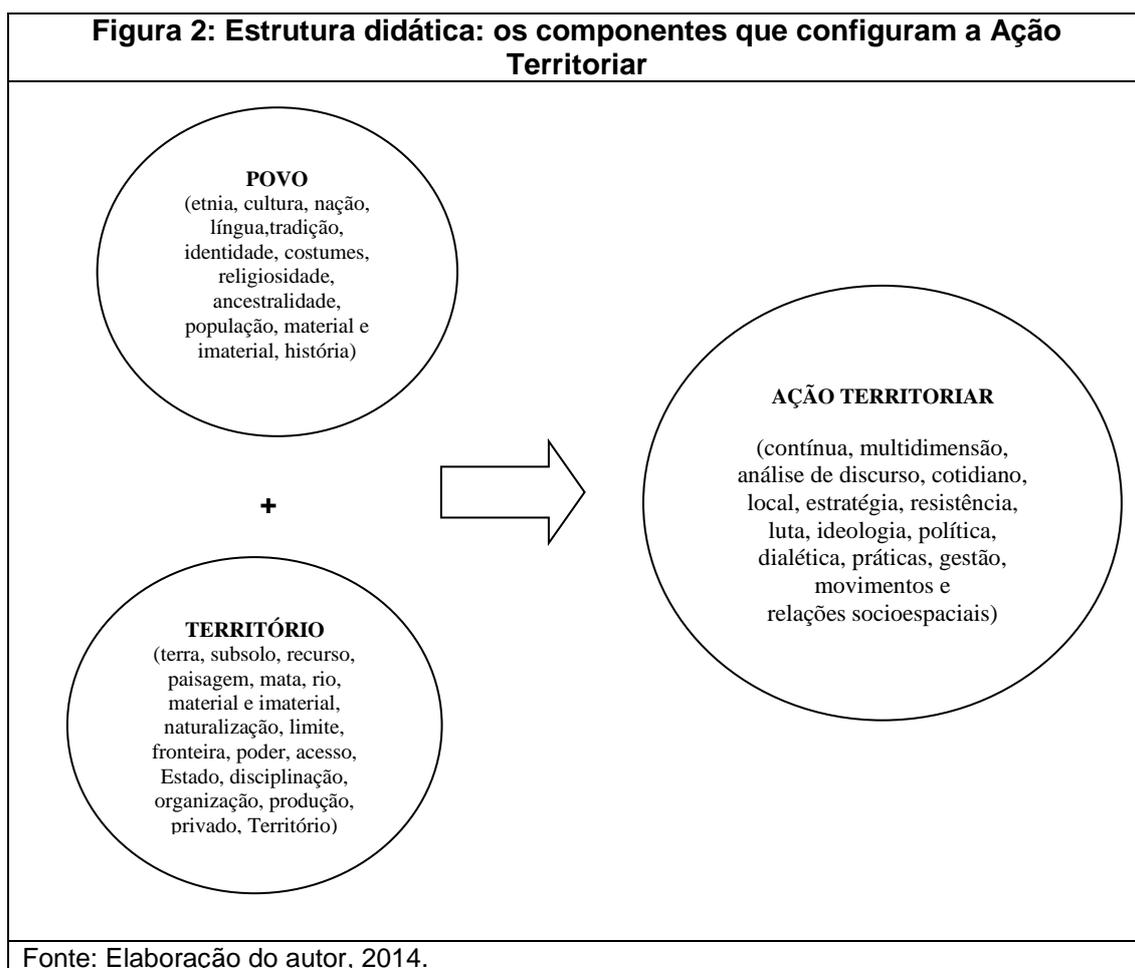
Diante dessa estruturação, ainda “engessada nos olhares ideológicos”, torna-se importante destacar algumas práticas de vida cotidiana desses povos, desmistificando entraves relacionais sobre o espaço territorial e suas conexões.

Dentro de uma estrutura didática,¹² os componentes que configuram a Ação Territorial são interdependentes no processo. A necessidade de se estabelecer estratégias de luta e resistência e usar as multidimensões no espaço ficam então a critério dos atores envolvidos no contexto do lugar¹³.

A estrutura didática, a seguir (Figura 2), apresenta componentes da Ação Territorial. Essa estrutura didática não engessa os vocábulos e sim busca ampliar outras leituras de compreensão de como a Ação Territorial se constitui. Como na realidade contínua, no cotidiano do povo Xakriabá, esses vocábulos apresentam as relações e discursos, muitas vezes implícitos aos que estão fora da luta de resistência e principalmente para o Estado.

¹² Estrutura didática como referencial teórico de compreensão dos principais componentes da Ação Territorial.

¹³ É importante destacar que a ação territorial pode conter outros atores em outros lugares, com outras estratégias, socioespaciais de multidimensões.



A consolidação da estrutura didática apresentada é o resultado dos elementos constados e das análises da pesquisa, tanto empírica quanto bibliográfica. A tríade “povo - território - ação territorial” se apresenta em suas relações e dinâmicas teóricas e práticas. Na proposta de somar os elementos do povo com os do território e apresentá-las como resultado, a Ação Territorial é, antes de tudo, desenvolver o intercâmbio nas relações de cada uma das partes. As dialéticas presentes nos discursos “envolventes” podem estabelecer constituições diferentes de Ação Territorial, não deixando, assim, de ser efetivada uma outra ação com outro grupo social em seus processos históricos próprios e suas relações. São fundantes os elementos: ações contínuas, multidimensões e análise de discurso, apresentadas na estrutura didática.

As relações entre o Estado, que deseja implementar o índio em uma terra indígena, ainda se revelam distantes da realidade do Território Indígena pleiteado. Apesar das realizações das políticas públicas, desde a Constituição de 1988, muito se debate entre a legalidade e o direito. A Ação Territorial se enquadra em uma categoria de cunho geográfico, que abarca outras ciências humanas, na tentativa de (re)conhecer e ampliar as diversas possibilidades de multidimensões de

territorialidades socioespacial.

O sujeito/agente que luta com estratégias contínuas efetua a Ação Territorial em suas multidimensões. Os discursos se transformam em práticas fundantes de empoderamento na vida cotidiana, proporcionando a “sensação de liberdade” de seu auto-reconhecimento identitário, na cosmovisão de suas ancestralidades no território indígena que se deseja.

Ação Territorial: considerações finais

Com os subsídios das multidimensões e de suas relações no território dos Xakriabá, torna-se esclarecedor e pertinente revelar as principais ações no território que são constituídas enquanto conflitos.

Essas ações, em primeiro lugar, são os conflitos em movimentos da práxis, identificados no cotidiano desse povo. São ações contínuas traduzidas a partir da emancipação do Toré enquanto etnogênese na proposta de identificação e reconhecimento sociocultural, identitário, e principalmente do território. Dos principais conflitos, dois dão destaque na configuração do movimento da práxis: a falta de acesso ao rio São Francisco, pois o território homologado não conecta com esse recurso hídrico; e a sobreposição de territórios em seus limites com municípios e unidade de conservação.

O discurso como movimento da teoria revela-se e identifica-se com a principal análise que constitui o discurso em si, tanto fora quanto dentro do território. Os atores que lutam e resistem pela posse das terras estabelecem relações no campo do poder a partir dos espaços nas Audiências Públicas, por exemplo. Os relatos e narrativas são voltados para o debate da qualidade de vida, relações fundiárias, violência contra os indígenas, reclamações dos fazendeiros, assistência indigenista e acordos entre o Estado e os moradores. Assim, a Ação Territorial compreende-se na análise no contexto histórico da luta, na resistência através dos vários discursos do território.

Diante das abordagens teóricas reflexivas e as constituições de experiências em campo que proporcionaram a movimentação teórica proposta, afirma-se o estudo e investigação da constituição da Ação Territorial. As multidimensões do território se configuram nessa Ação Territorial dos Xakriabá. A verificação e assimilação das relações entre o Estado e o índio/indígena ficam claras na condição do mesmo em poder movimentar a teoria em seus diálogos e estratégias de luta e resistência. A concretização de um território ideal e/ou utópico, tanto para o Estado quanto para os índios/indígenas, passa pelas atribuições e movimentos das relações entre o povo, o

território e a Ação Territorial que se concretiza a partir do estudo.

Considerando a densidade de elementos e rigores de propostas não se pode deixar de elencar as várias possibilidades de se encontrar um resultado plausível. Na construção de uma constante tentativa de usos assertivos, a perspectiva humana se engendra com as condições empíricas e literárias. As teorias e as práticas revelam nas ações humanas muitas outras análises profundas, que escaparam de uma proposta artificialmente planejada. Nessa condição, ressaltam-se os principais pontos comprobatórios desse estudo.

A categoria território na ciência geográfica ainda permanece aberta e amplia a visão polissêmica de significados e significantes, seja através dos discursos ou das ações práticas. Tanto o marco legal quanto o marco conceitual da categoria geográfica território possui ampla abordagem e possibilita práticas efetivas. A relevância da abordagem em “geografia e gestão do território”, em suas constituições epistemológicas, amplia o debate das territorialidades e suas multidimensões.

As várias facetas oferecidas pelas ações do mundo moderno frente às tradições ancestrais ainda podem gerar novas pesquisas geográficas, tendo o território como categoria que ainda muito se pode explorar. As futuras relações entre o Estado e as comunidades tradicionais, e povos originários, podem ainda gerar outras políticas públicas, que serão fruto de indagações e resistências contínuas. As relações entre as objetividades conceituais e as subjetividades vividas ainda serão um “novelo de algodão”, que deverá ser “desenrolado” para tecer novas “teias” no contexto social, político, ambiental, acadêmico, histórico, antropológico, jurídico e geográfico.

Outras possíveis metodologias serão desenvolvidas na condição de poder solucionar novas propostas de territórios. A contribuição da Ação Territorial é mais uma “condição de possibilidades” que se enquadra no momento dos processos históricos relevantes entre as práticas teóricas e sociais. Novas realidades serão expostas, como problemas entre pessoas, coletividades, os seus direitos e deveres frente à capacidade ou não do Estado e/ou outras iniciativas propostas como solução.

Para além das práticas discursivas e sociais, e até mesmo da Ação Territorial se fundamentar na legitimação de outros estudos, o espaço e o tempo poderão somar junto às populações outras frentes de estudos complementares ou mesmo inovadores.

Nem sempre o anseio das comunidades e dos “juristas” do Estado estarão em caminhos convergentes. As divergências em reconhecimentos, legalizações, ética e moral ampliam em dimensões à liberdade de conquistas de territórios melhores.

A Ação Territorial faz parte da dinâmica do próprio território. Muitas vezes a “máscara social” da realidade objetiva esconde os principais elementos que se tornam um simulacro para os estudos acadêmicos. Porém, é importante destacar que esse

caráter, que também se faz enquanto simulação, é uma absoluta verdade para o olhar tanto dos “de dentro” quanto para os “de fora”.

A relação de aproximação entre a pesquisa, o pesquisado e o pesquisador que sofre “intempéries”, não se deve furtar aos elementos que por hora obscurecem e revelam a luz do saber para ambos os envolvidos no estudo.

Diante das dificuldades interpretativas e de análises que não foram supridas nas leituras bibliográficas, pode-se verificar em campo as conjunturas vivenciadas.

Em resposta a sociedade Xakriabá, o estudo traça mais um capítulo temporal do início do século XXI. Trata-se de uma contribuição sólida, de caráter social que também sofrerá ações críticas do discurso evidenciado. No tempo e no espaço; simplesmente construímos.

Referências

ALMEIDA, Maria Geralda. (Orgs.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008.

BAETA, Alenice (Org.). **XAKRIABÁ, Professores indígenas**. Valorizando o patrimônio cultural Xakriabá. Documentar para preservar – Segunda Turma Xakriabá do Curso de Formação dos Professores Indígenas de Minas Gerais. Belo Horizonte: Governo do Estado de Minas Gerais, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: dez.2012.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

GEERTZ, Clifford. **Interpretações das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.165-205.

_____. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n°.17, p. 19- 46,2007.

Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/%20article/viewFile/213/205>>. Acessado em: dez. 2013.

_____. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET,

Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP; Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. p.95-120.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Conflitos territoriais na estratégia de preservação na natureza. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós- Graduação em Geografia, 2009. p.271-290.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Mapa etno-histórico de Curt Minuendaju** – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1987.

_____. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010 – primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/ Diretoria de Pesquisas. Rio de Janeiro: 2012.

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2012.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Gurani-Mbya: significado, constituição e uso**. Maringá, PR: Eduem; São Paulo: Edusp, 2008.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. A identificação como categoria histórica. In: LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARRETO FILHO, Henyo Trindade (Orgs.). **Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria LACE/CNPq/FAPERJ/IEB, 2005.p.29-73.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da Territorialidade. In: **Anuário Antropológico 2002/2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: 2004. p. 251-290.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD em parceria com o Museu Nacional, Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento – LACED, 2006. 227 p. (Educação para todos, 12). (Vias dos saberes, n. 1). Obra com apoio da Fundação Ford e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura–UNESCO.

Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154565por.pdf>>. Acesso em: abril. 2012.

MELATTI, Júlio César. **Índios do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

MORAES, Antônio Carlos Robert de. **RATZEL: Geografia**. Tradução de Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Editora Ática, 1990.

_____. **Geografia: Pequena História Crítica**. 20ªed. São Paulo: Annablume, 2005.

MOVIMENTO Catrumano: O Norte de Minas como Berço de Minas Gerais– Universidade Estadual de Montes Claros – Associação dos Municípios da área Mineira da SUDENE – Prefeitura Municipal de Montes Claros. Imprensa Universitária –

Unimontes, Janeiro de 2006. (Cartilha)

OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A presença indígena no Nordeste**: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

OLIVEIRA, José Nunes; OLIVEIRA, Domingos N. **O tempo passa e a História Fica**. Belo Horizonte:SEE-MG/MEC, 1997.

OLIVEIRA, Luciano Amaral (Org.). **Estudos do discurso**: perspectivas teóricas. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista-Discurso do Confronto**: Velho e novo mundo. 2ª. Ed.Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 222.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Lauda Antropológico-Identidade Étnica dos Xakriabá**. UFBA, 1987.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas nas do Sertão-O Cerrado na História de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005-a. v. I e II.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Xakriabá: Identidade e História – Relatório de Pesquisa – 167**. UNB – Brasília, 1994.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. João à Terra Indígena Xakriabá**: as circunstâncias da formação de um povo. Um Estudo sobre a construção social de fronteiras.1997.Dissertação(Mestrado em Antropologia Social) – UNB, Brasília, 1997.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2010. 433fls.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepção sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, Cássio Alexandre da. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais**: a ação territorialar dos Xakriabá. 2014. 267 fls. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Uberlândia. 2014.

SILVA, Cleube Alves da. **Confrontando Mundos**: os Xerentes, Xavante, Xakriabá e Akroá e os contatos com os conquistadores da Capitania de Goiás (1749-1851). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – UFGD, Dourados, MS, 2006.

Sobre o autor

Cássio Alexandre da Silva – Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia - UFU ; possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES (1995); é especialista em Geografia Regional do Brasil e Minas Gerais-UNIMONTES (1997) e em Turismo e Desenvolvimento Regional - Faculdades Integradas Pitágoras Claros-FIP/MOC (2003); mestre em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros-UNIMONTES (2007). É docente da

Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES no Departamento de Geociências. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Desenvolvimento Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Cultural, Território, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Sustentável, Relações entre o Urbano e o Rural e Turismo. Atualmente é Coordenador Adjunto e Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo- Unimontes. **Orcid** – <https://orcid.org/0000-0003-1686-1457>

Como citar este artigo

SILVA, C. A. A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Kakriabá. **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 284-3020, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 26 de setembro de 2018.
Devolvido para a revisão em 13 de setembro de 2019.
Aceito para a publicação em 01 de outubro de 2019.

Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)

Jones Dari Goettert

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
jonesdari@ufgd.edu.br

Juliana Grasiéli Bueno Mota

Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) – Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.
julianamota@ufgd.edu.br

Resumo

Caminhos e andanças – e seu percorrer – são possibilidades no acompanhamento de nosso fazer geografias indígenas. A proposta é combinada com a discussão de “geobricolagem”, a “forma de mundianizar” indígena (feita através do “pensamento-por-exemplo”), que se distingue da “geoengenharia” (“pensamento-por-modelo”, ocidental-capitalista). A perspectiva de caminhos e andanças, na geografia, pode se realizar pelo envolvimento profundo junto às gentes e terras indígenas, como potência para fazer brotar *ondes* inusitados na relação humanas/os e não humanas/os e tendo a geobricolagem (o *exemplo*) como um ato também político e popular.

Palavras-chave: Geografias indígenas; caminhos e andanças; geobricolagem.

Through indigenous paths and wanderings (geo-bricolage as a trail)

Abstract

Paths and wanderings – and your go through – are possibility in the accompaniment of our making geographies of indigenous peoples. The proposal is combined with the discussion of “geobricolage”, the indigenous “way of worlding” (made through “thought-by-example”), which is distinguished from “geoengineering” (“thought-by-model”, western-capitalist). The perspective of paths and wanderings, in geography, can be given, then, by the deep involvement with the indigenous people and lands, as a power to bring out unusual *wheres* in the human and non-human relationship and having geobricolagem (the *example*) as well as a political and popular act.

Keywords: Indigenous geographies; paths and wanderings; geobricollage.

A través de caminos y andanzas indígenas (geobricolagem como sendero)

Resumen

Caminos y andanzas – y tu pasar por – son posibilidades en el acompañamiento de nuestro hacer geografías de pueblos indígenas. La propuesta se combina con la discusión del “geobricolaje”, la “forma de mundianizar” indígena (hecha a través de “pensamiento-por-ejemplo”), que se distingue de la “geoingeniería” (“pensamiento-por-modelo”, occidental-capitalista). A perspectiva de caminos y andanzas, en geografía, puede ser dada, entonces, por la profunda participación con los pueblos y tierras indígenas, como una potencia para resaltar *dondes* inusuales en la relación humanas/os y no humanas os y tener geobricolaje (el ejemplo) como un acto también político y popular.

Palabras clave: Geografías indígenas; caminos y andanzas; geobricollage.

Todo mundo que anda conhece.
Quem não nada, não conhece.

Ñanderu kaiowá Admiró
(Mota, 2015, p. 21)

Vamos pensar no espaço
não como um lugar confinado,
mas como o cosmos
onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos.

Ailton Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*



Ailton Krenak, *O sonho da pedra* (cena 1)

Trilha de partida (introdução)¹

A *construção* de caminhos e andanças é parte do *pensar e fazer geográficos*. Na produção das geografias dos povos indígenas, entendemos que este fazer é ainda mais imprescindível. Essa imprescindibilidade é *engravidada* principalmente porque as gentes índias têm suas vidas *ancoradas* em *existências nômade*s². Essas existências foram

¹ (1) Este artigo é também parte das reflexões em torno do projeto “Long Pending Questions Affecting the Guarani-Kaiowas in Mato Grosso do Sul: Agribusiness Expansion, Racism and the Ambiguous International Borders between Brazil and Paraguay”, coordenado pelo professor Antonio Ioris (School of Geography – Cardiff University – Cardiff, País de Gales) e que tem o autor e a autora deste texto como participantes (o projeto é financiado pela *Newton Fund* – Reino Unido). (2) Este artigo dialoga com o texto-apresentação deste dossiê “Gentes|terras: o *ouvir* mútuo das Geografias Indígenas”, em especial através das perspectivas *ouvir e sentipensar*..

² *Existências nômade*s, aqui, nada tem a ver com o “nomadismo” a que a narrativa “branca” impõe às gentes/ aos povos ditos – vejamos só! – “pré-históricos” (ideia que tem a intenção proposital de fazer figurar povos – como os indígenas – em um estágio “pré-civilizatório”, portanto, *anterior* e com *necessidade* de “progredir” para alcançar o “estágio” de civilização). Racista, a ideia impõe e não dialoga, sendo um dos pilares da hodierna lógica colonial-colonialista do saber e do poder (cf. QUIJANO, 2005), sustentadora do Modo de Produção Capitalista calcado na propriedade (privada, enfatizamos) da terra, das gentes e das coisas. Constituinte de uma *violência epistêmica* (cf. CASTRO-GÓMEZ, 2005) – simultânea à violência física-material –, objetiva tornar superior a *existência sedentária* (“surgida” com a agricultura e o pastoreio, *pré-condição* para o surgimento do Estado), como se para as gentes/os povos indígenas fosse indiferente o lugar onde estavam/estão, como se não construíssem vínculos territoriais materiais e afetivos (aliás, sugerimos como leitura a proposição de [1] Aguiar; Landa; Goettert [2016], que, refletindo arte rupestre e (i) mobilidade no Mato Grosso do Sul, destacam a hipótese dos povos ancestrais

fraturadas e interditadas pelos contatos da sociedade ocidental-moderno-contemporâneo-capitalista, que impôs projetos, lógicas e modelos *sedentários* – e as cercas e os cercamentos têm aí papel decisivo. Tentar compreender geograficamente essas fraturas e interdições pressupõe a disposição da andança pelos caminhos índios – que ainda persistem – e pelos cruzamentos, de um lado, impostos pela invasão, conquista, dominação, exploração, violência e morte, e de outro, recriados em lutas, re-existências e perspectivas “alter-nativas” de vida.

A trilha que seguimos aqui para esta ainda introdutória *trilha* por caminhos e andanças é *pontilhada* pela discussão inicial de “geobricolagem”. Proposta pelo antropólogo Viveiros de Castro (2015a e 2015b), com base em Lévi-Strauss (1989), a geobricolagem se expressa como pensamento e prática índia (construída e reproduzida pelo exemplo), em contraponto à “geoengenharia” (pensamento e prática por modelo) que impõe “Un Mundo” único³. Como “forma de mundanizar”⁴ (BLASER, 2014, p. 54), ou aqui, como *forma de mundianizar*, perguntamos como o exemplo geobricolagem pode também se expressar como *ato* de luta política e popular.

E sobre geobricolagem, ainda nesta introdução, uma imagem.

terem se *fixado* em certos lugares não necessariamente (ou apenas) pelo “desenvolvimento da agricultura”, mas por vínculos afetivos-simbólicos construídos com seus *habitats*: “A ocupação humana em cavernas e abrigos não pode ser entendida como mera apropriação de recinto espacial. O entorno ecológico, ao ser tematizado, assume a condição de ente, podendo se tornar agente influenciador no fluxo da vida social”; e [2] de Aguiar [2015, p. 56], que ressalta: “[...] a arte [rupestre] foi determinante para o adensamento das populações em torno da força cosmológica. A verdadeira força motriz para a formação das primeiras chefaturas ou parentelas extensas teve sua raiz não propriamente no desenvolvimento da agricultura, mas no controle dos conteúdos cosmológicos e nas propagações de ideias [das cosmologias correspondentes]”. Mas aqui, a ideia de *existências nômades* segue singelamente a *insinuação* deleuze-guattariana de “nomadologia”: (1) como “máquina de guerra” em “espaço liso” contra o Aparelho de Estado em “espaço estriado”, que segmenta e sedentariza; (2) como multiplicidade contra a identidade imposta pelo Estado, que impõe uma identificação-modelo-representação única, *estatística* e anti-popular; (3) como “povos primitivos” que persistiram contra a constituição do Estado, [e em diálogo com Clastres, 1974 {1978}] com “a preocupação potencial de conjurar e prevenir esse monstro que supostamente não compreendem”; e (4) de que “O nômade se distribui num espaço liso, ele ocupa, habita, mantém esse espaço, e aí reside seu princípio territorial” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p. 19 e 52 sobretudo).

³ Críticas à concepção e prática de um “Un Mundo” único, antropocêntrico e “antropoceno”, são encontradas em Trueba (2006), Escobar (2014 e 2015) e Swyngedouw; Ernstson (2018).

⁴ No original “ways of worlding”. Observamos que a sua tradução literal é “formas de mundanizar”, que busca expressar a ideia de que toda realidade é sempre uma construção, não existindo “uma realidade” fora, externa e abstrata, onde, nela, humanas/os e não humanas/os existiriam. Mas aqui, em nosso texto, pela preocupação em discorrer sobre caminhos e andanças indígenas (suas gentes, suas terras), fazemos uma pequena “re-tradução” ou “re-interpretação” do termo, passando a escrever “**formas de mundianizar**”, isto é, a construção de realidades índias como condição de existência, também, do Pluriverso e de Ontologias Políticas Territoriais (sobre essas ontologias, ver, por exemplo, Escobar [2014 e 2015], Blaser [2008, 2009, 2010 e 2014] e De La Cadena [2008 e 2010]).

Figura 1 – Um índio, uma índia, uma árvore... e um celular



Fonte: ASCURI BRASIL (“Facebook” – fotos [acessado em 13/11/2029])

E outra pergunta inicial: o que junta ali um índio, uma índia, uma árvore... e um celular?

Por caminhos e andanças, ao seguir essa trilha, vai à procura de outros encontros em geobricolagens. Essa *gambiarra* pode nos provocar a ser mais insistentes na “co-presença”, na “con-vivência” e no “com-partilhamento” junto dos *ondes* das tristezas e das alegrias (aquelas mais que essas) construídas junto aos caminhos e às andanças dos povos indígenas.

Por último aqui, mas não menos importante, em consonância com o *princípio* geobricolagem, é a proposta de “habi(li)tação” (*habilitar* metodologicamente; *habitar* política e *popularmente*) do *exemplo* como *procedimento* não apenas metodológico mas, principalmente, de luta e de expressão ética dos *ondes* como eles são (*dando exemplos*), e não como os *ondes* dos outros procuram reproduzir-se de cima para baixo (*impondo modelos*). “Vou dar um exemplo”, “Por exemplo”, “Lá na minha comunidade”... são expressões usuais e comuns junto a caminhos e andanças com as gentes índias. Talvez, nesse sentido, fazer valer a força dos *exemplos* indígenas é outro jeito de *mundianizar* a teoria, tornando ela também *prenhe* do *acontecer* gentes e terras índias, seus caminhos, suas andanças.

Geobricolagem

O contato nos últimos cinco séculos imposto pelos europeus sobre os povos indígenas ameríndios criou, histórica e atualmente, uma condição *curiosa*: em grande maioria dizimados (os que não foram exterminados), são os povos *nativos* que passam a construir – ou a serem obrigados a – contatos quase que permanentes com as gentes e terras “não indígenas”. Confinadas ou acomodadas⁵, territorializadas precariamente ou multiterritorializadas (cf.

⁵ Aqui nos *apegamos* às análises de Brand (2004) e Pereira (2004) que estudam os Povos Guarani e Kaiowá no sul do Mato Grosso do Sul. Para o primeiro, esses povos, com a criação pelo Serviço de Proteção ao Índio e

MOTA, 2011 e 2015; e SILVA, 2007) em seus territórios remanescentes (às vezes de tamanho ínfimo, às vezes em territórios para onde foram deslocados, ou mesmo às vezes sem território físico algum), as gentes índias acabam por fazer desse *trânsito* uma condição também de re-existência, fazendo *migrar* coisas e relações como parte da reprodução de suas formas de mundianizar. Existências e re-existências embrenhadas em tempos *cíclicos* espiralados (*além* do tempo linear), conectando *relações* materiais e imateriais (*além* da separação razão e emoção) *sentipensantes*, o humano e o não humano (indissociáveis no *pensamento selvagem*).

Em função disso, à medida que as gentes índias plasmaram *modos de vida* simultaneamente *para dentro* e *para fora* de seus territórios-existências, arriscamo-nos a sugerir que esses *modos* produzem geobricolagens, ou seja, a incorporação ou a amálgama *existencial* de suas condições de ser-estar índia/o. E são **geobricolagens** – e não apenas *bricolagens* – porque a terra/o território é centro indiscernível da própria existência índia. Ou seja, a bricolagem é – ou *faz-se* – terra porque as gentes índias têm a vida ontologicamente em vínculo com ela (as matas, as aves, os animais, os rios, o céu, o sol, a lua...).

Vamos à geobricolagem, então!

A ideia de geobricolagem nos chegou através de Viveiros de Castro (2015a; 2015b). O autor parte da discussão em torno de *bricoleur* e *bricolage*, discutidos em *O pensamento selvagem* por Lévi-Strauss (1989), que já apontava:

[...] o *bricoleur* é aquele que trabalha com suas mãos, utilizando meios indiretos se comparados com os do artista. [...] a característica do pensamento mítico é a expressão auxiliada por um repertório cuja composição é heteróclita. [...] como o *bricolage*, no plano técnico, a reflexão mítica pode alcançar, no plano intelectual, resultados brilhantes e imprevistos. Reciprocamente, muitas vezes se notou o caráter mitopoético do *bricolage* [...]. O *bricoleur* está apto a executar um grande número de tarefas diversificadas porém, ao contrário do engenheiro, não subordina nenhuma delas à obtenção de matérias-primas e de utensílios concebidos e procurados na medida de seu projeto: seu universo instrumental é fechado, e a regra de seu jogo é sempre finito de utensílios e de materiais bastante heteróclitos, porque a composição do conjunto não está em relação com o projeto do momento nem com nenhum projeto particular, mas é o resultado contingente de todas as oportunidades que se apresentaram para renovar e enriquecer o estoque ou para mantê-lo com os resíduos de construções e destruições anteriores (LÉVI-STRAUSS, 1989, p. 32-33).

Para Viveiros de Castro (2015a), o *bricoleur*, o *pensador selvagem* (que obviamente também *faz*, além de *pensar*) ou o “sujeito do conhecimento tradicional”, é aquele “que sabe de onde está falando porque sabe de que onde ele está falando”. Portanto, é sujeito territorial,

Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI) de oito reservas indígenas entre 1915 e 1928, passam à condição de confinados territorialmente; já para o segundo, essa condição é sugerida como de acomodação.

do chão, da terra, em *habitação* profunda com ela (a perspectiva do *habitar* em contraste com à de *ocupar*, como apontado por Ingold, 2015, p. 215).

Para o autor, a contraposição ao pensamento/à prática *bricoleur* (sempre com base em LÉVI-STRAUSS, 1989), é o “pensamento engenheiro”, que age/se reproduz por “modelo”. Como ambos tem relação com a terra, Viveiros de Castro (2015a) parece conclamar todas/os contra a hegemonia “geoengenheira” (ocidental, moderna, capitalista...) e a favor da “geobricolagem”; como ele mesmo diz: “em bom português, a suprema bricolagem, em ‘fazer das tripas, coração’”.

O autor insiste: quem é o sujeito da “geobricolagem”? Ou, “quem é esse outro humano?” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015b) Ele mesmo propõe uma resposta: “como pobre, um pobre”, que deve ser tirado da pobreza, “portanto, o pobre é um outro eu-pobre”; mas, em outra *perspectiva*, é o *pensar* ÍNDIO⁶, “como alguém que não está de forma alguma interessado em ser você, cuja diferença com você” não se mede pela quantidade mas pela qualidade. Portanto, “a questão não é tirá-lo [o ÍNDIO] de onde ele está, mas associar-se a ele para ajudá-lo a continuar sendo o que é”, o que pressupõe uma “outra política”. O autor chama a atenção que a categoria “pobre” é *estatística*, portanto, *estatal*, do Estado, enquanto a categoria ÍNDIO é (uma categoria) antropológica, portanto, “contra o Estado” (a referência a Clastres [1978] parece-nos evidente) (VIVEIROS DE CASTRO, 2015a).

Em outro momento, o mesmo autor (VIVEIROS DE CASTRO, 2015b), discutindo o modelo e o exemplo como dois modos de mudar o mundo, chama a atenção para fala de membro do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN): “O zapatismo não busca ser um modelo que todos têm que seguir igualmente, mas sim um chamado, um exemplo, para que os povos lutem, a seu próprio modo, em suas distintas geografias”. Portanto, às geografias dos povos indígenas cabe a compreensão de cada território *para si*, como *exemplo* (que pode ser *comunicado* daqui para lá...) e não como *modelo* (que se impõe ou é imposto *de cima para baixo*...). O *exemplo* que é, também para o autor, um *modo de fazer*, participando de uma “formação geoespiritual desigual e combinada” (em aproximação ao “desenvolvimento desigual e combinado” [Trotsky]).

Desse modo, sustenta o autor, o modelo hegemônico antropocêntrico, ocidental-capitalista, *geoengenheiro*, está prestes a – junto a sua própria *ruína* – arruinar toda a Terra. Daí, hoje, às gentes e às terras não índias, cientes do praticamente colapso *geoambiental* planetário, com incidência em cada parte do mundo, cabe a imprescindibilidade do diálogo com os “contemporâneos extra-modernos” (como a/o ÍNDIA/O), aquelas/es não capturados pelo capitalismo, ou seja, os “povos que não esqueceram que pertencem à terra [à Terra], e não o contrário” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015a).

⁶ A ênfase narrativa do autor é de tal forma expressiva e impressiva na palavra ÍNDIO, que a exposição aqui em letras maiúsculas nos faz mais próximos de sua *análise-poesia*.

Salienta por isso que, para os “contemporâneos extra-modernos”, o pensamento não é exclusivo das/os humanas/os, mas atributo de muitas espécies, humanas e não-humanas (o “perspectivismo ameríndio”⁷), mas que o “pensamento humano” dominante, ocidental-capitalista, “entra na natureza de forma catastrófica” com desdobramentos sobre a vida de todos. Para ele, um “novo plano de natureza tem que abrir espaço para deuses, espíritos, espectros e monstros, cientistas e xamãs em pé de igualdade”, porque se a maioria deles (espíritos, monstros e xamãs...) não são seres da ciência, o “são da política, da cosmopolítica” (VIVEIROS DE CASTRO, 2015b).

Retomando a discussão envolvendo os “dois modos de mudar o mundo”, o “modelo” e o “exemplo”, o autor aprofunda a análise sobre os pensamentos “engenheiro [modelo]” e “*bricoleur* [exemplo]”. O primeiro, o “pensamento-por-modelo”, está “baseado em ideias impostas a outros”; já o segundo, o “pensamento-por-exemplo”, articula uma antropologia (também) não-humana, não antropocêntrica, dessencializando o humano antropologicamente a partir de uma “antropologia mais-que-humana”. O pensamento-por-modelo é aquele fundado e reproduzido pela ciência com base na engenharia, que se *faz* como reprodução do capitalismo (“domesticação generalizada do mundo”), na qual o conhecimento científico apresenta uma função abstrata do sensível. Já o pensamento-por-exemplo, ou o *pensamento selvagem*, é o pensar/agir *bricoleur* (no Brasil, dir-se-ia o sujeito que faz tudo, a “gambiarra”); aqui, a função técnica é fundada na experiência prática *do, com o e no* sensível (VIVEIROS DE CASTRO, 2015b).

São assim “modos diferentes de criatividade”. Para o pensamento-engenheiro, o modelo, a norma, a normatização, um instrumento de poder político assimétrico. Uma “mentalidade engenheira” com dependência ao modelo (*de fora, exógeno*), imposto a povos para segui-lo (e aqueles que não o seguem ou copiam são considerados inaptos, preguiçosos, primitivos). Criticando o “pensamento-engenheiro-modelo”, o autor enfatiza que o mesmo acaba por ser uma “simplificação da realidade” ao pretender *ser e fazer valer* um “único *nomos* mundial”, uma “única ordem global” (“da soja, do minério, do agrotóxico e assim por diante...”). Um modelo que impõe-se verticalmente, dando ordens e impondo a ordem, um *Ser Maiúsculo* e idealista (VIVEIROS DE CASTRO, 2015a), portanto, anti-terra, anti-*aqui*.

⁷ “Perspectivismo e multiculturalismo na América indígena” (ou Antropológico) propostos por Viveiros de Castro (2002) (inspirado no pensamento ameríndio manifesto pela “qualidade perspectiva” de Arhem [1993] e na “relatividade perspectiva” de Gray [1996]): “[...] uma concepção, comum a muitos povos do continente, segundo a qual o mundo é habitado por diferentes espécies de sujeitos ou pessoas, humanas e não-humanas, que o apreendem segundo pontos de vista distintos” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 347). Em outro momento, o autor asseverou, junto ao Perspectivismo Antropológico, que para *a revolução fazer o bom tempo* é preciso considerar “alianças cosmopolíticas com outros entes: terrestres, extraterrestres, visíveis, invisíveis, técnicos e assim por diante”; e ainda, a importância de uma “ontologia política ecoanarquista”, como pensamento, condição e prática contra a “divina trindade moderna”: o Pai-Estado, o Filho-Mercado e o Espírito Santo-Razão (Ciência) (VIVEIROS DE CASTRO, 2015a). Parece-nos também interessante, com o Perspectivismo Ameríndio, pensar conjuntamente o “pensamento cromático” (cf. GONÇALVES, 2010, p. 113 e seguintes), que opera não pela lógica da oposição mas da semelhança-intervalo e do sensível, e o “universo fractal e multiplicidades de perspectivas” (cf. LANGDON, 2013, p. 35 e seguintes), como um “índice da possibilidade de identidades múltiplas dependendo da perspectiva”.

Já o “pensamento-por-exemplo” são técnicas, instituições etc. que, em envolvimento, também são pistas para “fazer algo diferentemente igual ao inspirado”; com ele (o exemplo), tomado de *empréstimo* horizontalmente, se difunde e – como pista, ou *trilha* – inspira invenções e subversões em um fazer *empirista* e prático (VIVEIROS DE CASTRO, 2015b).

Pedagogicamente, o autor diferencia “modelo” e “exemplo” (que organizamos no quadro a seguir).

Quadro 1 – “Modelo” e “Exemplo” [modos de pensamento – de fazer]

Modelo	Exemplo
Platônico: extensivo,	Empirista, intensivo
Dogmático e principal (<i>principia</i>) Aristotélico: uma forma imposta sobre a matéria	“Jurisprudencial”, parte de precedentes
Que vem do mestre para o escravo	Ocasião, o momento
“Caí do céu”	“Surge da terra”
Ideia “goela abaixo”	Várias ideias
Implica “crença”	Suscita criação
Catequético	Heurístico
“Citadino”, entremuros	“Sertanejo”, indígena, extramuros

Fonte: VIVEIROS DE CASTRO, 2015b.

E do *exemplo*, a **geobricolagem**. O autor insiste que as formas de fazer mundos humanos e não-humanos sempre foram geobricolagens, ou seja, “sempre tiveram que tomar da terra [da Terra] os materiais e os espíritos necessários para garantir a sua vivabilidade, a sobrevivência no sentido positivo da palavra” – e uma palavra-chave para o *pensar/fazer* geobricolagem, como também o autor enfatiza, é **experiência** (VIVEIROS DE CASTRO, 2015b).

Por último, como breve referência tendo a *perspectiva* da experiência como mediadora, pensamos que é possível a aproximação de geobricolagem com o “rebusque” (ou “rebuscando-se”) apontado por Borda (2002, p. 20A-22A e 25B-26B). O autor, junto das gentes, terras e águas da Depressão Momposina, em Sucre, na Colômbia, observando seu “modo de producción campesino-indígena”, destacou:

Uno de los mecanismos más eficaces e interesantes de este equilibrio vital [campesino-indígena] es el llamado "rebusque" por las propias gentes lugareñas. El rebusque es la técnica vidriosa del saber vivir y trabajar con elementos a la mano que, en este caso, ofrezcan el río, la ciénaga, la sabana y el bosque. Tiene una huesuda compañera: el aguante que es saber esperar para satisfacer necesidades. [...] Los pobres de todas partes, bien se sabe, son maestros en estas técnicas de supervivencia y de manejo del medio ambiente. En Jegua, como en toda la cuenca aplanada y cenagosa del San Jorge - y en la mayor porción de la depresión momposina de la que forma parte – el aguante y el rebusque son reglas de vida que se aprenden desde niño, se desarrollan en la juventud y se afirman con la madurez en el contexto de las comunidades de reproducción⁸ (BORDA, 2002, 25A-25B).

⁸ [Tradução livre] Um dos mecanismos mais eficazes e interessantes desse equilíbrio vital [camponês-indígena] é o chamado “rebusque” pelos próprios habitantes locais. O “rebusque” é a técnica cuidadosa de saber viver e trabalhar com elementos que, neste caso, o rio, o pântano, a savana e a floresta oferecem. Ele tem uma forte

Geobricolagem e “rebusque” são *modos de fazer* com o que está *à mão, ao ambiente*. *Pacientemente*, gentes índias (e camponesas e outras) observam, articulam e rearticulam materiais e possibilidades – e fazem. Fazem de “gambiarras” a condição de não sucumbimento ao modelo Estado-Mercado que tenta se impor. E com diligência, *teimosia* e resistência, fazem com que filhas e filhos, netas e netos, irmãs e irmãos, vizinhas e vizinhos, aprendam também o *jeito* geobricolagem-“rebusque” de ser e de fazer, percorrendo seus caminhos, acompanhando suas andanças e *copiando* seus exemplos.

Exemplos

Exemplos e experiências passam de geração para geração. Para isso, é preciso que as gerações estejam em condição de encontro, de *proximidade* terna e solidária. Essa condição tem sido ainda vívida e vivida pelas gentes que, como já apontou Viveiros de Castro, “não esqueceram que pertencem à terra”. E pertencer à terra é compreender-se e compreendê-la (a terra) em sua experiência dada em *aconteceres* reciprocamente materiais e imateriais, humanos e não humanos. Nesse sentido, abaixo queremos fazer verter *exemplos* e *experiências*, de gentes e terras em encontros relacionais.

Iniciamos com Escobar (2014), que apresenta imagem e narrativa de um pai remando junto com a filha⁹:

**Figura 3 – “Aprendiendo el *potrillo*
([de]prácticas que enactúan un mundo relacional)”¹⁰**

companheira: a persistência, que é saber esperar para satisfazer as necessidades. [...] Todos sabem que os pobres em toda parte são mestres nessas técnicas de sobrevivência e manejo do meio ambiente. Em Jegua, como em toda a bacia achatada e pantanosa de San Jorge - e na maior parte da depressão da momposina da qual faz parte – persistência e “rebusque” são regras de vida aprendidas na infância, se desenvolvendo na juventude e afirmadas com maturidade no contexto das comunidades de reprodução.

⁹ O autor o faz quando da discussão sobre Ontologia Política do Território, também exemplificada com “el movimiento zapatista el que nos hizo conscientes de la importancia política de estos [outros] mundos” (ver ESCOBAR, 2014, p. 100-101).

¹⁰ [Tradução livre] Aprendendo a remar ([de] práticas que promovem um mundo relacional)”.



Fonte: río Guapi – foto de Ulrich Oslender (ESCOBAR, 2014, p. 99).

A primera vista, la foto que se muestra [...] es una escena sencilla: un padre se desplaza con su hija en su potrillo (canoa, en el Pacífico sur colombiano), cada uno con su canaleta (remo), quizás río arriba, de regreso a casa aprovechando el refluo de la marea después de haber sacado pescado al pueblo, quizás con algo de “remesa” para la casa. El padre enseña a su pequeña hija la manera correcta de navegar el potrillo, que será una habilidad que, de permanecer en el río, le servirá toda la vida. [...] Pero miremos con atención, con los ojos de la “ontología” [...]; intentemos desplazarnos hasta allí en la imaginación y compenetrémonos con la escena. De esta forma empezamos a ver muchas cosas más: el potrillo fue hecho de un árbol del bosque o del manglar gracias a los saberes aprendidos por el padre de sus antecesores; el manglar ha sido recorrido en todos sus vericuetos por los habitantes del lugar, aprovechando la red fractal de esteros que los cruza y comunica; hay una conexión con el mar y con la luna representada por el ritmo de las mareas, que los locales conocen a la perfección y que supone otra temporalidad; allí también está el manglar, que es una gran red de interrelaciones entre: minerales, microorganismos, micorriza, vida aérea (raíces, árboles, insectos, pájaros), vida acuática y anfibia (peces, cangrejos, camarones y otros moluscos y crustáceos) y hasta seres sobrenaturales que, a veces, establecen comunicación entre los diversos mundos y seres. [...] Es a toda esta densa red de interrelaciones y materialidad a la que llamamos “relacionalidad” u “ontología relacional”. Vista de esta manera, no hay “padre”, ni “hija”, ni “potrillo”, ni “manglar” como seres discretos auto contenidos, que existen en sí mismos o por su propia voluntad; sino, un mundo entero que se enactúa minuto a minuto, día a día, a través de una infinidad de prácticas que vinculan una multiplicidad de humanos y no-humanos. Si algo le está enseñando el “padre” a su “hija”, de esta manera, es a ser *una practicante habilidosa* de estos saberes en dicho mundo, a continuar enactuando el entramado de relaciones entre humanos y no-humanos, incluyendo seres “sobrenaturales” que constituyen ese mundo que llamamos “los ríos del Pacífico”¹¹ (ESCOBAR, 2014, p. 98-100).

¹¹ [Tradução livre] À primeira vista, a foto mostrada é uma cena [...] simples: um pai se move com a filha em seu potro (canoa, no Pacífico Sul da Colômbia), cada um com seu remo, talvez rio acima, de volta para casa aproveitando a maré baixa depois de levar peixes para a cidade, talvez com alguma “remessa” para a casa. O pai

A experiência gentes e terras e rios e matas e florestas etc., e seus exemplos, é, por isso, também uma *forma de mundianizar* a partir de uma “densa rede de inter-relações e materialidades”, *abarcadoras* de geografias dos povos ribeirinhos, quilombolas, sertanejos... e indígenas. Povos que histórica e espacialmente sempre souberam que a afirmação de seus territórios é constituinte de uma *ontologia* própria, isto é, partícipe de um mundo da indissociabilidade entre seres (humanos e não-humanos, imanentes e transcendent...) e existência.

Da Colômbia *litorânea* e *ribeirinha* seguimos para o centro-sul mexicano e o centro-oeste brasileiro. Nesses *ondes*, “Un Mundo” também busca sistematicamente inviabilizar, generalizar, coibir, neutralizar, ridicularizar, violentar e destruir o pluriverso. Que resiste! E as formas, estratégias e modos de resistência – ou de *permaneceram* como gentes e terras com suas e em suas *versões* – são múltiplas, em *caminhos* visíveis e invisíveis que podem ir de um confronto explícito contra a construção de uma rodovia no México (que se impôs em “território sagrado onde nasceu o sol” [LIFFMAN; NEURATH; TRUEBA; LIRA, 2008, p. 97]) à confecção e venda de “artesanato do índio” e “proteção” de um caminho-atalho em Terra Indígena no Brasil (onde índias/os “simulavam ser ‘índio de verdade’” [GONÇALVES, 2010, p. 93]).

No primeiro *exemplo*, os *caminos impuestos sobre caminos sagrados* descortinam uma *cena* indígena mexicana:

Cada dos años, los jicareros [Jicarero, Morelos, México] de Keuruwitia (Las Latas), uno de los tres centros ceremoniales de Tuapurie, emprenden el camino havia Wirikuta (el desierto de Wadley, SLP), el territorio sagrado donde nació el sol. Aunque se intercalan tramos a pie y en camión el camino sigue siendo largo y pesado. Su recorrido le impone una serie de penurias de orden ritual: largos ayunos, poco dormir, trayectos intensos por sitios definidos para detenerse o pasar la noche. Los primeros tres días de recorrido se realizan a pie, y la costumbre estipula, durante el segundo día, una parada en un lugar llamado Hutsekie, la casa del Oso ubicada inmediatamente al norte del límite de la comunidad. Ahí se levanta un monolito zoomórfico que

ensina à filha pequena a maneira correta de navegar na canoa, que será uma habilidade que, se ela permanecer no rio, a servirá durante toda a vida. [...] Mas vamos olhar atentamente, com os olhos de "ontologia"; [...] vamos tentar imaginar e entrar na cena. Dessa maneira, começamos a ver muitas outras coisas: a canoa foi feita de uma floresta ou mangue, graças ao conhecimento aprendido pelo pai de seus ancestrais; o manguezal foi atravessado de todas as maneiras pelos habitantes do local, aproveitando a rede fractal de estuários que os atravessa e comunica; existe uma conexão com o mar e com a lua representada pelo ritmo das marés, que os locais conhecem perfeitamente e que supõe outra temporalidade; há também o manguezal, que é uma grande rede de inter-relações entre minerais, micro-organismos, micorrizas, vida aérea (raízes, árvores, insetos, pássaros), vida aquática e anfíbia (peixes, caranguejos, camarões e outros moluscos e crustáceos) e a seres sobrenaturais que, às vezes, estabelecem comunicação entre os diferentes mundos e seres. [...] É toda essa densa rede de inter-relações e materialidade que chamamos de "relacionalidade" ou "ontologia relacional". Visto dessa maneira, não há "pai", nem "filha", nem "canoa" ou "mangue" como seres discretos e independentes, existindo em si ou por vontade própria; antes, um mundo inteiro que é representado minuto a minuto, dia a dia, através de uma infinidade de práticas que vinculam uma multiplicidade de humanos e não humanos. Se o "pai" está ensinando sua "filha" dessa maneira, é para ser uma profissional habilidosa desse conhecimento naquele mundo, continuar encenando a rede de relacionamentos entre humanos e não humanos, incluindo “seres sobrenaturais” que constituem esse mundo que chamamos de “os rios do Pacífico”.

representa a ese antepasado petrificado a quien suelen pedir que los cuide en el camino, que no se hinchen los pies, que no les duelan, que no tropiecen ni resbalen, que no caigan ni se fracturen, que lleguen con bien a su destino. Ante sus pies suelen hacer una ceremonia en la cual le ofrendan flechas, pinolillo, chocolate y otros enseres pidiéndole que les otorgue lo solicitado. [...] Sin embargo, este año [2008, 10 de marzo], al bajar la montaña y acercarse al lugar, el estupor de los 29 jicareros fue grande al percatarse que el sitio sagrado se hallaba sepultado bajo toneladas de grava y arena. Una enorme carretera se levanta, en ese vado, a manera de talud a casi seis metros de altura. Si bien ya tenían noticia de ello, al constatarlo el azoro asomaba en su mirada: ¿Qué hacer? ¿Cómo ofrendar al Hutskie?¹² (LIFFMAN; NEURATH; TRUEBA; LIRA, 2008, p. 97-98).

Os 29 jicareros, então, subiram na então nova barreira, e em vez das oferendas para os pedidos de proteção, ali estavam sob um sepulcro de seis metros. E *choraram*. O caminho – e os corações – estava dilacerado e as incertezas sobre o que poderia acontecer no percurso eram grandes. Ali se *concretizava*, contra a comunidade de Tuapurie, o projeto (de “progresso”, de “desenvolvimento”, de “integração” de “regiões marginalizadas”...) de construção de uma rodovia (“carretera”), que tivera sua construção iniciada em 2005. O conflito se instalara, sobretudo contra o governo do estado de Jalisco, pois que se fez como projeto, como modelo – e *camino* – imposto:

El proyecto en cuestión representa un emblema clásico de la indiferencia deliberada a los valores de los habitantes indígenas del municipio y a sus prácticas ceremoniales en torno de los monumentos de sus antepasados prehispánicos de la región. Así como numerosas irregularidades en cuanto a la protección ambiental. Asimismo, hay cuestiones no resueltas en relación con la clase de cambio social y económico implicada en un concesión abierta de derechos de vía a los intereses económicos de la elite regional¹³ (LIFFMAN; NEURATH; TRUEBA; LIRA, 2008, p. 98).

Assembleias gerais foram feitas pelas comunidades, mas praticamente não respeitadas pelas autoridades oficiais. Ocupações do *camino* também tomaram a resistência e as máquinas foram bloqueadas. O confronto, de dimensão local, se espalhou por veículos

¹² [Tradução livre] A cada dois anos, os jicareros de Keuruwitia (Las Latas), um dos três centros cerimoniais de Tuapurie, empreendem o caminho para Wirikuta (deserto de Wadley, SLP), o território sagrado onde o sol nasceu. Embora os trechos sejam intercalados a pé e de caminhão, a estrada permanece longa e pesada. Sua viagem impõe uma série de dificuldades rituais: longos jejuns, pouco sono, viagens intensas por lugares definidos para parar ou passar a noite. Os três primeiros dias da viagem são feitos a pé, e o costume estipula, no segundo dia, uma parada em um lugar chamado Hutsekie, a casa do Urso, localizada ao norte da fronteira da comunidade. Existe um monólito zoomórfico que representa aquele ancestral petrificado que é frequentemente convidado a cuidar deles na estrada, que não se incham os pés, que não se machucam, que não tropeçam ou escorregam, que não caem nem fraturem, que chegam bem ao seu destino. Eles costumam fazer uma cerimônia diante de seus pés, na qual oferecem flechas, *pinolillo* [bebida tradicional feita com farinha de milho e cacau], chocolate e outros pertences, pedindo que ele conceda o solicitado. [...] No entanto, este ano [2008, 10 de março], ao descerem a montanha e se aproximarem do local, o espanto dos 29 jicareros foi grande quando perceberam que o local sagrado estava enterrado sob toneladas de cascalho e areia. Uma enorme estrada se levantava, naquele vão, como uma ladeira de quase seis metros de altura. Embora já tivessem notícias, ao ver aquilo, o susto era flagrante no olhar: O que fazer? Como oferecer ao Hutskie?

¹³ [Tradução livre] O projeto em questão representa uma situação clássica de desrespeito deliberado pelos valores dos habitantes indígenas do município e suas práticas cerimoniais em torno dos monumentos de seus ancestrais pré-hispânicos na região. Bem como numerosas irregularidades em termos de proteção ambiental. Além disso, existem questões não resolvidas relacionadas ao tipo de mudança social e econômica envolvida na concessão aberta de direitos de passagem aos interesses econômicos da elite regional.

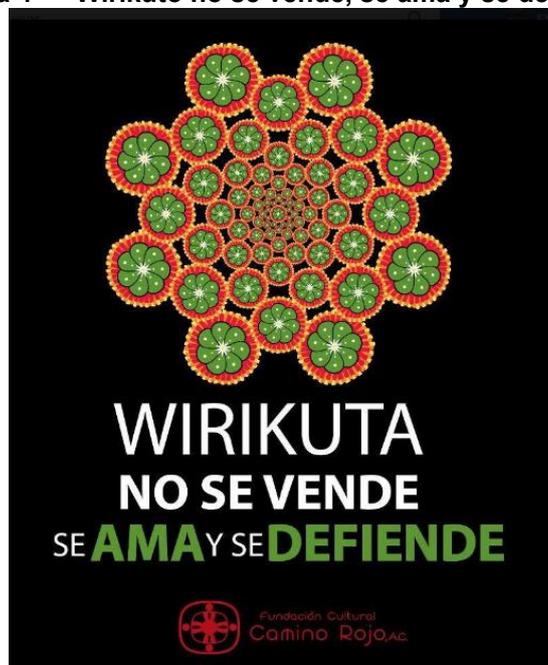
da grande mídia e das redes sociais, ensejando uma solidariedade *global*. Junto da expropriação das terras comuns e da desestruturação de redes sociais e econômicas comunitárias, a *carretera* profanava lugares sagrados, pois que eles fazem parte – ou mesmo são – o mundo tuapuritari. Assim, no (des)encontro de duas lógicas,

Simplemente los tuapuritari no están dispuestos a tolerar violaciones a su libre determinación y a su autogestión en nombre del llamado progreso. Fue sobre todo la manera cómo se hicieron las cosas, la imposición y el engaño, lo que orilló a una confrontación. “Así, no”, es su conclusión¹⁴ (LIFFMAN; NEURATH; TRUEBA; LIRA, 2008, p. 101).

Assim, não!

Mas, assim:

Figura 4 – “Wirikuto no se vende, se ama y se defiende”



Fonte: Tuapurie – Santa Catarina Cuexcomatitlán, municipio Mezquitic, Jalisco – “Facebook” (acesso em 20/10/2019).

Uma *encruzilhada* opondo comunidade indígena mexicana e interesses de elites regionais no México: a luta tuapuritari *propõe* um desvio de rota ou uma *ruta* que não destrua, mais uma vez, um *camino* sagrado. O *verso* índio já não aceita – como nunca aceitou – passivamente o *re-verso* progressista-capitalista, exigindo que o *ronco* das máquinas cesse para *ouvir-se* a voz de Oso. Nesse *exemplo*, o *uni-verso* Tuapurie se confronta com “Un Mundo” da desterritorialização de si, insistindo que ali o “espírito capitalista” é mal encontro.

¹⁴ [Tradução livre] Os Tuapuritari simplesmente não estão dispostos a tolerar violações a sua autodeterminação e autogestão em nome do chamado progresso. Acima de tudo, foi a maneira como as coisas foram feitas, a imposição e a decepção, que levaram a um confronto. “Assim, não”, é a conclusão deles.

Já em terras, estradas e caminhos *mato-grossenses* (Mato Grosso – Brasil), Gonçalves (2010), ao aludir que índias/os Paresi “simulavam ser ‘índio de verdade’”, discorre sobre “Alteridades em contraste: terras, estradas e artesanato” (*lógicas ou mundos em contraste*, podemos dizer). O relato do autor abrange os anos 1980 e o território Paresi – aldeia Rio Verde – cortado pela rodovia BR-364 (que no trecho entre Cuiabá (Mato Grosso) e Porto Velho (Rondônia) perfaz 1.459 quilômetros).

Os Paresi estabeleciam várias relações com os brancos, dentre outras *geobricolagens*, pelo trabalho de desmatamento em fazendas (que não raras vezes invadiam a terra indígena), que o faziam sem descontentamento; pela venda de “artesanato do índio”¹⁵; e na cobrança de pedágio a motoristas que resolviam *atalhar* caminho pelo território Paresi.

Em relação à venda de “artesanato do índio”, o autor aponta:

Passaram a desenvolver artefatos apenas para venda na estrada [...] de um arranjo de materiais que tinham à disposição em seu território. [...] Reinventaram o arco [fraco para ser usado como um arco]. [...] Criaram o espanador. [...] um leque de pena de papagaio. [...] Os colares e pulseiras foram confeccionados a partir de modelos expostos na loja da Funai, Artíndia, em Cuiabá (GONÇALVES, 2010, p. 88-89).

Assim, os Paresi sabiam exatamente que seu artesanato só poderia ter um destino, a venda:

[...] primeiro era branco soldado que abriu estrada, procurava índio, queria ver nós, daí queria qualquer coisinha feita por índio. Depois veio caminhoneiro, passageiro. Tudo pedia pra comprar. Daí... a turma da aldeia fez espanador, botou cabinho, juntou as penas de ema... Daí pra frente quem quis foi aprendendo, foi só inventando (indígena Paresi citado por COSTA, 1985, p. 341 *apud* GONÇALVES, 2010, p. 90).

A relação, por isso, era “calculista” e o artesanato “inautêntico”, “um conjunto eclético, quase *kitsch*, uma criação livre”; “coisa de índio” para vender e, com o dinheiro, comprar o que queriam na cidade mais próxima:

[...] calça de tergal azul marinho, camisa social branca, sapato Vulcabrás, bicicleta Monarck e catracas fabricadas na Tchecoslováquia para substituírem as nacionais, pois para os Paresi, que usavam a bicicleta como meio de transporte, não eram boas (GONÇALVES, 2010, p. 90).

Mas também outra relação os Paresi estabeleciam com “caminhoneiros desavisados” – como relata o autor – que tentavam cruzar pela reserva indígena fugindo da má conservação da rodovia BR-364, especialmente na época das chuvas. Os indígenas resolveram passar

¹⁵ Aliás, os diversos “pontos” de vendas de artesanato no Brasil são uma das tantas formas de *andanças* das gentes índias, que podem ser encontrados, por exemplo, no trevo da rodovia MS-156 que corta a Reserva Indígena de Dourados (Mato Grosso do Sul) em dias de “feira de produtos orgânicos” (Kaiowá, Guarani e Terena), na Reserva Indígena Rio das Cobras, às margens da rodovia BR-277, em Novas Laranjeiras (Paraná) (Guarani, Guarani Mbyá e Kaingang) e no entroncamento das rodovias BR-285 e BR-392, no município de Entre Ijuís (Rio Grande do Sul) (Kaingang).

corrente e cadeado na estrada *indígena* e cobrar pedágio, que constituía em um “complexo jogo que visava uma proposta de pagamento por parte do caminhoneiro” (o relato é longo, mas instigante da *performatividade*¹⁶ e *comicidade* da situação):

Próximo à aldeia havia uma ponte estreita que cruzava o Rio Sucre. A porteira foi posta depois da ponte, como forma de assegurar que um caminhão não teria condição de manobrar e retornar caso não concordasse com o pedágio estipulado. Quando o caminhoneiro dava por si estava diante da corrente e do cadeado, olhando para as duas grandes casas de formato elíptico, entre elas um grande pátio, o que produzia a inequívoca impressão, para quem quer que fosse, de estar no “meio dos índios”, em uma aldeia indígena. Nesse contexto, o chefe da aldeia mandava sua mãe, uma anciã de 87 anos que tinha conhecido Rondon, dar as boas vindas ao caminhoneiro. Ninguém saía da casa, a mulher ia até o caminhão, sempre vestindo um pequeno saio deixando os seios à mostra. Falava sem parar na língua Paresi, gesticulando muito. Não havia caminhoneiro que não entrasse em pânico. Nessa altura, vinha outra mulher, mais nova, que ficava dizendo algumas poucas palavras em português, com cara de poucos amigos, fazendo gestos para ele voltar, que ali era uma aldeia de índios, terra de índio, e que os brancos não podiam passar ali etc. Mas voltar como? O caminhoneiro se perguntava, vendo aquela ponte estreita. Nesse momento sai um homem, um jovem de 20 anos, de dentro da grande maloca e começa a acalmar o caminhoneiro; ele fazia o papel do índio que estava ali para compreender a situação e ajudá-lo, de ser o intérprete neutro da conversação que ia se dar. O índio argumentava que ali era terra de índio e que o chefe da aldeia era muito brabo e que não permitia que ninguém passasse por ali, tinha r.aiva de branco... Eis que surge, então, o “chefe brabo”, que sai de casa, gesticula e fala somente na língua Paresi, aumentando o pânico do caminhoneiro. Nesse momento a intermediação do jovem índio parecia ser a salvação do caminhoneiro, que a essa altura já estava convencido de que os índios estavam resguardando suas terras, e eram “índios de verdade”, guerreiros e dispostos a tudo para impedir que passassem por seu território. A partir daí tinha início a negociação da passagem pelo preço de um pedágio. No final da história o chefe estava calmo, havia feito uma concessão para aquele bom caminhoneiro, recebia o dinheiro e dava umas dicas para o caminhoneiro não se perder no território e como poderia encurtar seu caminho para sair em um trecho mais adiante da BR-364 (GONÇALVES, 2010, p. 91-92).

Os Paresi, tanto para a confecção e venda de artesanato quanto para a cobrança de pedágio, criavam estratégias que podemos considerar geobricolagens, *capturando* pelo menos por pequenos momentos e em determinados lugares, representações não indígenas sobre eles mesmos, e através delas estabelecendo formas de contato na articulação de “pedaços” dos *mundos* índio e branco. E tinham consciência disso, “[...] desenvolvendo a imagem de índio ou do que significava a cultura indígena para os brancos”, que “[...] não estava repousando em nenhum modo de ser daquela sociedade, dos rituais ou dos mitos e muito menos de sua cultura material” (GONÇALVES, 2010, p. 93). Ao contrário:

¹⁶ Performativo porque extraordinário, ou seja, a passagem de um caminhoneiro pela terra indígena desvia momentaneamente os Paresi de sua ordinariade. A experiência pode estar longe das *extraordinariedades* vividas apontadas por Langdon (2013, p. 21) – “o uso de substâncias psicotrópicas, ornamentações corporais, roupas especiais, dramatizações e diálogos cantados com os espíritos” “para produzir a intensa experiência sinestésica de transformação” –, mas não nos parece distante da “perspectiva performativa” também ressaltada pela mesma autora (1999).

Os Paresi faziam seus rituais, suas festas, contavam os seus mitos, comiam beiju, tocavam suas flautas, caçavam, pescavam mas tudo isso não era concebido como “atividade cultural” ou algo que fosse específico do modo que eles faziam as coisas que lhes davam uma especificidade, não havia algo que pudesse ser identificado para eles como sendo a cultura Paresi ou que existisse uma diferença entre o tradicional e o espúrio no que eles faziam. Assim o “ser índio” e a “cultura indígena” eram alheios ao universo Paresi, que remetia ao mundo dos brancos e não ao mundo dos Paresi (GONÇALVES, 2010, p. 93)¹⁷.

Desse modo, a comunidade índia Paresi *aceita* os pedidos de *sua* arte pelos *brancos*: produz uma *versãozinha* artesanal de “coisa de índio” e vende no caminho dos *brancos*. A mesma comunidade *copia* uma *versão branca* de cobrança de pedágio, fazendo uso de performance-encenação a partir de representação criada pelos próprios *brancos*, do índio bravo e selvagem. Nos outros dois *exemplos*, os Paresi *encenam-se* para “Un Mundo” do Outro, enquanto *selvagem* e *ocultamente* guardam *verso* e *prosa* singular.

Por geobricolagens, é pelas experiências que as gentes das terras fazem arranjar o próprio *chão* na *mistura* vívida de materialidades e imaterialidades. Em outro *exemplo*, dado por Mura (2000) a partir de sua análise das *Habitações Kaiowá, formas, propriedades técnicas e organização social*, destacamos:

Quando se falava das obras arquitetônicas internas às aldeias [Kaiowá, no sul do Mato Grosso do Sul], a modularidade, como característica específica destas, nos permite ver como as distintas partes que podem constituir uma única unidade residencial pode ser o resultado da concatenação de distintos processos tecnológicos através de uma **bricolagem**. Fibra de cimento, telhas de argila, chapas onduladas e arames não têm a mesma procedência das fibras vegetais e das madeiras que geralmente são recolhidas nas proximidades da unidade residencial. Mesmo assim há limites nas possibilidades dos índios reconstruírem e transformarem em algo de significativo para a própria vida cotidiana as condições de origem industrial de, por exemplo, o arame e de outros objetos metálicos. Para eles o fato de que os objetos dos quais se estão apropriando provenham de uma siderurgia de São Paulo ou de uma fábrica de Hong Kong é absolutamente indiferente. O campo social e das relações tecnológicas terão então um limite demarcado pela profundidade máxima de relações que os índios poderão ter (MURA, 2000, p. 105 – grifo nosso em negrito).

E como outro *exemplo*, a partir de uma andança por territórios-acampamentos de retomada Kaiowá no Cone Sul do Mato Grosso do Sul, constatamos, na retomada Laranjeira Ñanderu (localizada entre o rio Brilhante e a cidade de mesmo nome, na margem esquerda da rodovia BR-163 no sentido sul-norte), no início da construção de uma Casa de Reza, um encadeamento geobricolagem, no mínimo, pode-se dizer, curioso e inusitado:

Figura 5 – Cruzamento de paus e arame em construção de Casa de Reza (retomada kaiowá Laranjeira Ñanderu – Rio Brilhante – MS)

¹⁷ Posteriormente à década de 1980, as gentes Paresi transformaram muito suas ideias e práticas de “cultura”, com projetos de museus, eco-turismo, novos-velhos artefatos etc., buscando então construir e representar uma “especificidade” Paresi (ver GONÇALVES, 2010, p. 93-104).



Fonte: trabalho de campo (foto de Jones Dari Goettert, 2019).

A mata – o mato – historicamente foi sendo “confinada” para as margens de rios e riozinhos, e em seu lugar pastagens primeiro e lavouras depois foram inundando as terras, a vida e a vista. Para as pastagens, a cerca sempre foi uma “protetora” tanto para o gado não sair quanto, também, para outras gentes (não peões, não capatazes, não donos) não entrar. O “confinamento” da mata redundou no também “confinamento” da terra¹⁸, tornando-a ela mesma “presa” sob uma dominância de vegetação única (colonião, braquiária... soja, milho, cana...) e sob a dominação pela acumulação da renda da terra.

Passados mais de um século do início do brutal processo de “confinamento” dos índios Guarani e Kaiowá no hoje sul do Mato Grosso do Sul, as quinta e sexta gerações seguintes, guiadas pelas memórias das gerações mais velhas, vem retomando suas terras e nelas, não raras vezes, resinificam materiais não-índigenas, *tomando* e *tornando-os*, agora, índios. Como as árvores *migrantes* das pequenas matas às margens do rio Brilhante que se juntam a um novo tipo de “cipó”, encontrado como cerca de pasto e vindo talvez de fábricas de São Paulo ou de Hong Kong... Ali, no encontro entre paus “ex-matas” e arames “ex-cercas”, são também as próprias farpas de metal amansadas para se tornarem casa-território onde kaiowás e *mbarakas*¹⁹ farão reviver, a *exemplo* das/dos antepassadas/os, cantos, rezas, danças e alegrias – em meio ainda à hegemonia da produção capitalista (de mercadorias), da ideologia

¹⁸ Por isso que os movimentos de retomada Guarani e Kaiowá pressupõe que a própria terra índia *se liberte*, como acentuou a liderança indígena Sabino Benites: “Eles [os brancos] dizem que se interessam pela terra. E nós já é de outro jeito que usamos a terra, porque nós **depois que nossa terra se liberar**, mesmo que nós morrermos todos ali, os nossos filhos vão ficar novamente trabalhando, nós nunca quer que a terra voltar para as nossas mãos, isso já é nosso mesmo” (citado por COLMAN; BRAND, 2008, p. 161 – grifo nosso em negrito).

¹⁹ Os *mbarakas* são instrumentos imprescindíveis para os cantos e danças kaiowá, pois, como aponta Montardo (2009, p. 68 – em diálogo com Chamorro, 1995), as divindades também tocam, cantam e dançam, e quando uma/um xamá deseja expressar o ponto de vista delas, das divindades, “não andam, dançam; não falam, cantam”.

capitalística (de pensamento, discurso e imaginário) do “Un Mundo” em *modelo* e de suas *tristezas*.

Ali, onde paus-madeira *nativos* e arame-farpado *estrangeiro* se juntam, é mais que uma geobricolagem madeira/aramé *em si*, mas uma “bricolagem da terra” *para si*, inteira. A amarração paus/aramé transforma a terra-propriedade pastagem-piquete-gado-carne-*commodity* agricultora-capitalista (modelo de produção de mercadorias, heterônoma e dependente) em terra-comunidade-parentela *chão-casa-reza-canto-dança* índia-solidária (*exemplo* de autonomia, auto-reconhecimento e auto-determinação). Dois modos de pensamento e de fazer, um sendo marcado pela lógica do “transporte” *em si*, enquanto o outro “peregrina”²⁰, anda, em andança, de gentes e de terras, humanas e não-humanas.

Por caminhos e andanças

Geobricolagens *habitam* as geografias dos povos indígenas. Ajudá-las a *existir* requer *andanças* pelos seus caminhos, junto a suas gentes e suas terras. Por isso, introdutória e singelamente, propomos a *perspectiva* desse *fazimento* através de **caminhos e andanças**. E aqui a proposta dialoga com *andanças* de Machado (2011), Pereira (2004), Crespe (2015), Colman (2015), Benites (2014) e Pradella (2009), que *percorreram* e/ou *acompanharam*, respectivamente, *caminhos do cuidar*, *caminhos tape po’i*, *caminhantes do céu*, *ogwata porã*, *ogwata pyahu* e *jeguatá*²¹.

Andando por “lugares de gente” – “expressão nativa que traz consigo não apenas o reconhecimento do manejo antrópico dos nichos da floresta, mas uma vinculação pessoal e afetiva com os lugares” (MACHADO, 2011, p. 288-289) – no delta amazônico, Machado (2011, p. 289) salienta que “A grande mobilidade de seus moradores entre os campos, matas e igarapés se dá [...] não como mudanças entre novas áreas, mas sim como formas de vivenciar partes integradas de um todo”. Em especial, ao *andar* nos “lugares de gente” e com as *gentes* (sobretudo mulheres, como Tereza), a autora ressalta:

²⁰ A ideia de “transporte” e “peregrino” nos chega por Ingold (2015, p. 239 – em diálogo também com Ingold, 2007), que destaca: “Por transporte, quero dizer o deslocamento ou transporte de uma entidade autônoma e constituída de um local a outro, um pouco como o “movimento”, em damas ou xadrez, de um peão pelo tabuleiro. É assim que todo movimento é entendido nos termos do modelo genealógico [linear, de direção única – observação nossa]. Na peregrinação, ao contrário, as coisas são exemplificadas no mundo como seus caminhos de movimento, não como objetos localizados no espaço. Elas são suas histórias. Aqui é o próprio movimento que conta, não os destinos que conecta. Na verdade, a peregrinação sempre ultrapassa seus destinos, uma vez que onde quer que você possa estar em qualquer determinado momento, você já está a caminho de algum outro lugar”.

²¹ Essa escolha é tanto aleatória quanto arbitrária, e temos consciência disso. Há um conjunto amplo e variável de *exemplos* de propostas de *caminhos e andanças* já na geografia como próximo dela, apontando para possibilidades múltiplas de *fazimentos* metodológicos (como, além dos já apontados e a discutir, “O caminho e o caminhar, o *ogwata*”, em Montardo [2009, p. 222-229], que faremos rápida menção em outra nota, à frente).

Ao acompanhar as visitas feitas por Tereza à [a] seus parentes e amigas presenciei um cotidiano de troca de mudas e compartilhamento de um conhecimento relacionado ao seu plantio e aos seus usos. Mas longe de um discurso sobre lucro, sustentabilidade ou dietas alimentares, o que encontrei nessas conversas foi o registro cosmológico fruto de uma ontologia mais comumente atribuída a uma Amazônia indígena (MACHADO, 2011, p. 293).

Por sua vez, ao observar a importância dos caminhos (suas malhas, suas redes) – *trieiros* ou *tape po'i* para os Kaiowá (sul do Mato Grosso do Sul) –, Pereira (2004, p. 215) chama a atenção para o papel que os mesmos desempenham na “[...] cooperação e [...] intercâmbio entre os fogos [fogo doméstico ou *che ypyky kuera*] e parentelas em uma determinada região”, ou seja, no “suporte para uma rede de relações sociais”. Suas *andanças* são também reveladoras de como os *tape po'i* articulam espaços de existência e espaços mitológicos, ambos indissociáveis no mundo kaiowá:

Os caminhos ligando as casas, as roças, as áreas de caça, pesca, coleta e os espaços públicos de sociabilidade, apresentam um fluxo constante de pessoas, bens e informações. Assim, materializa-se em cada momento a ação humanizadora sobre o espaço social de uma comunidade kaiowá, imprimindo sua forma particular de ser a partir do estabelecimento das relações que a constituem. Para qualquer membro dessa etnia, a impressão das relações sociais na malha de caminhos é perfeitamente perceptível, fornecendo orientação para a conduta social. Infringir as regras aí estilizadas revela pouca familiaridade com a própria cultura, gerando uma atitude suspeita. Espelhando as relações sociais, a malha de caminhos é um dos principais patrimônios de uma comunidade, forma mais visível de sua existência. [...] Os caminhos abrem percursos sociais. Isto está inscrito na própria mitologia, repleta de referências aos caminhos traçados pelos deuses e heróis míticos. Abrir caminho é criar um lastro para relações sociais. Assim, *Nanderuvussu* [pai, primeiro criador], quanto abandonou a terra, “abriu” seu próprio caminho em direção ao céu, que, como todos os caminhos pertencem a quem o abriu, desde essa época é denominado “o caminho de *Nanderuvussu*”. E por esse caminho que seguem os xamãs em suas visitas aos diversos patamares celestes [...] (PEREIRA, 2004, p. 219-220).

“Pensando a história a partir de Delfino Borvão” (índio kaiowá – Mato Grosso do Sul), Crespe (2015), por sua vez, relata a ida do avô de Delfino (José Borvão) para o céu:

Sua viagem ocorreu no mesmo dia em que seria levado para dar início ao ritual dos meninos (*kunumy pepy* – ritual em que o lábio inferior do menino é furado e colocado o *tembetá*). Seu avô foi levado vivo para o céu por *Arañanduá*, que aparece na narrativa como a divindade do tempo e do espaço. [...] *Arañanduá* veio buscá-lo montado a cavalo, vestiu um manto branco em José Borvão (o *ponchito*: túnica feita de algodão e usada pelos meninos durante a realização do ritual) e levou o menino para o céu. A experiência de ir vivo para céu é o evento que explica os eventos subsequentes que aparecem na história. Foi esta experiência que fez dele um importante xamã; que possibilitou ele ter sete mulheres e com isso levantar uma grande parentela; que fez com que fosse levado para uma reunião com as principais lideranças dos brancos e sair vitorioso, com a garantia de que a terra seria dos Kaiowá (CRESPE, 2015, p. 344).

Dessa forma, os xamãs kaiowá percorrem caminhos que ligam divindades tanto dos índios quanto dos brancos, mas apenas aos primeiros cabe o “controle sobre o futuro”:

Por poderem caminhar no tempo e no espaço do cosmo, os xamãs kaiowá conseguem percorrer os caminhos que ligam as divindades dos índios e dos brancos que vivem em outras “galáxias”. Isso é possível porque os Kaiowá escolheram a reza/canto e os objetos rituais. É cantando/rezando e dançando ao som do *mbaraka* que o rezador kaiowá adentra nos caminhos do espaço. Com isso ele pode participar de rituais na morada dos deuses e conversar com os seres divinos sobre os eventos futuros. Logo, na história kaiowá são os índios que têm o controle sobre o futuro, incluindo o futuro das questões fundiárias e os rezadores são fundamentais na condução dos acontecimentos. Apenas o xamã pode percorrer o caminho que liga os *Ñandejara* (nosso dono) dos índios (*Ñamoy*, *Ñanderuvusu* e *Pa’i Kuara*) aos *Ñandejara* dos brancos (*Pa’i Tani*, *Mba’ekuaa* e *Jesus Cristo*). Desta forma, são somente os xamãs que podem realizar a negociação necessária sobre os eventos futuros referentes às terras indígenas. Ele faz isso andando no céu e rezando com as divindades (CRESPE, 2015, p. 352).

Oguata porã – a “bela caminhada” – é a concepção/prática guarani de mobilidade espacial (COLMAN, 2015, p. 81). A autora destaca relato de um ancião indígena que apresenta com intensidade o *caminho* e o *caminhar* como condição mesma de existência guarani (o relato é de um Mbyá, etnia guarani que habita principalmente as regiões Sul e Sudeste do Brasil):

[...] sempre, sempre foi assim, caminhando e encontrando as aldeias e os parentes e parando e trabalhando e formando outra aldeia. E antigamente, é como hoje, existia muitas aldeias, até muito mais, que a gente ia andando e encontrando. E tem aldeia que não existe mais e agora tem outras. Mas, antes, tinha mais gente, mais aldeias e parentes nos caminhos (citado por LADEIRA, 2001, p. 112 *apud* COLMAN, 2015, p. 81).

A autora também ressalta (agora já estendendo a análise para junto dos povos Guarani *Ñandeva* [ou *Nhandeva*], Kaiowá e *Pa’i Tavyterã* – como se autodenominam, os dois primeiros, no Mato Grosso do Sul, e o último, no Paraguai) o *Oguata* em sua dimensão mítica e *terrena*:

Uma característica da mobilidade espacial guarani é o sentido cultural e mítico do *Oguata* guarani, em busca de territórios com melhores recursos naturais, a chamada “terra sem males” (*Yvy Marane’ý*), onde os Guarani podem realizar o seu jeito de ser e de viver (*Guarani-Reko*). Destaca-se, ainda, outro perfil deste movimento, que se caracteriza como forma de solução de conflitos, desentendimentos, morte de parentes, doenças. Além disso, há o sentido político da mobilidade espacial causada por expulsões, pelo processo de reconhecimento das terras indígenas, os limites territoriais, esgotamento dos recursos naturais, construção de rodovias e empreendimentos imobiliários. Tradicionalmente, os Guarani se territorializavam de acordo com vários fatores: a disponibilidade de locais com recursos naturais considerados apropriados, ou seja, locais livres de ameaças sobrenaturais; a proximidade de parentelas aliadas; a habilidade do líder em reunir a parentela e resolver os problemas; e a incidência ou não de doenças ou mortes (COLMAN, 2015, p. 164-165 – em diálogo com PEREIRA, 2007).

A *oguada porã* se junta *oguada pyahu* – uma “nova forma de caminhar” –, apontado por Benites (2014). Segundo o autor, o jeito dos Kaiowá e Guarani ver o mundo tem sua produção assentada em uma “lógica espiritual tradicional”:

Quando afirmam [os Kaiowá e Guarani] que a terra está sempre se expandindo, estão se referindo à própria mobilidade tradicional [...] chamam de *oguada* (andar, caminhar, mover), que são maneiras de ocupar o espaço, de forma a não produzir fixação no mesmo lugar, condição dada pelo próprio deus. O surgimento da terra, pelo canto e a dança do Nhanderu, demonstra aos Kaiowá e Guarani a maneira própria de ocupação territorial (BENITES, 2014, p. 34 – em diálogo com PRADELLA, 2009).

E de *oguada porã* e *oguada pyahu* se aproxima *jeguatá*, apontado e discutido por Prandella (2009) a partir de “narrativas sobre o caminhar” de índios “Mbyá e Nhandeva” do Rio Grande do Sul. As narrativas são ao mesmo tempo belas e intensas, capazes elas mesmas se fazerem as próprias *andanças*:

Antes a gente ia andando. Com o pé no chão, ia e podia parar assim, em qualquer lugar. Ia andando até o mato e lá ficava um pouquinho, descansar. Agora procura mato, não tem. Procura caça, não tem. Se pega e sai andando tem cerca, tudo cercado, *jurua* [euro-descendentes] cercou tudo, enferpou a terra. Fez cercadinho e botou a guaranizada pra não poder mais andar. Agora tudo isso já foi feito então a gente tem que brigar pelo cercadinho, cuidar pra ter onde ficar (Valdecir Timóteo [artesão indígena – *Tekoá Jataí'ty*] [...]).

O *jeguatá* é muito importante para nós, faz parte do *nhanderekó* [nosso modo de ser]. Quando acontece alguma coisa, morre criança, no acampamento, tristeza vem e faz o coração pesado, *teko axy* [é uma existência imperfeita]. Então pega o *petyngué* [caximbo] e espera. Espera vir sonho, o *karaí* ou outro sonho, e no sonho chega conselho de *Nhãnderú*. Vai por aqui, por ali, *jeguatá porã*, então o coração mais leve. *Nhãnderú* mostra o caminho e cada um anda diferente, pelo sonho vai sabendo o caminho por onde tem que passar (Santiago Franco [líder indígena – Eldorado do Sul – Rio Grande do Sul]) [...].

No momento em que tu caminha tu produz a vida. A educação são os pais que dão. O pai dá conselhos e o caminhar dá a vida. Minha avó me dizia que é preciso conhecer diferentes cheiros, diferentes cascas de árvores, de ervas, diferentes lugares, para assim ter sabedoria, vivenciar o mundo, para depois contar para os outros o que aprendeu. Não tem um caminho certo, vai andando para descobrir as coisas, entendendo por onde deve ir. Desse jeito o Mbyá conhece a natureza, vai conhecendo cada planta que é usada nas cerimônias. As plantinhas têm conjunto, têm sabedorias que elas guardam (Verá Poty Benites – *Tekoá Jataí'ty*) (PRADELLA, 2009, p. 104, 105 e 106).

Sim: é no momento em que tu caminha tu produz a vida!²²

Por caminhos e andanças pode ser, então, o sentido tanto prático-empírico e teórico-filosófico quanto político, ético e *mítico* da relação geógrafa/geógrafo e *gentes* e *terras*

²² Que é também “a busca da alegria”, como aponta Montardo (2009, p. 222-229) em “O caminho e o caminhar, o *oguada*”: “O caminhar está relacionado à organização social Guarani [além do *oguada* migratório], que prevê o desmembramento do grupo quando há rivalidades ou desentendimentos, mas é fundamentalmente um recurso para a busca da alegria”.

indígenas, em movimento dialógico, polifônico e recíproco de *ouvir-se, sentipensar-se*. Ir *por aqui, por ali*, por isso, é tanto a possibilidade de aproximação à *dureza dos caminhares/das existências indígenas* quanto para *fazer-se um coração mais leve*. Pois que, na dureza da vida, é também a dor que se instala quando *procura mato*, [e] *não tem*, pois as gentes e terras “brancas” (homogêneas, monoculturais) *enferpou tudo*.

Andanças: dizem as gentes índias que *sempre, sempre foi assim*. É preciso *andar*, pois, como, há muito se sabe, *navegar é preciso!* Foi *andando e encontrando* que a terra está *sempre se expandindo*, como podem se expandir as geografias dos povos indígenas se se insistir *sempre* em outras e novas *andanças* com as gentes e terras índias. Os métodos, as metodologias, os instrumentos, as fontes etc. etc. são, por óbvio, acompanhantes, mas que bom se também a *escolha das rezas/cantos/danças* indígenas estiver junta na abertura de novos caminhos, ao ponto mesmo deles pertencerem (os caminhos) *a quem os abre*, nas trocas, nos compartilhamentos e nas interconexões – *quicá empíricos, quicá teóricos, quicá míticos* – entre geografia e povos indígenas.

Trilha de chegada (considerações finais)

Aqui tentamos pensar o espaço não como um *lugar confinado*, mas *como o cosmos onde a gente pode despencar em paraquedas coloridos* (na bela palavra de Ailton Krenak em epígrafe neste texto). “Despencar em paraquedas coloridos” é também, entendemos, outra forma de dizer *eu quero caminhar por aqui, eu quero andar desse jeito, eu quero abrir novas trilhas, quero construir novos cosmos, novos uni-versos, uma nova poesia* (inspirada na bonita imagem *andante* do mesmo Ailton, junta da epígrafe). É como o dizer do *nãnderu kaiowá* Admiró, “Todo mundo que anda conhece. Quem não anda, não conhece”, sinalizando a *trilha* que faz do andar talvez a única forma de conhecer, andando com os olhos no mundo como condição para *segurá-lo* e transformá-lo. Admiró andante, por isso, parece insistir que andar é a condição para o *admirar* kaiowá, conjunta e livremente ao encontro da escuta e do aprendizado (e que lindo os nomes, que lindas as palavras, que se fazem *terra-verbos* e *habitam* entre nós por caminhos e *andanças* da “*admiração*”: eu *Admiró*, tu *admiras*, ele *admira*, nós *admiramos*, vós *admireis*, eles *admiram!*).

Assim, estar em caminhos, estar em *andanças* é sobretudo *estar junto*, e que podem ter seus inícios nos seguintes *cuidados*:

- a *incursão* junto a gentes e terras índias é *afastamento relativo* (para gentes não índias) de “Un Mundo” e *aproximação* (também) *relativa* de outro, que se *faz* pela palavra que se materializa na terra, no território, pelo exemplo;

- a terra/o território é *marcada/o* a cada passo, e a observação de seus *elementos* (humanos e não humanos) e de seus *fazimentos* pode participar de uma “descrição densa” (cf. GEERTZ, 2017);

- a descrição densa pode *geografizar* a terra/o território em *geobricolagem*, articulando tanto a relação humanos e não humanos, materiais e movimentos, quanto a condição *pluriversal* de seus encontros e desencontros;

- a “habi(li)tação” do *exemplo*, construída na interação dialógica com as gentes índias, traz para a geografia a multiplicidade expressa em cada *ato*, *movimento* e *processo* com seus *ondes* respectivos e perspectivados; e

- tudo isso pode ser potencializado no cuidado em fazer com que os *acompanhamentos* em *caminhos e andanças* sejam *ali* (ou depois) transformados em expressões narrativas densas, através da palavra escrita, falada, gravada, filmada, fotografada e – talvez uma outra “re-habi(li)tação” – desenhada (proposta que nos chega por Ingold [2015, p. 316] a partir de *fazer, observar, descrever*, na qual o desenho manifesta em suas linhas sempre – em vez de uma imagem do ser – uma história de devir).

*

Mas, e a imagem “Um índio, uma índia, uma árvore... e um celular”, apresentada na introdução desse texto? Volte, olhe bem e talvez ali também *esteja* a indissociável *geobricolagem* entre humanas/os (índio e índia) e não humanas/os (árvore, tronco, casca, formigas, musgo... pulseira de metal no braço índio, “xuxinha” no cabelo índia... outras árvores menores ao redor... sons de pássaros e outros bichos... o dia e a sombra *copeira* descida lá de cima...) e alguém a falar recente: “1, 2, 3, agora” – e foto captada...

Mas e o celular?

Pois, olhe bem! Talvez ele *apenas* esteja à sua mira, captando e capturando-a/o, *simplesmente* para mostrar – para que nunca esqueçamos – que juntar-se aos *caminhos* e às *andanças* índias é para sempre deixar-se *de ser o que se é*, e para *em caminho e em andança, talvez não agora, mas em qualquer dia ou noite, fazer-se devir...* Porque, afinal, afetos, comprometimentos, confianças e solidariedades sempre são-estão em reciprocidade. É quase *ilusão* achar que apenas nós – geógrafas e geógrafos – vamos a campo em *caminhos e andanças* indígenas para *engravidar* a geografia; elas e eles, índias e índios, também querem *se chegar* – e muitas vezes o fazem – para também viver nossos sonhos, dores e amores, fomes de comida e fomes de vida. *Por exemplo.*

Referências

AGUIAR, Rodrigo Simas. **Pessoas, objetos, tempo e espaço**: reflexões acerca das relações entre arte rupestre e ocupação do espaço ambiental na pré-história. Artigo de Estágio de Pós-Doutoramento – Universidade de Coimbra. Dourados – MS: Curso de Ciências Sociais, FCH/UFGD, 2015.

AGUIAR, Rodrigo Simas; LANDA, Beatriz dos Santos; GOETTERT, Jones Dari. Reflexões sobre as relações entre a arte rupestre de Alcínópolis, o contexto regional de pinturas e gravuras e a mobilidade de povos caçadores e coletores em Mato Grosso do Sul. **Revista Nanduty**. Vol. 4. Dourados – MS: Programa de Pós-Graduação em Antropologia – FCH/UFGD, 2016, p. 64-73.

“**Ailton Krenak: o sonho da pedra**”. Filme-documentário. Direção Marco Altberg. Indiana Produções Cinematográficas. 2017.

ÂRHEM, Kaj. Ecosofia makuna. In: CORREA, F. (org.). **La selva humanizada: ecología alternativa en el trópico húmedo colombiano**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología / Fondo FEN Colombia / Fondo Editorial CEREC, 1993, p. 109-126.

BENITES, Eliel. **Oguata pyahu (uma nova caminhada) no processo de desconstrução e construção da educação escolar indígena na Reserva Indígena Te'Yikue**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campo Grande – MS: Programa de Pós-Graduação em Educação – UCDB, 2014.

BLASER, Mario. La ontología política de un programa de caza sustentable. **WAN Journal**. Vol 4. 2008, p. 81-107.

_____. Ontology and indigeneity: on the political ontology of heterogeneous assemblages. **Cultural Geographies**. Vol. 21 (1). 2014, p. 49-58.

_____. **Storytelling globalization from the Chaco and Beyond**. Durham: Duke University Press, 2010.

BLASER, Mario; DE LA CADENA, Marisol; ESCOBAR, Arturo. **Convocatoria a la conferencia: Política más allá de “la política”**. [Proposta para conferência – sem publicar]. 2009.

BORDA, Orlando Fals. **Historia doble de la Costa (3): resistencia en el San Jorge**. 2 ed. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia; Banco de la República; El Áncora Editores, 2002.

BRAND, Antonio. Os complexos caminhos da luta pela terra entre os Kaiowá e Guarani no MS. Revista **Tellus**. Ano 4, nº 6. Campo Grande – MS. Abril 2004, p. 137-150.

CHAMORRO, Graciela. **Kurusu Ñe'ëngatu: palavras que la Historia no podría olvidar**. Assunção: Centro de Estudios Antropológicos/Comin, 1995.

_____. **La société contre l'Etat**. Paris: Ed. de Minuit, 1974. [A Sociedade contra o Estado. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, Rio de Janeiro, 1978.]

COLMAN, Rosa Sebastiana. **Guarani retã e mobilidade espacial guarani: belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani**. Tese (Doutorado em Demografia). Campinas – SP: Departamento de Demografia – IFCH-UNICAMP, 2015.

COLMAN, Rosa Sebastiana; BRAND, Antonio Jacó. Considerações sobre Território para os Kaiowá e Guarani. Revista **Tellus**. Ano 8. Nº 15. Campo Grande – MS: UCDB, jul./dez. 2008, p. 153-174.

COSTA, Romana Maria Ramos. **Cultura e contato. Os paresi no contexto das relações interétnicas**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional – UFRJ, 1985.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências Sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 169-186.

CRESPE, Aline Castilho. **Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekohará ao tekoha**. Tese (Doutorado em História). Dourados – MS: PPGHistória-FCH-UFGD, 2015.

DE LA CADENA, Marisol. Indigenous cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond politics cultural. **Anthropology**. Nº 25. Vol. 2. 2010, p. 334-370.

_____. Política indígena: un análisis más allá de la “política”. **Wan jornal**. Vol. 4. 2008, p. 139-171.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 5. São Paulo: Ed. 34, 1997.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

_____. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. Revista **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Vol. 35. Curitiba: UFPR, dezembro 2015, p. 89-100.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, [1973] 2017.
GONÇALVES, Marco Antonio. **Traduzir o outro: etnografia e semelhança**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

GRAY, Andrew. **The Arakmbut of Amazonian Peru**. Vol. 1. Mythology, spirituality, and history in an Amazonian community. Providence & Oxford: Berghahn Books, 1996.

INGOLD, Tim, **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2015.

_____. **Lines: a brief history**. Londres: Routledge, 2007.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, 2001.

LANGDON, Esther Jean. “A viagem à casa das onças”: narrativas sobre experiências extraordinárias. In: RAPOSO, Paulo; CARDOSO, Vânia Z.; DAWSEY, John; FRADIQUE, Teresa (Orgs.). **A terra do não-lugar: diálogos entre antropologia e performance**. Florianópolis – SC: Ed. da UFSC, 2013, p. 21-41.

_____. A fixação da narrativa: do mito para a poética da literatura oral. Revista **Horizontes Antropológicos**. Nº 5. Vol. 12. Porto Alegre – RS: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFRGS, 1999, p. 45-68.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. Campinas – SP: Papyrus, [1962] 1989.

LIFFMAN, Paul; NEURATH, Johannes; TRUEBA, César Carrillo; LIRA, Regina. Caminos impuestos sobre caminos sagrados. **Diario de Campo**. Instituto de Investigaciones Antropológicas – UNAM. México, 2008, p. 97-101.

MACHADO, Juliana Salles. **Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônico**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional – UFRJ, 2011.

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira. **Através do Mbaraka; música, dança e xamanismo Guarani**. São Paulo: EdUSP, 2009.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios e Territorialidades Guarani e Kaiowá: da Territorialização Precária na Reserva Indígena de Dourados à Multiterritorialidade**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Dourados: Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCH/UFGD, 2011.

_____. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e as lutas pela des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-tekooha - Dourados/MS**. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Programa de Pós-Graduação em Geografia – FCT/UNESP, 2015.

MURA, Fabio. **Habitações kaiowá: formas, propriedades técnicas e organização social**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ PPGAS – Museu Nacional, 2000.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagens kaiowá do sistema social e seu entorno**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – USP, 2004.

_____. Mobilidade e Processos de Territorialização entre os kaiowá atuais. Revista **História em Reflexão**. Vol. 1. Nº 1. Dourados – MS: UFGD, Jan/Jun 2007.

PRADELLA, Luiz Gustavo Souza. Jeguata: o caminhar entre os guarani. Revista **Espaço Ameríndio**. Porto Alegre. Vol.3. Nº 2. Porto Alegre, 2009, p. 99-120.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SILVA, Alexandra Barbosa. **Mais além da “aldeia”:** território e redes sociais entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. Tese (Doutorado em Antropologia). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional/UFRJ, 2007.

SWYNGEDOUW, Erik & ERNSTSON, Henrik. Interrupting the Anthro-po-obScene: Immunobiopolitics and Despoliticising in the Anthropocene. Journal **Theory, Culture and Society**. Fevereiro 2018, p. 1-45. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/321586418>>. Acesso em 27 de set. 2019.

TRUEBA, César Carrillo. **Pluriverso:** un ensayo sobre el conocimiento indígena contemporáneo. México: UNAM, 2006.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem – e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

_____. A revolução faz o bom tempo [palestra]. Parte da Conferência **Os mil nomes de Gaia**. 2015a. Disponível em: <www.acasadevidro.com>. Acesso em 26 de març. 2020.

_____. O modelo e o exemplo: dois modos de mudar o mundo [palestra]. **Ciclo UFMG 90 Anos**. Belo Horizonte. 2015b. Disponível em: <www.laboratoriodesensibilidades.wordpress.com>. Acesso em 26 de set. 2019.

Sobre os autores

Jones Dari Goettert - Possui graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (1997), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000), doutorado em Geografia (Pres. Prudente) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2004); especialização em Literatura: Tradição e Cânone Literário pela Universidade Federal da Grande Dourados (2012-2013), pós-doutorado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2010-2011) e pós-doutorado em Geografia pela *Cardiff University* (País de Gales) (in curso). Atualmente é professor da Universidade Federal da Grande Dourados. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0002-8571-279X>

Juliana Grasiéli Bueno Mota - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008), mestrado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (2011) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - FCT-UNESP (2015). Atualmente é professora na Universidade Federal da Grande Dourados. **OrcID:** <https://orcid.org/0000-0001-9670-216X>

Como citar este artigo

GOETTERT, J. D.; MOTA, J. G. B. Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha). **Revista NERA**, v. 23, n. 54, p. 303-329, dossiê., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. Os autores **Jones Dari Goettert** e **Juliana Grasiéli Bueno Mota** ficaram responsáveis pelo desenvolvimento teórico conceitual; pela aquisição, interpretação e análise de dados e pelos procedimentos técnicos e tradução do artigo.

Recebido para publicação em 23 de agosto de 2018.
Aceito para a publicação em 16 de dezembro de 2019.

COMPÊNDIO AUTORES

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ADOUE, Silvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas.** V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade**. V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense**. Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil**. Ano 14, n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina**. Ano 18, n. 28, p.19-31.2015.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação**. Ano 21, n. 42, p. 14-33.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 20, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos**. Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança**. Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

AVILA, Agustin; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina**. Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia)**. Ano 16, n. 22, p. 09-26, 2013.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças**. Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERRA, Lívia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR).** Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163.** Ano 21, n. 42, p. 51-73.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades**. V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná**. Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul**. Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares**. Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária**. Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC**. Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”**. V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais**. V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR**. Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio**. Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão**. V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014**. Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo**. V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia**. V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil**. Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais.** Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG.** V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano.** V. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil.** V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DEBUS, Dietersson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p.

83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados**. Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina**. Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8-32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná**. Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR**. Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR)**. Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio**. Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas**. Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba**. V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil.** Ano 21, p. 162-185.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 01-32, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado.** Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: Controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9, p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA**. V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource**. V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. V. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. V. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta**. Ano 10, n. 10 p. 11-36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18, n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15, n. 21 p. 173-180, 2012.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP**. Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005)**. Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista**. Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo**. Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro**. V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. V. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas**. V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)**. V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18, n. 27, p. 11-37, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18, n.28, p.32-67, 2015.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde américa latin**. Ano 18, n.28, p. 241-264, 2015.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde**. V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea**. V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay**. Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica**. V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás**. V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics**. Ano 21, n. 42, p. 74-97.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás**. Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul**. Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL)**. Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. V. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility**. V. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 309-331.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016.** V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26, p. 149-166, 2015.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas.** Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.** V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil.** V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato.** V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México).** V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18, n. 28, p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS.** V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade**. Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária**. Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação**. Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA**. Ano 21, n. 43, p. 332-353.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP)**. Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MERA, Claudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens**. Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena**. Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais**. Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOIPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais**. V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOIPIBA, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS)**. V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das ‘escolinhas de favores’ à ‘escola de direito’: a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155 -176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21, p. 114-134, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI.** Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

NAHUN, João Santos; SANTOS, Cleison Bastos. **Dendê para que? Dendê para quem? A ideologia da fronteira na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 113-134.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo.** V. 22, n. 45, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier.** V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5, p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária.** Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. V. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha**. Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT**. V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva**. Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro**. Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI**. Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. V. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira**. V. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel**. Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: viente años de lucha en Cerro de San Pedro, México**. Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial.** V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa**. V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas**. Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático**. Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOIPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato**. V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOIPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra**. V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOIPIBA, 2019.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005)**. Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP).** Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil.** V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações.** Ano 21, n. 42, p. 202-228.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará.** Ano 21, n. 43, p. 257-281.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROOS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinções e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás.** V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia.** V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo.** V. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18, n. 26, p. 95-112, 2015.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá.** V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá.** V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil).** Ano 42, n. 22, p. 186-201.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18, n. 27, p. 214-239, 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11, p. 149-169, 2007.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST.** Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16, p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14, p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8, p. 74-88, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT.** V. 22, n. 49, p.168-188, 2019

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território.** Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55,2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense.** V. 22, n. 46, p. 309-315, jan.-abr. 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato.** V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense.** V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOIPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOIPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOIPIBA, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira.** Ano 21, n. 42, p. 98-112.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas relacionais das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no**

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira.** Ano 21, n.42, p. 229-256.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 20, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina.** V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance**. Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG**. Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná**. V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência**. Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula**. Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **“A volta dos que não foram”: camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. V. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. V. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica**. Ano 21. n. 45, edição especial, p. 12-31.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14, n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorance. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18, n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17, n. 24. p. 191-200, 2014.

ZIMMERMANN, Angelita; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achilles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6, p. 46-58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11, p. 109-121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97,

2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98-107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118-127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along**

India's Narmada river. Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural**. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo**. Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação**. Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola**. Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil**. Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa**. Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão**. Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico**. Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglia jurídica**. Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, Edição Especial, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55-78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekohará.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cuestion agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscaroli; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado.** Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil**. Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais**. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução**. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO**. Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964)**. Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18. n. 27. p. 280-295, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27, p. 296-300, 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios**. Ano 18, n. 28, p. 09-18, 2015.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina**. Ano 18, n. 28, p. 19-31, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill**. Ano 18, n. 28, p. 32-67, 2015.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa**. Ano 18, n. 28, p. 68-91, 2015.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA**. Ano 18, n. 28, p.92-105, 2015.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação**. Ano 18, n. 28, p.106-131, 2015.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión**. Ano 18, n.28, p. 132-148, 2015.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18, n. 28, p. 149-164, 2015.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n. 28, p.165-185, 2015.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222, 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240, 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde América Latina.** Ano 18. n.28. p. 241-264, 2015.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29, p. 48- 69, 2015.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100, 2015.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29, p.101-132, 2015.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150, 2015.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173, 2015.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174-193, 2015.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29, p.220 -232, 2015.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria hacia una crisis productiva (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Sílvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitaria** (Relatório de Campo). Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô**. Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP**. Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira**. Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território**. Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional**. Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on**. Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional**. Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo**. Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro**. Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay**. Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 82-106, 2016.

BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 19, n. 34, edição especial, p. 107-118, 2016.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 119-143, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 144-156, 2016.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 157-175, 2016.

ARAÚJO, Graciada dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 19, n. 34, edição especial, p. 176-202, 2016.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrario en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana.** Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná.** Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATEs em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador**. Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos. **Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em Geografia no Brasil**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 13-35, 2017.

CARDOSO, Messias Alessandro. **Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 36-57, 2017.

LIZARAZO, Robinzon Piñeros. **Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 58-81, 2017.

ROSA, Paulo Roberto. **A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 82-106, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 107-132, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 133-158, 2017.

RABELLO, Diógenes. **Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 159-177, 2017.

SILVA, Hellen Carolina Gomes Mesquita da. **Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST**. Ano 20, n.36, edição especial, p. 178-195, 2017.

NOGUEIRA, Amauri Tadeu Barbosa. **A categoria renda da terra: da economia política à geografia agrária**. Ano 20, n. 37, p. 13-27, 2017.

FERNANDEZ, Carlos Maximiliano Macias. **Estrategias epistemológicas en la Geografía agraria contemporánea. Tres ejemplos aplicados ala definición de campesinado**. Ano 20, n. 37, p. 28-53, 2017.

NAHUM, João Santos. **Do sítio camponês ao lote de dendê: transformações do espaço rural na Amazônia paraense no século XXI**. Ano 20, n. 37, p. 54-76, 2017.

BRAGA, Luís Carlos; SAQUET, Marcos Aurelio. **Elementos camponeses na agropecuária do município de Marmeleiro (PR)**. Ano 20, n. 37, p. 77-104, 2017.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. **Agroecologia por contrato, é possível?** Ano 20, n. 37, p. 105-128, 2017.

NUNES, Patricia Joia. MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mario Lago”, Ribeirão Preto/SP**. Ano 20, n. 37, p. 129-153, 2017.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de; SAMPAIO, Antônio Jeová Moura. **Escola camponesa: a horta didática em área de reforma agrária**. Ano 20, n. 37, p. 154-168, 2017.

GRIS, Vanessa Gleica Cantú; BERTOLINI, Geysler Rogis Flor; JOHANN, Jerry Adriani. **Cisternas rurais: viabilidade econômica e percepção de agricultores do município de Polatina-PR**. Ano 20, n. 37, p. 169-194, 2017.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. **Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil.** Ano 20, n. 37, p. 195-215, 2017.

SANTOS, Joseane dos; LIMA, Sebastião Henrique Santos; SOUZA, Gabriela Coelho de. **Políticas territoriais voltadas aos remanescentes de quilombos em territórios rurais no Rio Grande do Sul: o caso do Quilombo Chácara da Cruz no município de Tapes.** Ano 20, n. 37, p. 216-233, 2017.

BARBETTA, Pablo Nicolás; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio. **Conflictos por la justicia ambiental en la provincia de Chaco: disputas en torno al daño y la sustentabilidad en poblaciones rurales.** Ano 20, n. 37, p. 234-252, 2017.

NEUMANN, Estevão; FAJARDO, Sérgio. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turvo-PR: reflexões sobre as contribuições do sindicalismo rural na agricultura familiar.** Ano 20, n. 37, p. 253-277, 2017.

ZAJONZ, Bruna Tadielo; VILWOCK, Ana Paula Schervinski; SILVEIRA, Viecente Celestino Pires. **A fumicultura brasileira e as políticas públicas associadas ao Programa Nacional de Diversificação em áreas cultivadas com tabaco.** Ano 20, n. 37, p. 278-293, 2017.

KROLOW, Ivan Renato Cardoso; PELLEGRINI, André; ALVAREZ, Jimmy Waltr Rasche; KROLOW, Daniela da Rocha Vitoria; TROIAN, Alexandre; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos; REICHERT, José Miguel. **Fenômenos El Niño e La Niña em duas bacias hidrográficas na mesorregião Centro Ocidental Rio-grandense: assentamento Alvorada.** Ano 20, n. 37, p. 294-316, 2017.

BRUNA, Natacha. **Economia política da governação: política econômica de controle, manutenção e reprodução de poder.** Ano 20, n. 38, p. 13-40, 2017.

MANDAMULE, Uacitissa António. **Discursos sobre o regime de propriedade da terra em Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 41-67, 2017.

MOSCA, João. **Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.** Ano 20, n. 38, 68-105, 2017.

ABBAS, Máriam. **(In)Segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas.** Ano 20, n. 38, p. 106-131, 2017.

LIBOMBO, Sergio Elias; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; DUVAL, Henrique Carmona; LORENZO, Helena Carvalho de. **Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo.** Ano 20, n. 38, p. 132-150, 2017.

CATSOSSA, Lucas Anastácio. **O campo moçambicano no século XXI: dilemas e perspectivas do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio.** Ano 20, n. 38, p. 151-178, 2017.

CABRAL, Lidia. **Priests, technicians and traders? the discursive politics of Brazil's agricultural cooperation in Mozambique.** Ano 20, n. 38, p. 179-219, 2017.

NOGUEIRA, Isabela; OLLINAHO, Ossi; BARUCO, Grasiela; SALUDJIAN, Alexis; PINTO, José Paulo Guedes; BALANCO, Paulo; PINTO, Eduardo Costa; SCHONERWALD, Carlos. **Investimentos e cooperação do Brasil e o padrão de acumulação em Moçambique: reforçando dependência e porosidade?.** Ano 20, n. 38, p. 220-254, 2017.

ZANELLA, Matheus; CASTRO, Carolina Milhorange. **A face internacional de uma disputa de modelos rurais: entendendo a economia política da cooperação brasileira em agricultura com Moçambique.** Ano 20, n. 38, p. 255-279, 2017.

MATOS, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo.** Ano 20, n. 38, p. 280-315, 2017.

SOBREIRO FILHO, José. **Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics, terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces.** Ano 20, n.39, p. 12-38, 2017.

MIZUSAKI, Márcia. **Movimentos indígenas, geografia e marxismo na questão agrária brasileira: quando “novos” personagens entram em cena.** Ano 20, n.39, p. 39-59, 2017.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo tekoha: os acampamentos de retomadas e a conquista do teko porã (bem viver).** Ano 20, n.39, p. 60-85, 2017.

TORRES, Fernanda. **Estado y movimientos sociales: disputas territoriales e identitarias. La Organización Barrial Tupac Amaru – Jujuy-Argentina.** Ano 20, n.39, p. 86-106, 2017.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Resistências do MST frente ao avanço do processo de estrangeirização de terras por meio da LDC em Rio Brilhante (MS).** Ano 20, n.39, p. 107-132, 2017.

MELO, Danilo Souza. **A luta pela terra em Mato Grosso do Sul: o MST e o protagonismo da luta na atualidade.** Ano 20, n.39, p. 133-160, 2017.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; PEREIRA, Lorena Izá. **Questão agrária, luta pela terra e movimentos socioterritoriais no Brasil e Paraguai.** Ano 20, n.39, p. 161-185, 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **A relação dos movimentos socioterritoriais camponeses com a Universidade por meio do PRONERA: diálogos e tensionamentos.** Ano 20, n.39, p. 186-210, 2017.

SANT'ANNA, Letícia Moreira. **Rolezinhos: movimentos socioespaciais do cotidiano.** Ano 20, n.39, p. 211-230, 2017.

BOSETTI, Cleber José. **Martelos nas cercas: ainda temos uma questão agrária?** Ano 20, n. 40, p. 11-38, 2017.

BRITO, Flávia Lorena; PERIPOLLI, Odimar João. **Origem e desenvolvimento do capitalismo no campo: uma discussão para além dos números.** Ano 20, n. 40, p.39-60, 2017.

PERPETUA, Guilherme Marini; KROGER, Markus; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Estratégias de territorialização das corporações agroextrativistas na América Latina: o caso da indústria de celulose no Brasil.** Ano 20, n. 40, p. 61-87, 2017.

PEREIRA, Lorena Izá. **Aquisição de terras por estrangeiros no Brasil: uma análise através do debate paradigmático.** Ano 20, n. 40, p. 88-110, 2017.

ONTIVEROS, Letizia Odeth Silva. **La movilización contra el despojo de minera San Xavier: veinte años de lucha en Cerro de San Pedro, México.** Ano 20, n. 40, p. 111-137, 2017.

AVILA, Agustín; ROMERO, Leon Enrique Avila. **Las nuevas Zonas Económicas Especiales en México: despojo agrario y resistencia campesina.** Ano 20, n. 40, p. 138-162, 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança.** Ano 20, n. 40, p. 163-180, 2017.

DESMARAIS, Annette Aurélie; QUALMAN, Darrin; MAGNAN, André; WIEBE, Nettie. **¿Propiedad agrícola para los inversionistas o las inversiones sociales? La transformación de la propiedad de la tierra en Saskatchewan, Canadá.** Ano 20, n. 40, p. 181-205, 2017.

ROSSI, Rafael; VARGAS, Icléia Albuquerque de. **Ideologia e educação: a crítica do Programa Agrarinho.** Ano 20, n. 40, p. 206-224, 2017.

CAVALCANTI, Natália Thaynã Farias; MARJOTTA-MAISTRO, Marta Cristina. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma avaliação por regiões brasileiras no período de 2011-2014.** Ano 20, n. 40, p. 225-245, 2017.

SILVA, Christian Nunes da; SOUSA, Hugo Pinon de; VILHENA, Thiago Maciel; LIMA, Joanderson Barra; SILVA, João Márcio Palheta da. **Modo de vida e territorialidades de pescadores da comunidade Cajueiro em Mosqueiro (Belém-Amazônia-Brasil).** Ano 20, n. 40, p. 246-272, 2017.

KANAKIDAN, Andrea Yumi Sugishita; SILVA, Rafael José Navas da. **O desenvolvimento como liberdade na comunidade quilombola do Carrasco no município de Arapiraca (AL).** Ano 20, n. 40, p. 273-293, 2017.

CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes. **MST e ideologia: a teoria e a prática no assentamento Celso Furtado em Quedas do Iguaçu/PR.** Ano 21, n. 41, p. 12-38, 2018.

SANTOS, Cristina Sturmer dos; KRAJEVSKY, Luis Claudio. **Assentamentos rurais e as modificações econômicas no município de Rio Bonito do Iguaçu.** Ano 21, n. 41, p. 39-61, 2018.

MERA, Cláudia Maria Prudêncio de; SOARES, Denisa; SPECHT, Suzimary; BLUME, Roni. **Da serra/roça para o território campo/lavoura: transformações socioeconômicas e culturais de reassentados rurais atingidos por barragens.** Ano 21, n. 41, p. 62-84, 2018.

GASPARI, Luciane Cristina de; KHATOUNIAN, Carlos Armênio; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **O papel da agricultura entre as famílias pluriativas assentadas em região metropolitana: o caso do assentamento Milton Santos em Americana e Cosmópolis/SP.** Ano 21, n. 41, p. 85-101, 2018.

ROMA, Cláudia Marques; GUIMARÃES, Raul Borges. **Agroindústria canavieira, pilhagem territorial e rumos do desenvolvimento na região da Nova Alta Paulista.** Ano 21, n. 41, p. 102-119, 2018.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O trabalho no campo: questões do passado e dilemas para o futuro.** Ano 21, n. 41, p. 120-137, 2018.

GULLA, Joaquín Cardeillac; LEZICA, Lorena Rodríguez. **Exclusión en la inclusión por descalificación: análisis de la situación de las asalariadas rurales en Uruguay.** Ano 21, n. 41, p. 138-164, 2018.

SILVA, Rafael José Navas da; GARAVELLO, Maria Elisa Paula Eduardo. **Projetos agroecológicos em comunidade quilombola: análise a partir do território**. Ano 21, n. 41, p. 165-191, 2018.

LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flavio dos. **No semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas**. Ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.

COSTA, Heliadora Georgete Pereira da; LOMBA, Roni Mayer. **A licenciatura em educação do campo no estado do Amapá: desafios e perspectivas atuais**. Ano 21, n. 41, p. 218-235, 2018.

ARAGÓN, Luís Eduardo. **A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação**. Ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

NUNES, Francivaldo Alves. **Inventando um novo saber estatal sobre a natureza amazônica no século XXI**. Ano 21, n. 42, p. 34-50, 2018.

BRITO, Rosane; CASTRO, E. **Desenvolvimento e conflitos na Amazônia: um olhar sobre a colonialidade do processo em curso na BR-163**. Ano 21, n. 42, p. 51-73, 2018.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Interrogating the advance of agribusiness in the Amazon: production, rend and politics**. Ano 21, n. 42, p. 74-97, 2018.

STAEVIE, P. M. **Um balanço das discussões sobre os impactos do agronegócio sobre a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 98-112, 2018.

GOMES, Dérick Lima; CRUZ, Benedito Ely Valente; CALVI, Miquéias; REIS, Cristiano Cardoso. **Expansão do agronegócio e conflitos socioambientais na Amazônia marajoara**. Ano 21, n. 42, p. 135-161., 2018.

FEARNSIDE, Phillip Martin. **Belo Monte: atores e argumentos na luta sobre a barragem amazônica mais controversa do Brasil**. Ano 21, n. 42, p. 162-185, 2018.

SILVA, Cristiano Nunes; LIMA, Ricardo Angelo Pereira; MARINHI, Wicka Nazaré. **Desestruturação territorial na atividade pesqueira: a instalação de usinas hidrelétricas na bacia do Araguari (Ferreira Gomes – Amazônia – Brasil)**. Ano 21, n. 42, p. 186-201, 2018.

RODRIGUES, Jodinson Cardoso. **O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações**. Ano 21, n. 42, p. 202-228, 2018.

TOZI, Shirley Capela; MASCARENHAS, Abraão Levi; PÓLEN, Ricardo Reis. **Água, conflitos e política ambiental na Amazônia Legal brasileira**. Ano 21, n.42, p. 229-256, 2018.

RODRIGUES, Jovenildo Cardoso; SOBREIRO FILHO, J.; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **O rural e o urbano na Amazônia Metropolitana: reflexões a partir de Ananindeua, Pará**. Ano 21, n. 43, p. 257-281, 2018.

HERRERA, José Antônio; SANTOS, Fernanda Oliveira; CAVALCANTE, Maria Madalena de Aguiar. **Permanência na Comunidade Ciclo do Bananal em Vitória do Xingú, Pará: um estudo a partir do lugar**. Ano 21, n. 43, p. 282-308, 2018.

KOHLHEP, G. **O Programa Piloto Internacional de Proteção das Florestas Tropicais no Brasil (1993-2008): as primeiras estratégias da política ambiental e desenvolvimento regional para a Amazônia brasileira**. Ano 21, n. 42, p. 309-331, 2018.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; THÉRY, Hervé. **Amadurecimento das experiências de desenvolvimento sustentável: transformações recentes na APA Igarapé Gelado – PA.** Ano 21, n. 43, p. 332-353, 2018.

PALHETA, João Márcio; OLIVEIRA NETO, Adolfo Costa. **Por uma outra territorialização na Amazônia paraense.** Ano 21, n. 43, p. 354-372, 2018.

SOBREIRO FILHO, José; MANAÇAS, Ulisses. **Questão Agrária, o massacre de Pau D'Arco e violência na Amazônia: uma entrevista com Ulisses Manaças.** Ano 21, n. 43, p. 376-396, 2018.

LEITE, Acácio Zuninga. **Análise da concentração fundiária no Brasil: desafios e limites do uso do Índice de Gini.** Ano 21, n. 44, p. 10-28, 2018.

MELO, Danilo Souza; BRAZ, Adalto Moreira. **A questão agrária brasileira: uma proposta de representação da estrutura fundiária.** Ano 21, n. 44, p. 29-53, 2018.

KARAS, Tiago Satim; JOHNSON, Guillermo Alfredo. **Formação socioespacial das políticas estatais de crédito rural em Mato Grosso do Sul.** Ano 21, n. 44, p. 54-78, 2018.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues de; FERREIRA, Lara Cristine Gomes; GARVEY, Brian. **A ocupação do Cerrado goiano pelo agronegócio canavieiro.** Ano 21, n. 44, p. 79-100, 2018.

ADOUE, Sílvia Beatriz. **De incêndios e especialização produtiva. Sobre o agronegócio florestal exportador no Chile.** Ano 21, n. 44, p. 101-126, 2018.

ARIZA, Julian Andres; GAZZANO, Maria Inés. **Lucha de jóvenes por tierra en Uruguay: de lo microsocioal a la constitución de sujetos.** Ano 21, n. 44, p. 127-152, 2018.

MOREIRA, Dorcelina Aparecida. **Das 'escolinhas de favores' à 'escola de direito': a educação no/do campo no município de Goiás.** Ano 21, n. 44, p. 153-176, 2018.

COBOS, Jeidei Yasmin Galeano. **Resenha: Regimes alimentares e questões agrárias.** Ano 21, n. 44, p. 177-184, 2018.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; VIEIRA, Noemia Ramos; ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Residência Agrária: uma proposta pedagógica e metodológica.** Ano 21, n. 45, edição especial p. 12-31.

BOGO, Maria Nalva de Araújo. **Terra e educação em disputa: um estudo das ações educacionais da Fibria/Veracel papel e celulose no extremo sul da Bahia.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 32-49, 2018.

LIMA, Eloíza Aparecida Cerino; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Souza. **Educação do Campo como projeto de desenvolvimento e de vida para o campo.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 50-71, 2018.

AZÊREDO, Rauni Fernandes; CRISTOFOLLI, Pedro Ivan. **Estratégias de acumulação de capital do cooperativismo agrário paranaense: o caso da Coamo Agroindustrial Cooperativa.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 72-93, 2018.

MATHEUS, Fernanda Aparecida; FELICIANO, Carlos Alberto. **Ciência, terra e poder: uso e apropriação das terras públicas no Sudoeste Paulista.** Ano 21, n. 45, edição especial, p. 94-121, 2018.

MEDINA-NARANJO; Julian; ALMEIDA, Ana Lúcia Jesus. **Brasil e Colômbia: desenvolvimento, saúde e práticas espaciais**. Ano 21, n. 45, edição especial, p. 122-146, 2018.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **Perfil do uso de agrotóxicos no Sudoeste do Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 13-40, jan.-abr. 2019.

GABOARDI, Shaiane Carla; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa; RAMOS, Lucinéia Maria. **An outline of the use of agrochemicals in southwestern Paraná (2011-2016)**. v. 22, n. 46, p. 41-67, jan.-abr. 2019.

NORDER, Luiz Antonio; LOBO, Natália Santos. **A percepção dos profissionais de educação sobre o impacto dos agrotóxicos em escolas rurais no estado do Mato Grosso**. v. 22, n. 46, p. 68-84, jan.-abr. 2019.

GOES, Denilson Manfrin; CAMPOS, Margarida de Cássia. **Uso de agrotóxicos e produção agroecológica: percepção de estudantes secundaristas de uma escola do campo**. v. 22, n. 46, p. 85-105, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. **As escalas geográficas de poder como formas de subordinação e insubordinação na luta pela Educação do Campo no Brasil**. v. 22, n. 46, p. 106-132, jan.-abr. 2019.

CRUZ, Abigail Bruna da; AZEVEDO, Sandra de Castro de. **Geografia escolar e escola no campo: investigações sobre a educação geográfica numa escola rural com currículo urbano**. v. 22, n. 46, p. 133-155, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"A volta dos que não foram": camponês e/ou agricultor familiar? Reflexões teórico-conceituais e a pertinência do campesinato**. v. 22, n. 46, p. 156-174, jan.-abr. 2019.

VIEIRA, Thiago Wentzel de Melo. **"The return of those who never went": Peasant and / or family farmer? Theoretical-conceptual reflections and the pertinence of the peasantry**. v. 22, n. 46, p. 175-191, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. **Posseiros no médio São Francisco: planejamento estatal e mobilidade do trabalho**. v. 22, n. 46, p. 192-213, jan.-abr. 2019.

KLUCK, Erick Gabriel Jones. *Posseiros in the middle São Francisco: state planning and labor mobility*. v. 22, n. 46, p. 214-233, jan.-abr. 2019.

SANTOS, Thiago Araujo. **Dilemas políticos para o semiárido brasileiro: um breve panorama até crise do lulismo**. v. 22, n. 46, p. 234-258, jan.-abr. 2019.

OLIVEIRA, Douglas Menezes de. **A centralidade da disputa pela terra na questão agrária brasileira**. v. 22, n. 46, p. 259-281, jan.-abr. 2019.

NASCIMENTO JÚNIOR, Lindberg; DUARTE, Douglas Ambiel Barros Gil. **Alterações ambientais no estado do Paraná: um enfoque geográfico sobre a dinâmica fluviométrica e as transformações no campo**. v. 22, n. 46, p. 282-308, jan.-abr. 2019.

SILVA, Hulda Rocha e; CELENTANO, Danielle; ROUSSEAU, Guillaume. **Sistemas agroflorestais como estratégia para a restauração do passivo ambiental de assentamentos rurais da Amazônia maranhense**. v. 22, n. 46, p. 309-315, nota, jan.-abr. 2019.

PEREIRA, Lorena Izá. **MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato.** V. 22, n. 47, p. 09-21, dossiê MATOPIBA, 2019.

SOUZA, Glaycon Vinícios Antunes de; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **MATOPIBA: a Inteligência Territorial Estratégica (ITE) e a regionalização como ferramenta.** V. 22, n. 47, p. 22-45, dossiê MATOPIBA, 2019.

BEZERA, Juscelino Eudâmidas; GONZAGA, Cíntia Lima. **O discurso regional do Matopiba no poder legislativo federal: práticas e políticas.** V. 22, n. 47, p. 46-63, dossiê MATOPIBA, 2019.

REIS, Simony Lopes da Silva; PERTILE, Noeli. **O MATOPIBA: a modernidade e a colonialidade do desenvolvimento agrícola brasileiro.** V. 22, n. 47, p. 64-86, dossiê MATOPIBA, 2019.

BOECHAT, Cássio Arruda; PITTA, Fábio Teixeira; TOLEDO, Carlos de Almeida. **“Pioneiros” do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola.** V. 22, n. 47, p. 87-122, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FREDERICO, Samuel; ALMEIDA, Marina Castro de. **Capital financeiro, *land grabbing* e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA.** V. 22, n. 47, p. 123-147, dossiê MATOPIBA, 2019.

PEREIRA, Lorena Izá; PAULI, Lucas. **MATOPIBA: controle do território e expansão da fronteira da estrangeirização da terra.** V. 22, n. 47, p. 148-172, dossiê MATOPIBA, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano; FREDERICO, Samuel; PEREIRA, Lorena Izá. **Acumulação pela renda terra e disputas territoriais na fronteira agrícola brasileira.** V. 22, n. 47, p. 173-201, Dossiê MATOPIBA, 2019.

SPADOTTO, Bruno Rezende; COGUETO, Jaqueline Vigo. **Avanço do agronegócio nos cerrados do Piauí: horizontalidades e verticalidades na relação entre o ambientalismo dos pobres e o controle de terras pelo capital financeiro.** V. 22, n. 47, p. 202-229, dossiê MATOPIBA, 2019.

FELICIANO, Carlos Alberto; ROCHA, Carlos Eduardo Ribeiro. **Tocantins no contexto do MATOPIBA: Territorialização do agronegócio e intensificação dos conflitos territoriais.** V. 22, n. 47, p. 230-247, dossiê MATOPIBA, 2019.

ALMEIDA, Juscinaldo Goes; SODRÉ, Ronaldo Barros; MATTOS JUNIOR, José Sampaio de. **O MATOPIBA nas Chapadas Maranhenses: Impactos da Expansão do Agronegócio na Microrregião de Chapadinha.** V. 22, n. 47, p. 248-271, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CASTRO, Raifran Abidimar de. **Resistências camponesas maranhenses às estratégias de dominação e territorialização empresariais.** V. 22, n. 47, p. 272-295, dossiê MATOPIBA, 2019.

MONDARDO, Marcos Leandro; AZEVEDO, José Roberto Nunes de. **MATOPIBA: do domínio da terra e abuso da água aos territórios de resistências das populações tradicionais.** V. 22, n. 47, p. 296-320, dossiê MATOPIBA, 2019.

SILVA, Andréa Leme da; SOUZA, Cláudia de; ELOY, Ludivine; PASSOS, Carlos José de Sousa. **Políticas ambientais seletivas e expansão da fronteira agrícola no Cerrado: impactos sobre as comunidades locais numa Unidade de Conservação no oeste da Bahia.** V. 22, n. 47, p. 321-347, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FAVARETO, Arilson; NAKAGAWA, Louise; KLEEB, Suzana; SEIFER, Paulo; PÓ, Marcos. **Há mais pobreza e desigualdade do que bem estar e riqueza nos municípios do Matopiba.** V. 22, n. 47, p. 348-381, Dossiê MATOPIBA, 2019.

CATSOSSA, Lucas Atanásio. **ProSAVANA em Moçambique e MATOPIBA no Brasil: a base para a compreensão da geopolítica da questão.** V. 22, n. 47, p. 382-412, dossiê MATOPIBA, 2019.

VIEIRA, Francisca Pereira; NÓBREGA, Mariana Conceição Leal; ASSUMPÇÃO E LIMA, Débora. **Dona Francisca: entre cabaças, caminhos de lutas e sementes de resistência.** Relatos de campo, v. 22, n. 47, p. 413-433, Dossiê MATOPIBA, 2019.

FOLMER, Ivanio; MEURER, Ane Carine. **A territorialização do MST a partir da Educação do Campo nos assentamentos Fazenda Annoni e Bela Vista.** V. 22, n. 48, p. 14-37, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O território como categoria da Educação do Campo: no campo da construção/destruição e disputas/conflitos de territórios/territorialidades.** V. 22, n. 48, p. 38-57, 2019.

MONTEBLANCO, Felipe Leindecker; CORDEIRO, Márcio Pereira. **Os assentamentos da reforma agrária e os meandros da formação de uma bacia leiteira no município de Santana do Livramento (Campanha Gaúcha/RS).** V. 22, n. 48, p. 58-84, Dossiê Território em Movimento, 2019.

PEDON, Nelson Rodrigo; CORRÊA, Rubens Arantes. **Escola e currículo: um ensaio sobre territórios em disputa.** V. 22, n. 48, p.85-97, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ALVES, Flamarion Dutra. **Territorialização dos assentamentos rurais: da conquista da terra à construção de uma identidade.** V. 22, n. 48, p.98-113, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; CARVALHO, Isabele de Oliveira. **A Formação do Licenciando Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência/PIBID Interdisciplinar Educação do Campo.** V. 22, n. 48, p. 114-136, Dossiê Território em Movimento, 2019.

SULZBACHER, A, W. **Perspectivas das categorias Território e Campo na análise geográfica.** V. 22, n. 48, p. 137-153, Dossiê Território em Movimento, 2019.

ZIMMERMANN, Angelita.; MEURER, Ane Carine. **Educação do Campo: o egresso da Pedagogia da Alternância no Noroeste do RS.** V. 22, n. 48, p. 154-173, Dossiê Território em Movimento, 2019.

DAMBRÓS, Cristiane. **Contexto histórico e institucional na demarcação de terras indígenas no Brasil.** V. 22, n. 48, p. 174-189, Dossiê Território em Movimento, 2019.

TERRA, Ademir. **A pertinência do conceito de território para análise de assentamentos rurais.** V. 22, n. 48, p. 190-205, Dossiê Território em Movimento, 2019.

HETTWER, Henrique Rudolfo. **O neoliberalismo no espaço educacional brasileiro – uma análise geopolítica.** V. 22, n. 48, p. 206-223, Dossiê Território em Movimento, 2019.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Geografias das lutas por direitos no distrito do Grajaú-SP: o caso do movimento social “Nós da Sul”.** V. 22, n. 49, p. 15-30, 2019.

KUBOYAMA, Rey; CUNHA, FÁBIO CÉSAR ALVES. **“A escola é nossa!”: territorialidades do movimento estudantil nas ocupações das escolas de Londrina (PR) em 2016.** V. 22, n. 49, p. 31-58, 2019.

COUTINHO, Elenice Aparecida; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho. **A mobilidade cotidiana campo-cidade nas sociedades rurais em Cajuri e Coimbra/MG.** V. 22, n. 49, p. 59-82, 2019.

LUIZ, Luana Fernanda; NARDOQUE, Sedeval. **Programa Nacional de Crédito Fundiário em Três Lagoas/MS: desdobramentos e entraves para a recriação do campesinato.** V. 22, n. 49, p. 83-110, 2019.

MERCADANTE, Patrícia Tozzo de Matos; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária e transição agroecológica: experiências de sustentabilidade no assentamento 20 de Março em Três Lagoas/MS.** V. 22, n. 49, p. 111-139, 2019.

HORA, Karla Emmanuela Ribeiro; MAURO, Rogério Antônio; CALALA, Manoel. **Desafios para o parcelamento dos assentamentos de reforma agrária sob a perspectiva ambiental a partir da experiência do MST em Goiás.** V. 22, n. 49, p. 140-167, 2019.

SILVA, Paulus Vinicius; GRZEBIELUCKAS, Cleci. SANTOS, Josiane Silva Costa dos Santos. **Benefícios e Entraves do Programa Aquisição Alimentos - PAA Diamantino-MT.** V. 22, n. 49, p.168-188, 2019.

VIANA, Camila Eduarda; TRICHES, Rozane Marcia; CRUZ, Fabiana Thomé da. **Que qualidades para quais mercados? O caso do queijo colonial da microrregião de Capanema, Paraná.** V. 22, n. 49, p. 189-210, 2019.

SANTOS, Flávio Reis; SILVA, Magda Valéria. **Produção agrícola familiar no Brasil: experiências materializadas em três mesorregiões do estado de Goiás.** V. 22, n. 49, p. 211-243, 2019.

SOUSA, Rafael Benevides de. **Campesinização e resistências ao agronegócio do dendê no nordeste paraense.** V. 22, n. 49, p. 244-270, 2019.

LIMA, Maria Messias Ferreira. **Agricultura familiar camponesa no semiárido cearense: o desenvolvimento rural desigual e combinado como corolário da expansão capitalista no campo.** V. 22, n. 49, p. 270-296, 2019.

DOMINGUEZ, Diego Ignacio. **Cartografía de la agroecología y las disputas territoriales en Argentina.** V. 22, n. 49, p. 297-313, 2019.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini; COCA, Estevan Leopoldo deFreitas; PEREIRA, Lorena Izá; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Tendências dos estudos sobre questão agrária a partir das publicações da Revista NERA.** V. 22, n. 50, p. 08-20, 2019.

CLAUDINO, Guilherme dos Santos; SPOSITO, Eliseu Savério. **Terra e Geografia.** V. 22, n. 50, p. 21-39, 2019.

SILVA, Jesiel Souza. **Breve revisitação ao conceito de campesinato.** V. 22, n. 50, p. 40-63, 2019.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O paradigma originário da educação do campo e a disputa de territórios materiais/imateriais com o agronegócio.** V. 22, n. 50, p. 64-90, 2019.

SOBREIRO FILHO, José; CARDOSO, Messias Alessandro; VALÉRIO, Valmir José de Oliveira. **Os gigantes dos pés de barro da reforma agrária no Brasil: análise crítica dos Planos Nacionais de Reforma Agrária I e II por meio do debate paradigmático.** V. 22, n. 50, p. 91-115, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Questão agrária, conflitos e violência no campo brasileiro.** V. 22, n. 50, p. 116-134, 2019.

ZENETTI, Fábio Luiz. **Cooperativismo e disputas territoriais no Paraná: o caso da Cocamar e da Corol.** V. 22, n. 50, p. 135-151, 2019.

MARICHAL, Walter Oreggioni; PAREJA, Matías Carámbula. **¿Otro consumo es posible? La experiencia de grupos de consumidores y su vínculo con los productores agroecológicos en Uruguay.** V. 22, n. 50, p. 152-172, 2019.

Ó LOIOLA, Valéria do; SILVA, Tânia Paula. **As táticas sustentáveis para um melhor gerenciamento do território no município de Cáceres-MT.** V. 22, n. 50, p. 173-192, 2019.

LOPES, Cláudio Ribeiro; MIRANDA, Napoleão. **O Geoparque Bodoquena-Pantanal (MS) reificação da natureza ou proposta de preservação ambientalista?** V. 22, n. 50, p. 193-207, 2019.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Land grabbing for agro-extractivism in the second neoliberal phase in Brazil.** V. 22, n. 50, p. 208-238, 2019.

FREDERICO, Samuel. **From subsistence to financial asset: the appropriation of the Brazilian Cerrado lands as a resource.** V. 22, n. 50, p. 239-260, 2019.

NASCIMENTO, Rodrigo Cavalcanti; FREDERICO, Samuel; SAWELJEW, Yuri. **Financial capital and land control: new rentiers on the Brazilian agricultural frontier.** V. 22, n. 50, p. 261-286, 2019.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Gentes|terras: o ouvir mútuo das geografias indígenas.** V. 23, n. 54, p. 9-34, 2020.

LUNA, Diana Itzu Gutiérrez. **Geografías de muerte versus tejidos territoriales de vida: otros modos de elaboración política (México).** V. 23, n. 54, p. 35-58, 2020.

VELÁSQUEZ, Yanga Villagómez. **Acerca de la poscolonialidad y el desarrollo como paradigma de transformación social en América Latina.** V. 23, n. 54, p. 59-89, 2020.

ROCHA, Otávio Gomes. **Territorialidades indígenas no México e a experiência do povo maseual de Cuetzalan (Puebla): diálogos e contribuições para as lutas indígenas no Brasil.** V. 23, n. 54, p. 90-114, 2020.

GUERRA, Emerson Ferreira; ARRUZZO, Roberta Carvalho. **Geografia e povos indígenas: um panorama da produção brasileira contemporânea.** V. 23, n. 54, p. 115-136, 2020.

SANTOS, Gilberto Vieira; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. **O movimento indígena contemporâneo e a Geografia.** V. 23, n. 54, p. 137-162, 2020.

LIRA, Keyte Ferreira; ROSSETTO, Onélia Carmen. **Territorialidade indígena: trajetórias para implantação de uma nova aldeia no Parque Indígena do Xingu (PIX) – Mato Grosso – Brasil.** V. 23, n.54, p. 163-185, 2020.

SILVA, Beatriz Barbosa; GONÇALVES, Cláudio Ubiratan; SANTOS JÚNIOR, Avelar Araújo; PINTO, Luana Elis Oliveira. **Limolaygo Toype: as assembleias indígenas e a construção da identidade territorial dos Xukuru do Ororubá**. V. 23, n. 54, p. 186-211, 2020.

PASSOS, Delaíde Silva; BELATTI, Gabriela Solidário de Souza. **Desenvolvimento e territórios indígenas na Amazônia brasileira no período ditatorial**. V.23, n. 54, p. 212-232, 2020.

GOMIDE, Maria Lúcia Cereda; AIKANÃ, Carlos. **Terras indígenas em áreas de transição cerrado-amazônia em Rondônia: o caso da T. I. Tubarão Latunde**. V. 23, n. 54, p. 233-259, 2020.

ALMEIDA, Elson Pereira; VIDAL, Maria Rita. **O uso de elementos de etnomapeamento no ensino de geografia em terras indígenas**. V. 23, n. 54, p. 259-283, 2020.

SILVA, Cássio Alexandre. **A natureza de um território no sertão do norte de Minas Gerais: a ação territorial dos Xakriabá**. V. 23, n. 54, p. 284-302, 2020.

GOETTER, Jones Dari; MOTA, Juliana Graziéli Bueno. **Por caminhos e andanças indígenas (a geobricolagem como trilha)**. V. 23, n. 54, p. 303-329, 2020.